

PROSPECTO DEFINITIVO DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA



C&A MODAS S.A.
CNPJ/ME nº 45.242.914/0001-05

NIRE: 35300542762

Código CVM nº 2484-8

Alameda Araguaia, nº 1.222/1.022, Alphaville,
CEP 06455-000, Barueri, SP.

Código de negociação das Ações Ordinárias na B3: "CEAB3"

Código ISIN das Ações Ordinárias: "BRCEABACNOR1"

Valor da Distribuição: **R\$1.627.397.409,00**

Registro de Distribuição Pública Primária nº CVM/SRE/REM/2019/005 em 25 de outubro de 2019.
Registro de Distribuição Pública Secundária nº CVM/SRE/SEC/2019/009 em 25 de outubro de 2019.

Preço por Ação: **R\$16,50**

A C&A MODAS S.A. ("Companhia") a COFRA INVESTMENTS SARL. ("COFRA") e a INCAS S.A. ("Incas", em conjunto com a COFRA "Acionistas Vendedores"), em conjunto com o Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley" ou "Coordenador Líder"), o Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI"), o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), o Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Cit"), o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander") e a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("XP") e, em conjunto com o Morgan Stanley, Bradesco BBI, BTG Pactual, o Cit e o Santander, os "Coordenadores da Oferta", estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de emissão da Companhia, a serem emitidas pela Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Oferta"), no Brasil, com esforços de colocação no exterior.

A Oferta consiste (i) na distribuição primária de, inicialmente, 49.315.068 novas ações ordinárias de emissão da Companhia ("Oferta Primária" e "Ações da Oferta Primária") e (ii) na distribuição secundária de 49.315.078 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, considerando as Ações Adicionais (conforme definido abaixo) ("Oferta Secundária" e "Ações da Oferta Secundária", sendo que as Ações da Oferta Secundária, em conjunto com as Ações da Oferta Primária, serão denominadas "Ações"), e é realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores Contratados"), e de determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), convidadas a participar da Oferta, exclusivamente, para efetuar esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) ("Instituições Consorciadas") e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta "Instituições Participantes da Oferta", observado o disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais normativos aplicáveis, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado" e "Novo Mercado", respectivamente) e o disposto no Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas, atualmente vigente ("Código ANBIMA").

Foram realizados, simultaneamente, pelo Morgan Stanley & Co. LLC, pelo Bradesco Securities Inc., BTG Pactual US Capital LLC, Citigroup Global Markets Inc., Santander Investment Securities Inc. e XP Securities, LLC, (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"), em conformidade com o Placement Facilitation Agreement, celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional ("Contrato de Colocação Internacional"), esforços de colocação das Ações (i) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (qualified institutional buyers), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Rule 144A do Securities Act de 1933, editado pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC"), conforme alterado ("Securities Act"), em operações isentas de registro nos Estados Unidos da América em conformidade com o Securities Act, e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (non U.S. Persons), em conformidade com o Regulation S editado pela SEC no âmbito do Securities Act, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor (os investidores descritos nos itens "i" e "ii" acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros") que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional e/ou pela CVM, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início (conforme definido neste Prospecto), a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares, conforme definido abaixo), foi, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, acrescida em 20% (vinte por cento), ou seja, em 16.438.358 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 12.328.768 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção para distribuição de tais Ações Suplementares a ser outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da C&A Modas S.A. ("Contrato de Colocação"), celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente-anuente, a B3, opção essa a ser exercida nos termos dos normativos aplicáveis, e, em especial, a Instrução CVM 400 ("Opção de Ações Suplementares"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme definido abaixo). As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta em regime de garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Colocação. As Ações objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

As ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas a negociação no Novo Mercado, segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado" e "Novo Mercado", respectivamente), sob o código de negociação "CEAB3".

As Ações (considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta de forma individual e não solidária, em regime de garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Colocação e deste Prospecto. As Ações objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas e integralizadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

O Preço por Ação foi fixado após a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais, realizado no Brasil, conduzido pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44, ambos da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding"). O Preço por Ação foi calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletada junto a Investidores Institucionais. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas ou adquiridas foi aferido com a realização do Procedimento de Bookbuilding, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Os Investidores Não Institucionais não participaram do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não participaram do processo de determinação do Preço por Ação.

	Preço (R\$) ⁽¹⁾	Comissões (R\$) ⁽²⁾⁽⁴⁾	Recursos Líquidos (R\$) ⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾
Preço por Ação	16,50	0,58	15,92
Oferta Primária	813.698.622,00	0,00	813.698.622,00
Oferta Secundária	813.698.787,00	56.958.909,32	756.739.877,69
Total da Oferta	1.627.397.409,00	56.958.909,32	1.570.438.499,69

(1) Com base no Preço por Ação de R\$16,50.

(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta integralmente pelos Acionistas Vendedores, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais.

(3) Sem dedução das despesas da Oferta.

(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 42 deste Prospecto.

O Conselho de Administração da Companhia se reuniu e aprovou em 28 de agosto de 2019, a submissão do pedido de registro inicial de emissor de valores mobiliários na categoria "A", bem como do pedido de análise reservada da Oferta, além do encaminhamento para aprovação da Assembleia Geral de acionistas dos termos e condições da presente Oferta.

A autorização para a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, a autorização para a administração da Companhia realizar a submissão do pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de listagem da B3 denominado Novo Mercado ("Novo Mercado") e a alteração e consolidação de seu estatuto social para refletir os ajustes necessários pelo Novo Mercado, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 2 de outubro de 2019, cuja ata foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), publicada na Central de Balanços da Receita Econômica Federal e disponibilizada no site da Companhia.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de outubro de 2019, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP, publicada na Central de Balanços da Receita Econômica Federal e disponibilizada no site da Companhia no dia útil subsequente.

A COFRA e a Incas aprovaram e ratificaram por meio de Reunião da Diretoria e por meio de Reunião do Conselho de Administração, respectivamente, a alienação das Ações no âmbito da Oferta Secundária e a realização de todos os atos relacionados. Ambos atos societários foram realizados em 25 de outubro de 2019.

Exceto pelo registro na CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos e em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Foi admitido o recebimento de reservas, a partir de 14 de outubro de 2019, para subscrição/aquisição de Ações, as quais somente foram confirmadas pelo adquirente após o início do período de distribuição.

"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."

A Oferta Primária foi registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/REM/2019/005 e a Oferta Secundária foi registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/SEC/2019/009, em 25 de outubro de 2019.

Este Prospecto Definitivo não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de subscrição/aquisição e integralização/liquidação das Ações. Ao decidir subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", A PARTIR DAS PÁGINAS 20 E 62, RESPECTIVAMENTE, DESTES PROSPECTO E TAMBÉM A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANEXO A ESTE PROSPECTO NA PÁGINA 393, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.



Coordenador Líder e Agente Estabilizador

Morgan Stanley

bradesco bbi

BTGPactual

Coordenadores

citi

Santander

xp investimentos

(Página intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES.....	1
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA	5
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO	6
SUMÁRIO DA COMPANHIA	8
SUMÁRIO DA OFERTA	23
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA	38
Composição do Capital Social	38
Principais Acionistas e Administradores	38
Identificação dos Acionistas Vendedores	39
Quantidade, montante e recursos Líquidos	39
Descrição da Oferta	40
Aprovações Societárias	41
Preço por Ação.....	41
Custos de Distribuição	42
Instituições Participantes da Oferta	43
Público Alvo.....	43
Cronograma Estimado da Oferta	44
Procedimento da Oferta	45
Oferta de Varejo	46
Oferta Institucional	49
Prazos da Oferta e Data de Liquidação.....	51
Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional.....	51
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação da Oferta.....	53
Contrato de Estabilização	54
Negociação das Ações na B3.....	54
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações.....	55
Violações de Normas de Conduta e Cancelamento dos Pedidos de Reserva	56
Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações	56
Formador de Mercado.....	56
Restrições à Negociação das Ações (<i>Lock-up</i>).....	57
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta.....	57
Suspensão ou Cancelamento da Oferta.....	58
Inadequação da Oferta	59
Condições a que a Oferta esteja submetida.....	59
Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta.....	59
Informações Adicionais	61
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES.....	62
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA	68
Banco Morgan Stanley S.A.	68
Banco Bradesco BBI S.A.	69
Banco BTG Pactual S.A.	69
Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.	71
Banco Santander (Brasil) S.A.	73
XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.	75
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA	77
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder.....	77
Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI	78
Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual.....	79
Relacionamento entre a Companhia e o Citi	80
Relacionamento entre a Companhia e o Santander.....	81

Relacionamento entre a Companhia e a XP.....	82
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA	84
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder.....	84
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI.....	84
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual.....	85
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Citi.....	85
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Santander	86
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e a XP	87
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	88
IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES, CONSULTORES E AUDITORES.....	91
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	93
CAPITALIZAÇÃO	95
DILUIÇÃO	96
ANEXOS	99
ESTATUTO SOCIAL.....	103
ATA DA AGE DE APROVAÇÃO DA OFERTA	127
ATA DE RCA PREÇO POR AÇÃO	157
DECLARAÇÃO DA COMPANHIA PARA FINS DO ART. 56, DA INSTRUÇÃO CVM 400.....	163
DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES, PARA FINS DO ART. 56, DA INSTRUÇÃO CVM 400	167
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, PARA FINS DO ART. 56, DA INSTRUÇÃO CVM 400	173
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019.....	177
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016.....	269
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA	365
ATA DE APROVAÇÃO DA INCAS S.A.	697
ATA DE APROVAÇÃO DA COFRA INVESTMENTS SARL.....	713

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, “Companhia”, “C&A Modas S.A.” ou “nós” referem-se, a menos que o contexto determine de forma diversa, à C&A Modas S.A. e suas subsidiárias na data deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta”, na página 23 deste Prospecto.

Acionistas Controladores	COFRA Investments SARL, Incas S.A. e a COFRA Latin America Ltda.
Acionistas Vendedores	COFRA Investments SARL e Incas S.A., quando referidas em conjunto.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	Assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditores Independentes	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
Câmara de Arbitragem do Mercado	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da B3.
Citi	Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.

Companhia	C&A Modas S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto não havia sido instalado.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado a ser celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro, a Companhia, até a data de divulgação do Anúncio de Início, data na qual o referido contrato entrará em vigor, por meio do qual a Companhia aderirá ao Novo Mercado. A adesão ao Novo Mercado pela Companhia está sujeita à conclusão da Oferta.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Diretoria	A diretoria da Companhia.
Dólar, dólar, dólares ou US\$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	Estatuto social da Companhia.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto.
Governo Federal	Governo Federal do Brasil.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Instituição Escrituradora	Banco Bradesco S.A.
Instrução CVM 358	Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 505	Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
Instrução CVM 527	Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012.
Instrução CVM 554	Instrução da CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada.
Instrução CVM 560	Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada.

IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem da B3 com regras diferenciadas de governança corporativa.
Oferta	A Oferta Primária e a Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
Oferta Primária	A distribuição pública primária de 49.315.068 Ações, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio dos Coordenadores da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.
Oferta Secundária	A distribuição pública secundária de, inicialmente, 32.876.720 Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio dos Coordenadores da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.
Offering Memoranda	<i>Preliminary Offering Memorandum</i> e o <i>Final Offering Memorandum</i> , conforme definidos no Contrato de Distribuição Internacional, considerados em conjunto.
PIB	Produto Interno Bruto Brasileiro.
Produto da Colocação da Oferta	Significa a soma do Produto da Colocação da Oferta Base, do Produto da Colocação das Ações Adicionais e do Produto da Colocação das Ações Suplementares.
Produto da Colocação da Oferta Base	Significa o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais; e (ii) o Preço por Ação.
Produto da Colocação das Ações Adicionais	Significa o produto resultante da multiplicação entre (i) o número total de Ações Adicionais efetivamente colocadas; e (ii) o Preço por Ação.

Produto da Colocação das Ações Suplementares	Significa o produto resultante da multiplicação entre (i) o número total de Ações Suplementares efetivamente colocadas e (ii) o Preço por Ação.
Prospecto Definitivo ou Prospecto	Este Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da C&A Modas S.A., incluindo o Formulário de Referência e seus demais anexos.
Prospecto Preliminar	O Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da C&A Modas S.A., incluindo o Formulário de Referência e seus demais anexos e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospectos	Este Prospecto Definitivo e o Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R\$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Rule 144A	<i>Rule 144A</i> editada ao amparo do <i>Securities Act</i> .
Regulamento de Arbitragem	Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela B3, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na cláusula compromissória inserida no Estatuto Social da Companhia e constante dos termos de anuência dos administradores, membros do Conselho Fiscal e do Acionista Controlador.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de listagem do Novo Mercado editado pela B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras de listagem diferenciadas para essas companhias, seus administradores e seus acionistas controladores.
Regulation S	<i>Regulation S</i> do <i>Securities Act</i> de 1933, conforme alterada, dos Estados Unidos.
Resolução CMN 4.373	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014.
Santander	Banco Santander (Brasil) S.A.
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i> , a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	<i>Securities Act</i> de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.
XP Investimentos	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	C&A Modas S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 45.242.914/0001-05, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35300542762.
Registro na CVM	A Companhia obteve o registro de emissora de valores mobiliários categoria “A” perante a CVM, sob nº 2484-8.
Sede	Localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville, CEP 06455-000.
Diretoria de Relações com Investidores	O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Milton Lucato Filho. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (11) 2134-9259 e o seu endereço eletrônico é milton.lucato@cea.com.br .
Instituição Escrituradora	Banco Bradesco S.A.
Auditores Independentes	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código “CEAB3”, a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à publicação do Anúncio de Início.
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência.
Website	http://ri.cea.com.br/ As informações constantes no <i>website</i> da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele incorporadas por referência.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e declarações futuras, principalmente, nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, e nos itens “4. Fatores de Risco”, “7. Atividades do Emissor” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência anexo a este Prospecto, a partir das páginas 20, 62, 391, deste Prospecto.

Essas considerações sobre estimativas e declarações futuras se basearam, principalmente, nas expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado das suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. Embora a Companhia acredite que essas estimativas e declarações futuras sejam baseadas em premissas razoáveis, elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações de que dispomos atualmente.

Além de outros itens discutidos em outras seções deste Prospecto, há uma série de fatores que podem fazer com que as estimativas e declarações não ocorram. Tais riscos e incertezas incluem, entre outras situações, as seguintes:

- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação ambiental no Brasil;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor;
- impossibilidade ou dificuldade de viabilização e implantação de novos projetos de desenvolvimento, fabricação e posterior comercialização de produtos;
- atrasos, excesso ou aumento de custos não previstos na implantação ou execução de nossos projetos;
- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios e ambientais; e (iii) contribuições, taxas e impostos;
- nossa capacidade de obter, manter e renovar as autorizações e licenças governamentais aplicáveis, inclusive ambientais que viabilizem nossos projetos;
- fatores negativos ou tendências que podem afetar nossos negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de nossas operações;
- nosso nível de capitalização e endividamento e nossa capacidade de contratar novos financiamentos e executar o nosso plano de expansão; e
- fatores de risco discutidos nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, a partir das páginas 20 e 62, respectivamente, deste Prospecto, bem como na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência anexo a este Prospecto, a partir das páginas 391, respectivamente, deste Prospecto.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro. As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, de forma que a Companhia não pode assegurar que atualizará ou revisará quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações futuras contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS NESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS EM RAZÃO DA DISPONIBILIZAÇÃO DE NOVA INFORMAÇÃO, OCORRÊNCIA DE EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA EMISSORA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A COMPANHIA ESTÃO NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA. LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA. Este Sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Ações. Portanto, antes de tomar sua decisão em investir em nossas Ações, o investidor deve ler cuidadosa e atenciosamente todo este Prospecto e o Formulário de Referência, incluindo as informações contidas nas seções “Considerações Sobre Estimativas e Perspectivas Sobre o Futuro”, e “Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia”, nas páginas 6 e 20 deste Prospecto, bem como nas seções “3. Informações Financeiras Seleccionadas”, “4. Fatores de Risco” e “10. Comentários dos Diretores”, respectivamente, do Formulário de Referência, além das nossas demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto. Declaramos que as informações constantes neste Sumário são consistentes com as informações de nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, nos termos do inciso II, § 3º, do artigo 40 da Instrução CVM 400.

Visão Geral

Somos a segunda marca de loja de roupas mais reconhecida (Top of Mind) no Brasil, de acordo com o Kantar Insights¹ e terceira em termos de receita líquida dentre empresas varejistas de vestuário brasileiras e listadas na B3². Focamos em projetar, distribuir e vender moda e vestuários com bom custo benefício, incluindo roupas, acessórios, sapatos, roupas de banho, itens de beleza e perfumes, para homens, mulheres e crianças através da nossa rede nacional de lojas físicas e a plataforma online de comércio eletrônico. Também oferecemos produtos eletrônicos e relacionados, como smartphones, kindles, tablets, relógios e acessórios, incluindo fones de ouvido e carregadores, chamados de produtos *fashiontronics*, que possuem uma alta margem de contribuição por metro quadrado em comparação aos produtos de moda.

O setor varejista de moda no Brasil é altamente fragmentado, sendo que os cinco maiores varejistas contabilizam 18,5% de todas as vendas formais e que, de acordo com a Euromonitor³, geraram R\$19 bilhões desde 2018. Por meio de nosso portfólio nacional e de nossa plataforma de comércio eletrônico, nossa receita líquida totalizou R\$2,3 bilhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e R\$5,2 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Nosso público-alvo é composto, principalmente, por mulheres jovens (entre 18 e 35) buscando um estilo elegante e na moda. As mulheres são as nossas principais clientes, representando uma parte considerável de nossas vendas, sendo que os produtos por elas adquiridos muitas vezes não são direcionados só para elas mesmas, mas também para outros consumidores, incluindo homens e crianças, para os quais também vendemos produtos. Acreditamos que as mulheres são responsáveis pela maior parte das compras de vestuário no Brasil (para si mesmas, seus parentes ou como presente para outros). Nós projetamos nossas coleções próprias para fornecer a moda e os produtos mais recentes à preços com bom custo benefício ao cliente final, no que diz respeito à relação envolvendo preço, qualidade e tendências. Nosso modelo de moda rápida (*fast fashion*) busca prontamente identificar e responder às tendências-chave, regularmente mudando nossa variedade de produtos.

Por operar há mais de 40 anos no Brasil, temos uma rede de lojas físicas que cobre 26 estados e o Distrito Federal. Em 30 de junho de 2019, nossas operações incluíam 282 lojas físicas, com uma área de vendas total aproximada de 532.000 metros quadrados. Todas as nossas lojas físicas estão localizadas em áreas com alto tráfego de pedestres e em áreas focadas em nosso público-alvo, sendo que 236 lojas físicas estão em shopping centers consolidados, com o resto localizado em ruas estratégicas. Geralmente, nossas lojas físicas são “âncoras” que atraem um grande fluxo de clientes aos shopping centers, um formato que introduzimos ao Brasil nos anos 1970. Nossas lojas físicas focam em fornecer uma experiência confortável ao cliente, otimizando a disposição da loja e oferecendo uma grande variedade de produtos e serviços para toda a família.

¹ Fonte: Kantar Insights, pesquisa de mercado, Tracking de Marca 2018 e 2019 (a Kantar Insights era anteriormente denominada MWB - Millward Brown. A MWB, fonte da métrica Top of Mind, mudou seu nome para Kantar Insights após fusão com o grupo WPP).

² Considera empresas do setor de vestuário e dados publicados em balanço para o ano com fim em 31 de dezembro de 2018, considerando Renner como a receita líquida total das Lojas Renner e Lojas Riachuelo como a receita líquida total da Guararapes.

³ Fonte: Euromonitor International Limited, pesquisa de Varejo, edição de 2019, vendas no varejo, sem imposto de valor adicionado, moeda local.

Atualmente operamos sob um único design e estrutura de loja física, embora nós sejamos flexíveis quanto ao tamanho das lojas, que são classificadas de acordo com as suas áreas de vendas totais como completas ou compactas. Em 30 de junho de 2019, nossas 220 lojas físicas completas possuíam uma média de aproximadamente 2.120 metros quadrados, enquanto as 62 lojas físicas compactas possuíam uma média de aproximadamente 1.040 metros quadrados, resultando em uma média total de aproximadamente 1.900 metros quadrados.

Nós estamos constantemente evoluindo e aprofundando o desenvolvimento de nossas operações para atender as necessidades de nossos clientes e as tendências de mercado, lançando novas soluções digitais que alavancam nossa grande rede de lojas físicas, permitindo oferecer uma experiência integrada de compras. Nesse contexto lançamos uma plataforma online de comércio eletrônico que foi desenvolvida como um dos nossos primeiros passos para fornecer uma experiência omni-canal completa para nossos clientes. Nossa loja online foi inaugurada no final de 2014, alcançando números de vendas que ultrapassam 1,1 e 1,8 milhões de itens, incluindo produtos de vestuário de varejo e *fashiontronics*, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, respectivamente. Ao entender que nossos clientes procuram uma experiência mais fácil, rápida e completa de compras, implementamos soluções digitais que contemplam suas necessidades ao incrementar a conveniência e flexibilidade. Desenvolvemos soluções que integram ainda mais nossas lojas físicas e nossos canais digitais, permitindo (i) enviar produtos comprados através de nossa plataforma de comércio eletrônico a um endereço de entrega específico (*ship-from-store*) e (ii) que nossos clientes façam compras online e retirem o produto em sua loja física de preferência (*click-and-collect*). Também procuramos aumentar o nível de lealdade dos clientes através de nosso programa de gestão de relacionamento com o cliente (CRM), interagindo com clientes e aprendendo com suas experiências, e por meio do aplicativo C&A, que estimula o engajamento e as vendas ao apresentar nossas vantagens e prêmios.

As operações em nossas lojas físicas são apoiadas por três centros de distribuição - dois em São Paulo e um no Rio de Janeiro - com uma área total de mais de 105.000 metros quadrados. Nossa plataforma de comércio eletrônico também conta com uma operação logística dedicada em um dos centros de distribuição em São Paulo. Nossos centros de distribuição fornecem aos nossos clientes uma solução integrada que controla diversos canais de vendas e inventários enquanto melhora a experiência de compra através de uma entrega com menos tempo e menor custo de logística.

Também temos um sistema de crédito ao consumidor que oferece (i) cartões de crédito (*co-branded* e marca própria), permitindo o financiamento de nossos produtos de vestuário ou *fashiontronics* em até 8 ou 15 parcelas, respectivamente; (ii) produtos de seguro; e (iii) empréstimos pessoais pelo cartão de crédito. Nossos serviços financeiros são realizados através de uma parceria com o Banco Bradescard S.A., um dos maiores bancos do Brasil, sob um acordo de divisão de lucros iguais para ambas as partes. A média anual de dívidas comerciais líquidas no portfólio de nossa parceria com o Banco Bradescard S.A. foi de R\$3,5 bilhões e R\$3,9 bilhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

Principais Informações Operacionais e Financeiras

Nós nos beneficiamos do conhecimento e experiência de nossos acionistas controladores e administração. Nossos acionistas controladores estão na vanguarda do mundo da moda há quase dois séculos, desenvolvendo a marca C&A de maneira orgânica em diversos países ao redor do mundo. Além disso, somos geridos por uma equipe experiente, apoiada pelas melhores ferramentas de administração existentes, que contribuem para nossos indicadores financeiros e operacionais, sendo que:

- Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, nossa receita líquida consolidada totalizou R\$2.310,7 milhões (das quais 75,2% referiram-se a vendas de vestuário e 19,7% de *fashiontronics*), e R\$2.244,6 milhões, respectivamente, representando um crescimento de 2,9% na comparação semestral. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, nossa receita líquida consolidada totalizou R\$5.166,4 milhões, R\$5.035,6 milhões e R\$4.780,7 milhões, respectivamente, um crescimento de 2,6% e 5,3%, respectivamente, na comparação anual;
- Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, nosso lucro bruto totalizou R\$1.121,2 milhões (dos quais 80,9% referiram-se à de vendas de vestuário e 8,7% de *fashiontronics*) e R\$1.095,8 milhões, respectivamente, representando um crescimento de 2,3%, na comparação semestral. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, nosso lucro bruto totalizou R\$2.549,1 milhões, R\$2.421,5 milhões e R\$2.004,8 milhões, respectivamente, um crescimento de 5,3% e 20,8%, respectivamente, na comparação anual;

- Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, obtivemos lucro líquido de R\$777,2 milhões e prejuízo de R\$30,5 milhões, respectivamente. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, tivemos lucro líquido de R\$173,6 milhões, de R\$96,9 milhões e prejuízo de R\$141,3 milhões, respectivamente, um aumento de 79,2% quando comparado aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.
- Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, nosso EBITDA Ajustado totalizou R\$171,5 milhões e R\$167,2 milhões, respectivamente, representando um crescimento de 2,6% na comparação semestral. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, nosso EBITDA Ajustado totalizou R\$635,0 milhões, R\$556,2 milhões e R\$207,6 milhões, respectivamente, apresentando um crescimento de 14,2% e 167,9%, respectivamente, na comparação anual.
- Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, nossa receita líquida consolidada totalizou R\$5.166,4 milhões (dos quais 77,4% referiram-se à vendas de vestuário e 18,0% de *fashiontronics*), R\$5.035,6 milhões (dos quais 79,2% referiram-se à vendas de vestuário e 16,6% de *fashiontronics*) e R\$4.780,7 milhões (dos quais 78,8% referiram-se à vendas de vestuário e 18,1% de *fashiontronics*), respectivamente.
- Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, nosso lucro bruto consolidado totalizou R\$2.549,1 milhões (dos quais 81,9% referiram-se à vendas de vestuário e 8,7% de *fashiontronics*), R\$2.421,5 milhões (dos quais 83,4% referiram-se à vendas de vestuário e 8,1% de *fashiontronics*) e R\$2.004,8 milhões (dos quais 82,4% referiram-se à vendas de vestuário e 10,5% de *fashiontronics*), respectivamente.

A tabela a seguir apresenta os principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados:

Dados Financeiros

	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2018	2017	2016
	<i>(em R\$ milhões, exceto percentuais)</i>				
Receita líquida	2.310,7	2.244,6	5.166,4	5.035,6	4.780,7
Lucro Bruto	1.121,2	1.095,8	2.549,1	2.421,5	2.004,8
Margem Bruta ⁽¹⁾	48,5%	48,8%	49,3%	48,1%	41,9%
Margem líquida ⁽²⁾	33,6%	-1,4%	3,4%	1,9%	-3,0%
Lucro líquido (prejuízo)	777,2	(30,5)	173,6	96,9	(141,3)
EBITDA ⁽³⁾	943,6	149,2	561,4	494,7	195,2
EBITDA Ajustado ⁽⁴⁾	171,5	167,2	635,0	556,2	207,6
Margem EBITDA Ajustado ⁽⁵⁾	7,4%	7,4%	12,3%	11,0%	4,3%

	Em 30 junho de	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017	2016
		(em R\$ milhões)		
Dívida Bruta ⁽⁶⁾	2.449,5	909,3	852,0	1.326,3
Caixa e equivalentes de caixa	95,3	446,0	431,8	489,7
Dívida Líquida ⁽⁷⁾	2.354,2	463,3	420,2	836,6

(1) A margem bruta é calculada ao dividir o lucro bruto pela receita líquida, indicada em porcentagem.

(2) A Margem Líquida é calculada ao dividir o Lucro líquido (prejuízo) do período pela receita líquida, indicada em porcentagem.

(3) Calculamos o EBITDA, em consonância com a Instrução CVM nº 527, ajustando ao lucro líquido (prejuízo) o resultado financeiro líquido, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro e os custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa para os períodos/exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido (prejuízo), como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Conseqüentemente, as informações contábeis de 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 30 de junho de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com alugueis. Desta forma, o EBITDA do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 contempla o impacto da adoção do IFRS 16 /CPC 06(R2) no montante de R\$147,0 milhões, referente a despesa de depreciação do direito de uso (arrendamento mercantil) e de R\$37,3 milhões referente aos juros pela atualização do passivo de arrendamento em linha com a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2). O EBITDA do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foi impactado pelo reconhecimento de crédito extemporâneo de PIS e COFINS registrado em 28 de fevereiro de 2019 no valor de R\$638,9 milhões (R\$658,7 milhões, conforme detalhados na nota explicativa 10 às demonstrações contábeis intermediárias relativas ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2019, deduzidos de gastos advocatícios, de consultoria e auditoria). Para detalhes da conciliação do lucro líquido (prejuízo) com o EBITDA, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

(4) O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA ajustado por despesas relacionadas ao acionista controlador, despesas com royalties pagas ao acionista controlador, ganhos auferidos na operação de desconto de duplicatas de fornecedores, despesa (receita) com baixa de ativos, e outras despesas operacionais, líquidas, recuperação de créditos fiscais (crédito extemporâneo de PIS/COFINS) e pagamentos realizados relativos ao arrendamento mercantil uma vez que as despesas com arrendamento mercantil (alugueis) passaram a não mais impactar o EBITDA devido a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16). O EBITDA Ajustado não é medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para detalhes da conciliação do lucro líquido (prejuízo) com o EBITDA Ajustado, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

(5) A Margem do EBITDA Ajustado é calculado ao dividir o EBITDA Ajustado pela receita líquida, indicada em porcentagem. Para mais informações, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

(6) Calculamos a Dívida Bruta como a soma de (i) dos empréstimos a pagar a partes relacionadas (circulante e não circulante) e (ii) arrendamento mercantil (circulante e não circulante). Para mais informações, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

(7) Calculamos a dívida líquida como a dívida bruta menos caixa e equivalentes de caixa. Para mais informações, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

Dados Operacionais

	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017	2016
Informações Operacionais				
Número de Lojas – Total	282	279	276	279
Número de lojas ao final do período – shopping centers	236	232	230	232
Número de lojas ao final do período – rua	46	47	46	47
Área total de vendas (mil metros quadrados) – final do período	532,5	525,8	518,5	524,4
Vendas Mesmas Lojas ⁽¹⁾	2,8%	2,5%	4,9%	–

(1) Definimos Vendas mesmas lojas como crescimento de vendas em lojas que estão abertas há mais de 12 meses.

Nossas Vantagens Competitivas

Acreditamos que as seguintes vantagens competitivas nos diferenciam dos concorrentes e contribuem para nosso sucesso:

Marca reconhecida e confiável

Nossa marca global está na vanguarda do varejo de vestuário mundial há mais de dois séculos. Nossa primeira loja física no Brasil foi inaugurada em 1976 no Shopping Ibirapuera, São Paulo, e desde então desenvolvemos nossa marca para alcançar seu maior reconhecimento possível, sendo que hoje é identificada por quase a totalidade de nossos clientes no Brasil. Desde 2018 somos a segunda marca de varejo de moda mais lembrada pelos brasileiros (“Top of Mind”) de acordo com o Kantar Insights. Continuamos fortalecendo nossa marca usando uma combinação de constantemente entregar produtos estilosos e de qualidade aos consumidores através das temporadas, fornecendo um ótimo custo-benefício e utilizando práticas sustentáveis que seguem nossa abordagem global.

Também lançamos iniciativas para aprimorar o desempenho da marca C&A e aumentar a relevância da nossa base de público-alvo, incluindo (i) nossa iniciativa de modelo *push/pull* de fornecimento que consiste em repor peças de forma individualizada por modelos, tamanhos e cores, em nossas lojas físicas de acordo com a demanda, fornecendo mais eficiência para atender as demandas pelos nossos produtos de moda; (ii) iniciativas para redução de atrito dentro das lojas e para uma melhor experiência na loja para otimizar a jornada do cliente; (iii) aumento da facilidade para localização de produtos com uma plataforma omni-canal que vai além do modelo físico e online, oferecendo uma experiência de compra integrada e consistente, em qualquer lugar e a qualquer hora, assim como a implementação da tecnologia RFID – identificação por radiofrequência (que possibilita a identificação e localização de cada peça, inclusive dentro das lojas e nos Centros de Distribuição); e (iv) o programa C&A&VC, para personalizar e aumentar a fidelidade dos clientes.

Também colaboramos com celebridades e os maiores estilistas e modelos do mundo para anunciar coleções limitadas.

Como reconhecimento da força da nossa marca, nos últimos dois anos fomos premiados diversas vezes por diversas instituições brasileiras, por uma série de aspectos, incluindo padrões de sustentabilidade, serviço de canal de reclamações, Top of Mind, responsabilidade ética, dentre outros.

A lista completa dos prêmios recebidos pela C&A engloba por duas vezes o prêmio Eco AMCHAM, o prêmio Época Negócios Reclame Aqui 2018 com C&A (online) recebendo o 2º lugar na categoria “E-commerce - moda e confecção”, Top of Women 2018, Ranking IBEVAR, Fashion Revolution Brasil, Fundação Getúlio Vargas – FGVces, Ethical Corporation Responsible Business Awards 2017, Stop Slavery Award, Top of Mind Marcas Cariocas, e prêmio Estádio Marcas Mais.

O poder de nossa marca é um exemplo da lealdade de nossos clientes e sua relação a longo prazo conosco, contribuindo ainda mais para nosso crescimento e resiliência.

Grande rede de lojas físicas integradas a uma plataforma omni-canal robusta suportada por ecossistema digital

Em 30 de junho de 2019, tínhamos 282 lojas físicas em todos os 26 estados Brasileiros e o Distrito Federal. Desde que a C&A chegou ao Brasil em 1976, asseguramos locais privilegiados para 155 lojas na região Sudeste, onde a maior renda per capita se concentra, assim como 66 lojas físicas no Nordeste, onde o crescimento econômico acumulado foi maior que o da região Sudeste entre 2013 e 2016, de acordo com o IBGE. Nossa rede de lojas físicas está instalada em locais com um alto tráfego de pedestres e frequentados pelo nosso público alvo. Isso é corroborado pela nossa presença em diversos dos maiores shopping centers do país, de acordo com dados do ABRASCE. Nossa presença nacional possibilitou aprender sobre as particularidades de cada região, abordando as tendências de moda específicas de cada uma.

Nós alavancamos nossa grande rede de lojas físicas para oferecer soluções digitais e fornecer uma experiência de compra integrada e omni-canal aos clientes. Nossos clientes buscam uma experiência de compra mais completa, eficiente e fácil, levando a diversas iniciativas omni-canal nos últimos três anos:

- **Click-and-collect:** lançado em 2016, essa solução permite que clientes façam suas compras online e retirem os produtos na loja física;
- **Aplicativo C&A:** lançado em 2017, nosso aplicativo permite aumentar o engajamento com nossos clientes através da elucidação de nosso programa de fidelidade (C&A&VC), com benefícios e prêmios para nossos clientes;

- **Ship-from-store:** lançado em 2019, essa solução efetivamente transforma lojas físicas em locais privilegiados em centros de distribuição que diretamente enviam produtos comprados através de nossa plataforma online de comércio eletrônico para entrega, melhorando a experiência do cliente por diminuir os custos e a necessidade de logística;
- **C&A&VC:** lançado em 2018, nosso novo programa CRM procura aumentar a lealdade dos clientes através da interatividade e aprendendo com sua experiência, por meio de dados valiosos de nosso banco de dados referente a nossos mais de 5 milhões clientes, após pouco mais de 1 ano em operação, enquanto oferecendo benefícios e prêmios. Para nós, o programa também ajuda a criar uma base de dados para análise de padrões de consumidores; e
- **Infinite aisle:** Lançado em 2019, esse projeto piloto permite que clientes explorem uma grande variedade de produtos de nossa coleção de qualquer lugar e a qualquer momento (ex. Online ou em lojas físicas), enviando o produto diretamente se o mesmo não estiver disponível para entrega imediata na loja.

A Companhia se beneficia também de uma forte presença na mídia digital, com mais de 10,7 milhões de *likes* em sua página na rede social Facebook, em agosto de 2019. Essa presença social permite a criação de um forte link entre marca e consumidor e, sendo um canal de interações diárias entre estes, enriquece ainda mais a plataforma omni-canal.

Acreditamos que esses avanços nos posicionam na vanguarda do mercado de vestuário digital. As vendas realizadas através de nossa plataforma de comércio eletrônico representaram aproximadamente 2,4% e 1,9% da nossa receita líquida no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, respectivamente, fazendo da nossa plataforma de comércio eletrônico a maior loja de nosso portfólio. Nós acreditamos que a constante evolução de uma plataforma omni-canal será chave para fornecer soluções que fazem o melhor uso de nossas lojas físicas como um meio conveniente para nossos clientes e para criar uma jornada do consumidor englobando todos os canais.

Jornada integrada do consumidor através das plataformas online e off-line



<p>Tecnologia como uma melhoria da experiência do cliente</p>	<p>Engajamento do cliente criando tendências digitais</p>	<p>Criação de uma oferta usando plataforma digital, aumentando eficiência operacional e criando um ambiente Omnichannel</p>
--	--	--

Alta qualidade de atendimento ao cliente

A C&A está entre os maiores varejistas de moda da indústria de vestuário brasileira em termos de Net Promoter Score (NPS), uma metodologia de pesquisa amplamente conhecida usada para medir a satisfação geral do cliente com os produtos e serviços de certa empresa, assim como sua lealdade à marca. Nossa pontuação de 20 (de possíveis 100) em 2018 nos posiciona como o segundo maior NPS da indústria de varejo de moda do Brasil, e 2 pontos acima do terceiro colocado. No setor, as altas pontuações NPS estão relacionadas a uma alta taxa de retorno dos clientes e indicações positivas. Nos últimos dois anos, nosso serviço ao cliente foi otimizado pelas seguintes iniciativas: (I) Customer Value Proposition (CVP), uma iniciativa projetada para revisitar nosso entendimento sobre os clientes, suas necessidades e como podemos atendê-las, levando a uma reformulação de nossas lojas físicas para fornecer uma melhor experiência de compra (renovando sua configuração ao distribuir melhor as prateleiras e a exibição de novos produtos, nova iluminação, melhor sinalização, trazendo iniciativas inovadoras como botões de ajuda e cabides “sim, não, talvez” em provadores) e, conseqüentemente, atrair um maior tráfego de pedestres; e (ii) a iniciativa conhecida como “Experiência para ELA”, lançada em 2016, que procura melhorar os serviços em lojas ao implementar funcionários visíveis e treinados para reduzir o tempo das filas de compras e agir como um assistente de compras pessoal nos provadores. Nós procuramos uma melhor coleção de produtos para essa experiência através da iniciativa push/pull (gerenciamento otimizado de nossa cadeia de suprimentos, com conseqüente ganho de eficiência nas remarcações de preço e na eventual perda de venda por falta de peças nas lojas).

De acordo com um estudo da Consumer Insights realizado em 2018, somos reconhecidos pelos nossos pilares centrais de escolha de vestuário, especialmente pelos produtos, organização e serviço.

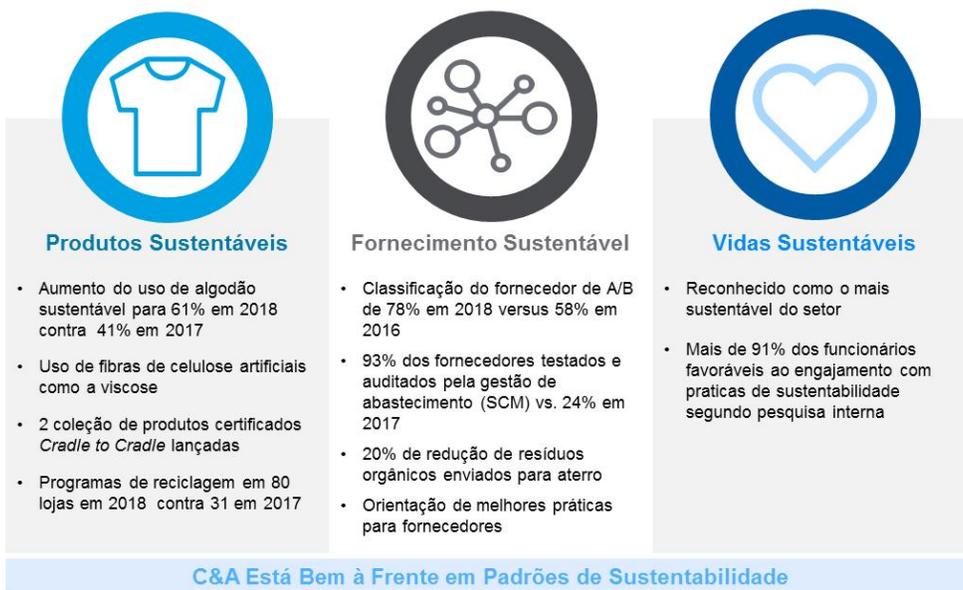
Proposta robusta de custo-benefício - produtos e práticas sustentáveis com alto controle de qualidade

Oferecemos uma seleção abrangente de varejo de moda a preços atraentes, tudo sob os maiores padrões de qualidade e um modelo de fast fashion que nos permite rapidamente identificar as novas tendências, justificando visitas frequentes de clientes em nossas lojas físicas e online. Como uma estratégia de manter nossos clientes perto da C&A em todos os momentos do ano, nós atualizamos e trocamos as nossas coleções constantemente. Em 2018 conseguimos obter mais de 950 mil visitantes por dia em nossas lojas, totalizando 350 milhões de visitantes em um ano.

Sustentabilidade está em nosso DNA e acreditamos que os clientes reconhecem nossas boas práticas. Acreditamos que todos podem se sentir e vestir bem, ao mesmo tempo em que sustentamos uma boa qualidade de vida aos que fazem nossas roupas. Queremos que nossos clientes confiem em nossa capacidade de fazer o certo para que comprem nossos produtos sem enfrentarem dilemas de sustentabilidade. Para isso, estamos tornando a sustentabilidade uma parte integral de nosso processo de elaboração e fornecimento de vestimentas. Focamos em materiais sustentáveis - especialmente o algodão, uma de nossas maiores fontes de obra-prima - e asseguramos que nossas roupas são feitas respeitando as pessoas, os animais e o meio ambiente. Como reconhecimento de nossas práticas sustentáveis, ganhamos o Prêmio de Responsabilidade Corporativa 2017 da Ethical Corporation e o Stop Slavery Awards de 2017.

Nosso comprometimento com 100% de fornecimento de algodão mais sustentável até 2020 já resultou em uma queda significativa no uso de água e emissões de carbono em nossa cadeia de fornecimento, embora ainda estejamos comprometidos a tomar mais medidas para tornar a moda sustentável o modelo comum de negócios. Enquanto caminhamos em direção à moda circular, pretendemos promover convergências através da indústria de vestuário, fazendo parcerias com certas organizações e implementando as iniciativas relevantes para tomar os passos necessários para uma mudança real e duradoura.

Na Vanguarda das Melhores Práticas de Sustentabilidade e Responsabilidade da Indústria



Histórico consolidado de operações e escala sustentável no mercado Brasileiro

Acreditamos que nossas operações são bem estabelecidas, sendo que uma parte importante de nosso futuro depende de nossa habilidade em constantemente identificar as tendências da moda e entregar o melhor produto com o melhor custo-benefício. Nosso histórico de desempenho na cadeia de valor começa com o planejamento de nosso vestuário e produtos de varejo para nossos canais de venda. Nossa equipe interna de designers estabeleceu processos para inspirar, projetar, amostrar e planejar os parâmetros comerciais de nossas coleções (como precificação, variedade de produtos, inventário). Assim, podemos rapidamente traduzir as tendências do mercado em produtos casuais e elegantes a preços acessíveis aos nossos clientes.

Além disso, nossos produtos vêm de um modelo balanceado, no qual aproximadamente 72% dos nossos produtos de vestuário e calçados são provenientes de fornecedores nacionais, empregando produtos de maior qualidade e sustentabilidade.

Nossa posição de liderança é demonstrada pelo nosso histórico operacional e financeiro que permite o desenvolvimento de relações sólidas e estratégicas com nossos fornecedores, possibilitando oferecer aos consumidores uma grande variedade de produtos a preços competitivos. Acreditamos que nossa posição de líder, nossa escalabilidade, volume de negócios e relacionamento com fornecedores no Brasil representam vantagens competitivas e contribuem para o crescimento e rentabilidade de nosso negócio. Também aproveitamos as operações globais de nosso acionista majoritário, permitindo um fornecimento internacional através de uma entidade centralizada, chamada C&A Sourcing, em contato com fornecedores em países-chave da Ásia para antever nossas necessidades.

A nossa rede de lojas é apoiada por três centros de distribuição, dois localizados em São Paulo e um localizado no Rio de Janeiro. Em um deles, possuímos uma operação dedicada à nossa plataforma de comércio eletrônico. Dessa forma otimizamos os nossos processos logísticos trazendo eficiência de custos e estoques, bem como oferecemos aos nossos clientes uma solução integrada que atende os diferentes canais de venda com agilidade e que fornece uma experiência de compra diferenciada.

Administração experiente e talentos engajados e diversificados

Nossa administração possui profissionais com um grande conhecimento do setor varejista brasileiro e uma visão corporativa objetiva, com uma média de 28 anos de experiência. Nossa alta administração é composta por diversas origens e experiências de diferentes indústrias e negócios. Nossa administração construiu uma cultura de excelência operacional e fornece uma experiência de ponta aos consumidores. A experiência e comprometimento de nossa administração são elementos cruciais para o crescimento e sucesso de nossos negócios nos últimos anos, apesar das condições macroeconômicas adversas do Brasil.

Atualmente, temos mais de 15.000 talentos comprometidos a oferecer o melhor serviço e produto possível aos nossos clientes. Nos últimos anos, implementamos programas de capacitação para nossos talentos. Exemplos incluem a promoção da diversidade, com um comitê focado em temas como gênero, orientação sexual e questões raciais. Nossa Universidade C&A cria uma cultura de aprendizado com foco em criar futuros líderes, melhorar serviços, produtos, moda e outras capacidades técnicas através de mais de 200 cursos online e presenciais, com alto engajamento dos nossos funcionários. A Companhia possui programas de trainee focados em desenvolvimento de talentos para áreas comerciais e de lojas, programas de estágio para o escritório matriz além de uso de plataformas digitais para engajar e atrair talentos externos que se enquadrem no nosso modelo de competência.

Temos um histórico de valorizar nossos talentos internos, sendo que 33% dos gerentes das principais áreas de negócios foram promovidos internamente através de programas como trainee e estágios, grandes portas de entrada para nossos futuros líderes. Isso é suportado pelos programas de desenvolvimento internos da Companhia, que envolvem feedbacks e planos de desenvolvimentos individuais, alinhamento de objetivos, coaching e programas anuais de gestão do desempenho, onde 100% dos funcionários participam.

Através do estudo “Great Place to Work”, nossa taxa de resposta atingiu 82%, com um índice de 80%. Na categoria “Employment Engagement”, a taxa de resposta foi de 96%, com 82% sendo favorável à Companhia, demonstrando que a maioria dos funcionários valorizam nossas iniciativas e reconhecem a C&A como uma boa empresa para se trabalhar.

Nossa Estratégia

Nosso objetivo a longo prazo é fortalecer nossa posição de liderança e modelo de negócios. Esperamos alcançar essa meta ao implementar nosso programa de renovação de disposição da loja e acelerar a inauguração de lojas físicas, aproveitando o bom momento macroeconômico brasileiro, lentamente recuperando da recessão.

Também planejamos melhorar nosso DNA digital implementando identificação por radiofrequência - tecnologia RFID que aumenta o escopo de nossa iniciativa de envio direto da loja e a experiência do cliente e fortalece nossas estratégias omni-canal, incluindo o *Click-and-collect*, implementado para desenvolver as soluções digitais através de CRM e análises avançadas. Durante a tomada de decisão acerca do desenvolvimento de nossas atividades e estratégias, levamos em consideração o seguinte:

Acelerar a inauguração de lojas físicas

Buscamos oportunidade de abrir novas lojas físicas no Brasil, tanto em ruas com alto tráfego de pedestres quanto em shopping centers. Identificamos oportunidades de crescimento em todas as regiões do Brasil e de fortalecimento de competitividade, especialmente em shopping centers consolidados e recém-abertos que ainda não possuem uma loja física C&A. Avaliamos oportunidades de abrir lojas físicas em shopping centers que ainda não atuamos, dentre os quais já identificamos mais de 159 possíveis localizações.

Nós acreditamos que nossa longa história com operadores de shopping centers, junto com nossa vasta experiência em abrir lojas físicas e nossa abrangência nacional, pode contribuir para negócios em novos centros comerciais em localizações estratégicas de maneira eficiente.

Desenvolver ainda mais o ecossistema digital e a plataforma omni-canal

Nos beneficiamos do conhecimento do nosso acionista controlador, compartilhando experiências e testando projetos ao redor do mundo para aplicar as melhores soluções a nível regional.

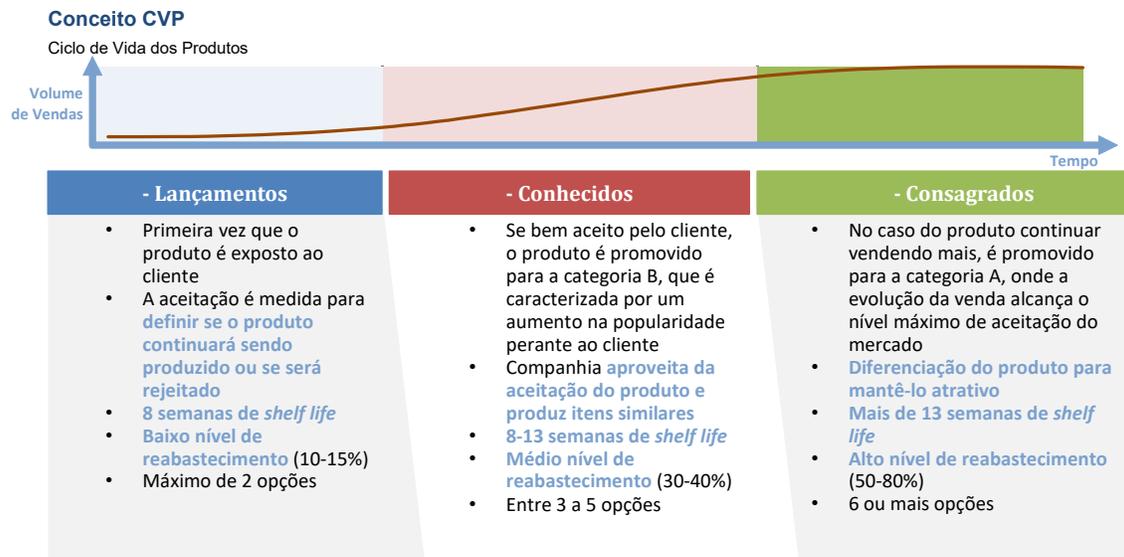
Queremos constantemente implementar iniciativas que melhorem a experiência dos consumidores, a variedade de produtos e a conversão de vendas. Isso inclui estruturar elementos sociais, melhorar nossa plataforma de comércio eletrônico, desenvolver novas tecnologias e utilizar análises avançadas. Por exemplo, para tomarmos decisões precisas baseadas em dados referentes à exposição do produto e a reposição do estoque, planejamos implementar a identificação por radiofrequência - tecnologia RFID - em todas as nossas lojas físicas, melhorando o posicionamento de nossos produtos em lojas para combinar as vendas mais prováveis e fortalecendo nossas iniciativas *cross-selling*.

Otimizar a configuração das lojas físicas para fornecer uma experiência confortável ao cliente e garantir seu retorno

Nossas lojas físicas focam em fornecer uma experiência confortável ao cliente, otimizando a disposição da loja e oferecendo uma grande variedade de produtos e serviços para toda a família.

Nós recentemente renovamos nosso portfólio das lojas físicas, fechando 30 das lojas menos rentáveis entre março de 2015 e fevereiro de 2017, e reformulando a estrutura de 154 lojas físicas desde novembro de 2016 até agosto de 2019 para adequação ao nosso programa de reformulação. Nossas lojas modernizadas já apresentam um melhor desempenho e podemos nos beneficiar ainda mais à medida em que o programa de reformulação avança para todas as nossas lojas físicas.

Em 2018, a Companhia realizou a abertura de novas lojas e a reforma de 60 lojas para o modelo CVP, melhorando a experiência do consumidor e otimizando a área de vendas. Em 2019, a Companhia pretende continuar com os seus planos de expansão e reformas. Continuaremos implementando o programa de reformulação ao longo dos próximos anos.



Otimização da Coleção Apresentada nos Quartinhos Brasil

Produtos **localizados nos pontos focais** ou destacados nas paredes



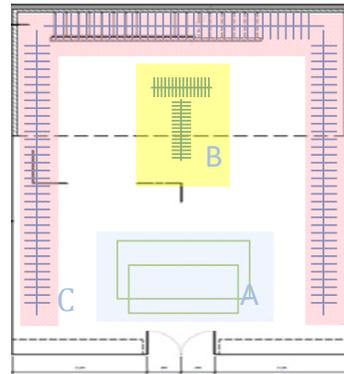
Produtos expostos nas bases das prateleiras, agrupando em grupos de produtos similares



Com a performance de venda comprovada, o produto é colocado em mesas para fácil alcance



Posicionamento dos Produtos



Melhorar as ofertas de produtos financeiros aos clientes

Nós acreditamos que uma maior disponibilidade de crédito continua sendo um elemento-chave para os varejistas do Brasil devido a uma maior frequência de compras e um maior número de cartões fidelidade nas mãos de clientes. Queremos melhorar nossa oferta atual de produtos em nossa parceria com o Banco Bradescard S.A., permitindo uma maneira mais acessível e flexível de comprar nossos produtos de alta qualidade com termos de pagamento com ou sem juros. Vemos essa iniciativa como uma forma de reter clientes, aumentar o ticket médio e a frequência de venda de produtos de varejo.

Desenvolver ainda mais as operações de logística e fornecimento

Em 2018, decidimos integrar as atividades de nossos centros de distribuição, internalizando a operação e o inventário do comércio eletrônico no centro de distribuição de São Paulo, que é encarregado por fornecer para todo o país. Após essa iniciativa, a C&A começou a oferecer entregas no mesmo dia para clientes localizados na cidade de São Paulo, assim como entrega no dia seguinte para clientes de outras cidades definidas. Consideramos abrir um centro de distribuição adicional para apoiar nosso plano de crescimento, permitindo uma administração mais eficiente de nossas lojas físicas.

Também planejamos reforçar nossa logística de acordo com as nossas necessidades, continuamente incrementando nossa premissa aos clientes. Por isso estamos implementando uma integração digital com nossos fornecedores, fornecendo mais agilidade e flexibilidade aos pedidos e fazendo com que as novas tendências estejam rapidamente disponíveis aos consumidores.

Monitorar e analisar as potenciais oportunidades de adquirir operações semelhantes

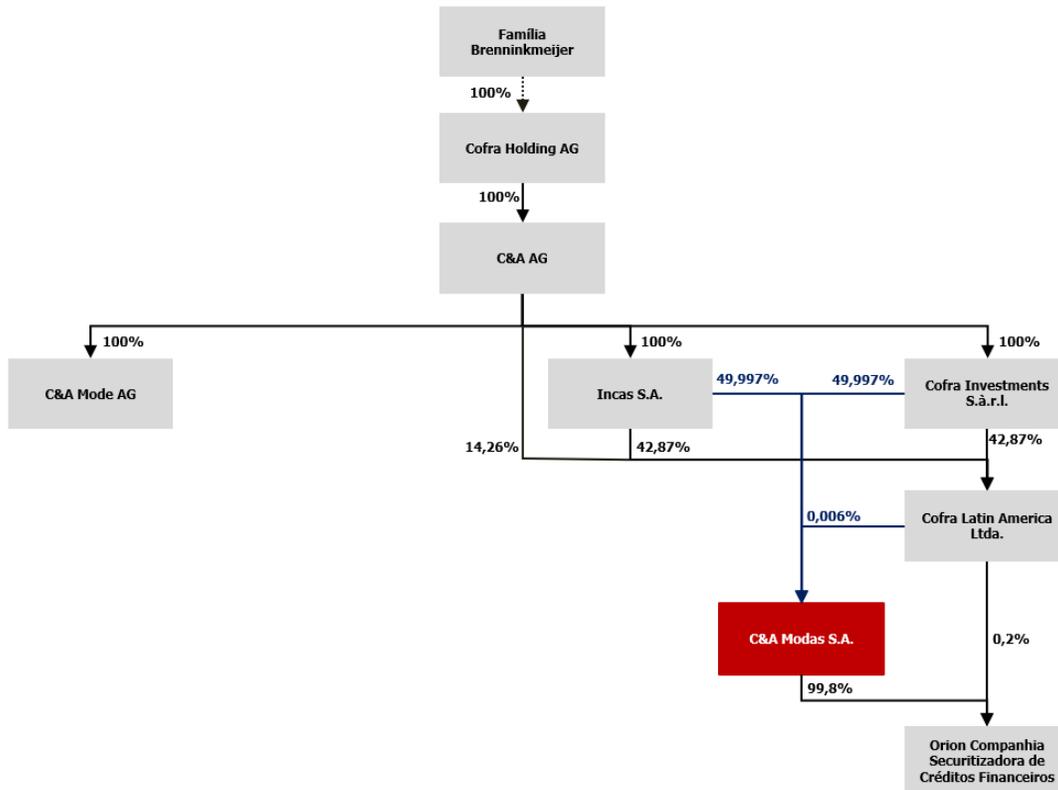
Nós constantemente monitoramos o setor varejista de moda do Brasil e analisamos oportunidades estratégicas de adquirir negócios que complementam o nosso e geram valor aos acionistas. Podemos buscar aquisições de negócios com potencial de crescimento, boas métricas operacionais, sinergia com nossas operações atuais e capacidade de contribuir com nosso plano de expansão. Acreditamos que nossa posição de liderança e nível de escalabilidade nos proporciona o privilégio de aproveitar oportunidades de adquirir tanto marcas quanto negócios.

Resumo de Estratégias para proporcionar crescimento e criação de valor

Estratégias já implementadas	Roll-out do novo conceito de loja	Novas lojas	Digital	Outras
	<ul style="list-style-type: none"> Continuar programa de reforma das lojas com implementação de novo modelo CVP 	<ul style="list-style-type: none"> Execução do programa de expansão de lojas Lista de locais com boa localização comprovada é extenso dado período recente sem expansão significativa (ex. Shopping abertos nos últimos 5 anos) 	<ul style="list-style-type: none"> Interface de compras no varejo Integração contínua entre lojas físicas e soluções digitais, enriquecendo a experiência de compras Aprimoramento do CRM 	<ul style="list-style-type: none"> Iniciativa de terceirização para melhorar margens Novo centro de distribuição push/pull para permitir menor tempo de entrega, menor <i>markdown</i> e suporte ao plano de expansão Melhorias no RFS para beneficiar vendas de vestuário 

Estrutura societária

A estrutura societária da Companhia é a seguinte:



Principais fatores de risco relativos à Companhia

Nossa proposta comercial está sujeita a riscos de gerenciamento de estoque, de variações climáticas e de mudanças nas preferências dos consumidores e tendências de moda.

Estamos sujeitos a vários riscos relacionados à reposição e otimização de estoque. Por exemplo, estamos sujeitos a riscos relacionados à sazonalidade, lançamento de novos produtos, mudanças rápidas nos ciclos e preços de produtos, produtos defeituosos, mudanças na demanda do consumidor e nos padrões de gastos, entre outros fatores. A demanda por nossos produtos pode mudar significativamente entre o momento da compra de nossos fornecedores e a venda para nossos clientes de varejo, o que pode reduzir nossa capacidade de vender nossos produtos mantidos em estoque. A definição da coleção é um dos nossos principais diferenciais estratégicos em relação ao mercado e, portanto, o apelo da marca de terceiros, a seleção de produtos, a qualidade dos tecidos e as mudanças climáticas são considerados riscos estratégicos durante a construção da coleção.

Não podemos fornecer qualquer garantia de que selecionaremos corretamente novos produtos a serem fabricados ou importados ou que nossa estimativa inicial da demanda de qualquer produto será mantida ou precisa. Certos produtos que compramos podem exigir prazos de entrega mais longos e nossos fornecedores podem não aceitar devoluções ou trocas desses produtos. Por fim, podemos não conseguir vender nossos produtos em quantidades suficientes ou durante os períodos de pico de vendas, o que causaria ineficiência em nosso volume de estoque. A ocorrência de qualquer um dos fatores acima pode afetar adversamente nossos resultados operacionais.

Períodos prolongados de temperaturas mais altas durante o inverno ou mais frias durante o verão podem deixar uma parte do nosso inventário incompatível com tais condições inesperadas. Desta forma, períodos de clima alterado podem nos levar a vender o excesso de nossos estoques a preços descontados, reduzindo nossas margens, o que pode ter um efeito material negativo. Isso pode ser mais significativo nos casos de coleções de inverno, que têm preços médios mais altos.

Outro risco para o gerenciamento de estoques é a sazonalidade. Tipicamente, nossas vendas são desproporcionalmente maiores no quarto trimestre de cada ano fiscal devido ao aumento das vendas durante as temporadas de Natal e Black Friday. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, 33,5% de nossas vendas líquidas foram geradas no quarto trimestre. Como resultado, qualquer crise econômica, interrupção de nossos negócios ou de nossos fornecedores ou outras circunstâncias que afetem nossos negócios no último trimestre de qualquer exercício fiscal teria um efeito negativo desproporcional sobre nossa condição financeira e resultados operacionais.

Adicionalmente, para nos prepararmos para temporadas de compras, devemos comprar e estocar uma quantidade de estoque maior do que a que temos em outras épocas do ano e contratar pessoal temporário para nossas lojas. Qualquer redução não planejada ou apropriação da demanda por nossos produtos durante este período de pico de compras - ou mesmo o número de funcionários temporários contratados - pode nos obrigar a vender o estoque excedente a um preço substancialmente mais baixo, o que afetaria negativamente nossos resultados operacionais e condição financeira. Tais flutuações em nossos resultados operacionais e condição financeira podem afetar o valor de mercado de nossas ações ordinárias.

Por fim, sobre o tema das tendências de moda e as preferências de nossos clientes, concorremos com várias outras empresas de vestuário com base em preço, qualidade, seleção de marca, atendimento ao cliente, promoções, localização de loja e decoração. Acreditamos que a venda de produtos diferenciados e a satisfação do cliente estão entre as metas mais desafiadoras do nosso negócio. Nossos produtos devem apelar para uma base de clientes cujas preferências não podem ser previstas com precisão e estão sujeitas a mudanças rápidas.

Nós estamos expostos a riscos relacionados ao financiamento e empréstimo de clientes pela nossa parceria.

Nós temos um acordo de parceria exclusiva com o Banco Bradescard S.A. para oferecer aos nossos clientes serviços financeiros, incluindo cartões de crédito e empréstimos pessoais. Nossa parceria é responsável por financiar aproximadamente 22% das nossas vendas, inclusive pagamentos parcelados. As políticas de financiamento e definições dos serviços financeiros ofertados aos nossos clientes são estabelecidas pelo nosso parceiro, que pode impor regras que restringem a concessão de crédito aos nossos clientes afetando de maneira adversa os nossos negócios e estratégia de expansão.

Adicionalmente, se as condições econômicas no Brasil se deteriorarem ainda mais devido a, entre outros fatores, desaceleração da atividade econômica, depreciação do real, inflação, aumento das taxas de juros domésticas ou aumento das taxas de desemprego, um percentual maior dos nossos clientes, os quais são mais sensíveis a tais fatores, pode entrar em inadimplência, aumentando nossas perdas e provisões para devedores, o que levaria o nosso parceiro a restringir a concessão de crédito aos nossos clientes. Adicionalmente, nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados se a demanda de crédito dos consumidores diminuir, o governo brasileiro implementar políticas restritivas de crédito ao consumidor. Assim, afetando significativamente de maneira adversa nossos negócios.

O fracasso em controlar adequadamente fraudes em cartões de crédito pode resultar em perdas significativas, ferir nossa reputação e nossa marca, o que pode adversamente nos afetar. Por fim, se nosso relacionamento com o parceiro se encerrar antecipadamente, nós podemos estar sujeitos a multas contratuais e penalidades, e nossa receita com serviços financeiros pode ser adversamente afetada.

Nós podemos enfrentar dificuldades em abrir novas lojas e/ou operar nossas lojas existentes, o que pode adversamente afetar nossas vendas e resultados operacionais.

Nosso crescimento depende de nossa habilidade de, com sucesso, abrir novas lojas e/ou operar nossas lojas existentes, o que está sujeito a diversos riscos e incertezas, muito dos quais estão além do nosso controle, incluindo, mas não se limitando à disponibilidade de locais desejáveis para lojas e disponibilidade e precisão de dados demográficos e de mercado, bem como nossa habilidade de determinar a demanda de nossos produtos, satisfazer as preferências de moda de nossos clientes, obter as licenças e autorizações governamentais necessárias, negociar contratos de locação em condições razoáveis, construir e equipar eficientemente as novas lojas, fornecer níveis suficientes de estoque para atender às necessidades de nossas lojas, integrar com sucesso novas lojas em nossos sistemas e operações existentes, acompanhar novos e atuais concorrentes, identificar pontos estratégicos de vendas, concluir projetos de construção e reforma de lojas, atrair, contratar, treinar e reter pessoal qualificado e administrar o processo de expansão.

Eventual abertura de novas lojas nos estados brasileiros pode resultar em desafios de concorrência, marketing e distribuição; ainda, quando novas aberturas de lojas ocorrem em mercados onde já possuímos lojas, podemos experimentar uma redução nas vendas líquidas de lojas pré-existentes nesses mercados devido ao deslocamento de vendas, o que pode nos afetar adversamente.

Eventual expansão, construção e remodelação de lojas novas e existentes, conforme o caso, podem deteriorar nossas margens de lucro até que tais investimentos atinjam a maturidade e, conseqüentemente, podemos não ser capazes de manter o mesmo crescimento de vendas líquidas e lucro por metro quadrado, o que pode afetar negativamente nossos negócios, vendas e resultados operacionais.

Somos altamente dependentes de sistemas de tecnologia da informação para operar nossos negócios.

Dependemos em grande parte da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional do data center e de vários sistemas (nossos ou de terceiros), incluindo sistemas de ponto de venda nas lojas, sistemas de comunicação, e diversos outros softwares usados para controlar o estoque e gerar relatórios de desempenho financeiro e comercial. Adicionalmente, nossa plataforma e-commerce (sítio eletrônico e aplicativo) é um importante canal para apresentar nosso negócio, identidade e marcas para nossos consumidores, e uma fonte de informação e meio de interação para os consumidores de nossos produtos. Conseqüentemente, contamos com os nossos sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar dados eletrônicos, bem como para nos comunicar com consumidores e fornecedores. Os nossos sistemas de informação podem sofrer interrupções devido a fatores que estão além do nosso controle, tais como desastres naturais, ataques de *hackers*, problemas de telecomunicações, vírus, softwares maliciosos, entre outros fatores. Na eventualidade de falhas ou interrupção dos nossos sistemas de tecnologia da informação, podemos perder dados, ficar sujeitos à violação de dados ou não conseguirmos realizar transações comerciais e, dessa forma, deixarmos de ganhar receitas de vendas, o que pode nos ocasionar um efeito adverso relevante.

Para atingir nossa estratégia de crescimento, nós podemos precisar melhorar continuamente nossos sistemas operacionais e financeiros, processamento de transações, procedimentos e controles, levando a custos e despesas adicionais ou problemas de integração, o que pode ter efeito adverso nos nossos resultados financeiros.

Além disso, sistemas de tecnologia estão sujeitos a constantes atualizações e se não conseguirmos atualizá-los corretamente, as nossas operações poderão ser prejudicadas, o que pode nos causar efeito adverso.

Aquisições e investimentos em novas empresas e negócios, bem como a incapacidade de produzir os resultados esperados de uma aquisição ou investimento, ou de integrar plenamente uma empresa adquirida, podem impactar adversamente nossos negócios.

Podemos eventualmente adquirir ou investir em empresas ou negócios. O sucesso de referidas aquisições ou investimentos se baseia na nossa capacidade de estabelecer premissas precisas relativas à avaliação, às operações, ao potencial de crescimento, à integração e a outros fatores relacionados aos respectivos negócios. Não podemos garantir que as nossas aquisições ou investimentos produzirão os resultados que esperamos no momento em que celebramos ou concluímos uma determinada operação. Além disso, as novas aquisições podem resultar em dificuldades na integração das empresas adquiridas, bem como no desvio do nosso capital e da atenção da nossa administração de outras oportunidades de negócios. Podemos não conseguir integrar com sucesso as operações que adquirimos, incluindo os seus colaboradores, sistemas financeiros, distribuição ou procedimentos operacionais, o que pode impactar adversamente nossos negócios. A integração de qualquer uma das empresas adquiridas e seus resultados financeiros pode afetar os nossos resultados operacionais de maneira adversa.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” nas páginas 20 e 62, respectivamente, deste Prospecto e na seção “4. Fatores de Risco” do nosso Formulário de Referência, e nas demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Acionistas Vendedores	COFRA Investments S.A.R.L. e Incas S.A.
Ações	As 98.630.146 ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem distribuídas no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.
Ações da Oferta Primária	49.315.068 novas ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem distribuídas no âmbito da Oferta Primária.
Ações da Oferta Secundária	49.315.078 ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de titularidade dos Acionistas Vendedores a serem distribuídas no âmbito da Oferta Secundária, sem considerar as Ações Suplementares.
Ações Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) foi, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, acrescida em 20% (vinte por cento), ou seja, em 16.438.358 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.
Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (Free Float)	Antes da realização da Oferta não existiam ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e o exercício da Opção de Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, 82.191.788 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 26,66% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado. Considerando as Ações Adicionais e o exercício da Opção de Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, 98.630.146 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 32,00% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção “Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social” na página 38 deste Prospecto.

Ações Suplementares	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 12.328.768 ações ordinárias de emissão da Companhia alienadas pelos Acionistas Vendedores, em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, destinado, conforme opção a ser outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação (conforme definido neste Prospecto), opção essa a ser exercida nos termos dos normativos aplicáveis, em especial, a Instrução CVM 400.
Agente Estabilizador	Banco Morgan Stanley S.A.
Agentes de Colocação Internacional	O Morgan Stanley & Co. LLC, o Bradesco Securities Inc., o BTG Pactual US Capital LLC., o Citigroup Global Markets Inc., o Santander Investment Securities Inc. e o XP Securities, LLC.
Anúncio de Encerramento	O Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da C&A Modas S.A., informando acerca do resultado final da Oferta, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 59 deste Prospecto.
Anúncio de Início	O Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da C&A Modas S.A., informando acerca do início do Período de Colocação, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 59 deste Prospecto.
Anúncio de Retificação	Anúncio comunicando a eventual suspensão, cancelamento, revogação ou modificação da Oferta, ou ainda quando for verificada divergência relevante entre as informações constantes no Prospecto Preliminar e neste Prospecto Definitivo, que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não Institucional e pelo Investidor Institucional quando da sua decisão de investimento, a ser disponibilizado pela Companhia, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 59 deste Prospecto.

Aprovações Societárias

O Conselho de Administração da Companhia se reuniu e aprovou em 28 de agosto de 2019, a submissão do pedido de registro inicial de emissor de valores mobiliários na categoria “A”, bem como do pedido de análise reservada da Oferta, além do encaminhamento para aprovação da Assembleia Geral de acionistas dos termos e condições da presente Oferta.

A autorização para a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, a autorização para a administração da Companhia realizar a submissão do pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de listagem da B3 denominado Novo Mercado (“Novo Mercado”) e a alteração e consolidação de seu estatuto social para refletir os ajustes necessários pelo Novo Mercado, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 2 de outubro de 2019, cuja ata foi devidamente registrada na JUCESP, publicada na Central de Balanços da Receita Econômica Federal e disponibilizada no site da Companhia.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de outubro de 2019, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP, publicada na Central de Balanços da Receita Econômica Federal e disponibilizada no site da Companhia no dia útil subsequente.

A COFRA e a Incas aprovaram e ratificaram por meio de Reunião da Diretoria e por meio de Reunião do Conselho de Administração, respectivamente, a alienação das Ações no âmbito da Oferta Secundária e a realização de todos os atos relacionados. Ambos atos societários foram realizados em 25 de outubro de 2019.

Atividade de Estabilização

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar atividades de estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente aprovado pela CVM e pela B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Aviso ao Mercado

Aviso ao Mercado da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da C&A Modas S.A. disponibilizado em 4 de outubro de 2019 e novamente disponibilizado em 14 de outubro de 2019, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, conforme o caso, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 59 deste Prospecto.

Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R\$1.035.720.002,00, totalmente subscrito e integralizado, representado por 258.930.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Para informações adicionais sobre o Capital Social da Companhia após a Oferta favor consultar as Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social, a partir da página 38 deste Prospecto.

Contrato de Colocação

Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da C&A Modas S.A., celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores, pelos Coordenadores da Oferta e pela B3, na qualidade de interveniente anuente.

Contrato de Colocação Internacional

Placement Facilitation Agreement, contrato celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular os esforços de colocação das Ações pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior.

Contrato de Empréstimo

Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão do C&A Modas S.A., celebrado entre os Acionistas Vendedores, na qualidade de doadores, o Agente Estabilizador, a Corretora e, na qualidade de interveniente anuente, a Companhia.

Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da C&A Modas S.A., celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores, pelo Agente Estabilizador, pela Corretora e, na qualidade de intervenientes anuentes, pelos demais Coordenadores da Oferta, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Coordenadores da Oferta	O Banco Morgan Stanley S.A, o Banco Bradesco BBI S.A., o Banco BTG Pactual S.A., a Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., o Banco Santander (Brasil) S.A. e a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., considerados em conjunto.
Corretora	Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Cronograma Estimado da Oferta	Ver a seção “Informações sobre a Oferta – Cronograma Estimado da Oferta” na página 44 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data de liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), que deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação com a entrega das Ações aos respectivos investidores.
Data de Liquidação das Ações Suplementares	Data de liquidação física e financeira das Ações Suplementares, que ocorrerá dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis contados a partir da data do eventual exercício da Opção de Ações Suplementares.
Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária serão destinados para (i) pré-pagamento de empréstimos entre empresas do mesmo grupo; e (ii) expansão orgânica. A Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da Oferta Secundária, sendo que os Acionistas Vendedores receberão todos os recursos líquidos dela resultantes. Para mais informações, ver seção “Destinação dos Recursos”, na página 93 deste Prospecto.
Fatores de Risco	Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à subscrição/aquisição das Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, a partir das páginas 20 e 62 deste Prospecto, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos no item “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência anexo a este Prospecto, contido na página 391, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.

Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, que consiste na obrigação de subscrição/aquisição e integralização/liquidação na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, e sem considerar as Ações Suplementares) que, uma vez subscritas/adquiridas por investidores no mercado, não forem integralizadas/liquidadas por tais investidores, na proporção e até o limite individual da garantia firme prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, nos termos do Contrato de Colocação. Tal Garantia Firme de Liquidação, individual e não solidária, é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional, concedido o registro da Companhia como companhia aberta sob a categoria "A" pela CVM, concedido o registro da Oferta pela CVM, disponibilizado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Caso as Ações efetivamente subscritas/adquiridas (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por esses até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, subscreverá/adquirirá e integralizará/liquidará, de forma individual e não solidária, na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual indicado do Contrato de Colocação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) efetivamente colocadas e liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação. A proporção estabelecida no Contrato de Distribuição poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Não foi admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Caso as Ações não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais deverão ser integralmente devolvidos, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, se for o caso, de quaisquer tributos, eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - Na medida em que não foi admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta”, na página 65 deste Prospecto.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da garantia firme de liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em revender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que o disposto neste parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização.

As Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação.

Inadequação da Oferta

O investimento nas Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, a Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir Ações ou com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Informações Adicionais

O pedido de registro da Oferta foi protocolado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelo Coordenador Líder perante a CVM em 30 de agosto de 2019, estando a presente Oferta sujeita a prévia aprovação e registro da CVM.

É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto e do Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta ou, ainda, a realização de reserva de Ações, deverão dirigir-se, a partir da data de disponibilização do Aviso ao Mercado, aos endereços e páginas da rede mundial da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta e/ou da CVM.

Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção “Informações Adicionais” na página 61 deste Prospecto.

Instituições Consorciadas

Determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas perante a B3, convidadas a participar da Oferta, exclusivamente, para efetuar esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais.

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, quando referidos em conjunto.

Investidores Estrangeiros

Investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na *Rule 144A* do *Securities Act*, editado pela SEC, em operações isentas de registro nos Estados Unidos da América em conformidade com o *Securities Act*, e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, e, nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non U.S. Persons*), em conformidade com o *Regulation S* editado pela SEC no âmbito do *Securities Act*, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei nº 4.131 ou da Resolução CMN nº 4.373 e da Instrução CVM 560.

Investidores Institucionais

Investidores Institucionais Locais e Investidores Estrangeiros, considerados em conjunto.

Investidores Institucionais Locais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, que não sejam consideradas Investidores Não Institucionais, em qualquer caso, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), inexistindo limitação no valor máximo, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM que apresentem intenções específicas e globais de investimentos, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM, inexistindo, para estes, valores mínimos ou máximos de investimento, nos termos da Instrução CVM 554.
Investidores Não Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, que não sejam considerados Investidores Institucionais, que realizaram Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva.
Morgan Stanley	Banco Morgan Stanley S.A.
Negociação na B3	<p>As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado da B3, a partir do dia útil seguinte à disponibilização do Anúncio de Início, sob o código "CEAB3".</p> <p>A Companhia a B3 celebrarão, até a data de divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Participação no Novo Mercado, data na qual referido contrato entrará em vigor, aderindo ao segmento especial de listagem do mercado de ações da B3 denominado Novo Mercado, regido pelo Regulamento do Novo Mercado, o qual estabelece regras de governança corporativa mais rigorosas que as disposições da Lei das Sociedades por Ações, particularmente em relação à transparência e proteção aos acionistas minoritários. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas de forma resumida na seção "12.12. – Práticas de Governança Corporativa" do Formulário de Referência.</p>
Oferta	A Oferta Primária e a Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
Oferta Primária	A distribuição pública primária de 49.315.068 Ações, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio dos Coordenadores da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.

Oferta Secundária	A distribuição pública secundária de, inicialmente, 49.315.078 Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio dos Coordenadores da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.
Oferta de Varejo	Distribuição de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 20% (vinte por cento) do total das Ações (considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, destinada prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais, que realizaram Pedido de Reserva, conforme previsto no artigo 12, inciso II do Regulamento do Novo Mercado.
Oferta Institucional	Oferta pública de distribuição das Ações realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais. Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes foram destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não tendo sido admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e inexistindo valores mínimos ou máximos de investimento e assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se estava cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .
Opção de Ações Suplementares	Opção para distribuição das Ações Suplementares, conforme previsto no artigo 24 da Instrução CVM 400, outorgada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, a ser exercida nos termos dos normativos aplicáveis, em especial, a Instrução CVM 400. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. As Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação.
Pedido de Reserva	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretroatável, destinado à subscrição/aquisição das Ações no âmbito da Oferta de Varejo, preenchido pelos Investidores Não Institucionais ao realizarem solicitação de reservas antecipadas de Ações durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada.

Período de Colocação	Prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, que se iniciará em 25 de outubro de 2019 e se encerrará em 29 de outubro de 2019, para efetuar a colocação das Ações.
Período de Reserva	Período para os Investidores Não Institucionais efetuarem seus Pedidos de Reserva, com uma única Instituição Consorciada, de 14 de outubro de 2019, inclusive, a 23 de outubro de 2019, inclusive.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período para os Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas efetuarem seus Pedidos de Reserva, com uma única Instituição Consorciada, de 14 de outubro de 2019, inclusive, a 15 de outubro de 2019, inclusive, período este que antecedeu em pelo menos 7 (sete) dias úteis à conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , sendo que nesse caso os Pedidos de Reserva realizados por Pessoas Vinculadas não estiveram sujeitos a eventual cancelamento por excesso de demanda.
Pessoas Vinculadas	Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, são consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores ou administradores da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau; (ii) controladores ou administradores dos Coordenadores da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos dos Coordenadores da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços aos Coordenadores da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com os Coordenadores da Oferta e/ou os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelos Coordenadores da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas vinculadas aos Coordenadores da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a Pessoas Vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros que não sejam Pessoas Vinculadas.
Prazo de Distribuição	Prazo para a distribuição das Ações, que terá início na data de disponibilização do Anúncio de Início e será encerrado na data de disponibilização do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400.

Preço por Ação

Preço de subscrição ou aquisição das Ações no âmbito da Oferta, conforme o caso, que foi fixado após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

No contexto da Oferta, o preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação foi fixado em R\$16,50.

O Preço por Ação foi calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação foi justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participaram do processo de determinação do Preço por Ação.**

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderia resultar em redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter afetado adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderia resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário”, na página 64 deste Prospecto.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais a ser realizado no Brasil pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e, no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44, ambos da Instrução CVM 400. **Os Investidores Não Institucionais não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participaram do processo de determinação do Preço por Ação.**

Foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, tendo em vista que foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não foi permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, tendo sido suas intenções de investimento automaticamente canceladas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderia resultar em redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter afetado adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderia resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário” na página 64 deste Prospecto.**

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Recomenda-se aos potenciais investidores que leiam este Prospecto, em especial as seções “Fatores de Risco relacionados à Oferta e às Ações” e “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia”, bem como o item 4 do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.

Produto da Colocação da Oferta

A soma do Produto da Colocação da Oferta Base e do Produto da Colocação das Ações Suplementares.

Produto da Colocação da Oferta Base	O produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.
Produto da Colocação das Ações Suplementares	O produto resultante da multiplicação entre (i) o número total de Ações Suplementares efetivamente colocadas; e (ii) o Preço por Ação.
Público Alvo da Oferta	As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações, nos termos da Instrução CVM 400 e conforme previsto no Contrato de Colocação, por meio da Oferta de Varejo e da Oferta Institucional, sendo que (i) a Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais; e (ii) a Oferta Institucional será realizada junto a Investidores Institucionais, sendo que os Investidores Estrangeiros deverão investir nas Ações por meio de mecanismos de investimentos regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM.
Resolução de Conflitos	Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, a Companhia, seus acionistas e seus administradores se obrigaram a resolver por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre tais partes no que tange a Companhia, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Regulamento do Novo Mercado, no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Sanções, do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem, nos termos deste último.
Restrição à Venda de Ações (Lock-up)	A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Administradores se obrigaram perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a celebrar os acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia (" <u>Instrumento de Lock-Up</u> "), pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início e observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional e/ou nos respectivos Instrumentos de <i>Lock-up</i> , por meio dos quais estes não poderão efetuar quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao <i>Lock-up</i> , sujeito a determinadas exceções: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao <i>Lock-up</i> ; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao <i>Lock-up</i> ; (iii) celebrar qualquer contrato de <i>swap</i> , <i>hedge</i> ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao <i>Lock-up</i> ; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii). A vedação não se aplicará nas hipóteses descritas no artigo 48, inciso II da Instrução CVM 400, assim como nas hipóteses descritas nos Instrumentos de <i>Lock-up</i> .

As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses: (i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o *trust* comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, dos signatários do instrumento de *lock-up*; (iv) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do instrumento de *lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Colocação e do Contrato de Estabilização; e (v) transferências em conexão com a venda de valores mobiliários recebidos exclusivamente em decorrência do exercício de opções nos termos de qualquer plano de opções de compra de ações da Companhia.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. **Para mais informações, veja seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações - A emissão e venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia, inclusive pelos Acionistas Vendedores, após a conclusão da Oferta e o período de *Lock-up*, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia”, na página 64 deste Prospecto.**

Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva

O valor mínimo de pedido de investimento é de R\$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento é de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) por Investidor Não Institucional, no âmbito da Oferta de Varejo.

Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-Up*

Quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia.

Valor Total da Oferta

R\$1.627.397.409,00, com base no Preço por Ação, sem considerar as Ações Suplementares.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R\$1.035.720.002,00 (um bilhão, trinta e cinco milhões, setecentos e vinte mil e dois reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 258.930.000 (duzentos e cinquenta e oito milhões, novecentos e trinta mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, em até 135.000.000 (cento e trinta e cinco milhões) novas ações ordinárias e, portanto, até o limite de 393.930.000 ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de integralização de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos nossos atuais acionistas.

O quadro abaixo indica a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta, considerando os efeitos da eventual subscrição acima.

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor ⁽¹⁾⁽²⁾ (em R\$)
Ordinárias	258.930.000	1.035.720.002,00	308.245.068	1.849.418.624,00
Total	258.930.000	1.035.720.002,00	308.245.068	1.849.418.624,00

(1) Com base no Preço por Ação de R\$16,50.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções.

Principais Acionistas e Administradores

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% (cinco por cento) ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia e pelos membros Administração, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta. As Ações que passarão a ser detidas pelos membros da Administração após a conclusão da Oferta serão transferidas pela acionista COFRA Investments SARL, no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, descrito na seção “Diluição”, na página 96 deste Prospecto, sem qualquer diluição para os acionistas da Companhia.

Na hipótese de colocação total das Ações (considerando as Ações Adicionais), sem considerar o exercício da opção de Ações Suplementares:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
COFRA Investments SARL.....	129.456.439	50,00%	104.222.783	33,81%
Incas S.A.....	129.456.439	50,00%	104.798.900	34,00%
COFRA Latin America Ltda.....	17.122	0,01%	17.122	0,01%
Ações em tesouraria	0	0,00%	0	0,00%
Outros	0	0,00%	98.630.146	32,00%
Administradores	0	0,00%	576.117	0,19%
Total	258.930.000	100,0%	308.245.068	100,0%

Na hipótese de colocação total das Ações (considerando as Ações Adicionais), considerando o exercício da opção de Ações Suplementares:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
COFRA Investments SARL.....	129.456.439	50,00%	98.058.399	31,81%
Incas S.A.....	129.456.439	50,00%	98.634.516	32,00%
COFRA Latin America Ltda.....	17.122	0,01%	17.122	0,01%
Ações em tesouraria.....	0	0,00%	0	0,00%
Outros.....	0	0,00%	110.958.914	36,00%
Administradores.....	0	0,00%	576.117	0,19%
Total.....	258.930.000	100,0%	308.245.068	100,0%

Identificação dos Acionistas Vendedores

Segue abaixo descrição sobre os Acionistas Vendedores:

COFRA INVESTMENTS SARL, sociedade organizada e existente de acordo com as leis de Luxemburgo, com sede na 19/21 Route d'Arlon, L-8009 Strassen, Luxemburgo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.049.145/0001-63.

INCAS S.A., sociedade organizada e existente de acordo com as leis de Luxemburgo, com sede na 19/21 Route d'Arlon, L-8009 Strassen, Luxemburgo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.049.146/0001-08.

Para informações adicionais, os investidores devem ler o item "15. Controle" do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Quantidade, montante e recursos líquidos

A tabela, abaixo, apresenta a quantidade de Ações (considerando as Ações Adicionais) (i) a ser emitida pela Companhia; e (ii) a ser alienada pelos Acionistas Vendedores, sem considerar as Ações Suplementares:

Ofertantes	Quantidade	Montante ⁽¹⁾	Recursos Líquidos ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾ (R\$)
Companhia.....	49.315.068,00	813.698.622,00	813.698.622
COFRA Investments SARL.....	24.657.539	406.849.393,50	364.130.213
Incas S.A.	24.657.539	406.849.393,50	392.609.665
Total.....	98.630.146	1.627.397.409,00	1.570.438.500

(1) Com base no Preço por Ação de R\$16,50.

(2) Sem dedução das despesas da Oferta, tributos e outras retenções e considerando o pagamento integral das Comissões da Oferta pelos Acionistas Vendedores.

(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

(4) Sem considerar as Ações alienadas pela COFRA Investments SARL aos membros da Administração da Companhia no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra e Venda de Ações.

A tabela, abaixo, apresenta a quantidade de Ações (considerando as Ações Adicionais) (i) a ser emitida pela Companhia; e (ii) a ser alienada pelos Acionistas Vendedores, considerando as Ações Suplementares:

Ofertantes	Quantidade	Montante⁽¹⁾	Recursos Líquidos⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾ (R\$)
Companhia.....	49.315.068,00	813.698.622,00	813.698.622
COFRA Investments SARL.....	30.821.923	508.561.729,50	462.282.617
Incas S.A.....	30.821.923	508.561.729,50	490.762.069
Total	110.958.914	1.830.822.081	1.766.743.308

(1) Com base no Preço por Ação de R\$16,50.

(2) Sem dedução das despesas da Oferta, tributos e outras retenções e considerando o pagamento integral das Comissões da Oferta pelos Acionistas Vendedores.

(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

(4) Sem considerar as Ações alienadas pela COFRA Investments SARL aos membros da Administração da Companhia no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra e Venda de Ações.

Descrição da Oferta

A Oferta consiste (i) na distribuição pública primária de, inicialmente, 49.315.068,00 novas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) na distribuição secundária de, 49.315.078 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta com a participação de determinadas Instituições Consorciadas, convidadas a participar da Oferta, exclusivamente, para efetuar esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais, observado o disposto na Instrução CVM 400 e demais normativos aplicáveis, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado. Foram também realizados, simultaneamente, pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei 4.131 ou da Resolução CMN 4.373 e da Instrução CVM 560, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) foi, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, acrescida em 20% (vinte por cento), ou seja, em 16.438.358,00 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 12.328.768,00 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção a ser outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação (conforme definido neste Prospecto), opção essa a ser exercida nos termos dos normativos aplicáveis, em especial, a Instrução CVM 400. o Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação.

As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta em regime de Garantia Firme de Liquidação. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei do Mercado de Capitais.

A Oferta foi registrada no Brasil junto à CVM, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. Exceto pelo registro na CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser objeto de ofertas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. Persons*, conforme definido no *Securities Act*, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro do *Securities Act*.

Aprovações Societárias

O Conselho de Administração da Companhia se reuniu e aprovou em 28 de agosto de 2019, a submissão do pedido de registro inicial de emissor de valores mobiliários na categoria “A”, bem como do pedido de análise reservada da Oferta, além do encaminhamento para aprovação da Assembleia Geral de acionistas dos termos e condições da presente Oferta.

A autorização para a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, a autorização para a administração da Companhia realizar a submissão do pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de listagem da B3 denominado Novo Mercado (“Novo Mercado”) e a alteração e consolidação de seu estatuto social para refletir os ajustes necessários pelo Novo Mercado, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02 de outubro de 2019, cuja ata foi devidamente registrada na JUCESP, publicada na Central de Balanços da Receita Econômica Federal e disponibilizada no site da Companhia.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de outubro de 2019, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP, publicada na Central de Balanços da Receita Econômica Federal e disponibilizada no site da Companhia no dia útil subsequente.

A COFRA e a Incas aprovaram e ratificaram por meio de Reunião da Diretoria e por meio de Reunião do Conselho de Administração, respectivamente, a alienação das Ações no âmbito da Oferta Secundária e a realização de todos os atos relacionados. Ambos atos societários foram realizados em 25 de outubro de 2019.

Preço por Ação

No contexto da Oferta o Preço por Ação foi fixado em R\$16,50.

O Preço por Ação foi fixado após a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e, no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44, ambos da Instrução CVM 400.

O Preço por Ação foi calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação foi justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem adquiridas foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participaram do processo de determinação do Preço por Ação.**

Foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, em 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, tendo em vista que foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não foi permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, tendo sido suas intenções de investimento automaticamente canceladas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderia ter resultado em redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter afetado adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderia ter resultado na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário” na página 64 deste Prospecto.**

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Custos de Distribuição

As despesas com taxas de registro junto à CVM e ANBIMA, custos B3 e outras despesas relacionadas serão arcadas pela Companhia e as comissões, custos com impostos, taxas e outras retenções, despesas de auditores, advogados, consultores, conforme descritas abaixo serão, integralmente, pagas pelos Acionistas Vendedores.

Segue, abaixo, detalhamento dos custos estimados da Oferta:

Custos	Valor total⁽¹⁾⁽⁵⁾	% em Relação ao Valor Total da Oferta⁽¹⁾⁽²⁾⁽⁴⁾⁽⁵⁾	Custo unitário por Ação⁽¹⁾⁽²⁾	% em Relação ao Preço por Ação⁽¹⁾
	<i>(R\$)</i>		<i>(R\$)</i>	
Comissão de Coordenação.....	8.136.987,05	0,50%	0,08	0,50%
Comissão de Colocação.....	24.410.961,14	1,50%	0,25	1,50%
Comissão de Garantia Firme ⁽³⁾	8.136.987,05	0,50%	0,08	0,50%
Remuneração de Incentivo ⁽⁶⁾	16.273.974,09	1,00%	0,17	1,00%
Total de Comissões.....	56.958.909,32	3,50%	0,58	3,50%
Impostos, Taxas e Outras Retenções.....	6.083.602,38	0,37%	0,06	0,37%
Taxa de Registro na CVM.....	634.628,72	0,04%	0,01	0,04%
Custos da B3.....	689.279,09	0,04%	0,01	0,04%
Taxa de Registro na ANBIMA.....	65.632,94	0,00%	0,00	0,00%
Despesas com Auditores.....	1.516.035,00	0,09%	0,02	0,09%
Despesas com Advogados e Consultores.....	5.000.000,00	0,31%	0,05	0,31%
Outras Despesas.....	2.500.000,00	0,15%	0,03	0,15%
Total de Despesas.....	16.489.178,13	1,01%	0,17	1,01%
Total de Comissões e Despesas⁽⁷⁾⁽⁸⁾....	73.448.087,44	4,51%	0,74	4,51%

(1) Com base no Preço por Ação.

(2) Considerando o valor de R\$16,50.

(3) Sem considerar o exercício da opção de Ações Suplementares.

(4) Devida aos Coordenadores da Oferta.

(5) Os valores e percentuais apresentados refletem ajustes de arredondamento e, assim, os totais apresentados podem não corresponder à soma aritmética dos números que os precedem.

(6) Considerando que a Remuneração de Incentivo é 1% (um por cento) sobre o Produto da Colocação da Oferta. A Remuneração de Incentivo atinente ao Produto da Colocação da Oferta Base e ao Produto de Colocação das Ações Adicionais será paga na Data de Liquidação; a Remuneração de Incentivo atinente ao Produto da Colocação das Ações Suplementares será paga na Data de Liquidação das Ações Suplementares. A Remuneração de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério dos Acionistas Vendedores utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta.

(7) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(8) Este valor já contempla o rateio de despesas e comissões entre os Acionistas Vendedores e Companhia, conforme o mecanismo descrito na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 42 deste Prospecto Definitivo.

Além da remuneração devida pela Companhia às Instituições Participantes da Oferta, descrita acima, não há outra remuneração devida pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e em nome dos Acionistas Vendedores, convidarão as Instituições Consorciadas para participar da colocação das Ações para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais (conforme abaixo definido).

Público Alvo

O público alvo da Oferta consiste em Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais.

Cronograma Estimado da Oferta

Segue abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

Ordem dos Eventos	Eventos	Datas previstas⁽¹⁾
1.	Protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta	30 de agosto de 2019
2.	Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem o logotipo das Instituições Consorciadas) Disponibilização do Prospecto Preliminar	4 de outubro de 2019
3.	Início das apresentações para potenciais investidores (<i>roadshow</i>) Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	7 de outubro de 2019
4.	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	14 de outubro de 2019
5.	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	15 de outubro de 2019
6.	Encerramento do Período de Reserva	23 de outubro de 2019
7.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (<i>roadshow</i>) Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e de outros contratos relacionados à Oferta	24 de outubro de 2019
8.	Disponibilização do Prospecto Definitivo Concessão dos registros da Oferta pela CVM Disponibilização do Anúncio de Início	25 de outubro de 2019
9.	Início da negociação das Ações na B3 Início do Prazo de Exercício da Opção de Ações Suplementares	28 de outubro de 2019
10.	Data de Liquidação	29 de outubro de 2019
11.	Encerramento do prazo de exercício da opção de Ações Suplementares	28 de novembro de 2019
12.	Data máxima de Liquidação das Ações Suplementares	3 de dezembro de 2019
13.	Data máxima para Disponibilização do Anúncio de Encerramento	25 de abril de 2020

⁽¹⁾ Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400.

Foi admitido o recebimento de reservas, a partir da data indicada no Aviso ao Mercado, para subscrição/aquisição das Ações que somente foram confirmadas pelo adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizaram apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data do Prospecto Preliminar e a data em que foi determinado o Preço por Ação.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de anúncio publicado nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 59 deste Prospecto (“Anúncio de Retificação”).

Procedimento da Oferta

Após a disponibilização do Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização do Prospecto Preliminar, incluindo o Formulário de Referência, como anexo, bem como de seus eventuais aditamentos e/ou suplementos, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a celebração do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” pela CVM, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a disponibilização do Anúncio de Início e a disponibilização deste Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), em regime de Garantia Firme de Liquidação, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam, a Oferta de Varejo e a Oferta Institucional, conforme descritas abaixo, observado o disposto na Instrução CVM 400 e demais normativos aplicáveis, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Os Coordenadores da Oferta, com expressa anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores, elaboraram plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levou em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e as relações da Companhia com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, observado que os Coordenadores da Oferta asseguraram (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio pelas Instituições Participantes da Oferta dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, assegurando o esclarecimento de eventuais dúvidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

Foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, em 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, tendo em vista que foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não foi permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, tendo sido suas intenções de investimento automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderia ter resultado em redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter afetado adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderia ter resultado na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário” na página 64 deste Prospecto.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizaram solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento de Pedido de Reserva, com uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, ou, conforme o caso, durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, observados, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva nas condições descritas abaixo.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas puderam realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles que não realizaram seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas tiveram seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, com exceção dos Pedidos de Reserva realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas e que observarem os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva.

No contexto da Oferta de Varejo, o montante de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 20% (vinte por cento) do total das Ações (considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, foi destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizaram Pedido de Reserva, conforme previsto no artigo 12, inciso II do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento indicado abaixo.

Tendo em vista que a totalidade dos Pedidos de Reserva por Investidores Não Institucionais foi superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, houve rateio, conforme disposto no item (h) abaixo.

Os Pedidos de Reserva poderiam ser efetuados pelos Investidores Não Institucionais de maneira irrevogável e irretroatável, exceto pelo disposto nos itens (b), (c), (e), (i), (j) e (k) abaixo, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

- (a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta de Varejo devem ter realizado reservas de Ações junto a uma única Instituição Consorciada, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, nos termos da Deliberação CVM 476, celebrado em caráter irrevogável e irretroatável, exceto pelo disposto nos itens (b), (c), (e), (i), (j) e (k) abaixo, durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva;

- (b) O Investidor Não Institucional que seja Pessoa Vinculada deve ter indicado, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, sua qualidade de Pessoa Vinculada, sob pena de, não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva cancelado pela respectiva Instituição Consorciada. Tendo em vista que foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não foi permitida a colocação, pelas Instituições Consorciadas, de Ações junto a Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, com exceção dos Pedidos de Reserva realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os eventuais valores eventualmente depositados integralmente devolvidos, no prazo máximo de três dias úteis contados da data de cancelamento do Pedido de Reserva, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos aplicáveis, existentes ou que venham a ser instituídos de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada;
- (c) cada Investidor Não Institucional deve ter estipulado, no respectivo Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor Não Institucional tenha estipulado um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os eventuais valores eventualmente depositados integralmente devolvidos, no prazo máximo de três dias úteis contados da data do cancelamento do Pedido de Reserva pela Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos aplicáveis, existentes ou que venham a ser instituídos de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada;
- (d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações a serem adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores Não Institucionais serão informados a cada Investidor Não Institucional pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva até as 12:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de disponibilização do Anúncio de Início, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio prevista no item (h) abaixo;
- (e) cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento à vista do valor indicado no item (d) acima, junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, até às 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto a qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor Não Institucional e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Instituição Consorciada junto a qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado;
- (f) até às 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto a qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará, de acordo com o Contrato de Colocação, desde que efetuado o pagamento previsto no item (e) acima, a cada Investidor Não Institucional o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvada a possibilidade de desistência prevista no item (i) abaixo, as possibilidades de cancelamento previstas nos itens (b), (c), e (e) acima e (j) e (k) abaixo e a possibilidade de rateio prevista no item (h) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento não considerará a referida fração;

- (g) tendo em vista que a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais não foi igual ou inferior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, houve rateio, sendo todos os Investidores Não Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas e eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores Não Institucionais destinadas a Investidores Institucionais;
- (h) tendo em vista que a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais foi superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, foi realizado rateio das Ações, da seguinte forma: (i) a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e a quantidade total das Ações destinadas à Oferta de Varejo, desconsiderando-se as frações de Ações até o limite de R\$3.000,00 por Investidor Não Institucional, e (ii) uma vez atendido o critério de rateio descrito no subitem (i) acima, será efetuado o rateio proporcional das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais remanescentes entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e desconsiderando-se as frações de Ações. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta, dos Acionistas Vendedores e da Companhia, a quantidade de Ações destinadas a Investidores Não Institucionais poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores Não Institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item;
- (i) na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes deste Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não Institucional ou a sua decisão de investimento, nos termos do parágrafo 4º do artigo 45 da Instrução CVM 400, referido Investidor Não Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva. Nesta hipótese, o Investidor Não Institucional deverá informar, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fax ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada), no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, para que o respectivo Pedido de Reserva seja cancelado pela Instituição Consorciada que o recebeu. Caso o Investidor Não Institucional não informe por escrito a Instituição Consorciada de sua desistência do Pedido de Reserva no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, será presumido que tal Investidor Não Institucional manteve o seu Pedido de Reserva e, portanto, tal investidor deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva;
- (j) na hipótese de (a) não haver a conclusão da Oferta; (b) rescisão do Contrato de Colocação; (c) cancelamento da Oferta; (d) revogação da Oferta, que torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, ou, ainda; (e) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e cada uma das Instituições Consorciadas comunicará o cancelamento da Oferta, inclusive por meio de disponibilização de aviso ao mercado, aos Investidores Não Institucionais de quem tenham recebido Pedido de Reserva. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do item (f) acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso dos custos incorridos e com dedução, se for o caso, de quaisquer tributos, eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta;

- (k) em caso de suspensão ou modificação da Oferta, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação, ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação ou suspensão efetuada. O Investidor Não Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva até as 16:00 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta, conforme aplicável. Nesta hipótese, o Investidor Não Institucional deverá informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Consorciada que tenha recebido o seu Pedido de Reserva, em conformidade com os termos e no prazo estipulado no respectivo Pedido de Reserva, o qual será cancelado pela referida Instituição Consorciada. Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, à Instituição Consorciada sobre sua desistência do Pedido de Reserva no prazo disposto acima, será presumido que tal Investidor Não Institucional manteve o seu Pedido de Reserva e, portanto, tal investidor deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva;
- (l) em qualquer hipótese de (i) revogação da Oferta; (ii) cancelamento da Oferta; (iii) desistência do Pedido de Reserva; (iv) cancelamento do Pedido de Reserva; (v) suspensão ou modificação da Oferta; (vi) divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes deste Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não Institucional ou a sua decisão de investimento, os valores dados em contrapartida às Ações devem ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes, sem juros ou correção monetária, sem reembolso dos custos incorridos e com dedução, se for o caso, de quaisquer tributos, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data (x) de divulgação da revogação ou do cancelamento da Oferta; (y) do cancelamento do Pedido de Reserva nas hipóteses e nos termos previstos neste Prospecto; ou (z) do recebimento da comunicação da desistência do período de reserva, em caso de suspensão, modificação ou em caso de divergência relevante conforme mencionado acima; e
- (m) a revogação, suspensão, o cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de anúncio publicado nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 59 deste Prospecto.

Os Investidores Não Institucionais não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participaram do processo de determinação do Preço por Ação.

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a subscrição/aquisição das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com o procedimento descrito acima.

As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes foram destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta, e dos Agentes de Colocação Internacional, não tendo sido admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e inexistindo valores mínimo e máximo de investimento e assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se estava cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Tendo em vista que o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, excedeu o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva dos Investidores Não Institucionais, nos termos e condições descritos acima, tiveram prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, melhor atenderam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre perspectivas da Companhia, setor de atuação da Companhia e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até às 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta, e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico ou, na sua ausência, por telefone ou fac-símile, a quantidade de Ações alocadas e o valor do respectivo investimento. A entrega das Ações alocadas deverá ser efetivada na Data de Liquidação mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação.

A subscrição/aquisição das Ações será formalizada mediante assinatura do boletim de subscrição/contrato de compra e venda, cujos modelos finais serão previamente apresentados à CVM e que informa o Investidor Institucional sobre o procedimento para a entrega das Ações. Os Investidores Estrangeiros deverão realizar a integralização/liquidação das Ações por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Instrução CVM 560 ou na Lei 4.131.

Na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes deste Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Institucional ou a sua decisão de investimento, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 45 da Instrução CVM 400, referido Investidor Institucional poderá desistir de suas intenções de investimento até às 16:00 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data em que foi comunicada, por escrito, a divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes deste Prospecto Definitivo. Nesta hipótese, o Investidor Institucional deverá informar, por escrito, sua decisão de desistência aos Coordenadores da Oferta por meio de mensagem eletrônica, fax ou correspondência enviada ao endereço dos Coordenadores da Oferta, conforme dados abaixo. Caso o Investidor Institucional não informe por escrito os Coordenadores da Oferta de sua desistência será presumido que tal Investidor Institucional manteve suas respectivas intenções de investimento e, portanto, deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previstos.

Na hipótese de: (i) não haver a conclusão da Oferta; (ii) rescisão do Contrato de Colocação; (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta, que torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (v) em qualquer outra hipótese de cancelamento das intenções de investimento em função de expressa disposição legal, todas as intenções de investimento serão automaticamente canceladas e os Coordenadores da Oferta comunicarão o fato, inclusive por meio de divulgação de comunicado ao mercado, aos Investidores Institucionais de quem tenham recebido intenções de investimento.

Foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, tendo em vista que foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não foi permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, das Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, tendo sido suas intenções de investimento automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderia ter resultado em redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter afetado adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderia ter resultado na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário” na página 64 deste Prospecto Preliminar.

Prazos da Oferta e Data de Liquidação

A data de início da Oferta será divulgada mediante disponibilização do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em 25 de outubro de 2019, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400. O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 (seis) meses contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de disponibilização do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações. A liquidação física e financeira das Ações deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, exceto com relação à distribuição das Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira ocorrerá dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data do exercício da opção de Ações Suplementares. As Ações serão entregues aos respectivos investidores até às 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a disponibilização do Anúncio de Encerramento, com data máxima estimada para 25 de abril de 2020, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Instrução CVM 560, ou na Lei 4.131.

Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Colocação foi celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a B3. A Companhia contratou cada um dos Coordenadores da Oferta, sujeito aos termos e às condições do Contrato de Colocação, para realizar a Oferta das Ações, diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Os Coordenadores da Oferta prestarão garantia firme de liquidação, conforme disposto no item “Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação da Oferta”, na página 53 deste Prospecto.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizaram os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e em seus negócios, a execução de certos procedimentos pelos auditores independentes da Companhia, entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação das Ações pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores, e pelos Administradores da Companhia, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia e os Acionistas Vendedores assumiram a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional nos obriga, bem como obriga os Acionistas Vendedores a indenizar os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e contra os Acionistas Vendedores no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia seja condenada em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia. Para informações adicionais, ver a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil”, na página 65 deste Prospecto.

O Contrato de Colocação está disponível para consulta ou obtenção de cópia, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados no item “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” que se encontra na página 59 deste Prospecto.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação da Oferta

A Garantia Firme de Liquidação consiste na obrigação de subscrição/aquisição e integralização/liquidação, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares), que uma vez subscritas/adquiridas por investidores no mercado, não forem integralizadas/liquidadas por tais investidores, na proporção e até o limite individual da garantia firme prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, nos termos do Contrato de Colocação. Tal Garantia Firme de Liquidação, individual e não solidária, é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional, concedido o registro da Companhia como companhia aberta sob a categoria "A" pela CVM, concedido o registro da Oferta pela CVM, disponibilizado o Anúncio de Início e disponibilizado este Prospecto Definitivo.

Caso as Ações efetivamente adquiridas (considerando as Ações Adicionais mas sem considerar as Ações Suplementares) por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por esses até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta subscreverá/adquirirá e integralizará/liquidará, de forma individual e não solidária, na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual indicado do Contrato de Colocação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares) efetivamente colocadas e liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação.

Não foi admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Caso as Ações não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais deverão ser integralmente devolvidos, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, se for o caso, de quaisquer tributos, eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação do comunicado de cancelamento da Oferta.

O Contrato de Colocação está disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, nos endereços indicados "na página 59 deste Prospecto.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em revender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitados ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que o disposto neste parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização previstas abaixo.

Segue abaixo relação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) que, caso alocadas à Oferta, serão objeto de garantia firme prestada por cada Coordenador da Oferta:

Coordenador da Oferta	Quantidade	Percentual
		(%)
Coordenador Líder.....	39.452.059	40,00%
Bradesco BBI.....	19.726.029	20,00%
BTG Pactual.....	19.726.029	20,00%
Citi.....	6.575.343	6,67%
Santander.....	6.575.343	6,67%
XP.....	6.575.343	6,67%
Total.....	98.630.146	100,00%

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Contrato de Estabilização

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, poderá, a seu exclusivo critério, realizar atividades de estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente aprovado pela CVM e pela B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização está disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços indicados no item “Informações Adicionais” na página 61 deste Prospecto.

Negociação das Ações na B3

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado da B3 a partir do dia útil seguinte à disponibilização do Anúncio de Início, sob o código “CEAB3”.

A Companhia e a B3 celebraram, até a data de divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Participação no Novo Mercado, data na qual referido contrato entrou em vigor, aderindo ao segmento especial de listagem do mercado de ações da B3 denominado Novo Mercado, regido pelo Regulamento do Novo Mercado, o qual estabelece regras de governança corporativa mais rigorosas que as disposições da Lei das Sociedades por Ações a serem observadas pela Companhia, particularmente em relação à transparência e proteção aos acionistas minoritários. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas de forma resumida na seção “12.12. – Práticas de Governança Corporativa” do Formulário de Referência.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu estatuto social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se destacam os seguintes:

- (a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto;
- (b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais eventualmente distribuídos por deliberação da assembleia geral ou pelo conselho de administração;
- (c) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do capital social da Companhia, na proporção da sua participação no capital social, nos termos do artigo 109, inciso ii, da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) fiscalização da gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações;
- (e) direito de preferência na subscrição de novas ações, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações;
- (f) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas ao(s) acionista(s) controlador(es), no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle sobre a Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag along*);
- (g) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou por seu(s) acionista(s) controlador(es), em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações no Novo Mercado, por, no mínimo, obrigatoriamente, seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente da Companhia, de seus administradores e acionista(s) controlador(es) quanto ao poder de decisão destes;
- (h) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início; e
- (i) todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo estatuto social da Companhia.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção “18. Valores Mobiliários” do Formulário de Referência.

Violações de Normas de Conduta e Cancelamento dos Pedidos de Reserva

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis: (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, pelo que serão cancelados todos os Pedidos de Reserva e/ou contratos de compra e venda que tenha recebido e deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos integralmente, por tal Instituição Consorciada, aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso dos custos incorridos em razão do depósito, e com dedução, se for o caso, de quaisquer tributos, eventualmente incidentes; (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ser suspenso, por um período de 6 (seis) meses contados da data da comunicação da violação, de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere este item deverá informar imediatamente, sobre o referido cancelamento, os investidores de quem tenham recebido Pedido de Reserva e/ou contrato de compra e venda. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem seus Pedidos de Reserva e/ou contratos de compra e venda cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação dos serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia é o Banco Bradesco S.A.

Formador de Mercado

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado em relação às Ações. No entanto, não houve contratação de formador de mercado para a Oferta.

Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Administradores se obrigaram perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a celebrar os acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Instrumento de *Lock-Up*””), pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, por meio dos quais estes não poderão efetuar quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia (“Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*””), sujeito a determinadas exceções: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii).

As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses de: (i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do Instrumento de *Lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o *trust* comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, dos signatários do Instrumento de *Lock-up*; (iv) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do Instrumento de *Lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Colocação e do Contrato de Estabilização; e (v) transferências em conexão com a venda de valores mobiliários recebidos exclusivamente em decorrência do exercício de opções nos termos de qualquer plano de opções de compra de ações da Companhia. A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. **Para mais informações, veja seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A emissão e venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia, inclusive pelos Acionistas Vendedores, após a conclusão da Oferta e o período de *Lock-up*, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia”, na página 64 deste Prospecto.**

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão requerer que a CVM autorize a modificação ou a revogação da Oferta, caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta existentes na data do pedido de registro da distribuição, que resulte em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia e pelos Coordenadores da Oferta. Adicionalmente, a Companhia e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º, do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento da distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 dias

A revogação, suspensão, o cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgado por meio de disponibilização de Anúncio de Retificação nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM, veículos também utilizados para disponibilização do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

As Instituições Participantes da Oferta deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Nessa hipótese, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação, a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Em qualquer hipótese, a revogação ou cancelamento torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 (três) dias úteis da data de divulgação da revogação, sem qualquer remuneração ou correção monetária, e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

Com a divulgação do Anúncio de Retificação, a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores ao Anúncio de Retificação tornar-se-ão ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 (três) dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

Suspensão ou Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do seu registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, prazo durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Ademais, a rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento do registro da Oferta.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 (três) dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que a Companhia atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Ações ou, com relação à qual o investimento nas Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Condições a que a Oferta esteja submetida

A realização da Oferta não está submetida a nenhuma condição, exceto pelas condições de mercado.

Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta

O Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais anúncios de retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, exclusivamente, nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3, conforme indicadas abaixo:

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de disponibilizar os anúncios e avisos relacionados à Oferta, bem como o Prospecto Preliminar, uma vez que os Acionistas Vendedores não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

Companhia

C&A Modas S.A.

<http://www.cea.com.br> (neste *website*, clicar em “Investidores” e, posteriormente, clicar no título do documento correspondente).

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

Banco Morgan Stanley S.A.

<http://www.morganstanley.com.br/prospectos> (neste *website*, no item “Comunicações ao Mercado”, clicar no título do documento correspondente no subitem “C&A Modas S.A.”).

Banco Bradesco BBI S.A.

https://www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/Default.aspx (neste *website*, identificar “IPO C&A” e, posteriormente, clicar no título do documento correspondente).

Banco BTG Pactual S.A.

<https://www.btgpactual.com/home/investment-bank> (neste *website*, clicar em “Mercado de Capitais – Download”, depois em “2019” e, a seguir, logo abaixo de “Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da C&A Modas. S.A.”, e, então, clicar no título do documento correspondente).

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

<https://corporateportal.brazil.citibank.com/produtos-servicos/investimentos/prospectos.html> (neste *website*, clicar em “Corretora”, em seguida expandir a aba “2019 – Renda Variável”, clicar em “IPO – C&A Modas S.A.” e escolher o link do documento correspondente).

Banco Santander (Brasil) S.A.

www.santander.com.br/prospectos (neste *website*, acessar o link “Ofertas em andamento”, posteriormente identificar “IPO C&A” e selecionar o link específico documento correspondente).

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

<https://www.xpi.com.br> (neste *website*, clicar em “Investimentos”, depois clicar em “Oferta Pública”, em seguida clicar em “Investimentos – Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias da C&A Modas S.A.” e, então, clicar no título do documento correspondente).

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

www.cvm.gov.br (neste *website* acessar “Central de Sistemas” na página inicial, acessar “Ofertas Públicas”, “Ações”, e depois “C&A Modas S.A.”).

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ (neste *website* acessar “Ofertas em andamento”, clicar em “Empresas”, depois clicar em “C&A Modas S.A.”, link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

Informações Adicionais

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidos junto à Companhia, aos Coordenadores da Oferta, à CVM e à B3, nos endereços indicados na seção “Informações Adicionais”, na página 61 deste Prospecto.

É recomendada aos investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência em especial as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados às Ações”, nas páginas 20 e 62, respectivamente, deste Prospecto, bem como a seção “4. Fatores de Risco” constante do Formulário de Referência, na página 391 deste Prospecto, antes da tomada de qualquer decisão de investimento.

Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta Brasileira, da CVM e/ou da B3 indicadas na seção “Informações Adicionais”, na página 88 deste Prospecto.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” na página 20 deste Prospecto e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, na página 391 deste Prospecto, e as demonstrações contábeis da Companhia e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto.

As atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos, dos fatores de risco mencionados abaixo e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou de outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores acreditam que poderão lhes afetar de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores, ou que atualmente consideram irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá “um efeito adverso para a Companhia” ou “afetará a Companhia adversamente” ou expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, contido na página 391 deste Prospecto.

Um mercado ativo e líquido para as ações de emissão da Companhia poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa.

Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Como exemplo, segundo dados obtidos na Bloomberg, em setembro de 2019, a B3 apresentou uma capitalização bursátil média de, aproximadamente, US\$1,0 trilhão, com um volume diário de negociação de US\$4,2 bilhões durante o ano de 2019. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado, de forma que as cinco principais ações negociadas na B3 foram responsáveis por, aproximadamente, 26% do volume total de ações negociadas na B3, enquanto que a New York Stock Exchange teve uma capitalização de mercado média de, aproximadamente US\$37,3 trilhões em 2019 e um volume diário médio de negociação de US\$30,7 bilhões durante o período encerrado em setembro de 2019, conforme dados obtidos na Bloomberg.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das Ações pode ser negativamente impactado.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos mercados emergentes o que poderá afetar negativamente a economia brasileira inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países membros da União Europeia e de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das Ações. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A emissão e venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia, inclusive pelos Acionistas Vendedores, após a conclusão da Oferta e o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Administradores celebrarão acordos de restrição à venda das ações ordinárias de emissão da Companhia (*Lock-Up*), por meio dos quais se comprometerão a, sujeitos tão somente às exceções previstas em referidos acordos, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as Ações detidas pelos Acionistas Vendedores e Administradores estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou a percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, ver a seção “Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação das Ações (*Lock-Up*)” na página 57 deste Prospecto.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá afetar o preço das Ações e resultar em uma diluição da participação do investidor.

A Companhia pode vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, ou permutáveis por elas, pode resultar em alteração no preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia e na diluição da participação do investidor no capital social da Companhia.

A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding pode ter afetado adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderia ter resultado na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação foi definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Tendo em vista que foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), foi vedada a colocação das Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderia ter promovido redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

Adicionalmente, os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. Tais operações poderão influenciar a demanda e, conseqüentemente, o preço das Ações e, deste modo, o Preço por Ação poderá diferir dos preços que prevalecerão no mercado após a conclusão desta Oferta.

Na medida em que não foi admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta.

Na medida em que não foi admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) não sejam integralmente adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva, contratos de compra e venda e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Informações sobre a Oferta – Suspensão e Cancelamento” na página 58 deste Prospecto.

Investidores que subscreverem/adquirirem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação foi fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que adquiram Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao adquirir as Ações na Oferta. Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção “Diluição”, na página 96 deste Prospecto.

A Companhia poderá, ainda, no futuro, ser obrigada a buscar recursos adicionais nos mercados financeiro e de capitais brasileiro, os quais podem não estar disponíveis ou podem estar disponíveis em condições que sejam desfavoráveis ou desvantajosas à Companhia. A Companhia poderá, ainda, recorrer a ofertas públicas ou privadas de Ações da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confirmam um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia. Qualquer captação de recursos por meio de ofertas públicas ou privadas de ações ordinárias de emissão da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confirmam um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos então acionistas da Companhia e/ou alterar o valor das Ações da Companhia, o que pode resultar na diluição da participação dos investidores.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações juntos a Investidores Estrangeiros.

Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e os Acionistas Vendedores também fazem diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá afetar negativamente a Companhia.

Após a Oferta, a Companhia será controlada exclusivamente pelos Acionistas Vendedores, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de sua emissão.

Imediatamente após a conclusão da Oferta (considerando as Ações Adicionais, caso exercidas, e sem considerar as Ações Suplementares), os Acionistas Vendedores da Companhia serão titulares de 64% das ações ordinárias de emissão da Companhia. Dessa forma, os Acionistas Vendedores, por meio de seu poder de voto nas assembleias gerais, continuará sendo capaz de influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre as decisões da Companhia, incluindo sobre as estratégias de desenvolvimento, gastos e plano de distribuição de dividendos, o que pode se dar de maneira divergente em relação aos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia. Eventual descumprimento por qualquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o conseqüente cancelamento de todos Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos sobre movimentação financeira, eventualmente incidentes. Para maiores informações, ver a seção “Informações Sobre a Oferta – Características Gerais da Oferta – Violações de Norma de Conduta” na página 56 deste Prospecto.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações.

Os Coordenadores da Oferta e sociedades de seus conglomerados econômicos poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*), tendo as ações de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, e tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, conseqüentemente, o preço das Ações.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passarão a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. A partir deste momento e até a divulgação do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo certos dados que não constam do Prospecto ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a divulgação do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia ou, ainda, caso sejam veiculadas notícias com dados que não constam do Prospecto ou do Formulário de Referência, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores podendo resultar, ainda, a exclusivo critério da CVM, na suspensão da Oferta, com a conseqüente alteração do seu cronograma, ou no seu cancelamento.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Banco Morgan Stanley S.A.

Morgan Stanley, entidade constituída de acordo com as leis de Delaware, Estados Unidos, com sede em Nova Iorque, Estados Unidos, foi fundado nos Estados Unidos como banco de investimento em 1935. Em meados de 1971, ingressou no mercado de *sales & trading* e estabeleceu uma área dedicada a fusões e aquisições. Em 1984, Morgan Stanley passou a oferecer o serviço de corretagem prime. Em 1986, abriu seu capital na *New York Stock Exchange – NYSE*. Em 1997, uniu-se com a Dean Witter, Discover & Co. Em 2008, tornou-se um *bank holding company* e estabeleceu uma aliança estratégica com o Mitsubishi UFJ Group. Em 2009, formou uma *joint venture* com Smith Barney, combinando seus negócios de *wealth management*.

Atualmente, Morgan Stanley atua nas áreas de (i) *institutional securities*, que engloba as atividades de *investment banking* (serviços de captação de recursos, de assessoria financeira, incluindo fusões e aquisições, reestruturações, *real estate* e *project finance*); empréstimos corporativos; assim como atividades de venda, negociação, financiamento e formação de mercado em valores mobiliários de renda fixa e variável, e produtos relacionados, incluindo câmbio e commodities; (ii) *global wealth management group*, que engloba serviços de corretagem e assessoria em investimento; planejamento financeiro; crédito e produtos de financiamento; gestão de caixa; e serviços fiduciários; e (iii) *asset management*, que engloba produtos e serviços globais em investimentos em renda variável, renda fixa, e investimentos alternativos; incluindo fundos de *hedge*, fundos de fundos e *merchant banking*, por meio de mais de 50 escritórios estrategicamente posicionados ao redor do globo. Em 31 de dezembro de 2018, Morgan Stanley apresentou patrimônio líquido de US\$81,4 bilhões e ativos totais no valor de US\$853,5 bilhões.

No mercado de emissão de ações global, especificamente, o Morgan Stanley é líder mundial no ranking de ofertas públicas iniciais de ações (IPO) e emissão de ações em geral entre 2010 e 2018, de acordo com a Bloomberg. Historicamente o Morgan Stanley conquistou diversos prêmios como reconhecimento de sua posição de destaque no mercado financeiro global. Em 2017, o Morgan Stanley foi eleito pela revista *International Financing Review (IFR)* como "Equity House of the Year", "Americas Equity House of the Year" e "Americas Structured Equity House of the Year".

Na América Latina, o Morgan Stanley também desempenhou papel de liderança em diversas operações de destaque entre 2010 e 2018 selecionadas pela IFR: a oferta de ações no valor de US\$70 bilhões da Petrobras, selecionada como "Latin America Equity Issue of the Year" em 2010, na qual o Morgan Stanley participou como coordenador global e agente estabilizador; a oferta inicial de ações no valor de US\$1,4 bilhões da Arcos Dorados, selecionada como "Latin America Equity Issue of the Year" em 2011, na qual o Morgan Stanley participou como *joint bookrunner* e agente estabilizador; e também oferta inicial de ações do Jose Cuervo, no valor de US\$900 milhões, selecionada como "Latin America IPO of the Year" em 2017, na qual o banco atuou como global coordinator.

Em 1997, Morgan Stanley estabeleceu um escritório permanente no Brasil em São Paulo e, em 2001, fortaleceu sua posição no País ao constituir o Banco Morgan Stanley e a Morgan Stanley Corretora. O Banco Morgan Stanley é um banco múltiplo autorizado pelo Banco Central com carteiras comercial, de investimento e câmbio. O Banco Morgan Stanley é uma subsidiária indiretamente controlada pelo Morgan Stanley. Atualmente, o Banco Morgan Stanley desenvolve principalmente as atividades de banco de investimento, renda variável, renda fixa e câmbio no Brasil.

A Morgan Stanley Corretora também possui uma posição de destaque no mercado de corretagem brasileiro. A Morgan Stanley Corretora ocupou a segunda posição em volume negociado de ações locais durante o ano de 2018, de acordo com o Bloomberg, com uma participação de mercado de 11.3%.

Banco Bradesco BBI S.A.

Banco de Investimento do Banco Bradesco S.A., o Bradesco BBI, é responsável por (i) originação e execução de operações de financiamento de projetos; (ii) originação e execução de operações de fusões e aquisições; (iii) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda fixa no Brasil e exterior; e (iv) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda variável no Brasil e exterior.

Bradesco BBI conquistou em 2018 os prêmios “*Best Investment Bank in Brazil*” pela Euromoney, “*The Best M&A Bank From America Latina*” e “*The Best Investment Bank in Brazil*” pela Global Finance e “*Most Innovative Investment Bank from Latin America*” pela The Banker. Já em 2019, o Bradesco BBI conquistou em 2019 o prêmio “*The Best Investment Bank in Brazil*” pela Global Finance.

Em 2019, o Bradesco BBI assessorou seus clientes no total de 80 operações em todos os segmentos de Investment Banking em um montante total de aproximadamente R\$105,251 bilhões.

- Presença constante em operações de renda variável, com presença na maioria dos IPOs (Initial Public Offerings) e *Follow-ons* que foram a mercado nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no exterior.
- O Bradesco BBI apresentou no 1S19 presença significativa no mercado de capitais brasileiro, tendo participado como *joint bookrunner* no *Follow-on* do IRB Brasil RE, no montante de R\$2.516 milhões, coordenador líder do IPO da Centauro, no montante de R\$705 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* do Banco BTG Pactual, no montante de R\$2.539 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* de CPFL Energia, no montante de R\$3.694 milhões e *joint bookrunner* no *Follow-on* da intermédica, no montante de R\$2.666 milhões
- Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI concluiu o primeiro semestre de 2019 com grande destaque em renda fixa. Participou de 54 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R\$50,70 bilhões originados.
- No primeiro semestre de 2019, o Bradesco BBI teve 5 transações anunciadas com valor de aproximadamente R\$10,5 bilhões. As principais transações realizadas foram: (i) assessoria à Odebrecht TransPort na venda da rodovia Rota das Bandeiras para o Farallon e o Mubadala por R\$4,0 bilhões, assessoria ao Banco Bradesco na aquisição do BAC Florida Bank por R\$2,0 bilhões, (iii) assessoria à Kroton na realização de oferta pública de ações no contexto da aquisição da Somos Educação por R\$1,5 bilhão; (iv) assessoria à EDP Renováveis na venda da Babilônia Holding para a Actis por R\$1,2 bilhão.
- O Banco Bradesco S.A. está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. Clientes e usuários têm à disposição 78.521 pontos de atendimento, destacando-se 4.581 agências. Até o primeiro trimestre de 2019, o lucro líquido foi de R\$11,9 bilhões enquanto o patrimônio líquido totalizou R\$133.636.476, segundo o Relatório de Análise Econômica e Financeira da instituição.

Banco BTG Pactual S.A.

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, wealth management, asset management e sales and trading (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín, Bogotá e Buenos Aires.

Na área de asset management, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes private, empresas e parceiros de distribuição. Na área de wealth management, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde asset management a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de sales and trading (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de investment banking, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros rankings desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o “Brazil’s Equity House of the Year”, segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes “World’s Best Equity House” (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de “Equity House of the Year” (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de “Best Equity House Latin America” (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de “Best Investment Bank” (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de equity research, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de “#1 Equity Research Team Latin America” em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, Weighted Rankings).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no ranking da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o ranking publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, EcoRodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do *follow-on* de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce. Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do *follow-on* de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no *follow-on* da Oi S.A. Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do *follow-on* de Telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau. Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da Energisa, da Linx e da Sanepar. Em 2017, o BTG Pactual participou das ofertas públicas iniciais de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como dos *follow-ons* da CCR, das Lojas Americanas, da Alupar, da BR Malls, do Magazine Luiza e da Rumo e dos re-IPOs da Eneva e da Vulcabras. Em 2018, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Hapvida. Em 2019, o BTG Pactual participou do IPO da Centauro e *follow-on* das seguintes companhias: Localiza Rent A Car, Movida, Banco Inter, Hapvida, Light, Tecnisa, BTG Pactual, CPFL Energia, Totvs, Eneva e Burger King.

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O Citi possui um comprometimento na América Latina com presença em 24 países da região. O Citi combina recursos globais com presença e conhecimento local para entregar soluções financeiras aos clientes.

O Citi é uma empresa pertencente ao grupo Citigroup. O grupo Citigroup possui 200 anos de história e está presente em mais de 98 países. No Brasil, o grupo Citigroup está presente desde 1915, atendendo pessoas físicas e jurídicas, entidades governamentais e outras instituições.

Desde o início das operações na América Latina, o grupo Citigroup oferece aos clientes globais e locais, acesso, conhecimento e suporte através da equipe diferenciada de atendimento em todas as regiões.

O grupo Citigroup destaca sua forte atuação também nas operações locais, reforçada pela consistência de suas ações ao longo da história. O grupo Citigroup possui estrutura internacional de atendimento, oferecendo produtos e serviços personalizados, soluções para preservação, gestão e expansão de grandes patrimônios individuais e familiares. Atua com forte presença no segmento Citi Markets & Banking, com destaque para áreas de renda fixa e variável, fusões e aquisições, project finance e empréstimos sindicalizados. Com know-how internacional em produtos de banco de investimento e experiência em operações estruturadas, atende empresas de pequeno, médio e grande porte, além de instituições financeiras. Com 200 anos de história no mundo, destes mais de 100 anos no Brasil, o grupo Citigroup atua como uma empresa parceira nas conquistas de seus clientes.

O Citi foi reativado em 2006, tendo como principais atividades operar em sistema mantido pela então BM&FBOVESPA, hoje denominada B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta de terceiros ou por conta própria, encarregar-se da distribuição de valores mobiliários no mercado, administrar recursos de terceiros destinados a operações com valores mobiliários, exercer as funções de agente emissor de certificados, manter serviços de ações escriturais, emitir certificados de depósito de ações e cédulas pignoratícias de debêntures e emprestar valores mobiliários para venda (conta margem).

Em fevereiro de 2009, o Citi adquiriu a Intra S.A. Corretora de Câmbio e Valores, com mais de 15.000 contas ativas de clientes. Com essa aquisição, o Citi ampliou o mercado de atuação e passou a se dedicar também ao segmento de varejo.

O Citi tem atuado no segmento de mercado de capitais de forma ativa desde então, tendo participado de uma das maiores ofertas já realizada na história do mercado de capitais, a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, no montante de R\$120,2 bilhões (setembro de 2010), a qual ganhou o prêmio de Best Deal of the Year of 2011. Além disso, participou, nos últimos anos, como coordenador nas ofertas públicas de ações de emissão da Redecard S.A., no montante de R\$2.213 milhões (março de 2009); BR Malls Participações S.A., no montante de R\$836 milhões (julho de 2009); EDP Energias do Brasil S.A., no montante de R\$442 milhões (novembro de 2009); Hypermarcas S.A., no montante de R\$1,2 bilhão (abril de 2010); Banco do Brasil S.A., no montante de R\$9,8 bilhões (agosto de 2010); HRT Participações em Petróleo S.A., no montante de R\$2,4 bilhões (outubro de 2010); BTG Pactual S.A., no montante de R\$3,2 bilhões (abril de 2012); Brazil Pharma S.A., no montante de R\$481 milhões (junho de 2012); SDI Logística Rio – Fundo de Investimento Imobiliário – FII, no montante de R\$143,8 milhões (novembro de 2012).

Em 2013, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da BB Seguridade Participações S.A., no montante de R\$11,5 bilhões (abril de 2013). No mesmo ano, Citi atuou como coordenador líder na transação de Re-IPO da Tupy S.A., no montante de R\$523 milhões (outubro de 2013). Em 2014, o Citi atuou como um dos coordenadores globais na oferta de Oi S.A., com um montante de mercado de R\$5,5 bilhões de reais (abril de 2014). Em 2016, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da Rumo Operadora Logística Multimodal S.A., no montante de R\$2,6 bilhões (abril de 2016) e coordenador líder do Re-IPO do Grupo Energisa, no montante de R\$1,5 bilhões (julho de 2016). Em 2017, o Citi atuou como (i) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão da Azul S.A., oportunidade em que atuou, também, como agente estabilizador, no montante de R\$2,0 bilhões (Abril de 2017), (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações de emissão da Azul S.A., no montante de R\$1,2 bilhão (setembro de 2017), (iii) coordenador no Re-IPO de Eneva S.A., no montante de R\$876 milhões (outubro de 2017) e (iv) coordenador líder e agente estabilizador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R\$5,0 bilhões (dezembro de 2017).

Em 2018, o Citi atuou como (i) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão do Banco Inter S.A., no montante de R\$656 milhões (abril); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R\$2,7 bilhões (abril); (iii) coordenador líder da oferta pública de distribuição secundária de ações preferenciais de emissão da Azul S.A., no montante de R\$1,2 bilhões (junho); (iv) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da StoneCo, no montante de R\$5,1 bilhões (outubro); (v) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R\$3,0 bilhões (dezembro) e (vi) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de Locação das Américas S.A., no montante de R\$1,4 bilhões (dezembro).

Em 2019, o Citi atuou como (i) coordenador global na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da StoneCo, no montante de R\$3.0 bilhões (abril), (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Eneva S.A., no montante de R\$1.1 bilhões (abril), (iii) coordenador na oferta pública inicial de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Neoenergia S.A., no montante de R\$3.7 bilhões (Junho), (iv) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da de Light S.A., no montante de R\$2.5 bilhões (Julho), (v) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R\$7.4 bilhões (Julho) e coordenador e agente estabilizador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da de Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R\$9.6 bilhões (Julho).

Banco Santander (Brasil) S.A.

O Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”) é controlado pelo Banco Santander S.A., instituição com sede na Espanha fundada em 1857 (“Santander Espanha”). O Santander e/ou seu conglomerado econômico (“Grupo Santander”) possui, atualmente, cerca de €1,46 trilhão em ativos, 13,2 mil agências e milhares de clientes em diversos países. O Santander desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou presença no Reino Unido, por meio do Abbey National Bank Plc. Adicionalmente, atua no financiamento ao consumo na Europa, por meio do Santander Consumer, com presença em 15 países do continente e nos Estados Unidos da América.

Em 2018, o Grupo Santander registrou lucro líquido atribuído de aproximadamente €7,8 bilhões no mundo, dos quais 48% nas Américas e 26% no Brasil. Na América Latina, em 2018, o Grupo Santander possuía cerca de 5,8 mil agências e cerca de 90 mil funcionários.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998 adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.) e em 2000 adquiriu o Banespa.

Em 1º de novembro de 2007, o RFS Holdings B.V., um consórcio composto pelo Santander Espanha, The Royal Bank of Scotland Group PLC, Fortis SA/NV e Fortis N.V., adquiriu 96,95% do capital do ABN AMRO, então controlador do Banco Real. Na sequência, em 12 de dezembro de 2007, o CADE aprovou sem ressalvas a aquisição das pessoas jurídicas brasileiras do ABN AMRO pelo consórcio. No primeiro trimestre de 2008, o Fortis e o Santander Espanha chegaram a um acordo por meio do qual o Santander Espanha adquiriu direito às atividades de administração de ativos do ABN AMRO no Brasil, que o Fortis havia adquirido como parte da compra pelo consórcio do ABN AMRO. Em 24 de julho de 2008, o Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto do Banco Real. Por fim, em 30 de abril de 2009, o Banco Real foi incorporado pelo Santander e foi extinto como pessoa jurídica independente.

Com a incorporação do Banco Real, o Santander passou a ter presença em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes – pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. As atividades do Santander compreendem três segmentos operacionais: banco comercial, banco global de atacado e gestão de recursos de terceiros e seguros.

O Santander oferece aos seus clientes um portfólio de produtos e serviços locais e internacionais que são direcionados às necessidades dos clientes. Produtos e serviços são oferecidos nas áreas de transações bancárias globais (Global Transaction Banking), mercados de crédito (Credit Markets), finanças corporativas (Corporate Finance), ações (Equities), taxas (Rates), formação de mercado e mesa proprietária de tesouraria. Dessa forma, os clientes corporativos podem se beneficiar dos serviços globais fornecidos pelo Grupo Santander.

Na área de Equities, o Santander atua na estruturação de operações na América Latina, contando com equipe de Equity Research, Equity Sales e Equity Capital Markets.

A área de Equity Research do Santander é considerada pela publicação Institutional Investor como uma das melhores não somente no Brasil, mas também na América Latina. Adicionalmente, o Santander dispõe de estrutura de research dedicada exclusivamente ao acompanhamento de ativos latino-americanos, o que assegura credibilidade e acesso de qualidade a investidores target em operações brasileiras.

Em Sales & Trading, o Grupo Santander possui equipes dedicadas a ativos latino-americanos no mundo. Presente no Brasil, Estados Unidos da América, Europa e Ásia, a equipe do Grupo Santander figura dentre as melhores da América Latina pela publicação da Institutional Investor. O Santander dispõe de uma estrutura dedicada de acesso ao mercado de varejo e pequenos investidores institucionais no Brasil por meio do Coordenador Contratado.

Em 2018, o Santander, no Brasil, possuía uma carteira de mais de 24,2 milhões de clientes, 3.550 agências e pontos de atendimento bancário (PABs) e cerca de 36,6 mil caixas eletrônicos próprios e compartilhados, além de um total de ativos em torno de R\$805 bilhões e patrimônio líquido de, aproximadamente, R\$64,6 bilhões. O Santander, no Brasil, em 2018, possui uma participação de aproximadamente 26% dos resultados das áreas de negócios do Grupo Santander no Mundo, além de representar cerca de 54% no resultado do Grupo Santander na América Latina.

A área de Equity Capital Markets do Santander participou como *bookrunner* em diversas ofertas públicas de valores mobiliários no Brasil nos últimos anos.

Em 2013, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta pública de ações da Via Varejo S.A., na oferta pública inicial de ações da Ser Educacional S.A., na oferta pública inicial de units de Alupar Investimentos S.A. e na oferta pública inicial de Smiles S.A.

Em 2014, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta de follow-on da Oi S.A.

Em 2015, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta de *follow-on* da Telefônica Brasil S.A. e atuou como coordenador na oferta de *follow-on* da General Shopping Brasil S.A.

Em 2016, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta pública inicial do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e na oferta de *follow-on* da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., como coordenador na oferta de *follow-on* da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. e na oferta de *follow-on* da Fras-le S.A. Além disto, atuou como *bookrunner* na oferta de Re-IPO da Energisa S.A.

Em 2017, o Santander atuou como coordenador no *follow-on* da Alupar S.A. e no *follow-on* do Banco Santander (Brasil) S.A., como *bookrunner* nas ofertas públicas iniciais de Movida Participações S.A., Azul S.A., Atacadão S.A., Ômega Geração S.A. Camil Alimentos S.A. e Petrobras Distribuidora S.A., e nas ofertas de *follow-on* da CCR S.A., Lojas Americanas S.A., BR MALLS Participações S.A., BR Properties S.A., Azul S.A., Magazine Luiza S.A., Rumo S.A., International Meal Company Alimentação S.A. e Restoque S.A. Além disso, atuou como *bookrunner* na oferta de Re-IPO da Eneva S.A.

Em 2019, o Santander atuou como coordenador nas ofertas de *follow-on* da CPFL Energia S.A. e da Light S.A. e atuou como *bookrunner* nas ofertas de *follow-on* da Eneva S.A., Tecnisa S.A., Petrobras Distribuidora S.A., Hapvida Participações e Investimentos S.A., Movida Participações S.A., Banco Inter S.A., Banco PAN S.A. e Omega Geração S.A.

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A XP Investimentos foi fundada em 2001, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, como um escritório de agentes autônomos de investimentos com foco em investimentos em bolsa de valores e oferecendo educação financeira para os investidores. A trajetória diferenciada e ascendente em relação aos seus concorrentes permitiu uma rápida expansão, com abertura nos anos seguintes de escritórios em São Paulo e Rio de Janeiro. A partir de 2009, a XP deu mais um passo e inovou o mercado de investimentos brasileiro, lançando o conceito de supermercado financeiro, com uma plataforma aberta de investimentos, proporcionando uma experiência única para o investidor. O modelo de sucesso atraiu o interesse de fundos de private equity internacionais, validando a tese de investimento e permitindo ganhos de escala para seu crescimento.

Em 2011, a XP estreou no mercado internacional por meio da criação da XP Securities, hoje XP Investments, com escritórios em Miami, Nova Iorque e Londres. Em 2014, o Grupo XP adquiriu a Clear Corretora no Brasil e em 2016 adquiriu 100% do capital social da Rico Investimentos, segmentando suas três marcas para perfis distintos de investidores (XP, Clear e Rico).

Com uma equipe de gestão alinhada à cultura meritocrática, em um modelo de partnership, e sempre mantendo o foco em ajudar o brasileiro a investir melhor, a XP Investimentos investe de forma relevante no desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro. Esse desenvolvimento se faz necessário para que surjam novos produtos de qualidade no mercado, propiciando assim alternativas interessantes de investimento. A atuação da XP configurou um novo paradigma no mercado de investimentos brasileiro, conseqüentemente atraindo a atenção de grandes bancos e investidores. Em 2017, o Itaú Unibanco adquiriu participação minoritária na companhia, de 49,9%, avaliando a XP em R\$12 bilhões e reafirmando o sucesso de seu modelo de negócios. Em junho de 2019, o Grupo XP atingiu mais de 1.300.000 (um milhão e trezentos mil) clientes ativos e 5.000 (cinco mil) agentes autônomos e R\$275 (duzentos e setenta e cinco) bilhões de reais de ativos sob custódia.

Atualmente, o Grupo XP (que assumiu a nova marca de XP Inc.) tem as seguintes áreas de atuação: (i) corretora de valores, que inclui serviços de corretagem e assessoria de investimentos para clientes pessoa física e jurídica, coordenação e estruturação de ofertas públicas e, além disso, possui uma plataforma de distribuição de fundos independentes com mais de 590 fundos de 150 gestores; (ii) asset management, com mais de R\$40 (quarenta) bilhões de reais sob gestão, e que via XP Asset Management oferece fundos de investimentos em renda fixa, renda variável e fundos de investimentos imobiliários; (iii) mercado de capitais, engloba um portfólio completo de serviços e soluções para adequação de estrutura de capital e assessoria financeira.

Atividade de Mercado de Capitais da XP Investimentos

A área de mercado de capitais atua com presença global, oferecendo a clientes corporativos e investidores uma ampla gama de produtos e serviços por meio de uma equipe altamente experiente e dedicada aos seguintes segmentos: Dívida local (Debêntures, Debêntures de Infraestrutura, CRI, CRA, CDCA, FIDC, LF), Dívida Internacional (*Bonds*), Securitização, Equity Capital Markets, M&A, Crédito Estruturado, *Project Finance* e *Development Finance*.

No segmento de renda fixa e híbridos, a XP classifica-se entre as principais instituições na coordenação de operações de dívida local, tendo papel de destaque nas ofertas como coordenador. Em 2018, segundo o ranking da ANBIMA, a XP Investimentos foi líder na emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Fundos de Investimentos Imobiliário (FII) e em Securitização, obtendo 21,7%, 23,5%, 75,9% e 22,8% de participação sobre o volume total emitido.

Em renda variável, a XP Investimentos oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações. A condução das operações é realizada em âmbito global com o apoio de uma equipe de *equity sales* presente na América do Norte, América Latina e Europa e de uma equipe de *equity research* que cobre mais de 45 empresas de diversos setores. Em 2017, a XP atuou de forma ativa no segmento de Equity Capital Markets destacando sua participação nas ofertas de IPO de Burger King no valor de R\$1,98 bilhões; IPO de Omega Geração, no valor de R\$789 milhões e Movida no valor de R\$600 milhões. Em 2019, até o fechamento do mês de julho, a XP atuou como assessora do Grupo CB na estruturação da operação de R\$2,30 bilhões que alterou a estrutura societária da Via Varejo; follow-on da Petrobras no valor de R\$7,30 bilhões; follow-on da Light no valor de R\$2,5 bilhões; IPO da Afya no valor de US\$250 milhões e no follow-on da Movida no valor de R\$832 milhões. Ademais, nos anos de 2016, 2017 e 2018 a XP foi líder em alocação de varejo em ofertas de renda variável, responsável por alocar o equivalente a 72,2%, 53,4% e 64,1%, respectivamente, do total de ativos de renda variável alocados nos referidos anos.

Adicionalmente, possui uma equipe especializada para a área de fusões e aquisições da XP Investimentos, oferecendo aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia não tinha qualquer outro relacionamento com o Morgan Stanley e seu respectivo grupo econômico.

A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o Morgan Stanley e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com a Companhia ou sociedades controladas pela Companhia.

O Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência e adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. No âmbito da Oferta, o Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 67 deste Prospecto.

Ademais, sociedades integrantes do grupo econômico do Morgan Stanley e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo eventualmente realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, (i) em nenhum caso tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia, e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

O Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 42 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Morgan Stanley cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Morgan Stanley poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Morgan Stanley como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Morgan Stanley e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia e/ou as sociedades do seu respectivo grupo econômico possuem com o Bradesco BBI e/ou seu respectivo grupo econômico, o seguinte relacionamento comercial:

C&A Modas S.A.

- Operações de fiança contratadas entre 2006 e 2019, conforme abaixo:
 - (a) Fiança n. 2020924, com início em 30/10/06 e prazo indeterminado. A comissão anual corresponde a 1,00% e o valor atual é de R\$522.697;
 - (b) Fiança n. 2020925, com início em 30/10/06 e prazo indeterminado. A comissão anual corresponde a 1,00% e o valor atual é de R\$815.253;
 - (c) Fiança n. 2028390, com início em 04/01/08 e prazo indeterminado. A comissão anual corresponde a 1,00% e o valor atual é de R\$347.607;
 - (d) Fiança n. 2033739, com início em 10/09/08 e prazo indeterminado. A comissão anual corresponde a 1,00% e o valor atual é de R\$730.489;
 - (e) Fiança n. 2042637, com início em 16/12/09 e prazo indeterminado. A comissão anual corresponde a 2,50% e o valor atual é de R\$533.350;
 - (f) Fiança n. 2028392, com início em 04/01/08 e prazo indeterminado. A comissão anual corresponde a 1,30% e o valor atual é de R\$3.377.720;
 - (g) Fiança n. 2060949, com início em 26/09/12 e prazo indeterminado. A comissão anual corresponde a 2,50 % e o valor atual é de R\$1.322.667;
 - (h) Fiança n. 2074374, com início em 14/12/15 e prazo indeterminado. A comissão anual corresponde a 2,50 % e o valor atual é de R\$15.826.015; e
 - (i) Fiança n. 2080917, com início em 09/01/19 e validade até 31/01/2023. A comissão anual corresponde a 1,30% e o valor atual é de R\$2.984.092.
- Prestação de serviços de parceria exclusiva para cartões fidelidade C&A, com validade até outubro de 2029 e remuneração dos créditos resultantes dos cartões C&A dividida com a Companhia na proporção de 50% para o Bradesco BBI e 50% para a Companhia
- Prestação de serviços de aquisição através da Cielo (bandeiras Visa e Elo), com validade até fevereiro de 2020 e remuneração equivalente a 0,20% do faturamento do domicílio bancário Cielo;
- Prestação de serviços de correspondente bancário em todas as lojas da Companhia para recebimento do pagamento das faturas dos cartões C&A, com prazo indeterminado;
- Prestação de serviços de recolhimento de numerário em 100% das lojas da Companhia, com prazo indeterminado e remuneração equivalente ao resultado da soma da (i) tarifa ad valorem; (ii) tarifa de OCT (ordem de crédito por teleprocessamento); e (iii) tarifa por loja;
- Prestação de serviços de cobranças na plataforma e-commerce, consistindo na emissão de aproximadamente 40.000 boletos por mês, com volume financeiro de R\$6.300.000,00 mensais e prazo indeterminado, sendo a remuneração equivalente à soma da (i) tarifa de registro; e (ii) floating D+1.

- Prestação de serviços de seguro saúde e dental para 3.178 funcionários da Companhia, com faturamento anual de R\$15.000.000,00 e validade até dezembro de 2019, sendo a remuneração equivalente a 4,34% do valor do prêmio dos seguros.

A Companhia e as sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o Bradesco BBI e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia.

O Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência e adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. No âmbito da Oferta, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

A Companhia e as sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o Bradesco BBI e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia.

O Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência e adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. No âmbito da Oferta, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

O Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações sobre a Oferta — Custos de Distribuição" na página 42 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bradesco BBI poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia não tinha qualquer outro relacionamento com o BTG Pactual e seu respectivo grupo econômico.

A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o BTG Pactual e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia.

O BTG Pactual e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência e adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. No âmbito da Oferta, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

O BTG Pactual e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações sobre a Oferta — Custos de Distribuição" na página 42 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao BTG Pactual cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BTG Pactual poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Citi

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia não tinha qualquer outro relacionamento com o Citi e seu respectivo grupo econômico.

A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o Citi e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia.

O Citi e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência e adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. No âmbito da Oferta, o Citi e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

O Citi e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações sobre a Oferta — Custos de Distribuição" na página 42 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Citi cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Citi poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Citi como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Citi e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Santander

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia e/ou as sociedades do seu respectivo grupo econômico possuem com o Santander e/ou seu respectivo grupo econômico, o seguinte relacionamento comercial:

C&A Modas S.A.:

- Operações de fiança contratadas entre Dezembro de 1993 e Outubro de 2015, com vencimento indeterminado, saldo de R\$13.314.899,00 na data presente, sendo as operações garantidas por *Corporate Guarantee* da COFRA Holding AG;
- Operações de Derivativos (NDFs) contratadas entre Maio de 2019 e Julho de 2019, com vencimentos entre Outubro de 2019 e Fevereiro de 2020, valor nominal na presente data de US\$11.630.000,00, sendo as operações garantidas por *Corporate Guarantee* da COFRA Holding AG;
- Limite de R\$3.000.000,00 para Cartões Corporativos, sendo as operações garantidas por *Corporate Guarantee* da COFRA Holding AG;
- Aplicações em CDBs no valor de R\$53.060.000,00
- Prestação de serviços de *Cash Management*, sendo o Santander o responsável pelos pagamentos aos fornecedores;
- Prestação de serviço de Folha de Pagamento dos funcionários (total de 13.891 funcionários).

COFRA Latin America Ltda:

- Aplicações em CDBs no valor de R\$2.885.000,00;
- Prestação de serviços de *Cash Management*, sendo o Santander o responsável pelos pagamentos aos fornecedores.

Instituto C&A:

- Aplicações em CDBs no valor de R\$1.878.000,00;
- Prestação de serviços de *Cash Management*, sendo o Santander o responsável pelos pagamentos aos fornecedores;
- Limite de R\$110.000,00 para Cartões Corporativos, sendo as operações garantidas por *Corporate Guarantee* da COFRA Holding AG.

Porticus Latin America Consultoria Ltda.:

- Aplicações em CDBs no valor de R\$1.553.000,00;

- Prestação de serviços de *Cash Management*, sendo o Santander o responsável pelos pagamentos aos fornecedores;
- Limite de R\$520.000,00 para Cartões Corporativos, sendo as operações garantidas por *Corporate Guarantee* da COFRA Holding AG.

Famanco Adm. De Bens Ltda.:

- Aplicações em CDBs no valor de R\$3.253.000,00;
- Prestação de serviços de *Cash Management*, sendo o Santander o responsável pelos pagamentos aos fornecedores.

A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o Santander e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia.

O Santander e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência e adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. No âmbito da Oferta, o Santander e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

O Santander e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações sobre a Oferta — Custos de Distribuição" na página 42 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Santander cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Santander poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Santander como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Santander e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e a XP

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia não tinha qualquer outro relacionamento com a XP e seu respectivo grupo econômico.

A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar a XP e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia.

A XP e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência e adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. No âmbito da Oferta, a XP e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

A XP e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações sobre a Oferta — Custos de Distribuição" na página 42 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia à XP cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a XP poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação da XP como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e a XP e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta, os Acionistas Vendedores não mantêm relacionamento societário ou comercial com os Coordenadores da Oferta e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico.

Nenhuma das operações descritas abaixo são vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, os Acionistas Vendedores não tinham qualquer outro relacionamento com o Morgan Stanley e seu respectivo grupo econômico.

Os Acionistas Vendedores e sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores poderão, no futuro, vir a contratar o Morgan Stanley e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com os Acionistas Vendedores ou sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores.

O Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta — Custos de Distribuição" na página 42 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Morgan Stanley cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Morgan Stanley poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Morgan Stanley como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Morgan Stanley e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, os Acionistas Vendedores não tinham qualquer outro relacionamento com o Bradesco BBI e seu respectivo grupo econômico.

Os Acionistas Vendedores e sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores poderão, no futuro, vir a contratar o Bradesco BBI e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades dos Acionistas Vendedores e de sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores.

O Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações sobre a Oferta — Custos de Distribuição" na página 42 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Bradesco BBI cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bradesco BBI poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. Ainda, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, os Acionistas Vendedores não tinham qualquer outro relacionamento com o BTG Pactual e seu respectivo grupo econômico.

Os Acionistas Vendedores e sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores poderão, no futuro, vir a contratar o BTG Pactual e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades dos Acionistas Vendedores e de sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores.

O BTG Pactual e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações sobre a Oferta — Custos de Distribuição" na página 42 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao BTG Pactual cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BTG Pactual poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta. Ainda, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Citi

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, os Acionistas Vendedores não tinham qualquer outro relacionamento com o Citi e seu respectivo grupo econômico.

Os Acionistas Vendedores e sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores poderão, no futuro, vir a contratar o Citi e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades dos Acionistas Vendedores e de sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores.

O Citi e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações sobre a Oferta — Custos de Distribuição" na página 42 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Citi cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Citi poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Citi como instituição intermediária da Oferta. Ainda, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Citi e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Santander

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, os Acionistas Vendedores não tinham qualquer outro relacionamento com o Santander e seu respectivo grupo econômico.

Os Acionistas Vendedores e sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores poderão, no futuro, vir a contratar o Santander e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades dos Acionistas Vendedores e de sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores.

O Santander e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações sobre a Oferta — Custos de Distribuição" na página 42 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Santander cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Santander poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Santander como instituição intermediária da Oferta. Ainda, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Santander e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e a XP

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, os Acionistas Vendedores não tinham qualquer outro relacionamento com a XP e seu respectivo grupo econômico.

Os Acionistas Vendedores e sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores poderão, no futuro, vir a contratar a XP e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades dos Acionistas Vendedores e de sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores.

A XP e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações sobre a Oferta — Custos de Distribuição" na página 42 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores à XP cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a XP poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação da XP como instituição intermediária da Oferta. Ainda, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e a XP e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. **Recomenda-se aos potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam este Prospecto Definitivo, em especial as seções “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” e “Sumário da Companhia - Principais Fatores de Risco da Companhia”, bem como a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto Definitivo e acesso aos anúncios e avisos referentes à Oferta ou informações adicionais sobre a Oferta ou, ainda, realizar reserva das Ações, deverão dirigir-se aos seguintes endereços da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e/ou das Instituições Participantes da Oferta indicadas abaixo ou junto à CVM.

Companhia

C&A Modas S.A.

Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville,
CEP 06455-000, Barueri, SP.
At.: Milton Lucato Filho
Telefone: +55 (11) 2134-9259
Fax: +55 (11) 2134-7850
<http://ri.cea.com.br>

Acionistas Vendedores

COFRA Investments S.A.R.L

19/21 Route d’Arlon, L-8009
Strassen, Luxemburgo
At.: Raf Bogaerts
Telefone: + 352 44 30 64 02

Incas S.A.

19/21 Route d’Arlon, L-8009
Strassen, Luxemburgo
At.: Raf Bogaerts
Telefone: + 352 44 30 64 02

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

Banco Morgan Stanley S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, 6º andar e 8º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Eduardo Mendez
Telefone: (11) 3048-6000
Fax: (11) 3048-6099

<http://www.morganstanley.com.br/prospectos> (neste *website*, no item “Prospectos Locais”, acessar o link “Prospecto Preliminar” no subitem “C&A Modas S.A.”)

Banco Bradesco BBI S.A.

Avenida Juscelino Kubitschek, 1309, 10º andar

CEP 04534-004, São Paulo, SP

At.: Glenn Mallett

Telefone: (11) 2169-4672

Fax: (11) 3847-9856

https://www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/Default.aspx (neste website, identificar “IPO C&A” e, posteriormente, escolher o link “Prospecto Definitivo”)

Banco BTG Pactual S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar

CEP 04538-133, São Paulo, SP.

At.: Sr. Fabio Nazari

Tel.: +55 (11) 3383-2000

Fax: +55 (11) 3383-2001

<https://www.btgpactual.com/home/investment-bank> (neste website, clicar em “Mercado de Capitais – Download”, depois em “2019” e, a seguir, logo abaixo de “Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da C&A Modas S.A.”, clicar em “Prospecto Definitivo”)

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Paulista 1111, 14º andar (parte)

CEP 01311-920 São Paulo, SP.

At.: Sr. Marcelo Millen

Telefone: (11) 4009-3268

Fax: (11) 2845-3080

<https://corporateportal.brazil.citibank.com/produtos-servicos/investimentos/prospectos.htm> (neste website, clicar em “Corretora”, em seguida expandir a aba “2019 – Renda Variável”, clicar em “IPO – C&A Modas S.A.” e clicar em “Prospecto Definitivo – C&A Modas S.A.”).

Banco Santander (Brasil) S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041 e nº 2.235, 24º andar

CEP 04543-011, São Paulo, SP.

At.: Sr. José Pedro Leite da Costa

Tel.: +55 (11) 3553-3489

Fax: +55 (11) 3553-0063

www.santander.com.br/prospectos (neste website, acessar o link “Ofertas em andamento”, posteriormente identificar “IPO C&A” e selecionar o link “Download do Prospecto Definitivo”).

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, Torre Sul, 30º andar

CEP 04543-010, São Paulo, SP.

At.: Sr. Pedro Mesquita

Tel.: +55 (11) 3027-2254

<https://www.xpi.com.br> (neste website, clicar em “Investimentos”, depois clicar em “Oferta Pública”, em seguida clicar em “Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da C&A Modas S.A.” e, então, clicar em “Prospecto Definitivo”).

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

O Prospecto Definitivo também estará disponível nos seguintes endereços e websites: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br, neste *website* acessar “Central de Sistemas” na página inicial, acessar “Ofertas Públicas”, em seguida, “C&A Modas S.A.”); e (ii) **B3** (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ – neste *website* acessar “Ofertas em andamento”, depois clicar em “Empresas”, depois clicar em “C&A Modas S.A.” e posteriormente acessar “Prospecto Definitivo”).

**IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES, CONSULTORES E
AUDITORES**

Companhia

C&A Modas S.A.

Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville,
CEP 06455-000, Barueri, SP.

At.: Milton Lucato Filho

Telefone: (11) 2134-9259

Fax: (11) 2134-7850

<http://ri.cea.com.br>

Acionistas Vendedores

COFRA Investments S.A.R.L

19/21 Route d'Arlon, L-8009

Strasssen, Luxemburgo

At.: Raf Bogaerts

Telefone: + 352 44 30 64 02

Incas S.A.

19/21 Route d'Arlon, L-8009

Strasssen, Luxemburgo

At.: Raf Bogaerts

Telefone: + 352 44 30 64 02

Coordenador Líder e Agente Estabilizador

Banco Morgan Stanley S.A.

At.: Sr. Eduardo Mendez

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600,

6º andar e 8º andar

CEP 04538-132, São Paulo, SP.

Telefone: (11) 3048-6000

Fax: (11) 3048-6099

www.morganstanley.com.br

Coordenador

Banco BTG Pactual S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477,

14º andar

CEP 04538-133, São Paulo, SP.

At.: Sr. Fabio Nazari

Telefone: +55 (11) 3383-2000

Fax: +55 (11) 3383-2001

<https://www.btgpactual.com>

Coordenador

Banco Santander (Brasil) S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek,

nº 2.041 e nº 2.235, 24º andar

CEP 04543-011, São Paulo, SP.

At.: Sr. José Pedro Leite da Costa

Tel.: +55 (11) 3553-3489

Fax: +55 (11) 3553-0063

www.santander.com.br

Coordenador

Banco Bradesco BBI S.A.

Avenida Juscelino Kubitschek, 1309, 10º andar
CEP 04534-004, São Paulo, SP.

At.: Glenn Mallett

Telefone: (11) 2169-4672

Fax: (11) 3847-9856

<https://www.bradescobbi.com.br>

Coordenador

**Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de
Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Paulista 1111, 14º andar (parte)

CEP 01311-920 São Paulo, SP.

At.: Sr. Marcelo Millen

Telefone: (11) 4009-3268

Fax: (11) 2845-3080

<https://corporateportal.brazil.citibank.com>

Coordenador

**XP Investimentos Corretora de Câmbio,
Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek,

nº 1909, Torre Sul, 30º andar

CEP 04543-010, São Paulo, SP.

At.: Sr. Pedro Mesquita

Tel.: +55 (11) 3027-2254

<https://www.xpi.com.br>

Audidores Independentes

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

Av. Juscelino Kubitschek, nº 1.909, Torre Norte, 8º andar, Itaim Bibi
CEP 04543-907, São Paulo, SP.
Telefone: (11) 2573-3000
Fax: (11) 2573-4904
www.ey.com.br

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta

Pinheiro Neto Advogados

At.: Sr. Guilherme Monteiro
Rua Hungria, nº 1.100
CEP 01455-906, São Paulo, SP.
Telefone: (11) 3247-8400
Fax: (11) 3247-8600
www.pinheironeto.com.br

Consultores Legais Locais da Companhia e Acionistas Vendedores

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados

At.: Sr. Jean Marcel Arakawa
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 447
CEP 01403-001, São Paulo, SP.
Telefone: (11) 3147-4600
www.mattosfilho.com.br

Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta

Davis Polk & Wardwell LLP

At.: Manuel Garciaz
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek,
nº 2.041, Torre E, CJ 17A
CEP 04543-011, São Paulo, SP.
Telefone: (11) 4871-8400
Fax: (11) 4871-8400
www.davispolk.com

Consultores Legais Externos da Companhia

Simpson Thacher & Bartlett LLP

At.: Grenfel Calheiros
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek 1455,
12º andar, CEP 04543-011, São Paulo, SP.
Telefone: (11) 3546-1000
<https://www.stblaw.com>

Declaração de Veracidade das Informações

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400. Estas declarações de veracidade estão anexas a este Prospecto a partir da página 163.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R\$16,50, os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, após a dedução das despesas (e sem considerar o pagamento das comissões, a ser realizado pela COFRA, e os recursos líquidos provenientes da venda das ações suplementares e das ações adicionais), serão de R\$809.809.081,25.

Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 42 deste Prospecto.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária de acordo com seu plano de negócios para (i) pré-pagamento de empréstimos entre empresas do mesmo grupo, sendo que para qualquer necessidade adicional de caixa para este fim, a Companhia utilizará recursos próprios; e (ii) expansão orgânica.

A tabela abaixo resume os percentuais da destinação dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária:

Destinação	Percentual Estimado dos Recursos Líquidos	Valor Estimado Líquido ⁽¹⁾⁽²⁾ (em R\$ mil)
Pré-pagamento de empréstimos entre empresas do mesmo grupo	90%	728.828.173,12
Expansão orgânica	10%	80.980.908,12
Total	100%	809.809.081,25

⁽¹⁾ Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares e após a dedução apenas das despesas da Oferta (o pagamento das comissões será realizado pela COFRA).

⁽²⁾ Com base no Preço por Ação de R\$16,50.

Empréstimos entre empresas do mesmo grupo

A Companhia pretende utilizar parte dos recursos da Oferta Primária para pagar R\$813 milhões em empréstimos *intercompany* em favor de C&A Mode AG, com prazos de vencimento entre abril de 2023 e dezembro de 2023 e com uma taxa média de juros de 10,25% por ano. Em 30 de junho de 2019, a dívida da Companhia em favor do C&A Mode AG era de R\$787 milhões, tendo sido utilizada principalmente para necessidades de capital de giro e propósitos gerais da Companhia. A Companhia fornece abaixo uma tabela com a descrição detalhada dos empréstimos *intercompany* que pretende pagar com parte dos recursos da Oferta Primária:

Credor	Valor do principal (em Reais)	Saldo em aberto (em Reais)	Taxa de juros anual	Parcela da dívida a ser amortizada/liquidada com os recursos da Oferta ⁽¹⁾ (em Reais)	Prazo
C&A Mode AG.....	75.950.000,00	75.950.000,00	10,50%	79.272.812,50	15/12/23
C&A Mode AG.....	105.000.000,00	66.000.000,00	9,75%	66.429.000,00	18/04/23
C&A Mode AG.....	120.000.000,00	120.000.000,00	10,50%	125.250.000,00	14/12/23
C&A Mode AG.....	132.500.000,00	132.500.000,00	10,50%	138.296.875,00	15/12/23
C&A Mode AG.....	388.000.000,00	388.000.000,00	10,00%	404.166.666,67	14/12/23
Total.....	821.450.000,00	782.450.000,00	10,25%	813.415.354,17	

⁽¹⁾ Considerando fins de cálculo dos juros, a data de 11/11/19, data prevista para amortização dos empréstimos entre empresas do mesmo grupo.

Dessa forma, dentre os principais impactos na nossa situação patrimonial e nos nossos resultados, acreditamos que o uso dos recursos captados resultará na redução do nosso nível de endividamento, elevando nosso valor patrimonial.

Outros Fatores

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos auferidos pela Companhia em decorrência da Oferta Primária na situação patrimonial da Companhia, veja a Seção “Capitalização” na página 95 deste Prospecto Preliminar de Oferta.

A Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da Oferta Secundária, visto que tais recursos reverterão integralmente aos Acionistas Vendedores.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, representada por empréstimos a pagar a partes relacionadas (circulante e não circulante), passivo de arrendamento mercantil (circulante e não circulante) e patrimônio líquido consolidado em 30 de junho de 2019, indicando (i) a posição naquela data, na coluna “Efetivo”, e (ii) conforme ajustado para refletir o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, no valor de R\$809.809.081,25, com base no Preço por Ação de R\$16,50, após a dedução das despesas estimadas (sem considerar o pagamento das comissões, a ser realizado pela COFRA, e a venda de ações suplementares e ações adicionais) e o pagamento integral dos empréstimos a pagar a partes relacionadas, sendo que para qualquer necessidade adicional de caixa, a Companhia utilizará recursos próprios.

As informações abaixo, referentes à coluna “Efetivo”, foram extraídas das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019. Os investidores devem ler a tabela abaixo em conjunto com as seções “3. Informações Financeiras Seleccionadas” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência da Companhia, bem como com as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia, anexas ao presente Prospecto.

	Em 30 de junho de 2019	
	Efetivo	Ajustado ⁽¹⁾⁽³⁾
	<i>(em milhares de R\$)</i>	
Empréstimos a pagar a partes relacionadas (circulante)....	4.457	–
Empréstimos a pagar a partes relacionadas (não circulante).....	782.450	–
Arrendamento mercantil (circulante)	319.121	319.121
Arrendamento mercantil (não circulante)	1.343.522	1.343.522
Patrimônio líquido	1.886.840	2.696.649
Capitalização Total⁽²⁾.....	4.336.390	4.359.292

⁽¹⁾ Ajustado para refletir o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária no montante de R\$809.809 mil, com base no Preço por Ação de R\$16,50, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, após a dedução das despesas estimadas (o pagamento das comissões será realizado pela COFRA), e o pagamento integral dos empréstimos a pagar a partes relacionadas, sendo que para qualquer necessidade adicional de caixa, a Companhia utilizará recursos próprios.

⁽²⁾ Capitalização total corresponde à soma dos valores referentes a empréstimos a pagar a partes relacionadas (circulante e não circulante), arrendamento mercantil (circulante e não circulante) e o patrimônio líquido consolidado.

A Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da Oferta Secundária, visto que tais recursos reverterão integralmente aos Acionistas Vendedores. Dessa forma, nossa capitalização não será afetada pela Oferta Secundária.

Não houve alteração relevante na capitalização total da Companhia desde 30 de junho de 2019, exceto o demonstrado acima.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores no âmbito da Oferta e o valor patrimonial contábil por ação da Companhia imediatamente após a Oferta.

Em 30 de junho de 2019, o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$1.886,8 milhões e o valor patrimonial por Ação de sua emissão, na mesma data, era de R\$1,82. O referido valor patrimonial por Ação representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 30 de junho de 2019.

Considerando (i) a subscrição de 49.315.068 Ações no âmbito da Oferta Primária, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, ao Preço por Ação de R\$16,50, e após a dedução das despesas devidas no âmbito da Oferta (o pagamento das comissões será realizado pela COFRA); e (ii) o grupamento das ações aprovado em 2 de outubro de 2019, o patrimônio líquido ajustado da Companhia em 30 de junho de 2019 seria de R\$2.696 milhões, representando um valor de R\$8,75 por ação de emissão da Companhia. Isso representaria um aumento imediato do valor patrimonial por Ação correspondente a R\$1,46 por ação para os acionistas existentes, e uma diluição imediata do valor patrimonial por ação de R\$7,75 para os novos investidores, adquirentes de Ações no contexto da Oferta.

Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos novos investidores e o valor patrimonial contábil por Ação imediatamente após a conclusão da Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 5 deste Prospecto Preliminar de Oferta.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 30 de junho de 2019 e considerando os impactos da realização da Oferta.

	<u>Em R\$, exceto %</u>
Preço por Ação ⁽¹⁾	16,50
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de junho de 2019 ⁽²⁾	7,29
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação em 30 de junho de 2019 para os atuais acionistas	1,46
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de junho de 2019 ajustado para refletir a Oferta	8,75
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação dos novos investidores ⁽³⁾	7,75
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta ⁽⁴⁾	47,0%

⁽¹⁾ Considerando a subscrição das Ações (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), com base no Preço por Ação.

⁽²⁾ Considera o número total das ações de emissão da Companhia na data deste Prospecto.

⁽³⁾ Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

⁽⁴⁾ O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações de emissão da Companhia e foi fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para maiores informações sobre o Procedimento de *Bookbuilding*, vide página 34 deste Prospecto.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que os recursos recebidos, nesse caso, serão integralmente entregues aos Acionistas Vendedores.

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações

O plano de opções de ações da Companhia foi aprovado em reunião da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de outubro de 2019 (“Plano”).

Foi delegado ao Conselho de Administração a autoridade para gerir o Plano. O Conselho de Administração tem poderes para tomar todas as ações necessárias e apropriadas para a administração do Plano, incluindo: (a) aprovar e colocar em prática regras para a concessão de opções, e resolver quaisquer questões relativas à interpretação do plano (inclusive o prazo de carência ou exercício); (b) designar indivíduos que poderão participar do plano, bem como definir os termos e condições de opções e as suas modificações; (c) determinar a quantidade de opções a serem outorgadas; (a) emitir novas ações dentro dos limites do capital autorizado ou autorizar a entrega de ações de tesouraria para satisfazer o exercício das opções.

Os termos e condições específicos do plano de compensação com base em ações são delineados em contratos individuais a serem celebrados pela Companhia e pelos beneficiários do plano.

As Ações outorgadas no âmbito do Plano serão limitadas a 3% (três por cento) do capital social da Companhia na data de aprovação do Plano, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

Nos termos do Plano, o preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano é de R\$1,00 por beneficiário e o exercício está condicionado ao preço médio das ações da Companhia conforme cotação das ações na B3 nos 22 (vinte dois) pregões anteriores que antecederem a data de cada exercício das opções, não podendo ser inferior ao preço por ação determinado na Oferta ajustado pelo índice IPCA/IBGE.

Para maiores informações do Plano, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

O quadro a seguir ilustra a hipótese de diluição máxima, com base no patrimônio líquido da Companhia em 30 de junho de 2019 e considerando (i) a subscrição/aquisição das Ações no âmbito da Oferta Primária, sem considerar as Ações Suplementares, ao Preço por Ação de R\$16,50, e após a dedução das despesas devidas no âmbito da Oferta (o pagamento das comissões será realizado pela COFRA); (ii) o grupamento das ações aprovado em 02 de outubro de 2019.

	<u>Em R\$, exceto %</u>
Preço por Ação ⁽¹⁾	16,50
Preço de exercício da Opção	1,00
Valor patrimonial por ação de nossa emissão em 30 de junho de 2019 ⁽²⁾	7,29
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de junho de 2019 ajustado para a Oferta e para a outorga e o exercício da totalidade das Opções previstas no Programa ⁽²⁾	8,72
Aumento no valor patrimonial contábil por ação atribuído aos acionistas existentes, considerando a Oferta e a outorga e o exercício da totalidade das Opções previstas no Programa	1,43
Diminuição do valor patrimonial contábil por ação aos novos investidores, considerando a Oferta e a outorga e o exercício da totalidade das Opções previstas no Programa ⁽³⁾	7,78
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta e do exercício da totalidade das Opções previstas no Programa ⁽⁴⁾	47,2%

(1) Calculado com base no Preço por Ação.

(2) Considera o número total das ações de emissão da Companhia na data deste Prospecto.

(3) Para os fins aqui previstos, essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

(4) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

Histórico do Preço de Emissão de Ações

O quadro abaixo apresenta informações sobre nossos preços de emissão nos últimos 5 (cinco) anos:

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidade)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
07/03/2016	Reunião de Sócios	07/03/2016	R\$150.000.000	Subscrição particular	150.000.000 quotas	N.A.	150.000.000 quotas	0,2171	R\$1,00	R\$ por unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Não aplicável, uma vez que o preço de emissão foi baseado no valor previsto no contrato social, quando a Companhia era uma sociedade limitada.								
Forma de integralização		Subscrito e Integralizado pelos sócios componentes do quadro acionário da Companhia através da capitalização dos valores.								
Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidade)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
27/06/2016	Reunião de Sócios	27/06/2016	R\$50.000.000	Subscrição particular	50.000.000 quotas	N.A.	50.000.000 quotas	0,0594	R\$1,00	R\$ por unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Não aplicável, uma vez que o preço de emissão foi baseado no valor previsto no contrato social, quando a Companhia era uma sociedade limitada.								
Forma de integralização		Subscrito e Integralizado pelos sócios componentes do quadro acionário da Companhia através da capitalização dos valores.								
Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidade)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
12/01/2017	Reunião de Sócios	12/01/2017	R\$45.000.000	Subscrição particular	45.000.000 quotas	N.A.	45.000.000 quotas	0,0505	R\$1,00	R\$ por unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Não aplicável, uma vez que o preço de emissão foi baseado no valor previsto no contrato social, quando a Companhia era uma sociedade limitada.								
Forma de integralização		Subscrito e Integralizado pelos sócios componentes do quadro acionário da Companhia através da capitalização dos valores.								
Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidade)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
17/07/2017	Reunião de Sócios	17/07/2017	R\$100.000.000	Subscrição particular	100.000.000 quotas	N.A.	100.000.000 quotas	0,1068	R\$1,00	R\$ por unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Não aplicável, uma vez que o preço de emissão foi baseado no valor previsto no contrato social, quando a Companhia era uma sociedade limitada.								
Forma de integralização		Subscrito e Integralizado pelos sócios componentes do quadro acionário da Companhia através da capitalização dos valores.								
Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidade)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/12/2017	Reunião de Sócios	31/12/2017	R\$7.486	Subscrição particular	7.486 quotas	N.A.	7.486 quotas	0,00007228	R\$1,00	R\$ por unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço da emissão foi determinado por meio de Laudo de Avaliação da Avanti Propaganda Ltda. ("Avanti") e da Mondial Impex Ltda. ("Mondial"), elaborado por empresa especializada.								
Forma de integralização		Incorporação dos ativos e passivos da Avanti e Mondial pela Companhia.								
Data de deliberação	Órgão que deliberou a transferência	Data emissão	Valor total de aquisição (Reais)	Tipo de transferência	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidade)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
02/10/2019	N/A	02/10/2019	R\$9.505.929,00	Compra e Venda de ações	576.117 ações	N.A.	576.117 ações	0,005139955	R\$16,50	R\$ por unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço da emissão será determinado conforme preço por ação definido na oferta pública inicial de ações da Companhia.								
Forma de integralização		Condicional à liquidação da oferta pública inicial de ações da Companhia, as ações objeto desse instrumento, que são de titularidade da COFRA Investments SARL, serão transferidas a administradores da Companhia, em 30 dias da data de liquidação da oferta pública inicial de ações da Companhia. A transferência pela COFRA Investments SARL aos administradores não resulta em qualquer diluição aos acionistas da Companhia, visto que não há emissão de novas ações da Companhia.								

ANEXOS

- **ESTATUTO SOCIAL**
- **ATA DA AGE DE APROVAÇÃO DA OFERTA**
- **ATA DE RCA PREÇO POR AÇÃO**
- **DECLARAÇÃO DA COMPANHIA PARA FINS DO ART. 56, DA INSTRUÇÃO CVM 400**
- **DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES, PARA FINS DO ART. 56, DA INSTRUÇÃO CVM 400**
- **DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, PARA FINS DO ART. 56, DA INSTRUÇÃO CVM 400**
- **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019**
- **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016**
- **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA**
- **ATA DE APROVAÇÃO DA INCAS S.A.**
- **ATA DE APROVAÇÃO DA COFRA INVESTMENTS SARL.**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **ESTATUTO SOCIAL**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

C&A MODAS S.A.
ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1 C&A MODAS S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável.

Artigo 2 A Companhia tem sede e foro na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 45.242.914/0001-05, podendo, por deliberação da Diretoria Executiva e atendidos os requisitos legais cabíveis, abrir, transferir e extinguir filiais, em qualquer localidade do País ou do exterior.

Artigo 3 O objeto social compreende:

(a) o comércio de produtos de varejo em geral, inclusive comércio eletrônico, por qualquer meio (telefone, internet, catálogo, etc.), de vestuário, tais como, mas não exclusivamente: roupas femininas, masculinas, infanto-juvenis, calçados, bolsas, acessórios; artigos de cama, mesa, banho, tecidos, artigos e artefatos de armarinho; artigos de couro e peles; óculos, lentes de contato; artigos esportivos e de viagem, bijuterias e objetos de adorno em geral; metais preciosos e semi preciosos, pedras e joias, preciosas ou não; produtos de perfumaria de toucador e cosméticos; brinquedos e artigos recreativos, em geral; produtos de decoração; produtos de limpeza e higiene doméstica e pessoal; aparelhos elétricos, eletrônicos, eletrodomésticos, inclusive celulares, disco, CDs, DVDs aparelhos de fotografia, filmagem, relógios; materiais de papelaria e livraria em geral e impressos de todos os tipos, bem como demais produtos típicos de lojas de departamento;

(b) a importação e exportação dos bens e produtos acima mencionados;

(c) a prestação de serviços relacionados a cartão de crédito e de débito de qualquer modalidade, de emissão própria ou de terceiros, e quaisquer atividades principais, acessórias ou correlatas a estes serviços;

(d) a prestação, intermediação e agenciamento de serviços financeiros, tais como vendas financiadas, empréstimos pessoais, previdência privada, títulos de capitalização, corretagem de seguros, venda de garantia estendida, correspondente bancário, recargas de celulares, e atividades correlatas;

(e) a prestação de serviços de intermediação na habilitação e recarga de linhas telefônicas da rede móvel, operadas por terceiros;

(f) a prestação de serviços de intermediação, agenciamento e promoção para a distribuição de seguros, títulos de capitalização e produtos correlatos de sociedades seguradoras e quaisquer terceiros que detenham tais produtos, que será feita por meio de empresa corretora de seguro, quando for o caso, nos termos da regulamentação SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) e do CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados); e

(g) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, a qualquer título.

Artigo 4 Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Novo Mercado" e "B3", respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 5 O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL, AÇÕES E ACIONISTAS

Artigo 6 O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.035.720.002,00 (um bilhão, trinta e cinco milhões, setecentos e vinte mil e dois reais), dividido em 258.930.000 (duzentos e cinquenta e oito milhões, novecentos e trinta mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo 2º As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando uma ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo 3º É vedado à Companhia a emissão de ações preferenciais e partes beneficiárias.

Parágrafo 4º Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente.

Artigo 7 A Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até 135.000.000

(cento e trinta e cinco milhões) de novas ações ordinárias e, portanto, até o limite de 393.930.000 de ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Parágrafo Único – O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Artigo 8 A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 9 A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 10 A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social.

Parágrafo 1º Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência para primeira convocação e, no mínimo, 8 (oito) dias corridos de antecedência para segunda convocação.

Parágrafo 2º A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos constantes da ordem do dia, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, os quais deverão constar do respectivo edital de convocação.

Parágrafo 3º Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral será

instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo 4º As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, observadas as restrições estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações. Todo acionista poderá participar e votar a distância em Assembleia Geral, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e regulamentação da CVM.

Artigo 11 O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundo de investimento que represente os condôminos.

Parágrafo 1º Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar à Companhia, preferencialmente com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para melhor organização da Companhia: (i) um documento de identidade, caso o acionista seja pessoa física; (ii) os atos societários pertinentes que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja pessoa jurídica; (iii) comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à Assembleia Geral; e (iv) se for o caso, procuração, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 2º Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos referidos no parágrafo acima, até o momento da abertura dos trabalhos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Parágrafo 3º As atas das Assembleias deverão (i) ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas.

Artigo 12 A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, por outro administrador ou acionista indicado pela maioria dos acionistas presentes, o qual escolherá dentre os presentes aquele que exercerá a função de secretário, que poderá ser acionista ou não da Companhia.

Artigo 13 Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei:

- (a) reformar o Estatuto Social;

- (b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, bem como definir o número de cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração da Companhia;
- (c) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- (d) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, sobre a eleição e destituição de liquidantes, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;
- (e) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;
- (f) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (g) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (h) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- (i) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais;
- (j) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, que excedam o dividendo obrigatório estabelecido no Parágrafo 3º do Artigo 37 deste Estatuto Social de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais;
- (k) deliberar sobre aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva a recompra, resgate ou amortização de ações, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social, excetuada a disposição prevista no Parágrafo Único do Artigo 7 deste Estatuto Social;
- (l) observadas as competências do Conselho de Administração dispostas no item (o) do Artigo 24 deste Estatuto Social, deliberar sobre qualquer emissão de ações ou títulos

convertíveis em ações; e

- (m) dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado.

Parágrafo Único – A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive o de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária.

Artigo 14 A Assembleia Geral eventualmente convocada para dispensar a realização de OPA para saída do Novo Mercado deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Ações em Circulação. Caso referido quórum não seja atingido, a assembleia geral poderá ser instalada em segunda convocação com a presença de qualquer número de acionistas titulares de Ações em Circulação. A deliberação sobre a dispensa de realização da OPA deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de Ações em Circulação presentes na assembleia geral, conforme disposto no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Único - Para fins deste Artigo 14, "Ações em Circulação" significam todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo(s) acionista(s) controlador(es), por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Seção I – Disposições Gerais

Artigo 15 A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social.

Parágrafo Único - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 16 Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, o qual deve contemplar inclusive sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 44 deste Estatuto Social, e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos.

Artigo 17 A Assembleia Geral fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a

sua distribuição.

Artigo 18 As deliberações do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei.

Parágrafo Único - Caso o Conselho de Administração esteja constituído por um número par de membros e ocorra um empate na votação, será atribuído ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade.

Seção II - Conselho de Administração

Artigo 19 O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 9 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral ("Conselheiros"), com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador ("Conselheiros Independentes").

Parágrafo 2º Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 3º Nos termos do artigo 147, §3º da Lei das Sociedades por Ações, o Conselheiro deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa na Assembleia Geral, aquele que (i) ocupa cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado e (ii) tenha interesse conflitante com a Companhia.

Parágrafo 4º O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que serão compostos por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia ou aos seus afiliados. Caberá ao Conselho de Administração a aprovação do regimento interno dos comitês ou grupos de trabalho eventualmente criados, bem como a eleição de seus membros.

Artigo 20 O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente, eleito em Assembleia

Geral. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente.

Artigo 21 O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano, ao final de cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, ressalvados os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento, fax ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

Parágrafo Único - Independentemente das formalidades previstas neste Artigo 21, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

Artigo 22 As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros e, em segunda convocação, por qualquer número.

Parágrafo 1º No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o respectivo membro do Conselho de Administração poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito por meio de delegação feita em favor de outro conselheiro, por meio de voto escrito antecipado, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 2º Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado, para completar o respectivo mandato, pelos demais membros do Conselho de Administração. Para os fins deste parágrafo, ocorre vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado ou invalidez.

Artigo 23 As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida gravação das mesmas. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 1º As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente ou, na ausência deste, por outro membro do Conselho de Administração indicado

pela maioria dos demais membros presentes, e secretariadas por um Conselheiro indicado pelo presidente da reunião em questão.

Parágrafo 2º Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo Único do Artigo 22 deste Estatuto Social, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo 3º Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 24 O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei ou pelo Estatuto Social:

- (a) definir as políticas e fixar as estratégias orçamentárias para a condução dos negócios, bem como liderar a implementação da estratégia de crescimento e orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) aprovar o orçamento anual, o plano de negócios, bem como quaisquer planos de estratégia, de investimento, anuais e/ou plurianuais, e projetos de expansão da Companhia e o organograma de cargos e salários para a Diretoria Executiva e para os cargos gerenciais;
- (c) aprovar orçamento da área de auditoria interna, e dos demais comitês de assessoramento, se e quando instaurados;
- (d) definir o número de cargos a serem preenchidos na Diretoria Executiva da Companhia, eleger e destituir seus membros, bem como atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto Social;
- (e) avaliar o desempenho do Diretor Presidente e apreciar as avaliações de desempenho dos demais membros da Diretoria Executiva;
- (f) criar e alterar as competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos órgãos de administração da Companhia, incluindo seus comitês de

assessoramento;

- (g) distribuir a remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os Diretores e Conselheiros;
- (h) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;
- (i) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- (j) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
- (k) escolher e destituir os auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos;
- (l) apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria Executiva e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- (m) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral;
- (n) aprovar a proposta da administração de distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais;
- (o) autorizar a emissão de ações e bônus de subscrição da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 7 deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, e deliberar, dentro dos limites do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em valor do capital social ou em número de ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos estabelecidos em lei;
- (p) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou

alienação;

- (q) outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral;
- (r) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, bem como sobre a emissão de *commercial papers*, notas promissórias, *bonds*, *notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;
- (s) aprovar a criação de ônus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros por obrigações da própria Companhia e de suas controladas e coligadas, ressalvado o disposto no item (g) do Artigo 28 deste Estatuto Social, e os contratos de financiamentos celebrados com o propósito de aquisição de bens móveis referentes a equipamentos operacionais, nos quais a garantia recaia sobre os respectivos bens adquiridos;
- (t) deliberar sobre a alienação, venda, locação, doação ou oneração, direta ou indiretamente, a qualquer título e por qualquer valor, de participações societárias detidas pela Companhia;
- (u) aprovar qualquer aquisição ou alienação de bens ou direitos do ativo permanente, não prevista no orçamento anual, envolvendo um valor de mercado superior a 10% (dez por cento) do ativo não circulante da Companhia;
- (v) aprovar toda e qualquer operação ou conjunto de operações celebrados com partes relacionadas da Companhia cujo valor seja igual ou superior a 1% (um por cento) da receita líquida da Companhia apurado no fim do exercício social imediatamente anterior;
- (w) apresentar à Assembleia Geral proposta de distribuição de participação nos lucros anuais aos empregados e aos administradores;
- (x) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- (y) aprovar os regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando ao: (a) Código de Ética; (b) Política de Remuneração; (c) Política de Indicação e Preenchimento de Cargos de Conselho de Administração, comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (c) Política de Gerenciamento de Riscos; (d) Política de Transações com Partes Relacionadas;

(e) Política de Negociação de Valores Mobiliários; e (f) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante; e

- (z) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado.

Seção III – Diretoria Executiva

Artigo 25 A Diretoria Executiva será composta por no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 9 (nove) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração (“Diretores”), sendo designados (i) um Diretor Presidente, (ii) um Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores, e (iii) os demais sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração, observado o disposto no Artigo 15, Parágrafo Único, deste Estatuto Social.

Parágrafo Único - Um diretor poderá acumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de Diretores previsto na Lei de Sociedades por Ações.

Artigo 26 O mandato dos membros da Diretoria Executiva será unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Artigo 27 A Diretoria Executiva reunir-se-á sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ou por 2/3 (dois terços) dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 1º O Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores, em suas ausências ou impedimentos temporários. Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo, será imediatamente convocada reunião do Conselho de Administração para que seja preenchido o cargo.

Parágrafo 2º No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito antecipado, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Diretor Presidente, na data da reunião, ou ainda, por

correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 3º Ocorrendo vacância na Diretoria, compete à Diretoria como colegiado indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, que deve ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após tal vacância, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Parágrafo 4º Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria Executiva.

Parágrafo 5º As reuniões da Diretoria Executiva poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria Executiva que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 6º Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo 2º deste Artigo 27, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria Executiva, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. As atas das reuniões da Diretoria Executiva da Companhia a serem registradas na Junta Comercial poderão ser submetidas na forma de extrato da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria Executiva, assinado pelo Secretário da Mesa da Reunião.

Artigo 28 Compete à Diretoria Executiva:

- (a) zelar pela observância da lei, deste Estatuto Social e pelo cumprimento das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- (b) abrir, transferir e extinguir filiais, em qualquer localidade do País ou do exterior;
- (c) criar e extinguir subsidiárias, em qualquer localidade do País ou do exterior;
- (d) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o relatório da administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;

- (e) submeter ao Conselho de Administração orçamento anual;
- (f) apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e suas controladas; e
- (g) autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de suas controladas e/ou subsidiárias integrais, cujo valor seja de até R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), para os quais não será necessária a autorização, sendo expressamente vedada a outorga de garantias a obrigações de terceiros e prestação de aval ou fiança em benefício de terceiros.

Parágrafo 1º Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele atribuídos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, bem como:

- (a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- (b) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria Executiva;
- (c) propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição;
- (d) coordenar a política de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de marketing da Companhia;
- (e) anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; e
- (f) administrar os assuntos de caráter societário em geral.

Parágrafo 2º Compete ao Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração:

- (a) auxiliar o Diretor Presidente na coordenação da ação dos Diretores e direção da execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia;
- (b) substituir o Diretor Presidente em caso de ausência ou afastamento temporário deste, hipótese em que lhe incumbirá as funções, atribuições e poderes àquele cometidos pelo Conselho de Administração, bem como as atribuições indicadas nos subitens do Parágrafo 1º deste Artigo 28;

- (c) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia;
- (d) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia;
- (e) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária;
- (f) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais;
- (g) prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e
- (h) manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM.

Artigo 29 Todos os atos e documentos que importem responsabilidade ou obrigação da Companhia, tais como contratos, escrituras de qualquer natureza, cheques, promissórias, letras de câmbio, ordens de pagamento e outras movimentações financeiras, empréstimos, financiamentos e títulos de dívida em geral, serão obrigatoriamente assinados por:

- (a) dois diretores em conjunto;
- (b) um diretor em conjunto com um procurador; ou
- (c) por dois procuradores, em conjunto, desde que investidos de poderes especiais por meio de instrumento próprio de procuração.

Parágrafo 1º A representação da Companhia em juízo, ativa ou passivamente e perante repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, compete a qualquer diretor da Companhia, bem como a procuradores nomeados pela Companhia.

Parágrafo 2º A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador, nas seguintes hipóteses:

- (a) quando se tratar de contratos em geral, no valor total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e de contratos de trabalho, inclusive contrato de trabalho de jovem aprendiz; e
- (b) quando se tratar de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas, sociedades de economia mista, Secretaria da Receita

Federal, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, Juntas Comerciais, todas as repartições judiciais, em qualquer instância, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores e outros de idêntica natureza.

Artigo 30 As procurações outorgadas em nome da Companhia o serão sempre pelos diretores, observado o item (a) do Artigo 29 deste Estatuto Social, e deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado a até 1 (um) ano.

Seção IV - Conselho Fiscal

Artigo 31 O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição ("Conselheiros Fiscais"). O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo 1º Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral que aprovar a instalação do órgão e seus mandatos terminarão sempre na Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua eleição.

Parágrafo 2º O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito pela Assembleia Geral.

Parágrafo 3º Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Artigo 32 Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Parágrafo Único - Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros Fiscais presentes.

Seção V – Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos

Artigo 33 O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos é órgão estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único - O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos deve adotar um regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração, que disciplinará detalhadamente as

funções do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, bem como seus procedimentos operacionais, definindo, ainda, as atividades do coordenador do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos.

Artigo 34 O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, eleitos pela maioria simples do Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) membro será conselheiro independente e que ao menos 1 (um) membro tenha reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

Parágrafo Único - O mesmo membro do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos pode acumular ambas as características referidas no caput.

Artigo 35 Compete ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, entre outras matérias:

- (a) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (d) avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia;
- (e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas; e
- (f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

CAPÍTULO V EXERCÍCIO FISCAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DA DESTINAÇÃO DOS LUCROS

Artigo 36 O exercício social coincide com o ano civil. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

Parágrafo 1º As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM.

Parágrafo 2º Além das demonstrações financeiras ao fim de cada exercício social, a Companhia fará elaborar as demonstrações financeiras trimestrais, com observância dos preceitos legais pertinentes.

Parágrafo 3º Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 37 Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social.

Parágrafo 1º Após as deduções mencionadas neste **Artigo 37**, a Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, dentro dos limites estabelecidos no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social.

Parágrafo 2º Do lucro líquido do exercício, apurado após as deduções mencionadas neste Artigo 37, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia.

Parágrafo 3º Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:

- (a) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal, conforme indicado no Parágrafo 2º acima; e
- (b) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

Parágrafo 4º O percentual remanescente do lucro líquido poderá ser destinado para a formação da "Reserva Estatutária de Lucros", que tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades, observado que seu saldo, somado aos saldos de outras reservas de lucros, excetuadas reservas para contingência, reservas de incentivos fiscais e reservas de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do artigo 199 da Lei das S.A., sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Artigo 38 O saldo remanescente, depois de atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável.

Artigo 39 Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

CAPÍTULO VI LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 40 A Companhia dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, caso seu funcionamento seja solicitado por acionistas que perfaçam o quórum estabelecido em lei ou na regulamentação expedida pela CVM, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e a remuneração.

CAPÍTULO VII ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Artigo 41 A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Parágrafo 1º Em caso de alienação indireta do controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

Parágrafo 2º Para os fins deste Artigo 41, entende-se por “controle” e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

CAPÍTULO VIII REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Artigo 42 Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização.

Parágrafo Único - Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das Ações em Circulação da Companhia presentes na assembleia geral deverão dar anuência a essa

estrutura.

CAPÍTULO IX SAÍDA VOLUNTÁRIA DO NOVO MERCADO

Artigo 43 Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre OPA para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia, na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das Ações em Circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

Parágrafo Único - A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo 43, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO X ARBITRAGEM

Artigo 44 A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 45 A Companhia observará, quando aplicável, os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à

oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

Artigo 46 Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações e o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 47 Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

Artigo 48 O pagamento dos dividendos, aprovado em Assembleia Geral, bem como a distribuição de ações provenientes de aumento do capital, serão efetuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da data em que for declarado e dentro do exercício social.

Artigo 49 As disposições contidas no Artigo 4, Parágrafo 3º do Artigo 6, item (m) do Artigo 13, Artigo 14, Parágrafo Único do Artigo 15, Artigo 16, O e Parágrafo 2º do Artigo 19, item (z) do Artigo 24, Artigo 33, Artigo 34, Artigo 35, Artigo 41, Artigo 42, Artigo 43 e Artigo 44 somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **ATA DA AGE DE APROVAÇÃO DA OFERTA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



C&A MODAS S.A.
CNPJ/MF nº 45.242.914/000
NIRE 25300542762



**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 2 DE OUTUBRO DE 2019**

Data, Horário e Local: Aos 2 dias do mês de outubro de 2019, às 10:30 horas, na sede social da C&A MODAS S.A. (“Companhia”), localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06455-000.

Convocação e Presenças: Presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas.

Mesa: Os trabalhos foram presididos pelo Paulo Correa Junior e secretariados pelo Milton Lucato Filho.

Ordem do Dia: Deliberar sobre: **(i)** a submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria “A”, perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”); **(ii)** a submissão do (a) pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) denominado Novo Mercado (“Novo Mercado”), e (b) pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3; **(iii)** o grupamento das ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do artigo 12 da Lei das Sociedades por Ações; **(iv)** a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia para (a) refletir o grupamento de ações, (b) incluir a previsão de capital autorizado, (c) adaptá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado, dentre outros; **(v)** a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Ações” e “Oferta”, respectivamente); **(vi)** a ratificação da deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de agosto de 2019; **(vii)** aprovação do Plano de Opção de Ações da Companhia; **(viii)** fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2019; **(ix)** autorização para que o Conselho de Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta, incluindo, mas não se limitando, poderes para (a) deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado, a ser realizado no contexto da Oferta; (b) fixar o preço de emissão das Ações; (c) aprovar o Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações da Companhia (“Prospecto”) e o *Offering Memorandum* para os esforços de colocação no exterior; (d) celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta; (e) definir a destinação dos recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Oferta; e **(x)** a autorização para que o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, pratiquem

todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima.

Deliberações: Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, restaram aprovadas as seguintes matérias, de forma unânime e sem quaisquer ressalvas ou restrições:

(i) a submissão pela Companhia do pedido de registro de companhia aberta na categoria “A” perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.

(ii) a submissão à B3 **(a)** do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado; e **(b)** do pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado.

(iii) a aprovação do grupamento das 1.035.720.002 (um bilhão, trinta e cinco milhões, setecentos e vinte mil e duas) ações ordinárias representativas do capital social da Companhia à razão de 4 (quatro) ações ordinárias para cada 1 (um) ação ordinária existente, cujas frações serão canceladas, resultando em um total de 258.930.000 (duzentos e cinquenta e oito milhões, novecentos e trinta mil) ações ordinárias, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal. Com exceção da alteração do número de ações de emissão da Companhia, o grupamento não resulta na modificação do valor total do capital social ou dos direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia a seus titulares. O grupamento será operacionalizado e efetivado de modo a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afetará os direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, das ações de emissão da Companhia.

(iv) a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, em decorrência (a) do grupamento de ações; (b) da previsão do capital autorizado; (c) das cláusulas mínimas exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado; dentre outros, que passa a vigorar com a redação constante do **Anexo I** da presente ata. Caso não haja liquidação da Oferta, os acionistas se comprometem a reformar o Estatuto Social, de forma que este documento volte a ter a redação vigente antes das alterações aprovadas.

(v) a aprovação da realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação do Banco Morgan Stanley S.A., o Banco Bradesco BBI S.A., o Banco BTG Pactual S.A., o Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., o Banco Santander (Brasil) S.A. e a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (em conjunto, os “Coordenadores da Oferta”), e com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo observado o disposto na Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), e as demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior, conforme definidos na Regra 144A, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América (SEC), em operações isentas de registro, previstas no U.S.

Securities Act de 1933 e outros regulamentos aplicáveis, e nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-US persons*), de acordo com o Regulamento S.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do “Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia”, a quantidade inicial de ações poderá, a critério dos Acionistas Vendedores e da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das ações originais.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade inicial de ações poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15%, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base (“Ações Suplementares”), conforme opção a ser outorgada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, as quais serão destinadas à estabilização de preço das Ações.

Com exceção das Ações Suplementares, as Ações serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta.

(vi) a ratificação da deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de agosto de 2019 que aprovou a realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, com a participação Coordenadores da Oferta, sendo observado o disposto na Instrução da CVM 400 e as demais disposições legais aplicáveis.

(vii) aprovar o Plano, nos termos da documentação revisada pelos acionistas presentes e arquivada na sede social da Companhia.

(viii) a fixação da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2019, no montante total de R\$60 (sessenta milhões de reais), devendo o Conselho de Administração aprovar a distribuição entre os seus membros, os membros da Diretoria e os membros dos Comitês da Companhia.

(ix) desde que observadas as diretrizes do item **(vi)** acima, a autorização para que o Conselho de Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta, incluindo, sem limitação: **(a)** deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado, a ser realizado no contexto da Oferta; **(b)** fixar o preço de emissão das Ações; **(c)** aprovar o Prospecto e o *Offering Memorandum* para os esforços de colocação no exterior; **(d)** celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta; **(e)** definir a destinação dos recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da tranche primária da

Oferta.

(x) a autorização para que o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação e formalização das deliberações constantes desta ata.

Encerramento e Lavratura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

Acionistas Presentes: Cofra Investments SARL; Incas S.A.; e Cofra Latin America Ltda.

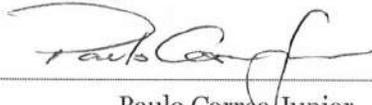
Certidão: Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.

Local e data: Barueri, SP, 2 de outubro de 2019.

(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Assinaturas na página seguinte)

JUCESP
21 10 19

Mesa:



Paulo Correa Junior
Presidente



Milton Lucato Filho
Secretário

JUCESP
21 OUT 2019

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO - JUCESP



CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO



GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL

556.163/19-9



JUCESP

C&A MODAS S.A.

CNPJ/ME nº 45.242.914/0001-05

NIRE 35300542762

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 2 DE OUTUBRO DE 2019**

Anexo I
Estatuto Social

C&A MODAS S.A.
ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1 C&A MODAS S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável.

Artigo 2 A Companhia tem sede e foro na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 45.242.914/0001-05, podendo, por deliberação da Diretoria Executiva e atendidos os requisitos legais cabíveis, abrir, transferir e extinguir filiais, em qualquer localidade do País ou do exterior.

Artigo 3 O objeto social compreende:

- (a) o comércio de produtos de varejo em geral, inclusive comércio eletrônico, por qualquer meio (telefone, internet, catálogo, etc.), de vestuário, tais como, mas não exclusivamente: roupas femininas, masculinas, infanto-juvenis, calçados, bolsas, acessórios; artigos de cama, mesa, banho, tecidos, artigos e artefatos de armarinho; artigos de couro e peles; óculos, lentes de contato; artigos esportivos e de viagem, bijuterias e objetos de adorno em geral; metais preciosos e semi preciosos, pedras e joias, preciosas ou não; produtos de perfumaria de toucador e cosméticos; brinquedos e artigos recreativos, em geral; produtos de decoração; produtos de limpeza e higiene doméstica e pessoal; aparelhos elétricos, eletrônicos, eletrodomésticos, inclusive celulares, disco, CDs, DVDs aparelhos de fotografia, filmagem, relógios; materiais de papelaria e livraria em geral e impressos de todos os tipos, bem como demais produtos típicos de lojas de departamento;
- (b) a importação e exportação dos bens e produtos acima mencionados;
- (c) a prestação de serviços relacionados a cartão de crédito e de débito de qualquer modalidade, de emissão própria ou de terceiros, e quaisquer atividades principais, acessórias ou correlatas a estes serviços;
- (d) a prestação, intermediação e agenciamento de serviços financeiros, tais como vendas financiadas, empréstimos pessoais, previdência privada, títulos de capitalização, corretagem de seguros, venda de garantia estendida, correspondente bancário, recargas de celulares, e atividades correlatas;
- (e) a prestação de serviços de intermediação na habilitação e recarga de linhas telefônicas da rede móvel, operadas por terceiros;

(f) a prestação de serviços de intermediação, agenciamento e promoção para a distribuição de seguros, títulos de capitalização e produtos correlatos de sociedades seguradoras e quaisquer terceiros que detenham tais produtos, que será feita por meio de empresa corretora de seguro, quando for o caso, nos termos da regulamentação SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) e do CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados); e

(g) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, a qualquer título.

Artigo 4 Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Novo Mercado" e "B3", respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 5 O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL, AÇÕES E ACIONISTAS

Artigo 6 O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.035.720.002,00 (um bilhão, trinta e cinco milhões, setecentos e vinte mil e dois reais), dividido em 258.930.000 (duzentos e cinquenta e oito milhões, novecentos e trinta mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo 2º As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando uma ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo 3º É vedado à Companhia a emissão de ações preferenciais e partes beneficiárias.

Parágrafo 4º Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente.

Artigo 7 A Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até 135.000.000

(cento e trinta e cinco milhões) de novas ações ordinárias e, portanto, até o limite de 393.930.000 de ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Parágrafo Único – O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Artigo 8 A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 9 A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 10 A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social.

Parágrafo 1º Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência para primeira convocação e, no mínimo, 8 (oito) dias corridos de antecedência para segunda convocação.

Parágrafo 2º A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos constantes da ordem do dia, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, os quais deverão constar do respectivo edital de convocação.

Parágrafo 3º Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral será

instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo 4º As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, observadas as restrições estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações. Todo acionista poderá participar e votar a distância em Assembleia Geral, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e regulamentação da CVM.

Artigo 11 O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundo de investimento que represente os condôminos.

Parágrafo 1º Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar à Companhia, preferencialmente com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para melhor organização da Companhia: (i) um documento de identidade, caso o acionista seja pessoa física; (ii) os atos societários pertinentes que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja pessoa jurídica; (iii) comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à Assembleia Geral; e (iv) se for o caso, procuração, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 2º Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos referidos no parágrafo acima, até o momento da abertura dos trabalhos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Parágrafo 3º As atas das Assembleias deverão (i) ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas.

Artigo 12 A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, por outro administrador ou acionista indicado pela maioria dos acionistas presentes, o qual escolherá dentre os presentes aquele que exercerá a função de secretário, que poderá ser acionista ou não da Companhia.

Artigo 13 Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei:

- (a) reformar o Estatuto Social;

- (b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, bem como definir o número de cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração da Companhia;
- (c) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- (d) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, sobre a eleição e destituição de liquidantes, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;
- (e) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;
- (f) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (g) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (h) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- (i) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais;
- (j) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, que excedam o dividendo obrigatório estabelecido no Parágrafo 3º do Artigo 37 deste Estatuto Social de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais;
- (k) deliberar sobre aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva a recompra, resgate ou amortização de ações, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social, excetuada a disposição prevista no Parágrafo Único do Artigo 7 deste Estatuto Social;
- (l) observadas as competências do Conselho de Administração dispostas no item (o) do Artigo 24 deste Estatuto Social, deliberar sobre qualquer emissão de ações ou títulos

conversíveis em ações; e

- (m) dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) para saída do Novo Mercado.

Parágrafo Único – A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive o de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária.

Artigo 14 A Assembleia Geral eventualmente convocada para dispensar a realização de OPA para saída do Novo Mercado deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Ações em Circulação. Caso referido quórum não seja atingido, a assembleia geral poderá ser instalada em segunda convocação com a presença de qualquer número de acionistas titulares de Ações em Circulação. A deliberação sobre a dispensa de realização da OPA deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de Ações em Circulação presentes na assembleia geral, conforme disposto no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Único - Para fins deste Artigo 14, “Ações em Circulação” significam todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo(s) acionista(s) controlador(es), por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Seção I – Disposições Gerais

Artigo 15 A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social.

Parágrafo Único - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 16 Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, o qual deve contemplar inclusive sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 44 deste Estatuto Social, e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos.

Artigo 17 A Assembleia Geral fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a

sua distribuição.

Artigo 18 As deliberações do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei.

Parágrafo Único - Caso o Conselho de Administração esteja constituído por um número par de membros e ocorra um empate na votação, será atribuído ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade.

Seção II - Conselho de Administração

Artigo 19 O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 9 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral ("Conselheiros"), com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os elege, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador ("Conselheiros Independentes").

Parágrafo 2º Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 3º Nos termos do artigo 147, §3º da Lei das Sociedades por Ações, o Conselheiro deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa na Assembleia Geral, aquele que (i) ocupa cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado e (ii) tenha interesse conflitante com a Companhia.

Parágrafo 4º O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que serão compostos por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia ou aos seus afiliados. Caberá ao Conselho de Administração a aprovação do regimento interno dos comitês ou grupos de trabalho eventualmente criados, bem como a eleição de seus membros.

Artigo 20 O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente, eleito em Assembleia

7-

Geral. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente.

Artigo 21 O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano, ao final de cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, ressalvados os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento, fax ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

Parágrafo Único - Independentemente das formalidades previstas neste Artigo 21, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

Artigo 22 As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros e, em segunda convocação, por qualquer número.

Parágrafo 1º No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o respectivo membro do Conselho de Administração poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito por meio de delegação feita em favor de outro conselheiro, por meio de voto escrito antecipado, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 2º Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado, para completar o respectivo mandato, pelos demais membros do Conselho de Administração. Para os fins deste parágrafo, ocorre vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado ou invalidez.

Artigo 23 As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida gravação das mesmas. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 1º As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente ou, na ausência deste, por outro membro do Conselho de Administração indicado

pela maioria dos demais membros presentes, e secretariadas por um Conselheiro indicado pelo presidente da reunião em questão.

Parágrafo 2º Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo Único do Artigo 22 deste Estatuto Social, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo 3º Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 24 O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei ou pelo Estatuto Social:

- (a) definir as políticas e fixar as estratégias orçamentárias para a condução dos negócios, bem como liderar a implementação da estratégia de crescimento e orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) aprovar o orçamento anual, o plano de negócios, bem como quaisquer planos de estratégia, de investimento, anuais e/ou plurianuais, e projetos de expansão da Companhia e o organograma de cargos e salários para a Diretoria Executiva e para os cargos gerenciais;
- (c) aprovar orçamento da área de auditoria interna, e dos demais comitês de assessoramento, se e quando instaurados;
- (d) definir o número de cargos a serem preenchidos na Diretoria Executiva da Companhia, eleger e destituir seus membros, bem como atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto Social;
- (e) avaliar o desempenho do Diretor Presidente e apreciar as avaliações de desempenho dos demais membros da Diretoria Executiva;
- (f) criar e alterar as competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos órgãos de administração da Companhia, incluindo seus comitês de

assessoramento;

- (g) distribuir a remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os Diretores e Conselheiros;
- (h) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;
- (i) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- (j) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
- (k) escolher e destituir os auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos;
- (l) apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria Executiva e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- (m) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral;
- (n) aprovar a proposta da administração de distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais;
- (o) autorizar a emissão de ações e bônus de subscrição da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 7 deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, e deliberar, dentro dos limites do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em valor do capital social ou em número de ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos estabelecidos em lei;
- (p) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou

alienação;

- (q) outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral;
- (r) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, bem como sobre a emissão de *commercial papers*, notas promissórias, *bonds*, *notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;
- (s) aprovar a criação de ônus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros por obrigações da própria Companhia e de suas controladas e coligadas, ressalvado o disposto no item (g) do Artigo 28 deste Estatuto Social, e os contratos de financiamentos celebrados com o propósito de aquisição de bens móveis referentes a equipamentos operacionais, nos quais a garantia recaia sobre os respectivos bens adquiridos;
- (t) deliberar sobre a alienação, venda, locação, doação ou oneração, direta ou indiretamente, a qualquer título e por qualquer valor, de participações societárias detidas pela Companhia;
- (u) aprovar qualquer aquisição ou alienação de bens ou direitos do ativo permanente, não prevista no orçamento anual, envolvendo um valor de mercado superior a 10% (dez por cento) do ativo não circulante da Companhia;
- (v) aprovar toda e qualquer operação ou conjunto de operações celebrados com partes relacionadas da Companhia cujo valor seja igual ou superior a 1% (um por cento) da receita líquida da Companhia apurado no fim do exercício social imediatamente anterior;
- (w) apresentar à Assembleia Geral proposta de distribuição de participação nos lucros anuais aos empregados e aos administradores;
- (x) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- (y) aprovar os regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando ao: (a) Código de Ética; (b) Política de Remuneração; (c) Política de Indicação e Preenchimento de Cargos de Conselho de Administração, comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (d) Política de Gerenciamento de Riscos; (e) Política de Transações com Partes Relacionadas;

- (e) Política de Negociação de Valores Mobiliários; e (f) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante; e
- (z) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado.

Seção III – Diretoria Executiva

Artigo 25 A Diretoria Executiva será composta por no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 9 (nove) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração (“Diretores”), sendo designados (i) um Diretor Presidente, (ii) um Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores, e (iii) os demais sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração, observado o disposto no Artigo 15, Parágrafo Único, deste Estatuto Social.

Parágrafo Único - Um diretor poderá acumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de Diretores previsto na Lei de Sociedades por Ações.

Artigo 26 O mandato dos membros da Diretoria Executiva será unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Artigo 27 A Diretoria Executiva reunir-se-á sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ou por 2/3 (dois terços) dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 1º O Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores, em suas ausências ou impedimentos temporários. Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo, será imediatamente convocada reunião do Conselho de Administração para que seja preenchido o cargo.

Parágrafo 2º No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito antecipado, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Diretor Presidente, na data da reunião, ou ainda, por

correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 3º Ocorrendo vacância na Diretoria, compete à Diretoria como colegiado indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, que deve ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após tal vacância, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Parágrafo 4º Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria Executiva.

Parágrafo 5º As reuniões da Diretoria Executiva poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria Executiva que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 6º Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo 2º deste Artigo 27, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria Executiva, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. As atas das reuniões da Diretoria Executiva da Companhia a serem registradas na Junta Comercial poderão ser submetidas na forma de extrato da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria Executiva, assinado pelo Secretário da Mesa da Reunião.

Artigo 28 Compete à Diretoria Executiva:

- (a) zelar pela observância da lei, deste Estatuto Social e pelo cumprimento das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- (b) abrir, transferir e extinguir filiais, em qualquer localidade do País ou do exterior;
- (c) criar e extinguir subsidiárias, em qualquer localidade do País ou do exterior;
- (d) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o relatório da administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;

- (e) submeter ao Conselho de Administração orçamento anual;
- (f) apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e suas controladas; e
- (g) autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de suas controladas e/ou subsidiárias integrais, cujo valor seja de até R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), para os quais não será necessária a autorização, sendo expressamente vedada a outorga de garantias a obrigações de terceiros e prestação de aval ou fiança em benefício de terceiros.

Parágrafo 1º Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele atribuídos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, bem como:

- (a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- (b) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria Executiva;
- (c) propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição;
- (d) coordenar a política de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de marketing da Companhia;
- (e) anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; e
- (f) administrar os assuntos de caráter societário em geral.

Parágrafo 2º Compete ao Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração:

- (a) auxiliar o Diretor Presidente na coordenação da ação dos Diretores e direção da execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia;
- (b) substituir o Diretor Presidente em caso de ausência ou afastamento temporário deste, hipótese em que lhe incumbirá as funções, atribuições e poderes àquele cometidos pelo Conselho de Administração, bem como as atribuições indicadas nos subitens do Parágrafo 1º deste Artigo 28;

- (c) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia;
- (d) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia;
- (e) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária;
- (f) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais;
- (g) prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e
- (h) manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM.

Artigo 29 Todos os atos e documentos que importem responsabilidade ou obrigação da Companhia, tais como contratos, escrituras de qualquer natureza, cheques, promissórias, letras de câmbio, ordens de pagamento e outras movimentações financeiras, empréstimos, financiamentos e títulos de dívida em geral, serão obrigatoriamente assinados por:

- (a) dois diretores em conjunto;
- (b) um diretor em conjunto com um procurador; ou
- (c) por dois procuradores, em conjunto, desde que investidos de poderes especiais por meio de instrumento próprio de procuração.

Parágrafo 1º A representação da Companhia em juízo, ativa ou passivamente e perante repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, compete a qualquer diretor da Companhia, bem como a procuradores nomeados pela Companhia.

Parágrafo 2º A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador, nas seguintes hipóteses:

- (a) quando se tratar de contratos em geral, no valor total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e de contratos de trabalho, inclusive contrato de trabalho de jovem aprendiz; e
- (b) quando se tratar de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas, sociedades de economia mista, Secretaria da Receita

Federal, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, Juntas Comerciais, todas as repartições judiciais, em qualquer instância, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores e outros de idêntica natureza.

Artigo 30 As procurações outorgadas em nome da Companhia o serão sempre pelos diretores, observado o item (a) do Artigo 29 deste Estatuto Social, e deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado a até 1 (um) ano.

Seção IV - Conselho Fiscal

Artigo 31 O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição ("Conselheiros Fiscais"). O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo 1º Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral que aprovar a instalação do órgão e seus mandatos terminarão sempre na Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua eleição.

Parágrafo 2º O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito pela Assembleia Geral.

Parágrafo 3º Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Artigo 32 Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Parágrafo Único - Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros Fiscais presentes.

Seção V – Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos

Artigo 33 O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos é órgão estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único - O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos deve adotar um regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração, que disciplinará detalhadamente as

funções do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, bem como seus procedimentos operacionais, definindo, ainda, as atividades do coordenador do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos.

Artigo 34 O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, eleitos pela maioria simples do Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) membro será conselheiro independente e que ao menos 1 (um) membro tenha reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

Parágrafo Único - O mesmo membro do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos pode acumular ambas as características referidas no caput.

Artigo 35 Compete ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, entre outras matérias:

- (a) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (d) avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia;
- (e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas; e
- (f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

CAPÍTULO V

EXERCÍCIO FISCAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DA DESTINAÇÃO DOS LUCROS

Artigo 36 O exercício social coincide com o ano civil. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

Parágrafo 1º As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM.

Parágrafo 2º Além das demonstrações financeiras ao fim de cada exercício social, a Companhia fará elaborar as demonstrações financeiras trimestrais, com observância dos preceitos legais pertinentes.

Parágrafo 3º Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 37 Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social.

Parágrafo 1º Após as deduções mencionadas neste **Artigo 37**, a Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, dentro dos limites estabelecidos no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social.

Parágrafo 2º Do lucro líquido do exercício, apurado após as deduções mencionadas neste Artigo 37, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia.

Parágrafo 3º Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:

- (a) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal, conforme indicado no Parágrafo 2º acima; e
- (b) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

Parágrafo 4º O percentual remanescente do lucro líquido poderá ser destinado para a formação da "Reserva Estatutária de Lucros", que tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades, observado que seu saldo, somado aos saldos de outras reservas de lucros, excetuadas reservas para contingência, reservas de incentivos fiscais e reservas de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do artigo 199 da Lei das S.A., sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Artigo 38 O saldo remanescente, depois de atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável.

Artigo 39 Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

CAPÍTULO VI LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 40 A Companhia dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, caso seu funcionamento seja solicitado por acionistas que perfaçam o quórum estabelecido em lei ou na regulamentação expedida pela CVM, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e a remuneração.

CAPÍTULO VII ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Artigo 41 A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Parágrafo 1º Em caso de alienação indireta do controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

Parágrafo 2º Para os fins deste Artigo 41, entende-se por “controle” e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

CAPÍTULO VIII REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Artigo 42 Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização.

Parágrafo Único - Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das Ações em Circulação da Companhia presentes na assembleia geral deverão dar anuência a essa

estrutura.

CAPÍTULO IX SAÍDA VOLUNTÁRIA DO NOVO MERCADO

Artigo 43 Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre OPA para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia, na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das Ações em Circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

Parágrafo Único - A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo 43, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO X ARBITRAGEM

Artigo 44 A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 45 A Companhia observará, quando aplicável, os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à

oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

Artigo 46 Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações e o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 47 Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

Artigo 48 O pagamento dos dividendos, aprovado em Assembleia Geral, bem como a distribuição de ações provenientes de aumento do capital, serão efetuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da data em que for declarado e dentro do exercício social.

Artigo 49 As disposições contidas no Artigo 4, Parágrafo 3º do Artigo 6, item (m) do Artigo 13, Artigo 14, Parágrafo Único do Artigo 15, Artigo 16, o e Parágrafo 2º do Artigo 19, item (z) do Artigo 24, Artigo 33, Artigo 34, Artigo 35, Artigo 41, Artigo 42, Artigo 43 e Artigo 44 somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **ATA DE RCA PREÇO POR AÇÃO**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2019**

Data, Horário e Local: No dia 24 de outubro de 2019, às 19:00 horas, na sede social da C&A Modas S.A., na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06455-000 (“Companhia”).

Presença: A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Convocação: Dispensada a convocação prévia em face da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia.

Mesa: Os trabalhos foram presididos pelo Paulo Correa Junior e secretariados pelo Milton Lucato Filho.

Ordem do Dia: Deliberar sobre: **(i)** a fixação e justificativa do preço de emissão por unidade de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Ações”), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações de emissão da Companhia (“Oferta”), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação de Ações no exterior; **(ii)** a aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de ações ordinárias a serem emitidas com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), e no artigo 7 do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** a aprovação sobre os direitos relacionados às novas ações; **(iv)** a aprovação do prospecto definitivo e do *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta; **(v)** a homologação do aumento de capital social da Companhia; **(vi)** a aprovação, *ad referendum* da próxima Assembleia Geral da Companhia, da reforma do *caput* do artigo 6 do Estatuto Social da Companhia; **(vii)** a autorização para a Diretoria da Companhia celebrar todos os documentos relacionados à Oferta; e **(viii)** a autorização para a Diretoria da Companhia tomar as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta e implementação das deliberações aqui consubstanciadas.

Deliberações: Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, restaram aprovadas as seguintes matérias, de forma unânime e sem quaisquer ressalvas ou restrições:

- (i)** aprovar, no âmbito da Oferta, a fixação do preço de emissão de R\$16,50 por Ação objeto da Oferta (“Preço por Ação”). O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento (“Procedimento”

de Bookbuilding”) conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários junto a investidores institucionais, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, justificando-se a escolha do critério de determinação do Preço por Ação, de acordo com o inciso III, §1º do artigo 170 da Lei da Sociedade por Ações, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações a serem subscritas e/ou adquiridas foi aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas ordens de subscrição de Ações no contexto da Oferta;

- (ii)** aprovar, em decorrência da deliberação tomada no item (i) acima, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$813.698.622,00 (oitocentos e treze milhões, seiscentos e noventa e oito mil e seiscentos e vinte e dois reais), o qual passará de R\$1.035.720.002,00 (um bilhão, trinta e cinco milhões, setecentos e vinte mil e dois reais) para R\$1.849.418.624,00 (um bilhão, oitocentos e quarenta e nove milhões, quatrocentos e dezoito mil e seiscentos e vinte e quatro reais), mediante a emissão de 49.315.068 (quarenta e nove milhões, trezentas e quinze mil e sessenta e oito) novas ações ordinárias, cada uma no valor de R\$16,50 (dezesseis reais e cinquenta centavos), que serão objeto da Oferta, passando o capital social da Companhia de 258.930.000 (duzentas e cinquenta e oito milhões, novecentos e trinta mil) ações ordinárias para 308.245.068 (trezentas e oito milhões, duzentas e quarenta e cinco mil e sessenta e oito) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 7 do Estatuto Social da Companhia;
- (iii)** aprovar, ainda, que as novas ações emitidas, nos termos da deliberação tomada no item **(ii)** acima, terão os mesmos direitos conferidos às demais ações da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável, fazendo jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do anúncio de início da Oferta;
- (iv)** aprovar o prospecto definitivo e o *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta;
- (v)** homologar, em razão da deliberação tomada no item (ii) acima, o aumento do capital da Companhia no montante de R\$813.698.622,00 (oitocentos e treze milhões, seiscentos e noventa e oito mil e seiscentos e vinte e dois reais), mediante a emissão de 49.315.068 (quarenta e nove milhões, trezentas e quinze mil e sessenta e oito) novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal;

(vi) face à homologação do aumento de capital objeto da deliberação dos itens (ii) e (v) acima, aprovar, ad referendum da próxima Assembleia Geral da Companhia, a reforma do *caput* do artigo 6 do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado (em moeda corrente nacional) é de R\$ R\$1.849.418.624,00 (um bilhão, oitocentos e quarenta e nove milhões, quatrocentos e dezoito mil e seiscentos e vinte e quatro reais), representado por 308.245.068 (trezentas e oito milhões, duzentas e quarenta e cinco mil e sessenta e oito) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.”

(vii) autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar todos os documentos relacionados à Oferta, incluindo, mas não se limitando a: (i) o “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da C&A Modas S.A.”; (ii) o “Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da C&A Modas S.A.”; (iii) o *Placement Facilitation Agreement*; e (iv) o Contrato de Prestação de Serviços da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, que serão devidamente arquivados na sede social da Companhia, bem como a assumir todas as obrigações estabelecidas nos referidos documentos; e

(viii) autorizar a Diretoria da Companhia a tomar as medidas necessárias à realização da Oferta e ao cumprimento das deliberações tomadas nesta reunião do conselho de administração.

Encerramento e lavratura da ata: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, nos termos do art. 130, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada.

Local e data: Barueri, SP, 24 de outubro de 2019.

(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Assinaturas na página seguinte)

Mesa:



Paulo Correa Junior
Presidente



Milton Lucato Filho
Secretário

-
- **DECLARAÇÃO DA COMPANHIA PARA FINS DO ART. 56, DA INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

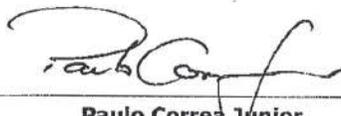
**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

C&A MODAS S.A., sociedade por ações, com sede na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06455-000, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 45.242.914/0001-05, neste ato representada por seus diretores estatutários, na forma de seu Estatuto Social ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta", respectivamente), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar que:

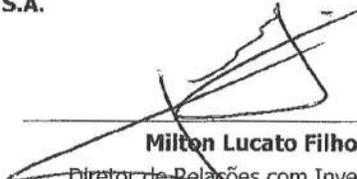
- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas e a serem prestadas no prospecto preliminar e no prospecto definitivo, por ocasião do registro da Oferta, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que venham a integrar o prospecto preliminar e o prospecto definitivo são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) o prospecto preliminar da Oferta contém, nesta data, e o prospecto definitivo da Oferta conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Ações e da Companhia, das suas atividades, da sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e
- (v) o prospecto preliminar foi, e o prospecto definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando a, a Instrução CVM 400.

Barueri, 4 de outubro de 2019.

C&A MODAS S.A.



Paulo Correa Junior
Diretor Presidente



Milton Lucato Filho
Diretor de Relações com Investidores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES, PARA FINS DO ART. 56, DA INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

COFRA INVESTMENTS SARL, sociedade constituída e existente de acordo com as leis de Luxemburgo, com sede em Luxemburgo, na 19/21 Route d'Arlon, L-8009 Strassen, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.049.145/0001-63, neste ato representada por seus bastantes procuradores ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, de emissão da **C&A MODAS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06455-000, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 45.242.914/0001-05 ("Companhia"), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Oferta" e "Ações"), sob a coordenação do Banco Morgan Stanley S.A., o Banco Bradesco BBI S.A., o Banco BTG Pactual S.A., o Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., o Banco Santander (Brasil) S.A. e a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (em conjunto, "Coordenadores da Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue:

Considerando que:

- (i) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (ii) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em julho de 2019, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da C&A Modas S.A. ("Prospecto Definitivo");
- (iii) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e, nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (iv) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos a que se refere o item "(iv)" acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e o Acionista Vendedor;
- (vi) conforme informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram ter disponibilizado, para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, todos os documentos, bem como prestaram todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

- (vii) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Acionista Vendedor declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas e a serem prestadas, inclusive no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, por ocasião do registro da Oferta, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da obtenção do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) o Prospecto Preliminar da Oferta contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo da Oferta conterà, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades, sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e
- (v) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando a, a Instrução CVM 400.

Strassen, 24 de Setembro de 2019

COFRA INVESTMENTS SARL



RAF BOGAERTS, Manager



DIMITRI MARÉCHAL, Manager

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

INCAS S.A., sociedade constituída e existente de acordo com as leis de Luxemburgo, com sede em Luxemburgo, na 19/21 Route d'Arlon, L-8009 Strassen, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.049.146/0001-08, neste ato representada por seus bastantes procuradores ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, de emissão da **C&A MODAS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06455-000, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 45.242.914/0001-05 ("Companhia"), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Oferta" e "Ações"), sob a coordenação do Banco Morgan Stanley S.A., o Banco Bradesco BBI S.A., o Banco BTG Pactual S.A., o Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., o Banco Santander (Brasil) S.A. e a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (em conjunto, "Coordenadores da Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue:

Considerando que:

- (i) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (ii) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em julho de 2019, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da C&A Modas S.A. ("Prospecto Definitivo");
- (iii) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e, nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;
- (iv) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos a que se refere o item "(iv)" acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e o Acionista Vendedor;
- (vi) conforme informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram ter disponibilizado, para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, todos os documentos, bem como prestaram todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

- (vii) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Acionista Vendedor declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas e a serem prestadas, inclusive no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, por ocasião do registro da Oferta, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da obtenção do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) o Prospecto Preliminar da Oferta contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo da Oferta conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades, sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e
- (v) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando a, a Instrução CVM 400.

Strassen, 24 de Setembro de 2019

INCAS S.A.



RAF BOGAERTS, Director



MATTHIAS VAN DER LOOVEN, Director

-
- **DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, PARA FINS DO ART. 56, DA INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

BANCO MORGAN STANLEY S.A., instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.600, 6º andar e 8º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 02.801.938/0001-36, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Morgan Stanley" ou "Coordenador Líder"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, de emissão da **C&A MODAS S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, Alameda Araguaia, n.º 1.222/1.022, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o n.º 45.242.914/0001-05, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, ("Oferta" e "Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob a sua coordenação e do o Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI"), Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., ("Citi"), Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), Xp Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("XP" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bradesco BBI, o BTG Pactual, o Citi e o Santander, os "Coordenadores da Oferta") vem pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400:

CONSIDERANDO QUE:

(i) a Companhia, a COFRA Investments SARL e a Incas S.A., na qualidade de acionista controladores e vendedores ("Acionista Vendedores"), e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta ("Assessores Legais");

(ii) tendo em vista a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em julho de 2019, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias da C&A Modas S.A. ("Prospecto Definitivo");

(iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores Independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Comunicado Técnico 01/2015 emitido pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e da CTA 23, de 15 de maio de 2015, com relação ao Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias da C&A Modas S.A. ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, dentre eles a emissão de carta conforto para os Coordenadores da Oferta;

(iv) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus Assessores Legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

(v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelos Assessores Legais, em nome dos Coordenadores da Oferta, documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;

(vi) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder e de seus Assessores Legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(vii) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta e Assessores Legais participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos Assessores Legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que:

(a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores (incluindo, mas não se limitando, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo), nas datas de suas respectivas disponibilizações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas disponibilizações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas disponibilizações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários.

São Paulo, 4 de outubro de 2019.

BANCO MORGAN STANLEY S.A.

Nome:

Cargo:

João Vicente S. Camarota
Diretor Gerente

-
- **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Contábeis Intermediárias

C&A Modas Ltda.

(Atualmente denominada C&A Modas S.A.)

30 de junho de 2019 e 2018
com Relatório do Auditor Independente

C&A Modas Ltda.

Demonstrações contábeis intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas	1
Demonstrações contábeis intermediárias	
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Demonstrações dos valores adicionados	15
Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias	16

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Aos Administradores e Quotistas da
C&A Modas Ltda.
(Atualmente denominada C&A Modas S.A.)
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da C&A Modas Ltda. (“Empresa”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da C&A Modas Ltda. em 30 de junho de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Empresa e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer

comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis intermediárias. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Empresa.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12, a Empresa possui contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R\$416.789 mil em 30 de junho de 2019, computados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. A Empresa avaliou a recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis.

Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da Administração com base em premissas e critérios utilizados na determinação das projeções de lucros tributáveis, que são afetadas pela expectativa futura de mercado e condições econômicas.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envolvimento de profissionais especializados em avaliação e em impostos para nos auxiliar na avaliação das premissas e da metodologia utilizadas pela Empresa, em particular aquelas relacionadas às projeções de lucros tributáveis futuros e taxas de desconto a valor presente de tais projeções. As projeções de lucros tributáveis futuros foram elaboradas com base no plano de negócios da Empresa, o qual foi aprovado pelos órgãos de Administração. Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na Nota Explicativa nº 12.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Contingências tributárias

A Empresa é parte envolvida em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas disputas tributárias, cuja provisão em 30 de junho de 2019 era de R\$239.001 mil, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 19. A avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para cobrir as perdas prováveis requerem julgamento por parte da Administração da Empresa, que conta com o

suporte das opiniões dos seus assessores jurídicos internos e externos. Mudanças nas premissas utilizadas pela Empresa, que são base para exercer esse julgamento ou em fatores externos, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias e tribunais, podem impactar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa de forma relevante.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2019, a Empresa é parte em discussões tributárias que somam R\$387.458 mil, os quais não estão provisionados nas demonstrações contábeis devido à avaliação por parte da Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos e internos, de que o prognóstico de perda é possível.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e ao fato de que a avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão envolvem alto grau de julgamento profissional por parte da Administração da Empresa em conjunto com os seus assessores jurídicos externos e internos.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis adotadas pela Empresa para a classificação dos processos administrativos e judiciais entre perda provável, possível ou remota, incluindo as premissas utilizadas para mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para riscos tributários. Analisamos as provisões reconhecidas e os processos divulgados relacionados a contingências classificadas como perda possível, levando em consideração as avaliações elaboradas pelos assessores jurídicos externos e internos da Empresa. Obtivemos evidências sobre os riscos de perdas considerados pela Empresa nos principais processos, incluindo a documentação existente, pareceres e opiniões legais, bem como obtivemos as confirmações externas dos assessores jurídicos da Empresa contendo o estágio atual e o prognóstico de perda nestes processos administrativos e judiciais. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Nota Explicativa nº 19 às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de 30 de junho de 2019.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas utilizados na mensuração das provisões, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Adoção de novas Normas Contábeis - CPC06(R2) - Operações de arrendamento mercantil

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 4.21, em 1 de janeiro de 2019, a Empresa adotou o CPC06(R2) - Operações de arrendamento mercantil, equivalente ao IFRS 16 emitido pelo IASB, que resultou no reconhecimento, em 1º de janeiro de 2019, de um ativo por direito de uso e um passivo de arrendamento nos montantes de R\$1.742.484 e R\$1.737.694, respectivamente.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos nos cálculos do passivo de arrendamento mercantil e do direito de uso, bem como devido ao fato desse processo ter envolvido interpretação de nova normativa complexa, novos processos

para coleta de dados e julgamentos importantes relacionados aos termos dos contratos de arrendamento e às taxas de desconto aplicáveis.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação: das políticas contábeis e expedientes práticos adotados pela Empresa; da integridade da base de contratos identificados e sujeitos à aplicação da norma; da interpretação da Administração dos termos e condições dos contratos de locação; e da razoabilidade dos julgamentos significativos aplicados pela Administração nas definições de prazo dos contratos e de taxa de desconto do passivo de arrendamento, além dos testes nos cálculos efetuados pela Administração que determinaram o saldo das contas de Direito de uso e Passivo de arrendamento.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas utilizados na mensuração do ativo e passivo iniciais e outros ajustes, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 4.21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Créditos extemporâneos PIS/ COFINS pela exclusão de ICMS da base de cálculo.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 10, em 28 de fevereiro de 2019, a Empresa obteve o trânsito em julgado, favorável e sem possibilidade de apelação, de seu mandado de segurança mediante o qual buscava o reconhecimento de seu direito de excluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS para o período de janeiro de 2002 a dezembro de 2014. Com seu direito assegurado, a Empresa registrou crédito fiscal extemporâneo de PIS/COFINS no valor total de R\$1.244.973 mil, o qual estima realizar em até 3 anos, e a respectiva obrigação fiscal com imposto de renda e contribuição social no valor de R\$426.133 mil.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e às premissas consideradas pela Administração, suportada pelos seus consultores jurídicos, quanto à interpretação da decisão da corte e estágio do *leading case*, a argumentação suporte para determinação da adequada base de cálculo, se valor recolhido do ICMS ou valor incidente sobre a venda, entre outros aspectos.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação da documentação suporte processual jurídica, contábil e fiscal, incluindo as premissas utilizadas e julgamentos efetuados pela Administração para mensuração dos créditos extemporâneos registrados, bem como a avaliação, apoiada por nossos especialistas em direito tributário, da opinião legal preparada pelos assessores jurídicos externos da Empresa e decisão do tribunal.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas utilizados na mensuração dos créditos, documentação suporte e expectativa de realização dos créditos, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ênfase

Reapresentação do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Em 30 de agosto de 2019, emitimos nosso relatório de auditoria, sem modificações, sobre as demonstrações contábeis da Empresa relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, as quais não continham anexo o Relatório da Administração. A Administração da Empresa decidiu emitir referido relatório subsequentemente e, portanto, estamos reemitindo nosso relatório de auditoria para incluir, a seguir, a seção “Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor”.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Empresa, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis intermediárias da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao período comparativo

As demonstrações contábeis intermediárias individual e consolidada referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós, nem por outros auditores independentes e, portanto, não expressamos opinião de auditoria sobre as mesmas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório



porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 3 de outubro de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Waldyr', is placed over the text of the auditor's name and registration number.

Waldyr Passetto Junior
Contador CRC-1SP173518/O-8

C&A Modas Ltda.

Balancos patrimoniais
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	94.339	444.923	95.310	446.006
Contas a receber	7	935.590	1.142.594	935.816	1.142.836
Derivativos	25	41	55.067	41	55.067
Partes relacionadas	8	72	764	64	259
Estoques	9	605.680	490.614	605.680	490.614
Tributos a recuperar	10	229.793	17.129	229.802	17.137
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		21.489	25.501	21.608	25.710
Outros ativos	11	30.833	17.940	30.833	17.940
Total do ativo circulante		1.917.837	2.194.532	1.919.154	2.195.569
Não circulante					
Tributos a recuperar	10	1.064.645	7.649	1.064.645	7.649
Tributos diferidos	12	-	370.643	-	370.643
Depósitos judiciais	19.2	72.352	67.748	72.352	67.748
Outros ativos	11	2.496	2.903	2.496	2.903
Investimento	13	1.076	905	-	-
Imobilizado	14	665.933	636.927	665.933	636.927
Direito de uso – arrendamento mercantil	16	1.640.070	-	1.640.070	-
Intangível	15	207.460	196.898	207.460	196.898
Total do ativo não circulante		3.654.032	1.283.673	3.652.956	1.282.768
Total do ativo		5.571.869	3.478.205	5.572.110	3.478.337

C&A Modas Ltda.

Balancos patrimoniais
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Passivo					
Circulante					
Arrendamento mercantil	16	319.121	230	319.121	230
Fornecedores	17	627.137	678.822	627.419	678.846
Derivativos	25	2.532	403	2.532	403
Obrigações trabalhistas		115.172	130.922	115.172	130.922
Partes relacionadas	8	52.399	711.574	52.348	711.575
Tributos a recolher	18	86.899	160.921	86.908	160.929
Imposto de renda e contribuição social a recolher		5.710	26.468	5.710	26.566
Outros passivos		28.849	40.597	28.849	40.597
		1.237.819	1.749.937	1.238.059	1.750.068
Não circulante					
Arrendamento mercantil	16	1.343.522	1.618	1.343.522	1.618
Partes relacionadas	8	782.450	313.450	782.450	313.450
Obrigações trabalhistas		3.196	4.058	3.196	4.058
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	266.626	262.607	266.626	262.607
Tributos a recolher	18	58	-	58	-
Tributos diferidos	12	21.999	-	21.999	-
Outros passivos		29.360	31.498	29.360	31.497
		2.447.211	613.231	2.447.211	613.230
Patrimônio líquido					
Capital social	21	1.035.720	1.035.720	1.035.720	1.035.720
Reserva de capital		10.516	10.516	10.516	10.516
Lucros acumulados		842.247	65.042	842.247	65.042
Resultados abrangentes		(1.644)	3.759	(1.644)	3.759
Total participação de controladores		1.886.839	1.115.037	1.886.839	1.115.037
Participação de quotistas não controladores	-	-	-	1	2
Total do patrimônio líquido		1.886.839	1.115.037	1.886.840	1.115.039
Total do passivo e patrimônio líquido		5.571.869	3.478.205	5.572.110	3.478.337

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

C&A Modas Ltda.

Demonstrações dos resultados

Períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receita líquida	22	2.309.759	2.243.665	2.310.691	2.244.647
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	23	(1.189.487)	(1.148.893)	(1.189.487)	(1.148.893)
Lucro bruto		1.120.272	1.094.772	1.121.204	1.095.754
(Despesas) e receitas operacionais:					
Gerais e administrativas	23	(264.039)	(242.798)	(264.503)	(243.261)
Vendas	23	(813.166)	(807.354)	(813.166)	(807.354)
Equivalência patrimonial	13	171	295		
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	639.475	(2.055)	639.409	(2.055)
Lucro antes do resultado financeiro		682.713	42.860	682.944	43.084
Resultado com derivativos		(26.054)	42.081	(26.054)	42.081
Despesas financeiras		(106.485)	(174.429)	(106.487)	(174.438)
Receitas financeiras		628.169	53.322	628.176	53.327
Resultado financeiro	24	495.630	(79.026)	495.635	(79.030)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro		1.178.343	(36.166)	1.178.579	(35.946)
Impostos sobre o lucro	11	(401.138)	5.653	(401.375)	5.433
Lucro líquido (prejuízo) do período		777.205	(30.513)	777.204	(30.513)
Atribuível aos quotistas:					
Não controladores				(1)	-
Controladores				777.205	(30.513)
				777.204	(30.513)
Lucro líquido (prejuízo) por quota – básico e diluído - em R\$	28			0,7504	(0,0295)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

C&A Modas Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Lucro líquido (prejuízo) do período	777.205	(30.513)	777.204	(30.513)
Outros resultados abrangentes:				
Resultados com derivativos	(8.186)	(14.660)	(8.186)	(14.660)
Efeitos tributários	2.783	4.984	2.783	4.984
Total de resultado abrangente a ser reclassificado para resultado do período em períodos subsequentes, líquidos dos tributos	(5.403)	(9.676)	(5.403)	(9.676)
Total de resultado abrangente	771.802	(40.189)	771.801	(40.189)
Atribuível aos quotistas:				
Não controladores			(1)	-
Controladores			771.802	(40.189)
			771.801	(40.189)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

C&A Modas Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Atribuível aos quotistas controladores					Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital Social	Reserva de capital	Resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total Controladores		
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1.035.720	10.516	3.759	65.042	1.115.037	2	1.115.039
Lucro líquido do período		-	-	-	777.205	777.205	(1)	777.204
Outros resultados abrangentes:								
Resultados com derivativos	24	-	-	(8.186)	-	(8.186)	-	(8.186)
Efeitos tributários	24	-	-	2.783	-	2.783	-	2.783
Saldos em 30 de junho de 2019		1.035.720	10.516	(1.644)	842.247	1.886.839	1	1.886.840
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1.035.720	10.516	(49)	(39.675)	1.006.512	1	1.006.513
Prejuízo do período		-	-	-	(30.513)	(30.513)	-	(30.513)
Outros resultados abrangentes:								
Resultados com derivativos	24	-	-	(14.660)	-	(14.660)	-	(14.660)
Efeitos tributários	24	-	-	4.984	-	4.984	-	4.984
Saldos em 30 de junho de 2018		1.035.720	10.516	(9.725)	(70.188)	966.323	1	966.324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

C&A Modas Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre a renda	1.178.343	(36.166)	1.178.579	(35.946)
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro antes dos impostos com o fluxo de caixa:				
Depreciação e amortização	260.596	106.139	260.596	106.139
Perda na venda ou baixa do imobilizado e intangível	13.898	8.008	13.898	8.008
Provisão para redução ao valor recuperável do imobilizado e intangível	(15.437)	(4.510)	(15.437)	(4.510)
Provisão para perdas de crédito esperada	(1.589)	2.214	(1.589)	2.214
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.755	16.820	7.755	16.820
Depósitos judiciais	(1.511)	(1.434)	(1.511)	(1.434)
Provisão para perda nos estoques	19.726	23.437	19.726	23.437
Equivalência patrimonial	(171)	(295)	-	-
Juros sobre arrendamentos	37.251	-	37.251	-
Juros sobre empréstimos	30.748	15.633	30.748	15.633
Variação cambial sobre empréstimos	(32.371)	94.570	(32.371)	94.570
Derivativos	41.344	(42.078)	41.344	(42.077)
Ganho em processos judiciais – Créditos extemporâneos de PIS/Cofins (Nota 10)	(1.253.332)	-	(1.253.332)	-
Variações nos ativos e passivos:				
Contas a receber de clientes	208.593	237.343	208.609	237.140
Partes relacionadas	(10.351)	(79.540)	(10.900)	(79.530)
Estoques	(134.792)	(107.999)	(134.792)	(107.999)
Tributos a recuperar	9.683	(174.159)	9.594	(174.002)
Outros créditos	(12.486)	(13.710)	(12.486)	(13.705)
Depósitos judiciais	(4.438)	(35.818)	(4.438)	(36.084)
Fornecedores	(46.984)	(163.717)	(46.548)	(163.549)
Obrigações trabalhistas	(16.612)	(28.303)	(16.612)	(28.303)
Outras contas a pagar	(13.598)	(13.554)	(13.598)	(13.557)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(2.391)	(12.404)	(2.391)	(12.404)
Tributos a pagar	(109.383)	64.387	(109.475)	64.055
Impostos de renda e contribuição social pagos	(13.052)	-	(13.293)	-
Fluxo de caixa originado das (aplicado nas) atividades operacionais	139.439	(145.136)	139.327	(145.083)
Atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(163.276)	(112.219)	(163.276)	(112.219)
Aquisição de intangível	-	(959)	-	(959)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(163.276)	(113.178)	(163.276)	(113.178)
Atividades de financiamento				
Novos empréstimos	508.000	835.432	508.000	835.432
Pagamento do principal dos empréstimos	(590.588)	(861.721)	(590.588)	(861.721)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(36.338)	(18.789)	(36.338)	(18.789)
Liquidação de swap	7.625	39.784	7.625	39.784
Pagamentos parcelas de arrendamento mercantil	-	(129)	-	(129)
Contraprestação de arrendamentos a pagar	(156.864)	-	(156.864)	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(58.582)	(3.288)	(58.582)	(3.288)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(326.747)	(8.711)	(326.747)	(8.711)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(350.584)	(267.025)	(350.696)	(266.972)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	444.923	431.002	446.006	431.759
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	94.339	163.977	95.310	164.787

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

C&A Modas Ltda.

Demonstrações dos valores adicionados

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receitas	3.632.274	2.856.169	3.633.254	2.857.199
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.969.259	2.856.437	2.970.238	2.857.467
Outras receitas	664.604	1.945	664.605	1.945
Provisão/Reversão de perda crédito esperada	(1.589)	(2.213)	(1.589)	(2.213)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.791.182)	(1.736.719)	(1.791.712)	(1.737.182)
Custos Prods. Mercs e Servs Vendidos	(1.441.996)	(1.371.521)	(1.441.998)	(1.371.521)
Materiais, energia, Servs. De terceiros e Outros	(338.681)	(341.858)	(339.209)	(342.321)
Perda/recuperação de Valores ativos	(10.505)	(23.340)	(10.505)	(23.340)
Valor Adicionado Bruto	1.841.092	1.119.450	1.841.542	1.120.017
Retenções	(260.596)	(106.139)	(260.596)	(106.139)
Depreciação e Amortização	(260.596)	(106.139)	(260.596)	(106.139)
Valor adicionado líquido produzido	1.580.496	1.013.311	1.580.946	1.013.878
Valor adicionado recebido em transferência	628.340	53.617	628.176	53.327
Resultado de Equivalência Patrimonial	171	295	-	-
Receitas financeiras	628.169	53.322	628.176	53.327
Valor adicionado total a distribuir	2.208.836	1.066.928	2.209.122	1.067.205
Distribuição do valor adicionado	2.208.836	1.066.928	2.209.122	1.067.205
Pessoal	354.923	337.128	354.923	337.129
Remuneração direta	261.023	243.717	261.024	243.717
Benefícios	60.697	58.269	60.697	58.269
F.G.T.S.	24.816	24.118	24.816	24.118
Outros	8.387	11.024	8.386	11.025
Impostos, Taxas e contribuições	855.225	404.983	855.510	405.251
Federais	541.912	111.496	542.197	111.764
Estaduais	289.967	272.042	289.967	272.042
Municipais	23.346	21.445	23.346	21.445
Remuneração de capitais de terceiros	221.483	355.330	221.485	355.338
Aluguéis	88.940	222.982	88.940	222.982
Despesas financeiras	132.543	132.348	132.545	132.356
Remuneração de capitais próprios	777.205	(30.513)	777.204	(30.513)
Lucros retidos/Prejuízo do período	777.205	(30.513)	777.204	(30.513)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A C&A Modas Ltda. (doravante denominada “Empresa” ou “Controladora”), atualmente denominada C&A Modas S.A., domiciliada no Brasil, constituída como uma sociedade empresária limitada, tem sua sede social localizada na Alameda Araguaia, nº 1.222 - Barueri - São Paulo - Brasil. A Empresa tem como controlador final a Cofra Holding AG, sediada na Suíça.

A Empresa tem como atividade preponderante a comercialização no varejo, em lojas físicas e no mercado eletrônico, de vestuário, compreendendo roupas masculinas, femininas e infanto-juvenis, calçados, bolsas, acessórios, além de aparelhos telefônicos celulares, relógios, bijuterias, entre outros. Também atua na prestação de serviços de intermediação de concessão de crédito para financiamento de compras, emissão de cartão de crédito e empréstimos pessoais, além de intermediação no agenciamento e promoção para a distribuição de seguros, títulos de capitalização e produtos correlatos de sociedades seguradoras e quaisquer terceiros que detenham tais produtos.

No mercado de varejo de modas, as vendas são fortemente impactadas pelas datas comemorativas, especialmente Dia das Mães e Natal. Nesse período a Empresa apresenta volume de vendas acima da média se comparada aos demais meses do ano. O reflexo é sentido em outras métricas da Empresa, principalmente, estoques, contas a receber, fornecedores e impostos sobre as vendas.

2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas (doravante “demonstrações contábeis”) da Empresa referentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional de suas operações.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Empresa, conforme Orientação Técnica OCPC07.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração avaliou a capacidade da Empresa e de sua controlada em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foi autorizada pela Administração em 29 de agosto de 2019.

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa e de sua controlada.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

3. Base de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as operações da Empresa e de sua controlada Orion Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Orion" ou "controlada").

A Orion é uma sociedade anônima fechada e tem como objeto social a aquisição de créditos originados pelo sistema financeiro e a gestão de carteiras de créditos próprios e/ou de terceiros.

O exercício social da controlada é coincidente com o da Controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme para a controlada.

Na consolidação todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações com a controlada foram eliminados. O resultado do período é atribuído aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis

4.1. Reconhecimento de receitas e custos

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos. Para ser reconhecida, a transação deve atender aos critérios para o reconhecimento descritos no CPC47/IFRS15. Os critérios específicos, a seguir, também devem ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos à vista e a prazo é reconhecida quando a Empresa cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente comprador.

b) Prestação de serviços

A receita da prestação de serviços é reconhecida quando os serviços são efetivamente prestados, que caracteriza o cumprimento da obrigação de desempenho pela Empresa.

c) Recebíveis

A controlada Orion reconhece a receita somente por ocasião da liquidação dos títulos vencidos há longa data pertencentes à sua carteira de recebíveis, cujo direito creditório foi adquirido do Banco Bradesco. Essa política foi adotada devido à incerteza do recebimento desses títulos por parte do devedor junto ao Banco Bradesco, o qual repassa o recurso recebido para a Orion subsequentemente.

d) Direito de devolução

As operações de venda seguidas de devolução ocorrem substancialmente nas operações de *e-commerce* e, atualmente, não são significativas para ensejar registro de estimativas na data do balanço. Outras devoluções que ocorrem fisicamente nas lojas são imediatamente convertidas em troca por outros produtos e/ou similares de mesmo valor.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

Os custos das mercadorias vendidas, que incluem os custos incorridos nos centros de distribuição, e os custos dos serviços prestados, são reconhecidos pelo regime de competência respeitando o reconhecimento de sua respectiva receita.

f) Receita de juros

A receita de juros é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva na rubrica de "Receita financeira" na demonstração do resultado.

g) Receita com comissão por intermediação de serviços financeiros

Representa a receita com comissão de intermediação financeira pelo serviço prestado de recebimento de boletos e com comissão pelo agenciamento de serviços financeiros e cartões de crédito, conforme especificação contratual descrita na Nota 4.7.

O cálculo contempla a comissão sobre as receitas de juros e tarifas cobrados dos clientes do Bradesco que utilizaram a intermediação da Empresa, além dos custos e despesas operacionais a elas relacionados.

4.2. Tributos

a) Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais.

A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação.

O imposto de renda e a contribuição social relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização.

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Créditos tributários diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Ao final de cada exercício é avaliada a recuperabilidade dos tributos diferidos e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir sua utilização.

c) Tributos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

4.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Empresa e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, sendo resgatável com a própria entidade emissora, em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da transação.

Os equivalentes de caixa são mensurados, após o reconhecimento inicial, ao custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.4. Contas a receber

As contas a receber compreendem os recebíveis pela venda de mercadorias, que são concentradas nas operadoras de cartões de crédito e estão apresentadas a valores de realização. Compreendem também os valores a receber referente a parceria que oferece serviços financeiros aos clientes e, em menor montante, valores a receber de parceiros comerciais.

As operações de venda a prazo são trazidas ao seu valor presente na data das transações.

Para as vendas com cartão de crédito, o risco de inadimplência é das adquirentes. A Empresa reconhece apenas as perdas com vendas não reconhecidas pelo cliente.

As perdas atuais da Empresa estão concentradas em valores não conciliados com parceiros de negócio e vendas não reconhecidas pelo clientes, e não são relevantes quando comparadas ao total de recebíveis da Empresa. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para perdas esperadas de créditos baseada no histórico dessas operações.

4.5. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, incluem os custos de transporte até os centros de distribuição, custos incorridos na preparação dos despachos das mercadorias nos centros de distribuição para as lojas, e impostos não recuperáveis que não excede aos custos de reposição ou aos valores de realização, incluindo as provisões para cobrir eventuais perdas, e são deduzidos os descontos recebidos na antecipação de fornecedores. O custo de mercadoria importada considera o ganho ou perda de *hedge* de fluxo de caixa.

Os gastos com fretes para envio de mercadorias dos centros de distribuição para as lojas são registrados diretamente como Despesas de vendas, no resultado do exercício, no momento em que ocorrem.

A provisão para perda dos estoques é estimada com base nas perdas históricas da Empresa, computadas por meio de inventários físicos realizados ao menos anualmente. Também são constituídas provisões para mercadorias consideradas de baixa movimentação, baseadas na idade do estoque.

4.6. Investimentos em controladas

O investimento da Empresa em sua controlada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Empresa determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Empresa em sua controlada. A Empresa determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Empresa calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração no resultado.

4.7. Parceria para fornecimento de serviços financeiros

A Empresa mantém uma parceria com o Bradescard para o fornecimento de serviços financeiros aos seus clientes.

De acordo com o contrato dessa parceria, a instituição financeira é responsável pelas atividades principais da operação. A Empresa é somente responsável pelo agenciamento dos serviços financeiros de controle do Bradescard. As receitas e despesas relacionadas a essa operação são controladas separadamente por cada uma das empresas envolvidas e, ao final de cada período, é apurado o valor de comissão para a Empresa qual é classificada como receita de comissão de vendas de produtos financeiros do Bradescard na receita líquida.

4.8. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, acrescidos da contrapartida da provisão para restauração de loja, reduzidos por depreciação e provisão para perda de ativo não financeiro (*impairment*). A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

Ao final de cada exercício, a vida útil estimada, os valores residuais, o custo para restauração e os métodos de depreciação são revistos e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Para avaliação da vida útil, é levada em consideração a expectativa de utilização dos ativos, o planejamento das reformas das lojas e quaisquer evidências de que o ativo possa ter uma vida útil diferente da originalmente registrada. Essa avaliação é documentada mediante laudo e elaborada por especialistas da Empresa.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.9. Ativo intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida (softwares e fundo de comércio) são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A amortização é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

4.10. Arrendamento mercantil (até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018)

A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se este ativo (ou estes ativos) não estiver(em) explícito(s) no contrato.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Empresa ou às suas controladas basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados e ativados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Empresa obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois, o menor.

Os pagamentos de arrendamentos mercantis operacionais são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

A partir de 1º de janeiro de 2019, a política contábil de arrendamento foi alterada, conforme descrito na Nota 4.21.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.11. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa ao final de cada exercício o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Cada loja é definida como uma unidade geradora de caixa. A Empresa considera como indicativo de perda de valor recuperável lojas que apresentam ao final do exercício store contribution menor que 5% sobre as vendas líquidas.

A Empresa baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Empresa estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação e amortização), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.12. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Empresa e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Nos casos em que a provisão possui um depósito judicial correspondente e a Empresa tem a intenção de liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente, os valores são compensados.

4.13. Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Empresa é patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como finalidade instituir planos de previdência ao grupo de funcionários de suas patrocinadoras. Em essência, os planos previdenciários patrocinados pela Empresa são estruturados na modalidade de contribuição definida (Nota Explicativa nº 27). Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o regime de competência.

4.14. Provisão para restauração das lojas

Ao firmar contratos de aluguel com terceiros, a Empresa assume a obrigação de restaurar o imóvel, ao final do contrato, nas mesmas condições em que o espaço foi disponibilizado. Nessas situações uma provisão para restauração das lojas é constituída em contrapartida ao ativo imobilizado com base em estimativa histórica de gastos com restaurações. O ativo imobilizado é amortizado no mesmo prazo do contrato de aluguel, incluindo as opções de renovação que a Empresa pode e pretende exercer. A Administração revisa as estimativas de gastos ao final de cada exercício.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.15. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e sua controlada e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa e sua controlada possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.16. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

a) Ativo financeiro

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão destes ativos financeiros. A Empresa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para os instrumentos financeiros mensurados a valor justo, os custos da transação são alocados diretamente no resultado. Para as contas a receber a prazo, o ativo financeiro é trazido a valor presente pela taxa básica de juros do dia do fechamento das demonstrações contábeis.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Empresa para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado;
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados;
- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento; ou
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Empresa possui ativos financeiros classificados como Ativos financeiros ao custo amortizado; ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados; e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Empresa mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem as contas: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais e partes relacionadas.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros classificados nessa categoria são operações com derivativos em que aplica-se o *hedge accounting*. A Empresa adota a

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa os contratos a termos futuros (NDF) como *hedge* de fluxo de caixa. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são determinados com base na taxa de câmbio e curva de juros.

A Empresa aplica a contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa para proteger-se contra o risco de variação cambial decorrente dos pedidos de importações ainda não pagos.

A parcela efetiva e não liquidada da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes. Esta parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual o derivativo foi contratado. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos deste e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Derivativos são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla a parcela inefetiva dos instrumentos derivativos utilizados pela Empresa para fins de *hedge accounting*.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Empresa de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- A Empresa e suas controladas transferirem os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumirem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Empresa e suas controladas transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa e suas controladas não transferirem nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferirem o controle sobre o ativo.

Quando a Empresa e suas controladas tiverem transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiverem executado um acordo de repasse, e não tiverem transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Empresa e suas controladas com o ativo. Nesse caso, a Empresa e suas controladas também reconhecem um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Empresa e suas controladas mantiverem. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Empresa ou de suas controladas, dos dois, o menor.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Empresa avalia a necessidade de provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros ativos classificados como custo amortizado. Para contas a receber de clientes, a Empresa aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, uma vez que, conforme a avaliação de risco para perdas estas, estão concentradas nas vendas não reconhecidas pelos clientes e recebíveis com parceiros de negócio. Portanto, a Empresa não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas decorrentes da avaliação periódica da carteira de recebíveis efetuada pela Administração.

A Empresa considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. Essa situação refere-se a recebíveis com parceiros de negócios. Os casos são analisados individualmente e a provisão é constituída se há expectativa de perda desses valores.

b) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, passivo financeiro ao custo amortizado ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Em 30 de junho de 2019, a Empresa e sua controlada mantinham somente passivos financeiros classificados nas categorias de (i) passivo financeiro ao custo amortizado e (ii) derivativos classificados como instrumentos de *hedge*.

Os passivos financeiros da Empresa e sua controlada são fornecedores, empréstimos e contas a pagar com partes relacionadas, arrendamento mercantil a pagar e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação. No caso de fornecedores, empréstimos e contas a pagar com partes relacionadas e arrendamento mercantil a pagar, classificados pela Empresa como passivos financeiros ao custo amortizado, após reconhecimento inicial, inclusive os sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Reconhecimento inicial e mensuração

A Empresa utiliza instrumentos financeiros derivativos visando minimizar os riscos decorrentes da exposição em moeda estrangeira, representada por

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

compras futuras a serem realizadas em moeda estrangeira para fornecedores estrangeiros e empréstimos a pagar para partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes.

As operações de *swap* não são designadas para *hedge accounting*, e seus respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado financeiro.

Para fins de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), existem as seguintes classificações:

- *Hedge* de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido;
- *Hedge* de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; ou
- *Hedge* de investimento líquido em uma unidade operacional estrangeira.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Empresa classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual a Empresa deseja aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma como a Empresa irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

O índice de *hedge* é mensurado pela relação entre o montante contratado de instrumento de *hedge* e o montante de mercadoria importada efetivamente comprada. Haverá necessidade de rebalanceamento da relação de hedge quando a contratação de instrumentos financeiros derivativos (NDF's) passe a refletir uma relação diferente da inicialmente estipulada na Política de *Hedge* da Empresa.

Hedge que satisfaz os critérios para a contabilidade de *hedge* da Empresa está registrado da seguinte forma:

Hedge de fluxo de caixa

A parte eficaz do ganho ou perda do investimento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida no resultado financeiro.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Empresa para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado; por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado, exercido ou descontinuado sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de *hedging*), ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de *hedge*, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

e) Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

A Empresa mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo, derivativos, a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Empresa.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis de forma recorrente, a Empresa determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.17. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários são calculados e somente registrados se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.18 Empréstimos com partes relacionadas

De acordo com a política do grupo controlador, Cofra, a necessidade de capital é suprida por operações com partes relacionadas, o que se dá via aumento de capital ou captação de empréstimos. Por esta razão, todas as transações relacionadas a essa operação são consideradas como atividades de financiamento e classificadas na demonstração de fluxo de caixa nessa mesma rubrica. Isso inclui aumento e diminuição de capital, captação e amortização de empréstimos, pagamento de juros e liquidação de *swap* relacionados a esses empréstimos.

4.19 Distribuição de lucros

A Empresa é limitada, e como tal, não tem nenhuma obrigatoriedade de distribuição de lucros. A destinação dos lucros é deliberada pelos quotistas.

4.20 Segmento operacional

A Empresa possui um único segmento operacional, que é utilizado pelo presidente e pela matriz para fins de análise e tomada de decisão.

4.21. Pronunciamentos novos ou revisados com vigência a partir de 01/01/2019

4.21.1. Adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

O CPC06 (R2) / IFRS16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas informações contábeis de arrendatários. Como resultado, a Empresa, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

A Empresa classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios pela utilização do ativo. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Empresa reconhece no balanço patrimonial os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos contratos de

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

arrendamentos.

Política contábil de arrendamento vigente a partir de 2019

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. A Empresa utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas, líquido dos efeitos de PIS e Cofins. Aos montantes de ativo por direito de uso também são adicionados pagamentos antecipados de arrendamentos, provisões para restauração de lojas, e são deduzidos incentivos recebidos de arrendadores. Os valores de pagamentos especificamente variáveis são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início do contrato, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa de juros real (sem inflação) equivalente ao que o arrendatário teria ao contratar um empréstimo por prazo semelhante e com garantia semelhante.

A Empresa aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na Lei nº 8.245 (Lei do Inquilinato), que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referente ao sucesso da Empresa na renovação de seus contratos. A avaliação se a Empresa está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

Efeitos de transição

A Empresa aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e interpretações relacionadas.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R2) / IFRS16, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

empréstimo incremental da Empresa em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, acrescidos dos pagamentos antecipados e deduzidos dos incentivos recebidos dos arrendadores.

A Empresa optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor, bem como com prazos de arrendamento inferiores a 12 meses. A Empresa reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Empresa não considerou custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Empresa descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019 (taxa real, sem inflação). A taxa média ponderada aplicada foi de 3,0% a 4,6% ao ano, dependendo dos prazos dos contratos.

A aplicação dos critérios acima mencionados resultou no reconhecimento, em 1º de janeiro de 2019, de um ativo por direito de uso e um passivo de arrendamento no montante de R\$1.737.694, que complementados pelas reclassificações de saldos já registrados no balanço na data de adoção, resultaram em um ativo por direito de uso e passivo de arrendamento financeiro de R\$1.742.394 e R\$1.737.694, respectivamente, representado por imóveis alugados para utilização como lojas, centro de distribuição e data center. O detalhamento da composição dos saldos, a contabilização dos saldos iniciais, bem como sua movimentação para 30 de junho de 2019 estão demonstrados na Nota 16.

O passivo de arrendamento mercantil em 1º de janeiro de 2019 pode ser reconciliado com os compromissos de aluguel em 31 de dezembro de 2018 como segue:

Compromissos de arrendamento operacional em 31 dezembro de 2018	2.266.094
Exclusão do PIS e Cofins	(198.699)
Taxa desconto ponderada	3,75%
Contrato de arrendamento descontado em 1º de janeiro de 2019	1.765.750
Menos:	
Compromissos relativos a contratos de arrendamento de curto prazo e de ativos de baixo valor	(29.904)
Mais:	
Passivos de arrendamento classificados previamente como arrendamento financeiro	1.848
Passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019	<u><u>1.737.694</u></u>

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.21.2. ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro (vigência a partir de 01/01/2019)

A interpretação ICPC 22, aprovada em 21 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro.

O CPC 32 especifica requisitos para tributos correntes e tributos diferidos ativos e passivos. A Empresa deve aplicar os requisitos do CPC 32 com base na legislação tributária aplicável. Contudo, pode não estar claro como a legislação tributária se aplica a determinada transação. A aceitação de determinado tratamento tributário, de acordo com a legislação fiscal, pode não ser conhecida até que a respectiva autoridade fiscal ou tribunal tome uma decisão no futuro. Conseqüentemente, a contestação ou o exame de determinado tratamento fiscal pela autoridade fiscal pode afetar a contabilização do tributo corrente ou diferido ativo ou passivo da entidade.

Na avaliação da Empresa, não houve impacto significativo em decorrência desta interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas ao final de cada exercício.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- a) determinação de vida útil do ativo imobilizado e intangível;
- b) análise de recuperação dos valores do ativo imobilizado e intangível;
- c) provisões para perdas esperadas de créditos;
- d) provisão para perdas nos estoques;
- e) imposto de renda e a contribuição social diferidos;
- f) taxas e os prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de ativos e passivos;
- g) provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- h) determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos;
- i) provisão para restauração de lojas à sua condição original; e
- j) participação nos lucros.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Caixa	3.241	3.043	3.241	3.043
Bancos	38.605	69.870	39.576	70.953
Aplicações financeiras	52.493	372.010	52.493	372.010
	94.339	444.923	95.310	446.006

A Empresa possui equivalentes de caixa referentes a aplicações financeiras de renda fixa, indexadas à variação de 75% a 97,75% dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDIs”), podendo ser resgatadas a qualquer momento com o próprio emissor do instrumento sem perda da remuneração contratada.

7. Contas a receber

a) Composição das contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Operadoras de cartão	882.193	1.096.037	882.193	1.096.037
Comissão a receber – fornecedores de telefonia	11.683	15.491	11.683	15.491
Comissão a receber - seguradoras	9.402	9.885	9.402	9.885
Direitos de créditos	700	1.934	926	2.178
Parceria Cartão Bradesco	28.292	23.214	28.292	23.214
Outros	22.208	13.331	22.208	13.329
Provisão para perdas de crédito esperadas	(18.888)	(17.298)	(18.888)	(17.298)
	935.590	1.142.594	935.816	1.142.836

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Contas a receber líquidas por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
A vencer:				
Até 30 dias	393.908	535.419	394.134	535.661
De 31 a 60 dias	212.990	251.729	212.990	251.729
De 61 a 90 dias	128.330	152.139	128.330	152.139
De 91 a 120 dias	65.442	68.583	65.442	68.583
De 121 a 150 dias	41.283	45.358	41.283	45.358
De 151 a 180 dias	25.797	21.885	25.797	21.885
Acima de 180 dias	49.362	43.317	49.362	43.317
	917.112	1.118.430	917.338	1.118.672
Vencidos:				
Até 30 dias	119	95	119	95
De 31 a 60 dias	552	1.185	552	1.185
De 61 a 90 dias	267	388	267	388
Há mais de 90 dias	3.045	9.591	3.045	9.591
	3.983	11.259	3.983	11.259
Contas a receber não reconhecidas pelos clientes (*)	14.495	12.905	14.495	12.905
Total	935.590	1.142.594	935.816	1.142.836

(*) Inclui valores de vendas efetuadas por meio de cartão de crédito do Banco Bradesco, cuja compra não foi reconhecida pelos proprietários do cartão no valor de R\$3.635 (R\$1.989 em 2018) e, portanto, foram considerados na provisão para perdas de crédito esperadas. A Empresa também registrou provisão para perdas de crédito esperadas de valores bloqueados judicialmente nas contas bancárias da C&A no montante de R\$10.860 (R\$10.917 em 2018), mas cuja responsabilidade pela condução dos processos e desbloqueio é do Banco Bradesco.

c) Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas (controladora e consolidado)

	30/06/2019	30/06/2018
Saldo no início do semestre	(17.298)	(16.980)
Adição	(3.728)	(5.408)
Reversão	2.138	3.195
Saldo no final do semestre	(18.888)	(19.193)

d) Ajuste a valor presente

A Empresa efetua o desconto a valor presente de seus recebíveis considerando taxas de juros diretamente relacionadas com seu perfil de crédito oferecidos aos clientes. As taxas de juros mensais utilizadas para o cálculo a valor presente dos recebíveis em aberto em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foram de 0,47% e 0,49%, respectivamente. A realização do ajuste a valor presente é registrada em contrapartida à receita de vendas.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as transações e os saldos em aberto entre as partes relacionadas são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Ativo				
Contas a receber				
Instituto C&A de Desenvolvimento Social (*)	33	32	33	32
Porticus Latin América Consult(*)	11	9	11	9
Famamco Adm. De Bens Ltda. (*)	10	8	10	8
Cofra Latin America Ltda(*)	10	7	10	7
Orion Sec. Cred. Financeiros (*)	8	6	-	-
	72	62	64	56
Dividendos a receber				
Orion Sec. Cred. Financeiros	-	499	-	-
	-	499	-	-
Despesas antecipadas				
RSC Commercial	-	203	-	203
	-	203	-	203
Ativo circulante	72	764	64	259
Passivo				
Contas a pagar				
Cofra AG	11.077	29.211	11.077	29.211
C&A Sourcing	35.656	27.372	35.656	27.372
Cyamprev Soc. Previd. Privada	1.143	2.391	1.143	2.391
Mútuo Orion	51	-	-	-
Cofra Latin America Ltda.	15	14	15	14
	47.942	58.988	47.891	58.988
Juros sobre capital próprio				
Cofra Latin America Ltda.	-	3	-	3
Incas SARL	-	29.289	-	29.289
Cofra Investments	-	29.288	-	29.288
	-	58.580	-	58.580
Dividendos a pagar				
Cofra Latin America Ltda.	-	-	-	1
	-	-	-	1
Empréstimos a pagar				
Cofra Treasury	-	382.597	-	382.597
C&A Mode AG	786.907	524.859	786.907	524.859
	786.907	907.456	786.907	907.456
Total no passivo	834.849	1.025.024	834.798	1.025.025
Passivo circulante	52.399	711.574	52.348	711.575
Passivo não circulante	782.450	313.450	782.450	313.450

(*) As Empresas do grupo Cofra possuem contrato de compartilhamento de despesas, referente às despesas gerais e administrativas.

O fluxo de pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos obtidos com partes relacionadas é apresentado como Fluxo de caixa das atividades de financiamento nas demonstrações dos fluxos de caixa.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A relação que a Empresa possui com as partes relacionadas é como segue:

Associada, sem influência significativa	Controladora direta
Anthos Consult. Ltda	Cofra Investments
C&A Mexico	Incas SARL
C&A Mode AG	Controladora indireta
C&A Sourcing	Cofra AG
Cofra Brussels	Controlada
Cofra Latin America Ltda	Orion
Cofra Treasury	Associada sob influência direta
Famamco Adm. De Bens Ltda	Cyamprev Soc. Previd. Privada
Instituto C&A	
Lufico S.A.	
Porticus Latin America Consult	
Redevco Belgium	
RSC Commercial Services	

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Transações				
Reembolso pelo compartilhamento de despesa				
Famamco Administração de Bens Ltda.	56	88	56	88
Porticus LA	62	62	62	62
Instituto C&A de Desenvolvimento social	68	68	68	68
	186	218	186	218
Receitas de serviços prestados				
C&A México	3.061	3.239	3.061	3.239
	3.061	3.239	3.061	3.239
Compras de mercadorias				
C&A Sourcing	13.568	43.735	13.568	43.735
	13.568	43.735	13.568	43.735
Royalties e compras de serviços				
RSC Commercial	(651)	(610)	(651)	(610)
Cofra Latin America Ltda.	(91)	(87)	(91)	(87)
Cofra AG. - royalties	(13.033)	-	(13.033)	-
	(13.775)	(697)	(13.775)	(697)
Resultado financeiro				
C&A Mode AG	(30.292)	(4.036)	(30.292)	(4.036)
Lufico S.A.	-	(5.764)	-	(5.764)
Cofra Brussels	-	(504)	-	(504)
Redevco Belgium	-	(413)	-	(413)
Cofra Treasury	(456)	(4.936)	(456)	(4.936)
	(30.748)	(15.653)	(30.748)	(15.653)
Contribuições previdenciárias				
Cyamprev Soc. Prev. Privada	(4.398)	(4.832)	(4.398)	(4.832)
	(4.398)	(4.832)	(4.398)	(4.832)

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As transações entre partes relacionadas, realizadas para auxiliar as operações da Empresa por meio de serviços de consultoria ou importações de mercadorias, são efetuadas de acordo com os preços específicos pactuados entre as partes.

A Empresa mantém contas a pagar à Cofra AG referentes a *royalties* pelo uso da marca "C&A". Os valores são apurados com base nas receitas de vendas com mercadorias e são devidos apenas se a Empresa obtiver lucro no exercício.

Os empréstimos a pagar em 30 de junho de 2019, detalhados a seguir, estão sujeitos aos seguintes encargos e não foram concedidas garantias.

Modalidade	Moeda	Valor principal R\$	Valor Juros R\$	Total R\$	Juros	Vencimento	Classificação
Empréstimo com taxa fixa	BRL	66.000	1.305	67.305	9,75%	18/04/2023	Longo Prazo
Empréstimo com taxa fixa	BRL	132.500	618	133.118	10,50%	26/06/2023	Longo Prazo
Empréstimo com taxa fixa	BRL	75.950	354	76.304	10,50%	26/06/2023	Longo Prazo
Empréstimo com taxa fixa	BRL	388.000	1.724	389.724	10,00%	28/06/2023	Longo Prazo
Empréstimo com taxa fixa	BRL	120.000	456	120.456	10,50%	14/12/2023	Longo Prazo
Total BRL	BRL	782.450	4.457	786.907			

A movimentação do saldo de empréstimos é conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Saldo no início do semestre	907.456	849.906
Novos empréstimos	508.000	835.432
Varição cambial	(32.371)	94.570
Juros	30.748	15.633
Pagamento de juros	(36.338)	(18.789)
Pagamento do principal	(590.588)	(861.721)
Saldo no final do semestre	786.907	915.031

As despesas relativas à remuneração do pessoal da Alta Administração (diretores e Conselho de Administração) nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 foram como segue:

	Controladora e Consolidado			Total
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Contribuições planos pós empregatícios	
2019	2.106	705	157	2.968
2018	1.542	1.614	141	3.297

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Estoques

a) Composição dos estoques

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Mercadorias nacionais para revenda	470.879	392.966
Mercadorias importadas para revenda	176.482	130.431
Ajuste a valor presente	(10.362)	(10.324)
Provisão para perdas	(50.491)	(40.716)
	586.508	472.357
Importações em andamento	19.172	18.257
	605.680	490.614

b) Movimentação da provisão para perdas

	30/06/2019	30/06/2018
Saldo no início do semestre	40.716	33.736
Constituição	19.726	23.437
Perdas efetivadas	(9.951)	(2.855)
Saldo no final do semestre	50.491	54.318

10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
ICMS	28.479	17.838	28.479	17.838
COFINS	1.848	3.679	1.848	3.679
PIS	401	620	401	620
Crédito extemporâneo de PIS / COFINS	1.253.332	-	1.253.332	-
IRRF	4.943	-	4.951	9
IPI	414	327	414	327
Outros	5.021	2.314	5.022	2.313
	1.294.438	24.778	1.294.447	24.786
Ativo circulante	229.793	17.129	229.802	17.137
Ativo não circulante	1.064.645	7.649	1.064.645	7.649

Crédito extemporâneo de PIS/COFINS

A Empresa ingressou com duas ações judiciais que objetivam o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos no passado, sendo que uma engloba o período de 2002 a 2014 e outra de 2015 a 2017.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF") decidiu, nos autos do *leading case* que tratou dessa tese, pela inconstitucionalidade da inclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS. A União Federal ingressou com embargos de declaração para que

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o STF defina e esclareça também a modulação dos efeitos (a partir de quando o ICMS deve ser excluído) e a fixação da forma de cálculo (qual valor de ICMS a ser excluído - o pago, líquido dos créditos oriundo das compras, ou o ICMS sobre vendas); o que encontra-se pendente. Não obstante os embargos interpostos pela União Federal, os Tribunais Regionais Federais (TRF) - instâncias inferiores – devem e têm seguido a decisão do STF no julgamento de todos os processos de outros contribuintes que foram sobrestados em função do julgamento do *leading case*.

Em 8 de abril de 2019, a Empresa foi informada por seus assessores legais que, em 28 de fevereiro de 2019, o mandado de segurança que buscava reconhecer seu direito de não incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS relativo ao período de janeiro de 2002 a dezembro de 2014, teve seu trânsito em julgado, sem possibilidade de apelação, em linha com o que foi decidido no RE 574706, julgado pelo STF em sede de recurso repetitivo.

Consoante, a Empresa reconheceu R\$1.244.973 como Crédito fiscal de PIS/COFINS em 31 de março de 2019, sendo R\$658.703 relativos aos valores originais como outras receitas operacionais e R\$586.270 relativos à atualização monetária e juros como receitas financeiras. Em 30 de junho de 2019, o saldo do crédito extemporâneo atualizado era de R\$1.253.332. Ainda há um montante a ser reconhecido que está aguardando levantamento e validação da documentação suporte antes de ser efetivamente reconhecido como ativo.

O potencial crédito fiscal referente a segunda ação judicial, relativa ao período de 2015 a 2017, será reconhecido quando houver o trânsito em julgado dessa ação específica, pois é, por equanto, considerado como um ativo contingente.

Com base nos estudos realizados pela Administração, a expectativa de utilização do crédito fiscal de R\$1.244.973 é de até 3 anos, considerando os débitos fiscais gerados nas operações normais da Empresa.

11. Outros ativos

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
I.P.T.U	10.417	512
Despesa antecipada informática	7.853	5.469
Adiantamento a funcionários	3.318	1.238
Empréstimo pessoal a funcionários	2.936	3.573
Despesa antecipada de publicidade	2.649	-
Despesa antecipada com aluguel	1.565	6.406
Adiantamento a fornecedores	1.058	1.360
Ativo atuarial	622	391
Outros	2.911	1.894
	33.329	20.843
Ativo circulante	30.833	17.940
Ativo não circulante	2.496	2.903

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição e movimentação dos tributos diferidos (controladora e consolidado)

	Saldo em 31/12/2018	Aumento / (Redução) no resultado	Aumento no patrimônio líquido	Saldo em 30/06/2019
Prejuízos fiscais e bases negativas	189.302	(2.497)	-	186.805
Diferenças temporárias:				
Créditos tributários por exclusão do ICMS na base do PIS e COFINS (i)	-	(426.133)	-	(426.133)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	111.916	1.824	-	113.740
Provisão para perda de estoques e contas a receber	21.485	4.571	-	26.056
Provisão perda de imobilizado	15.745	(5.248)	-	10.497
Provisão para participação no lucro	18.107	(10.891)	-	7.216
Ajustes a valor presente	5.214	(1.473)	-	3.741
Ajustes a valor justo	(29.304)	16.649	-	(12.655)
Outras	38.178	27.773	2.783	68.734
	370.643	(395.425)	2.783	(21.999)

- (i) O montante de R\$426.133 refere-se ao diferimento da tributação do crédito tributário ganho na ação que reconheceu o direito da Empresa de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A Empresa, suportada pelo parecer de seus assessores legais, irá oferecer o valor do ganho à tributação no momento em que houver o deferimento do pedido de habilitação de crédito por parte da Receita Federal, momento também em que a Empresa iniciará a compensação com outros tributos. A expectativa é que o deferimento da habilitação ocorra em 2020.

	Saldo em 31/12/2017	Aumento / (Redução) no resultado	Aumento no patrimônio líquido	Saldo em 30/06/2018
Prejuízos fiscais e bases negativas	200.323	6.366	-	206.689
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	119.471	1.903	-	121.374
Provisão para perda de estoques e contas a receber	20.685	3.864	-	24.549
Provisão para perda de imobilizado	26.648	(2.620)	-	24.028
Provisão para participação no lucro	22.747	6.762	-	29.509
Ajustes a valor presente	4.416	(745)	-	3.671
Ajustes a valor justo	(30.959)	14.346	-	(16.613)
Outras	35.480	(18.750)	4.984	21.714
	398.811	11.126	4.984	414.921

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Previsão de realização dos tributos diferidos

<u>Ano</u>	<u>R\$</u>
2019	92.774
2020	(200.384)
2021	32.429
2022	4.763
2023	13.594
De 2023 a 2025	6.450
De 2026 a 2028	28.375
	<u>(21.999)</u>

c) Conciliação da taxa efetiva

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	1.178.343	(36.166)	1.178.579	(35.946)
Despesa de imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais - 34%	(400.637)	12.296	(400.717)	12.222
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	58	100	-	-
Doações não dedutíveis	-	(1.667)	-	(1.667)
PAT e Lei de incentivo a cultura	103	-	103	-
Ajustes de transfer pricing	(201)	(5.473)	(201)	(5.473)
Outras adições e exclusões permanentes	(461)	397	(560)	351
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(401.138)	5.653	(401.375)	5.433
Corrente	(5.713)	(5.473)	(5.950)	(5.693)
Diferido	(395.425)	11.126	(395.425)	11.126
	(401.138)	5.653	(401.375)	5.433
Alíquota efetiva	34%	16%	34%	15%

13. Investimento

a) Informações sobre investimentos em controlada

	<u>Participação acionária</u>	<u>Ativo circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Acervo líquido</u>	<u>Receita bruta</u>	<u>Lucro</u>	<u>Valor contábil do investimento</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>
30 de junho de 2019								
Orion	99,8%	1.964	(886)	1.078	979	172	1.076	171
31 de dezembro de 2018								
Orion	99,8%	1.998	(1.091)	907	2.051	757	905	756

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação do investimento

	30/06/2019	30/06/2018
Saldos no início do semestre	905	648
Equivalência patrimonial	171	295
Saldos no final do semestre	1.076	943

14. Imobilizado

a) Composição do ativo imobilizado (Controladora e Consolidado)

Classe de ativo	Custo	Depreciação acumulada	Redução do Valor Recuperável(i)	30 de junho de 2019
Máquinas e equipamentos	167.536	(115.006)	(1.259)	51.271
Móveis e utensílios	385.693	(218.686)	(5.980)	161.027
Equips. processamento de. dados	184.007	(127.948)	-	56.059
Veículos	534	(456)	-	78
Decorações	27.403	(19.985)	(893)	6.525
Benfeitorias (ii)	1.064.359	(677.138)	(21.649)	365.572
Terrenos	126	-	-	126
Imobilizado em andamento	21.616	-	-	21.616
Provisão para restauração de lojas (iii)	16.199	(15.758)	-	441
Arrendamento financeiro	-	-	-	-
Outros	3.218	-	-	3.218
	1.870.691	(1.174.977)	(29.781)	665.933

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Custo	Depreciação acumulada	Redução do Valor Recuperável(i)	31 de dezembro de 2018
Máquinas e equipamentos	174.158	(115.992)	(1.700)	56.466
Móveis e utensílios	359.332	(222.156)	(10.225)	126.951
Equips. Processamento de dados	163.869	(121.214)	(214)	42.441
Veículos	534	(443)	-	91
Decorações	30.679	(24.370)	(1.096)	5.213
Benfeitorias (ii)	1.058.357	(657.988)	(30.301)	370.068
Terrenos	126	-	-	126
Imobilizado em andamento	25.309	-	-	25.309
Provisão para restauração de lojas (iii)	25.110	(21.970)	-	3.140
Arrendamento financeiro	7.104	(2.894)	-	4.210
Outros	2.912	-	-	2.912
	<u>1.847.490</u>	<u>(1.167.027)</u>	<u>(43.536)</u>	<u>636.927</u>

- (i) A Empresa realiza anualmente teste de redução ao valor recuperável (*impairment*) para todos seus ativos imobilizados de loja com exceção de hardware e móveis e utensílios. Lojas que possuem margem de contribuição menor que 5% e lojas inauguradas há mais de 03 anos e que tiveram *impairment* registrado nos anos anteriores são consideradas com indícios de *impairment*. Para essas lojas é usado o método do fluxo de caixa descontado para se calcular o valor em uso, sendo que a contribuição é considerada linear pelo prazo remanescente do contrato de aluguel. No semestre findo em 30 de junho de 2019 não houve novas lojas que apresentassem indicativo de *impairment*.
- (ii) As benfeitorias incluem ativos diversos como obras civis, luminosos, sistema de incêndio, geradores, etc. A taxa de depreciação é definida pela vida útil desses bens ou prazo do contrato de aluguel, dos dois o menor.
- (iii) A Empresa possui 13 contratos de arrendamentos com pagamentos totalmente variáveis, a estes contratos estão vinculadas provisões para restauração, desmantelamento e devolução de lojas.

A Empresa não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação imobilizado (Controladora e consolidado)

	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Efeitos da adoção do IFRS 16	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências para Intangível	Reversão de provisão impairment	Saldo em 30 de junho de 2019
Taxa média de depreciação a.a.								
Máquinas e eqptos	56.466	-	192	(5.820)	(481)	473	441	51.271
Móveis e utensílios	126.951	-	40.997	(18.955)	(3.254)	11.043	4.245	161.027
Equip. proc. dados	42.441	-	20.269	(10.159)	(317)	3.611	214	56.059
Veículos	91	-	-	(13)	-	-	-	78
Decorações	5.213	-	293	(827)	(211)	1.854	203	6.525
Benefetórias	370.068	-	381	(47.128)	(7.770)	41.369	8.652	365.572
Terrenos	126	-	-	-	-	-	-	126
Imobilizado em andamento	25.309	-	96.047	-	-	(58.350)	-	21.616
Provisão devolução de lojas	3.140	(2.716)	90	(40)	(33)	-	-	441
Arrendamento financeiro	4.210	(4.210)	-	-	-	-	-	-
Outros	2.912	-	306	-	-	-	-	-
Total	636.927	(6.926)	158.575	(82.942)	(12.066)	-	13.755	665.933
	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências para Intangível	Reversão de provisão impairment	Saldo em 30 de junho de 2018	
Taxa média de depreciação a.a.								
Máquinas e eqptos	68.285	39	(6.600)	(680)	438	396	61.878	
Móveis e utensílios	78.319	11.804	(16.755)	(452)	2.941	(349)	75.508	
Equip. proc. dados	38.740	2.742	(8.696)	(226)	3.054	135	35.749	
Veículos	116	-	(13)	-	-	-	103	
Decorações	4.908	-	(1.221)	(448)	626	151	4.016	
Benefetórias	392.981	501	(52.311)	(6.201)	26.880	11.373	373.223	
Terrenos	126	-	-	-	-	-	126	
Imobilizado em andamento	19.774	73.478	-	-	(33.939)	-	21.246	
Provisão devolução de lojas	3.395	-	(241)	-	-	-	3.154	
Arrendamento financeiro	4.473	-	(132)	-	-	-	4.341	
Outros	1.455	15.594	-	-	-	-	17.049	
Total	612.572	104.158	(85.969)	(8.007)	-	(38.067)	596.393	

(i) -Durante o 1º semestre de 2019, a Empresa adquiriu R\$ 158.575 de ativos imobilizados, dos quais R\$3.498 encontram-se como contas a pagar registradas em Fornecedores (R\$ 5.268 em 30 de junho de 2018) e R\$ 8.199 foram desembolsados no 1º semestre de 2019 referente aquisições de 2018 (R\$13.328 desembolsados no 1º semestre de 2018 referente a 2017).

(ii) No ano de 2018 foi registrado o montante de R\$ 7.231 como depreciação acumulada, que trata-se da reversão de perda por desvalorização realizada pela empresa considerando o valor contábil que teria sido determinado se não tivesse ocorrido o reconhecimento no período.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Intangível

a) Composição do intangível (Controladora e Consolidado)

<u>Classe de intangível</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Provisão impairment</u>	<u>30 de junho de 2019</u>
Softwares	437.455	(239.866)	(2)	197.587
Fundo de comércio	55.786	(44.820)	(1.093)	9.873
	493.241	(284.686)	(1.095)	207.460
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Provisão impairment</u>	<u>31 de dezembro de 2018</u>
Softwares	396.541	(210.629)	(3)	185.909
Fundo de comércio	58.405	(44.642)	(2.774)	10.989
	454.946	(255.271)	(2.777)	196.898

c) Movimentação intangível (Controladora e Consolidado)

	Taxa média amortização (a.a.)	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Adições	Amortização	Baixas	Transferências de Imobilizado	Reversão de provisão impairment	Saldo em 30 de junho de 2019
Softwares	13%	185.909	-	(29.540)	(173)	41.390	1	197.587
Fundo de comércio	10%	10.989	-	(1.138)	(1.659)	-	1.681	9.873
Total		196.898	-	(30.678)	(1.832)	41.390	1.682	207.460
	Taxa média amortização (a.a.)	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Adições	Amortização	Baixas	Transferências de Imobilizado	Reversão de provisão impairment	Saldo em 30 de junho de 2018
Softwares	13%	187.767	959	(26.212)	(1)	37.300	-	199.813
Fundo de comércio	10%	11.323	-	(1.431)	-	767	274	10.933
Total		199.090	959	(27.643)	(1)	38.067	274	210.746

(i) No ano de 2018 foi registrado o montante de R\$ 242 como amortização acumulada, que trata-se da reversão de perda por desvalorização realizada pela empresa considerando o valor contábil que teria sido determinado se não tivesse ocorrido o reconhecimento no período.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Arrendamento mercantil

a) Movimentação das operações de arrendamento mercantil (Controladora e Consolidado)

	Ativo por direito de uso			Passivo de arrendamento
	Imóveis	Servidor	Total	
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019	1.729.502	8.192	1.737.694	(1.737.694)
(+) Pagamentos antecipados / (-) incentivos recebidos	1.984	-	1.984	-
(+) Provisão para custos de desmontagem	2.716	-	2.716	-
Saldo inicial ajustado	1.734.202	8.192	1.742.394	(1.737.694)
Amortização	(146.112)	(864)	(146.976)	-
Encargos financeiros	-	-	-	(37.251)
Pagamentos realizados	-	-	-	156.864
(+) Provisão para custos de desmontagem	90	-	90	-
Adições (3 novas lojas)	12.346	-	12.346	(12.346)
Remensuração (i)	32.216	-	32.216	(32.216)
Saldo em 30 de junho de 2019	1.632.742	7.328	1.640.070	(1.662.643)
Circulante	-	-	-	(319.121)
Não circulante	-	-	-	(1.343.522)

(i) Refere-se à revisão anual do reajuste das parcelas de arrendamento com base nos índices inflacionários previstos nos contratos.

b) Pagamentos futuros mínimos (CO)

Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis, juntamente com o valor justo dos pagamentos mínimos de arrendamento são os seguintes:

Com vencimento:	Controladora e consolidado
Menos de um ano	326.229
De um a cinco anos	877.350
Mais de cinco anos	732.922
Total dos pagamentos mínimos	1.936.501
(-) Encargos financeiros futuros	(273.858)
Valor presente dos pagamentos mínimos futuros	1.662.643

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2019, a despesa relativa aos 13 contratos de arrendamento variável foi de R\$1.525. A Administração entende não ser apropriado projetar os pagamentos mínimos dado a própria natureza destes gastos. As despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor totalizaram R\$10.618 no semestre e se referem a aluguéis de impressoras e empilhadeiras. Devido à baixa relevância, não está sendo apresentado o compromisso futuro dos pagamentos mínimos.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Empresa não fornece imóveis em garantia para nenhuma de suas operações.

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Fornecedores	627.137	678.822	627.419	678.846

A Empresa possibilita que seus fornecedores, mediante assinatura de termos de adesão, antecipem seus recebíveis com um desconto sobre o valor de face. A taxa aplicada em 2019 ficou entre 1,45% a.m. a 1.95% a.m. (idem para 2018). Os descontos são efetuados diretamente com a Empresa, sem o envolvimento de instituições financeiras intermediando a operação.

Durante o primeiro semestre de 2019 foram antecipados R\$367.877 pelos fornecedores que geraram uma receita de R\$10.600 (em 2018 foram antecipados R\$966.871 e a receita foi de R\$38.052), registrada como receita financeira.

Em 30 de junho de 2019, o montante de pagamentos antecipados a fornecedores cujo vencimento original era posterior a essa data totalizou R\$202.413 (R\$264.700 no período de seis meses findo em 30 de junho 2018).

A Empresa efetua o desconto a valor presente do saldo de fornecedores considerando taxas de juros diretamente relacionadas com seu perfil de endividamento. As taxas de juros mensais utilizadas para o cálculo a valor presente dos fornecedores em aberto em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foram de 0,47% e 0,49%, respectivamente. A contrapartida do ajuste a valor presente é efetuada contra os estoques e a recomposição dos juros é registrada *pro rata die* e lançada na conta de despesa financeira.

18. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
ICMS	43.062	117.385	43.062	117.385
COFINS	32.593	28.964	32.601	28.970
PIS	5.866	1.920	5.868	1.921
CIDE	1.303	3.437	1.303	3.437
IRRF	1.955	6.354	1.955	6.354
Outros	2.178	2.861	2.177	2.862
	86.957	160.921	86.966	160.929
Passivo circulante	86.899	160.921	86.908	160.929
Passivo não circulante	58	-	58	-

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

19.1. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (controladora e consolidado)

	31/12/2018	Constituição (reversão)	Utilização	Atualização	30/06/2019
PIS e COFINS (a)	133.946	-	-	3.776	137.722
ICMS (b)	31.156	(6.664)	-	924	25.416
Trabalhistas (c)	85.476	(676)	(2.077)	7.177	89.901
Cíveis (c)	6.474	(913)	(314)	381	5.627
IRPJ e CSSL	18.469	1.083	-	443	19.995
Outras tributárias	53.644	980	-	1.244	55.868
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	329.165	(6.190)	(2.391)	13.945	334.529
Depósitos judiciais com passivo correspondente	(66.558)	(60)	-	(1.285)	(67.903)
Provisão líquida de depósitos judiciais	262.607	(6.250)	(2.391)	12.660	266.626

	31/12/2017	Constituição (reversão)	Utilização	Atualização	30/06/2018
PIS e COFINS (a)	168.950	(11.485)	(4.246)	3.442	156.661
ICMS (b)	36.714	1.463	-	1.207	39.384
Trabalhistas (c)	73.831	9.853	(7.567)	6.111	82.228
Cíveis (c)	6.827	189	(591)	560	6.985
IRPJ e CSSL	13.805	-	-	913	14.718
Outras tributárias	51.259	1.979	-	2.588	55.826
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	351.386	1.999	(12.404)	14.821	355.802
Depósitos judiciais com passivo correspondente	(30.352)	(33.850)	-	(1.139)	(65.341)
Provisão líquida de depósitos judiciais	321.034	(31.851)	(12.404)	13.682	290.461

(a) PIS/COFINS

A Empresa, apoiada no parecer de seus consultores jurídicos, efetua a inclusão de despesas consideradas como insumos para sua atividade-fim na base de apuração de créditos de PIS e COFINS. A Empresa mantém, em 30 de junho de 2019, provisão para riscos sobre tais créditos no valor de R\$89.186 (R\$86.741 em 31 de dezembro de 2018). A Empresa também mantém R\$36.206 de provisão referentes a crédito de Cofins importação (R\$35.213 em 2018) e R\$12.330 referente a outros casos (R\$11.992 em 2018).

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

As provisões de ICMS correspondem a diversas discussões, das quais destacam-se: i) inidôneos - trata-se de processos administrativos e judiciais por meio dos quais é exigido da Empresa o ICMS supostamente devido em razão do creditamento de tributo destacado em notas fiscais emitidas por fornecedores considerados inidôneos pelos órgãos fazendários; (ii) guerra fiscal - trata-se de processos administrativos e judiciais por meio dos quais as autoridades tributárias pleiteiam imputar à Empresa o creditamento irregular do ICMS, normalmente destacado nas notas fiscais que acompanham as mercadorias adquiridas de fornecedores de outros estados; (iii) Créditos - trata-se de processos administrativos e judiciais por meio dos quais se discutem créditos de ICMS tomados pela Empresa; (iv) Estoque - ausência de recolhimento de ICMS,

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

apurado em levantamento quantitativo de estoque, gerado por diferenças entre sistemas fiscais e de mercadorias.

Em 2018, a Empresa, apoiada no parecer de seus consultores jurídicos, reverteu R\$20.569 em provisões que tratam de discussões relativas a: (i) fornecedores inidôneos - R\$ 10.634; (ii) guerra fiscal - R\$ 6.330; (iii) transferência indevida de saldo credor - R\$ 2.304; (iv) outros assuntos de ICMS - R\$ 1.301.

Também apoiada no parecer de seus consultores jurídicos, a Empresa constituiu em 2018 uma provisão de R\$12.651, sendo que R\$10.493 referem-se a um caso de fornecedor inidôneo em que a Empresa teve um laudo pericial desfavorável à sua tese. O saldo em 30 de junho de 2019 relativo a esse caso é no montante de R\$10.813.

(c) Cíveis e trabalhistas

A provisão foi constituída para cobertura de processos cíveis e trabalhistas (reclamações de danos morais, horas extras, adicional noturno, verbas rescisórias e outros) em andamento. A Administração, baseada nas informações de seus consultores jurídicos e advogados internos, entende que o montante registrado é suficiente para cobrir perdas decorrentes de eventuais desfechos desfavoráveis à Empresa.

19.2. Depósitos judiciais

A Empresa está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais para garantir o prosseguimento das decisões judiciais, conforme requerido pelos tribunais, e/ou efetuados por decisão estratégica de Administração para proteção de seu caixa.

O saldo de depósitos judiciais registrados no ativo por natureza da discussão é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Tributários	33.294	33.109
Trabalhistas / Cíveis	39.058	34.639
Total	72.352	67.748

Os depósitos judiciais de maior relevância são relativos às seguintes causas tributárias:

a) Adicional de 1% do Cofins importação

Em 7 de março de 2013, a Empresa entrou com ação judicial para exigir o direito a crédito sobre o adicional de COFINS incidente sobre a importação de alguns de seus produtos e obteve medida liminar, passando a partir de então a se creditar do adicional do Cofins importação.

Em 26 de março de 2018, a tutela que autorizava o creditamento foi cassada, obrigando então a Empresa a oferecer garantia para suspender a exigibilidade do crédito tributário e assim continuar com a discussão em outras instâncias. A Empresa

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

depôs judicialmente o valor de R\$33.794, o qual representa o valor dos créditos que a Empresa tomou durante todo o período, acrescido de juros.

Para este caso, a Empresa mantém registrada provisão no valor de R\$35.159 e, por essa razão, o depósito judicial é apresentado reduzindo o saldo da provisão.

b) Inexigibilidade da Multa de 10% sobre o FGTS em demissões sem justa causa

Em 16 de outubro de 2013, a Empresa entrou com ação judicial para suspender a cobrança da multa de 10% sobre o FGTS em demissões sem justa causa.

A Empresa, apoiada em decisão de caráter liminar que a autorizava, deixou de recolher a multa de 10% do FGTS.

Em 16 de maio de 2018, a tutela que autorizava o creditamento foi cassada, obrigando a Empresa a oferecer garantia para suspender a exigibilidade do crédito tributário e assim continuar com a discussão em outras instâncias. A Empresa efetuou então depósito judicial de R\$16.665, o qual representa o valor que a Empresa deixou de recolher no período, acrescido de juros.

Não há provisão constituída para essa ação judicial devido à avaliação da Administração, suportada pelos seus assessores legais, de que não é provável desembolso futuro.

19.3. Contingências não provisionadas

A Empresa possui o montante total atualizado de R\$387.458 (R\$371.967 em 31 de dezembro de 2018) relativo a demandas judiciais e/ou administrativas não provisionadas nas demonstrações contábeis em decorrência de sua avaliação de não ser provável o desembolso futuro. Abaixo estão sumariadas as principais demandas, com valores do principal acrescido de multa e juros e cuja a saída de recursos é possível na avaliação de nossos assessores jurídicos:

- (a) PIS e COFINS - Alíquota zero na venda de eletrônicos - Lei do Bem nº 11.196/05: refere-se à ação judicial que discute o reestabelecimento do benefício previsto na Lei do Bem nº 11.196/05, suspendendo a exigibilidade de PIS e COFINS na venda de produtos eletrônicos, que havia sido revogada através da Medida Provisória nº 690/2015 convertida na Lei nº 13.241/15. Valor atualizado do processo é de R\$193 milhões (R\$185 milhões em 31 de dezembro de 2018).
- (b) Contribuição Previdenciária sobre Assistência Médica e Hospitalar: auto de infração para cobrança de contribuições previdenciárias supostamente incidentes sobre valores pagos a título de Assistência Médica e Hospitalar a seus funcionários e empregados

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

segurados relativamente ao período de 12/12/1997 e 28/02/2005. O valor atualizado do processo é de R\$31 milhões (R\$31 milhões em 31 de dezembro de 2018).

- (c) IRPJ - variação cambial: refere-se a processo administrativo instaurado para a cobrança de débitos de IRPJ decorrentes das exclusões pertinentes às parcelas de variação cambial credora (ajuste do saldo de empréstimos em moeda estrangeira), realizadas para a apuração de lucro fiscal. As aludidas deduções foram efetuadas com amparo na medida liminar concedida em Mandado de Segurança. O valor atualizado do processo é de R\$54 milhões (R\$54 milhões em 31 de dezembro de 2018).
- (d) PIS/COFINS - Não cumulatividade: refere-se a autos de infração nos quais foram glosados créditos de PIS e COFINS sobre despesas consideradas como insumo pela Empresa nos exercícios de 2012 e 2014. O valor atualizado dos processos classificado como possível é de R\$31 milhões (R\$28 milhões em 31 de dezembro de 2018).
- (e) Tributos de Importação sobre Royalties: refere-se a autos de infração nos quais se exigem Imposto sobre Importação, PIS/PASEP - Importação e COFINS - Importação ante a não inclusão de Royalties pagos por uso de marcas licenciadas, na base de cálculo de mercadorias importadas. O valor atualizado dos processos é R\$17 milhões (idem em 31 de dezembro de 2018).
- (f) ICMS - Fornecedores Inidôneos: refere-se a autos de infração nos quais se exigem ICMS, supostamente devido, em razão de creditamento do tributo destacado em notas fiscais emitidas por fornecedores da Empresa considerados inidôneos. O valor atualizado destes processos é de R\$2,3 milhões (R\$7,4 milhões em 31 de dezembro de 2018).

Com relação às causas cíveis e trabalhistas, devido à natureza e características diversas desses processos, a Administração considera que os montantes provisionados são os que melhor representam os riscos da Empresa para referidos assuntos. A Empresa considera impraticável a mensuração do valor das causas trabalhistas e cíveis não provisionadas (com prognóstico de perda possível, mas não provável), pois os pedidos iniciais diferem, invariável e significativamente, do valor final das indenizações.

Em decorrência de fatores externos, não sob controle da Empresa, não é praticável a determinação da época de desembolso, se houver, das discussões judiciais e administrativas que a Empresa venha a perder.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Ativos contingentes

A Empresa é parte em ações em que pleiteia seu direito a créditos tributários, os quais dependem de decisão judicial final transitada em julgado para serem registrados em seus livros contábeis e fiscais como ativos. A seguir está sumariada a principal ação que trata de ativo contingente.

Inexigibilidade de PIS/COFINS nas operações realizadas na Zona Franca de Manaus (ZFM)

A Empresa possui ação judicial em andamento que objetiva o reconhecimento de que suas vendas de mercadorias destinadas à ZFM (ainda que com origem na própria ZFM) sejam equiparadas para todos os fins fiscais à exportação; e, conseqüentemente, que seja reconhecida a inexistência de relação jurídico-tributária entre a União e a Empresa quanto à incidência do PIS e da COFINS sobre a receita das operações dessa natureza.

O processo já possui decisão favorável de 2ª Instância proferida pelo TRF da 1ª. Região e aguarda inclusão dos embargos de declaração opostos pela União em pauta de julgamento.

Como o processo da Empresa ainda está pendente de decisão judicial transitada em julgado, não é possível o reconhecimento do ativo relativo aos créditos a serem levantados em relação às competências que antecedem 5 anos da data de ingresso da ação (31 de março de 2016). Com base em levantamento preliminar, elaborado a partir das informações disponíveis em 30 de junho de 2019, a Empresa estima o valor potencial dos créditos em aproximadamente R\$118.767 (R\$117.500 em 31 de dezembro de 2018).

Em relação aos valores relativos às competências posteriores a maio de 2018, período no qual a probabilidade de perda das ações é avaliada por seus assessores jurídicos como remota em função de sentença favorável no processo, a Empresa vem reconhecendo os efeitos no resultado, tendo apurado um impacto positivo no semestre findo em 30 de junho de 2019 de R\$5.713 (R\$9.147 em 31 de dezembro de 2018).

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

	30/06/2019		31/12/2018	
	R\$	Quotas (milhares)	R\$	Quotas (milhares)
Cofra Investments SARL	517.826	517.826	517.826	517.826
Incas S.A.	517.826	517.826	517.826	517.826
Cofra Latin America Ltda.	68	68	68	68
	1.035.720	1.035.720	1.035.720	1.035.720

b) Juros sobre capital próprio

Em 31 de dezembro de 2018 foi aprovada em reunião de sócios, a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 68.917 pago em fevereiro de 2019.

22. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Venda de mercadorias	2.993.546	2.846.469	2.993.546	2.846.469
Receita parceria serviços financeiros	93.887	117.725	93.887	117.725
Receita de prestação de serviços e comissões	52.651	50.284	52.651	50.284
Receita líquida com securitização de crédito	-	-	979	1.030
Impostos sobre vendas e comissões	(659.500)	(612.772)	(659.547)	(612.820)
Cancelamentos e trocas	(170.825)	(158.041)	(170.825)	(158.041)
	2.309.759	2.243.665	2.310.691	2.244.647

23. Resultado por natureza

23.1 Classificado por função

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(1.189.487)	(1.148.893)	(1.189.487)	(1.148.893)
Gerais e administrativas	(264.039)	(242.798)	(264.503)	(243.261)
Vendas	(813.166)	(807.354)	(813.166)	(807.354)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	639.475	(2.055)	639.409	(2.055)
	(1.627.217)	(2.201.100)	(1.627.747)	(2.201.563)

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias--Continuação

30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.2 Custo das vendas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Custo das mercadorias vendidas	(1.177.562)	(1.129.572)	(1.177.562)	(1.129.572)
Custo dos serviços prestados	(659)	(864)	(659)	(864)
Outros	(11.266)	(18.457)	(11.266)	(18.457)
	(1.189.487)	(1.148.893)	(1.189.487)	(1.148.893)

23.3 Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Ocupação	(23.716)	(17.511)	(23.716)	(17.511)
Pessoal	(117.144)	(114.531)	(117.144)	(114.531)
Material/serviços de terceiros	(80.731)	(71.967)	(81.194)	(72.429)
Depreciação e amortização	(47.755)	(37.491)	(47.755)	(37.491)
Outros	5.307	(1.298)	5.306	(1.299)
	(264.039)	(242.798)	(264.503)	(243.261)

23.4 Despesas com vendas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Ocupação (a)	(118.362)	(253.911)	(118.362)	(253.911)
Pessoal	(294.866)	(283.099)	(294.866)	(283.099)
Material/serviços de terceiros	(84.958)	(82.504)	(84.958)	(82.504)
Depreciação e amortização (a)	(208.408)	(68.648)	(208.408)	(68.648)
Publicidade e vitrines	(37.734)	(57.005)	(37.734)	(57.005)
Outros	(68.838)	(62.187)	(68.838)	(62.187)
	(813.166)	(807.354)	(813.166)	(807.354)

(a) Em 2019, as despesas de ocupação e depreciação estão apropriadas de acordo com o CPC06.

23.4 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas, por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Recuperação de créditos fiscais (b)	638.920	-	638.920	-
Resultado na baixa de ativos	1.677	(3.499)	1.677	(3.499)
Depreciação e amortização	(4.433)	-	(4.433)	-
Outros	3.311	1.444	3.245	1.444
	639.475	(2.055)	639.409	(2.055)

(b) Referente ao crédito extemporâneo de PIS e COFINS registrado em 28 de fevereiro de 2019 no valor de R\$658.703, conforme detalhados na Nota 10, deduzidos de gastos advocatícios, de consultoria e auditoria.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Resultados com derivativos	(26.054)	42.081	(26.054)	42.081
Despesa financeira				
Juros sobre empréstimos para capital de giro – partes relacionadas	(30.748)	(15.653)	(30.748)	(15.653)
Variação cambial	(10.996)	(131.974)	(10.996)	(131.974)
Despesas bancárias e IOF	(2.836)	(2.222)	(2.838)	(2.224)
Juros sobre impostos e contingências	(14.851)	(16.009)	(14.851)	(16.016)
Juros sobre arrendamento	(37.251)	-	(37.251)	-
Despesa financeira de fornecedores	(9.738)	(8.561)	(9.738)	(8.561)
Outros	(65)	(10)	(65)	(10)
	(106.485)	(174.429)	(106.487)	(174.438)
Receita financeira				
Juros (a)	571.797	9.733	571.804	9.739
Variação cambial	41.890	26.610	41.890	26.610
Receita financeira de fornecedores	13.019	13.799	13.019	13.799
Outros	1.463	3.180	1.463	3.179
	628.169	53.322	628.176	53.327
Resultado financeiro, líquido	495.630	(79.026)	495.635	(79.030)

(a) Em 2019, inclui R\$594.629 de receita com juros e atualização monetária do crédito tributário extemporâneo, detalhado na Nota 10, liquidados da tributação pelo PIS/COFINS.

25. Instrumentos financeiros e gestão de capital

25.1. Gestão de risco financeiro

As atividades da Empresa e de suas controladas as expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço, o qual pode ser de *commodities*, de ações, entre outros.
Risco de taxa de juros

A Empresa está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros que pode impactar o retorno sobre seus ativos de curto prazo. A análise de sensibilidade abaixo demonstrada foi desenvolvida considerando a exposição ao CDI, que é o indexador das aplicações financeiras contratadas pela Empresa.

	Risco	Saldo em 30 de junho de 2019	Controladora e Consolidado			
			Taxa	Cenário provável	Cenário baixa 25%	Cenário baixa 50%
Ativos						
Aplicações financeiras	Baixa CDI	52.493	CDI (i)	2.887	2.165	1.443

(i) Juros calculados com base no CDI diário anualizado (5,50% - conforme relatório Focus de junho de 2019) em 30 de junho de 2019.

Risco cambial

O risco cambial existe nas operações comerciais futuras geradas, principalmente, por importações de mercadorias denominadas em dólar norte-americano e de empréstimos com empresas vinculadas no exterior denominadas em Euro. A política de gestão de risco cambial é definida pela matriz da Empresa.

i) Empréstimos

A Empresa captou empréstimos com empresas partes relacionadas em moeda estrangeira acrescidos de juros fixos, não existindo portanto o risco de taxa de juros sobre os empréstimos. Todavia, os empréstimos, os quais ocorrem somente com partes relacionadas, são captados em moeda estrangeira e denominados em Euro e, portanto, está intrínseco o risco cambial. As despesas com juros e variação cambial são lançadas em contrapartida à conta de “Receitas e despesas financeiras”.

O risco de variação cambial sobre os empréstimos em moeda estrangeira foi mitigado por meio de contratação de *swap*, mediante o qual a variação cambial foi “trocada” pela taxa fixada do banco. Esses empréstimos foram liquidados na sua totalidade em março de 2019.

ii) Importação de mercadorias

A Empresa se protege de oscilações cambiais do saldo a liquidar de suas importações por meio da contratação de *Non Deliverable Forwards (NDFs)* para as compras

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

altamente prováveis previstas em orçamento. Essa contratação é baseada no valor FOB das mercadorias. No quadro abaixo, também destacamos a exposição sobre a variação cambial relacionada aos impostos não recuperáveis no desembaraço das mercadorias para os quais a Empresa não está protegida.

O percentual de 36% de impostos não recuperáveis sobre as NDFs foi determinado conforme os percentuais de imposto de importação (35%, em média) e sobre o percentual não recuperável de COFINS sobre importação (1%). A taxa de câmbio em dólar utilizada na análise de sensibilidade foi obtida do relatório Focus divulgado pelo BACEN em 29 de maio de 2019.

Derivativo	Posição	Risco	Valor de referência (notional) - USD	Impostos não recuperáveis USD	Cenário Provável	Cenários Negativos		Cenários Positivos	
						Possível +25%	Remoto + 50%	Possível -25%	Remoto -50%
				36%	USD 1 = R\$ 3,80	USD 1 = R\$ 4,75	USD 1 = R\$ 5,70	USD 1 = R\$ 2,85	USD 1 = R\$ 1,90
NDF	Comprado	Alta dólar	30.984	11.154	42.386	(52.983)	(63.579)	31.790	21.193

iii) Instrumentos financeiros designados para hedge accounting

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, a Empresa administra as suas exposições em moeda estrangeira relacionadas à compra de mercadorias por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de entrada de mercadorias no estoque contida no orçamento oficial da Empresa.

A partir de outubro de 2016, a Empresa designou formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos derivativos para cobertura das suas importações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de proteger a volatilidade do custo de entrada das mercadorias no estoque em decorrência dos momentos desfavoráveis na taxa de câmbio.

A estrutura de *hedge* consiste na cobertura de uma transação prevista, altamente provável, de entradas de mercadorias no estoque em USD referente às importações de produtos que serão comercializados pela Empresa, contra o risco de flutuação de taxa de câmbio USD vs BRL, adotando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros derivativos como NDFs, em valores, vencimentos e moeda equivalentes ao *budget* de importações em USD.

As transações para as quais a Empresa fez a designação de *hedge accounting* são altamente prováveis, apresentam uma exposição à variação do fluxo de caixa que

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

poderia afetar lucros e perdas e são altamente efetivas em atingir as variações cambiais ou fluxo de caixa atribuível ao risco coberto.

Instrumentos de proteção designados para *hedge accounting* e períodos previstos do fluxo de caixa das importações:

Data prevista	US\$ milhares Budget (hedgeado)	Vencimento	Contraparte	US\$ milhares NDF valor de referência
jul/2019	(4.200)	jul/2019	ItaúBBA	4.200
jul/2019	(1.016)	jul/2019	Santander	1.016
jul/2019	(680)	jul/2019	Santander	680
ago/2019	(1.224)	ago/2019	Santander	1.224
ago/2019	(800)	ago/2019	Santander	800
set/2019	(1.440)	set/2019	CITI	1.440
out/2019	(1.556)	out/2019	Santander	1.556
nov/2019	(2.313)	nov/2019	CITI	2.313
dez/2019	(3.293)	dez/2019	ItaúBBA	3.293
jan/2020	(2.294)	jan/2020	Santander	2.294
fev/2020	(636)	fev/2020	Santander	636
set/2019	(1.440)	set/2019	Rabobank	1.440
out/2019	(1.556)	out/2019	Itaú	1.556
nov/2019	(2.313)	nov/2019	Rabobank	2.313
dez/2019	(3.293)	dez/2019	Itaú	3.293
jan/2020	(2.294)	jan/2020	Santander	2.294
fev/2020	(636)	fev/2020	Itaú	636
Total	(30.984)			30.984

Os instrumentos financeiros estão mensurados a valor justo, na categoria nível 2, que envolve técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.

Na tabela a seguir demonstramos as posições consolidadas por data de vencimento em aberto em 30 de junho de 2019 dos contratos a termo (*non-deliverable forward - NDF*) utilizados para cobertura de risco de taxa de câmbio:

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Derivativo	Posição	Contrato	Data da contratação	Data de vencimento	Valor de referência (notional) - USD	Valor justo
Termo	Comprado	NDF	07/08/2018	17/07/2019	4.200	31
Termo	Comprado	NDF	14/06/2018	17/07/2019	1.016	10
Termo	Comprado	NDF	19/06/2018	17/07/2019	680	(47)
Termo	Comprado	NDF	14/06/2018	21/08/2019	1.224	-
Termo	Comprado	NDF	19/06/2018	21/08/2019	800	(62)
Termo	Comprado	NDF	30/05/2019	18/09/2019	1.440	(197)
Termo	Comprado	NDF	30/05/2019	16/10/2019	1.556	(213)
Termo	Comprado	NDF	30/05/2019	19/11/2019	2.313	(311)
Termo	Comprado	NDF	30/05/2019	18/12/2019	3.293	(437)
Termo	Comprado	NDF	30/05/2019	15/01/2020	2.294	(303)
Termo	Comprado	NDF	30/05/2019	19/02/2020	636	(83)
Termo	Comprado	NDF	03/06/2019	18/09/2019	1.440	(110)
Termo	Comprado	NDF	03/06/2019	16/10/2019	1.556	(124)
Termo	Comprado	NDF	03/06/2019	19/11/2019	2.313	(182)
Termo	Comprado	NDF	03/06/2019	18/12/2019	3.293	(248)
Termo	Comprado	NDF	03/06/2019	15/01/2020	2.294	(169)
Termo	Comprado	NDF	03/06/2019	19/02/2020	636	(46)
					30.984	(2.491)

Os instrumentos financeiros derivativos estão registrados a valor justo. Desta forma o valor contábil e valor justo são iguais.

No semestre findo em 30 de junho de 2019, as operações de NDF resultaram em uma perda líquida dos efeitos tributários no montante de R\$5.403 (R\$9.676 em 2018), lançado em outros resultados abrangentes.

Durante o exercício, as operações de *hedge* com NDF utilizadas para proteção do risco de fluxo de caixa de pedidos de importação (Non-Deliverable Forward) foram efetivas, com base na normativa prevista pelo CPC 48/IFRS 9. Caso a operação se torne inefetiva, a parcela inefetiva é registrada diretamente no resultado, no período em que ocorrer.

Não houve parcelas inefetivas nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018.

b) Risco de crédito

i) *Caixa e equivalentes de caixa*

De acordo com a política da Empresa, caixas e equivalentes de caixa devem ser aplicados em instituições financeiras classificadas com baixo risco de crédito.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) *Recebíveis*

O risco de crédito da Empresa é minimizado à medida que os ativos representados pelos recebíveis da venda de mercadoria e serviços são intermediados pelo Banco Bradesco e empresas administradoras de cartão de crédito. No caso das administradoras de cartão de crédito, o risco é integralmente transferido à elas, ficando para a Empresa apenas o risco de não reconhecimento de compra pelos clientes para o qual é mensurada e registrada uma provisão de redução ao valor recuperável. No caso das operações intermediadas pelo Banco Bradesco, existe uma perda potencial, limitada à 50% conforme previsto em contrato, dos recebíveis duvidosos líquidos registrados naquela instituição, além do não reconhecimento de compra pelo cliente. Historicamente, as perdas de crédito são inferiores aos ganhos provenientes do resultado do contrato de parceria com o Banco Bradesco.

c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa e suas controladas para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, os planos de investimentos e as obrigações financeiras.

A Empresa e suas controladas investem o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros pós-fixados e com liquidez diária (CDBs e LCAs de instituições financeiras que se enquadram na política de investimento aprovada pela Administração).

Qualquer necessidade adicional de recursos é suprida via capital próprio (aumento de capital e/ou empréstimo com empresas do Grupo Cofra).

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento dos passivos financeiros consolidados da Empresa:

Em 30 de junho de 2019	Consolidado			Total
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos a pagar para partes relacionadas	4.457	782.450	-	786.907
Outros passivos com partes relacionadas	47.891	-	-	47.891
Arrendamento mercantil	319.121	852.152	491.370	1.662.643
Fornecedores	627.419	-	-	627.419
Total	998.888	1.634.602	491.370	3.124.860

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25.2. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Empresa e sua controlada é assegurar que se mantenha uma estrutura de financiamento de suas operações.

A Empresa e sua controlada administram sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada essa estrutura, a Empresa e sua controlada podem efetuar pagamentos de dividendos, retornar capital aos quotistas e captar empréstimos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

A Empresa e sua controlada incluem os empréstimos com partes relacionadas menos caixa e equivalentes de caixa dentro da estrutura de dívida líquida.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Empréstimos de curto e longo prazos com partes relacionadas	786.907	907.456	786.907	907.456
Caixa e equivalentes de caixa	(94.339)	(444.923)	(95.310)	(446.006)
Dívida líquida	692.568	462.533	691.597	461.450
Total do patrimônio líquido	1.886.839	1.115.037	1.886.841	1.115.039
Índice de alavancagem financeira com partes relacionadas	37%	41%	37%	41%

25.3. Instrumentos financeiros - classificação

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os instrumentos financeiros estavam assim resumidos e classificados:

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora

	Custo amortizado	Valor Justo	Valor justo por meio outros resultados abrangentes	Total
Em 30 de junho de 2019				
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	94.339	-	-	94.339
Derivativos	-	-	41	41
Contas a receber	935.590	-	-	935.590
Partes relacionadas	72	-	-	72
Depósitos judiciais	72.352	-	-	72.352
Passivos financeiros				
Arrendamento mercantil	(1.662.643)	-	-	(1.662.643)
Derivativos	-	(2.532)	-	(2.532)
Fornecedores	(627.137)	-	-	(627.137)
Partes relacionadas	(834.849)	-	-	(834.849)
	(2.022.276)	(2.532)	41	(2.024.767)
Em 31 de dezembro de 2018				
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	444.923	-	-	444.923
Derivativos	-	49.372	5.695	55.067
Contas a receber	1.142.594	-	-	1.142.594
Depósitos judiciais	67.748	-	-	67.748
Partes relacionadas	764	-	-	764
Passivos financeiros				
Arrendamento mercantil	(1.848)	-	-	(1.848)
Derivativos	-	(403)	-	(403)
Fornecedores	(678.822)	-	-	(678.822)
Partes relacionadas	(1.025.024)	-	-	(1.025.024)
	(49.665)	48.969	5.695	4.999

Consolidado

	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor justo por meio outros resultados abrangentes	Total
Em 30 de junho de 2019				
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	95.310	-	-	95.310
Derivativos	-	-	41	41
Contas a receber	935.816	-	-	935.816
Partes relacionadas	64	-	-	64
Depósitos judiciais	72.352	-	-	72.352
Passivos financeiros				
Arrendamento mercantil	(1.662.643)	-	-	(1.662.643)
Derivativos	-	(2.532)	-	(2.532)
Fornecedores	(627.419)	-	-	(627.419)
Partes relacionadas	(834.798)	-	-	(834.798)
	(2.021.318)	(2.532)	41	(2.023.809)

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2018

Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	446.006	-	-	-	446.006
Derivativos	-	49.372	5.695	-	55.067
Contas a receber	1.142.836	-	-	-	1.142.836
Depósitos judiciais	67.748	-	-	-	67.748
Partes relacionadas	259	-	-	-	259
Passivos financeiros					
Arrendamento mercantil	(1.848)	-	-	-	(1.848)
Derivativos	-	(403)	-	-	(403)
Fornecedores	(678.846)	-	-	-	(678.846)
Partes relacionadas	(1.025.025)	-	-	-	(1.025.025)
	<u>(48.870)</u>	<u>48.969</u>	<u>5.695</u>		<u>5.794</u>

25.4. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/18	Fluxos de caixa	Varição cambial	Juros Incorridos	Outros	30/06/2019
Arrendamento mercantil	1.848	(156.864)	-	-	1.817.659	1.662.643
Partes relacionadas	1.025.025	(177.508)	(32.371)	30.748	(11.044)	834.850
Derivativos	403	7.625	-	-	(5.496)	2.532
Total	<u>1.027.276</u>	<u>(326.747)</u>	<u>(32.371)</u>	<u>30.748</u>	<u>1.801.119</u>	<u>2.500.025</u>
	31/12/17	Fluxos de caixa	Varição cambial	Juros Incorridos	Outros	30/06/2018
Arrendamento mercantil	2.105	(129)	-	-	-	1.976
Partes relacionadas	980.051	(48.366)	94.570	15.633	(79.653)	962.235
Derivativos	74	39.784	-	-	(37.978)	1.880
Total	<u>982.230</u>	<u>(8.711)</u>	<u>94.570</u>	<u>15.633</u>	<u>(117.631)</u>	<u>966.091</u>

26. Seguros contratados

A Empresa tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos com sinistros de seu imobilizado (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial), estoques, reponsabilidade civil e transporte de mercadoria, conforme abaixo:

	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Responsabilidade Civil e D&O	106.167	106.167
Patrimônio e Estoque	5.211.843	5.211.843
Transporte	114.477	114.477
	<u>5.432.487</u>	<u>5.432.487</u>

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Plano de aposentadoria

A Empresa participa, juntamente com outras empresas ligadas, como patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, que tem como objetivo instituir planos privados de concessão de benefícios de renda suplementar. Para uma determinada massa de funcionários da Empresa, os planos de suplementação estão estruturados na forma de Contribuição Definida e o valor da renda mensal está vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor de cada participante. A renda mensal, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente uma vez a cada ano com base no saldo atualizado do participante. As contribuições aos planos são feitas pelos participantes ativos e/ou patrocinadora. Para os demais funcionários, o plano garante um benefício mínimo equivalente a três salários mensais de cada funcionário, computado de forma proporcional ao tempo de serviço. O pagamento desse benefício mínimo é efetuado em uma única parcela por ocasião do término do vínculo empregatício do funcionário. As contribuições ao plano relativas a esse benefício mínimo são feitas exclusivamente pela Empresa.

No primeiro semestre de 2019, a Empresa contribuiu com R\$4.398 (R\$4.831 no primeiro semestre de 2018) à Cyamprev, contabilizados como despesa no resultado do exercício. O total de empregados participantes dos planos em 30 de junho de 2019 é de 16.591 participantes (15.337 em 31 de dezembro de 2018), tendo 157 participantes assistidos (154 em 31 de dezembro de 2018).

Conforme CPC 33, aprovado pela Resolução CFC nº 1.193/09, a Empresa reconhece um ativo atuarial quando: (a) a Empresa controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros; (b) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela entidade e serviço prestado pelo empregado); e (c) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Empresa na forma de redução em contribuições futuras.

Em 30 de junho de 2019, o valor justo dos ativos do plano, relacionados ao benefício mínimo acima descrito, supera o valor atuarial presente das obrigações acumuladas de benefícios em aproximadamente R\$ 622 (R\$ 391 em 31 de dezembro de 2018).

28. Resultado por quota

O cálculo do lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por quota é feito por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) da Empresa atribuível aos quotistas controladores pela quantidade média ponderada de quotas existentes no período.

A Empresa não possui instrumentos diluidores do lucro nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2019	30/06/2018
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos quotistas controladores	777.205	(30.513)
Quantidade média ponderada de quotas no período (em milhares)	1.035.720	1.035.720
Lucro líquido (prejuízo) por quota – básico e diluído – R\$	0,7504	(0,0295)

29. Eventos subsequentes

a) Alteração da Empresa de Sociedade Limitada para Sociedade por Ações

Conforme deliberação dos sócios quotistas em reunião datada de 28 de agosto de 2019, e Assembleia Geral realizada nessa mesma data, foi aprovada a conversão das quotas da Empresa em ações ordinárias à razão de 1 quota por 1 ação ordinária, transformando-se a Empresa de Sociedade Limitada numa Sociedade por Ações e alteração da razão social para C&A Modas S.A..

b) Alteração do montante possível em causa tributária

Em 7 de agosto de 2019, a Empresa tomou ciência de um processo administrativo de cobrança iniciado pela Receita Federal de Brasil relativo aos valores de PIS e COFINS na venda de eletrônicos (Lei do Bem nº 11.196/05). O risco deste processo consta da nota 18.3(a) no valor de R\$192 milhões, contudo, no referido processo administrativo foi aplicada multa de mora de 20%, enquanto nossas estimativas consideravam um montante superior. Portanto, a Empresa reavaliou a estimativa de desembolso para R\$138 milhões e manteve a classificação de perda como possível.

A Empresa informa ainda que foi oferecida uma garantia para suspender a exigibilidade dos tributos, até que uma decisão em relação ao mérito seja proferida nas ações que discutem o assunto.

Comentários da Administração da C&A Modas S.A., nos termos do Anexo 3, artigo 1º, inciso IX, da Instrução CVM n.º 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.

A administração da C&A Modas S.A. ("Companhia" ou "C&A"), em atendimento ao disposto no inciso IX do artigo 1º, Anexo 3, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), apresenta abaixo seus comentários sobre as diferenças das demonstrações financeiras especialmente elaboradas para fins de registro, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, apresentadas em conformidade com o artigo 1º, inciso VIII, do Anexo 3 da Instrução CVM 480, em relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Primeiramente, informamos que, devido à submissão do pedido de registro inicial de emissor de valores mobiliários na categoria "A", bem como do pedido de registro de oferta pública inicial de ações da Companhia, conforme abaixo descrito, preparamos, demonstrações financeiras para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2019, especialmente para fins de registro, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM 480. Ademais, ressaltamos que, em vista da ocorrência de alteração relevante na estrutura patrimonial da C&A, referidas demonstrações financeiras foram submetidas à auditoria e não à revisão limitada, a qual é normalmente aplicada em informações financeiras trimestrais.

Adicionalmente, esclarecemos que, a alteração relevante na estrutura patrimonial da C&A se deu, em consequência da implantação da norma contábil CPC06 – Arrendamento Mercantil e do trânsito em julgado da ação que discutia a inconstitucionalidade da inclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, ocasionando uma alteração na posição patrimonial da Companhia, mais especificamente nas rubricas de tributos a recuperar, direito de uso, arrendamento mercantil e patrimônio líquido.

Para mais informações sobre a alteração patrimonial citada, solicitamos que sejam verificados os itens 10.1 da minuta do Formulário de Referência da C&A, protocolada juntamente com estes comentários perante à CVM.

Além do disposto acima, não há outras alterações materiais entre as demonstrações financeiras especialmente elaboradas para fins de registro, relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31



de dezembro de 2018, tendo ambas sido elaboradas pela administração da C&A de forma consistente, de acordo com os princípios e práticas contábeis estabelecidas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, pelas normas da CVM, normas e pronunciamentos do Comitês de Práticas Contábeis – CPC e demais normas aplicáveis.

São Paulo, 3 de outubro de 2019



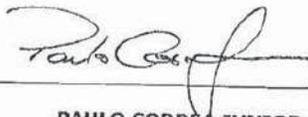
Milton Lucato Filho

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

PAULO CORREA JUNIOR, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 05.952.323-3 (IFP/RJ), inscrito no CPF/ME sob o nº 926.420.477-68, com endereço comercial na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06455-000, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na qualidade de Diretor Presidente da **C&A MODAS S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta sob análise da CVM, com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06455-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 45.242.914/0001-05 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período de 6 (seis) meses findo em 30 de junho de 2019.

30 de agosto de 2019.



PAULO CORREA JUNIOR

Diretor Presidente

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

MILTON LUCATO FILHO, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.617.751-5 (SSP-SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 042.878.958-78, com endereço comercial na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06455-000, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da **C&A MODAS S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta sob análise da CVM, com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06455-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 45.242.914/0001-05 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período de 6 (seis) meses findo em 30 de junho de 2019.

30 de agosto de 2019.



MILTON LUCATO FILHO

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

PAULO CORREA JUNIOR, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de Identidade RG nº 05.952.323-3 (IFP/RJ), Inscrito no CPF/ME sob o nº 926.420.477-68, com endereço comercial na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06455-000, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na qualidade de Diretor Presidente da C&A MODAS S.A., sociedade por ações com, registro de companhia aberta sob análise da CVM, com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06455-000, Inscrita no cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 45.242.914/0001-05 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, Incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores Independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período de 6 (seis) meses findo em 30 de Junho de 2019.

São Paulo, 03 de outubro de 2019.



PAULO CORREA JUNIOR

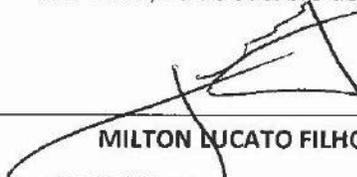
Paulo Correa Junior
CEO

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

MILTON LUCATO FILHO, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de Identidade RG nº 10.617.751-5 (SSP-SP), Inscrito no CPF/ME sob o nº 042.878.958-78, com endereço comercial na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06455-000, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da **C&A MODAS S.A.**, sociedade por ações com, registro de companhia aberta sob análise da CVM, com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06455-000, inscrita no cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 45.242.914/0001-05 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, Incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores Independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período de 6 (seis) meses findo em 30 de Junho de 2019.

São Paulo, 03 de outubro de 2019.



MILTON LUCATO FILHO
Milton Lucato Fº
Vice Presidente
Administração e Finanças



Relatório da Administração
1º semestre de 2019



Sumário

Relatório da Administração	1
A Companhia	1
Nossos Valores.....	2
Uma Breve Retrospectiva	2
Visão do Futuro.....	3
Nossa Plataforma	4
Rede de Lojas	4
E-commerce.....	4
Sustentabilidade	5
Produtos Sustentáveis	5
Rede de Fornecimento Sustentável.....	5
Vidas mais Sustentáveis.....	6
Nossos Talentos.....	6
Desempenho Operacional	6
Receita Líquida.....	7
Lucro bruto	8
Despesas e receitas operacionais	8
Parceria de serviços financeiros	9
EBITDA Ajustado.....	9
Investimentos.....	9
Prêmios.....	10
Política de destinação de resultados	10

Relatório da Administração

A Companhia

Somos uma subsidiária de uma multinacional com uma das marcas de moda mais fortes globalmente. Fundada em 1841, na Holanda, há 178 anos, a C&A vem definindo a maneira como as pessoas se expressam, escolhem e compram as suas roupas. A C&A é uma das varejistas mais sólidas e pioneiras do setor de vestuário no mundo e está entre os líderes deste mercado fornecendo moda acessível e de qualidade a milhões de clientes por ano na Europa, Brasil, México e China. A C&A Brasil teve receita líquida que de R\$5,2 bilhões no ano de 2018, o que nos coloca entre as líderes do varejo de moda no Brasil.

Entramos no mercado brasileiro em 1976 com a nossa primeira loja no Shopping Center Ibirapuera em São Paulo. Depois de um crescimento contínuo entre os anos de 1980 e 1990, a C&A Brasil expandiu rapidamente entre os anos de 2000 e 2014, alcançando abrangência nacional e consistentemente mantendo a força da nossa marca. Temos como propósito oferecer produtos e experiências que possibilitem a expressão da essência de cada um, mostrando que a moda conecta as pessoas com o mundo à sua volta.

Crescemos organicamente desde nossa primeira loja até as atuais 282 lojas, o que nos permitiu capturar os locais mais importantes do País. A nossa rede de lojas é apoiada por três centros de distribuição, dois localizados em São Paulo e um localizado no Rio de Janeiro.

Nós operamos de forma *Omnichannel*, suportados por nossa capacidade interna de criação de novas soluções digitais, integrando a nossa rede de lojas físicas com a plataforma de *e-commerce* que começou suas operações no final de 2014. Lançamos constantemente novas soluções digitais que possam se alavancar em nossa rede de lojas, bem como nossas lojas possam se alavancar das iniciativas digitais. Alguns exemplos do universo de possibilidades da nossa rede incluem soluções para enviar produtos comprados *online* a partir das nossas lojas (*Ship from store*) e retirar as compras *online* em nossas lojas físicas (*Clique & Retire*).

Fortalecemos a fidelidade dos clientes com o nosso programa de relacionamento (*C&A&VC*) e através do *app C&A* oferecemos vantagens aos nossos clientes mais ativos. Além das iniciativas já implementadas, nossa ambição digital nos deixa em uma posição privilegiada para o desenvolvimento futuro de melhores experiências para ELA.

A nossa ambição digital se estende também para onde o cliente não vê, cumprindo um papel relevante em todas as etapas da cadeia de valor. Em cada processo temos uma parte digital sendo aprimorada continuamente, e alguns exemplos disso são: a nossa iniciativa de abastecimento por item (*sku - storage keeping unit*), por meio da qual buscamos melhor alocação de produtos para as lojas e, conseqüentemente, a alavancagem das nossas vendas; a nossa integração com fornecedores, que permite maior agilidade e flexibilidade em nossas compras, trazendo mais rapidamente produtos conectados às últimas tendências do mercado; e o nosso programa de relacionamento (*C&A&VC*), que possibilita um universo de uso de dados através de análises avançadas (*advanced analytics*) gerando maior assertividade no desenvolvimento e alocação de produtos bem como na comunicação com os clientes.

Desenvolvemos internamente nossos produtos de vestuário e temos controle de toda a cadeia de valor. Trabalhamos para que nossas coleções sejam as mais assertivas, seguindo as últimas tendências do mercado, e elaboramos internamente o *design* dos nossos produtos. Fazemos as compras através de uma rede de fornecedores bem estabelecida e que compartilha a nossa visão de sustentabilidade. Nossos centros de distribuição permitem a melhor otimização logística e através do transporte de terceiros distribuímos nossos produtos. Nossas lojas (todas alugadas) junto com nosso canal *online*, são os vendedores exclusivos de nossos produtos.

Também oferecemos aparelhos celulares e outros produtos (relógios e óculos), denominados *Fashiontronics*. Aproximadamente 2% do espaço das lojas é dedicado para *Fashiontronics*, que representou, aproximadamente, 18% da receita líquida de 2018. Ainda, através de uma parceria com o Banco Bradescard S.A. denominada *Retail Financial Services* (RFS), oferecemos uma série de produtos e serviços financeiros, como emissão e administração do Cartão C&A, empréstimo pessoal e seguros.

Damos importância a sustentabilidade e acreditamos que nossos clientes nos reconhecem por adotarmos as melhores práticas. Somos pioneiros no monitoramento de fornecedores e subcontratados no Brasil. Desde 1996, contamos com um Código de Conduta no Fornecimento de Mercadorias, cuja aceitação, em contrato, é obrigatória e válida em todo o mundo. Em 2006, criamos um sistema de auditoria em nossa rede de fornecimento, com o objetivo de coibir qualquer tipo de mão de obra irregular e buscar a melhoria contínua das condições de trabalho e das questões ambientais na nossa cadeia de fornecimento.

Nossos Valores

- **Somos apaixonados por ELA** – buscamos exceder a expectativa dos clientes em todas as interações
- **Todos somos líderes e juntos somos mais fortes** – pensamos e agimos de forma colaborativa, com espírito de dono do negócio;
- **Atuamos com integridade, clareza, confiança e respeito às pessoas** – no nosso dia-a-dia prezamos pelos princípios morais e éticos;
- **Amamos inovar, empreender e aprender** – o mundo está em constante evolução e assim deve ser a nossa organização;
- **Somos felizes, nos divertimos e temos orgulho em pertencer** – nosso jeito de fazer as coisas e de buscar resultados.

Uma Breve Retrospectiva

Em 2015 e 2016, a economia brasileira sofreu uma severa recessão e a C&A Brasil reagiu a estas circunstâncias, focando na rentabilidade e implementando um programa de transformação como uma plataforma para o crescimento futuro. A Companhia mudou parte da sua equipe de liderança, se beneficiando de executivos comprometidos com o longo prazo e que já estavam na Companhia há muitos anos. Também redefiniu sua estratégia e os seus processos comerciais, introduziu um programa de redução de despesas e de aumento da rentabilidade do portfólio de lojas.

Em 2017, iniciamos um processo de remodelação do nosso portfólio de lojas para atuarem sob nosso conceito novo de *Customer Value Proposition* (CVP), que visa entregar uma melhor experiência de compra para os nossos clientes. Nesse conceito, pretendemos exibir adequadamente a estrutura de nossas coleções e destacar corretamente os produtos usando novos equipamentos, mesas e iluminação.

Em 2018, um ano marcado por uma série de desafios associados à lenta recuperação da economia brasileira, vimos ao longo dele a valorização do dólar frente ao real e as expectativas de crescimento sendo gradativamente reduzidas em meio às incertezas com o futuro político e o cenário externo. Neste contexto, a Companhia manteve um intenso controle das despesas operacionais, preservou a margem bruta da venda de mercadorias mesmo aumentando a participação de celulares, e ainda continuou a aprimorar seus processos envolvendo o desenvolvimento de coleções e a integração com a cadeia de fornecimento.

Também em 2018, a nossa gestão introduziu um novo modelo de operações de loja chamado de *Experiência para ELA* como forma de alavancar o crescimento de vendas. O modelo é baseado na oferta de uma experiência de compras aprimorada, principalmente, através do aumento da eficiência e velocidade de processos essenciais assim melhorando a interação com os clientes e ajudando-os a encontrar o produto desejado. Ainda avançamos no universo *Omnichannel*, lançando o nosso programa de relacionamento *C&A&VC*, iniciando a implantação do corredor infinito (*Infinite Aisle*) e disponibilizando acesso *Wi-Fi* para os clientes em todas as nossas lojas.

Ao longo deste período, também avançamos na nossa infraestrutura de tecnologia, implantando novos equipamentos e sistemas que fortalecem a nossa governança, planejamento e gestão de resultados, bem como permitem avançar na fronteira digital e explorar o universo de *advanced analytics*. Dessa forma fomos capazes de incrementar nossos controles,

umentar a produtividade de nossos processos, melhorar a nossa oferta de produtos e aprimorar o nosso processo de decisão.

Ainda estão considerados nos planos da gestão para 2019, investimentos nos centros de distribuição e nos processos logísticos (*sku sorter* e RFID) para otimizar a distribuição garantindo a entrega do produto correto, no momento correto e na loja correta.

Como resultado do programa nós estabelecemos uma organização com mecanismos de governança e disciplina de custos, capaz de inovar e entregar produtos e experiências que encantam nossos clientes a cada interação gerando crescimento e valor para o acionista.

Visão do Futuro

Os avanços e melhorias em nossa plataforma nos deixam em uma posição privilegiada para o crescimento sustentável para os próximos anos. Acreditamos que há amplo espaço de investimento em novas oportunidades de crescimento.

Pretendemos acelerar o nosso ritmo de aberturas de novas lojas, pois acreditamos que nosso plano para 2019 considera apenas uma pequena fração do potencial de oportunidades de crescimento. Isto porque o mercado de vestuário ainda é altamente fragmentado, com espaço para crescimento dos líderes do setor. A Companhia entende que possui a estrutura necessária para o crescimento e que também necessita de investimentos adicionais nos próximos anos, particularmente em logística, que permitirão sustentar não só a abertura das novas lojas, como também aprimorarão a distribuição e alocação de produtos nas lojas existentes.

Também vemos diversas oportunidades para o fortalecimento do modelo de negócios. Faz parte do nosso plano o aumento da quantidade de lojas reformadas para o modelo CVP e a implementação de novas ferramentas que suportem o desenvolvimento de nossas coleções.

Além disto, faz parte do nosso plano a constante evolução da nossa ambição digital e da nossa estratégia *Omnichannel*. Iniciamos um projeto de implantação da tecnologia RFID (*Radio Frequency Identification*), que proporcionará redução nas rupturas e maior eficiência no processo de inventário nas lojas. A implantação desta tecnologia ainda permitirá a ampliação da modalidade *Ship from Store* implantada em janeiro de 2019 em 10 lojas. Buscamos também o melhor uso contínuo do C&A&VC e das técnicas de *advanced analytics* explorando as possibilidades de interação com a nossa base de clientes cadastrados e oferecendo uma experiência de compras aprimorada.

Nossa Plataforma

Rede de Lojas

Em 30 de junho de 2019, a Companhia operava 282 lojas com tamanho médio de 1.888m² e área total de vendas de 532 mil m² aproximadamente. Sendo, 236 localizadas em shoppings e as outras 46 em ruas comerciais.

Nos últimos três anos, o foco da Companhia tem sido otimizar o desempenho do seu portfólio, fechando as lojas de baixo desempenho e convertendo outras lojas para formatos mais rentáveis.

Em 2018, retomamos a expansão de nosso portfólio com a abertura de 4 novas lojas. A partir de 2019, pretendemos acelerar o ritmo de expansão. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 abrimos 4 novas lojas, de um total de 11 novas lojas que planejamos abrir em 2019.

Adicionalmente, buscamos constantemente ampliar a área de vendas nas lojas em que o espaço físico é uma oportunidade para crescimento das vendas.

Em 30 junho de 2019, o portfólio incluía 119 lojas no conceito CVP (42% do total de lojas) e 195 lojas com o programa Experiência para ELA (69% do total de lojas). Os planos da gestão são de continuar a implementação do CVP em outras 35 lojas e do Experiência para ELA para mais lojas ainda no segundo semestre de 2019.

No último ano investimos, também, na melhoria da produtividade das lojas existentes, aprimorando o nível de serviço e otimizando o tempo dos associados visando um maior foco no atendimento dos nossos clientes. Realizamos treinamentos dos nossos associados, revisamos o processo de atendimento e adquirimos coletores (*hand-held smart devices*) que permitem maior velocidade no processo de remarcação e de reposição de produtos nas áreas de venda além de uma melhor visibilidade dos estoques. Também instalamos totens de atendimento que capturam o nível de satisfação de nossos clientes e permitem que os gerentes tenham mecanismos mais robustos para fazer uma gestão mais focada na entrega de uma experiência de compras aprimorada.

E-commerce

A Companhia tem presença *online* crescente, sendo que suas vendas através do *e-commerce* representaram aproximadamente, 2% da venda de mercadorias de 2018. No último ano lançamos o novo *app C&A* com novas funcionalidades e serviços (recomendação de produtos, acesso por biometria, promoções exclusivas, etc.) para melhorar a experiência dos nossos clientes, o que fez com que a participação do *app C&A* nas vendas do *e-commerce* fosse 12% em 2018 e seguindo tendência de crescente participação.

Seguimos avançando com a modalidade *Clique & Retire*, que permite que as compras no *e-commerce* sejam retiradas nas lojas. Ao final de 2018, tal funcionalidade já abrangia todas as lojas e representou, aproximadamente, 18% da receita operacional líquida do *e-commerce*. Esta modalidade é importante pois aumenta o fluxo nas lojas bem como o *ticket* médio pois em 2018 aproximadamente 17% dos clientes fizeram novas compras quando da retirada dos produtos comprados online.

Portfólio de Lojas



■ Área de vendas ● Quantidade de lojas

Em 2018, também internalizamos as atividades do centro de distribuição, mantendo operação e estoque dedicados no centro de distribuição em São Paulo, de onde todo o país é atendido. Com isto passamos a ter *Same Day Delivery* para São Paulo e para parte de sua região metropolitana. Além disto, a implantação da tecnologia RFID vai permitir a ampliação da modalidade *Ship from Store*, implantada em janeiro de 2019, em 10 lojas, o que aumentará a velocidade de entrega dos pedidos e reduzirá as nossas despesas com fretes e transportes.

Sustentabilidade

Na C&A, acreditamos que todos devem ser capazes de parecer e se sentir bem todos os dias. Também lutamos por um planeta saudável e para que aqueles que fazem nossos produtos tenham uma boa qualidade de vida. Queremos que nossos clientes confiem em nós para fazer a coisa certa, para que possam comprar nossos produtos sem precisar escolher entre o que é sustentável e o que não é.

Para conseguir isso, fazemos da sustentabilidade parte integrante de como projetamos e adquirimos nossos produtos. Nós nos concentramos em materiais sustentáveis - especialmente algodão, uma das nossas principais matérias-primas - e asseguramos que nossos produtos sejam adquiridos e feitos de uma maneira que respeite as pessoas, o meio ambiente e os animais.

Produtos Sustentáveis

Trabalhando com nossos fornecedores e parceiros nós buscamos, constantemente, utilizar matérias primas mais sustentáveis, seguindo em direção a um futuro mais sustentável e circular, que promove um ciclo de uso, reutilização e renovação do vestuário. Em 2018:

- O uso de algodão sustentável alcançou 61% dos nossos produtos, um crescimento de 20 pontos percentuais em comparação a 2017;
- Lançamos duas coleções com certificação C2C (*Cradle to Cradle*), que é um reconhecimento da qualidade dos produtos, com vários níveis e atributos, concedida pelo *Cradle to Cradle Products Innovation Institute*, uma organização não-governamental; e
- Ampliamos o programa de reciclagem, que passou a abranger 80 lojas, um aumento de 49 lojas em comparação à 2017.

Rede de Fornecimento Sustentável

Nossos fornecedores e subcontratados possuem papel fundamental na nossa estratégia de sustentabilidade.

A C&A possui um sistema de auditoria em sua rede de fornecimento com o objetivo de coibir qualquer tipo de mão de obra irregular e buscar a melhoria contínua das condições de trabalho e das questões ambientais na sua rede de fornecimento. As auditorias são periódicas, sem agendamento prévio, e tem como foco verificar se as condições de trabalho são adequadas e se a legislação trabalhista é respeitada. Em 2018, a participação de fornecedores com maior adoção de práticas sustentáveis representou 78% do nosso negócio, um crescimento de 10 pontos percentuais em comparação a 2017.

Também ampliamos o programa de monitoramento da sustentabilidade da cadeia de nossos fornecedores, com 93% dos nossos fornecedores testados e auditados em 2018. Ainda, trabalhando em parceria com nossos fornecedores, criamos e divulgamos um guia de boas práticas e implementamos iniciativas que reduziram o despejo de resíduos orgânicos em 20%.

Vidas mais Sustentáveis

A C&A se orgulha de ter um time de mais de 14 mil pessoas, de norte a sul do Brasil. Trabalhar na nossa Companhia é fazer parte de um ambiente inovador e divertido, que estimula o desenvolvimento profissional em todas as etapas da carreira. Somos uma empresa de pessoas que trabalham para pessoas. Promovemos um ambiente profissional que acredita no valor e na riqueza das diferenças.

Periodicamente, realizamos uma pesquisa de engajamento voluntária e anônima com todos os funcionários. Em 2018, a avaliação "Employment Engagement" mostrou um índice de engajamento de 82% com a adesão de 96% dos associados, demonstrando que estamos na direção correta.

Mantemos um programa de aprendizado, a Universidade C&A, como ferramenta de aprendizado e evolução profissional. A Universidade, com mais de 187 cursos, foca na criação de uma cultura de aprendizado, desenvolvimento de liderança, gestão de produtos e moda, execução de serviços além de outras habilidades técnicas.

Adicionalmente, como parte do programa de desenvolvimento, a C&A realiza anualmente a avaliação de desempenho dos seus funcionários provendo *feedback* e implementando Planos de Desenvolvimento Individual (PDIs).

Nossos Talentos

Acreditamos ter uma grande responsabilidade na relação com nossos profissionais. O engajamento dos nossos cerca de 14 mil funcionários é alto, através da pesquisa "Great Place to Work" tivemos um índice de engajamento de 80% com uma taxa de resposta de 82%.

Historicamente, valorizamos nossos talentos internos, com 35% dos nossos gerentes em áreas de negócios que fazem parte do nosso *core* formados através de programas internos, o que inclui o nosso programa de *trainee* e estagiários, porta de entrada importante para futuros líderes de nossa Companhia. Além disso, outros exemplos desta valorização incluem: a nossa Universidade C&A, que permite o fortalecimento da cultura e a criação de líderes internamente, através de mais de 200 cursos presenciais ou à distância; e a promoção à diversidade, com um comitê de dedicado e com foco em gênero, orientação sexual e raça.

Desempenho Operacional

Adoção da Norma IFRS 16:

A Companhia implementou, a partir de 1º de janeiro de 2019, o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16). Houve alteração relevante na demonstrações contábeis da Companhia com a adoção do IFRS 16, uma vez que a nova norma alterou o tratamento contábil anteriormente dado aos arrendamentos mercantis operacionais. Como a aplicação da nova norma foi prospectiva, ou seja, não foi refletida nos períodos contábeis anteriores, a comparabilidade de determinados saldos contábeis com os períodos anteriores foi afetada. Para maiores informações em relação aos impactos contábeis com a adoção da nova norma contábil vide nota explicativa 4.21.1 das demonstrações contábeis intermediárias relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

Crédito extemporâneo de PIS/COFINS:

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF") decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS. Em 28 de fevereiro de 2019, o mandado de segurança impetrado pela Companhia que buscava reconhecer seu direito de não incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS relativo ao período de janeiro de 2002 a dezembro de 2014, teve seu trânsito em julgado, sem possibilidade de apelação, em linha com o que foi decidido no *leading case* RE 574706, julgado pelo STF em sede de recurso repetitivo. Consoante, a Companhia reconheceu R\$1.244,9 milhões como Crédito fiscal de PIS/COFINS em 31 de março de 2019, sendo R\$658,7 milhões, relativos aos valores originais, como outras receitas operacionais e R\$586,3 milhões, relativos à atualização monetária e juros, como receitas financeiras.

Maiores informações estão contidas na nota explicativa 10 das demonstrações contábeis intermediárias relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

Destaques do Período:

Resultados Consolidados (em R\$ milhões)	2T19	2T18	Var.	1S19	1S18	Var.
Receita Líquida	1.269,5	1.241,3	2,3%	2.310,7	2.244,6	2,9%
Crescimento de Vendas em Mesmas Lojas (%)	1,8%	-0,3%	-	2,8%	0,1%	-
Lucro Bruto	620,0	624,2	-0,7%	1.121,2	1.095,8	2,3%
Margem Bruta (%)	48,8%	50,3%	-1,5p.p.	48,5%	48,8%	-0,3p.p.
Despesas e Receitas Operacionais	(547,9)	(517,0)	6,0%	(438,3)	(1.052,7)	-58,4%
Despesas e Receitas Operacionais / Receita Líquida	-43,2%	-41,7%	-1,5p.p.	-19,0%	-46,9%	27,9p.p.
EBITDA Ajustado	135,1	169,7	-20,4%	171,5	167,2	2,6%
Margem EBITDA Ajustada (%)	10,6%	13,7%	-3,0p.p.	7,4%	7,4%	-0,0p.p.
Lucro Líquido	25,8	29,3	-11,9%	777,2	(30,5)	-2648,2%
Lucro Líquido (%)	2,0%	2,4%	-0,4p.p.	33,6%	-1,4%	35,0p.p.

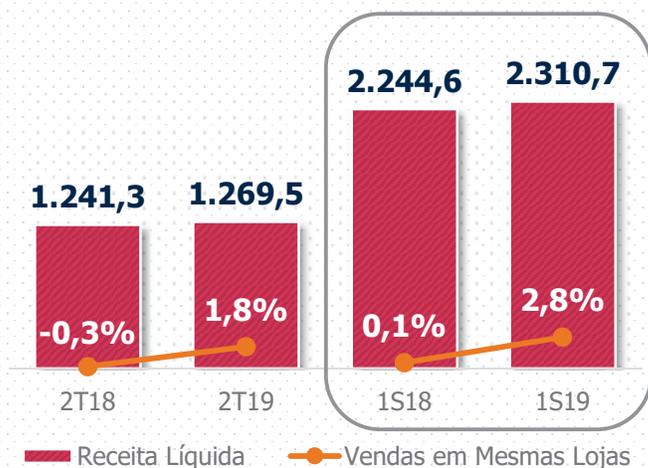
Receita líquida

No segundo trimestre de 2019 a receita líquida totalizou R\$1.269,5 milhões, 2,3% maior que os R\$1.241,3 milhões no mesmo período de 2018. No critério "mesmas lojas", houve aumento de 1,8% na comparação trimestral.

O segundo trimestre de 2019 se mostrou mais desafiador em função da lenta retomada do crescimento econômico e das temperaturas médias do inverno mais elevadas que no ano anterior. A combinação destes fatores fez que o mercado

tivesse um comportamento mais promocional assim intensificando a concorrência. Contudo conseguimos retomar o ritmo de crescimento de vendas em junho em função da boa aceitação da coleção e da entrega de uma experiência de compras aprimorada. Também contribuiu para o resultado o crescimento das vendas do e-commerce.

Receita Líquida



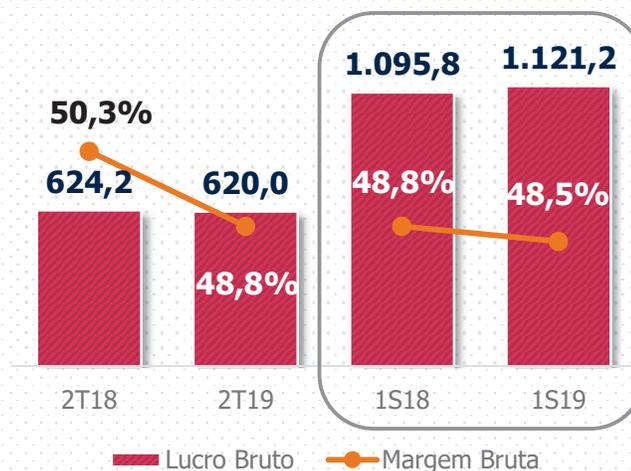
No primeiro semestre de 2019, a receita líquida totalizou R\$2.310,7 milhões, 2,9% maior que os R\$2.244,6 milhões no mesmo período de 2018. No critério "mesmas lojas", houve aumento de 2,8% na comparação semestral.

Lucro bruto

O lucro bruto totalizou R\$620,0 milhões no segundo trimestre de 2019, 0,7% menor que os R\$624,2 milhões registrados no mesmo período de 2018. A margem bruta registrou queda de 1,5 pontos percentuais, atingindo 48,8% no segundo trimestre de 2019 ante a 50,3% no mesmo período de 2018. Esta redução está associada à maior participação de Fashiontronics (representado principalmente pela venda de celulares), pelo fim dos benefícios tributários da Lei do Bem, e ao volume das remarcações para manutenção de estoques saudáveis e para adequação de preços ao comportamento mais promocional do mercado.

No primeiro semestre de 2019, a margem bruta foi 48,5%, 0,3 pontos percentuais menor que a margem bruta do mesmo período em 2018, refletindo os itens acima

Lucro Bruto e Margem Bruta



Despesas e receitas operacionais

Despesas Operacionais



A despesas e receitas operacionais totalizaram R\$547,9 milhões no segundo trimestre de 2019, 6,0% maior que os R\$517,0 milhões registrados no mesmo período de 2018.

No primeiro semestre de 2019, as despesas e receitas operacionais totalizaram R\$438,3 milhões, uma redução de 58,4% em relação ao mesmo período de 2018.

As despesas com vendas no primeiro semestre de 2019 foram de R\$813,2 milhões comparativamente a R\$807,4 milhões no mesmo período de 2018, representando um aumento de 0,7%. Este aumento está associado ao roll-out dos projetos de novo conceito de loja e melhora na experiência de compra.

As despesas gerais e administrativas no primeiro semestre de 2019 foram de R\$264,5 milhões, 8,7% maior que os R\$243,3 milhões registrados no mesmo período de 2018. Este aumento é atribuído, substancialmente, às maiores despesas com material/serviços de terceiros e depreciação e amortização refletindo os investimentos em tecnologia da informação e em nossa ambição digital.

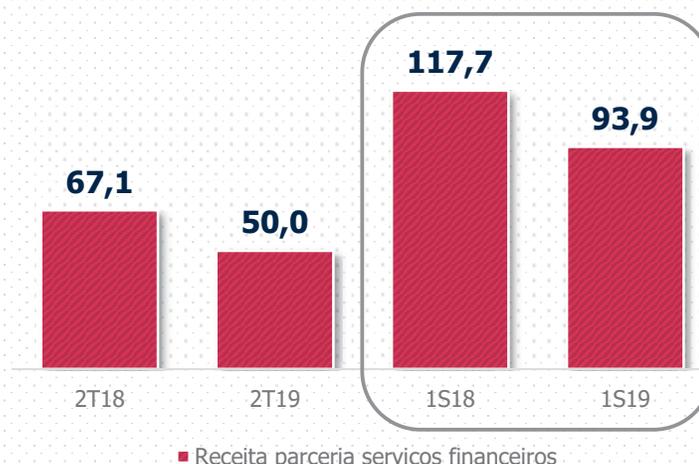
As outras receitas operacionais líquidas no primeiro semestre de 2019 foram de R\$639,4 milhões comparativamente a uma despesa de R\$2,1 milhões no mesmo período de 2018, representando uma variação de R\$641,5 milhões. Esta variação é essencialmente atribuída ao reconhecimento do crédito fiscal em 31 de março de 2019 referente ao direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Parceria de serviços financeiros

A receita da parceria de serviços financeiros totalizou R\$50,0 milhões no segundo trimestre de 2019, 25,5% menor que os R\$67,1 milhões registrados no mesmo período de 2018. Este resultado reflete a menor taxa de juros e a uma política de concessão de crédito mais rigorosa.

As vendas para clientes utilizando os cartões C&A representaram 23,5% da receita de vendas de mercadorias da Companhia no primeiro semestre de 2019, uma diminuição de 3,3 pontos percentuais em relação ao primeiro semestre de 2018.

Parceria de Serviços Financeiros

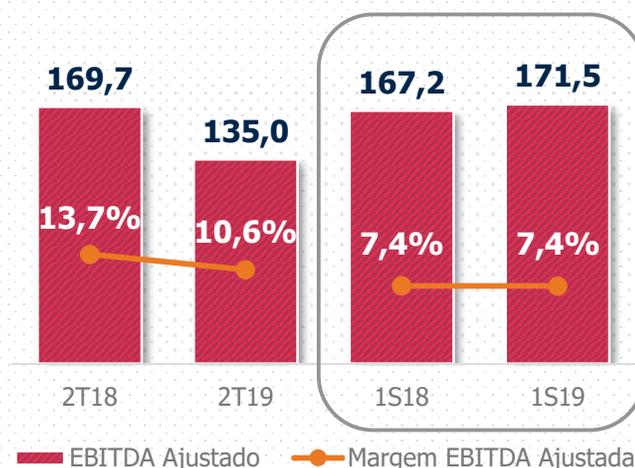


EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado no segundo trimestre de 2019 foi de R\$135,0 milhões, 20,4% menor com relação ao mesmo período de 2018, representando uma margem EBITDA Ajustada de 10,6%.

No primeiro semestre de 2019, EBITDA Ajustado foi de R\$171,5 milhões, R\$4,3 milhões maior que o EBITDA Ajustado do primeiro semestre de 2018 em função das maiores receitas líquidas decorrentes do melhor desempenho comercial

EBITDA Ajustado

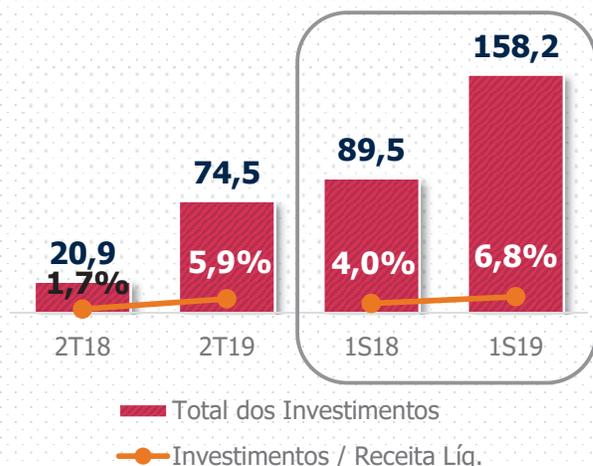


Investimentos

Seguindo o plano de expansão da Companhia, foram gastos R\$ 25,6 milhões no primeiro semestre de 2019 com investimentos na abertura de novas lojas, o que representa 16,2% do total de investimentos no período. A Companhia ainda investiu R\$ 73,3 milhões, ou 46,3% do total, na reforma de lojas para o novo conceito e na manutenção de lojas.

No primeiro semestre de 2019, a Companhia inaugurou 4 lojas, totalizando 282 unidades em operação e realizou a reforma de 38 lojas para o novo conceito.

Investimentos



Sumário dos Investimentos (em R\$ milhões)	1S19	1S18
Novas lojas	25,6	3,8
Reformas e manutenções	73,3	37,7
Centros de distribuição	9,1	2,4
TI e outros	50,2	45,6
Total dos Investimentos	158,2	89,5

Prêmios

Como resultado dos nossos esforços ao longo dos últimos anos, fomos reconhecidos por várias instituições especializadas em avaliar as melhores companhias do mercado. Abaixo, listamos os principais prêmios recebidos nos anos de 2017 e 2018:

- Eco AMCHAM Award para 2 categorias
- Época Negócios Reclame Aqui 2018 Award: C&A (online) 2º lugar na categoria "E-commerce - moda e confecção"
- Top of Women 2018
- IBEVAR Ranking
- Fashion Revolution Brasil
- Fundação Getúlio Vargas – FGVCes
- Ethical Corporation Responsible Business Awards 2017
- Stop Slavery Award
- Top of Mind Marcas Cariocas
- Estadão Marcas Mais

Política de destinação de resultados

Durante o exercício de 2018 e o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.

-
- **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 2016**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Contábeis

C&A Modas Ltda.

(Atualmente denominada “C&A Modas S.A.”)

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
com Relatório do Auditor Independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Quotistas da
C&A Modas Ltda.
(Atualmente denominada C&A Modas S.A.)
Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da C&A Modas Ltda. (“Empresa”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da C&A Modas Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Empresa e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Empresa.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12, a Empresa possui contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R\$370.643 mil em 31 de dezembro de 2018, computados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. A Empresa avaliou a recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis. Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da Administração com base em premissas e critérios utilizados na determinação das projeções de lucros tributáveis, que são afetadas pela expectativa futura de mercado e condições econômicas.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envolvimento de profissionais especializados em avaliação e em impostos para nos auxiliar na avaliação das premissas e da metodologia utilizadas pela Empresa, em particular aquelas relacionadas às projeções de lucros tributáveis futuros e taxas de desconto a valor presente de tais projeções. As projeções de lucros tributáveis futuros foram elaboradas com base no plano de negócios da Empresa, o qual foi aprovado pelos órgãos de Administração. Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na Nota Explicativa nº 12.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Contingências tributárias

A Empresa é parte envolvida em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas disputas tributárias, cuja provisão em em 31 de dezembro de 2018 era de R\$237.215 mil, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 19. A avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para cobrir as perdas prováveis requerem julgamento por parte da Administração da Empresa, que conta com o suporte das opiniões dos seus assessores jurídicos internos e externos. Mudanças nas premissas utilizadas pela Empresa que são base para exercer esse julgamento ou em fatores

externos, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias e tribunais, podem impactar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa de forma relevante.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018, a Empresa é parte em discussões tributárias que somam R\$371.967 mil, os quais não estão provisionados nas demonstrações contábeis devido à avaliação por parte da Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos e internos, de que o prognóstico de perda é possível.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e ao fato de que a avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão envolvem alto grau de julgamento profissional por parte da Administração da Empresa em conjunto com os seus assessores jurídicos externos e internos.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis adotadas pela Empresa para a classificação dos processos administrativos e judiciais entre perda provável, possível ou remota, incluindo as premissas utilizadas para mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para riscos tributários. Analisamos as provisões reconhecidas e os processos divulgados relacionados a contingências classificadas como perda possível, levando em consideração as avaliações elaboradas pelos assessores jurídicos externos e internos da Empresa.

Obtivemos evidências sobre os riscos de perdas considerados pela Empresa nos principais processos, incluindo a documentação existente, pareceres e opiniões legais, bem como obtivemos as confirmações externas dos assessores jurídicos da Empresa contendo o estágio atual e o prognóstico de perda nestes processos administrativos e judiciais. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Nota Explicativa nº 19 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas utilizados na mensuração das provisões, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis

Em 31 de maio de 2019, 9 de abril de 2018 e 2 de maio de 2017, emitimos nossos relatórios de auditoria, sem modificações, sobre as demonstrações contábeis da Empresa relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, de 2017 e de 2016, respectivamente, que estão sendo reapresentadas. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, essas demonstrações contábeis foram alteradas e estão sendo reapresentadas pela Empresa para incluir as demonstrações do valor adicionado, aprimorar certas divulgações em notas explicativas e reapresentar saldos contábeis devido à adoção de política contábil que a Administração entende melhor refletir as operações da

Empresa. Consequentemente, nosso relatório de auditoria considera essas alterações e substitui os relatórios anteriormente emitidos. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Empresa, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando

aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em

nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas.

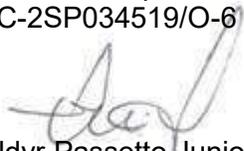
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de agosto de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Waldyr Passetto Junior
Contador CRC-1SP173518/O-8

C&A Modas Ltda.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		2018	2017	2016	2018	2017	2016
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6	444.923	431.002	486.994	446.006	431.759	489.705
Contas a receber	7	1.142.594	1.070.664	1.012.919	1.142.836	1.070.690	1.013.011
Derivativos	25.3	55.067	53.835	35.463	55.067	53.835	35.463
Partes relacionadas	8	764	1.037	3.366	259	1.031	767
Estoques	9	490.614	479.427	536.579	490.614	479.427	536.579
Tributos a recuperar	10	17.129	36.410	44.336	17.137	36.418	44.366
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		25.501	36.190	9.813	25.710	36.459	11.359
Outros ativos	11	17.940	15.968	13.393	17.940	15.968	13.393
Total do ativo circulante		2.194.532	2.124.533	2.142.863	2.195.569	2.125.587	2.144.643
Não circulante							
Tributos a recuperar	10	7.649	2.396	1.727	7.649	2.396	1.727
Tributos diferidos	12	370.643	398.811	440.059	370.643	398.811	440.059
Depósitos judiciais	19.2	67.748	52.546	49.662	67.748	52.280	50.474
Outros ativos	11	2.903	3.563	4.520	2.903	3.563	4.520
Derivativos	25.3	-	-	49.457	-	-	49.457
Investimentos	13	905	648	2.167	-	-	-
Imobilizado	14	636.927	612.572	780.251	636.927	612.572	780.251
Intangível	15	196.898	199.090	160.045	196.898	199.090	160.045
Total do ativo não circulante		1.283.673	1.269.626	1.487.888	1.282.768	1.268.712	1.486.533
Total do ativo		3.478.205	3.394.159	3.630.751	3.478.337	3.394.299	3.631.176

C&A Modas Ltda.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		2018	2017	2016	2018	2017	2016
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Passivo							
Circulante							
Arrendamento mercantil		230	257	287	230	257	287
Fornecedores	17	678.822	686.170	608.981	678.846	686.193	609.005
Derivativos	25.3	403	74	128.302	403	74	128.302
Obrigações trabalhistas		130.922	136.866	104.360	130.922	136.866	104.360
Partes relacionadas	8	711.574	980.051	694.909	711.575	980.051	694.914
Tributos a recolher	18	160.921	181.161	173.202	160.929	181.170	173.242
Imposto de renda e contribuição social a recolher		26.468	2.907	-	26.566	3.014	348
Outros passivos		40.597	35.230	35.952	40.597	35.230	35.951
		1.749.937	2.022.716	1.745.993	1.750.068	2.022.855	1.746.409
Não circulante							
Arrendamento mercantil		1.618	1.848	2.105	1.618	1.848	2.105
Partes relacionadas	8	313.450	-	690.606	313.450	-	690.606
Obrigações trabalhistas		4.058	3.971	5.199	4.058	3.971	5.199
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	262.607	321.034	319.649	262.607	321.034	319.649
Outros passivos		31.498	38.078	40.920	31.497	38.078	40.920
		613.231	364.931	1.058.479	613.230	364.931	1.058.479
Patrimônio líquido							
Capital social	21	1.035.720	1.035.720	890.712	1.035.720	1.035.720	890.712
Reserva de capital		10.516	10.516	10.516	10.516	10.516	10.516
Lucros (prejuízos) acumulados		65.042	(39.675)	(70.882)	65.042	(39.675)	(70.882)
Resultados abrangentes		3.759	(49)	(4.067)	3.759	(49)	(4.067)
		1.115.037	1.006.512	826.279	1.115.037	1.006.512	826.279
Participação de não controladores		-	-	-	2	1	9
Total do patrimônio líquido		1.115.037	1.006.512	826.279	1.115.039	1.006.513	826.288
Total do passivo e patrimônio líquido		3.478.205	3.394.159	3.630.751	3.478.337	3.394.299	3.631.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

C&A Modas Ltda.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		2018	2017	2016	2018	2017	2016
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Receita líquida	22	5.164.404	5.033.465	4.774.650	5.166.360	5.035.610	4.780.694
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	23	(2.617.217)	(2.614.085)	(2.775.856)	(2.617.217)	(2.614.085)	(2.775.856)
Lucro bruto		2.547.187	2.419.380	1.998.794	2.549.143	2.421.525	2.004.838
(Despesas) e receitas operacionais:							
Gerais e administrativas	23	(481.379)	(508.818)	(478.927)	(482.233)	(509.821)	(481.679)
Vendas	23	(1.699.883)	(1.596.714)	(1.536.151)	(1.699.883)	(1.596.848)	(1.536.151)
Equivalência patrimonial	13	756	(269)	2.483	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	(10.806)	(18.155)	5.439	(10.806)	(18.156)	5.438
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		355.875	295.424	(8.362)	356.221	296.700	(7.554)
Resultado com derivativos	24	17.192	(30.206)	(304.257)	17.192	(30.206)	(304.257)
Despesas financeiras	24	(316.845)	(293.154)	(407.480)	(316.860)	(293.200)	(407.501)
Receitas financeiras	24	168.984	168.134	513.912	168.997	168.253	514.398
Resultado financeiro	24	(130.669)	(155.226)	(197.825)	(130.671)	(155.153)	(197.360)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro		225.206	140.198	(206.187)	225.550	141.547	(204.914)
Impostos sobre o lucro	12	(51.572)	(43.318)	64.909	(51.914)	(44.667)	63.642
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		173.634	96.880	(141.278)	173.636	96.880	(141.272)
Atribuível aos quotistas:							
Não controladores					2	-	6
Controladores					173.634	96.880	(141.278)
					173.636	96.880	(141.272)
Lucro líquido (prejuízo) por quota – básico e diluído (R\$)	28				0,1676	0,0987	(0,1682)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

C&A Modas Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora			Consolidado		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	173.634	96.880	(141.278)	173.636	96.880	(141.272)
Outros resultados abrangentes:						
Resultados com derivativos	5.769	6.088	(24.071)	5.769	6.088	(24.071)
Efeitos tributários	(1.961)	(2.070)	8.184	(1.961)	(2.070)	8.184
Total de resultado abrangente a ser reclassificado para resultado do exercício em períodos subsequentes, líquidos dos tributos	3.808	4.018	15.887	3.808	4.018	15.887
Total do resultado abrangente	177.442	100.898	(157.165)	177.444	100.898	(157.159)
Atribuível aos quotistas:						
Não controladores				2	-	6
Controladores				177.442	100.898	(157.165)
				177.444	100.898	(157.159)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

C&A Modas Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Atribuível aos quotistas controladores					Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva de capital	Resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)		690.712	10.516	11.820	70.396	783.444	9	783.453
Prejuízo do exercício		-	-	-	(141.278)	(141.278)	-	(141.278)
Aumento de capital	21	200.000	-	-	-	200.000	-	200.000
Outros resultados abrangentes:								
Resultados com derivativos	25	-	-	(24.071)	-	(24.071)	-	(24.071)
Efeitos tributários	25	-	-	8.184	-	8.184	-	8.184
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)		890.712	10.516	(4.067)	(70.882)	826.279	9	826.288
Lucro líquido do exercício		-	-	-	96.880	96.880	(8)	96.872
Aumento de capital	21	145.008	-	-	-	145.008	-	145.008
Juros sobre o capital próprio	21	-	-	-	(65.673)	(65.673)	-	(65.673)
Outros resultados abrangentes:								
Resultados com derivativos	25	-	-	6.088	-	6.088	-	6.088
Efeitos tributários	25	-	-	(2.070)	-	(2.070)	-	(2.070)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)		1.035.720	10.516	(49)	(39.675)	1.006.512	1	1.006.513
Lucro líquido do exercício		-	-	-	173.634	173.634	1	173.635
Juros sobre o capital próprio	21	-	-	-	(68.917)	(68.917)	-	(68.917)
Outros resultados abrangentes:								
Resultados com derivativos	25	-	-	5.769	-	5.769	-	5.769
Efeitos tributários	25	-	-	(1.961)	-	(1.961)	-	(1.961)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)		1.035.720	10.516	3.759	65.042	1.115.037	2	1.115.039

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

C&A Modas Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora			Consolidado		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Atividades operacionais						
Lucro antes dos impostos sobre a renda	225.206	140.198	(206.187)	225.550	141.547	(204.914)
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro antes dos impostos com o fluxo de caixa:						
Depreciação e amortização	205.224	197.897	202.684	205.224	197.897	202.684
Perda na venda ou baixa do imobilizado e intangível	38.504	20.398	53.157	38.504	20.398	53.157
Provisão para redução (reversão de provisão) ao valor recuperável do imobilizado e intangível	(24.561)	8.849	(47.715)	(24.561)	8.849	(47.715)
Provisão (reversão de provisão) para perda de créditos esperadas	318	(2.258)	15.480	318	(2.258)	15.480
Ajuste a valor presente do contas a receber e fornecedores	1.463	(4.841)	2.440	1.463	(4.841)	2.440
Provisões (reduções de provisões) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	973	50.795	34.731	973	50.795	34.731
Depósitos Judiciais	(1.353)	(2.250)	(2.599)	(1.353)	(2.250)	(2.599)
Provisão para perda nos estoques	53.013	59.706	48.308	53.013	59.706	48.308
Equivalência patrimonial	(756)	269	(2.483)	-	-	-
Juros sobre empréstimos – partes relacionadas	41.149	69.318	96.056	41.149	69.318	96.056
Variação cambial sobre empréstimos – partes relacionadas	86.273	26.262	(219.353)	86.273	26.262	(219.353)
Derivativos	(23.204)	47.385	380.277	(23.204)	47.385	380.277
Variações nos ativos e passivos:						
Contas a receber de clientes	(73.223)	(44.561)	(115.702)	(73.439)	(44.495)	(115.530)
Partes relacionadas	(14.561)	2.596	(59.048)	(14.561)	2.606	(58.945)
Estoques	(64.200)	(5.770)	97.376	(64.200)	(5.770)	97.376
Tributos a recuperar	27.614	(18.630)	51.853	27.952	(17.821)	51.814
Outros créditos	(1.312)	(1.618)	6.170	(1.312)	(1.618)	6.170
Depósitos judiciais	(50.055)	(2.884)	6.706	(50.321)	(1.806)	6.686
Fornecedores	(2.707)	65.733	32.931	(2.707)	65.732	32.950
Obrigações trabalhistas	(5.857)	31.278	15.570	(5.857)	31.278	15.570
Outras contas a pagar	(1.264)	(1.465)	(37.667)	(1.263)	(2.364)	(37.668)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(23.194)	(47.160)	-	(23.194)	(47.160)	-
Tributos a pagar	(30.142)	7.478	(4.113)	(30.496)	5.912	(6.623)
Impostos de renda e contribuição social pagos	(5.137)	(1.780)	-	(5.415)	(1.780)	1.028
Fluxo de caixa originado das atividades operacionais	358.211	594.945	348.872	358.536	595.522	351.380
Atividades de investimento						
Aquisição de imobilizado	(245.493)	(90.370)	(115.134)	(245.493)	(90.370)	(115.134)
Aquisição de intangível	(966)	(3)	(3.482)	(966)	(3)	(3.482)
Recebimento por vendas de ativos imobilizados	51	225	-	51	225	-
Efeito no caixa decorrente de incorporação de controlada	-	28	-	-	-	-
Dividendos recebidos	-	2.495	3.693	-	-	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(246.408)	(87.625)	(114.923)	(246.408)	(90.148)	(118.616)
Atividades de financiamento						
Aumento de capital	-	145.008	200.000	-	145.008	200.000
Novos empréstimos	835.432	910.420	322.400	835.432	910.420	322.400
Pagamento do principal dos empréstimos	(861.721)	(1.401.647)	(322.400)	(861.721)	(1.401.647)	(322.400)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(43.583)	(78.366)	(98.599)	(43.583)	(78.366)	(98.599)
Liquidação de derivativos	28.070	(138.440)	(46.203)	28.070	(138.440)	(46.203)
Arrendamento mercantil	(257)	(287)	(321)	(257)	(287)	(321)
Não controladores	-	-	-	1	(8)	(5)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos, líquido de impostos	(55.823)	-	(12.000)	(55.823)	-	(12.000)
Fluxo de caixa originado das (aplicado nas) atividades de financiamento	(97.882)	(563.312)	42.877	(97.881)	(563.320)	42.872
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	13.921	(55.992)	276.826	14.247	(57.946)	275.636
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	431.002	486.994	210.168	431.759	489.705	214.069
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	444.923	431.002	486.994	446.006	431.759	489.705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

C&A Modas Ltda.

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora			Consolidado		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Receitas	6.607.194	6.554.158	6.318.836	6.609.245	6.556.297	6.325.200
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.603.148	6.547.109	6.315.398	6.605.199	6.549.382	6.321.762
Outras receitas	4.364	4.791	9.912	4.364	4.791	9.912
Provisão/Reversão de Perdas Crédito Esperada	(318)	2.258	(6.474)	(318)	2.124	(6.474)
Insumos adquiridos de terceiros	(4.131.600)	(4.083.445)	(4.277.652)	(4.132.455)	(4.084.455)	(4.280.428)
Custos Prods. Mercs e Servs Vendidos	(3.382.449)	(3.363.629)	(3.561.514)	(3.382.451)	(3.363.630)	(3.561.515)
Materiais, energia, Servs. De terceiros e Outros	(696.667)	(651.573)	(657.305)	(697.520)	(652.582)	(660.080)
Perda/recuperação de Valores ativos	(52.484)	(68.243)	(58.833)	(52.484)	(68.243)	(58.833)
Valor adicionado bruto	2.475.594	2.470.713	2.041.184	2.476.790	2.471.842	2.044.772
Retenções	(205.224)	(197.897)	(202.684)	(205.224)	(197.897)	(202.684)
Depreciação e Amortização	(205.224)	(197.897)	(202.684)	(205.224)	(197.897)	(202.684)
Valor adicionado líquido produzido	2.270.370	2.272.816	1.838.500	2.271.566	2.273.945	1.842.088
Valor adicionado recebido em transferência	186.932	167.865	516.396	186.189	168.253	514.398
Resultado de Equivalência Patrimonial	756	(269)	2.484	-	-	-
Receitas financeiras	168.984	168.134	513.912	168.997	168.253	514.398
Resultado com derivativo positivo	17.192	-	-	17.192	-	-
Valor adicionado total a distribuir	2.457.302	2.440.681	2.354.896	2.457.755	2.442.198	2.356.486
Distribuição do valor adicionado	2.457.302	2.440.681	2.354.896	2.457.756	2.442.198	2.356.486
Pessoal	702.633	720.778	684.245	702.633	720.779	684.245
Remuneração direta	512.057	535.901	497.016	512.057	535.901	497.016
Benefícios	119.492	113.645	114.307	119.492	113.645	114.307
F.G.T.S.	46.787	48.445	48.424	46.787	48.445	48.424
Outros	24.297	22.787	24.498	24.297	22.788	24.498
Impostos, Taxas e contribuições	801.245	854.514	681.786	801.683	855.983	683.349
Federais	241.082	298.594	204.481	241.520	300.063	206.044
Estaduais	518.237	513.837	437.902	518.237	513.837	437.902
Municipais	41.926	42.083	39.403	41.926	42.083	39.403
Remuneração de capitais de terceiros	779.790	768.509	1.130.143	779.804	768.556	1.130.164
Aluguéis	462.944	445.149	418.406	462.944	445.149	418.406
Despesas financeiras	316.846	293.154	407.480	316.860	293.201	407.501
Resultado com derivativo negativo	-	30.206	304.257	-	30.206	304.257
Remuneração de capitais próprios	173.634	96.880	(141.278)	173.636	96.880	(141.272)
Juros sobre o capital próprio	68.917	65.674	-	68.917	65.674	-
Lucros retidos (prejuízo) do período	104.717	31.206	(141.278)	104.719	31.206	(141.272)

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

a) Objeto social

A C&A Modas Ltda. (doravante denominada “Empresa” ou “Controladora”), atualmente denominada C&A Modas S.A., domiciliada no Brasil, constituída como uma sociedade empresária limitada, tem sua sede social localizada na Alameda Araguaia, nº 1.222 - Barueri - São Paulo - Brasil. A Empresa tem como controlador final a Cofra Holding AG, sediada na Suíça.

A Empresa tem como atividade preponderante:

- Comercialização no varejo, em lojas físicas e no mercado eletrônico, de vestuário, compreendendo roupas masculinas, femininas e infanto-juvenis, calçados, bolsas, acessórios, além de aparelhos telefônicos celulares, relógios, bijuterias, entre outros; e
- Prestação de serviços de intermediação de concessão de crédito para financiamento de compras, emissão de cartão de crédito e empréstimos pessoais, além de intermediação no agenciamento e promoção para a distribuição de seguros, títulos de capitalização e produtos correlatos de sociedades seguradoras e quaisquer terceiros que detenham tais produtos.

b) Principais eventos ocorridos entre 2016 a 2018

Em 31 de dezembro de 2017, as controladas Avanti Propaganda Ltda. e Mondial Impex Ltda. foram incorporadas pela Empresa. O acervo líquido incorporado foi avaliado pelo valor contábil. A participação societária percentual em cada uma delas até a data da incorporação era de 99% e 99,88%, respectivamente.

A seguir são apresentados os balanços patrimoniais utilizados para a incorporação:

AVANTI em 31 de dezembro de 2017			
Ativo		Passivo	
Caixa e equivalentes de caixa	36	Tributos a pagar	46
Tributos a recuperar	483		
Circulante	519	Circulante	46
Depósitos judiciais	195	Mútuo a pagar	91
Não circulante	195	Não circulante	91
		Total do Passivo	137
		Patrimônio Líquido	577
Total do Ativo	714	Total do acervo líquido contábil	714

MONDIAL - 31 de dezembro de 2017

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo		Passivo	
Caixa e equivalentes de caixa	-	Tributos a pagar	8
Tributos a recuperar	7		
Circulante	7	Circulante	8
Depósitos judiciais	704	Mútuo a pagar	22
Não circulante	704	Não circulante	22
		Total do Passivo	30
		Patrimônio Líquido	681
Total do Ativo	711	Total do do acervo líquido contábil	711

2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional de suas operações.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Empresa, conforme Orientação Técnica OPC07.

A Administração avaliou a capacidade da Empresa e de sua controlada em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 foi autorizada pela Administração em 29 de agosto de 2019.

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa e de sua controlada.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Reapresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram reapresentadas, em conexão com o pedido de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, para apresentar a demonstração de valor adicionado e resultado por quota e para o aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas, relativas, principalmente, a partes relacionadas e a análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros na nota de instrumentos financeiros e riscos de mercado.

Adicionalmente, após a emissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração identificou ajustes e reclassificações que afetam os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, bem como as demonstrações dos resultados para os exercícios findos naquelas datas. Consequentemente, a Empresa está reapresentando as demonstrações contábeis compreendendo esses exercícios.

Os ajustes e reclassificações no balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2016 não geraram efeitos materiais nos saldos de abertura que impactem a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

As demonstrações do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido foram reapresentadas em decorrência dos ajustes no lucro (prejuízo) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018

31 de dezembro de 2018	Referência	Controladora			Consolidado		
		Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	(a)	495.438	(50.515)	444.923	496.726	(50.720)	446.006
Contas a receber		1.142.594	-	1.142.594	1.142.836	-	1.142.836
Derivativos		55.067	-	55.067	55.067	-	55.067
Partes relacionadas		764	-	764	259	-	259
Estoques	(b)	506.190	(15.576)	490.614	506.190	(15.576)	490.614
Tributos a recuperar	(f)	42.630	(25.501)	17.129	42.847	(25.710)	17.137
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(f)	-	25.501	25.501	-	25.710	25.710
Outros ativos		17.940	-	17.940	17.940	-	17.940
Total do ativo circulante		2.260.623	(66.091)	2.194.532	2.261.865	(66.296)	2.195.569
Não circulante							
Tributos a recuperar		7.649	-	7.649	7.649	-	7.649
Tributos diferidos	(b)	365.347	5.296	370.643	365.347	5.296	370.643
Depósitos judiciais	(c)	24.018	43.730	67.748	24.018	43.730	67.748
Outros ativos		2.903	-	2.903	2.903	-	2.903
Investimentos		905	-	905	-	-	-
Imobilizado		636.927	-	636.927	636.927	-	636.927
Intangível		196.898	-	196.898	196.898	-	196.898
Total do ativo não circulante		1.234.647	49.026	1.283.673	1.233.742	49.026	1.282.768
Total do ativo		3.495.270	(17.065)	3.478.205	3.495.607	(17.270)	3.478.337

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 de dezembro de 2018	Referência	Controladora			Consolidado		
		Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Passivo							
Circulante							
Arrendamento mercantil		230	-	230	230	-	230
Fornecedores	(d)	611.475	67.347	678.822	611.476	67.370	678.846
Derivativos		403	-	403	403	-	403
Contas a pagar	(a) / (d)	155.616	(155.616)	-	155.844	(155.844)	-
Obrigações trabalhistas		130.922	-	130.922	130.922	-	130.922
Partes relacionadas		711.574	-	711.574	711.575	-	711.575
Tributos a recolher	(c) / (f)	192.521	(31.600)	160.921	192.627	(31.698)	160.929
Imposto e contribuição social a recolher	(f)	-	26.468	26.468	-	26.566	26.566
Outros passivos	(d)	2.843	37.754	40.597	2.843	37.754	40.597
		1.805.584	(55.647)	1.749.937	1.805.920	(55.852)	1.750.068
Não circulante							
Arrendamento mercantil		1.618	-	1.618	1.618	-	1.618
Partes relacionadas		313.450	-	313.450	313.450	-	313.450
Obrigações trabalhistas		4.058	-	4.058	4.058	-	4.058
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(c)	213.745	48.862	262.607	213.745	48.862	262.607
Outros passivos		31.498	-	31.498	31.497	-	31.497
		564.369	48.862	613.231	564.368	48.862	613.230
Patrimônio líquido							
Capital social		1.035.720	-	1.035.720	1.035.720	-	1.035.720
Reserva de capital		10.516	-	10.516	10.516	-	10.516
Lucros (prejuízos) acumulados	(b)	75.322	(10.280)	65.042	75.322	(10.280)	65.042
Resultados abrangentes		3.759	-	3.759	3.759	-	3.759
		1.125.317	(10.280)	1.115.037	1.125.317	(10.280)	1.115.037
Participação de não controladores							
		-	-	-	2	-	2
						-	
Total do patrimônio líquido		1.125.317	(10.280)	1.115.037	1.125.319	(10.280)	1.115.039
Total do passivo e patrimônio líquido		3.495.270	(17.065)	3.478.205	3.495.607	(17.270)	3.478.337

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações do resultado – exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Referên cia	Controladora			Consolidado			
	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados	
Receita líquida	(e)	4.980.741	183.663	5.164.404	4.982.697	183.663	5.166.360
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(b)	(2.633.334)	16.117	(2.617.217)	(2.634.054)	16.837	(2.617.217)
Lucro bruto		2.347.407	199.780	2.547.187	2.348.643	200.500	2.549.143
(Despesas) e receitas operacionais:							
Gerais e administrativas	(b)	(658.826)	177.447	(481.379)	(658.959)	176.726	(482.233)
Vendas	(b)	(1.543.845)	(156.038)	(1.699.883)	(1.543.845)	(156.038)	(1.699.883)
Equivalência patrimonial		756	-	756	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(10.806)	-	(10.806)	(10.807)	1	(10.806)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		134.686	221.189	355.875	135.032	221.189	356.221
Resultado com derivativos		17.192	-	17.192	17.192	-	17.192
Despesas financeiras	(b)	(293.713)	(23.132)	(316.845)	(293.728)	(23.132)	(316.860)
Receitas financeiras	(e) / (b)	367.540	(198.556)	168.984	367.552	(198.555)	168.997
Resultado financeiro		91.019	(221.688)	(130.669)	91.016	(221.687)	(130.671)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		225.705	(499)	225.206	226.048	(498)	225.550
Tributos sobre o lucro		(51.742)	170	(51.572)	(52.084)	170	(51.914)
Lucro líquido do exercício		173.963	(329)	173.634	173.964	(328)	173.636
Atribuível aos quotistas:							
Não controladores					1	1	2
Controladores					173.963	(329)	173.634
					173.964	(328)	173.636

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações dos fluxos de caixa – exercício findo em 31 de dezembro de 2018

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Fluxo de caixa originado das atividades operacionais	345.590	12.621	358.211	345.924	12.612	358.536
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(241.279)	(5.129)	(246.408)	(241.279)	(5.129)	(246.408)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(97.882)	-	(97.882)	(97.881)	-	(97.881)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	6.429	7.492	13.921	6.764	7.483	14.247
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	489.009	(58.007)	431.002	489.962	(58.203)	431.759
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	495.438	(50.515)	444.923	496.726	(50.720)	446.006

b) Demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017

	Referência	Controladora			Consolidado		
		Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	(a)	489.009	(58.007)	431.002	489.962	(58.203)	431.759
Contas a receber		1.070.664	-	1.070.664	1.070.690	-	1.070.690
Derivativos		53.835	-	53.835	53.835	-	53.835
Partes relacionadas		1.037	-	1.037	1.031	-	1.031
Estoques	(b)	494.504	(15.077)	479.427	494.504	(15.077)	479.427
Tributos a recuperar	(f)	72.600	(36.190)	36.410	72.877	(36.459)	36.418
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(f)	0	36.190	36.190	0	36.459	36.459
Outros ativos		15.968	-	15.968	15.968	-	15.968
Total do ativo circulante		2.197.617	(73.084)	2.124.533	2.198.867	(73.280)	2.125.587
Não circulante							
Tributos a recuperar		2.396	-	2.396	2.396	-	2.396
Tributos diferidos	(b)	393.685	5.126	398.811	393.685	5.126	398.811
Depósitos judiciais	(c)	7.939	44.607	52.546	7.939	44.341	52.280
Outros ativos		3.563	-	3.563	3.563	-	3.563
Investimentos		648	-	648	-	-	-
Imobilizado		612.572	-	612.572	612.572	-	612.572
Intangível		199.090	-	199.090	199.090	-	199.090
Total do ativo não circulante		1.219.893	49.733	1.269.626	1.219.245	49.467	1.268.712
Total do ativo		3.417.510	(23.351)	3.394.159	3.418.112	(23.813)	3.394.299

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Referência	Controladora			Consolidado		
		Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Passivo							
Circulante							
Arrendamento mercantil		257	-	257	257	-	257
Fornecedores	(d)	626.901	59.269	686.170	626.901	59.292	686.193
Derivativos		74	-	74	74	-	74
Contas a pagar	(d) / (a)	148.022	(148.022)	-	148.242	(148.242)	-
Obrigações trabalhistas		136.866	-	136.866	136.866	-	136.866
Partes relacionadas		980.051	-	980.051	980.051	-	980.051
Tributos a recolher	(c) / (f)	194.815	(13.654)	181.161	195.197	(14.027)	181.170
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(f)	-	2.907	2.907	-	3.014	3.014
Outros passivos	(d)	4.484	30.746	35.230	4.483	30.747	35.230
		2.091.470	(68.754)	2.022.716	2.092.071	(69.216)	2.022.855
Não circulante							
Arrendamento mercantil		1.848	-	1.848	1.848	-	1.848
Obrigações trabalhistas		3.971	-	3.971	3.971	-	3.971
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(c)	265.680	55.354	321.034	265.680	55.354	321.034
Outros passivos		38.078	-	38.078	38.078	-	38.078
		309.577	55.354	364.931	309.577	55.354	364.931
Patrimônio líquido							
Capital social		1.035.720	-	1.035.720	1.035.720	-	1.035.720
Reserva de capital		10.516	-	10.516	10.516	-	10.516
Lucros (prejuízos) acumulados	(b)	(29.724)	(9.951)	(39.675)	(29.724)	(9.951)	(39.675)
Resultados abrangentes		(49)	-	(49)	(49)	-	(49)
Total participação de controladores		1.016.463	(9.951)	1.006.512	1.016.463	(9.951)	1.006.512
Participação de quotistas não controladores		-	-	-	1	-	1
		1.016.463	(9.951)	1.006.512	1.016.464	(9.951)	1.006.513
		3.417.510	(23.351)	3.394.159	3.418.112	(23.813)	3.394.299

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações do resultado – exercício findo em 31 de dezembro de 2017

	Referência	Controladora			Consolidado		
		Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Receita líquida	(e)	4.890.858	142.607	5.033.465	4.893.003	142.607	5.035.610
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(b)	(2.657.684)	43.599	(2.614.085)	(2.658.511)	44.426	(2.614.085)
Lucro bruto		2.233.174	186.206	2.419.380	2.234.492	187.033	2.421.525
(Despesas) e receitas operacionais:							
Gerais e administrativas	(b)	(586.136)	77.318	(508.818)	(586.309)	76.488	(509.821)
Vendas	(b)	(1.538.975)	(57.739)	(1.596.714)	(1.539.112)	(57.736)	(1.596.848)
Equivalência patrimonial		(269)	-	(269)	-	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas		(18.155)	-	(18.155)	(18.156)	-	(18.156)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		89.639	205.785	295.424	90.915	205.785	296.700
Resultado com derivativos		(30.206)	-	(30.206)	(30.206)	-	(30.206)
Despesas financeiras	(b)	(254.295)	(38.859)	(293.154)	(254.341)	(38.859)	(293.200)
Receitas financeiras	(e) / (b)	333.691	(165.557)	168.134	333.810	(165.557)	168.253
Resultado financeiro		49.190	(204.416)	(155.226)	49.263	(204.416)	(155.153)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		138.829	1.369	140.198	140.178	1.369	141.547
Tributos sobre o lucro		(42.852)	(466)	(43.318)	(44.201)	(466)	(44.667)
Lucro líquido do exercício		95.977	903	96.880	95.977	903	96.880
Atribuível aos quotistas:							
Não controladores					-	-	-
Controladores					95.977	903	96.880
					95.977	903	96.880

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações dos fluxos de caixa – exercício findo em 31 de dezembro de 2017

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Fluxo de caixa originado das atividades operacionais	631.910	(36.965)	594.945	629.710	(34.188)	595.522
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(96.240)	8.615	(87.625)	(96.240)	6.092	(90.148)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(563.312)	-	(563.312)	(563.320)	-	(563.320)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(27.642)	(28.350)	(55.992)	(29.850)	(28.096)	(57.946)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	516.651	(29.657)	486.994	519.812	(30.107)	489.705
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	489.009	(58.007)	431.002	489.962	(58.203)	431.759

c) Demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016

	Referência	Controladora		Consolidado			
		Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	(a)	516.651	(29.657)	486.994	519.812	(30.107)	489.705
Contas a receber		1.012.919	-	1.012.919	1.013.011	-	1.013.011
Derivativos		35.463	-	35.463	35.463	-	35.463
Partes relacionadas		3.366	-	3.366	767	-	767
Estoques	(b)	549.810	(13.231)	536.579	549.810	(13.231)	536.579
Tributos a recuperar	(f)	54.149	(9.813)	44.336	55.725	(11.359)	44.366
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(f)	-	9.813	9.813	-	11.359	11.359
Outros ativos		13.393	-	13.393	13.393	-	13.393
Total do ativo circulante		2.185.751	(42.888)	2.142.863	2.187.981	(43.338)	2.144.643
Não circulante							
Tributos a recuperar		1.727	-	1.727	1.727	-	1.727
Tributos diferidos	(b)	434.467	5.592	440.059	434.467	5.592	440.059
Depósitos judiciais	(c)	5.492	44.170	49.662	6.347	44.127	50.474
Outros ativos		4.520	-	4.520	4.520	-	4.520
Derivativos		49.457	-	49.457	49.457	-	49.457
Investimentos		2.167	-	2.167	-	-	-
Imobilizado		780.251	-	780.251	780.251	-	780.251
Intangível		160.045	-	160.045	160.045	-	160.045
Total do ativo não circulante		1.438.126	49.762	1.487.888	1.436.814	49.719	1.486.533
Total do ativo		3.623.877	6.874	3.630.751	3.624.795	6.381	3.631.176

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Referência	Controladora			Consolidado		
		Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Passivo							
Circulante							
Arrendamento mercantil		287	-	287	287	-	287
Fornecedores	(d)	540.876	68.105	608.981	540.899	68.106	609.005
Derivativos		128.302	-	128.302	128.302	-	128.302
Contas a pagar	(d) / (a)	121.919	(121.919)	-	122.369	(122.369)	-
Obrigações trabalhistas		104.360	-	104.360	104.360	-	104.360
Partes relacionadas		694.909	-	694.909	694.914	-	694.914
Tributos a recolher	(c)/(f)	183.948	(10.746)	173.202	184.379	(11.137)	173.242
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(f)	-	-	-	-	348	348
Outros passivos	(d)	8.579	27.373	35.952	8.579	27.372	35.951
		<u>1.783.180</u>	<u>(37.187)</u>	<u>1.745.993</u>	<u>1.784.089</u>	<u>(37.680)</u>	<u>1.746.409</u>
Não circulante							
Arrendamento mercantil		2.105	-	2.105	2.105	-	2.105
Partes relacionadas		690.606	-	690.606	690.606	-	690.606
Obrigações trabalhistas		5.199	-	5.199	5.199	-	5.199
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(c)	264.733	54.916	319.649	264.733	54.916	319.649
Outros passivos		40.920	-	40.920	40.920	-	40.920
		<u>1.003.563</u>	<u>54.916</u>	<u>1.058.479</u>	<u>1.003.563</u>	<u>54.916</u>	<u>1.058.479</u>
Patrimônio líquido							
Capital social		890.712	-	890.712	890.712	-	890.712
Reserva de capital		10.516	-	10.516	10.516	-	10.516
Lucros (prejuízos) acumulados	(b)	(60.027)	(10.855)	(70.882)	(60.027)	(10.855)	(70.882)
Resultados abrangentes		(4.067)	-	(4.067)	(4.067)	-	(4.067)
Total participação de controladores		<u>837.134</u>	<u>(10.855)</u>	<u>826.279</u>	<u>837.134</u>	<u>(10.855)</u>	<u>826.279</u>
Participação de quotistas não controladores		-	-	-	9	-	9
		<u>837.134</u>	<u>(10.855)</u>	<u>826.279</u>	<u>837.143</u>	<u>(10.855)</u>	<u>826.288</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>3.623.877</u>	<u>6.874</u>	<u>3.630.751</u>	<u>3.624.795</u>	<u>6.381</u>	<u>3.631.176</u>

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações do resultado – exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Referência	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Receita líquida (e)	4.702.148	72.502	4.774.650	4.708.192	72.502	4.780.694
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados (b)	(2.825.996)	50.140	(2.775.856)	(2.828.597)	52.741	(2.775.856)
Lucro bruto	1.876.152	122.642	1.998.794	1.879.595	125.243	2.004.838
(Despesas) e receitas operacionais:						
Gerais e administrativas (b)	(572.954)	94.027	(478.927)	(573.105)	91.426	(481.679)
Vendas (b)	(1.462.006)	(74.145)	(1.536.151)	(1.462.007)	(74.144)	(1.536.151)
Equivalência patrimonial	2.483	-	2.483	-	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	5.439	-	5.439	5.438	-	5.438
Prejuízo antes do resultado financeiro	(150.886)	142.524	(8.362)	(150.079)	142.525	(7.554)
Resultado com derivativos	(304.257)	-	(304.257)	(304.257)	-	(304.257)
Despesas financeiras (b)	(366.685)	(40.795)	(407.480)	(366.706)	(40.795)	(407.501)
Receitas financeiras (e) / (b)	617.760	(103.848)	513.912	618.246	(103.848)	514.398
Resultado financeiro	(53.182)	(144.643)	(197.825)	(52.717)	(144.643)	(197.360)
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro	(204.068)	(2.119)	(206.187)	(202.796)	(2.118)	(204.914)
Tributos sobre o lucro	64.189	720	64.909	62.922	720	63.642
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(139.879)	(1.399)	(141.278)	(139.874)	(1.398)	(141.272)
Atribuível aos quotistas:						
Não controladores				5	1	6
Controladores				(139.879)	(1.399)	(141.278)
				(139.874)	(1.398)	(141.272)

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações dos fluxos de caixa – exercício findo em 31 de dezembro de 2016

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Fluxo de caixa originado das atividades operacionais	349.649	(777)	348.872	351.442	(62)	351.380
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(106.489)	(8.434)	(114.923)	(110.182)	(8.434)	(118.616)
Fluxo de caixa originado das atividades de financiamento	42.877	-	42.877	42.870	2	42.872
		-			-	
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	286.037	(9.211)	276.826	284.130	(8.494)	275.636
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	230.614	(20.446)	210.168	235.682	(21.613)	214.069
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	516.651	(29.657)	486.994	519.812	(30.107)	489.705

- (a) A Empresa presta serviços de intermediação financeira de recebimento de boletos para a instituição financeira Bradesco, tais como: recebimento de faturas das concessionárias públicas conveniadas de água, luz, telefone e gás, faturas de cartões de crédito de bancos em geral, boletos bancários com ou sem contraparte. Os valores em contras transitórias de recebimentos em processamento de repasse ao Bradesco, previamente apresentados separadamente entre ativos e passivos circulantes, não compreendem à direito ou obrigação independentes e para melhor apresentação nas demonstrações contábeis, passaram a ser compensados entre si.
- (b) A Administração revisitou sua política de capitalização de custos de compras e a divulgação de custos e despesas por natureza, apurando e corrigindo os seguintes ajustes às demonstrações contábeis anteriormente apresentadas:

	2018	2017	2016
i) Reversão de capitalização de custos de fretes, efeito de impostos sobre este ajuste e apresentação dos custos de fretes como despesas com vendas.			
Estoques	(12.287)	(11.892)	(15.734)
Tributos diferidos	4.178	4.044	5.350
Ativo	(8.109)	(7.848)	(10.384)
Lucros (prejuízos) acumulados	7.848	10.384	8.005
Patrimônio	7.848	10.384	8.005
Despesas com vendas – Fretes	155.011	54.610	22.157
Gerais e administrativas	(154.616)	(58.452)	(18.552)
Tributos sobre o lucro -diferido	(134)	1.306	(1.226)
Resultado Líquido	261	(2.536)	2.379
ii) Ajustes de capitalização de custos de manuseio de importações, impostos sobre estes ajustes e apresentação como Custos de mercadorias vendidas.			
Estoques	(3.289)	(3.185)	(712)
Tributos diferidos ativos	1.118	1.083	242
Ativo	(2.171)	(2.102)	(470)
Lucros (prejuízos) acumulados	2.102	470	1.452
Resultado Líquido	2.102	470	1.452
Custo de mercadorias vendidas	21.908	18.210	22.000
Gerais e administrativas	(22.831)	(18.866)	(17.532)
Despesas com vendas	1.027	3.129	(5.956)
Tributos sobre o lucro -diferido	(35)	(841)	506
Resultado Líquido	69	1.632	(982)
iii) Apresentação de despesas com publicidade e propaganda como despesas com vendas.			
Gerais e administrativas	-	-	(57.944)
Despesas com vendas -Fretes	-	-	57.944
Resultado Líquido	-	-	-
iv) Reclassificação da reversão do ajuste a valor presente de fornecedores pela passagem do tempo, do custo da mercadoria vendida para despesa financeira e reclassificação do custo da operação de desconto de fornecedores da receita financeira para despesa financeira			
Estoques	-	-	3.216
Ativo	-	-	3216

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fornecedores	-	-	(3.216)
Passivo	-	-	(3216)
Custo de Mercadorias Vendidas	(38.025)	(61.809)	(72.141)
Despesas financeiras	23.132	38.859	40.795
Receitas financeiras	14.893	22.950	31.346
Resultado Líquido	-	-	-

i) A Empresa capitalizava os custos relativos ao frete incorrido para transporte de suas mercadorias dos centros de distribuição para as lojas da rede de atendimento ao público. A Administração revisou essa prática e elegeu pela contabilização desses custos diretamente no resultado do exercício do custo incorrido como Despesas com vendas.

ii) Em revisão dos processos de capitalização, a Administração identificou melhorias no processo de capitalização de custos de importação e na classificação destas transações por natureza, que eram previamente apresentados como despesas de vendas, passando a serem apresentadas como custos de mercadorias vendidas.

iii) Em melhoria na apresentação das informações de custos e despesas por natureza, a Administração identificou e corrigiu a comparabilidade de gastos com publicidade e propaganda incorridos em 2016, mantendo as classificações desta natureza comparativa com as apresentações dos exercícios seguintes.

iv) Os ajustes a valor presente passivos com fornecedores passaram a ser apresentados como despesas financeiras e a receita com desconto de fornecedores passou a ser apresentada líquida dessa despesa. A Administração considera que essa apresentação reflete melhor a operação da Empresa.

(c) i) Os depósitos judiciais (R\$48.862, R\$55.354 e R\$54.916 em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, respectivamente) eram apresentados como redutores do passivo de provisão para contingências quando vinculados aos litígios tributários, cíveis e trabalhistas. Os depósitos passaram a ser apresentados separadamente como ativo financeiro não circulante e somente os depósitos judiciais relativos à matérias de exigibilidade suspensa foram mantidos como redutores da relativa provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

ii) A Administração identificou e corrigiu pendências de compensação de passivos do REFIS a pagar que já estavam quitados, porém não haviam sido compensados com os relativos depósitos judiciais, no montante de R\$5.132, R\$10.747 e R\$10.746 em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, respectivamente.

(d) A Administração eliminou a rubrica de “contas a pagar” do balanço patrimonial simplificando a apresentação do passivo, conforme a natureza dos saldos, reclassificou

i) na Controladora: R\$67.347, R\$59.269 e R\$64.889 em 2018, 2017 e 2016, respectivamente, para a rubrica de Fornecedores e R\$37.754, R\$30.746 e R\$27.373 em 2018, 2017 e 2016, respectivamente, para a rubrica de Outros passivos.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) no Consolidado: R\$67.370, R\$59.292 e R\$64.890 em 2018, 2017 e 2016, respectivamente, para a rubrica de Fornecedores e R\$37.754, R\$30.747 e R\$27.372 em 2018, 2017 e 2016, respectivamente, para a rubrica de Outros passivos.

- (e) A Empresa atua em parceria com Bradescard, oferecendo aos clientes que frequentam as lojas da C&A serviços financeiros e cartões de crédito com a marca Bradesco. Anteriormente, as receitas advindas desta parceria vinham sendo apresentadas como receita financeira. Entretanto, como a Empresa atua como uma agente comissionada na intermediação e concretização da operação, esta operação possui natureza similar às comissões na venda de recarga de celular e de seguros, que são classificadas como receita líquida. Portanto, visando proporcionar uma classificação consistente, a Administração reclassificou as receitas de comissões com o Bradescard para receita líquida no montante de R\$183.663, R\$142.607 e R\$72.502 em 2018, 2017 e 2016, respectivamente.
- (f) O imposto de renda e contribuição social a recuperar e recolher, antes classificados com os demais tributos, passaram a ser divulgados em uma rubrica específica nos balanços patrimoniais.

Os ajustes nas atividades operacionais e de investimentos nas demonstrações dos fluxos de caixa foram decorrentes dos ajustes descritos acima.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Empresa e de suas controladas Orion Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., Mondial Impex Ltda., e Avanti Propaganda Ltda. (as duas últimas foram consolidadas até 31 de dezembro de 2017, data em que foram incorporadas, conforme mencionado na Nota 1).

O exercício social das controladas é coincidente com o da Controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme por todas as Empresas consolidadas.

Na consolidação todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre as empresas consolidadas foram eliminados. O resultado do período é atribuído aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores.

A Mondial Impex Ltda. ("Mondial") encontrava-se dormente e tinha como objetivo explorar o comércio, importar, exportar, produzir e negociar, sob quaisquer modalidades e condições, por conta própria ou de terceiros, bens e produtos acabados e semiacabados, matérias-primas e equipamentos, ou quaisquer outros de interesse da Empresa, prestar serviços de distribuição, despacho e logística e participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, como sócia ou quotista. Em agosto de 2009, a Mondial paralisou suas operações de importações de mercadorias, as quais passaram a ser efetuadas diretamente pela própria Controladora.

A Avanti Propaganda Ltda. ("Avanti") encontrava-se dormente e tinha como atividades o estudo, a concepção, a produção, a distribuição e o agenciamento de propaganda aos veículos de divulgação em geral, por ordem e conta de clientes - anunciantes, promotoras, agenciamentos de anúncios junto aos órgãos da imprensa falada, escrita e televisada, execução de estudos de marketing, prestação de serviços inerentes à promoção de produtos e serviços e a divulgação de informações, inclusive produção e comercialização de peças promocionais.

A Orion Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Orion") é uma sociedade anônima fechada e tem como objeto social a aquisição de créditos originados pelo sistema financeiro e a gestão de carteiras de créditos próprios e/ou de terceiros.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Políticas contábeis

4.1. Reconhecimento de receitas e custos

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos. Para ser reconhecida, a transação deve atender aos critérios para o reconhecimento descritos na Nota 4.20. Os critérios específicos, a seguir, também devem ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos à vista e a prazo é reconhecida quando a Empresa cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente comprador.

b) Prestação de serviços

A receita da prestação de serviços é reconhecida quando os serviços são efetivamente prestados, que caracteriza o cumprimento da obrigação de desempenho pela Empresa.

c) Recebíveis

A controlada Orion reconhece a receita somente por ocasião da liquidação dos títulos vencidos há longa data pertencentes à sua carteira de recebíveis, cujo direito creditório foi adquirido do Banco Bradesco. Essa política foi adotada devido à incerteza do recebimento desses títulos por parte do devedor junto ao Banco Bradesco, o qual repassa o recurso recebido para a Orion subsequentemente.

d) Direito de devolução

As operações de venda seguidas de devolução ocorrem substancialmente nas operações de *e-commerce* e, atualmente, não são significativas para ensejar registro de estimativas na data do balanço. Outras devoluções que ocorrem fisicamente nas lojas são imediatamente convertidas em troca por outros produtos e/ou similares de mesmo valor.

e) Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

Os custos das mercadorias vendidas, que incluem os custos incorridos nos centros de distribuição, e os custos dos serviços prestados, são reconhecidos pelo regime de competência respeitando o reconhecimento de sua respectiva

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

receita.

f) Receita de juros

A receita de juros é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva na rubrica de “Receita financeira” na demonstração do resultado.

g) Receita com comissão por intermediação de serviços financeiros

Representa a receita com comissão de intermediação financeira pelo serviço prestado de recebimento de boletos e com comissão pelo agenciamento de serviços financeiros e cartões de crédito, conforme especificação contratual descrita na Nota 4.7.

O cálculo contempla a comissão sobre as receitas de juros e tarifas cobrados dos clientes do Bradesco que utilizaram a intermediação da Empresa, além dos custos e despesas operacionais a elas relacionados.

4.2. Tributos

a) Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais.

A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação.

O imposto de renda e a contribuição social relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização.

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Créditos tributários diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Ao final de cada exercício é avaliada a recuperabilidade dos tributos diferidos e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir sua utilização.

c) Tributos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

4.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Empresa e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, sendo resgatável com a própria entidade emissora, em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da transação.

Os equivalentes de caixa são mensurados, após o reconhecimento inicial, ao custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.4. Contas a receber

As contas a receber compreendem os recebíveis pela venda de mercadorias, que são concentradas nas operadoras de cartões de crédito e estão apresentadas a valores de realização. Compreendem também os valores a receber referente a parceria que oferece serviços financeiros aos clientes e, em menor montante, valores a receber de parceiros comerciais.

As operações de venda a prazo são trazidas ao seu valor presente na data das transações.

Para as vendas com cartão de crédito, o risco de inadimplência é das adquirentes. A Empresa reconhece apenas as perdas com vendas não reconhecidas pelo cliente.

As perdas atuais da Empresa estão concentradas em valores não conciliados com parceiros de negócio e vendas não reconhecidas pelo clientes, e não são relevantes quando comparadas ao total de recebíveis da Empresa. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para perdas esperadas de créditos baseada no histórico dessas operações.

4.5. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, incluem os custos de transporte até os centros de distribuição, custos incorridos na preparação dos despachos das mercadorias nos centros de distribuição para as lojas, e impostos não recuperáveis que não excede aos custos de reposição ou aos valores de realização, incluindo as provisões para cobrir eventuais perdas, e são deduzidos os descontos recebidos na antecipação de fornecedores. O custo de mercadoria importada considera o ganho ou perda de *hedge* de fluxo de caixa.

Os gastos com fretes para envio de mercadorias dos centros de distribuição para as lojas são registrados diretamente como Despesas de vendas, no resultado do exercício, no momento em que ocorrem.

A provisão para perda dos estoques é estimada com base nas perdas históricas da Empresa, computadas por meio de inventários físicos realizados ao menos anualmente. Também são constituídas provisões para mercadorias consideradas de baixa movimentação, baseadas na idade do estoque.

4.6. Investimentos em controladas

O investimento da Empresa em suas controladas é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Empresa determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Empresa em suas controladas. A Empresa determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Empresa calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração no resultado.

4.7. Parceria para fornecimento de serviços financeiros

A Empresa mantém uma parceria com o Bradescard para o fornecimento de serviços financeiros aos seus clientes.

De acordo com o contrato dessa parceria, a instituição financeira é reponsável pelas atividades principais da operação. A Empresa é somente responsável pelo agenciamento dos serviços financeiros de controle do Bradescard. As receitas e despesas relacionadas a essa operação são controladas separadamente por cada uma das empresas envolvidas e, ao final de cada período, é apurado o valor de comissão para a Empresa qual é classificada como recieta de comissão de vendas de produtos financeiros do Bradescard na receita líquida.

4.8. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, acrescidos da contrapartida da provisão para restauração de loja (Nota explicativa 4.14), reduzidos por depreciação e provisão para perda de ativo não financeiro (*impairment*). A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens

Ao final de cada exercício, a vida útil estimada, os valores residuais, o custo para restauração e os métodos de depreciação são revistos e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Para avaliação da vida útil, é levada em consideração a expectativa de utilização dos ativos, o planejamento das reformas das lojas e quaisquer evidências de que o ativo possa ter uma vida útil diferente da originalmente registrada. Essa avaliação é documentada mediante laudo e elaborada por especialistas da Empresa.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.9. Ativo intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida (softwares e fundo de comércio) são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A amortização é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

4.10. Arrendamento mercantil

A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se este ativo (ou estes ativos) não estiver(em) explícito(s) no contrato.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Empresa ou às suas controladas basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados e ativados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Empresa obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois, o menor.

Os pagamentos de arrendamentos mercantis operacionais são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.11. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa ao final de cada exercício o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Cada loja é definida como uma unidade geradora de caixa. A Empresa considera como indicativo de perda de valor recuperável lojas que apresentam ao final do exercício “*store contribution*” menor que 5% sobre as vendas líquidas.

A Empresa baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Empresa estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação e amortização), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.12. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Empresa e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Nos casos em que a provisão possui um depósito judicial correspondente e a Empresa tem a intenção de liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente, os valores são compensados.

4.13. Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Empresa é patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como finalidade instituir planos de previdência ao grupo de funcionários de suas patrocinadoras. Em essência, os planos previdenciários patrocinados pela Empresa são estruturados na modalidade de contribuição definida (Nota Explicativa nº 27). Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o regime de competência.

4.14. Provisão para restauração das lojas

Ao firmar contratos de aluguel com terceiros, a Empresa assume a obrigação de restaurar o imóvel, ao final do contrato, nas mesmas condições em que o espaço foi disponibilizado. Nessas situações uma provisão para restauração das lojas é constituída em contrapartida ao ativo imobilizado com base em estimativa histórica de gastos com restaurações. O ativo imobilizado é amortizado no mesmo prazo do contrato de aluguel, incluindo as opções de renovação que a Empresa pode e pretende exercer. A Administração revisa as estimativas de gastos ao final de cada exercício.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.15. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa e sua controlada possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.16. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Reconhecimento inicial e mensuração

a) Ativo financeiro

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão destes ativos financeiros. A Empresa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para os instrumentos financeiros mensurados a valor justo, os custos da transação são alocados diretamente no resultado. Para as contas a receber a prazo, o ativo financeiro é trazido a valor presente pela taxa básica de juros do dia do fechamento das demonstrações contábeis.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Empresa para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado;
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados;
- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento; ou
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Empresa possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado;; ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados; e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Empresa mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem as contas: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais e partes relacionadas.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros classificados nessa categoria são operações com derivativos em que aplica-se o *hedge accounting*. A Empresa adota a

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa os contratos a termos futuros (NDF) como *hedge* de fluxo de caixa. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são determinados com base na taxa de câmbio e curva de juros.

A Empresa aplica a contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa para proteger-se contra o risco de variação cambial decorrente dos pedidos de importações ainda não pagos.

A parcela efetiva e não liquidada da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes. Esta parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual o derivativo foi contratado. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos deste e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultados

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Derivativos são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla a parcela inefetiva dos instrumentos derivativos utilizados pela Empresa para fins de *hedge accounting*.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Empresa de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- A Empresa e suas controladas transferirem os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumirem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Empresa e suas controladas transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa e suas controladas não transferirem nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferirem o controle sobre o ativo.

Quando a Empresa e suas controladas tiverem transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiverem executado um acordo de repasse, e não tiverem transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Empresa e suas controladas com o ativo. Nesse caso, a Empresa e suas controladas também reconhecem um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Empresa e suas controladas mantiverem. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Empresa ou de suas controladas, dos dois, o menor.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Empresa avalia a necessidade de provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros ativos classificados como custo amortizado. Para contas a receber de clientes, a Empresa aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, uma vez que, conforme a avaliação de risco para perdas estas, estão concentradas nas vendas não reconhecidas pelos clientes e recebíveis com parceiros de negócio. Portanto, a Empresa não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas decorrentes da avaliação periódica da carteira de recebíveis efetuada pela Administração.

A Empresa considera um ativo financeiro em situação de inadimplente quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. Essa situação refere-se a recebíveis com parceiros de negócios. Os casos são analisados individualmente e a provisão é constituída se há expectativa de perda desses valores.

b) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, passivo financeiro ao custo amortizado ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a Empresa e sua controlada mantinham somente passivos financeiros classificados nas categorias de (i) passivo financeiro ao custo amortizado e (ii) derivativos classificados como instrumentos de *hedge*.

Os passivos financeiros da Empresa e sua controlada são fornecedores, empréstimos e contas a pagar com partes relacionadas, arrendamento mercantil a pagar e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação. No caso de fornecedores, empréstimos e contas a pagar com partes relacionadas e arrendamento mercantil a pagar, classificados pela Empresa como passivos financeiros ao custo amortizado, após reconhecimento inicial, inclusive os sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Reconhecimento inicial e mensuração

A Empresa utiliza instrumentos financeiros derivativos visando minimizar os riscos decorrentes da exposição em moeda estrangeira, representada por

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

compras futuras a serem realizadas em moeda estrangeira para fornecedores estrangeiros e empréstimos a pagar para partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes.

As operações de *swap* não são designadas para *hedge accounting*, e seus respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado financeiro.

Para fins de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), existem as seguintes classificações:

- *Hedge* de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido;
- *Hedge* de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; ou
- *Hedge* de investimento líquido em uma unidade operacional estrangeira.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Empresa classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual a Empresa deseja aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma como a Empresa irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

O índice de *hedge* é mensurado pela relação entre o montante contratado de instrumento de *hedge* e o montante de mercadoria importada efetivamente comprada. Haverá necessidade de rebalanceamento da relação de hedge quando a contratação de instrumentos financeiros derivativos (NDF's) passe a refletir uma relação diferente da inicialmente estipulada na Política de *Hedge* da Empresa.

Hedge que satisfaz os critérios para a contabilidade de *hedge* da Empresa está registrado da seguinte forma:

Hedge de fluxo de caixa

A parte eficaz do ganho ou perda do investimento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida no resultado financeiro.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Empresa para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado; por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado, exercido ou descontinuado sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de *hedging*), ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de *hedge*, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

e) Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

A Empresa mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo, derivativos, a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Empresa.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis de forma recorrente, a Empresa determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.17. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários são calculados e somente registrados se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.18 Empréstimos com partes relacionadas

De acordo com a política do grupo controlador, Cofra, a necessidade de capital é suprida por operações com partes relacionadas, o que se dá via aumento de capital ou captação de empréstimos. Por esta razão, todas as transações relacionadas a essa operação são consideradas como atividades de financiamento e classificadas na demonstração de fluxo de caixa nessa mesma rubrica. Isso inclui aumento e diminuição de capital, captação e amortização de empréstimos, pagamento de juros e liquidação de *swap* relacionados a esses empréstimos.

4.19 Distribuição de lucros

A Empresa é limitada, e como tal, não tem nenhuma obrigatoriedade de distribuição de lucros. A destinação dos lucros é deliberada pelos quotistas.

4.20 Segmento operacional

A Empresa possui um único segmento operacional que é utilizado pelo presidente e pela matriz para fins de análise e tomada de decisão.

4.21. Pronunciamentos novos ou revisados com vigência a partir de 01/01/2018

a) CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com Cliente

A norma CPC 47 (IFRS 15) que entrou em vigor partir de 1º de janeiro de 2018 - Receita de Contrato com Cliente, estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e determina que a receita

seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. A norma exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes, quais sejam:

- i) A identificação do contrato com o cliente;

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- ii) A identificação das obrigações de desempenho;
- iii) A determinação do preço da transação;
- iv) A alocação do preço da transação; e
- v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

O CPC 47 determina que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de um contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. Além disso, a norma requer divulgações mais detalhadas.

A Empresa avaliou os efeitos da aplicação da norma e não identificou alterações ou impactos no reconhecimento de suas receitas, no que diz respeito às possíveis variações nos valores contabilizados e às variações nas atividades de controles executados, dado que a receita sempre foi reconhecida no modelo “cash and carry”, ou seja, a mercadoria passa ao controle do cliente no momento do recebimento da contraprestação e, no caso de mercadorias vendidas a prazo, na extensão em que as obrigações de desempenho sejam cumpridas pela Empresa.

O direito de devolução pelo cliente também não causa efeito relevante uma vez que, na maior parte dos casos, as devoluções ocorrem seguidas de uma nova compra. A exceção é a operação de *e-commerce*, mas que pelo seu tamanho ainda não demanda uma provisão.

Foi avaliado o comportamento da utilização de vale-troca e cartões presentes para possível reconhecimento de quebra no momento da emissão. Esses instrumentos tem prazo de validade de um mês e um ano respectivamente. A Administração avaliou o volume não utilizado e considerou não ser relevante a ponto de demandar um ajuste nas receitas.

b) CPC48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros

O CPC 48 - Instrumentos financeiros, equivalente à norma internacional IFRS 9, substitui o CPC 38 (equivalente à norma internacional IAS 39) para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, reunindo todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração; redução ao valor recuperável; e contabilidade de *hedge*.

A contabilidade de *hedge* foi aplicada de forma prospectiva. A classificação dos ativos financeiros foi aplicada retrospectivamente, com a data de adoção inicial de 1º de janeiro de 2018 e ajustando a informação para fins comparativos para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016, todavia sem impactos financeiros. A

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aplicação da redução ao valor recuperável com base nas perdas esperadas não teve efeito nas demonstrações contábeis da Empresa, tendo em vista que o risco de perda nos ativos financeiros é extremamente baixo e, portanto, irrelevante.

Classificação e mensuração

A tabela a seguir explica as categorias de mensuração originais no CPC 38 (equivalente ao IAS 39) e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Empresa em 1º de janeiro de 2018. Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018 não se alteraram com a adoção do CPC 48.

Ativos financeiros	Classificação original CPC 38 / IAS 39	Nova classificação CPC48 / IFRS9
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Derivativos	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de resultado
Derivativos (<i>hedge accounting</i>)	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Passivos financeiros		
Arrendamento mercantil	Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Derivativos	Valor justo	Valor justo
Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado

Os ativos e passivos financeiros classificados originalmente como empréstimos e recebíveis, e empréstimos e financiamentos, respectivamente, são mantidos para captar fluxo de caixa contratuais e gerar fluxos de caixas que representam exclusivamente, pagamentos de principal e juros. Por esse motivo foram classificados como custo amortizado na aplicação do CPC 48.

Contabilidade de hedge

A Empresa avaliou e adotou o novo modelo de contabilidade de *hedge* de acordo com o CPC 48 e determinou que todas as relações de *hedge* existentes designadas como relações de *hedge* eficazes, continuarão a ser qualificadas para fins de contabilização de *hedge* de acordo com o CPC48. A aplicação dos requisitos de hedge da IFRS9/CPC48 não apresentou impacto nas demonstrações contábeis da Empresa a partir de 1º de janeiro de 2018.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.22. Normas emitidas - com vigência a partir de 01/01/2019

As normas e interpretações emitidas e adotadas após data base dessas demonstrações contábeis são abaixo apresentadas.

a) CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamento Mercantil (vigência a partir de 01/01/2019)

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a IFRS 16 - Leases, e, em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil.

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e requer que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Para tais casos, o tratamento contábil para o arrendatário permanece semelhante à norma atual.

O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Transição para o CPC 06 (R2) / IFRS 16 em 01/01/2019

A Empresa aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, e não estimou impactos no patrimônio líquido, e possibilita a adoção de expedientes práticos, listados abaixo:

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Itens de baixo valor individual;
- (ii) Contratos de curto prazo, prazo de vigência igual ou inferior a 12 meses;
- (iii) Contratos em que o valor do aluguel tenha como base valores variáveis;
- (iv) Contratos de alugueis em que a Empresa não tem a capacidade de controlar o bem alugado;
- (v) Contratos com prazos interminados.

Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 e 2017 não foram reapresentadas - ou seja, são apresentadas conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e interpretações relacionadas.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R2) / IFRS16, os passivos de arrendamento foram mensurados em 1º de janeiro de 2019 pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, líquido dos efeitos de PIS e Cofins e que não foram pagos antecipadamente, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa de juros real (sem inflação) equivalente ao que o arrendatário teria ao contratar um empréstimo por prazo e com garantia semelhantes. descontados pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. A taxa média ponderada aplicada foi de 3,0% a 4,6% ao ano, dependendo dos prazos dos contratos.

O ativo de direito de uso foi mensurado inicialmente por equivalência ao passivo previamente comentado. Aos montantes de ativo por direito de uso também foram adicionados pagamentos antecipados de arrendamentos, provisões para restauração de lojas, e deduzidos incentivos recebidos de arrendadores.

A Empresa aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na Lei nº 8.245 (Lei do Inquilinato), que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referente ao sucesso da Empresa na renovação de seus contratos. A avaliação se a Empresa está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

A aplicação dos critérios acima mencionados resultou no reconhecimento, em 1º de janeiro de 2019, de um ativo por direito de uso e um passivo de arrendamento no montante de R\$1.737.694, que complementados pelas reclassificações de saldos já registrados no balanço na data de adoção, resultaram em um ativo por direito de uso e passivo de arrendamento de R\$1.742.394 e R\$1.737.694,

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

respectivamente, representado por imóveis alugados para utilização como lojas, centro de distribuição e *data center*.

a) ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro (vigência a partir de 01/01/2019)

A interpretação ICPC 22, aprovada em 21 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição.

Na avaliação da Empresa, não são esperados impactos significativos em decorrência desta interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas ao final de cada exercício.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) determinação de vida útil do ativo imobilizado e intangível;
- b) análise de recuperação dos valores do ativo imobilizado e intangível;
- c) provisões para perdas esperadas de créditos;
- d) provisão para perdas nos estoques;
- e) imposto de renda e a contribuição social diferidos;
- f) taxas e os prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de ativos e passivos;
- g) provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- h) determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos;
- i) provisão para restauração de lojas à sua condição original; e
- j) participação nos lucros.

6. Caixa e equivalentes de caixa (reapresentado)

	Controladora			Consolidado		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Caixa	3.043	3.338	3.341	3.043	3.338	3.341
Bancos	69.870	99.788	115.638	70.953	100.545	117.791
Aplicações financeiras	372.010	327.876	368.015	372.010	327.876	368.573
	444.923	431.002	486.994	446.006	431.759	489.705

A Empresa possui equivalentes de caixa referentes a aplicações financeiras de renda fixa, indexadas à variação de 75% a 97% (idem para 2017 e 2016) dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDIs"), podendo ser resgatadas a qualquer momento com o próprio emissor do instrumento sem perda da remuneração contratada.

7. Contas a receber

a) Composição das contas a receber

	Controladora			Consolidado		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Operadoras de cartão	1.096.037	1.041.100	1.003.794	1.096.037	1.041.100	1.003.794
Comissão a receber – fornecedores de telefonia	15.491	7.939	8.297	15.491	7.939	8.297
Comissão a receber - seguradoras	9.885	6.670	7.325	9.885	6.545	7.325
Direitos de créditos	1.934	658	(2)	2.178	808	90
Parceria Cartão Bradesco	23.214	15.019	9.121	23.214	15.019	9.121
Outros	13.331	16.258	16.363	13.329	16.259	16.363
Provisão para perdas de crédito esperadas	(17.298)	(16.980)	(31.979)	(17.298)	(16.980)	(31.979)
	1.142.594	1.070.664	1.012.919	1.142.836	1.070.690	1.013.011

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Contas a receber líquidas por vencimento

	Controladora			Consolidado		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
A vencer:						
Até 30 dias	535.419	500.898	408.720	535.661	500.924	408.812
De 31 a 60 dias	251.729	240.648	243.877	251.729	240.648	243.877
De 61 a 90 dias	152.139	140.436	148.291	152.139	140.436	148.291
De 91 a 120 dias	68.583	63.427	64.333	68.583	63.427	64.333
De 121 a 150 dias	45.358	42.791	46.286	45.358	42.791	46.286
De 151 a 180 dias	21.885	20.364	22.357	21.885	20.364	22.357
Acima de 180 dias	43.317	40.718	43.002	43.317	40.718	43.002
	1.118.430	1.049.282	976.866	1.118.672	1.049.308	976.958
Vencidos:						
Até 30 dias	95	281	2.908	95	281	2.908
De 31 a 60 dias	1.185	856	1.615	1.185	856	1.615
De 61 a 90 dias	388	274	894	388	274	894
Há mais de 90 dias	9.591	5.292	3.038	9.591	5.292	3.038
	11.259	6.703	8.455	11.259	6.703	8.455
Contas a receber não reconhecidas pelos clientes (*)	12.905	14.679	27.598	12.905	14.679	27.598
Total	1.142.594	1.070.664	1.012.919	1.142.836	1.070.690	1.013.011

(*) Inclui valores de vendas efetuadas por meio de cartão de crédito do Banco Bradesco, cuja compra não foi reconhecida pelos proprietários do cartão no valor de R\$1.989 em 31 de dezembro de 2018 (R\$2.990 em 2017 e R\$4.837 em 2016) e, portanto, foram considerados na provisão para perdas esperadas com créditos. A Empresa também registrou provisão para perdas de crédito de valores bloqueados judicialmente nas contas bancárias da C&A, no montante de R\$10.916 (R\$11.690 em 2017 e R\$ 9.609 em 2016), mas cuja responsabilidade pela condução dos processos e desbloqueio é do Banco Bradesco.

c) Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas

	Controladora e Consolidado		
	2018	2017	2016
Saldo no início do exercício	(16.980)	(31.979)	(24.507)
Provisão	(7.508)	(8.172)	(15.480)
Reversão	7.190	10.430	-
Utilização da provisão	-	12.741	8.008
Saldo no final do exercício	(17.298)	(16.980)	(31.979)

d) Ajuste a valor presente

A Empresa efetua o desconto a valor presente de seus recebíveis considerando taxas de juros diretamente relacionadas com seu perfil de crédito oferecidos aos clientes. As taxas de juros mensais utilizadas para o cálculo a valor presente dos recebíveis em aberto foram de 0,49%, 0,54% e 1,12%, em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, respectivamente. A realização do ajuste é registrada em contrapartida à receita de vendas.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, os saldos em aberto e de transações entre as partes relacionadas são como segue:

	Controladora			Consolidado		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Ativo						
Contas a receber						
Avanti Propaganda	-	-	84	-	-	-
Mondial Impex Ltda	-	-	20	-	-	-
Cofra Latin America Ltda(*)	7	177	-	7	177	-
Instituto C&A de Desenvolvimento Social (*)	32	40	15	32	40	15
C&A Mexico	-	555	-	-	555	-
Socam Latin America (*)	-	-	28	-	-	28
Outras partes relacionadas	23	32	-	17	26	-
	62	804	147	56	798	43
Dividendos a receber						
Orion	499	-	2.495	-	-	-
	499	-	2.495	-	-	-
Despesas antecipadas						
RSC Commercial	203	233	724	203	233	724
	203	233	724	203	233	724
Ativo circulante	764	1.037	3.366	259	1.031	767
Passivo						
Contas a pagar						
C&A Sourcing	27.372	45.568	28.195	27.372	45.568	28.195
Cyamprev Soc. Previd. Privada	2.391	2.072	1.367	2.391	2.072	1.367
Cofra Latin America Ltda.	14	-	-	14	-	-
Cofra AG	29.211	26.682	32.034	29.211	26.682	32.034
	58.988	74.322	61.596	58.988	74.322	61.596
Dividendos a pagar						
Cofra Latin America Ltda	-	-	-	1	-	5
	-	-	-	1	-	5
Juros sobre capital próprio						
Cofra Latin America Ltda.	3	3	-	3	3	-
Incas SARL	29.289	27.910	-	29.289	27.910	-
Cofra Investments	29.288	27.910	-	29.288	27.910	-
	58.580	55.823	-	58.580	55.823	-
Empréstimos a pagar						
Lufico S.A.	-	249.808	246.140	-	249.808	246.140
Cofra Brussels	-	250.470	546.946	-	250.470	546.946
Redevco Belgium	-	349.628	530.833	-	349.628	530.833
Cofra Treasury	382.597	-	-	382.597	-	-
C&A Mode AG	524.859	-	-	524.859	-	-
	907.456	849.906	1.323.919	907.456	849.906	1.323.919
Total	1.025.024	980.051	1.385.515	1.025.025	980.051	1.385.520
Passivo circulante	711.574	980.051	694.909	711.575	980.051	694.914
Passivo não circulante	313.450	-	690.606	313.450	-	690.606

(*) As empresas do Grupo Cofra possuem contrato de compartilhamento de despesas, referente às despesas gerais e administrativas.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O fluxo de pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos obtidos com partes relacionadas é apresentado como Fluxo de caixa das atividades de financiamento nas demonstrações dos fluxos de caixa.

	Transações					
	Controladora			Consolidado		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Reembolso pelo compartilhamento de despesa						
Anthos Brasil Consultoria Ltda.	32	88	-	32	88	-
Cofra Latin America Ltda	79	62	-	79	62	-
Famamco Administração de Bens Ltda.	103	80	-	103	80	-
Orion Sec. Créd. Financeiros S.A	80	64	-	-	-	-
Porticus LA	116	91	-	116	91	-
Instituto C&A de Desenvolvimento social	127	101	-	127	101	-
	537	486	-	457	422	-
Receitas de serviços prestados						
C&A México	6.557	6.821	6.731	6.557	6.821	6.731
	6.557	6.821	6.731	6.557	6.821	6.731
Compras de mercadorias						
C&A Sourcing	343.273	282.032	283.514	343.273	282.032	283.514
	343.273	282.032	283.514	343.273	282.032	283.514
Royalties e compras de serviços						
Cofra AG. (Royalties)	(34.365)	(15.789)	-	(34.365)	(15.789)	-
Cofra Latin America Ltda. (serviços)	(175)	(258)	(120)	(175)	(258)	(120)
RSC Commercial (serviços)	(1.015)	(1.111)	(1.010)	(1.015)	(1.111)	(1.010)
	(35.555)	(17.158)	(1.130)	(35.555)	(17.158)	(1.130)
Resultado financeiro						
Lufico S.A.	(5.764)	(13.507)	(13.526)	(5.764)	(13.507)	(13.526)
Cofra Brussels	(504)	(19.048)	(33.260)	(504)	(19.048)	(33.260)
Redevco Belgium	(413)	(36.387)	(49.269)	(413)	(36.387)	(49.269)
C&A Mode AG	(23.700)	-	-	(23.700)	-	-
Cofra Treasury	(10.789)	-	-	(10.789)	-	-
Outras partes relacionadas	-	10	469	-	10	469
	(41.170)	(68.932)	(95.586)	(41.170)	(68.932)	(95.586)
Contribuições previdenciárias						
Cyamprev Soc. Prev. Privada	(9.431)	(7.719)	(4.625)	(9.431)	(7.719)	(4.625)
	(9.431)	(7.719)	(4.625)	(9.431)	(7.719)	(4.625)

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A relação que a Empresa possui com as partes relacionadas é como segue:

Associada, sem influência significativa	Controladora direta
Anthos Consult. Ltda	Cofra Investments
C&A Mexico	Incas SARL
C&A Mode AG	Controladora indireta
C&A Sourcing	Cofra AG
Cofra Brussels	Controlada
Cofra Latin America Ltda	Orion
Cofra Treasury	Associada sob influência direta
Famamco Adm. De Bens Ltda	Cyamprev Soc. Previd. Privada
Instituto C&A	
Lufico S.A.	
Porticus Latin America Consult	
Redevco Belgium	
RSC Commercial Services	

As transações entre partes relacionadas, realizadas para auxiliar as operações da Empresa por meio de serviços de consultoria ou importações de mercadorias, são efetuadas de acordo com os preços específicos pactuados entre as partes.

A Empresa mantém contas a pagar à Cofra AG referentes a *royalties* pelo uso da marca "C&A". Os valores são apurados com base nas receitas de vendas com mercadorias e são devidos apenas se a Empresa obtiver lucro no exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram apurados *royalties* no montante de R\$34.365, os gastos com *royalties* de 2017 foram apurados em R\$31.390 porém foram parcialmente compensados por estornos de passivos previamente provisionados em 2008 no montante de R\$15.601 pela não averbação notificada em 2017 pelo INPI, portanto os gastos líquidos naquele ano foram de R\$15.789; em em 2016; não houveram gastos desta natureza.

Os empréstimos a pagar em 31 de dezembro de 2018 detalhados a seguir estão sujeitos aos seguintes encargos e não foram concedidas garantias.

Modalidade	Parte relacionada	Moeda	Controladora e Consolidado				Juros (%a a.)	Vencimento	Classificação
			Valor principal	Valor principal	Valor Juros	Total			
Empréstimo com taxa fixa	Cofra Treasury	EUR	85.000	377.315	5.282	382.597	3,00%	16/01/2019	Curto Prazo
Empréstimo com taxa fixa	C&A Mode AG	EUR	46.500	206.414	1.858	208.271	3,00%	14/03/2019	Curto Prazo
Total EUR		EUR	131.500	583.729	7.140	590.868			
Empréstimo com taxa fixa	C&A Mode AG	BRL	105.000	105.000	2.104	107.104	9,75%	18/04/2023	Longo Prazo
Empréstimo com taxa fixa	C&A Mode AG	BRL	132.500	132.500	657	133.157	10,50%	26/06/2023	Longo Prazo
Empréstimo com taxa fixa	C&A Mode AG	BRL	75.950	75.950	377	76.327	10,50%	26/06/2023	Longo Prazo
Total BRL		BRL	313.450	313.450	3.138	316.588			
				897.179	10.278	907.456			

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do saldo de empréstimos é conforme segue:

	Controladora e Consolidado		
	2018	2017	2016
Saldo inicial	849.906	1.323.919	1.545.815
Novos empréstimos	835.432	910.420	322.400
Varição cambial	86.273	26.262	(219.353)
Juros	41.149	69.318	96.056
Pagamento de juros	(43.583)	(78.366)	(98.599)
Pagamento do principal	(861.721)	(1.401.647)	(322.400)
Saldo final	907.456	849.906	1.323.919

As despesas relativas à remuneração da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 foram como segue:

Exercícios	Controladora e Consolidado			Total
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Contribuições planos pós empregatícios	
2018	8.634	3.962	846	13.442
2017	8.137	6.573	728	15.438
2016	8.065	1.845	791	10.701

9. Estoques (reapresentado)

a) Composição dos estoques

	Controladora e Consolidado		
	2018	2017	2016
Mercadorias nacionais para revenda	392.966	374.689	473.473
Mercadorias importadas para revenda	130.431	121.636	81.096
Ajuste a valor presente	(10.324)	(11.598)	(8.431)
Provisão para perdas	(40.716)	(33.736)	(31.684)
	472.357	450.991	514.454
Importações em andamento	18.257	28.436	22.125
	490.614	479.427	536.579

b) Movimentação da provisão para perdas

	Controladora e Consolidado		
	2018	2017	2016
Saldo no início do exercício	33.736	31.684	31.394
Constituição de provisão	53.013	59.706	48.308
Perdas efetivadas	(46.033)	(57.654)	(48.018)
Saldo no fim do exercício	40.716	33.736	31.684

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Tributos a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
ICMS	17.838	7.537	11.051	17.838	7.537	11.051
COFINS	3.679	23.720	22.855	3.679	23.720	22.855
PIS	620	4.994	4.898	620	4.994	4.898
IPI	327	327	294	327	327	294
IRRF	-	-	5.592	9	8	5.623
Outros	2.314	2.228	1.373	2.313	2.228	1.372
	24.778	38.806	46.063	24.786	38.814	46.093
Ativo circulante	17.129	36.410	44.336	17.137	36.418	44.366
Ativo não circulante	7.649	2.396	1.727	7.649	2.396	1.727

11. Outros ativos

	Controladora e Consolidado		
	2018	2017	2016
Despesa antecipada com aluguel	6.406	7.114	4.911
Despesa antecipada informática	5.469	3.462	1.661
Empréstimo pessoal a funcionários	3.573	3.749	4.488
Adiantamento a funcionários	1.238	2.432	2.245
Adiantamento a fornecedores	1.360	314	698
I.P.T.U.	512	315	598
Despesa antecipada com publicidade	-	126	149
Ativo atuarial – Nota 27	391	681	2.246
Outros	1.894	1.338	917
	20.843	19.531	17.913
Ativo circulante	17.940	15.968	13.393
Ativo não circulante	2.903	3.563	4.520

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social (reapresentado)

a) Composição e movimentação dos tributos diferidos (controladora e consolidado)

	Saldo no início do exercício	Aumento (Redução) com contrapartida		Saldo no fim do exercício
		no resultado	no patrimônio líquido	
2018				
Prejuízos fiscais e bases negativas	200.323	(11.021)	-	189.302
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	119.471	(7.555)	-	111.916
Provisão para perda de estoques e contas a receber	20.685	800	-	21.485
Provisão para perda de imobilizado	26.648	(10.903)	-	15.745
Provisão para participação no lucro	22.747	(4.640)	-	18.107
Ajustes a valor presente	4.416	798	-	5.214
Ajustes a valor justo	(30.959)	1.655	-	(29.304)
Outras	35.480	4.659	(1.961)	38.178
	<u>398.811</u>	<u>(26.207)</u>	<u>(1.961)</u>	<u>370.643</u>
2017				
Prejuízos fiscais e bases negativas	220.666	(20.343)	-	200.323
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	118.235	1.236	-	119.471
Provisão para perda de estoques e contas a receber	16.432	4.253	-	20.685
Provisão para perda de imobilizado	23.640	3.008	-	26.648
Provisão para participação no lucro	7.199	15.548	-	22.747
Ajustes a valor presente	12.371	(7.955)	-	4.416
Ajustes a valor justo	-	(30.959)	-	(30.959)
Outras	41.516	(3.966)	(2.070)	35.480
	<u>440.059</u>	<u>(39.178)</u>	<u>(2.070)</u>	<u>398.811</u>
2016				
Prejuízos fiscais e bases negativas	154.527	66.139	-	220.666
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	106.427	11.808	-	118.235
Provisão para perda de estoques e contas a receber	20.305	(3.873)	-	16.432
Provisão para perda de imobilizado	39.862	(16.222)	-	23.640
Provisão para participação no lucro	6.850	349	-	7.199
Ajustes a valor presente	7.188	5.183	-	12.371
Outras	31.807	1.525	8.184	41.516
	<u>366.966</u>	<u>64.909</u>	<u>8.184</u>	<u>440.059</u>

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Previsão de realização dos tributos diferidos

Ano	2018
2019	95.482
2020	86.187
2021	73.681
2022	83.951
2023	2.961
De 2024 até 2026	17.254
De 2026 até 2027	11.127
	370.643

c) Conciliação da taxa efetiva

	Controladora			Consolidado		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	225.206	140.198	(206.187)	225.550	141.547	(204.914)
Despesa de imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais - 34%	(76.570)	(47.667)	70.104	(76.687)	(48.126)	69.671
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva						
Equivalência patrimonial	257	(91)	845	-	-	-
Juros sobre capital próprio	23.432	22.329	-	23.432	22.329	-
Doações não dedutíveis	(1.520)	(2.224)	(1.461)	(1.520)	(2.224)	(1.461)
Ajustes de transfer pricing	1.102	(14.471)	(3.515)	1.109	(15.427)	(3.515)
PAT e Lei de incentivo a cultura	476	52	-	476	52	-
Brindes e multas não dedutíveis	536	(488)	-	536	(488)	-
Outros	715	(758)	(1.064)	740	(783)	(1.053)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(51.572)	(43.318)	64.909	(51.914)	(44.667)	63.642
Corrente	(25.365)	(4.140)	-	(25.707)	(5.489)	(1.267)
Diferido	(26.207)	(39.178)	64.909	(26.207)	(39.178)	64.909
	(51.572)	(43.318)	64.909	(51.914)	(44.667)	63.642
Alíquota efetiva	23%	31%	31%	23%	32%	31%

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimentos

a) Informações sobre investimentos em controladas

	Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Acervo líquido	Receita bruta	Lucro (prejuízo)	Valor contábil do investimento	Equivalência patrimonial
2018									
Orion	99,8%	1.998	-	(1.091)	907	2.051	757	905	756
2017									
Avanti (i)	99,88%	-	-	-	-	-	8	-	8
Mondial (i)	99%	-	-	-	-	-	22	-	22
Orion	99,8%	1.531	-	(882)	649	2.272	(300)	648	(299)
Total									(269)
2016									
Avanti (i)	99,88%	517	189	(137)	569	-	(25)	568	(25)
Mondial (i)	99%	27	666	(34)	659	-	30	652	30
Orion	99,8%	5.204	-	(4.255)	949	6.364	2.485	947	2.478
Total								2.167	2.483

(i) Empresas incorporadas pela Controladora em 2017.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação dos investimentos

	Avanti	Mondial	Orion	Total
Saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2015	593	622	964	2.179
Equivalência patrimonial	(25)	30	2.478	2.483
Dividendos declarados	-	-	(2.495)	(2.495)
Saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2016	568	652	947	2.167
Equivalência patrimonial	8	22	(299)	(269)
Incorporação pela controladora	(576)	(674)	-	(1.250)
Saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2017	-	-	648	648
Equivalência patrimonial	-	-	756	756
Dividendos declarados	-	-	(499)	(499)
Saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2018	-	-	905	905

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado

a) Composição do ativo imobilizado (Controladora e Consolidado)

Categoria de ativo	Taxa média de depreciação a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Redução ao valor recuperável (i)	31 de dezembro de 2018
Máquinas e equipamentos	8%	174.158	(115.992)	(1.700)	56.466
Móveis e utensílios	12%	359.332	(222.156)	(10.225)	126.951
Equipamentos de processamento de dados	20%	163.869	(121.214)	(214)	42.441
Veículos	20%	534	(443)	-	91
Decorações	11,6%	30.679	(24.370)	(1.096)	5.213
Benfeitorias (ii)	10,5%	1.058.357	(657.988)	(30.301)	370.068
Terrenos	-	126	-	-	126
Imobilizado em andamento	-	25.309	-	-	25.309
Provisão para restauração de lojas (iii)	12%	25.110	(21.970)	-	3.140
Arrendamento financeiro	5%	7.104	(2.894)	-	4.210
Outros	-	2.912	-	-	2.912
		1.847.490	(1.167.027)	(43.536)	636.927

Categoria de ativo	Taxa média de depreciação a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Redução ao valor recuperável (i)	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Máquinas e equipamentos	8%	186.081	(115.604)	(2.193)	68.285
Móveis e utensílios	12%	356.815	(255.798)	(22.698)	78.319
Equipamentos de processamento de dados	20%	147.426	(108.507)	(179)	38.740
Veículos	20%	534	(418)	-	116
Decorações	11,6%	46.136	(39.262)	(1.966)	4.908
Benfeitorias (ii)	10,5%	1.075.508	(634.498)	(48.029)	392.981
Terrenos	-	126	-	-	126
Imobilizado em andamento	-	19.774	-	-	19.774
Provisão para restauração de lojas (iii)	12%	24.840	(21.445)	-	3.395
Arrendamento financeiro	5%	7.104	(2.631)	-	4.473
Outros	-	1.455	-	-	1.455
		1.865.799	(1.178.163)	(75.065)	612.572

/

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Categoria de ativo	Taxa média de depreciação a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Redução ao valor recuperável (i)	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Máquinas e equipamentos	8%	184.227	(103.222)	(5.040)	75.965
Móveis e utensílios	12%	339.149	(228.701)	(4.152)	106.296
Equipamentos de processamento de dados	20%	156.791	(104.229)	(755)	51.807
Veículos	20%	445	(444)	-	1
Decorações	11,6%	46.080	(36.999)	(1.125)	7.956
Benfeitorias (ii)	10,5%	1.066.397	(556.438)	(56.824)	453.135
Terrenos	-	126	-	-	126
Imobilizado em andamento	-	69.945	-	-	69.945
Provisão para restauração de lojas (iii)	12%	33.480	(24.615)	-	8.865
Arrendamento financeiro	5%	7.104	(2.368)	-	4.736
Outros	-	1.419	-	-	1.419
		1.905.163	(1.057.016)	(67.896)	780.251

- (i) A Empresa realiza anualmente teste de redução ao valor recuperável (*impairment*) para todos seus ativos imobilizados de loja com exceção de hardware e móveis e utensílios. Lojas que possuem margem de contribuição menor que 5% e lojas inauguradas há mais de 03 anos e que tiveram *impairment* registrado nos anos anteriores são consideradas com indícios de *impairment*. Para essas lojas é usado o método do fluxo de caixa descontado para se calcular o valor em uso, sendo que a contribuição é considerada linear pelo prazo remanescente do contrato de aluguel.
- (ii) As benfeitorias incluem ativos diversos como obras civis, luminosos, sistema de incêndio, geradores, etc. A taxa de depreciação é definida pela vida útil desses bens ou prazo do contrato de aluguel, dos dois o menor.
- (iii) A Empresa possui 13 contratos de arrendamentos com pagamentos totalmente variáveis, a estes contratos estão vinculadas provisões para restauração, desmantelamento e devolução de lojas.

A Empresa não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação imobilizado (Controladora e Consolidado)

	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências para intangível	Transferências Reversão por impairment	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Máquinas e equipamentos	68.285	226	(12.756)	(942)	1.160	493	56.466
Móveis e utensílios	78.319	64.767	(24.959)	(17.875)	14.227	12.472	126.951
Equipamentos de processamento de dados	38.740	16.597	(17.299)	(304)	4.743	(36)	42.441
Veículos	116	-	(25)	-	-	-	91
Decorações	4.908	274	(1.879)	(1.253)	2.293	870	5.213
Benfeitorias	392.981	1.944	(98.830)	(18.129)	74.372	17.730	370.068
Terrenos	126	-	-	-	-	-	126
Imobilizado em andamento	19.774	154.829	-	-	(96.795)	(52.499)	25.309
Provisão devolução de lojas	3.395	270	(525)	-	-	-	3.140
Arrendamento financeiro	4.473	-	(263)	-	-	-	4.210
Outros	1.455	1.457	-	-	-	-	2.912
Total	612.572	240.364	(156.536)	(38.503)	(52.499)	31.529	636.927

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

- A Empresa efetuou a remodelação de 60 lojas, resultando na baixa de R\$38.504 (R\$206.183 de custo e R\$167.679 de depreciação acumulada), substancialmente concentrada em móveis e utensílios e benfeitoria em imóveis de terceiros. Essa baixa não afetou significativamente o resultado do exercício, em função de haver provisão constituída em exercícios anteriores para fazer frente a essas remodelações;
- Foi constituída provisão para redução ao valor recuperável de ativos imobilizados no valor de R\$1.734, tendo em vista que determinadas lojas apresentaram performance abaixo do esperado, e revertida provisão no valor de R\$26.033, devido a ativos de lojas que foram baixados em 2018 dado o fechamento (R\$3.067) e remodelação (R\$22.966) de lojas.
- Durante o ano de 2018 a Empresa adquiriu R\$240.364 de ativos imobilizados, dos quais R\$8.199 foram registrados como valores a pagar em fornecedores e foram pagos no ano seguinte e R\$13.328 foram desembolsados em 2018 referente aquisições de 2017.
- No ano de 2018 foi registrado o montante de R\$ 7.231 como depreciação acumulada, que trata-se da reversão de perda por desvalorização realizada pela empresa considerando o valor contábil que teria sido determinado se não tivesse ocorrido o reconhecimento no período.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências para intangível	Transferências para intangível	(Provisão) Reversão por impairment	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Máquinas e equipamentos	75.965	401	(13.164)	(400)	2.636	-	2.847	68.285
Móveis e utensílios	106.296	24.525	(32.978)	(2.829)	1.851	-	(18.546)	78.319
Equipamentos de processamento de dados	51.807	4.741	(19.558)	(2.105)	3.278	-	577	38.740
Veículos	1	114	(13)	-	14	-	-	116
Decorações	7.956	-	(2.961)	(278)	1.032	-	(841)	4.908
Benfeitorias	453.135	521	(85.315)	(6.523)	22.369	-	8.794	392.981
Terrenos	126	-	-	-	-	-	-	126
Imobilizado em andamento	69.945	68.619	-	-	(31.180)	(87.610)	-	19.774
Provisão devolução de lojas	8.865	-	3.170	(8.640)	-	-	-	3.395
Arrendamento financeiro	4.736	-	(263)	-	-	-	-	4.473
Outros	1.419	36	-	-	-	-	-	1.455
Total	780.251	98.957	(151.082)	(20.775)	-	(87.610)	(7.169)	612.572

- Durante o ano de 2017, a Empresa adquiriu R\$98.957 de de ativos imobilizados, dos quais R\$13.328 foram registrados como valores a pagar em fornecedores e foram pagos no ano seguinte e R\$4.741 foram desembolsados em 2017 referente aquisições de 2016.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Transferências para intangível	(Provisão) Reversão por impairment	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Máquinas e equipamentos	83.964	400	(12.680)	(3.709)	5.136	-	2.854	75.965
Móveis e utensílios	132.282	7.148	(33.594)	(4.798)	413	-	4.845	106.296
Equip.proc.dados	60.963	10.036	(22.490)	(1.210)	4.988	-	(480)	51.807
Veículos	1	-	-	-	-	-	-	1
Decorações	9.944	-	(3.837)	(859)	1.839	-	869	7.956
Benfeitorias	496.992	720	(86.721)	(38.498)	40.227	-	40.415	453.135
Terrenos	126	-	-	-	-	-	-	126
Imobilizado em andamento	81.239	88.396	-	-	(52.603)	(47.087)	-	69.945
Provisão devolução de lojas	12.282	-	(1.257)	(2.160)	-	-	-	8.865
Arrendamento financeiro	4.999	-	(263)	-	-	-	-	4.736
Outros	2.135	-	-	(716)	-	-	-	1.419
Total	884.927	106.700	(160.842)	(51.950)	-	(47.087)	48.503	780.251

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Empresa:

- Efetuou baixa efetiva das lojas e, consequentemente, reverteu a respectiva provisão para perda de imobilizado que havia sido constituída em 2015 por conta do plano de remodelagem das lojas e consequente desvalorização dos ativos.
- Durante o ano de 2016, a Empresa adquiriu R\$106.700 de de ativos imobilizados, dos quais R\$4.741 foram registrados como valores a pagar em fornecedores e foram pagos no ano seguinte e R\$13.175 foram desembolsados em 2016 referente aquisições de 2015.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Intangível

a) Composição do intangível (Controladora e Consolidado)

Classe de intangível	Taxa média amortização (a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Redução ao valor recuperável	31 de dezembro de 2018
Softwares	13%	396.541	(210.629)	(3)	185.909
Fundo de comércio	10%	58.405	(44.642)	(2.774)	10.989
		454.946	(255.271)	(2.777)	196.898

Intangível	Taxa média amortização (a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Redução ao valor recuperável	31 de dezembro de 2017
Softwares	13%	344.853	(157.123)	37	187.767
Fundo de comércio	10%	56.602	(41.964)	(3.315)	11.323
		401.455	(199.087)	(3.278)	199.090

Intangível	Taxa média amortização (a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Redução ao valor recuperável	31 de dezembro de 2016
Softwares	13%	257.298	(112.708)	(59)	144.531
Fundo de comércio	10%	62.121	(45.031)	(1.576)	15.514
		319.419	(157.739)	(1.635)	160.045

b) Movimentação intangível (Controladora e Consolidado)

	Saldo no início do exercício	Adições	Amortização	Transferências	Baixas	(Provisão) Reversão por impairment	Saldo no fim do exercício
2018							
Softwares	187.767	966	(53.483)	50.696	(1)	(36)	185.909
Fundo de comércio	11.323	-	(2.678)	1.803	-	541	10.989
	199.090	966	(56.161)	52.499	(1)	505	196.898
2017							
Softwares	144.531	3	(44.435)	87.610	(1)	59	187.767
Fundo de comércio	15.514	-	(2.380)	-	(72)	(1.739)	11.323
	160.045	3	(46.815)	87.610	(73)	(1.680)	199.090
2016s							
Software	135.947	482	(38.880)	47.087	(143)	38	144.531
Fundo de comércio	17.366	3.000	(2.962)	-	(1.064)	(826)	15.514
	153.313	3.482	(41.842)	47.087	(1.207)	(788)	160.045

- No ano de 2018 foi registrado o montante de R\$ 242 como amortização acumulada, que trata-se da reversão de perda por desvalorização realizada pela empresa considerando o valor contábil que teria sido determinado se não tivesse ocorrido o reconhecimento no período.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Arrendamento mercantil

a) Arrendamento mercantil financeiro

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2017, o saldo de arrendamento mercantil financeiro não é relevante nas operações da Empresa.

b) Arrendamento mercantil operacional

Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um aluguel mínimo, sendo a obrigação mensal da Empresa pagar o maior valor entre ambos. Os aluguéis mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação. Os contratos de locação também demonstram que, se a Empresa promover a renúncia da locação, devolvendo a unidade à sua locadora antes de findo o prazo contratual, a Empresa ficará sujeita à multa prevista em contrato. Em sua maioria, a multa estipulada corresponde a três vezes a média dos valores pagos a título de aluguel nos últimos seis meses.

Os contratos de aluguel das áreas de logística e administrativa possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

Em 31 de dezembro de 2018, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos, totalizaram R\$346.856 (R\$328.503 e R\$332.421 em 2017 e 2016, respectivamente).

Os compromissos mínimos de pagamento dos contratos de locação possuem o seguinte fluxo de pagamento previsto contratualmente:

	Controladora e Consolidado		
	2018	2017	2016
Quantidade de lojas	279	276	279
Pagamentos mínimos de arrendamento			
Menos de um ano	365.681	295.498	269.776
De um a cinco anos	1.441.327	1.646.392	1.033.774
Mais de cinco anos	459.086	551.967	831.144
Total dos pagamentos mínimos	2.266.094	2.493.857	2.134.694

A Empresa possui contratos de sublocação com cláusula de multa caso o sublocatário venha a rescindir o contrato antes do término do seu prazo de locação. Em 31 de dezembro de 2018, os contratos de sublocação totalizam R\$2.014 milhões (R\$2.027 milhões e R\$2.025 milhões em 2017 e 2016, respectivamente) e o montante referente aos compromissos não canceláveis correspondentes a 9 lojas totalizam R\$1.092 milhões (R\$1.057 milhões correspondente a 9 lojas e R\$958 milhões correspondente a 7 lojas, em 2017 e 2016, respectivamente).

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Fornecedores (reapresentado)

	Controladora			Consolidado		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Fornecedores	678.822	686.170	608.981	678.846	686.193	609.005

A Empresa possibilita que seus fornecedores, mediante assinatura de termos de adesão, antecipem seus recebíveis com um desconto sobre o valor de face. A taxa aplicada em 2018 ficou entre 1,45% a.m. a 1,95% a.m.(entre 1,70% a.m. 2,60% a.m em 2017 e 2016). Os descontos são efetuados diretamente com a Empresa, sem o envolvimento de instituições financeiras intermediando a operação.

Durante o ano de 2018 foram antecipados R\$966.871 pelos fornecedores que geraram uma receita de R\$38.052 registrada como receita financeira. Em 2017 foram antecipados R\$913.308 e a receita foi de R\$44.562. Em 2016 foram antecipados R\$973.420 e a receita foi de R\$46.789.

Em 31 de dezembro, o montante de pagamentos antecipados a fornecedores cujo vencimento original era posterior a 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$264.700 (R\$211.122 e R\$210.418 em 2017 e 2016, respectivamente).

A Empresa efetua o desconto a valor presente de fornecedores considerando taxas de juros diretamente relacionadas com seu perfil de endividamento. As taxas de juros mensais utilizadas para o cálculo a valor presente dos fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 foram de 0,49%, 0,54% e 1,12%, respectivamente. A contrapartida do ajuste a valor presente é efetuada contra os estoques e a recomposição dos juros é registrada *pro rata die* e lançada na conta de despesa financeira.

18. Tributos a recolher (reapresentado)

	Controladora			Consolidado		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
ICMS	117.385	113.273	110.518	117.385	113.273	110.518
COFINS	28.964	34.782	19.817	28.970	34.788	19.848
PIS	1.920	7.472	4.266	1.921	7.473	4.271
REFIS (PIS, COFINS, INSS, IRPJ e CSLL)	-	11.243	30.216	-	11.243	30.216
Imposto de renda	19.329	2.116	-	19.329	2.116	8
Contribuição social sobre o lucro	7.139	791	-	7.237	898	340
CIDE	3.437	3.139	3.769	3.437	3.139	3.769
IRRF	6.354	7.734	-	6.354	7.734	-
Outros	2.861	3.518	4.616	2.862	3.520	4.620
	187.389	184.068	173.202	187.495	184.184	173.590

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) REFIS: A Empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Especial instituído pelo Governo Federal pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. A opção pelo referido programa de que trata essa Lei importou em confissão irrevogável e irretroatável dos débitos e configurou-se em confissão extrajudicial.

A Empresa também aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária instituído pelo Governo Federal pela Lei nº 13.946, de 24 de outubro de 2017. A opção pelo referido programa de que trata essa Lei importou em confissão irrevogável e irretroatável dos débitos e configurou-se em confissão extrajudicial.

	2018	2017	2016
Débitos previdenciários e fiscais	146.040	146.040	126.384
(+) Correção SELIC	33.275	32.819	32.443
(-) Reduções de multas, juros e encargos legais	(59.679)	(59.679)	(55.637)
(-) Pagamentos efetuados	(114.504)	(97.190)	(62.227)
(-) Liquidado com depósitos	(5.132)	(10.747)	(10.747)
Saldo	-	11.243	30.216

Os ganhos provenientes da adesão aos Parcelamentos Especiais, que resultaram em reduções de multas, juros e encargos legais nos montantes mencionados no quadro acima, foram registrados como resultado financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (Lei 11.914/2009) e 31 de dezembro de 2017 (Lei 13.946/2017).

19. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reapresentado)

19.1. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	Controladora e Consolidado				
	Saldo no início do exercício	Constituição (reversão)	Utilização	Atualização	Saldo no fim do exercício
2018					
PIS e COFINS (a)	168.950	(37.850)	(4.246)	7.092	133.946
ICMS (b)	36.714	(7.918)	-	2.360	31.156
Trabalhistas (c)	73.831	16.240	(17.301)	12.706	85.476
Cíveis (c)	6.827	215	(1.647)	1.079	6.474
IRPJ e CSSL	13.805	3.759	-	905	18.469
Outras	51.259	35	-	2.350	53.644
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	351.386	(25.519)	(23.194)	26.492	329.165
Depósitos judiciais com passivo correspondente	(30.352)	(34.853)	-	(1.353)	(66.558)
Provisão líquida de depósitos judiciais	321.034	(60.372)	(23.194)	25.139	262.607

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado				Saldo no fim do exercício
	Saldo no início do exercício	Constituição (reversão)	Utilização	Atualização	
2017					
PIS e COFINS (a)	131.451	40.662	(13.791)	10.628	168.950
ICMS (b)	72.369	(27.458)	(13.325)	5.128	36.714
Trabalhistas (c)	63.217	14.655	(17.633)	13.592	73.831
Cíveis (c)	10.501	(4.792)	(454)	1.572	6.827
IRPJ e CSSL	11.261	2.301	(974)	1.217	13.805
Outras	58.952	(11.383)	(983)	4.673	51.259
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	347.751	13.985	(47.160)	36.810	351.386
Depósitos judiciais com passivo correspondente	(28.102)	-	-	(2.250)	(30.352)
Provisão líquida de depósitos judiciais	319.649	13.985	(47.160)	34.560	321.034
2016					
PIS e COFINS (a)	113.612	8.309	-	9.530	131.451
ICMS (b)	68.943	(2.565)	-	5.991	72.369
Trabalhistas(c)	55.915	(3.444)	-	10.746	63.217
Cíveis (c)	10.335	(1.778)	-	1.944	10.501
IRPJ e CSSL	10.807	(850)	-	1.304	11.261
Outras	53.408	404	-	5.140	58.952
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	313.020	76	-	34.655	347.751
Depósitos judiciais com passivo correspondente	(76.189)	50.686	-	(2.599)	(28.102)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	236.831	50.762	-	32.056	319.649

(a) PIS/COFINS

A Empresa, apoiada no parecer de seus consultores jurídicos, efetua a inclusão de despesas consideradas como insumos para sua atividade-fim na base de apuração de créditos de PIS e COFINS. A Empresa mantém, em 31 de dezembro de 2018, provisão para riscos sobre tais créditos no valor de R\$86.741. R\$38.105 foram revertidos em 2018; R\$26.620 em função do prazo prescricional de 5 anos para exigência do crédito tributário e R\$11.485 referente a multa de 75% que não pode ser mais exigida por tratar-se de caso em que a exigibilidade do tributo está suspensa por depósito judicial do montante integral dos créditos que a C&A tomou, o qual foi efetuado devido ter sido suspensa a liminar que autorizava o crédito em maio de 2018. A Empresa também mantém R\$35.213 de provisão referentes a crédito de Cofins importação e R\$11.992 referente a outros casos.

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

As provisões de ICMS correspondem a diversas discussões, das quais destacam-se: i) inidôneos - trata-se de processos administrativos e judiciais por meio dos quais é exigido da Empresa o ICMS supostamente devido em razão do creditamento de tributo destacado em notas fiscais emitidas por fornecedores considerados inidôneos pelos órgãos fazendários; (ii) guerra fiscal - trata-se de processos administrativos e judiciais por meio dos quais as autoridades tributárias pleiteiam imputar à Empresa o creditamento irregular do ICMS, normalmente destacado nas notas fiscais que acompanham as mercadorias adquiridas de fornecedores de outros estados; (iii) Créditos - trata-se de processos administrativos e judiciais por meio dos quais se discutem

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

créditos de ICMS tomados pela Empresa; (iv) Estoque - ausência de recolhimento de ICMS, apurado em levantamento quantitativo de estoque, gerado por diferenças entre sistemas fiscais e de mercadorias.

Em 2018, a Empresa, apoiada no parecer de seus consultores jurídicos, reverteu R\$20.569 em provisões que tratam de discussões relativas a: (i) fornecedores inidôneos - R\$10.634; (ii) guerra fiscal - R\$6.330; (iii) transferência indevida de saldo credor - R\$2.304; (iv) outros assuntos de ICMS - R\$1.301.

Também apoiada no parecer de seus consultores jurídicos a Empresa constituiu em 2018 uma provisão de R\$12.651, sendo que R\$10.493 referem-se a um caso de fornecedor inidôneo em que a Empresa teve um laudo pericial desfavorável a sua tese.

(c) Cíveis e trabalhistas

A provisão foi constituída para cobertura de processos cíveis e trabalhistas (reclamações de danos morais, horas extras, adicional noturno, verbas rescisórias e outros) em andamento. A Administração, baseada nas informações de seus consultores jurídicos e advogados internos, entende que o montante registrado é suficiente para cobrir perdas decorrentes de eventuais desfechos desfavoráveis à Empresa.

19.2. Depósitos judiciais

A Empresa está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais para garantir o prosseguimento das decisões judiciais, conforme requerido pelos tribunais, e/ou efetuados por decisão estratégica de Administração para proteção de seu caixa.

O saldo de depósitos judiciais registrados no ativo por natureza da discussão é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Tributários	33.109	22.606	21.124	33.109	22.340	21.936
Trabalhistas/Cíveis	34.639	29.940	28.538	34.639	29.940	28.538
Total	67.748	52.546	49.662	67.748	52.280	50.474

Os depósitos judiciais de maior relevância são relativos às seguintes causas tributárias:

a) Adicional de 1% do Cofins importação

Em 7 de março de 2013, a Empresa entrou com ação judicial para exigir o direito a crédito sobre o adicional de COFINS incidente sobre a importação de alguns de seus produtos e obteve medida liminar, passando a partir de então a se creditar do adicional do Cofins importação.

Em 26 de março de 2018, a tutela que autorizava o creditamento foi cassada, obrigando então a Empresa a oferecer garantia para suspender a exigibilidade do crédito tributário e assim continuar com a discussão em outras instâncias. A Empresa depositou judicialmente o valor de R\$33.794, o qual representa o valor dos créditos que a Empresa tomou durante todo o período, acrescido de juros.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para este caso, a Empresa mantém registrada provisão no valor de R\$35.159 e, por essa razão, o depósito judicial é apresentado reduzindo o saldo da provisão.

b) Inexigibilidade da Multa de 10% sobre o FGTS em demissões sem justa causa

Em 16 de outubro de 2013, a Empresa entrou com ação judicial para suspender a cobrança da multa de 10% sobre o FGTS em demissões sem justa causa.

A Empresa, apoiada em decisão de caráter liminar que a autorizava, deixou de recolher a multa de 10% do FGTS.

Em 16 de maio de 2018, a tutela que autorizava o credimento foi cassada, obrigando a Empresa a oferecer garantia para suspender a exigibilidade do crédito tributário e assim continuar com a discussão em outras instâncias. A Empresa efetuou então depósito judicial de R\$16.665, o qual representa o valor que a Empresa deixou de recolher no período, acrescido de juros.

Não há provisão constituída para essa ação judicial devido à avaliação da Administração, suportada pelos seus assessores legais, de que não é provável desembolso futuro.

19.3. Contingências não provisionadas

A Empresa possui o montante total atualizado de R\$371.967 (R\$255.722 em 2017, R\$180.849 em 2016) relativo a demandas judiciais e/ou administrativas referentes a matérias tributárias não provisionadas nas demonstrações contábeis em decorrência de sua avaliação de não ser provável o desembolso futuro.

A seguir detalhamos as principais demandas acrescidas de multas e juros, cuja a saída de recursos é possível na avaliação de nossos assessores jurídicos:

- (i) PIS e COFINS - Alíquota zero na venda de eletrônicos - Lei do Bem nº 11.196/05: refere-se a ação judicial que discute o reestabelecimento do benefício previsto na Lei do Bem nº 11.196/05, suspendendo a exigibilidade de PIS e COFINS na venda de produtos eletrônicos, que havia sido revogada através da Medida Provisória nº 690/2015 convertida na Lei nº 13.241/15. Valor atualizado do processo é de R\$185 milhões.
- (ii) Contribuição Previdenciária sobre Assistência Médica e Hospitalar: auto de infração para cobrança de contribuições previdenciárias supostamente incidentes sobre valores pagos a título de Assistência Médica e Hospitalar a seus funcionários e empregados segurados relativamente ao período de 12/12/1997 e 28/02/2005. O valor atualizado do processo é de R\$31 milhões.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (iii) IRPJ - variação cambial: refere-se a processo administrativo instaurado para a cobrança de débitos de IRPJ, decorrentes das exclusões pertinentes às parcelas de variação cambial credora (decorrente de ajuste do saldo de empréstimos em moeda estrangeira), realizadas para a apuração do lucro fiscal do ano-base. As aludidas deduções foram efetuadas com amparo na medida liminar concedida em Mandado de Segurança. O valor atualizado do processo é de R\$54 milhões.
- (iv) PIS/COFINS - Não cumulatividade: refere-se a autos de infração nos quais foram glosados créditos de PIS e COFINS sobre despesas consideradas como insumo pela Empresa nos exercícios de 2012 e 2014. O valor atualizado dos processos classificados como possível é de R\$28 milhões.
- (v) Tributos de Importação sobre Royalties: refere-se a autos de infração nos quais se exigem Imposto sobre Importação, PIS/PASEP - Importação e COFINS - Importação ante a não inclusão de Royalties pagos por uso de marcas licenciadas, na base de cálculo de mercadorias importadas. O valor atualizado dos processos é R\$17 milhões.
- (vi) ICMS - Fornecedores Inidôneos: refere-se a autos de infração nos quais se exigem ICMS, supostamente devido, em razão de creditamento do tributo destacado em notas fiscais emitidas pelos fornecedores da Empresa considerados inidôneos. O valor atualizado destes processos é de R\$7,4 milhões.

Com relação às causas cíveis e trabalhistas, devido à natureza e características diversas desses processos, a Administração considera que os montantes provisionados são os que melhor representam os riscos da Empresa para referidos assuntos. A Empresa considera impraticável a mensuração do valor das causas trabalhistas e cíveis não provisionadas (com prognóstico de perda possível, mas não provável), pois os pedidos iniciais diferem, invariável e significativamente, do valor final das indenizações.

Em decorrência de fatores externos, não sob controle da Empresa, não é praticável a determinação da época de desembolso, se houver, das discussões judiciais e administrativas que a Empresa venha a perder.

20. Ativos contingentes

A Empresa é parte em ações em que pleiteia seu direito a créditos tributários, os quais dependem de decisão judicial final transitada em julgado para poderem ser refletidos nas demonstrações contábeis como ativos. A seguir são apresentadas as principais ações que tratam de ativos contingentes:

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS

A Empresa ingressou com duas ações judiciais em andamento que objetivam o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos no passado, sendo que uma engloba o período de 2002 a 2014 e outra de 2015 a 2017.

A probabilidade de ganho nos processos é avaliada pelos assessores jurídicos da Empresa como provável quanto ao mérito, fundamentalmente devido à decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") no *leading case* que tratou dessa tese, transitada em julgado em março de 2017, que determinou a inconstitucionalidade da inclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS.

A União Federal ingressou com embargos para que o STF defina e esclareça também a modulação dos efeitos (a partir de quando o ICMS deve ser excluído) e a fixação da forma de cálculo (qual valor de ICMS a ser excluído - o pago, líquido dos créditos oriundo das compras, ou o ICMS sobre vendas); o que encontra-se pendente. Não obstante os embargos interpostos pela União Federal, os Tribunais Regionais Federais (TRF) - instâncias inferiores - devem seguir a decisão do STF no julgamento de todos os processos de outros contribuintes que foram sobrestados em função do julgamento do *leading case*.

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa estimava o valor indevidamente recolhido referente ao período de 2002 a 2014, e ao qual entende ter direito à restituição, em R\$1.244.973, atualizados monetariamente e com juros.

O registro dos referidos créditos depende de trânsito em julgado nos processos em que a Empresa é parte, momento em que os mesmos deixarão de ser considerados como ativo contingente.

Inexigibilidade de PIS/COFINS nas operações realizadas na Zona Franca de Manaus (ZFM)

A Empresa possui ação judicial em andamento que objetiva o reconhecimento de que suas vendas de mercadorias destinadas à ZFM (ainda que com origem na própria ZFM) sejam equiparadas para todos os fins fiscais à exportação; e, conseqüentemente, que seja reconhecida a inexistência de relação jurídico-tributária entre a União e a Empresa quanto à incidência do PIS e da COFINS sobre a receita das operações dessa natureza.

O processo já possui decisão favorável de 2ª Instância proferida pelo TRF da 1ª. Região e aguarda inclusão dos embargos de declaração opostos pela União em pauta de julgamento. Como o processo da Empresa ainda está pendente de decisão judicial transitada em julgado, não é possível o reconhecimento do ativo relativo aos créditos a serem levantados em relação às competências que antecedem 5 anos da data de ingresso da ação (31 de março de 2016). Com base em levantamento preliminar, elaborado a partir das informações disponíveis em 31 de

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dezembro de 2018, a Empresa estima o valor potencial dos créditos em aproximadamente R\$117.500.

Em relação aos valores relativos às competências posteriores a maio de 2018, período no qual a probabilidade de perda das ações é avaliada por seus assessores jurídicos como remota em função de sentença favorável no processo, a Empresa vem reconhecendo os efeitos no resultado, tendo apurado um impacto positivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$9.147.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

	2018		2017		2016	
	R\$	Quotas (milhares)	R\$	Quotas (milhares)	R\$	Quotas (milhares)
Cofra Investments SARL	517.826	517.826	517.826	517.826	445.267	445.267
Incas S.A.	517.826	517.826	517.826	517.826	445.267	445.267
Cofra Latin America Ltda.	68	68	68	68	178	178
	1.035.720	1.035.720	1.035.720	1.035.720	890.712	890.712

Durante o exercício de 2016, os quotistas Cofra Investimets SARL e Incas S.A. efetuaram aportes de capital no montante de R\$100.000 cada, resultando numa integralização total de R\$200.000, conforme Alteração e Consolidação do Contrato Social datadas de 7 de março de 2016 (para o aporte de R\$150.000), e 27 de junho de 2016 (para o aporte de R\$50.000).

Durante o exercício de 2017, os quotistas Cofra Investimets SARL e Incas S.A. efetuaram aportes de capital no montante de R\$72.504 cada, resultando numa integralização total de R\$145.008, conforme Alteração e Consolidação do Contrato Social datadas de 17 de julho de 2017 (para o aporte de R\$100.000), 1º de dezembro de 2017 (para o aporte de R\$45.000), e 31 de dezembro de 2017 (para o aporte de R\$8).

b) Juros sobre capital próprio

Em 31 de dezembro de 2018 foi aprovada em reunião de sócios, a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$68.917 e pago em fevereiro de 2019 (R\$65.673 em 2017).

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Receita líquida (reapresentado)

	Controladora			Consolidado		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Venda de mercadorias	6.668.266	6.636.808	6.499.875	6.668.266	6.636.808	6.499.875
Receita parceria serviços financeiros	213.992	168.191	91.820	213.992	168.192	91.820
Receita de prestação de serviços e comissões	92.427	121.397	111.058	92.427	121.397	111.058
Receita líquida com securitização de crédito	-	-	-	2.051	2.272	6.364
ICMS	(982.959)	(986.743)	(947.097)	(982.959)	(986.743)	(947.097)
COFINS	(366.298)	(422.730)	(478.932)	(366.380)	(422.839)	(479.207)
PIS	(79.258)	(91.483)	(103.738)	(79.272)	(91.501)	(103.783)
Cancelamentos e trocas	(371.537)	(379.287)	(387.355)	(371.537)	(379.287)	(387.355)
Outros	(10.229)	(12.688)	(10.981)	(10.228)	(12.689)	(10.981)
	5.164.404	5.033.465	4.774.650	5.166.360	5.035.610	4.780.694

23. Resultado por natureza (reapresentado)

23.1 Classificado por função

	Controladora			Consolidado		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(2.617.217)	(2.614.085)	(2.775.856)	(2.617.217)	(2.614.085)	(2.775.856)
Gerais e administrativas	(481.379)	(508.818)	(478.927)	(482.233)	(509.821)	(481.679)
Vendas	(1.699.883)	(1.596.714)	(1.536.151)	(1.699.883)	(1.596.848)	(1.536.151)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(10.806)	(18.155)	5.439	(10.806)	(18.156)	5.438
	(4.809.285)	(4.737.772)	(4.785.495)	(4.810.139)	(4.738.910)	(4.788.248)

23.2 Custo das vendas por natureza

	Controladora			Consolidado		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Custo das mercadorias vendidas	(2.572.361)	(2.566.830)	(2.710.681)	(2.572.361)	(2.566.830)	(2.710.681)
Custo dos serviços prestados	(1.596)	(2.139)	(2.586)	(1.596)	(2.139)	(2.586)
Outros	(43.260)	(45.116)	(62.589)	(43.260)	(45.116)	(62.589)
	(2.617.217)	(2.614.085)	(2.775.856)	(2.617.217)	(2.614.085)	(2.775.856)

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.3 Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora			Consolidado		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Ocupação	(34.615)	(33.185)	(32.088)	(34.615)	(33.185)	(32.088)
Pessoal	(240.927)	(240.665)	(217.453)	(240.927)	(240.665)	(217.453)
Material/serviços de terceiros	(154.076)	(154.535)	(146.589)	(154.931)	(155.498)	(149.311)
Depreciação e amortização	(74.432)	(62.258)	(59.975)	(74.432)	(62.258)	(59.975)
Outros (despesas) receitas (i)	22.671	(18.175)	(22.822)	22.672	(18.215)	(22.852)
	(481.379)	(508.818)	(478.927)	(482.233)	(509.821)	(481.679)

(i) Em 2018, houve reversão de provisões para contingências tributárias.

23.4 Despesas com vendas por natureza

	Controladora			Consolidado		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Ocupação	(522.814)	(494.621)	(445.775)	(522.814)	(494.621)	(445.775)
Pessoal	(581.958)	(585.653)	(585.593)	(581.958)	(585.653)	(585.593)
Material/serviços de terceiros	(174.608)	(143.144)	(147.630)	(174.608)	(143.144)	(147.630)
Depreciação e amortização	(130.759)	(135.358)	(141.898)	(130.759)	(135.358)	(141.898)
Publicidade e vitrines	(120.583)	(96.180)	(115.738)	(120.583)	(96.180)	(115.738)
Outros	(169.161)	(141.758)	(99.517)	(169.161)	(141.892)	(99.517)
	(1.699.883)	(1.596.714)	(1.536.151)	(1.699.883)	(1.596.848)	(1.536.151)

23.5 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas, por natureza

	Controladora			Consolidado		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Resultado na baixa de ativos	(13.907)	(20.964)	(1.661)	(13.907)	(20.964)	(1.661)
Depreciação e amortização	(33)	(281)	(811)	(33)	(281)	(811)
Outros	3.134	3.090	7.911	3.134	3.089	7.910
	(10.806)	(18.155)	5.439	(10.806)	(18.156)	5.438

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado financeiro (reapresentado)

	Controladora			Consolidado		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Resultado com derivativos	17.192	(30.206)	(304.257)	17.192	(30.206)	(304.257)
Despesa financeira						
Juros sobre empréstimos para capital de giro – partes relacionadas	(41.170)	(69.318)	(96.056)	(41.170)	(69.318)	(96.056)
Variação cambial	(221.443)	(144.204)	(226.702)	(221.443)	(144.204)	(226.702)
Despesas bancárias e IOF	(3.295)	(5.190)	(5.922)	(3.298)	(5.204)	(5.934)
Juros sobre impostos e contingências	(27.790)	(35.444)	(37.798)	(27.803)	(35.466)	(37.803)
Despesa financeira de fornecedores	(23.132)	(38.859)	(40.795)	(23.132)	(38.859)	(40.795)
Outros	(15)	(139)	(207)	(14)	(149)	(211)
	(316.845)	(293.154)	(407.480)	(316.860)	(293.200)	(407.501)
Receita financeira						
Juros	14.326	7.496	42.431	14.339	7.606	42.864
Variação cambial	122.994	115.825	448.140	122.994	115.825	448.140
Receita financeira de fornecedores	24.432	21.662	10.787	24.432	21.662	10.787
Outros	7.232	23.151	12.554	7.232	23.160	12.607
	168.984	168.134	513.912	168.997	168.253	514.398
Resultado financeiro, líquido	(130.669)	(155.226)	(197.825)	(130.671)	(155.153)	(197.360)

25. Instrumentos financeiros e gestão de capital (reapresentado)

25.1. Gestão de risco financeiro

As atividades da Empresa e de suas controladas as expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado.

Risco de taxa de juros

A Empresa está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros que pode impactar o retorno sobre seus ativos de curto prazo. A análise de sensibilidade abaixo

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

demonstrada foi desenvolvida considerando a exposição ao CDI, que é o indexador das aplicações financeiras contratadas pela Empresa.

	Controladora e Consolidado					
	Risco	2018	Taxa	Resultado financeiro		
				Cenário provável (i)	Cenário baixa 25%	Cenário baixa 50%
Ativos						
Equivalentes de caixa	Baixa CDI	372.010	CDI (i)	26.524	19.893	13.262

(i) Juros calculados com base no CDI diário anualizado (7,13% - conforme relatório Focus de dezembro de 2018) em 31/12/2018.

Risco cambial

O risco cambial existe nas operações comerciais futuras geradas, principalmente, por importações de mercadorias denominadas em dólar norte-americano e de empréstimos com empresas vinculadas no exterior denominadas em Euro. A política de gestão de risco cambial é definida pela matriz da Empresa.

i) Empréstimos

A Empresa captou empréstimos com empresas partes relacionadas em moeda estrangeira acrescidos de juros fixos, não existindo portanto o risco de taxa de juros sobre os empréstimos. Todavia, os empréstimos, os quais ocorrem somente com partes relacionadas, são captados em moeda estrangeira e denominados em Euro e, portanto, está intrínscico o risco cambial. As despesas com juros e variação cambial são lançadas em contrapartida à conta de “Receitas e despesas financeiras”.

O risco de variação cambial sobre os empréstimos em moeda estrangeira foi mitigado por meio de contratação de *swap*, mediante o qual a variação cambial foi “trocada” por uma taxa fixa, conforme demonstrado abaixo:

Moeda	Valor	R\$	Ponta Ativa	Ponta Passiva
Euro	86.190	382.597	100% EUR + 3%	10,48%
Euro	46.919	208.271	100% EUR + 3%	9,90%
		590.868		

Como a operação acima mencionada eliminou a exposição da Empresa à moeda estrangeira Euro, também não está sendo demonstrada a análise de sensibilidade quanto à variação cambial, por não haver mais a exposição a esse risco.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na tabela abaixo, demonstramos as posições consolidadas dos swaps em 31 de dezembro de 2018.

Contraparte	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Valor justo ativo
Citibank	383.189	349.351	33.838
Citibank	209.299	194.168	15.131
	592.488	543.519	48.969

A operação de swap está classificada no nível 2 da hierarquia de valor justo, pois são utilizadas informações de mercado observáveis. A operação está contabilizada a valor justo

ii) *Importação de mercadorias*

A Empresa se protege de oscilações cambiais do saldo a liquidar de suas importações por meio da contratação de *Non Deliverable Forwards (NDFs)* para as compras altamente prováveis previstas em orçamento. Essa contratação é baseada no valor FOB das mercadorias. No quadro abaixo, também destacamos a exposição sobre a variação cambial relacionada aos impostos não recuperáveis no desembaraço das mercadorias para os quais a Empresa não está protegida.

O percentual de 36% de impostos não recuperáveis sobre as NDFs foi determinado conforme os percentuais de imposto de importação (35%, em média) e sobre o percentual não recuperável de COFINS sobre importação (1%). A taxa de câmbio em dólar utilizada na análise de sensibilidade foi obtida do relatório Focus divulgado pelo BACEN em 28 de dezembro de 2018.

Derivativo	Posição	Risco	Valor de referência (notional)	Impostos não recuperáveis USD	Cenário Provável	Cenários Negativos		Cenários Positivos	
						Possível +25%	Remoto + 50%	Possível -25%	Remoto -50%
			FOB USD	36%	USD 1 = R\$ 3,80	USD 1 = R\$ 4,75	USD 1 = R\$ 5,70	USD 1 = R\$ 2,85	USD 1 = R\$ 1,90
NDF	Comprado	Alta dólar	50.250	18.090	68.742	(85.928)	(103.113)	51.557	34.371

iii) *Instrumentos financeiros designados para hedge accounting*

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, a Empresa administra as suas exposições em moeda estrangeira relacionadas à compra de mercadorias por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de entrada de mercadorias no estoque contida no orçamento oficial da Empresa.

A partir de outubro de 2016, a Empresa designou formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos derivativos para cobertura das suas importações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de proteger a volatilidade do

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

custo de entrada das mercadorias no estoque em decorrência dos momentos desfavoráveis na taxa de câmbio.

A estrutura de *hedge* consiste na cobertura de uma transação prevista, altamente provável, de entradas de mercadorias no estoque em USD referente às importações de produtos que serão comercializados pela Empresa, contra o risco de flutuação de taxa de câmbio USD vs BRL, adotando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros derivativos como NDFs, em valores, vencimentos e moeda equivalentes ao *budget* de importações em USD.

As transações para as quais a Empresa fez a designação de *hedge accounting* são altamente prováveis, apresentam uma exposição à variação do fluxo de caixa que poderia afetar lucros e perdas e são altamente efetivas em atingir as variações cambiais ou fluxo de caixa atribuível ao risco coberto.

Instrumentos de proteção designados para hedge accounting e períodos previstos do fluxo de caixa das importações

Data prevista	US\$ milhares		Contraparte	US\$ milhares	
	Budget (hedgeado)	Vencimento		NDF valor de referência	
jan/2019	(2.801)	jan/2019	Santander	2.801	
fev/2019	(2.480)	fev/2019	ItaúBBA	2.480	
fev/2019	(1.050)	fev/2019	Santander	1.050	
mar/2019	(1.719)	mar/2019	Itaú	1.719	
mar/2019	(2.850)	mar/2019	Santander	2.850	
mar/2019	(2.100)	mar/2019	Santander	2.100	
abr/2019	(3.493)	abr/2019	Santander	3.493	
abr/2019	(5.800)	abr/2019	Itaú	5.800	
abr/2019	(500)	abr/2019	ItaúBBA	500	
mai/2019	(2.900)	mai/2019	Santander	2.900	
mai/2019	(4.800)	mai/2019	Itaú	4.800	
mai/2019	(2.500)	mai/2019	Santander	2.500	
jun/2019	(2.287)	jun/2019	Itaú	2.287	
jun/2019	(1.550)	jun/2019	Santander	1.550	
jun/2019	(5.500)	jun/2019	Santander	5.500	
jul/2019	(4.200)	jul/2019	ItaúBBA	4.200	
jul/2019	(1.016)	jul/2019	Santander	1.016	
jul/2019	(680)	jul/2019	Santander	680	
ago/2019	(1.224)	ago/2019	Santander	1.224	
ago/2019	(800)	ago/2019	Santander	800	
Total	(50.250)			50.250	

Os instrumentos financeiros estão mensurados a valor justo, na categoria nível 2, que envolve técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.

Na tabela a seguir demonstramos as posições consolidadas por data de vencimento em aberto em 31 de dezembro de 2018 dos contratos a termo (NDF) utilizados para cobertura de risco de taxa de câmbio:

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Derivativo	Posição	Contrato	Data da contratação	Data de vencimento	Valor de referência (notional) - USD	Valor justo ativo
Termo	Comprado	NDF	16/01/2018	16/01/2019	2.801	1.444
Termo	Comprado	NDF	16/01/2018	15/02/2019	2.480	1.238
Termo	Comprado	NDF	14/06/2018	20/02/2019	1.050	105
Termo	Comprado	NDF	14/06/2018	20/03/2019	1.719	174
Termo	Comprado	NDF	19/06/2018	20/03/2019	2.850	74
Termo	Comprado	NDF	07/08/2018	20/03/2019	2.100	210
Termo	Comprado	NDF	14/06/2018	17/04/2019	3.493	344
Termo	Comprado	NDF	19/06/2018	17/04/2019	5.800	137
Termo	Comprado	NDF	07/08/2018	17/04/2019	500	48
Termo	Comprado	NDF	14/06/2018	15/05/2019	2.900	268
Termo	Comprado	NDF	19/06/2018	15/05/2019	4.800	98
Termo	Comprado	NDF	07/08/2018	15/05/2018	2.500	238
Termo	Comprado	NDF	14/06/2018	19/06/2019	2.287	217
Termo	Comprado	NDF	19/06/2018	19/06/2019	1.550	22
Termo	Comprado	NDF	07/08/2018	19/06/2019	5.500	500
Termo	Comprado	NDF	07/08/2018	17/07/2019	4.200	372
Termo	Comprado	NDF	14/06/2018	17/07/2019	1.016	92
Termo	Comprado	NDF	19/06/2018	17/07/2019	680	10
Termo	Comprado	NDF	14/06/2018	21/08/2019	1.224	99
Termo	Comprado	NDF	19/06/2018	21/08/2019	800	5
Total					50.250	5.695

Os instrumentos financeiros derivativos estão registrados a valor justo. Desta forma, o valor contábil e valor justo são iguais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as operações de NDF resultaram num ganho líquido dos efeitos tributários no montante de R\$3.808 (R\$4.018 em 2017 e perda de R\$15.887 em 2016), lançado em outros resultados abrangentes.

Durante o exercício, as operações de *hedge* com NDF utilizadas para proteção do risco de fluxo de caixa de pedidos de importação foram efetivas, com base na normativa prevista pelo CPC 48/IFRS 9. Caso a operação se torne inefetiva, a parcela inefetiva é registrada diretamente no resultado, no período em que ocorrer. Não houve parcelas inefetivas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, de 2017 e de 2016.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resumo das posições de derivativos e reconciliação com o balanço patrimonial (Controladora e Consolidado)

	2018	2017	2016
Posição ativa /(passiva) de swaps	48.969	53.835	(37.220)
Posição ativa/ (passiva) de NDFs	5.695	(74)	(6.162)
Total	54.664	53.761	(43.382)
Ativo Circulante – Derivativos	55.067	53.835	35.463
Ativo não Circulante – Derivativos	-	-	49.457
Passivo Circulante – Derivativos	(403)	(74)	(128.302)
Total	54.654	53.761	(43.382)

b) Risco de crédito

i) Caixa e equivalentes de caixa

De acordo com a política da Empresa, caixas e equivalentes de caixa devem ser aplicados em instituições financeiras classificadas com baixo risco de crédito.

ii) Recebíveis

O risco de crédito da Empresa é minimizado à medida que os ativos representados pelos recebíveis da venda de mercadoria e serviços são intermediados pelo Banco Bradesco e empresas administradoras de cartão de crédito. No caso das administradoras de cartão de crédito, o risco é integralmente transferido à elas, ficando para a Empresa apenas o risco de não reconhecimento de compra pelos clientes para o qual é mensurada e registrada uma provisão de redução ao valor recuperável. No caso das operações intermediadas pelo Banco Bradesco, existe uma perda potencial, limitada à 50% conforme previsto em contrato, dos recebíveis duvidosos líquidos registrados naquela instituição, além do não reconhecimento de compra pelo cliente. Historicamente, as perdas de crédito são inferiores aos ganhos provenientes do resultado do contrato de parceria com o Banco Bradesco.

c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa e sua controlada para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, os planos de investimentos e as obrigações financeiras.

A Empresa e sua controlada investem o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros pós-fixados e com liquidez diária (CDBs e LCAs de instituições financeiras que se enquadram na política de investimento aprovada pela Administração).

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Qualquer necessidade adicional de recursos é suprida via capital próprio (aumento de capital e/ou empréstimo com empresas do Grupo Cofra).

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento dos passivos financeiros consolidados da Empresa:

Em 31 de dezembro 2018	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos a pagar para partes relacionadas	594.006	313.450	-	907.456
Outros passivos com partes relacionadas	117.569	-	-	117.569
Arrendamento mercantil	230	832	786	1.848
Fornecedores	678.846	-	-	678.846
	1.390.651	314.282	786	1.705.719
Em 31 de dezembro 2017	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos a pagar para partes relacionadas	849.906	-	-	849.906
Outros passivos com partes relacionadas	130.145	-	-	130.145
Arrendamento mercantil	257	930	918	2.105
Fornecedores	686.193	-	-	686.193
Total	1.666.501	930	918	1.668.349
Em 31 de dezembro 2016	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos a pagar para partes relacionadas	633.313	690.606	-	1.323.919
Outros passivos com partes relacionadas	61.601	-	-	61.601
Arrendamento mercantil	287	1.041	1.064	2.392
Fornecedores	609.005	-	-	609.005
Total	1.304.206	691.647	1.064	1.996.917

25.2. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Empresa e suas controladas é assegurar que se mantenha uma estrutura de financiamento de suas operações.

A Empresa e suas controladas administram sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada essa estrutura, a Empresa e suas controladas podem efetuar pagamentos de dividendos, retornar capital aos quotistas e captar empréstimos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Empresa e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos com partes relacionadas menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora			Consolidado		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Empréstimos de curto e longo prazos com partes relacionadas	907.456	849.906	1.323.919	907.456	849.906	1.323.919
Caixa e equivalentes de caixa	(444.923)	(431.002)	(486.994)	(446.006)	(431.759)	(489.705)
Dívida líquida	462.533	418.904	836.925	461.450	418.147	834.214
Total do patrimônio líquido	1.115.037	1.006.512	826.279	1.115.039	1.006.513	826.288
Índice de alavancagem financeira com partes relacionadas	41%	42%	101%	41%	42%	101%

25.3. Classificação de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, os instrumentos financeiros estavam assim resumidos e classificados:

	Controladora			
	Custo amortizado	Valor Justo	Valor justo por meio outros resultados abrangentes	Total
Em 31 de dezembro de 2018				
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	444.923	-	-	444.923
Derivativos	-	49.372	5.695	55.067
Contas a receber	1.142.594	-	-	1.142.594
Depósitos judiciais	67.748	-	-	67.748
Partes relacionadas	764	-	-	764
<u>Passivos financeiros</u>				
Arrendamento mercantil	(1.848)	-	-	(1.848)
Derivativos	-	(403)	-	(403)
Fornecedores	(678.822)	-	-	(678.822)
Partes relacionadas	(1.025.024)	-	-	(1.025.024)
Total em 31 de dezembro de 2018	(49.665)	48.969	5.695	4.999
Em 31 de dezembro de 2017				
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	431.002	-	-	431.002
Derivativos	-	53.835	-	53.835
Contas a receber	1.070.664	-	-	1.070.664
Depósitos judiciais	52.546	-	-	52.546
Partes relacionadas	1.037	-	-	1.037
<u>Passivos financeiros</u>				
Arrendamento mercantil	(2.105)	-	-	(2.105)
Derivativos	-	-	(74)	(74)
Fornecedores	(686.170)	-	-	(686.170)
Partes relacionadas	(980.051)	-	-	(980.051)
Total em 31 de dezembro de 2017	(113.077)	53.835	(74)	(59.316)

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			Total
	Custo amortizado	Valor Justo	Valor justo por meio outros resultados abrangentes	
Em 31 de dezembro de 2016				
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	486.994	-	-	486.994
Derivativos	-	84.920	-	84.920
Contas a receber	1.012.919	-	-	1.012.919
Depósitos judiciais	49.662	-	-	49.662
Partes relacionadas	3.366	-	-	3.366
<u>Passivos financeiros</u>				
Arrendamento mercantil	(2.392)	-	-	(2.392)
Derivativos	-	-	(128.302)	(128.302)
Fornecedores	(608.981)	-	-	(608.981)
Partes relacionadas	(1.385.515)	-	-	(1.385.515)
Total em 31 de dezembro de 2016	(443.947)	84.920	(128.302)	(487.329)
Consolidado				
	Custo amortizado	Valor Justo	Valor justo por meio outros resultados abrangentes	Total
Em 31 de dezembro de 2018				
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	446.006	-	-	446.006
Derivativos	-	49.372	5.695	55.067
Contas a receber	1.142.836	-	-	1.142.836
Depósitos judiciais	67.748	-	-	67.748
Partes relacionadas	259	-	-	259
<u>Passivos financeiros</u>				
Arrendamento mercantil	(1.848)	-	-	(1.848)
Derivativos	-	(403)	-	(403)
Fornecedores	(678.846)	-	-	(678.846)
Partes relacionadas	(1.025.025)	-	-	(1.025.025)
Total em 31 de dezembro de 2018	(48.870)	48.969	5.695	5.794
Em 31 de dezembro de 2017				
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	431.759	-	-	431.759
Derivativos	-	53.835	-	53.835
Contas a receber	1.070.690	-	-	1.070.690
Depósitos judiciais	52.280	-	-	52.280
Partes relacionadas	1.031	-	-	1.031
<u>Passivos financeiros</u>				
Arrendamento mercantil	(2.105)	-	-	(2.105)
Derivativos	-	-	(74)	(74)
Fornecedores	(686.193)	-	-	(686.193)
Partes relacionadas	(980.051)	-	-	(980.051)
Total em 31 de dezembro de 2017	(112.589)	53.835	(74)	(58.828)

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			Total
	Custo amortizado	Valor Justo	Valor justo por meio outros resultados abrangentes	
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	489.705	-	-	489.705
Derivativos	-	84.920	-	84.920
Contas a receber	1.013.011	-	-	1.013.011
Depósitos judiciais	50.474	-	-	50.474
Partes relacionadas	767	-	-	767
<u>Passivos financeiros</u>				
Arrendamento mercantil	(2.392)	-	-	(2.392)
Derivativos	-	-	(128.302)	(128.302)
Fornecedores	(605.789)	-	-	(605.789)
Partes relacionadas	(1.385.520)	-	-	(1.385.520)
Total em 31 de dezembro de 2016	(439.744)	84.920	(128.302)	(483.126)

A mensuração dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foi de acordo com o Nível 2 da hierarquia de mensuração a valor justo.

25.3. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	Saldo em 31 de dezembro 2017	Fluxos de caixa	Variação cambial	Juros Incorridos	Outros	Saldo em 31 de dezembro 2018
Arrendamento mercantil	2.105	(257)	-	-	-	1.848
Partes relacionadas	980.051	(125.694)	86.273	41.149	43.246	1.025.025
Derivativos	74	28.070	-	-	(27.741)	403
Capital social	1.035.720	-	-	-	-	1.035.720
Total	2.017.950	(97.881)	86.273	41.149	15.505	2.062.996
	Saldo em 31 de dezembro 2016	Fluxos de caixa	Variação cambial	Juros Incorridos	Outros	Saldo em 31 de dezembro 2017
Arrendamento mercantil	2.392	(287)	-	-	-	2.105
Partes relacionadas	1.385.520	(569.601)	26.262	69.318	68.552	980.051
Derivativos	128.302	(138.440)	-	-	10.212	74
Capital social	890.712	145.008	-	-	-	1.035.720
Total	2.406.926	(563.320)	26.262	69.318	78.764	2.017.950
	Saldo em 31 de dezembro 2015	Fluxos de Caixa	Variação cambial	Juros Incorridos	Outros	Saldo em 31 de dezembro 2016
Arrendamento mercantil	2.713	(321)	-	-	-	2.392
Partes relacionadas	1.684.031	(110.604)	(219.353)	96.056	(64.610)	1.385.520
Derivativos	39.655	(46.203)	-	-	134.850	128.302
Capital social	690.712	200.000	-	-	-	890.712
Total	2.417.111	42.872	(219.353)	96.056	70.240	2.406.926

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Seguros contratados

A Empresa tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos com sinistros de seu imobilizado (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial), estoques, reponsabilidade civil e transporte de mercadoria, conforme abaixo:

	Consolidado		
	2018	2017	2016
Responsabilidade Civil e D&O	106.167	98.713	112.221
Patrimônio e Estoque	5.211.843	5.055.957	4.881.801
Transporte	114.477	88.237	43.167
	5.432.487	5.242.907	5.037.189

27. Plano de aposentadoria

A Empresa participa, juntamente com outras empresas ligadas, como patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, que tem como objetivo instituir planos privados de concessão de benefícios de renda suplementar. Para uma determinada massa de funcionários da Empresa, os planos de suplementação estão estruturados na forma de Contribuição Definida e o valor da renda mensal está vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor de cada participante. A renda mensal, uma vez iniciada, é atualizada uma vez a cada ano com base no saldo atualizado do participante. As contribuições aos planos são feitas pelos participantes ativos e/ou patrocinadora. Para os demais funcionários, os planos garantem um benefício mínimo equivalente a três salários mensais de cada funcionário, computado de forma proporcional ao tempo de serviço. O pagamento desse benefício mínimo é efetuado em uma única parcela por ocasião do término do vínculo empregatício do funcionário. As contribuições aos planos relativas a esse benefício mínimo são feitas exclusivamente pela Empresa.

Em 2018, a Empresa contribuiu com R\$9.431 (R\$7.719 e R\$4.625 em 2017 e 2016, respectivamente) à Cyamprev, contabilizados como despesa no resultado do exercício. O total de empregados participantes dos planos em 31 de dezembro de 2018 é de 15.337 (15.662 e 15.976 em 2017 e 2016, respectivamente), tendo 154 participantes assistidos (135 e 131 em 2017 e 2016, respectivamente).

Conforme CPC 33, aprovado pela Resolução CFC nº 1.193/09, a Empresa reconhece um ativo atuarial quando: (a) a Empresa controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros; (b) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela entidade e serviço prestado pelo empregado); e (c) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Empresa na forma de redução em contribuições futuras. Em 31 de dezembro de 2018, o valor justo dos ativos do plano, relacionados ao benefício mínimo acima descrito, supera o valor atuarial presente das obrigações acumuladas de benefícios em aproximadamente R\$391 (R\$681 e R\$ 2.246 em 2017 e 2016, respectivamente).

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado por quota

O cálculo do lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por quota é feito por meio da a divisão do lucro líquido (prejuízo) da Empresa atribuível aos quotistas controladores pela quantidade média ponderada de quotas existentes no exercício.

A Empresa não possui não possuía instrumentos diluidores do lucro nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

	2018	2017	2016
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível aos quotistas controladores	173.636	96.880	(141.272)
Quantidade média ponderada de quotas no exercício (em milhares)	1.035.720	981.866	839.754
Lucro líquido (prejuízo) por quota – básico e diluído	0,1676	0,0987	(0,1682)

29. Eventos subsequentes

a) Créditos Extemporâneos de PIS/COFINS

Em 8 de abril de 2019, a Empresa foi informada por seus assessores legais que, em 28 de fevereiro de 2019, o mandado de segurança que buscava reconhecer seu direito de não incluir na base de cálculo do PIS e da COFINS os valores correspondentes ao ICMS destacado em nota fiscal, mencionado na nota explicativa nº 20 e relativo ao período de janeiro de 2002 a dezembro de 2014, teve seu trânsito em julgado, sem possibilidade de apelação, em linha com o que foi decidido no RE 574706, julgado pelo STF em sede de recurso repetitivo.

O valor do crédito fiscal ao qual a Empresa tem direito totalizou R\$1.244.973 e foi reconhecido como receita e crédito fiscal a compensar no primeiro trimestre de 2019.

b) Alteração da Empresa de Sociedade Limitada para Sociedade por Ações

Conforme deliberação dos sócios quotistas em reunião datada de 28 de agosto de 2019, e Assembleia Geral realizada nessa mesma data, foi aprovada a conversão das quotas da Empresa em ações ordinárias à razão de 1 quota por 1 ação ordinária, transformando-se a Empresa de Sociedade Limitada numa Sociedade por Ações e alteração da razão social para C&A Modas S.A..

c) Alteração do montante possível em causa tributária

Em 7 de agosto de 2019, a Empresa tomou ciência de um processo administrativo de cobrança iniciado pela Receita Federal de Brasil relativo aos valores de PIS e COFINS na venda de eletrônicos (Lei do Bem nº 11.196/05). O risco deste processo consta da nota 18.3(a) no valor de R\$192 milhões, contudo, no referido processo administrativo foi aplicada multa de mora de 20%, enquanto nossas estimativas consideravam um montante superior.

C&A Modas Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Portanto, a Empresa reavaliou a estimativa de desembolso para R\$138 milhões e manteve a classificação de perda como possível.

A Empresa informa ainda que foi oferecida uma garantia para suspender a exigibilidade dos tributos, até que uma decisão em relação ao mérito seja proferida nas ações que discutem o assunto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	4
2.3 - Outras Informações Relevantes	5

3. Informações Financ. Seleccionadas

3.1 - Informações Financeiras	6
3.2 - Medições Não Contábeis	7
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	13
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	14
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	16
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	17
3.7 - Nível de Endividamento	18
3.8 - Obrigações	19
3.9 - Outras Informações Relevantes	20

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	21
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	46
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	48
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	59
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	61
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	62
4.7 - Outras Contingências Relevantes	64
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	66

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	67
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	75
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	79
5.4 - Programa de Integridade	83
5.5 - Alterações significativas	87
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	88

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	89
6.3 - Breve Histórico	90
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	91
6.6 - Outras Informações Relevantes	92

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	93
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	107
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	108
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	109
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	121
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	122
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	125
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	126
7.8 - Políticas Socioambientais	127
7.9 - Outras Informações Relevantes	129

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários	130
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	131
8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	132

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	133
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	134
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	135
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	145
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	146
9.2 - Outras Informações Relevantes	147
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	148
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	177
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	180
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	181
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	186
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	191
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	192
10.8 - Plano de Negócios	193
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	195
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	196
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	197
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	198
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	208
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	213
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	216
12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	217
12.7/8 - Composição Dos Comitês	221

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	223
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	224
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	226
12.12 - Outras informações relevantes	227

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	230
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	237
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	241
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	244
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	247
13.6 - Opções em Aberto	248
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	249
13.8 - Precificação Das Ações/opções	250
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	252
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	253
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	254
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	255
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	256
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	257
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	258
13.16 - Outras Informações Relevantes	259

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	260
14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	263
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	264

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	266
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	267
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	268
15.3 - Distribuição de Capital	274
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	275
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	276
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	277
15.7 - Principais Operações Societárias	278
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	279
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	280
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	282
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	288
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	293
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	294
17.2 - Aumentos do Capital Social	295
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	296
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	297
17.5 - Outras Informações Relevantes	298
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	299
18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	300
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	301

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	302
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	303
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	304
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	305
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	306
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	307
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	308
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	309
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	310
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	311
19. Planos de Recompra/tesouraria	
19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	312
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	313
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	314
20. Política de Negociação	
20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	315
20.2 - Outras Informações Relevantes	317
21. Política de Divulgação	
21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	318
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	320
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	322
21.4 - Outras Informações Relevantes	323

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Paulo Correa Junior

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

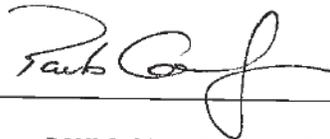
Milton Lucato Filho

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO**PARA FINS DO ITEM 1.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

PAULO CORREA JUNIOR, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 59523232 (IFP/RJ), inscrito no CPF/ME sob o nº 926.420.477-68, com endereço comercial na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville, cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06455-000, na qualidade de Diretor Presidente da **C&A MODAS S.A.**, com sede na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville, cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06455-000, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/ME) sob o nº 45.242.914/0001-05 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

**PAULO CORREA JUNIOR**

Diretor Presidente

DECLARAÇÃO**PARA FINS DO ITEM 1.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

MILTON LUCATO FILHO, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.617.751-5 (SSP-SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 042.878.958-78, com endereço comercial na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville, cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06455-000, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da **C&A MODAS S.A.**, com sede na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville, cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06455-000, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/ME) sob o nº 45.242.914/0001-05 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



MILTON LUCATO FILHO

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	471-5		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S		
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25		
Data início	01/01/2004		
Descrição do serviço contratado	Relativamente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S prestou serviços de (i) auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria; e (ii) trabalhos adicionais referentes à reapresentação das demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016. Adicionalmente, prestou serviços de revisão limitada das informações contábeis intermediárias relativas ao período de três meses findo em 30 de março de 2019, auditoria das informações contábeis intermediárias relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e auditoria de Créditos de PIS/COFINS.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa (i) a realização de procedimentos de auditoria para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$706.451,00; e (ii) aos trabalhos adicionais relativos às reapresentações e à revisão e auditoria de saldos intermediários foi de R\$1.345.180,00 e (iii) auditoria dos créditos de PIS/COFINS foi de R\$338.000,00.		
Justificativa da substituição	Não houve substituição dos auditores independentes.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição dos auditores independentes.		
Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Waldyr Passetto Junior	01/01/2016	082.619.888-05	Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1909, Vila nova conceição, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (011) 25733000, Fax (011) 25733000, e-mail: waldyr.passetto@br.ey.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 2 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/06/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)
Patrimônio Líquido	1.886.840.000,00	1.115.039.000,00	1.006.513.000,00	826.288.000,00
Ativo Total	5.572.110.000,00	3.478.337.000,00	3.394.299.000,00	3.631.176.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	2.310.691.000,00	5.166.360.000,00	5.035.610.000,00	4.780.694.000,00
Resultado Bruto	1.121.204.000,00	2.549.143.000,00	2.421.525.000,00	2.004.838.000,00
Resultado Líquido	777.204.000,00	173.636.000,00	96.880.000,00	-141.272.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	1.035.720.002	1.035.720.002	1.035.720.002	890.712.516
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,821766	1,076582	0,971800	0,927671
Resultado Básico por Ação	0,750400	0,167648	0,098669	-0,168230
Resultado Diluído por Ação	0,75	0,16	0,09	-0,16

3.2 - Medições Não Contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 527, de 4 de outubro de 2012, e consiste no lucro líquido (prejuízo) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA ajustado por despesas relacionadas ao acionista controlador, despesas com royalties pagas ao acionista controlador, ganhos na operação de desconto de duplicatas de fornecedores, despesa (receita) com baixa de ativos e crédito extemporâneo de PIS/COFINS e pagamentos realizados relativos ao arrendamento mercantil, uma vez que as despesas com arrendamento mercantil (aluguéis) passaram a não mais impactar o EBITDA devido a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16).

A Margem EBITDA Ajustado consiste no EBITDA Ajustado dividido pela Receita Líquida.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido (prejuízo), como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

3.2 - Medições Não Contábeis

Seguem abaixo os valores do EBITDA, do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustado da Companhia para os três últimos exercícios sociais, bem como para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018:

(Em milhões de reais, exceto percentuais)	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019 ⁽¹⁾⁽²⁾	2018	2018	2017	2016
EBITDA ⁽¹⁾⁽²⁾	943,6	149,2	561,4	494,7	195,2
EBITDA Ajustado	171,5	167,2	635,0	556,2	207,6
Margem EBITDA Ajustado	7,4%	7,4%	12,3%	11,0%	4,3%

⁽¹⁾ Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações contábeis de 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 30 de junho de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com alugueis. Desta forma, o EBITDA do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 contempla o impacto da adoção do IFRS 16 /CPC 06(R2) no montante de R\$147,0 milhões, referente a despesa de depreciação do direito de uso (arrendamento mercantil) e de R\$37,3 milhões referente aos juros pela atualização do passivo de arrendamento em linha com a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2).

⁽²⁾ O EBITDA do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foi impactado pelo reconhecimento de crédito extemporâneo de PIS e COFINS registrado em 28 de fevereiro de 2019 no valor de R\$638,9 milhões (R\$658,7 milhões, conforme detalhados na nota explicativa 10 às demonstrações contábeis intermediárias relativas ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2019, deduzidos de gastos advocatícios, de consultoria e auditoria).

3.2 - Medições Não Contábeis

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta equivale ao total da soma dos empréstimos a pagar a partes relacionadas e arrendamento mercantil (circulante e não circulante). A Dívida Líquida equivale ao total da Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

Seguem abaixo os valores da Dívida Bruta e Dívida Líquida:

(Em milhões de reais)	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de	
	2019	2018	2017	2016
Dívida Bruta	2.449,5	909,3	852,0	1.326,3
Dívida Líquida	2.354,2	463,3	420,2	836,6

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação do lucro líquido (prejuízo) para o EBITDA e o EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA, do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustado para os três últimos exercícios sociais, bem como para os períodos de seis meses findos em 30 de junho 2019 e 2018:

(Em milhões de reais, exceto percentuais)	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019 ⁽¹⁾⁽²⁾	2018	2018	2017	2016
Lucro líquido (prejuízo)	777,2	(30,5)	173,6	96,9	(141,3)
(+/-) Impostos sobre o lucro	401,4	(5,4)	51,9	44,7	(63,6)
(+/-) Resultado financeiro líquido	(495,6)	79,0	130,7	155,2	197,4
(+) Depreciação e amortização	260,6	106,1	205,2	197,9	202,7

3.2 - Medições Não Contábeis

EBITDA⁽¹⁾⁽²⁾	943,6	149,2	561,4	494,7	195,2
(+/-) Despesa (receita) com baixa ativos e outras despesas operacionais ⁽³⁾	(4,9)	2,1	10,8	17,9	(6,2)
(+) Despesa com acionista controlador ⁽⁴⁾	2,6	2,1	4,0	6,1	7,8
(+) Despesa com Royalties ⁽⁵⁾	13,0	-	34,4	15,8	-
(+) Receita financeira de fornecedores ⁽⁶⁾	13,0	13,8	24,4	21,7	10,8
(-) Recuperação de créditos fiscais ⁽⁷⁾	(638,9)	-	-	-	-
(-) Pagamentos realizados relativos ao arrendamento mercantil ⁽⁸⁾	(156,9)	-	-	-	-
EBITDA Ajustado⁽⁹⁾	171,5	167,2	635,0	556,2	207,6
Receita líquida	2.310,7	2.244,6	5.166,4	5.035,6	4.780,7
Margem EBITDA Ajustado	7,4%	7,4%	12,3%	11,0%	4,3%

⁽¹⁾ Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Conseqüentemente, as informações contábeis de 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 30 de junho de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com alugueis. Desta forma, o EBITDA do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 contempla o impacto da adoção do IFRS 16 /CPC 06(R2) no montante de R\$147,0 milhões, referente a despesa de depreciação do direito de uso (arrendamento mercantil) e de R\$37,3 milhões referente aos juros pela atualização do passivo de arrendamento em linha com a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2).

⁽²⁾ O EBITDA do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foi impactado pelo reconhecimento de crédito extemporâneo de PIS e COFINS registrado em 28 de fevereiro de 2019 no valor de R\$638,9 milhões (R\$658,7 milhões, conforme detalhados na nota explicativa 10 às demonstrações contábeis intermediárias relativas ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2019, deduzidos de gastos advocatícios, de consultoria e auditoria).

⁽³⁾ Refere-se ao resultado na baixa de ativos e outras despesas operacionais, líquidas conforme divulgado na nota explicativa 23.4 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas, por natureza às demonstrações contábeis intermediárias relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e 23.5 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas, por natureza às demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

⁽⁴⁾ Refere-se à gastos diversos com acionista controlador que cessarão após a realização da oferta pública inicial de ações da Companhia ("IPO").

⁽⁵⁾ Refere-se a despesas com royalties pagas à parte relacionada COFRA AG pela utilização da marca C&A, tais despesas cessarão em 31 de dezembro de 2019.

⁽⁶⁾ Refere-se à receita financeira auferida pelo desconto de duplicatas de fornecedores. A Companhia possibilita que seus fornecedores, mediante, assinatura de termo de adesão, antecipem seus recebíveis com um desconto sobre o valor de face. Os descontos são efetuados diretamente com a Companhia, sem o envolvimento de instituições financeiras intermediando a operação.

3.2 - Medições Não Contábeis

⁽⁷⁾ Refere-se ao impacto no lucro líquido pelo reconhecimento de crédito extemporâneo de PIS e COFINS registrado em 28 de fevereiro de 2019 no valor de R\$638,9 milhões (R\$658,7 milhões, conforme detalhados na nota explicativa 10 às demonstrações contábeis intermediárias relativas ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2019, deduzidos de gastos advocatícios, de consultoria e auditoria).

⁽⁸⁾ Refere-se ao pagamento de passivo de arrendamento de acordo com o IFRS 16/CPC 06(R2) Operações de Arrendamento Mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019.

⁽⁹⁾ O EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Reconciliação da Dívida Bruta e Dívida Líquida

(Em milhões de reais)	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		
	2019 ⁽¹⁾	2018	2017	2016
Partes relacionadas a pagar (circulante e não circulante)	786,9	907,5	849,9	1.323,9
Arrendamento mercantil (circulante)	319,1	0,2	0,3	0,3
Arrendamento mercantil (não circulante)	1.343,5	1,6	1,8	2,1
Dívida Bruta⁽²⁾	2.449,5	909,3	852,0	1.326,3
Caixa e equivalentes de caixa	(95,3)	(446,0)	(431,8)	(489,7)
Dívida Líquida	2.354,2	463,3	420,2	836,6

⁽¹⁾ Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2).

⁽²⁾ A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

3.2 - Medições Não Contábeis

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são indicadores não contábeis utilizados pela administração da Companhia para aferir o seu desempenho operacional, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia sem influência de despesas não diretamente relacionadas ao negócio, de itens considerados como não recorrentes pela Companhia e de outros impactos sem reflexo direto, no entendimento da Companhia, no fluxo de caixa.

A Companhia acredita que o EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são informações adicionais às demonstrações financeiras mas não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não devendo ser utilizados como base de distribuição de dividendos ou como substitutos ao lucro líquido e fluxo de caixa operacional, tampouco como indicadores de desempenho operacional ou de liquidez. Ademais, não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Além disso, a Companhia informa que a partir de 1º de janeiro de 2020 não mais incorrerá com as despesas com o acionista controlador.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Para maiores informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Alteração da Empresa de Sociedade Limitada para Sociedade por Ações

Conforme deliberação dos sócios quotistas da Companhia em reunião datada de 28 de agosto de 2019, e Assembleia Geral realizada nessa mesma data, foi aprovada a conversão das quotas da Companhia em ações ordinárias à razão de 1 quota por 1 ação ordinária, transformando-se a Companhia de Sociedade Limitada numa Sociedade por Ações.

Alteração do montante possível em causa tributária

Em 7 de agosto de 2019, a Companhia tomou ciência de um processo administrativo de cobrança iniciado pela Receita Federal de Brasil relativo aos valores de PIS e COFINS na venda de eletrônicos (Lei do Bem nº 11.196/05). O risco deste processo consta da nota 18.3(a) no valor de R\$192 milhões, contudo, no referido processo administrativo foi aplicada multa de mora de 20%, enquanto nossas estimativas consideravam um montante superior. Portanto, a Companhia reavaliou a estimativa de desembolso para R\$138 milhões e manteve a classificação de perda como possível.

A Companhia informa ainda que foi oferecida uma garantia para suspender a exigibilidade dos tributos, até que uma decisão em relação ao mérito seja proferida nas ações que discutem o assunto.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2018	2017	2016
Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76. Ademais, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva Estatutária de Lucros", que terá por fim reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76. Ademais, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva Estatutária de Lucros", que terá por fim reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76. Ademais, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva Estatutária de Lucros", que terá por fim reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades.
Valores das retenções de lucros	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.
Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2018	2017	2016
	dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
Restrições à distribuição de dividendos	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando o órgão responsável pela aprovação, data de aprovação e locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Durante o exercício de 2018, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.	Durante o exercício de 2017, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.	Durante o exercício de 2016, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016
Lucro líquido ajustado	0,00	173.636.000,00	96.880.000,00	-141.272.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	39.690502	67.787985	-17.097186
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	15,572191	9,625310	0,000000
Dividendo distribuído total	0,00	68.917.000,00	65.673.000,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	104.719.000,00	31.207.000,00	0,00
Data da aprovação da retenção				

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00					0,00
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária		21/02/2019	68.917.000,00	16/02/2018	65.673.000,00	

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

O montante de juros sobre capital próprio declarados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$68.917.000,00. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos, nem reservas constituídas em exercícios anteriores.

O montante de juros sobre capital próprio declarados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$65.673.000,00. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos, nem reservas constituídas em exercícios anteriores.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos nem reservas constituídas em exercícios anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/06/2019	3.685.270.000,00	Índice de Endividamento	1,95314388	
31/12/2018	2.363.298.000,00	Índice de Endividamento	2,11947564	
30/06/2019	0,00	Outros índices	1,24772101	Utilizamos o índice de alavancagem financeira, que compreende a Dívida Líquida em 30 de junho de 2019 no montante de R\$2.354,2 milhões dividida pelo Patrimônio Líquido, na mesma data, no montante de R\$1.886,8 milhões. Acreditamos que este indicador representa o nosso potencial de honrar nossas obrigações financeiras.
31/12/2018	0,00	Outros índices	0,41551570	Utilizamos o índice de alavancagem financeira, que compreende a Dívida Líquida em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$463,3 milhões dividida pelo Patrimônio Líquido, na mesma data, no montante de R\$1.115,0 milhões. Acreditamos que este indicador representa o nosso potencial de honrar nossas obrigações financeiras.

3.8 - Obrigações

Últ. Inf. Contábil (30/06/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Quirografárias		4.457.000,00	0,00	782.450.000,00	0,00	786.907.000,00
Financiamento	Quirografárias		319.120.647,00	757.029.913,00	317.261.296,00	269.231.577,00	1.662.643.433,00
Total			323.577.647,00	757.029.913,00	1.099.711.296,00	269.231.577,00	2.449.550.433,00
Observação							
Os saldos apresentados acima referem-se a parte da rubrica de empréstimos a pagar a partes relacionadas (circulante e não circulante) e à rubrica de arrendamento mercantil (circulante e não circulante) apresentados nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.							

Exercício social (31/12/2018)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Quirografárias		230.000,00	0,00	1.618.000,00	0,00	1.848.000,00
Empréstimo	Quirografárias		594.006.000,00	0,00	313.450.000,00	0,00	907.456.000,00
Total			594.236.000,00	0,00	315.068.000,00	0,00	909.304.000,00
Observação							
Os saldos apresentados acima referem-se à rubrica de empréstimos a pagar a partes relacionadas (circulante e não circulante) e arrendamento mercantil (circulante e não circulante) apresentados nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.							

3.9 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 3 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira material e adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que poderá haver perda no investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia aos seus titulares.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia de forma material e adversa. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados menos relevantes pela Companhia também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e de suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto. Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção "4. Fatores de Risco".

(a) Riscos Relacionados à Companhia

Nossa proposta comercial está sujeita a riscos de gerenciamento de estoque, de variações climáticas e de mudanças nas preferências dos consumidores e tendências de moda.

Estamos sujeitos a vários riscos relacionados à reposição e otimização de estoque. Por exemplo, estamos sujeitos a riscos relacionados à sazonalidade, lançamento de novos produtos, mudanças rápidas nos ciclos e preços de produtos, produtos defeituosos, mudanças na demanda do consumidor e nos padrões de gastos, entre outros fatores. A demanda por nossos produtos pode mudar significativamente entre o momento da compra de nossos fornecedores e a venda para nossos clientes de varejo, o que pode reduzir nossa capacidade de vender nossos produtos mantidos em estoque. A definição da coleção é um dos nossos principais diferenciais estratégicos em relação ao mercado e, portanto, o apelo da marca de terceiros, a seleção de produtos, a qualidade dos tecidos e as mudanças climáticas são considerados riscos estratégicos durante a construção da coleção.

Não podemos fornecer qualquer garantia de que selecionaremos corretamente novos produtos a serem fabricados ou importados ou que nossa estimativa inicial da demanda de qualquer produto será mantida ou precisa. Certos produtos que compramos podem exigir prazos de entrega mais longos e nossos fornecedores podem não aceitar devoluções ou trocas desses produtos. Por fim, podemos não conseguir vender nossos produtos em quantidades suficientes ou durante os períodos de pico de vendas, o que causaria ineficiência em nosso volume de estoque. A ocorrência de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

qualquer um dos fatores acima pode afetar adversamente nossos resultados operacionais.

Períodos prolongados de temperaturas mais altas durante o inverno ou mais frias durante o verão podem deixar uma parte do nosso inventário incompatível com tais condições inesperadas. Desta forma, períodos de clima alterado podem nos levar a vender o excesso de nossos estoques a preços descontados, reduzindo nossas margens, o que pode ter um efeito material negativo. Isso pode ser mais significativo nos casos de coleções de inverno, que têm preços médios mais altos.

Outro risco para o gerenciamento de estoques é a sazonalidade. Tipicamente, nossas vendas são desproporcionalmente maiores no quarto trimestre de cada ano fiscal devido ao aumento das vendas durante as temporadas de Natal e Black Friday. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, 33,5% de nossas vendas líquidas foram geradas no quarto trimestre. Como resultado, qualquer crise econômica, interrupção de nossos negócios ou de nossos fornecedores ou outras circunstâncias que afetem nossos negócios no último trimestre de qualquer exercício fiscal teria um efeito negativo desproporcional sobre nossa condição financeira e resultados operacionais.

Adicionalmente, para nos prepararmos para temporadas de compras, devemos comprar e estocar uma quantidade de estoque maior do que a que temos em outras épocas do ano e contratar pessoal temporário para nossas lojas. Qualquer redução não planejada ou apropriação da demanda por nossos produtos durante este período de pico de compras - ou mesmo o número de funcionários temporários contratados - pode nos obrigar a vender o estoque excedente a um preço substancialmente mais baixo, o que afetaria negativamente nossos resultados operacionais e condição financeira. Tais flutuações em nossos resultados operacionais e condição financeira podem afetar o valor de mercado de nossas ações ordinárias.

Por fim, sobre o tema das tendências de moda e as preferências de nossos clientes, concorreremos com várias outras empresas de vestuário com base em preço, qualidade, seleção de marca, atendimento ao cliente, promoções, localização de loja e decoração. Acreditamos que a venda de produtos diferenciados e a satisfação do cliente estão entre as metas mais desafiadoras do nosso negócio. Nossos produtos devem apelar para uma base de clientes cujas preferências não podem ser previstas com precisão e estão sujeitas a mudanças rápidas.

Nós estamos expostos a riscos relacionados ao financiamento e empréstimo de clientes pela nossa parceria.

Nós temos um acordo de parceria exclusiva com o Banco Bradesco S.A. para oferecer aos nossos clientes serviços financeiros, incluindo cartões de crédito e empréstimos pessoais. Nossa parceria é responsável por financiar aproximadamente 22% das nossas vendas, inclusive pagamentos parcelados. As políticas de financiamento e definições dos serviços financeiros ofertados aos nossos clientes são estabelecidas pelo nosso parceiro, que pode impor regras que restringem a concessão de crédito aos nossos clientes afetando de maneira adversa os nossos negócios e estratégia de expansão.

Adicionalmente, se as condições econômicas no Brasil se deteriorarem ainda mais devido a, entre outros fatores, desaceleração da atividade econômica, depreciação do real, inflação, aumento das taxas de juros domésticas ou aumento das taxas de desemprego, um percentual maior dos nossos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

clientes, os quais são mais sensíveis a tais fatores, pode entrar em inadimplência, aumentando nossas perdas e provisões para devedores, o que levaria o nosso parceiro a restringir a concessão de crédito aos nossos clientes. Adicionalmente, nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados se a demanda de crédito dos consumidores diminuir, o governo brasileiro implementar políticas restritivas de crédito ao consumidor. Assim, afetando significativamente de maneira adversa nossos negócios.

O fracasso em controlar adequadamente fraudes em cartões de crédito pode resultar em perdas significativas, ferir nossa reputação e nossa marca, o que pode adversamente nos afetar. Por fim, se nosso relacionamento com o parceiro se encerrar antecipadamente, nós podemos estar sujeitos a multas contratuais e penalidades, e nossa receita com serviços financeiros pode ser adversamente afetada.

Nós podemos enfrentar dificuldades em abrir novas lojas e/ou operar nossas lojas existentes, o que pode adversamente afetar nossas vendas e resultados operacionais.

Nosso crescimento depende de nossa habilidade de, com sucesso, abrir novas lojas e/ou operar nossas lojas existentes, o que está sujeito a diversos riscos e incertezas, muito dos quais estão além do nosso controle, incluindo, mas não se limitando à disponibilidade de locais desejáveis para lojas e disponibilidade e precisão de dados demográficos e de mercado, bem como nossa habilidade de determinar a demanda de nossos produtos, satisfazer as preferências de moda de nossos clientes, obter as licenças e autorizações governamentais necessárias, negociar contratos de locação em condições razoáveis, construir e equipar eficientemente as novas lojas, fornecer níveis suficientes de estoque para atender às necessidades de nossas lojas, integrar com sucesso novas lojas em nossos sistemas e operações existentes, acompanhar novos e atuais concorrentes, identificar pontos estratégicos de vendas, concluir projetos de construção e reforma de lojas, atrair, contratar, treinar e reter pessoal qualificado e administrar o processo de expansão.

Eventual abertura de novas lojas nos estados brasileiros pode resultar em desafios de concorrência, marketing e distribuição; ainda, quando novas aberturas de lojas ocorrem em mercados onde já possuímos lojas, podemos experimentar uma redução nas vendas líquidas de lojas pré-existentes nesses mercados devido ao deslocamento de vendas, o que pode nos afetar adversamente.

Eventual expansão, construção e remodelação de lojas novas e existentes, conforme o caso, podem deteriorar nossas margens de lucro até que tais investimentos atinjam a maturidade e, conseqüentemente, podemos não ser capazes de manter o mesmo crescimento de vendas líquidas e lucro por metro quadrado, o que pode afetar negativamente nossos negócios, vendas e resultados operacionais.

Somos altamente dependentes de sistemas de tecnologia da informação para operar nossos negócios.

Dependemos em grande parte da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional do data center e de vários sistemas (nossos ou de terceiros), incluindo sistemas de ponto de venda nas lojas, sistemas de comunicação, e diversos outros softwares usados para controlar o estoque e gerar relatórios de desempenho financeiro e comercial. Adicionalmente, nossa

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

plataforma e-commerce (sítio eletrônico e aplicativo) é um importante canal para apresentar nosso negócio, identidade e marcas para nossos consumidores, e uma fonte de informação e meio de interação para os consumidores de nossos produtos. Consequentemente, contamos com os nossos sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar dados eletrônicos, bem como para nos comunicar com consumidores e fornecedores. Os nossos sistemas de informação podem sofrer interrupções devido a fatores que estão além do nosso controle, tais como desastres naturais, ataques de *hackers*, problemas de telecomunicações, vírus, softwares maliciosos, entre outros fatores. Na eventualidade de falhas ou interrupção dos nossos sistemas de tecnologia da informação, podemos perder dados, ficar sujeitos à violação de dados ou não conseguirmos realizar transações comerciais e, dessa forma, deixarmos de ganhar receitas de vendas, o que pode nos ocasionar um efeito adverso relevante.

Para atingir nossa estratégia de crescimento, nós podemos precisar melhorar continuamente nossos sistemas operacionais e financeiros, processamento de transações, procedimentos e controles, levando a custos e despesas adicionais ou problemas de integração, o que pode ter efeito adverso nos nossos resultados financeiros.

Além disso, sistemas de tecnologia estão sujeitos a constantes atualizações e se não conseguirmos atualizá-los corretamente, as nossas operações poderão ser prejudicadas, o que pode nos causar efeito adverso.

Aquisições e investimentos em novas empresas e negócios, bem como a incapacidade de produzir os resultados esperados de uma aquisição ou investimento, ou de integrar plenamente uma empresa adquirida, podem impactar adversamente nossos negócios.

Podemos eventualmente adquirir ou investir em empresas ou negócios. O sucesso de referidas aquisições ou investimentos se baseia na nossa capacidade de estabelecer premissas precisas relativas à avaliação, às operações, ao potencial de crescimento, à integração e a outros fatores relacionados aos respectivos negócios. Não podemos garantir que as nossas aquisições ou investimentos produzirão os resultados que esperamos no momento em que celebramos ou concluímos uma determinada operação. Além disso, as novas aquisições podem resultar em dificuldades na integração das empresas adquiridas, bem como no desvio do nosso capital e da atenção da nossa administração de outras oportunidades de negócios. Podemos não conseguir integrar com sucesso as operações que adquirimos, incluindo os seus colaboradores, sistemas financeiros, distribuição ou procedimentos operacionais, o que pode impactar adversamente nossos negócios. A integração de qualquer uma das empresas adquiridas e seus resultados financeiros pode afetar os nossos resultados operacionais de maneira adversa.

Fazemos uso de marcas que são propriedade de um de nossos acionistas controladores, C&A AG, e estamos sujeitos ao término desse contrato de licenciamento de uso da marca.

Um de nossos acionistas controladores, C&A AG, é proprietário da marca "C&A", outras marcas/patentes e domínios relevantes usadas por nós, que foram licenciadas a nós mediante a celebração de um contrato de licenciamento de uso.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nos termos desse contrato, caso haja descumprimento relevante, este poderá ser rescindido e não mais produzirá efeitos e, conseqüentemente, nós perderemos o direito de usar a marca "C&A" e outras marcas relevantes em nossas operações, o que pode afetar adversamente nossos negócios, nossas vendas e resultados operacionais. Para mais informações sobre o contrato de licença celebrado entre nós e a C&A AG, ver seção 7.5 deste Formulário de Referência.

A incapacidade ou falha em proteger nossa propriedade intelectual ou a infração da propriedade intelectual de terceiros pode ter impacto negativo nos nossos resultados operacionais.

O uso não autorizado ou outra forma de apropriação indébita das marcas por nós utilizadas pode diminuir o valor da marca "C&A" (de propriedade da C&A AG), do nosso negócio ou nossa reputação e causar um declínio nas nossas vendas. Similarmente, qualquer infração ou reivindicação de violação de propriedade intelectual dirigida contra nós sobre as marcas por nós utilizadas, mesmo sem mérito, pode resultar em um litígio demorado e dispendioso, causando atrasos na entrega de produtos ou exigindo o pagamento de royalties ou taxas de licenciamento. Como resultado, a incapacidade ou falha em proteger nossa propriedade intelectual ou qualquer processo envolvendo uma suposta violação de propriedade intelectual de terceiros por nós pode ter um efeito negativo em nossos resultados operacionais.

Podemos não ser capazes de renovar ou manter os contratos de locação de algumas de nossas lojas ou centros de distribuição.

Nós alugamos todas as propriedades em que se encontram nossas lojas e centros de distribuição. Nós podemos ser adversamente afetados se não conseguirmos negociar ou renegociar com sucesso esses contratos de locação em condições aceitáveis, ou se os contratos de locação em localidades consideradas como relevantes não forem renovados. Nós podemos ser obrigados a desocupar a propriedade, se não conseguirmos chegar a um acordo na renovação, ou se caso nosso locador decida vender sua propriedade e nós não consigamos alcançar um acordo com o novo proprietário. Portanto, a perda de qualquer de nossas localizações estratégicas, incluindo por não renovação ou manutenção dos contratos de locação de nossas lojas ou centros de distribuição, pode afetar adversamente nossas operações, resultado financeiros e/ou impactar negativamente a notoriedade de nossa marca.

Nossas apólices de seguro podem não cobrir adequadamente todas as perdas e responsabilidades a que estamos sujeitos, o que afetaria os nossos negócios e as nossas condições financeiras adversamente

Nossas apólices de seguro são contratadas no exterior pela COFRA Holding AG ("COFRA") e personalizados junto a seguradoras estrangeiras, sendo que suas subsidiárias locais emitem tais apólices de acordo com as negociações e com as práticas comuns de mercado local. Certos tipos de risco não estão garantidos por tais apólices, como por exemplo: guerra, danos causados por desastres naturais ou danos ambientais, caso fortuito, força maior ou parada de certas atividades. Portanto, se qualquer desses eventos ocorrer, podemos incorrer em custos adicionais, que podem afetar adversamente os resultados de nossas operações. Em relação a qualquer sinistro coberto por uma apólice de seguro, não podemos garantir que quaisquer pagamentos que venhamos a receber

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

nos termos das apólices que temos contratadas será suficiente para cobrir os danos resultantes de tal sinistro. Ademais, podemos não ser capazes de manter/renegociar ou obter o tipo requerido de seguro e a cobertura financeira requerida por um preço razoável. Caso incorramos em uma responsabilidade significativa para a qual não estejamos segurados, nossos negócios, condição financeira e resultados das operações podem ser negativamente afetados.

A perda de membros de nossa administração, o enfraquecimento da nossa cultura corporativa e/ou a incapacidade de atrair e reter pessoal qualificado poderá ocasionar um efeito adverso relevante.

A nossa capacidade de manter uma posição competitiva depende significativamente dos serviços prestados por nossa administração e da cultura corporativa que ela promove. Colaboradores-chave podem nos deixar por uma série de razões e o impacto dessas perdas é difícil de prever. A perda de membros de nossa administração, os quais talvez não sejam substituídos por pessoas com a mesma experiência e qualificação, pode prejudicar a implementação de nossos planos estratégicos, perturbar nossas operações, debilitar a sustentabilidade de nossa cultura e adversamente nos afetar.

Além disso, o nosso futuro sucesso também depende de nossa capacidade de identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerenciar outros colaboradores com conhecimentos e habilidades específicas. A concorrência por esses colaboradores é intensa e se não obtivermos sucesso em atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerenciar colaboradores suficientemente qualificados, nossos negócios podem ser adversamente afetados.

Também enfrentamos diversos desafios inerentes à administração de um grande número de colaboradores em uma grande área geográfica (todos os estados brasileiros e o Distrito Federal) e estamos sujeitos a acordos sindicais específicos que podem afetar adversamente nossos negócios, nossas vendas e resultados operacionais.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para nossos negócios, condição financeira e/ou resultados operacionais.

Somos, e podemos vir a ser no futuro, réus em processos judiciais e/ou administrativos, seja nas esferas cível, tributária, administrativa, trabalhista, societária, de propriedade intelectual, regulatória, concorrencial, ambiental, criminal, entre outras. Não podemos garantir que os resultados de quaisquer destes processos serão favoráveis a nós ou aos membros de nossa administração, ou, no caso de procedimentos que somos parte, que mantemos ou que manteremos provisionamento, no todo ou em parte, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. O envolvimento de nossos administradores em processos que prejudiquem nossa imagem, ou decisões que sejam contrárias aos nossos interesses, incluindo decisões que nos impedem de conduzir nossos negócios conforme planejado originalmente, pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, estamos sujeitos à fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais. Essas autoridades poderão nos autuar e tais autuações podem se converter em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais contra nós. Decisões contrárias de valores substanciais ou que afetem a nossa marca ou habilidade de executar nossas operações planejadas, poderão causar um efeito adverso nos nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais. Decisões contrárias de valores substanciais ou que afetem a nossa marca ou habilidade de executar nossas operações planejadas, poderão causar um efeito adverso nos nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Para informações sobre os processos judiciais e administrativos, ver seção 4.3 até a 4.7 deste Formulário de Referência.

A dependência do setor de varejo em vendas de cartão de crédito e financiamento ao consumidor é uma tendência crescente, de modo que qualquer alteração nas políticas dos emissores de cartão de crédito pode afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

O setor de varejo é relativamente dependente de cartões de crédito. Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, 66,1% de nossa receita de vendas de mercadorias foram derivadas de clientes pagando com cartões de crédito (comparado a 65,5% de nossa receita de vendas de mercadorias para o mesmo período de seis meses de 2018). Para executar as vendas com cartão de crédito, dependemos das políticas das empresas de cartão de crédito, incluindo as taxas que essas empresas nos cobram. Qualquer alteração nas políticas dos emissores de cartão de crédito, incluindo, por exemplo, a taxa de administração cobrada dos estabelecimentos comerciais, pode afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

Derivamos uma parte de nossas vendas para clientes de planos de parcelamento oferecidos por emissores de cartão de crédito. Dependemos dos emissores de cartões de crédito para continuar oferecendo aos seus portadores a possibilidade de pagar suas compras em parcelas. Mudanças nas políticas das empresas de cartão de crédito em relação aos planos de parcelamento ou de crédito pode afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

Nosso ritmo de crescimento de vendas pode não se manter o mesmo

Os fatores mais importantes para o crescimento de nossas vendas são os seguintes: (i) apelo de nossas marcas; (ii) capacidade de antecipar e atender às diferentes tendências da moda e de consumo em tempo hábil; (iii) atração de novos clientes e manutenção dos atuais; (iv) confiança do consumidor cativo; (v) situação econômica nas áreas onde nossas lojas estão localizadas; (vi) datas comemorativas (*Black Friday*, Natal, Dia dos Namorados, entre outras); (vii) atualização de nossas políticas de fidelidade e marketing; (viii) concorrência, (x) datas festivas; e (xi) variações climáticas. A alteração de quaisquer dos itens indicados acima pode impactar negativamente o ritmo de crescimento de nossas vendas e, conseqüentemente, os nossos negócios e resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nossas vendas dependem do tráfego de pedestres gerado pelos shopping centers nos quais estamos localizados.

Nosso sucesso depende de nossas lojas estarem localizadas em locais de destaque com alto tráfego de pedestres e aproximadamente 84% de nossas lojas, que representaram 79,4% da venda de mercadorias nos seis meses findos em 30 de junho de 2019, estão localizadas em shoppings centers. Acreditamos que uma parte considerável de nosso volume de vendas e produtividade por metro quadrado é resultado do alto tráfego existente nos shoppings nos quais nossas lojas estão localizadas. O tráfego de pedestres nos shoppings e, conseqüentemente, nosso volume de vendas, pode ser negativamente afetado por fatores externos ao nosso controle, como declínio econômico em uma determinada área, abertura de novos shopping centers e fechamento ou queda da atratividade de outras lojas nos shoppings em que estamos localizados, entre outros.

Adicionalmente, o sucesso de nossa estratégia de expansão pode depender da abertura de novos shopping centers no futuro ou da disponibilidade de espaço de lojas de varejo em shoppings existentes. Se o número de shoppings frequentados por nosso público-alvo não tiver espaço disponível ou aumentar, ou se a expansão de shopping centers for insuficiente, nossa capacidade de manter ou abrir lojas em tais shoppings pode ser limitada e resultar em um declínio no número de clientes que visitam nossas lojas, reduzindo significativamente nossas vendas, o que pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

A integração de nossos múltiplos canais (lojas físicas e on-line) é essencial para a nossa operação de negócios e perspectivas de crescimento.

Realizamos nossas operações por meio de lojas físicas e on-line (sítio eletrônico e aplicativo) e nossa estratégia de longo prazo está focada em melhorar esse multicanal por meio da integração. Nossa incapacidade de integrar nossos canais de vendas em termos de aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e marketing para atender às necessidades de nossos clientes pode nos impedir de nos beneficiar plenamente de uma estrutura multicanal e afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Além disso, nossa estratégia de longo prazo para crescimento de vendas é fortemente baseada na consolidação e expansão dos canais de vendas digitais. Estamos vulneráveis às pressões competitivas das atividades de comércio eletrônico no mercado porque nossos concorrentes podem, por exemplo, usar canais de divulgação (como as mídias sociais) com mais eficiência do que os usados por nós. Além disso, a expansão dos canais de vendas digitais pode aumentar nossa dependência de constantes desenvolvimentos tecnológicos, o que pode afetar adversamente nosso crescimento de vendas e resultados operacionais.

Dependemos do sistema público e privado de infraestrutura logística para enviar nossos produtos para nossas instalações e clientes de e-commerce.

Dependemos da continuidade da operação da infraestrutura logística pública e privada, incluindo estradas, aeroportos, portos (já que nossas importações são geralmente transportadas por mar) e todos os outros meios logísticos utilizados por nossos prestadores de serviços e fornecedores para entregar nossos produtos às nossas instalações e clientes de e-commerce.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A ocorrência de qualquer evento adverso, como greves, incêndios, problemas de logística, inundações e roubo, entre outros, levando a interrupções significativas ou redução nas atividades de infraestrutura ou operações de transporte ou qualquer falha no transporte de produtos entre nossas instalações, fornecedores ou clientes, por qualquer motivo, podem atrasar ou afetar nossa capacidade de distribuir nossos produtos, prejudicar a demanda e os preços dos produtos, impedir ou atrasar a entrega, impor custos adicionais aos nossos produtos e reduzir o tráfego de pedestres, o que pode reduzir nossas vendas e afetar adversamente nossos negócios, resultados das operações e condições financeiras.

Por fim, a eficiência de nossos embarques depende de inspeções eficientes nas alfândegas brasileiras (portos e aeroportos) ou fronteiras estaduais, entre outros fatores. Essas inspeções podem ter atrasos devido a vários motivos, incluindo: (i) a qualidade das informações e da documentação preparadas e necessárias para a liberação das mercadorias, (ii) greves de agentes; (iii) aumento da demanda que pode exceder a capacidade de processamento dos agentes, (iv) falta de recursos para desenvolver operações ou contratar outros agentes, ou (v) mudanças nas regulamentações ou implementação de regulamentos que possam aumentar a burocracia envolvida nessas inspeções ou exigem uma análise mais completa das mercadorias que passam pelas alfândegas brasileiras (portos e aeroportos) ou fronteiras estaduais. No caso de inspeções serem substancialmente mais lentas, o fluxo de mercadorias será reduzido. A entrega atrasada de nossos produtos afetaria diretamente nossa reputação e incentivaria nossos clientes a buscar produtos alternativos com nossos concorrentes e pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Podemos vir a ter que captar recursos adicionais por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social.

Podemos levantar recursos adicionais no futuro por meio de ofertas públicas ou privadas de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações emitidas por nós. Os recursos que captamos por meio da distribuição pública de ações ou títulos convertidos em ações podem ser obtidos com a exclusão do direito de preferência de nossos atuais acionistas, incluindo investidores em nossas ações ordinárias, conforme previsto na Legislação Societária Brasileira, o que pode diluir a participação de nossos acionistas. Além disso, uma diluição da participação de nossos acionistas em nossas ações ordinárias pode ocorrer no caso de uma fusão, consolidação ou qualquer outro evento corporativo de efeito similar em relação a empresas que possamos adquirir no futuro.

Dependemos da eficácia das nossas campanhas de marketing e publicidade.

Nosso negócio dedica recursos significativos para campanhas publicitárias e de marketing, a fim de promover a atratividade e o movimento de nossos canais de vendas. Se essas campanhas não atenderem às metas esperadas, nossas vendas e lucratividade poderão ser afetadas negativamente, e talvez não consigamos fortalecer nossa marca como esperado. Consequentemente, nossos resultados operacionais e condição financeira podem ser adversamente afetados. Além disso, se não formos capazes de identificar mudanças no comportamento e das preferências do consumidor e de responder adequadamente em nossas campanhas de marketing e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

publicidade, podemos ser adversamente afetados.

Enfrentamos riscos relacionados aos registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e a operação das nossas lojas e centros de distribuição.

Dependemos de vários registros, autorizações, licenças e alvarás federais, estaduais e municipais, incluindo Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros, relacionados à operação e à localização dos nossos centros de distribuição e lojas. Grande parte desses documentos possui prazos de validade e deve ser renovada de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Devido ao número de etapas necessárias para obter e renovar registros, licenças, permissões e autorizações (incluindo o tempo necessário para implementar planos de ação corretiva para cumprir as novas regulamentações e/ou solicitações das autoridades competentes e para realizar as ações relacionadas a obras), juntamente com o tempo de resposta de certos órgãos administrativos, podemos ser incapazes de obter ou renová-los em tempo hábil. A não obtenção ou a não renovação das nossas licenças poderá (1) resultar em autos de infração, (2) nos sujeitar ao pagamento de multas, (3) nos impedir de abrir e operar as lojas e centros de distribuição, (4) resultar no fechamento das nossas lojas e centros de distribuição, (5) expor-nos a riscos adicionais no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar, afetar adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente; e (6) expor-nos, bem como os representantes da Companhia, a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças e autorizações ambientais.

A nossa estratégia de negócio poderá ser substancialmente e adversamente afetada se não conseguirmos abrir e operar novas lojas e centros de distribuição, se tivermos que suspender ou fechar algumas das nossas lojas e centros de distribuição existentes em consequência da nossa incapacidade de obter ou renovar os registros, autorizações, licenças e alvarás, ou se um acidente afetar adversamente uma loja enquanto essa estiver com uma licença pendente.

Parte de nossos produtos é importada e qualquer limitação em nossa capacidade de importar tais produtos, incluindo flutuações cambiais e mudanças na legislação, pode restringir a oferta de nossos produtos e afetar adversamente nossos negócios.

De acordo com nossas estimativas, aproximadamente 20% das compras de nossos produtos estão sujeitas a importação. Assim, o preço praticado nas lojas depende da taxa de câmbio dos países nos quais adquirimos tais produtos, limitado à capacidade de repassar aos seus clientes qualquer aumento de preço resultante. Assim, no caso de uma depreciação do real em relação à moeda de tais países ou do dólar dos EUA ou das moedas desses países em relação ao dólar dos EUA, podemos não ser capazes de repassar os custos mais elevados para nossos clientes, reduzindo nossas margens ou mesmo inviabilizar a venda de alguns bens ou, se repassados, esses custos adicionais podem tornar nossos produtos menos atraentes para seus clientes, resultando em um impacto adverso em nossos resultados operacionais.

Importamos de vários países do Oriente através de uma parte relacionada, que opera comprando produtos e nos fornecendo serviços de controle de qualidade e desenvolvimento de amostras de produtos. Podemos estar sujeitos a um impacto negativo sobre este sistema com um consequente impacto adverso no fornecimento de nossos produtos importados se nós ou a C&A Sourcing,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

enfrentarem dificuldades em cumprir com as regulações novas ou existentes relacionadas a matéria aduaneira, fiscal e/ou comercial. Para mais informações sobre o contrato de licença entre nós e a C&A Sourcing, ver seção 16 deste Formulário de Referência sobre transações entre partes relacionadas.

Por fim, mudanças nas regras de comércio internacional entre os países que importamos e o Brasil podem afetar a disponibilidade de produtos ou alterar os custos envolvidos, com consequente impacto em nossos resultados.

A interrupção das atividades de nossos centros de distribuição bem como a nossa incapacidade de expansão de capacidade poderá impactar adversamente nossos negócios bem como nossa estratégia de crescimento.

Atualmente, temos três centros de distribuição em funcionamento, sendo dois localizados em São Paulo e um no Rio de Janeiro. Todas as mercadorias de vestuário que vendemos são distribuídas por meio desses centros de distribuição. Se a operação normal de um desses centros de distribuição for interrompida por qualquer motivo, somente poderíamos realizar a distribuição parcial de nossas mercadorias em tempo hábil, o que geraria um efeito negativo material em nossa situação financeira e resultado operacional. Adicionalmente, nossa estratégia de crescimento inclui a abertura de novas lojas, o que pode demandar uma expansão na capacidade de nossos centros de distribuição, uma reorganização de nossos centros de distribuição atuais ou o estabelecimento de novos centros de distribuição. Caso não consigamos encontrar locais adequados para estabelecer novos centros de distribuição, ou não consigamos integrar novos ou expandir centros de distribuição ou serviços de operadores logísticos ao nosso processo de controle de estoques de maneira eficaz, podemos não conseguir entregar estoques às nossas lojas em tempo hábil, o que pode ter um impacto adverso em nossas vendas, nossos resultados operacionais e na nossa estratégia de crescimento.

Nós podemos não obter sucesso em nossas estratégias de negócios e inovações.

A capacidade da Companhia de colocar em prática suas estratégias de negócios depende de uma série de fatores, tais como: (a) condições políticas e econômicas nacionais; (b) manutenção de leis e regulamentos existentes, em especial aqueles relacionados ao setor de gestão e análise de dados; (c) manutenção dos custos de operação; (d) desenvolvimento de infraestrutura tecnológica; (e) aumento da eficiência operacional; e (f) criação de novos produtos.

A Companhia não pode assegurar que terá sucesso na implementação de suas novas estratégias e inovações diante de alterações nas circunstâncias acima, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos poderão afetar adversamente nossos negócios.

As nossas políticas e procedimentos para identificar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que utilizamos. Outros métodos de gerenciamento

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de riscos adotados por nós que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. As informações em que nos baseamos ou com que alimentamos ou mantemos modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos nossos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo em nossos negócios. Adicionalmente, nossos procedimentos de compliance e controle internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes ou violações de leis aplicáveis por parte de nossos funcionários e membros de nossa administração. Caso nossos funcionários ou outras pessoas relacionadas a nós se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou nossas políticas internas, poderemos ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente nossos negócios e imagem.

(b) Riscos Relacionados ao Controlador, direto ou indireto, ou Grupo de Controle

Nós somos controlados por nosso Controlador indireto, COFRA, cujos interesses podem conflitar com os de nossos acionistas.

Nós somos controlados indiretamente pela COFRA. Nossos acionistas controladores terão o direito de exercer seus direitos de voto para eleger ou destituir a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração, controlar nossa administração e políticas, para determinar o resultado de quase qualquer ação que requeira aprovação dos acionistas, incluindo, mas não limitado a, transações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições, disposições de ativos, parcerias e pagamento e tempestividade de dividendos futuros, que podem conflitar com os interesses de outros acionistas.

Nossos acionistas controladores podem estar interessados em buscar aquisições, alienações de ativos, parcerias ou buscar financiamento adicional, entre outras transações, que possam entrar em conflito com os interesses de nossos demais acionistas. Além disso, nossos acionistas controladores podem impedir ou postergar certas transações ou estratégias de negócios que nossos outros acionistas possam ver de maneira favorável.

Adicionalmente, qualquer desenvolvimento social, econômico ou político desfavorável à Suíça ou à Luxemburgo, onde a sede de nossos controladores diretos e indiretos é localizada, pode impor regulações adicionais para termos de cumprir e levar a um efeito negativo em uma ou mais das marcas da C&A que usamos em nossos negócios no Brasil, o que pode causar deterioração no valor de tais marcas e, conseqüentemente, nos nossos resultados operacionais.

Nós podemos continuar nosso envolvimento em uma variedade de transações com nossos acionistas controladores, COFRA, e outras companhias do Grupo COFRA.

Até o momento que completarmos esta oferta, nós podemos não ter concluído a segregação de todas as transações que nos envolvemos com nossos acionistas controladores e outras companhias do Grupo COFRA, conforme representado no organograma constante do item 15.4 deste Formulário de Referência, ao longo dos anos, e precisaremos continuar nosso envolvimento em uma variedade

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de transações por algum tempo, incluindo empréstimos e financiamentos entre empresas, o fornecimento de uma variedade de serviços, acordos de compartilhamento de custos, bem como o fornecimento de produtos e negociações com fornecedores internacionais, entre outros.

Para alcançar nossa estratégia de negócios, podemos precisar começar a realizar transações previamente executadas por nossos acionistas controladores e outras companhias do Grupo COFRA, nos levando a despesas ou investimentos adicionais, que podem afetar negativamente nossos resultados financeiros.

(c) Riscos Relacionados a Seus Acionistas

Podemos não pagar dividendos aos acionistas detentores de nossas ações.

Nosso lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos e passivos ou retido de acordo com a Legislação Societária Brasileira, caso em que não estará disponível para distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio. Nosso conselho de administração poderá determinar a não distribuição de dividendos aos nossos acionistas em um determinado ano fiscal se não tivermos lucro ou reservas líquidas disponíveis, ou se a distribuição de dividendos for desaconselhável ou incompatível com nossa situação financeira no momento e nossos acionistas escolham não distribuir dividendos.

(d) Riscos Relacionados a Suas Controladas e Coligadas

Não existem riscos envolvendo nossas subsidiárias, coligadas e/ou afiliadas.

(e) Riscos Relacionados aos Seus Fornecedores

Dependemos de terceiros para fabricar nossos produtos.

Dependemos de terceiros (nacionais e internacionais) para fabricar nossos produtos. Ao usar terceiros para fabricar nossos produtos, estamos sujeitos a interrupções nas operações desses fornecedores, incluindo acidentes industriais, eventos ambientais, interrupções na logística ou sistemas de informação, perda ou enfraquecimento de grandes locais de fabricação ou problemas de distribuição, problemas de controle de qualidade do produto, preocupações com segurança, requisitos de licenciamento e outras questões regulatórias ou governamentais, bem como desastres naturais, pandemias, disputas fronteiriças e outros fatores externos sobre os quais não temos controle, o que pode afetar adversamente nossos negócios, nossas vendas e resultados operacionais.

Além disso, algumas categorias de produtos são adquiridas, em grande parte, de um pequeno número de fornecedores. Se algum fornecedor não puder fornecer os produtos na quantidade, qualidade e dentro do prazo que normalmente os adquirimos, e se não formos capazes de substituir o fornecedor em termos aceitáveis ou de modo algum, podemos não conseguir manter nosso nível usual de vendas na categoria do produto afetada pelo não fornecimento, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e resultados operacionais. Temos um acordo de fornecimento com uma parte relacionada com base em Hong Kong, que é a responsável pelo suprimento dos produtos importados do Oriente ("C&A Sourcing"). Este acordo prevê um prazo para cancelamento unilateral de qualquer parte, que, caso ocorra, teremos que buscar outra

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

alternativa de acesso a fornecedores localizados nesta região, podendo, eventualmente, implicar em custos adicionais.

Finalmente, a maioria dos nossos fornecedores são empresas de manufatura de pequeno e médio porte e suscetíveis a dificuldades financeiras e operacionais em caso de crise econômica. Alguns fatores macroeconômicos podem fazer com que nossos fornecedores aumentem seus preços para compensar custos, como preços mais altos de commodities ou aumento da inflação, e não podemos prever se conseguiremos aumentar os preços de venda para nossos consumidores. Um aumento nos custos de nossos produtos pode refletir negativamente em nossos negócios, resultados operacionais e valor de nossas ações.

Não podemos garantir que nossos fornecedores ou parceiros de marketplace não se envolvam em práticas irregulares.

Dada a capilaridade e a diversidade de nossos fornecedores e prestadores de serviços, resultado da terceirização de nossa cadeia de produção/prestação de serviços, incluindo nossos parceiros de *marketplace*, não podemos garantir que eles não terão problemas relacionados às condições de trabalho de seus funcionários, contratados e subcontratados, sustentabilidade, respeito ao meio ambiente e segurança, ou que não usarão práticas irregulares, incluindo práticas de trabalho análogo ao escravo e/ou ao trabalho infantil, para reduzir os custos do produto. Se algum de nossos fornecedores se envolver em práticas irregulares, incluindo, mas não se limitando às práticas acima mencionadas, nossa reputação pode ser prejudicada e, conseqüentemente, a percepção de nossos clientes sobre nossos produtos pode ser afetada negativamente, causando, assim, uma redução nas vendas líquidas e nos resultados das operações, bem como no preço de negociação das nossas ações ordinárias.

Podemos ser responsáveis por obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias de terceiros fornecedores ou prestadores de serviços.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas e previdenciárias, podemos ser responsabilizados solidariamente por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem materialmente nos afetar adversamente. Também podemos ser responsabilizados por lesões corporais ou morte dentro de nossas instalações de funcionários de terceiros, o que pode afetar adversamente nossa reputação e nossos negócios.

(f) Riscos Relacionados a Seus Clientes

Podemos deixar de cumprir as leis de privacidade ou tratar adequadamente das questões de privacidade, divulgando informações confidenciais ou sensíveis que possam prejudicar nossos negócios e reputação.

A Constituição Federal, a Lei nº 10.406/02 (Código Civil), a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e a Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet) e o Decreto nº 8.771/16 são as principais leis que regem o uso de dados pessoais no Brasil. Entre outros requisitos, para que os

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

dados pessoais sejam coletados e usados, quando através de provedores, precisamos obter o consentimento prévio, expresso e informado do titular dos dados. Não obstante estas disposições, a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18), que entrará em vigor em 16 de agosto de 2020, foi recentemente promulgada para regular o tratamento de dados pessoais. Como coletamos, armazenamos, processamos e usamos informações pessoais e de funcionários e clientes e outros dados de usuários em nossos negócios, devemos cumprir com todas as leis de privacidade e proteção de dados pessoais. Um risco significativo associado ao nosso negócio, particularmente nosso negócio de e-commerce e comunicações em geral, é a transmissão segura de dados pessoais através de redes públicas para nossos servidores e o armazenamento seguro de dados pessoais em sistemas conectados a nossos servidores.

A percepção de negligência com o tema de proteção de dados, válida ou não, pode nos afetar adversamente. Devemos garantir que qualquer tratamento, coleta, uso, armazenamento, compartilhamento, transferência e descarte de dados pessoais pelos quais somos responsáveis estejam em conformidade com as leis aplicáveis de proteção de dados. A proteção de dados pessoais de nossos clientes e funcionários é fundamental para nós. Contamos com sistemas, softwares, ferramentas e monitoramento disponíveis comercialmente para fornecer processamento, transmissão e armazenamento seguros de dados pessoais e de transação de clientes, como cartão de crédito e outras informações pessoais capazes de individualizá-los. Nossas instalações e sistemas, tanto da nossa plataforma de comércio eletrônico quanto de nossas lojas físicas, bem como de nossos provedores de serviços terceirizados, podem estar vulneráveis a violações de segurança, fraudes, atos de vandalismo, vírus de computador, extravio ou perda de dados, programação ou erros humanos ou outros eventos semelhantes.

Qualquer violação de segurança, ou qualquer falha percebida envolvendo o uso indevido, perda ou outra divulgação não autorizada de dados pessoais, bem como qualquer falha ou aparente falha em cumprir as leis, políticas, obrigações legais ou padrões da indústria em relação à privacidade e proteção de dados, seja por nós ou fornecedores, podem prejudicar nossa reputação, nos expor a riscos e responsabilidades legais, sujeitar-nos a publicidade negativa, interromper nossas operações e prejudicar nossos negócios. Não podemos garantir que nossas medidas de segurança evitarão vazamento de dados pessoais, incidentes de segurança, ou que a falha em os evitar não terá um efeito adverso relevante sobre nós.

Podemos ser responsabilizados por perdas causadas por nossos serviços ou produtos aos consumidores, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

As leis brasileiras de proteção ao consumidor são rigorosas e atribuem o ônus da prova aos fornecedores. Pleitos de defesa do consumidor podem ser deduzidos em ações individuais ou coletivas. Esta última pode ser proposta em favor do consumidor pelas autoridades estaduais ou federais, por intermédio de órgãos da administração pública direta ou indireta, em particular a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e pelo Ministério Público, ou por associações de proteção ao consumidor. Ações judiciais ou processos administrativos podem alegar, por exemplo, que nossos serviços não foram adequadamente prestados por nossos funcionários, serviços financeiros de terceiros foram incorretamente vendidos ou indevidamente cobrados, nossos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

produtos não são adequados para uso, são falsificados, ou não contêm informações adequadas e outros motivos.

No caso de sermos responsabilizados em um processo judicial, podemos ter um efeito adverso relevante em nossos negócios, reputação, marca, condição operacional e financeira, fluxos de caixa e lucratividade.

Ademais, nossa defesa em tais procedimentos legais pode exigir custos adicionais e tempo e atenção substanciais de nosso pessoal administrativo e técnico. Além disso, publicidade negativa associada a nossos serviços ou produtos, incluindo defeitos, erros, falhas (incluindo acidentes) e qualidade, pode afetar adversamente nossa reputação com consumidores atuais e futuros, nossa imagem corporativa e nossas marcas, o que pode ter um efeito adverso nos nossos negócios e condição financeira.

Precisamos identificar e responder rapidamente e com sucesso a mudanças nas preferências dos consumidores e nas tendências da moda.

O sucesso de nossas vendas e resultados de operações depende da nossa capacidade de gerenciar nosso inventário, bem como identificar, prever e responder prontamente a mudanças e possíveis mudanças nas tendências do mercado e da moda (incluindo design, estilo, qualidade, produção, merchandising e preços dos produtos) e preferências dos nossos clientes. Se não gerenciarmos nosso inventário com precisão, nos mantermos atualizados com as tendências mais recentes ou ajustarmos nossos produtos com êxito às preferências dos clientes, isso poderá resultar em uma redução nas vendas devido a excesso de estoque, de má qualidade ou desatualizado e oportunidades perdidas da indisponibilidade de outros produtos e, portanto, pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, condição financeira e a imagem de nossas marcas.

(g) Riscos relacionados ao negócio da Companhia

O segmento de varejo é altamente competitivo no Brasil, o que pode afetar adversamente nossa participação de mercado e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais.

A concorrência no setor de varejo é baseada principalmente na variedade de produtos, preço, qualidade, disponibilidade, publicidade e promoção, conveniência ou local de armazenamento, segurança e suporte e atendimento ao cliente. Alguns de nossos concorrentes, incluindo varejistas locais e redes multinacionais de varejo, podem ter maiores recursos financeiros, menores custos de aquisição de produtos e menores despesas operacionais do que nós. Nossos concorrentes podem usar descontos, políticas de preços agressivas e publicidade para aumentar as vendas durante a temporada de férias, outras datas comemorativas e o período de "volta às aulas". Nosso negócio é vulnerável a mudanças na demanda e nos preços, bem como nas preferências dos consumidores. Caso não consigamos competir com nossos concorrentes, nossas vendas podem cair, e podemos decidir ou ser obrigados a oferecer descontos maiores a nossos clientes, o que pode reduzir nossos lucros e afetar nossa situação financeira.

Ademais, há forte concorrência no comércio eletrônico. Outras empresas do ramo de varejo e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

comércio eletrônico podem firmar alianças e acordos comerciais que possam fortalecer sua posição competitiva. Na medida em que nossa carteira de clientes cresce e a fidelidade de clientes para diferentes segmentos do mercado de Internet aumenta, as empresas desses segmentos podem buscar expandir seus negócios para o setor em que operamos. Além disso, novas tecnologias podem intensificar a natureza competitiva do varejo on-line e esse aumento na concorrência pode reduzir nossas vendas e nossos lucros operacionais.

Além disso, nossos concorrentes, tanto no varejo físico quanto no comércio eletrônico, podem ter mais recursos para desenvolver suas estratégias de tecnologia e marketing do que nós. Na medida em que aumenta o uso da Internet e de outros serviços on-line, os varejistas que operam nesse mercado podem ser adquiridos, receber investimentos ou estabelecer relações comerciais com empresas maiores e mais estabelecidas, que podem ter mais recursos financeiros do que nós, o que poderia nos afetar adversamente.

O setor de varejo é sensível a reduções no poder de compra do consumidor e ciclos econômicos desfavoráveis.

Historicamente, o setor de varejo brasileiro experimentou períodos de desaceleração econômica que levaram a quedas nos gastos do consumidor. O sucesso de nossas operações depende de vários fatores, incluindo condições gerais de negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salário. Nossos resultados operacionais e situação financeira foram e continuarão a ser afetados pela taxa de crescimento do produto interno bruto brasileiro, ou PIB. Não podemos garantir que o PIB brasileiro cresça ou permaneça estável. A evolução da economia brasileira pode afetar as taxas de crescimento do Brasil e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais. Além disso, dependemos da taxa de crescimento da população urbana do Brasil e de seus diferentes níveis de renda. Qualquer redução ou desaceleração em tal crescimento pode afetar adversamente nossas vendas e nossos resultados operacionais.

A instabilidade da taxa de câmbio pode afetar adversamente nossa condição financeira, nossos resultados operacionais e nosso valor de mercado das ações.

A moeda brasileira sofreu variações frequentes e substanciais em relação ao dólar dos EUA e outras moedas estrangeiras nas últimas décadas. A desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e aumentos nas taxas de juros, que afetam negativamente o crescimento da economia brasileira, resultando em efeitos adversos e materiais sobre nossa condição financeira e resultados operacionais. Também restringe o acesso aos mercados financeiros internacionais e determina as intervenções do governo, inclusive por meio de políticas recessivas. Além disso, a desvalorização do real frente ao dólar pode levar a uma redução do consumo e a um crescimento econômico mais lento. Por outro lado, a valorização do real frente ao dólar e outras moedas estrangeiras pode resultar no agravamento da balança comercial brasileira, bem como na desaceleração do crescimento das exportações. Dependendo das circunstâncias, a desvalorização ou apreciação do real pode ter um efeito material e negativo sobre o crescimento da economia brasileira, bem como sobre nossos negócios.

(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia atue

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os resultados das nossas operações.

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem nos afetar e, por fim, a demanda do consumidor por nossos produtos. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, nossa carga tributária, o que pode aumentar os preços que cobramos por nossos produtos, restringir nossa capacidade de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa nossos negócios e resultados operacionais.

Atualmente, nos beneficiamos de incentivos fiscais relacionados às operações logísticas no Estado de Santa Catarina. Além disso, não podemos garantir que os benefícios fiscais que recebemos serão mantidos ou renovados. Se esses benefícios fiscais não forem renovados ou se nossos benefícios fiscais forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, nossos negócios e condição financeira poderão ser adversamente afetados como resultado do aumento da carga tributária. Para garantir a continuidade desses incentivos durante o prazo, a Companhia deve cumprir uma série de requisitos que podem ser contestados, inclusive em juízo. Além disso, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com nossas interpretações, poderemos ser adversamente afetados.

Caso não consigamos cumprir parte ou a totalidade das obrigações, nossos incentivos fiscais ou até autorizações de operação poderão ser suspensos, revistos ou cancelados, inclusive por decisão judicial e/ou administrativa, e poderemos ainda ser obrigados a pagar integralmente o valor dos tributos devidos, acrescidos de encargos e penalidades, o que teria um efeito adverso relevante para nós.

Atualmente existem no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extingiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS, o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) que incidiria sobre o consumo. Caso haja uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis que alterem os incentivos fiscais de suas subsidiárias operacionais durante ou após seus prazos de vigência poderá afetar adversamente nossos negócios.

Novos incentivos fiscais poderão ser criados depois de encerrado o prazo de vigência dos nossos atuais incentivos fiscais com condições menos favoráveis com relação aos incentivos fiscais atualmente em vigor, o que poderá afetar adversamente nossos negócios e nossas atividades operacionais. Caso os incentivos fiscais sejam alterados ou expirem e não sejamos capazes de renová-los, ou novos incentivos fiscais não sejam criados após a expiração daqueles em vigor, ou os termos e condições de quaisquer novos incentivos não sejam tão benéficos a nós em comparação aos que estão atualmente em vigor, seremos igualmente afetados de maneira

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

relevante e adversa.

Diante do cenário brasileiro quanto à concessão de benefícios fiscais, especialmente no que se refere à "Guerra Fiscal entre os Estados", pode haver risco de questionamento quanto à constitucionalidade dos benefícios fiscais relativos ao ICMS, caso não aprovados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), por meio do ajuizamento de ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF), o que pode afetar adversamente nossos negócios.

No mais, eventual alteração na legislação tributária ou declaração de inconstitucionalidade da legislação concessiva de benefícios fiscais poderá afetar não somente às atividades da empresa, mas o setor como um todo.

Ainda no que se refere à "Guerra Fiscal entre os Estados", foi publicada a Lei Complementar 160/2017 ("LC 160/2017") e o Convênio CONFAZ ICMS nº 190/2017, que objetivam a convalidação dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados, diminuição dos riscos de declaração de inconstitucionalidade dos benefícios fiscais já concedidos, extinção da possibilidade de criação de novos benefícios, bem como estabelecem prazo máximo de duração aos incentivos já concedidos, que varia a depender do setor de atuação:

- Até 31 de dezembro de 2032: Agropecuária e industrial, inclusive agroindustrial, e ao investimento em infraestrutura rodoviária, aquaviária, ferroviária, portuária, aeroportuária e de transporte urbano;
- Até 31 de dezembro de 2025: Atividades portuária e aeroportuária vinculadas ao comércio exterior, incluindo a operação subsequente à da importação, praticada pelo contribuinte importador;
- Até 31 de dezembro de 2022: Manutenção e incremento de atividades comerciais, desde que o benefício seja para o real adquirente da mercadoria;
- Até 31 de dezembro de 2020: Operações e prestações interestaduais com produtos agropecuários e extrativos vegetais in natura;
- Até 31 de dezembro de 2018: Demais setores.

Caso as regras de convalidação não sejam cumpridas pelos estados, não se pode descartar a possibilidade de as Fazendas Estaduais virem a exigir valores de ICMS da Companhia. De acordo com as informações públicas disponíveis, até o momento, os estados nos quais a Companhia possui benefícios fiscais têm cumprido as regras para convalidação dos benefícios usufruídos.

Podemos ser afetados substancialmente por violações à Lei Anticorrupção e leis anticorrupção semelhantes.

A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas. Semelhante à *Foreign Corrupt Practice Act* dos Estados Unidos da América, a Lei Anticorrupção considera sanções administrativas a serem aplicadas em consequência de um ato lesivo à administração pública. O não cumprimento de leis de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

combate à corrupção ou quaisquer investigações de má conduta ou execução de ações contra nós pode nos levar a multas, perda de alvarás de funcionamento e danos à reputação, bem como a outras penalidades, podendo afetar de modo adverso nossos negócios, imagem e condição financeira.

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia atue

Não temos operações em países estrangeiros, mas devido ao uso por nós e por outras companhias internacionais do Grupo COFRA das marcas C&A, que são amplamente conhecidas no Brasil, qualquer publicidade negativa ou comentários negativos a respeito de outras companhias controladas, ou associadas com a COFRA globalmente pode ter um efeito negativo em uma ou mais das marcas C&A e marcas que utilizamos no Brasil, o que pode deteriorar o valor de tais marcas e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais.

(j) Riscos Relacionados a Questões Socioambientais

Podemos ser afetados negativamente se nossa cadeia de fornecimento não cumprir as leis e regulamentações socioambientais.

Nossa cadeia de suprimentos de produtos, desde a plantação de algodão até a produção de roupas, está sujeita às leis e regulamentos locais e internacionais que regem a proteção do meio ambiente, inclusive em relação ao uso de químicos, licenciamento ambiental, gestão de resíduos sólidos e recursos hídricos, como regras em relação ao tratamento de efluentes e outros. Adicionalmente, são aplicáveis à nossa cadeia de fornecimento inúmeras leis, regulamentos e tratados (locais e internacionais) sobre as relações e condições de trabalho, que abrangem temas como: jornada de trabalho, trabalho de estrangeiros, trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, proteção de dados pessoais, infraestrutura predial e segurança e saúde dos trabalhadores.

O descumprimento, seja total ou parcial, da legislação e regulamentação socioambiental pelas partes diretas ou indiretas pode nos sujeitar a riscos reputacionais e comprometer a gestão de estoques, caso multas e penalidades sejam aplicadas, ou mesmo se as licenças forem revogadas, de uma ou mais das partes, direta ou indiretamente, envolvida em nossa cadeia de fornecimento de produtos.

Podemos sofrer sanções legais por não administrar corretamente os resíduos gerados por nossas operações.

A Lei nº 12.305/10 estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com princípios, objetivos e instrumentos, bem como diretrizes sobre gestão integrada e gestão de resíduos sólidos. Como resultado, somos responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos gerados em nossas instalações (incluindo papel, papelão, lâmpadas, plásticos, garrafas de perfumaria e beleza, material de merchandising e outros), por qualquer não conformidade com a legislação ambiental aplicável e, se aplicável, por qualquer dano ambiental causado por nossas operações, desde que haja evidência de cadeia de causalidade entre nossas atividades e o dano ambiental. Penalidades podem ser aplicadas se deixarmos de cumprir as condições exigidas, o que afetaria adversamente nossas operações e reputação.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(k) Riscos Relacionados a Questões Macroeconômicas

Desenvolvimentos e mudanças na percepção dos investidores sobre risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, Europa e outros países emergentes, podem afetar material e adversamente a economia brasileira e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as nossas ações.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. Embora as condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, ou B3, por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as nossas ações ordinárias. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das nossas ações ordinárias, restringir o nosso acesso aos mercados de capitais e comprometer a nossa capacidade de financiar as nossas operações no futuro com termos favoráveis ou independentemente dos termos. Além disso, a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos, Europa e outros países afetaram a economia global, produzindo diversos efeitos que, direta ou indiretamente, impactaram o mercado de capitais e a economia brasileira, como as flutuações no preço de títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da economia global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras, que podem, direta ou indiretamente, nos afetar adversamente. Em junho de 2016, o Reino Unido convocou um referendo em que a maioria de sua população votou pelo Reino Unido para sair da União Europeia. Não temos controle e não podemos prever o efeito da saída do Reino Unido da União Europeia nem sobre se e até que ponto outros estados membros decidirão sair da União Europeia no futuro. Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem nos afetar negativamente e o valor de mercado de nossas ações.

A instabilidade política e econômica no Brasil pode afetar adversamente nossos negócios, resultados de suas operações e o preço de negociação de nossas ações.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

A recente instabilidade econômica no Brasil contribuiu para a redução da confiança do mercado na economia brasileira e para o agravamento da situação do ambiente político interno. Além disso, os mercados brasileiros tiveram um aumento na volatilidade devido às incertezas decorrentes de várias investigações em andamento sobre acusações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pela

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Polícia Federal brasileira e pelo Ministério Público Federal, incluindo a maior investigação conhecida como “Lava Jato”. Tais investigações tiveram um impacto negativo na economia e no ambiente político do país. Diversos políticos importantes, incluindo membros atuais e antigos do governo federal brasileiro e do poder legislativo, bem como executivos de alto escalão de grandes corporações e empresas estatais no Brasil, foram presos, condenados por várias acusações relacionadas à corrupção, celebraram acordos de confissão com promotores federais e/ou renunciaram ou foram destituídos de seus cargos como resultado dessas investigações da Lava Jato. Esses indivíduos supostamente aceitaram subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a diversas empresas de infraestrutura, petróleo e gás e construção, entre outras. Os montantes dessas propinas supostamente financiavam campanhas políticas de partidos que formavam a coalizão do governo anterior, liderada pela ex-presidente Dilma Rousseff, que não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente. Esses recursos também foram supostamente destinados ao enriquecimento pessoal de certos indivíduos. Os efeitos da Lava Jato, assim como outras investigações relacionadas à corrupção, resultaram em um impacto adverso na imagem e na reputação das empresas envolvidas, bem como na percepção geral do mercado sobre a economia brasileira, o ambiente político e dos mercados capitais. Não temos controle e não podemos prever se tais investigações ou denúncias em andamento levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se novas alegações contra funcionários do governo e/ou empresas surgirão no futuro.

Em meio a esse cenário de recente incerteza política, em agosto de 2016, o Senado brasileiro aprovou a destituição do então presidente Dilma Rousseff, após a conclusão dos processos judiciais administrativos e legais, com base na violação das leis orçamentárias. Michel Temer, o ex-vice-presidente, que estava atuando como presidente interino desde a remoção de Dilma Rousseff em maio de 2016 e assumiu a presidência pelo restante do mandato presidencial, que terminou em 2018. Ao longo da presidência do Sr. Temer, seus índices de aprovação permaneceram historicamente baixos e ele enfrentou escrutínio sobre outros assuntos, incluindo alegações de suborno e outros atos de corrupção, que contribuíram para o ambiente político e econômico incerto no Brasil. Depois de uma campanha presidencial polarizada, Jair Bolsonaro, um ex-membro das forças armadas e por três décadas parlamentar, foi eleito presidente do Brasil em 28 de outubro de 2019 e assumiu o cargo em 1º de janeiro de 2019. Não podemos prever se e por quanto tempo as divisões políticas no Brasil que surgiram antes da eleição continuarão e afetarão sua presidência. Também não está claro quais efeitos, se houver, terão tais divisões políticas na capacidade do presidente Bolsonaro de governar o Brasil e implementar reformas.

Qualquer continuação de tais divisões poderia resultar em um impasse do Congresso, agitação política e protestos em massa e/ou greves que poderiam afetar adversamente nossas operações. Incertezas quanto à implementação, pelo novo governo, de mudanças nas políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como na legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários, inclusive em relação às nossas ações ordinárias.

A economia brasileira experimentou uma queda acentuada nos últimos anos devido, em parte, às políticas econômicas e monetárias intervencionistas do governo brasileiro e à queda global nos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

preços das commodities. O atual governo federal brasileiro deve propor termos gerais de reforma fiscal para 2019 para estimular a economia e reduzir o déficit orçamentário previsto, mas é incerto se o governo brasileiro será capaz de reunir o apoio necessário no Congresso brasileiro para aprovar reformas específicas adicionais. Até a data deste memorando de oferta, muitos dos gastos públicos propostos no orçamento do Brasil foram mantidos e não está claro se outras despesas serão reduzidas ou totalmente eliminadas. Se algumas ou todas essas despesas públicas forem mantidas, o Brasil continuará a administrar um déficit orçamentário para 2019 e nos anos seguintes. Não podemos prever os efeitos desse déficit orçamentário sobre a economia brasileira ou quais políticas o governo federal brasileiro pode adotar ou alterar ou o efeito que tais políticas possam ter sobre nossos negócios e sobre a economia brasileira. A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas. A incerteza sobre se o governo brasileiro implementará mudanças na política ou regulamentação que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras. Historicamente, o cenário político no Brasil influenciou o desempenho da economia brasileira; em particular, crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, o que afetou adversamente o desenvolvimento econômico no Brasil.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre nós e sobre o preço de mercado das nossas ações ordinárias.

Historicamente, o Brasil passou por altas taxas de inflação. A inflação, bem como medidas governamentais criadas para combatê-la tiveram um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira, particularmente antes da introdução da reforma monetária (o Plano Real) em julho de 1994. A taxa de inflação no Brasil, conforme medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA, publicada pelo IBGE, foi 3.7% em 2018, 2.9% em 2017 e 6.3% em 2016. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, o IPCA foi 2.2%. Pressões inflacionárias persistem e medidas tomadas em um esforço de conter a inflação, juntamente da especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, contribuíram, no passado, para a incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários, o que pode causar efeitos adversos em nós.

Como resultado de pressões inflacionárias e instabilidade macroeconômica, o governo brasileiro adotou historicamente políticas monetárias que resultaram em altas taxas de juros no Brasil. O Banco Central define as taxas de juros básicas geralmente disponíveis ao sistema bancário brasileiro, com base na expansão ou contração da economia brasileira, taxas de inflação e outros indicadores econômicos. O aumento nas taxas de juros pode afetar negativamente nosso custo de financiamento, incluindo o custo de nosso endividamento atual, bem como nosso caixa e equivalentes de caixa, valores mobiliários e pagamentos de leasing.

A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira e sobre nós.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A moeda brasileira flutua em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal adotou diferentes regimes cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variava de diária para mensal), controles cambiais, mercados com caixa de câmbio dupla e um sistema de taxa de câmbio flutuante. Desde 1999, o Brasil adota um sistema de taxa cambial flutuante, com intervenções do Banco Central do Brasil na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, ocorrem flutuações significativas na taxa cambial entre o real e o dólar norte-americano e outras moedas. O real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente com relação ao dólar norte-americano no futuro. A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre nós. A desvalorização do real frente ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e provocar aumentos nas taxas de juros, o que poderia afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo e resultar em um efeito adverso relevante sobre nós. A desvalorização também reduziria o valor dos dividendos distribuídos em dólar norte-americano e o equivalente ao preço de negociação das nossas ações ordinárias em dólares norte-americanos.

Qualquer queda adicional no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações ordinárias.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de *rating* avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard&Poor's, Moody's e Fitch.

- Em setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu o rating de crédito soberano do Brasil para grau de investimento inferior, de BBB- para BB +, citando, entre outras razões, a instabilidade geral no mercado brasileiro causada pela interferência do governo brasileiro na economia e dificuldades orçamentárias. A Standard & Poor's rebaixou novamente o rating de crédito do Brasil em fevereiro de 2016, de BB + para BB, e manteve sua perspectiva negativa sobre o rating, citando uma piora na situação de crédito desde o rebaixamento de setembro de 2015. Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu seu rating para o BB com uma perspectiva estável, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais deste ano.
- Em dezembro de 2015, a Moody's colocou os ratings Baa3 do Brasil em análise, citando tendências macroeconômicas negativas e uma deterioração das condições fiscais do governo. Posteriormente, em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou os ratings do Brasil para abaixo do grau de investimento, para Ba2 com perspectiva negativa, citando a perspectiva de deterioração adicional no serviço da dívida do Brasil em um ambiente negativo ou de baixo crescimento, além de desafiar a dinâmica política. Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que manteve em setembro de 2018, citando expectativas de novos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

cortes nos gastos do governo.

- A Fitch também rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil para BB + com perspectiva negativa em dezembro de 2015, citando o déficit orçamentário em rápida expansão do país e a recessão pior que a esperada e fez um rebaixamento ainda maior em maio de 2016 para BB com perspectiva negativa, que manteve em 2017 e rebaixou para BB- em fevereiro de 2018.

Qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações ordinárias.

Um mercado ativo e líquido para nossas ações ordinárias pode não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez inerente ao mercado brasileiro de valores mobiliários podem limitar significativamente a capacidade dos investidores venderem nossas ações ordinárias pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a certos riscos político e econômicos, incluindo, mas não se limitando, a:

- Mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de obter retorno total ou parcial sobre seus investimentos; e
- Restrições ao investimento estrangeiro e repatriação do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais, como os Estados Unidos e União Europeia. Em 30 de junho de 2019, a capitalização do mercado da B3 era de aproximadamente R\$4 trilhões e tinha um volume médio diário de negociação de R\$14,9 bilhões, enquanto a capitalização de mercado da NYSE era de aproximadamente R\$93,5 trilhões e teve um volume médio diário de negociação de R\$236,8 bilhões. Não podemos garantir que, após a conclusão da oferta, haverá um mercado líquido ou que não haverá restrição possível à negociação das ações ordinárias, o que pode limitar a capacidade do respectivo investidor de vender as ações pelo preço e tempo desejados. O preço de nossas ações ordinárias pode flutuar significativamente em resposta a vários fatores que estão além do nosso controle. Além disso, o B3 pode ser regulado de forma diferente do que os investidores estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade do respectivo acionista de vender suas ações pelo preço e tempo desejados.

Além disso, o preço das ações após uma oferta pública está frequentemente sujeito a volatilidade. Essas características do mercado de capitais brasileiro podem limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias emitidas por nós, pelo preço e no momento desejado. Se um mercado de negociação ativo e líquido de ações ordinárias emitidas por nós não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação de nossas ações ordinárias poderá ser negativamente afetado.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

As atividades da Companhia e de sua controlada as expõem a alguns riscos financeiros. Um dos exemplos é o risco de mercado, o qual é composto pelo risco cambial e pelo risco de taxa de juros.

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que ocorra a flutuação do valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro em razão das variações nos preços de mercado.

Os riscos de mercado estão sujeitos a três categorias de riscos: (i) risco de taxas de juros; (ii) risco cambial; e (iii) risco de preço, o qual pode se referir a commodities, ações, entre outros.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros, sendo que tal modificação pode impactar o retorno sobre seus ativos de curto prazo.

A análise de sensibilidade abaixo demonstrada foi desenvolvida considerando a exposição ao CDI, que é o indexador atualmente utilizado nas aplicações financeiras contratadas pela Companhia.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade às variações na taxa de juros e seus impactos no resultado da Companhia em 30 de junho de 2019:

	(Valores expressos em R\$ mil)					
				Resultado financeiro		
	Risco	2019	Taxa	Cenário provável	Cenário baixa 25%	Cenário baixa 50%
Aplicações financeiras	Baixa CDI	52.493	CDI (i)	2.887	2.165	1.443

(i) Juros calculados com base no CDI diário anualizado (5,50% - conforme relatório Focus de junho de 2019) em 30 de junho de 2019.

Risco cambial

O risco cambial existe nas operações comerciais futuras e se dá, principalmente, em razão de: (i) importações de mercadorias denominadas em dólar norte-americano; e (ii) empréstimos com empresas vinculadas no exterior denominadas em Euro.

i) Importação de mercadorias

No quadro abaixo, destacamos a exposição sobre a variação cambial relacionada aos impostos não recuperáveis no desembaraço das mercadorias importadas pela Companhia para os quais ela não está protegida.

O percentual de 36% de impostos não recuperáveis sobre as *Non Deliverable Forwards (NDFs)* foi determinado conforme os percentuais de imposto de importação (35%, em média) e sobre o percentual não recuperável de COFINS sobre importação (1%).

A taxa de câmbio em dólar utilizada na análise de sensibilidade foi retirada do relatório FOCUS divulgado pelo Bacen em 29 de maio de 2019. Os cenários foram estimados conforme o disposto na Instrução da CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade a variações na taxa de câmbio e seus impactos no resultado da Companhia em 30 de junho de 2019:

(valores expressos em R\$ mil, exceto quando expressamente informada outra moeda – USD mil)					Cenários Negativos		
Derivativo	Posição	Risco	Valor de referência (nacional) – USD	Impostos não recuperáveis USD	Cenário Provável	Possível +25%	Remoto + 50%
NDF	Comprado	Alta dólar	30.984	36%	USD 1 = R\$ 3,80	USD 1 = R\$ 4,75	USD 1 = R\$ 5,70
				11.154	(42.386)	(52.983)	(63.579)

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Contingências Fiscais

Ação com Pedido de Tutela Provisória de Urgência Cautelar Incidental e/ou Tutela de Evidência nº 5003952-11.2019.4.03.6144 / Processo Administrativo nº 13896.722179/2019-82)	
a. Juízo	2ª Vara Federal de Barueri / Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª Instância Judicial
c. Data de instauração	07/08/2019
d. Partes no processo	Autor: C&A Modas S.A. Réu: União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 138.208.814,09
f. Principais fatos	Ação judicial proposta pela Companhia para discutir o direito de fruição da alíquota zero do PIS e da COFINS, prevista pela Lei nº 11.196/2005 ("Lei do Bem"), para a venda a varejo de <i>smartphones</i> produzidos no país. A Companhia foi intimada da instauração de um processo administrativo para inclusão, controle e cobrança dos débitos confessados por meio de declaração. A Companhia ajuizou uma ação com pedido de tutela provisória de urgência, cautelar incidental e/ou tutela de evidência para a antecipação de garantia do débito mediante a apresentação de seguro garantia até o valor de R\$165.850.576,91.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda a Companhia, estará sujeita ao pagamento do valor do valor do débito em discussão, devidamente atualizado.

Mandado de Segurança nº 5000247-73.2017.4.03.6144 / Processo Administrativo nº 13896.722179/2019-82)	
a. Juízo	2ª Vara Federal de Barueri / Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª Instância Judicial
c. Data de instauração	07/08/2019
d. Partes no processo	Autor: C&A Modas S.A. Réu: Delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Barueri
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 170.628.001,54 (valor correspondente aos débitos exigidos pela Receita Federal). Considerando que ainda não houve o trânsito em julgado, a Companhia ainda não

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Mandado de Segurança nº 5000247-73.2017.4.03.6144 / Processo Administrativo nº 13896.722179/2019-82)	
	apurou e não reconheceu os créditos decorrentes dessa ação judicial.
f. Principais fatos	<p>Ação judicial proposta pela Companhia para discutir o reconhecimento do seu direito líquido e certo de não incluir o valor do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS à luz da Lei nº 12.973/14, a partir da sua vigência. Em 06/07/2017 a liminar foi deferida e em 25/01/2018 foi proferida sentença favorável, confirmando a liminar deferida, para declarar o direito da Companhia à exclusão do valor correspondente ao ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, bem como reconhecer o seu direito à compensação do indébito corrigido, após o trânsito em julgado. A União Federal interpôs recurso de apelação em 31/01/2018 e a Companhia opôs embargos de declaração em 01/02/2018. Em 12/06/2019, os embargos de declaração opostos pela Companhia foram acolhidos para redefinir a parte dispositiva da sentença no sentido de se conceder a segurança, confirmando a liminar deferida, para declarar o direito da Companhia à exclusão do valor correspondente ao ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, sob a égide da Lei n.12.973/2014, bem como reconhecer o seu direito à compensação do indébito corrigido a partir da vigência da referida norma (a partir de 01/2015), após o trânsito em julgado desta. Atualmente, aguarda-se apresentação, pela Companhia, de contrarrazões ao recurso de apelação interposto pela União Federal. Diante da ação proposta, a Companhia discute o direito à compensação do indébito relativo ao período de 01/2015 (início da vigência da Lei nº 12.973/14) a 06/2017 (competência que antecedeu a concessão da liminar), enquanto a Receita Federal do Brasil já instaurou um processo administrativo para inclusão, controle e cobrança dos débitos a partir do mês de 07/2017 (competência que sucedeu a concessão da liminar), confessados pela Companhia por meio de declaração.</p> <p>Adicionalmente, considerando ainda haver pendência de julgamento dos embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional no <i>leading case</i> (não no caso da Companhia) relativo à mesma discussão (RE nº 574.706/PR), é possível ainda haver controvérsias quanto aos efeitos da decisão ou até mesmo quanto aos montantes dos créditos passíveis de utilização pelos contribuintes.</p>
g. Chance de perda	Remota
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda a Companhia deixará de ter direito à compensação do indébito relativo ao período de 01/2015 a 06/2017, e estará sujeita ao pagamento do valor do débito em discussão, devidamente atualizado. Ainda, a depender do resultado do julgamento dos Embargos de Declaração da Fazenda Nacional no <i>leading case</i> , poderá haver controvérsias quanto aos efeitos da decisão ou até mesmo quanto aos montantes dos créditos passíveis de utilização pelos contribuintes.

Processo Administrativo nº 35415.000153/2007-44 (NFL nº 37.066.538-4)	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	Instância Administrativa
c. Data de instauração	27/12/2006
d. Partes no processo	Autuante: União Federal Autuado: C&A Modas S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 31.300.343,61
f. Principais fatos	Trata-se de processo administrativo fiscal relativo a cobrança de contribuições previdenciárias incidentes sobre valores pagos a título de Assistência Médica e Hospitalar a seus funcionários e empregados segurados, dos períodos de

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo Administrativo nº 35415.000153/2007-44 (NFL nº 37.066.538-4)	
	12/12/1997 e 28/02/2005. Houve adesão ao REFIS para pagamento parcial dos débitos. Posteriormente valores relativos à Assistência Médica Auto-Gestão (período de 12/2000 a 02/2005) e Assistência Médica Plano de Saúde (período de 02/2001 a 02/2005) foram incluídos no programa de anistia veiculado pela Lei nº 11.941/09.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado.

Execução Fiscal 0000034-89.2016.4.03.6144 – Embargos à Execução 0003302-54.2016.4.03.6144. (PAF nº 13896.722554/2011-37)	
a. Juízo	Justiça Federal Seção Judiciária de São Paulo
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	11/01/2016
d. Partes no processo	Exequente: União Federal Executado: C&A Modas S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 16.706.047,25
f. Principais fatos	Foi ajuizada Execução Fiscal pela União visando a cobrança de débitos relativos a processo de compensação nº 13896.722554/2011-37 em face da não homologação dos PER/DCOMP n.º 23923.04952.1710008.1.3.04-8040, 37271.36229.171008.1.3.04-7756, 21129.47939.171008.1.3.04.6623 e 07589.68825.171008.1.3.04-8200, referentes a débitos de PIS e COFINS. Os créditos foram apurados em decorrência das retificações de DCTF e DACON através das quais a C&A estornou os valores que haviam sido contabilizados equivocadamente como comissão de seguros por meio do lançamento em contrapartida. A Companhia ofereceu Embargos à Execução. Foi apresentado seguro garantia. Em junho de 2019 o valor era de R\$ 12.422.624,93 (Apólice nº 17.75.002296.12 de 29/01/16).
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda a Companhia, estará sujeita ao pagamento do valor do débito em discussão, devidamente atualizado.

Processo Administrativo nº. 13986.904911/2013-45	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	Instância Administrativa

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo Administrativo nº. 13986.904911/2013-45	
c. Data de instauração	04/11/2013
d. Partes no processo	Autuante: União Federal Autuado: C&A Modas S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 16.161.700,74
f. Principais fatos	Trata-se de pedido de compensação, em razão de pagamento indevido ou a maior de COFINS, relativo ao mês de agosto de 2012 e recolhido em 25/09/13, compensado com débito do mesmo tributo (cód. 5856-01), referente ao período de apuração de setembro de 2012, com vencimento em 25/10/2012.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado.

Processo Administrativo nº. 10882.002398/98-44	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	Instância Administrativa
c. Data de instauração	13/11/1998
d. Partes no processo	Autuante: União Federal Autuado: C&A Modas S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 54.177.083,22
f. Principais fatos	Trata-se de processo administrativo fiscal para a cobrança de crédito de IRPJ que decorre a exclusão feita do lucro líquido do exercício, pertinente a parcela da variação cambial credora. O processo administrativo está vinculado a dois Mandados de Segurança, um em 1ª instância 95.0001951-5 e outro em 2ª instância 2001.03.99.000031-1.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado.

Processo Administrativo nº. 13896-723.458/2016-11	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	Instância Administrativa
c. Data de instauração	22/11/2016
d. Partes no processo	Autuante: União Federal Autuado: C&A Modas S.A.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo Administrativo nº. 13896-723.458/2016-11	
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 59.422.005,51
f. Principais fatos	Trata-se de processo administrativo fiscal federal relativo a PIS e COFINS sobre taxa de cartão de crédito
g. Chance de perda	Possível e provável (Possível: R\$ 21.389.487,63 + Provável R\$ 38.032.517,88)
h. Impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado.

Processo Administrativo nº. 19515.720397/2018-15	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	3ª Instância Administrativa
c. Data de instauração	22/11/2016
d. Partes no processo	Autuante: União Federal Autuado: C&A Modas S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 36.630.115,40
f. Principais fatos	Trata-se de processo administrativo fiscal federal relativo a PIS e COFINS sobre taxa de frete, mão de obra temporária, aquisição de cabides, aquisição de embalagens, cartão de terceiros, cartão PL, propaganda de televisão, jornal, rádio e contratos exclusivos de propaganda.
g. Chance de perda	Possível e Provável (Possível: R\$ 7.620.955,14 + Provável: R\$ 29.009.160,26)
h. Impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança. Por fim, caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor do auto de infração, devidamente atualizado.

Contingências Cíveis

Ação Civil Pública nº 0539450-79.2017.8.05.0001	
a. Juízo	16ª Vara de Relações de Consumo - Salvador / Quarta Câmara Cível do TJBA
b. Instância	2ª Instância Judicial
c. Data de instauração	04.07.2017
d. Partes no processo	Polo ativo: Ministério Público do Estado da Bahia ("MP-BA") Polo passivo: C&A Modas Ltda. ("C&A")
e. Valores, bens ou direitos	Ílquido (o valor envolvido corresponde ao valor ílquido de eventual indenização aos

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil Pública nº 0539450-79.2017.8.05.0001	
envolvidos	consumidores a título de danos materiais e morais sofridos e ao valor de R\$ 50.000,00 requerido pelo MP-BA a título de danos morais causados difusamente à coletividade a ser revertido para o Fundo Estadual dos Direitos do Consumidor).
f. Principais fatos	<p>O MP-BA alega que, em 5 de novembro de 2016, a Dra. Tania Magnani de Abreu Fraga, Juíza do Trabalho, em relação à sentença exarada nos Autos de nº 0000409-37.2016.5.05.0038, que tramitou na 38ª Vara do Trabalho de Salvador-BA enviou-lhe um ofício para fins de averiguação de práticas abusivas realizadas pela Acionada contra o consumidor, fruto da observância das alegações feitas pela reclamante Adelma do Carmo, ex-funcionária da C&A, no curso do processo trabalhista acima mencionado. Diante das alegações na reclamação trabalhista e depoimentos colhidos no curso de inquérito civil n. 003.0.255156/2016, o MP-BA ajuizou a ação civil pública em 04.07.2017, com pedido de tutela antecipada, objetivando compelir a C&A a (i) deixar de induzir os consumidores a parcelarem suas compras no cartão da loja em maior quantidade de vezes com a intenção de obter vantagem econômica, a partir dos juros cobrados; (ii) deixar de inserir na conta do consumidor/cliente plano odontológico e/ou seguro do cartão da loja sem a prévia ciência e autorização desse; (iii) não alterar o CEP do domicílio dos consumidores/clientes, para fins de propiciar que instituições financeiras liberem cartões solicitados para acesso a compras, nem tampouco para qualquer outro objetivo; (iv) indenizar os consumidores em razão dos danos materiais e morais sofridos; (v) efetivar o pagamento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em decorrência do dano moral causado difusamente à coletividade, devendo o montante ser revertido para o Fundo Estadual dos Direitos do Consumidor. Na petição inicial, o MP-BA pleiteou, ainda, a inversão do ônus da prova em desfavor da C&A considerando que o MP-BA estaria agindo em prol dos consumidores, que são as partes hipossuficientes na relação discutida.</p> <p>Em 04.09.2017, a C&A apresentou contestação alegando, preliminarmente, a ilegitimidade ativa do MP-BA ao argumento de que não há direito coletivo ou difuso a ser tutelado nesta demanda, sendo pacífico o entendimento de que Ministério Público não possui legitimidade para tutelar direitos individuais homogêneos e disponíveis. No mérito, alegou (i) a inexistência da prática de alteração do CEP dos clientes ou práticas abusivas em violação aos preceitos do Código de Defesa do Consumidor ("CDC"), esclarecendo que a contratação de seguro e de plano odontológico, são realizados por meio de contrato escrito e apartado do contrato do Cartão C&A; e (ii) a inexistência de danos individuais, difusos ou coletivos. A C&A sustentou, ainda, que o MP-BA não comprovou as suas alegações e fundamentos, baseando seu pleito em suposições.</p> <p>Em 05.04.2018, foi proferida sentença que rejeitou a preliminar reconhecendo a legitimidade ativa do MP-BA e julgando improcedente o pedido diante da falta e comprovação dos fatos alegados na inicial, extinguindo-se a ação com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.</p> <p>Em 11.06.2018, o MP-BA interpôs recurso de apelação sustentando a reforma da sentença para que seja invertido o ônus probatório e julgado procedente o pleito inicial do MP-BA. A C&A apresentou contrarrazões em 11.07.2018 reiterando seus</p>

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil Pública nº 0539450-79.2017.8.05.0001	
	<p>argumentos, requerendo o reconhecimento da ilegitimidade ativa do MP-BA e, subsidiariamente, o não provimento da apelação.</p> <p>Em 27.08.2019, a Quarta Câmara Cível do TJBA rejeitou a preliminar de ilegitimidade, reiterou o descabimento da inversão do ônus da prova no caso e negou provimento à apelação em votação unânime, por ausência de comprovação da prática de ato ilícito e ausência de arcabouço probatório mínimo acerca das razões que fundamentam o pleito autoral, dessa forma mantendo a sentença. O acórdão foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico de 30.09.2019 e há prazo em curso para recurso do MP-BA.</p>
g. Chance de perda	Remota
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda a Companhia, estará sujeita (i) a possível impacto reputacional e (ii) ao pagamento de valor a título de danos morais e materiais aos consumidores (ilíquido) e de R\$ 50.000,00 a título de danos morais causados difusamente à coletividade (a ser revertido para o Fundo Estadual dos Direitos do Consumidor).

Contingências Trabalhistas

Ação Civil Pública nº 0001637-13.2010.5.03.0103	
a. Juízo	3ª Vara do Trabalho de Uberlândia – Minas Gerais
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	18.10.2010
d. Partes no processo	<p>Polo ativo: Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho de Uberlândia (Minas Gerais) (“MPT”)</p> <p>Polo passivo: C&A Modas S.A.</p>
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Incalculável (atualmente o valor envolvido corresponde ao valor das multas que podem ser aplicadas em caso de descumprimento das obrigações de fazer impostas).
f. Principais fatos	<p>A ação ajuizada em 18.10.2010, objetivando a imposição de obrigações de fazer relativas a jornada de trabalho, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e normas de saúde e segurança do trabalho relacionadas a primeiros socorros, sob pena de multa de R\$ 20.000,00 por infração cometida e trabalhador atingido, bem como a condenação da C&A ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 1.000.000,00. Em 23.03.2011, a ação foi julgada parcialmente procedente, para condenar a C&A, sob pena de multa de R\$ 5.000,00 por descumprimento constatado, ao cumprimento das seguintes obrigações: (i) conceder intervalo intrajornada aos empregados; (ii) deixar de prorrogar a jornada dos empregados além do limite legal de duas horas diárias; (iii) deixar de manter empregado trabalhando em feriado sem necessidade imperiosa ou permissão da autoridade competente; (iv) conceder descanso remunerado a seus empregados; (v) realizar reuniões ordinárias da CIPA e (vi) equipar o estabelecimento com material necessário à prestação de primeiros socorros.</p>

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil Pública nº 0001637-13.2010.5.03.0103	
	Interposto recurso ordinário por ambas as partes. Em 27.07.2011, o Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais deu parcial provimento ao recurso ordinário do MPT para estender a aplicação da multa para cada trabalhador atingido e condenar a C&A ao pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 50.000,00. Interposto recurso de revista pela C&A. Em 25.04.2012, o Tribunal Superior do Trabalho negou provimento ao apelo da C&A. A decisão transitou em julgado em 04.06.2012, iniciando-se a fase de execução. Em 04.12.2013, a C&A pagou o valor de R\$ 213.882,62, decorrente da indenização por danos morais e das multas por descumprimento das obrigações impostas. Em 01.12.2015, a C&A pagou o valor de R\$ 448.000,00, decorrente das multas por descumprimento das obrigações impostas. Em 03.07.2019, foi determinada a suspensão do feito por 90 dias, para que o MPT verifique se uma das instituições beneficiária dos valores pagos pela C&A a título de multa, realizou a prestação de contas corretamente.
g. Chance de perda	Remoto
h. Impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa em caso de descumprimento reiterado das obrigações impostas. Atualmente, o MPT acompanha o cumprimento das obrigações impostas por via administrativa (procedimento nº 330.2010.03.001/8). Considerando que não houve limitação territorial nas decisões proferidas na Ação Civil Pública, entendemos existir o risco de as obrigações acima mencionadas serem estendidas a todo o território nacional, abrangendo todas as filiais da C&A.

Ação Civil Pública nº 0000141-94.2013.5.19.0006	
a. Juízo	6ª Vara do Trabalho de Maceió – Alagoas
b. Instância	1ª Instância – Fase de Execução
c. Data de instauração	14.2.2013
d. Partes no processo	Polo ativo: Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região (“MPT”) Polo passivo: C&A Modas S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Incalculável
f. Principais fatos	Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo MPT em decorrência de denúncia envolvendo questões de periculosidade. Na ação civil pública foi pleiteado, em caráter de tutela antecipada, que a empresa: (i) promova treinamento adequado a todos os empregados que manuseiam o sistema de alta tensão da loja e/ou façam rondas na parte elétrica, áreas de risco (alta tensão); (ii) forneça os equipamentos de proteção individual a todos os empregados que deles necessitem e fiscalize o seu uso, repondo-o quando se desgastarem pelo uso, sendo o fornecimento garantido sem qualquer custo para o trabalhador; (iii) mantenha recibos atestando a entrega dos EPI’s aos empregados, fazendo constar sua assinatura e data de recebimento; (iv) mantenha atualizado e implemente corretamente o PCMSO e PPRA. Ainda, requereu-se a

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil Pública nº 0000141-94.2013.5.19.0006	
	<p>aplicação de multa diária no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por descumprimento de qualquer das obrigações acima, acrescida de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por trabalhador prejudicado. No mérito, pleiteou-se a condenação definitiva da C&A nas obrigações referidas no pedido liminar e o pagamento de indenização por danos morais difusos e coletivos em valor não inferior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Em 26.06.2013, a ação foi julgada parcialmente procedente, para condenar a C&A, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 por descumprimento constatado, até o limite de R\$ 30.000,00, acrescida de multa de R\$ 500,00 por trabalhador atingido, ao cumprimento das seguintes obrigações: (i) promover treinamento aos empregados que manuseiem sistema de alta tensão elétrica; (ii) fornecer, mediante recibo, EPI's adequados aos empregados que manuseiem sistema de alta tensão elétrica; (iii) manter PCMSO e PPRA atualizados e (iv) pagar indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 10.000,00. Em 11.09.2014, foi prolatado acórdão que determinou (i) a majoração do <i>quantum</i> indenizatório para R\$100.000,00 (a título de indenização por danos morais), e (ii) a majoração da multa diária ao valor de R\$10.000,00 até o limite de R\$300.000,00 em caso de descumprimento das obrigações, somadas de R\$3.000,00 para cada empregado impactado. Atualmente o processo encontra-se em fase de execução. De acordo com a planilha acostada aos autos em 8.3.2019, foi calculado o valor de R\$ 493.434,78 (atualizados até 1.3.2019) a título de multa por descumprimento de obrigações, indenização por danos morais coletivos e custas processuais (no valor indicado, até o momento, não foi considerado o valor a título de multa por trabalhador afetado).</p>
g. Chance de perda	Provável
h. Impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa em caso de descumprimento das obrigações impostas.

Ação Civil Pública nº 0001812-23.2015.5.17.0012	
a. Juízo	12ª Vara Trabalho de Vitória/ES
b. Instância	3ª Instância Judicial
c. Data de instauração	28.01.2016
d. Partes no processo	Polo ativo: Ministério Público do Trabalho da 17ª REGIÃO Polo passivo: C&A Modas Ltda. ("C&A")
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Ílíquido (multa por descumprimento de tutela antecipada no valor de R\$ 1.000,00 por dia, considerando obrigação de fazer por cada empregado)
f. Principais fatos	O MPT-ES afirma que a C&A desrespeita o intervalo entre jornadas, não concede a pausa do art. 384 da CLT antes do início da jornada extra, exige horas extras acima do limite legal de duas horas fora das hipóteses legais, e não anota o horário de intervalo efetivamente usufruído pelos obreiros.
g. Chance de perda	Possível

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil Pública nº 0001812-23.2015.5.17.0012	
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda a Companhia, estará sujeita a obrigação de fazer no sentido de abster de: (i) prorrogar jornada além de 2 horas; (ii) conceder intervalo mínimo de 11 horas entre 2 jornadas; (iii) conceder intervalo de 15 minutos para jornada de até 6 horas, bem como de 1 a 2 horas para jornada além de 6 horas; e (iv) pré-assinalar os cartões de ponto com os horários de intervalo efetivamente praticados.

Ação Civil Pública nº 0000998-41.2014.5.12.0026	
a. Juízo	6ª Vara Trabalho de Florianópolis - 12ª Região
b. Instância	3ª Instância Judicial
c. Data de instauração	27.08.2014
d. Partes no processo	Polo ativo: Ministério Público do Trabalho da 12ª REGIÃO Polo passivo: C&A Modas Ltda. ("C&A")
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Ílquido (o valor envolvido corresponde ao valor ílquido de eventual pagamento de multa de R\$ 5.000,00, por dia de atraso, por trabalhador prejudicado, limitado esse valor a R\$ 30.000,00, ressalvadas as situações em que a mesma comprovar não ter dado causa à demora, valor este reversível ao Fundo de Direitos Difusos; e indenização por danos morais coletivos, no valor de R\$ 500.000,00, também reversíveis ao Fundo de Direitos Difusos.
f. Principais fatos	O MPT-SC alega que tem se tornado prática comum em empresas do comércio, o pagamento dos valores rescisórios através de depósito bancário em conta do empregado, com a homologação do TRCT e entrega das guias para saque do FGTS e habilitação no seguro-desemprego muito tempo após o pagamento, chegando em alguns casos a meses de atraso. Com isso o empregado fica impossibilitado de sacar o seu FGTS e se habilitar no seguro-desemprego.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda a Companhia, estará sujeita (i) efetuar as homologações das rescisões de contrato de trabalho, entrega das guias para FGTS e obtenção do seguro-desemprego prazos legais previstos no § 6º, do art. 477, da CLT; (ii) multa de R\$ 5.000,00, por dia de atraso, por trabalhador prejudicado, limitado esse valor a R\$ 30.000,00, ressalvadas as situações em que a mesma comprovar não ter dado causa à demora, valor este reversível ao Fundo de Direitos Difusos; e (iii) danos morais coletivos, no valor de R\$ 500.000,00, também reversíveis ao Fundo de Direitos Difusos.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

As contingências descritas no item 4.3 acima possuem provisão constituída no montante total de R\$67.041.678,14 em 30 de junho de 2019.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável. Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Na data deste Formulário, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas Controladas sejam parte.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Na data deste Formulário, a Companhia não é parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Não aplicável, pois na data deste Formulário, a Companhia não é parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Termos de Ajustamentos de Conduta ("TACs") são acordos firmados com o Ministério Público do Trabalho, no curso de um inquérito civil ou em uma ação civil pública e tem como objetivo impor o cumprimento da legislação trabalhista. Identificamos sete TACs firmados pela empresa, relacionados a (i) cumprimento de cota de aprendizes; (ii) cumprimento de cota de pessoas com deficiência e reabilitados (2 TACs celebrados no âmbito do mesmo procedimento administrativo); (iii) jornada de trabalho; (iv) trabalhadores estrangeiros (cadeia de fornecimento); (v) contratação de cooperativas e (vi) trabalhadores temporários. Dentre os TACs firmados pela C&A, destacamos o seguinte:

- Em 05 de novembro de 2007, a C&A celebrou TAC com o Ministério Público do Trabalho da 2ª Região, pelo qual se obrigou a advertir seus fornecedores no site de internet e fazer constar nos pedidos de compra encaminhados aos fornecedores que não aceitará, sob pena de rescisão, descredenciamento e cancelamento de pedido de compras, as confecções que (i) contratem trabalhadores estrangeiros em situação irregular no país; (ii) contratem empresas integradas por estrangeiros que não estejam legalmente constituídos como pessoa jurídica e (iii) contratem empresas que utilizem trabalhadores estrangeiros em situação irregular no país. A C&A também se obrigou a visitar periodicamente as confecções para verificar o cumprimento das obrigações, no intervalo mínimo de 1 ano e máximo de 2 anos. O descumprimento de qualquer das obrigações do TAC implicará no pagamento de multa de R\$ 10.000,00 por trabalhador contratado em situação irregular. A Companhia informa que cumpre todas as obrigações firmadas no âmbito do TAC, tendo, inclusive, incluído em seus termos gerais de contratação de fornecimento os princípios que norteiam tais obrigações.

Trânsito em julgado favorável em ação tributária. A Companhia ajuizou mandado de segurança, distribuído sob o número 0001187-13.2007.4.03.6100 (número antigo 2007.61.00.001187-0) em busca de decisão judicial que lhe reconhecesse e assegurasse o direito de não incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, em relação aos fatos geradores vencidos e vincendos, bem como o reconhecimento do direito aos créditos provenientes dos pagamentos indevidamente efetuados a título de PIS e COFINS, em decorrência da indevida inclusão do ICMS em suas bases de cálculo, para fins de imediata compensação.

- A medida liminar foi parcialmente concedida para reconhecer e assegurar o direito de não incluir os valores pagos a título de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, em relação aos fatos geradores vincendos. No entanto, os efeitos dessa decisão foram suspensos pela decisão que atribuiu efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento nº 2007.03.00.011561-0, interposto pela União Federal. Em 29/08/2007 foi publicada sentença que denegou a segurança pleiteada ao considerar ser devida a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Contra essa decisão, em 12/09/2007, a Companhia interpôs recurso de apelação, ao qual foi negado provimento. Foram opostos embargos de declaração, posteriormente rejeitados. A Companhia, então, interpôs recursos Especial e Extraordinário aos Tribunais Superiores. O Recurso Extraordinário foi sobrestado e o Recurso Especial não conhecido/prejudicado.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

- Diante da declaração da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, no regime de repercussão geral (RE nº 574.706/PR), o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em juízo de retratação, deu provimento ao recurso de apelação da Companhia, determinando a aplicação do prazo prescricional quinquenal e autorizando a compensação tributária, após o trânsito em julgado. Foram opostos Embargos de Declaração pela Companhia, em razão de omissão quanto ao período dos créditos passíveis de compensação, e Agravo Interno pela União Federal. Os Embargos de Declaração da Companhia foram acolhidos e o Agravo Interno da União Federal foi improvido. Após, a União Federal interpôs Recurso Extraordinário, julgado prejudicado, tendo transitado em julgado a decisão em favor da Companhia, em 28/02/2019.
- Em razão do trânsito em julgado da decisão favorável, a Companhia estima, após os trâmites cabíveis, se utilizar dos créditos decorrentes do indébito relativo ao período de 2002 a 2014, estimado inicialmente em R\$1.253.331.782,00, em 30/06/2019, sendo R\$658.702.657,59 relativos ao principal e R\$594.629.124,41 em decorrência da aplicação da atualização correspondente.
- Ainda, considerando ainda haver pendência de julgamento dos embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional no *leading case* (não no caso da Companhia, que já transitou em julgado favoravelmente a ela) relativo à mesma discussão (RE nº 574.706/PR), é possível ainda haver controvérsias quanto aos efeitos da decisão ou até mesmo quanto aos montantes dos créditos passíveis de utilização por todos os contribuintes que possuem essa discussão, de modo que, a depender do seu resultado, a aplicabilidade ou os montantes dos créditos poderiam ser afetados.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

(d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

(e) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos com o objetivo de controlar ou mitigar riscos estratégicos, operacionais, tecnológicos, financeiros e de conformidade. Essa política foi elaborada e revisada pela área de Gestão de Riscos, e foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de outubro de 2019.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo da política de gerenciamento de riscos é formalizar e divulgar os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados nos procedimentos da área de Gestão de Riscos da Companhia, estabelecendo diretrizes, controles, procedimentos e responsabilidades relacionadas à identificação, avaliação, análise, tratamento e monitoramento dos riscos que possam afetar a Companhia na busca do cumprimento de seus objetivos, e da criação, preservação e crescimento de valor da Companhia, considerando seu apetite à tomada de risco no processo decisório.

O processo de gestão de riscos da Companhia se baseou em recomendações de normas de gestão de risco empresarial reconhecidas no mercado, especialmente a ISO 31000:2009, com o objetivo de: (i) aumentar a probabilidade de atingir as metas estabelecidas pela Companhia; (ii) melhorar a identificação de oportunidades e ameaças; (iii) atender às políticas, normas e requisitos legais e regulatórios, padronizando conceitos e práticas; (iv) garantir a transparência na comunicação dos riscos identificados; (v) garantir base confiável de dados para a tomada de decisão e planejamento, fornecendo um fluxo dinâmico e eficiente de informação; (vi) alocar e utilizar eficazmente os recursos da Companhia, melhorando o ambiente de controles; (vii) melhorar a governança, assegurando que as práticas de Governança Corporativa da Companhia sejam seguidas e criticamente analisadas; (viii) prevenir ou minimizar perdas; e (ix) melhorar a eficácia e eficiência operacional, aumentando a resiliência da Companhia.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1 deste formulário de referência e busca prevenir, mitigar e tratar todo e qualquer tipo de risco que possa impactar, de forma negativa, as suas atividades e operações, o alcance dos seus objetivos e os padrões de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico. Os riscos são classificados pela política de gerenciamento de riscos da seguinte forma:

Riscos Estratégicos: são aqueles associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. São causados por mudanças no ambiente externo, tais como político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade de recursos, inovações e portfólio de produtos e/ou serviços.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Riscos Operacionais: são aqueles decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos e pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia e estão associados tanto à operação do negócio como, por exemplo, marketing, vendas, comercial; quanto à gestão de áreas de suporte ao negócio, como contabilidade, controladoria, controles, suprimentos, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente e relações sindicais.

Riscos Tecnológicos: é a possibilidade de uma determinada ameaça explorar vulnerabilidades de um ativo ou um conjunto de ativos, impactando na confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

Riscos Financeiros: para maiores informações sobre a política de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, ver seção 5.2 deste Formulário de Referência.

Riscos de Conformidade: são os riscos de imposição de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos, regulamentos, código de ética e das políticas e procedimentos internos. Incluem os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção e de crimes cibernéticos.

Para referência, os riscos indicados pela política de gerenciamento de riscos são classificados conforme Dicionário de Riscos da Companhia, conforme ilustração abaixo:

ESTRATÉGICO				CONFORMIDADE			
Modelo de Negócios			Político e Econômico	Governança Corporativa		Leis e Regulamentos	
Concorrência e Mercado	Estrutura Organizacional	Fusão e Aquisição	Mudança Governamental	Aderência às Regras	Comunicação Interna	Trabalhista	Contábil e Financeira
Planejamento e Orçamento	Continuidade de Negócios	Gestão de Conhecimento	Cenário Econômico	Incentivo de Desempenho	Divulgação ao Mercado	Cível	Tributário / Fiscal
Desenvolv. de Produto/Serviços	Investimento e Projetos	Marcas e Patentes	Política Pública	Sucessão	Reputação e Imagem	Legal	Ambiental
Inovação Tecnológica	Satisfação do Cliente	Indicadores de Performance	Pandemia	Relacionamento com Acionista	Conduta Ética	Regulamentação	
Parcerias Estratégicas							

FINANCEIRO			OPERACIONAL			TECNOLÓGICO	
Mercado	Crédito	Liquidez	Processo		Pessoal	Sustentabilidade	Informação e Tecnologia
Câmbio	Concentração	Custo de Oportunidade	Canal de Distribuição	Terceiros	Capacitação	Resíduos, Efluentes e Emissões	Confidencialidade
Derivativos	Garantia	Disponibilidade de Capital	Efetividade e Eficiência	Estoques	Pessoal-chave	Recursos Naturais	Integridade
Taxa de Juros	Inadimplência	Fluxo de Caixa	Produto/Serv.	Segurança Patrimonial	Limite de Autoridade	Saúde e Segurança	Disponibilidade
Participação			Fornecimento	Práticas Comerciais	Retenção de Talentos	Responsabilidade Social	Autenticidade
			Obrigação Contratual				Legalidade

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

A abordagem para o mapeamento dos riscos considera: (a) identificação dos riscos que comprometam o atendimento dos objetivos estratégicos da Companhia e (b) acompanhamento dos principais riscos a partir do contexto detalhado dos processos e controles da Companhia. Em linha com as melhores práticas, as etapas utilizadas para proteção de riscos pela Companhia são:

- a) Estabelecer o contexto de riscos – o contexto de risco representa o ambiente e o escopo no qual o risco deve ser gerenciado. Uma vez que os objetivos de negócios tenham sido definidos e estejam claros para as partes interessadas, as ameaças potenciais a esses objetivos podem ser identificadas e analisadas. O universo de riscos que ameaçam a realização dos objetivos de negócios representa o contexto de risco.
- b) Identificar e avaliar os riscos – identificar, em tempo hábil, uma lista relevante e prática de cenários de risco que possam afetar a capacidade de atender aos objetivos de negócios locais.

A identificação do risco pode ocorrer dentro das seguintes abordagens, a ser escolhida pela área de Gestão de Riscos:

- Auditoria de processos – oportunidade em que os processos da Companhia são auditados e avaliados, a fim de verificar eventuais riscos aos quais está exposta. Neste processo, matrizes de riscos serão criadas/atualizadas. Esses registros contribuem para a identificação de riscos dentro da Companhia, funcionando como uma fonte de possíveis ameaças e fraquezas.
- Ciclo de entrevistas – oportunidade em que os cenários de risco são identificados e discutidos, bem como documentados como parte da avaliação.
- Questionário de risco – elaboração de questionário de risco, pelo qual a liderança da Companhia é solicitada a preencher uma folha estruturada de identificação de risco e retornar até a data de vencimento predeterminada via e-mail.
- Observação – oportunidade em que os cenários de risco são observados e catalogados.

O estágio de identificação de risco termina com o desenvolvimento do mapa de riscos. A área de Gestão de Riscos da Companhia avalia, anualmente, o mapa de riscos, com base no mapa do ano anterior e o atualiza considerando: (i) os novos cenários interno, político e econômico; (ii) projetos estratégicos da Companhia; (iii) resultados de auditorias e (iv) evolução da cultura de compliance e riscos. Posteriormente, uma análise dos riscos é realizada, considerando as particularidades de cada cenário e classificando-os em perfis de risco individuais, que são determinados pela avaliação dos riscos identificados em relação à probabilidade de ocorrência e possíveis critérios de impacto.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A partir da etapa de identificação, é realizada a análise do grau de cada risco, considerando o seu potencial impacto para ao negócio e a probabilidade de cada risco se materializar. A fim de priorizar os processos quanto a sua criticidade, os seguintes parâmetros são adotados pela Companhia quando da análise do grau dos riscos aos quais está exposta:



A metodologia definida pela Companhia, e detalhada na ilustração abaixo, considera:

- Impacto: magnitude/significado do potencial de perdas financeiras, degradação da imagem, penalidades legais e/ou interrupções operacionais na percepção da liderança da Companhia ou da área de Gestão de Riscos.
- Vulnerabilidade: probabilidade de ocorrência de risco com base em quão robustos os controles relacionados com o risco são, considerando a concepção e implementação, bem como a probabilidade de que eles falhem, na percepção das áreas de Gestão de Riscos e Auditoria Interna. Ainda, a Companhia poderá contratar auditor independente registrado na CVM para desempenhar a função da área de auditoria interna e/ou para fins de prestação de consultoria na avaliação de vulnerabilidade existente nos controles internos da Companhia.
- Perfil do Risco: determinado ao se combinar o impacto/consequência e probabilidade/vulnerabilidade esperadas do risco.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

TIPOS DE IMPACTO	NÍVEIS DE IMPACTO				
	1. N/A ou Insignificante	2. Mínimo	3. Moderado	4. Alto	5. Crítico
Financeiro	Sem impactos financeiros	Até R\$5.000.000,00	Entre R\$5.000.000,00 a R\$7.000.000,00	Entre R\$7.000.000,00 a R\$10.000.000,00	Acima de R\$10.000.000,00
Imagem	Sem publicidade negativa	Publicidade negativa mínima (impacto interno)	Publicidade negativa local (impacto gerenciável)	Publicidade negativa nacional (artigos veiculados nacionalmente)	Publicidade negativa relacionado aos acionistas
Legal	Sem impacto legal, contratual ou regulatório	Acionamento por reclamação de clientes	Descumprimento de uma regulamentação específica ou multa contratual	Não conformidade com legislação de forma contínua, gerando comunicação formal de órgão fiscalizador	Risco de perda de controle das operações da Companhia ou penalização por órgãos reguladores
Operacional	Sem alteração nas operações	Operações do dia a dia sem perda de impacto	Operações realizadas com perda de performance	Operações realizadas com restrições significativas de performance	Interrupção das operações

NÍVEIS DE VULNERABILIDADE		PERFIL DO RISCO (VULNERABILIDADE VS IMPACTO)				
5. Quase certo	Poderá ocorrer dentro dos próximos 3 meses Probabilidade: >80%	Medio	Alto	Alto	Crítico	Crítico
4. Provável	Poderá ocorrer dentro dos próximos 12 meses Probabilidade: >60% e <90%	Medio	Médio	Alto	Crítico	Crítico
3. Possível	Poderá ocorrer dentro dos próximos 2 anos Probabilidade: >40% e <60%	Baixo	Médio	Alto	Alto	Crítico
2. Improvável	Poderá ocorrer dentro dos próximos 5 anos Probabilidade: >10% e <40%	Baixo	Baixo	Médio	Alto	Alto
1. Exceção ou Raro	Poderá ocorrer dentro dos próximos 10 anos Probabilidade: <10%	Baixo	Baixo	Médio	Médio	Alto

- c) Definir e implementar as ações de resposta – O objetivo de tratar os cenários de risco é reduzir seus perfis de risco. Assim, a Companhia toma a decisão sobre como cada cenário de risco é respondido, determinando a natureza específica do tratamento a ser aplicado.
- d) As recomendações são desdobradas em ações detalhadas, pilotos, testes, validações e ajustes necessários para assegurar a eficácia do tratamento e controle dos riscos aos quais a Companhia está exposta. Após todos os testes e ajustes necessários, a ação é implementada e difundida a todos os envolvidos. Neste contexto, as Áreas de Negócio, a partir dos riscos identificados e respectivas recomendações informadas pelas áreas de Auditoria Interna e Gestão de Riscos, implementam os planos de ação para garantir o tratamento dos riscos. Tais atividades e prazos são acompanhados pela área de Gestão de Riscos, e reportados periodicamente ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos/Diretoria, conforme ilustração a seguir:

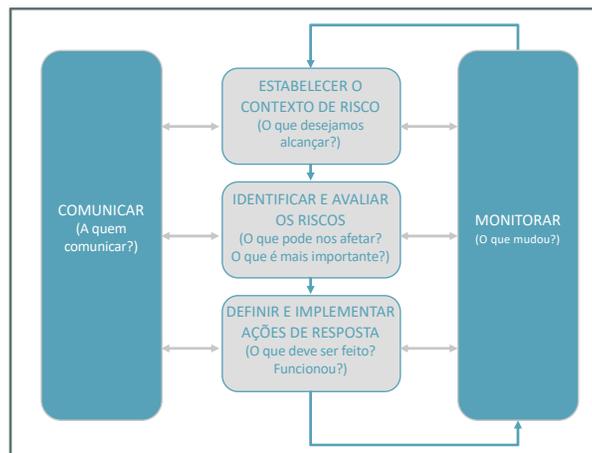
INTERPRETAÇÃO DO PERFIL DO RISCO	
PERFIL DO RISCO	DIRETRIZ DE RESPOSTA
Crítico	Requer uma resposta / plano de mitigação imediato com reporte mensal da evolução à Diretoria Executiva e trimestral ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos
Alto	Requer uma resposta / plano de mitigação apropriado com reporte trimestral da evolução à Diretoria Executiva
Médio	Monitoramento e gerenciar ativamente
Baixo	Monitoramento e gerenciar conforme necessário

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- e) Monitorar - a Área de Gestão de Riscos realiza, regularmente, o monitoramento dos riscos para reavaliar o nível de gerenciamento aplicado a cada cenário de risco e acordar outras ações de resposta. Os cenários de risco são revisados, no mínimo, anualmente e relatados para:
- Verificar se o perfil de risco foi alterado;
 - Identificar quando é necessário tratamento adicional;
 - Obter segurança de que o gerenciamento de riscos é eficaz.
- f) Comunicar – A área de Gestão de Riscos deve garantir que as informações apropriadas sejam repassadas às partes interessadas de maneira oportuna e proativa. Os relatórios e comunicação de riscos buscam garantir que:
- As partes interessadas conhecem a natureza e o status dos principais riscos, para que possam operar com uma maior consciência dos riscos e seus possíveis impactos à Companhia;
 - Haja uma cultura de transparência de risco;
 - Haja uma cultura de responsabilização e conscientização de riscos.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia segue os princípios adotados por normas de gestão de risco empresarial reconhecidas no mercado, como a ISO 31000: 2009. Assim, a abordagem para o mapeamento dos processos de gerenciamento dos nossos riscos segue as etapas apresentadas na figura abaixo:



A fim de identificar, avaliar, monitorar e responder aos riscos estratégicos, tecnológicos, operacionais, financeiros e regulatórios aos quais a Companhia está exposta, proporcionando um mecanismo para priorização desses riscos e, conseqüentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para mitigar a sua materialização, a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia está assim segmentada:

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Conselho de Administração: responsável pela governança do processo local de gerenciamento de riscos, para que a Companhia seja gerenciada de maneira consciente e diligente, conforme as seguintes atribuições e responsabilidades:
 - Aprovar a política de gerenciamento de riscos;
 - Definir uma tolerância de risco apropriada, priorizando riscos e aprovando planos de mitigação; e
 - Supervisionar e aprovar planos de resposta a riscos, quando necessário.

- O Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos: (i) avalia e monitora a exposição da Companhia a riscos que possam afetar a sua sustentabilidade; (ii) supervisiona as atividades da área de Auditoria Interna; (iii) avalia a efetividade do modelo de gestão de riscos da Companhia e sugere soluções de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos ao Conselho de Administração; (iv) recomenda ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões à matriz de riscos da Companhia; (v) assessora o Conselho de Administração da Companhia na avaliação de políticas, limites e planos de ação; e (vi) avalia e monitora o cumprimento e a efetividade da política de gerenciamento de riscos e recomenda correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos possui autonomia operacional e orçamento próprio, aprovado pelo Conselho de Administração.

- A Diretoria Executiva: responsável por: (i) assegurar que o modelo de “três linhas de defesa” seja aplicado aos processos de gerenciamento de riscos e controles da Companhia; e (ii) acompanhar o processo de gerenciamento de riscos, patrocinando e monitorando a implementação de ações de tratamento de riscos eventualmente identificados pela Companhia.

- A área de Gestão de Riscos: (i) garante a vigilância constante do ambiente de risco da Companhia, reportando novos riscos para o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, quando necessário; (ii) antecipa e planeja possíveis falhas, bem como mantém uma margem prática e relevante de segurança; (iii) incentiva que a liderança da Companhia possua uma cultura de gestão de riscos; (iv) reporta as atividades de gestão de riscos para o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos; (v) toma decisões sobre os resultados do relatório de riscos, respostas específicas a novos riscos e mudanças no planejamento de planos de mitigação de riscos; (vi) busca melhorias no processo de gerenciamento de riscos continuamente; e (vii) supervisiona quaisquer programas necessários de treinamento e conscientização de riscos.

- Área de Auditoria Interna: fornece ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e à área de Gestão de Riscos avaliações independentes, imparciais e tempestivas, consolidando, avaliando, monitorando e comunicando os riscos da Companhia e a qualidade/efetividade dos processos de governança.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Auditoria Interna Independente: auditor independente registrado na CVM, distinto daquele contratado para serviços de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, responsáveis e contratados especificamente para monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos riscos.
- Áreas de Negócios: responsável por seguir o processo de gerenciamento de riscos, ao identificar, controlar e mitigar os riscos, com a implementação de processos e controles internos que tratem os riscos aos quais a Companhia está exposta.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos realiza a avaliação da efetividade do modelo de gestão de riscos e a supervisão das atividades da área de Gestão de Riscos, e faz suas recomendações de soluções de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos para a análise, avaliação e tomada de decisões pelo Conselho de Administração da Companhia.

Dessa forma, a Companhia entende que sua estrutura operacional e os controles internos adotados são adequados para a verificação da efetividade de sua política de gerenciamento de riscos, uma vez que o monitoramento dos controles se dá por meio de um processo dinâmico, contínuo e colaborativo, de modo a garantir a posterior adoção de medidas específicas, factíveis e tempestivas. As pessoas envolvidas em cada área possuem competência para diagnosticar, priorizar, monitorar e gerir os seus riscos, sempre atentas às mudanças do ambiente interno e externo para não serem surpreendidas por riscos desconhecidos ou não controlados.

Ainda, a Área de Auditoria Interna conduz auditorias de acompanhamento (follow up), para confirmar que os planos de ação acordados no âmbito das auditorias internas foram efetivamente implementados.

O Conselho de Administração da Companhia declara que a área de auditoria interna da Companhia possui estrutura e orçamento considerados suficientes ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada pelo menos anualmente pelo órgão, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Em que pese a Companhia não possuir uma política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, ela monitora e busca prevenir, mitigar e tratar todo e qualquer tipo de risco de mercado que possa impactar de forma negativa as suas atividades e operações, o alcance dos seus objetivos e os padrões de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico, gerenciando, portanto, os riscos descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, que foi elaborada e revisada pela área de Gestão de Riscos, foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de outubro de 2019, define como riscos financeiros:

- Riscos de Mercado: é a possibilidade de alterações nos preços de mercado que possam afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços;
- Riscos de Crédito: é a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissão de títulos. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes, de caixa e de equivalentes de caixa da Companhia;
- Riscos de Liquidez: é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou da possibilidade de falta de recursos para honrar compromissos assumidos em função do descasamento entre ativos e passivos.

A Companhia entende como risco de mercado aquele que acarreta na flutuação do valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro em razão das variações nos preços de mercado.

Os riscos de mercado estão sujeitos a três categorias de riscos: (i) risco de taxas de juros; (ii) risco cambial; e (iii) risco de preço, o qual pode se referir a commodities, ações, entre outros.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros, sendo que tal modificação pode impactar o retorno sobre seus ativos de curto prazo.

A análise de sensibilidade elaborada pela Companhia, conforme item 4.2 deste Formulário de Referência, é desenvolvida considerando a exposição ao CDI, que é o indexador atualmente utilizado nas aplicações financeiras contratadas pela Companhia.

Risco cambial

O risco cambial existe nas operações comerciais futuras e se dá, principalmente, em razão de: (i) importações de mercadorias denominadas em dólar norte-americano; e (ii) empréstimos com

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

empresas vinculadas no exterior denominadas em Euro. A política de gestão de risco cambial está alinhada com a da COFRA.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Para nos protegermos do risco cambial descrito acima, o qual se divide em risco de importação e em risco de empréstimos, as seguintes estratégias foram adotadas:

- Importação de mercadorias

A Companhia se protege de oscilações cambiais do saldo a liquidar de suas importações por meio da contratação de *Non Deliverable Forwards* (NDFs) para as compras altamente prováveis previstas em orçamento. Essa contratação é baseada no valor FOB (*free on board*) das mercadorias.

- Empréstimos

A Companhia captou empréstimos com empresas partes relacionadas em moeda estrangeira acrescidos de juros fixos, não existindo, portanto, o risco de taxa de juros sobre os empréstimos. Todavia, os empréstimos, os quais ocorrem somente com partes relacionadas, são captados em moeda estrangeira e denominados em Euro e, portanto, está intrínseco o risco cambial. As despesas com juros e variação cambial são lançadas em contrapartida à conta de "Receitas e despesas financeiras". O risco de variação cambial sobre os empréstimos em moeda estrangeira foi mitigado por meio de contratação de swap, mediante o qual a variação cambial foi "trocada" por uma taxa fixa.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, a Companhia administra as suas exposições em moeda estrangeira relacionadas à compra de mercadorias por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de entrada de mercadorias no estoque contida no orçamento oficial da Companhia.

A partir de outubro de 2016, a Companhia designou formalmente os instrumentos derivativos para cobertura das suas importações futuras altamente prováveis, em dólares, com objetivo de (i) realizar o *hedge accounting* de fluxos de caixa; e (ii) proteger a volatilidade do custo de entrada das mercadorias no estoque em decorrência dos momentos desfavoráveis na taxa de câmbio.

A estrutura de hedge consiste na cobertura de uma transação prevista, cuja realização é altamente provável, de entrada de mercadorias no estoque em dólar referente às importações de produtos que serão comercializados pela Companhia, contra o risco de flutuação de taxa de câmbio dólar vs. real, adotando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros derivativos como NDFs, em valores, vencimentos e moeda equivalentes ao budget de importações em dólar.

As transações para as quais a Companhia fez a designação de *hedge accounting* tem realização altamente provável e apresentam uma exposição à variação do fluxo de caixa que poderia afetar lucros e perdas. Ainda, são altamente efetivas em atingir as variações cambiais ou fluxo de caixa atribuível ao risco coberto.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios.

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos com objetivos diversos aos de proteção cambial e taxa de juros (hedge).

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia segue os princípios adotados por normas de gestão de risco empresarial reconhecidas no mercado, como a ISO 31000: 2009, a fim de avaliar e monitorar os riscos estratégicos, tecnológicos, operacionais, financeiros e regulatórios aos quais a Companhia está exposta, proporcionando um mecanismo para priorização desses riscos e, conseqüentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para mitigar a sua materialização, e está assim segmentada:

- Conselho de Administração: responsável pela governança do processo local de gerenciamento de riscos, para que a Companhia seja gerenciada de maneira consciente e diligente, conforme as seguintes atribuições e responsabilidades:
 - Aprovar a política de gerenciamento de riscos;
 - Definir uma tolerância de risco apropriada, priorizando riscos e aprovando planos de mitigação; e
 - Supervisionar e aprovar planos de resposta a riscos, quando necessário.
- O Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos: (i) avalia e monitora a exposição da Companhia a riscos que possam afetar a sua sustentabilidade; (ii) supervisiona as atividades da área de Auditoria Interna; (iii) avalia a efetividade do modelo de gestão de riscos da Companhia e sugere soluções de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos ao Conselho de Administração; (iv) recomenda ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões à matriz de riscos da Companhia; (v) assessora o Conselho de Administração da Companhia na avaliação de políticas, limites e planos de ação; e (vi) avalia e monitora o cumprimento e a efetividade da política de gerenciamento de riscos e recomenda correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos possui autonomia operacional e orçamento próprio, aprovado pelo Conselho de Administração.
- A área de Gestão de Riscos: (i) garante a vigilância constante do ambiente de risco da Companhia, reportando novos riscos para o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, quando necessário; (ii) antecipa e planeja possíveis falhas, bem como mantém uma margem prática e relevante de segurança; (iii) incentiva que a liderança da Companhia possua uma cultura de gestão de riscos; (iv) reporta as atividades de gestão de riscos para o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos; (v) toma decisões sobre os resultados do relatório de riscos, respostas específicas a novos riscos e mudanças no planejamento de planos de mitigação de riscos; (vi)

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

busca melhorias no processo de gerenciamento de riscos continuamente; e (vii) supervisiona quaisquer programas necessários de treinamento e conscientização de riscos.

- Área de Auditoria Interna: fornece ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e à área de Gestão de Riscos avaliações independentes, imparciais e tempestivas, consolidando, avaliando, monitorando e comunicando os riscos da Companhia e a qualidade/efetividade dos processos de governança.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos realiza a avaliação da efetividade do modelo de gestão de riscos e a supervisão das atividades da área de Gestão de Riscos, e faz suas recomendações de soluções de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos para a análise, avaliação e tomada de decisões pelo Conselho de Administração da Companhia.

Dessa forma, a Companhia entende que sua estrutura operacional e os controles internos adotados são adequados para a verificação da efetividade de das práticas adotadas para fins de gerenciamento de riscos de mercado, uma vez que o monitoramento dos controles se dá por meio de um processo dinâmico, contínuo e colaborativo, de modo a garantir a posterior adoção de medidas específicas, factíveis e tempestivas. As pessoas envolvidas em cada área possuem competência para diagnosticar, priorizar, monitorar e gerir os seus riscos, sempre atentas às mudanças do ambiente interno e externo para não serem surpreendidas por riscos desconhecidos ou não controlados.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia busca a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o aprimoramento de seus controles internos. Dentre as ações realizadas ou em andamento, destacam-se: (i) implantação de estrutura e processos de Compliance; (ii) gerenciamento de riscos; (iii) instituição de políticas corporativas relevantes; (iv) aprimoramento das políticas e procedimento de Compliance anticorrupção; e (v) implantação de canal de denúncias.

A Companhia definiu e mantém um “Mapa de Processos”, considerando como diretriz para a classificação de seus controles internos: a) controles no nível de entidade: contempla os controles de governança corporativa que permeiam toda uma organização e não somente um processo crítico; e b) controles no nível de processos: os processos consolidam os controles internos da Companhia numa visão sistêmica, impulsionando naturalmente os funcionários a entender a empresa como um conjunto de processos inter-relacionados e interdependentes, desvinculando o foco de um departamento ou de um conjunto de funções, podendo ser classificados em um processo de negócio, que inclui atividades que geram valor para o cliente, ou um processo transversal, conjunto de atividades que garantem o apoio necessário ao funcionamento adequado dos processos de negócios.

Todos os processos identificados no “Mapa de Processos” possuem uma Matriz de Riscos e Controles (MRC), bem como formalização das diretrizes em políticas e procedimentos, sendo que é de responsabilidade da área de controles internos, com apoio das áreas de negócios, manter essa documentação sempre atualizada. Caso as áreas de negócio necessitem, foi definido processo onde a área de controles internos auxilia na revisão dos processos, com a visão de riscos e busca por controles compensatórios.

Para garantir que todos os riscos e controles chaves de um processo foram mapeados e documentados, a área de Controles Internos realiza sempre que necessário um walkthrough do processo, que auxilia a confirmar o entendimento do processo de negócio e seus respectivos controles, além de avaliar a efetividade dos controles por meio de testes de aderência sem amostra (um registro).

A Companhia definiu, ainda, processo de acompanhamento da implantação dos planos de ação decorrentes da avaliação periódica da eficácia e efetividade operacional dos controles chaves, de modo a verificar o status da implantação das melhorias nos controles e processos, bem como identificar possíveis novos riscos.

Com relação à prevenção e controle das práticas contábeis: (i) a Companhia segue as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS/CPC); (ii) as demonstrações financeiras são elaboradas pela Contabilidade, com apoio da Tesouraria, Tributário e Jurídico (áreas que respondem ao CFO da Companhia); (iii) as conciliações contábeis são controladas em sistemas internos utilizados pela Companhia; (iv) as informações contábeis são registradas em sistemas internos utilizados pela Companhia; (v) os lançamentos manuais respeitam o 4-eye principle; (vi) o fechamento contábil apenas é concluído após justificativa para as variações relevantes de todas as contas contábeis; e (vii) o balanço e a demonstração do resultado do exercício são revisados mensalmente pela Contabilidade.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Ademais, anualmente, os Auditores Independentes atuam: (i) na emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras; e (ii) na emissão de carta de recomendação sobre controles internos da Companhia de acordo com art. 25, inciso II, da Instrução CVM n.º 308/99.

Ainda, cumpre destacar que o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos acompanha as atividades da área de Controles Internos e dos Auditores Independentes.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura de controles internos da Companhia é assim segmentada:

- Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos: acompanha as atividades das áreas de Controles Internos, da Auditoria Interna, e da Auditoria Interna Independente (auditor independente registrado na CVM, distinto daquele contratado para serviços de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia), reportando ao Conselho de Administração quando necessário.
- Área de Controles Internos: visa garantir que as respostas aos riscos, definidas pela Companhia, estão sendo aplicadas em seu ambiente de controles internos, seja pela melhoria de controles existentes ou por meio de novos controles, cumprindo a ela: (i) documentar e zelar pelo cumprimento das políticas, procedimentos, matrizes de riscos e controles; (ii) prover suporte em revisões de processo; (iii) avaliar periodicamente a aderência dos controles internos; (iv) aplicar checklists e/ou questionários de autoavaliação de processos; (v) atender as atividades de auditoria; e (vi) acompanhar a implementação de planos de ação das auditorias que atendeu.
- Área de Compliance: visa garantir o cumprimento de obrigações relevantes da Companhia por meio de um programa de compliance, conscientizando as áreas envolvidas e verificando a aderência de obrigações legais, regulatórias, contratuais, de governança e internas relevantes. Suas atividades contemplam: (i) revisão de políticas e procedimentos internos; (ii) apuração de relatos recebidos no canal de denúncias e condução de investigações internas; (iii) reporte ao Comitê Interno de Ética do resultado das investigações internas; (iv) definição de procedimentos de contratação e monitoramento de terceiros; (v) controle de brindes, doações e patrocínios; (vi) realização de treinamentos sobre assuntos de integridade; e (vii) monitoramento contínuo das ações de integridade.
- Área de Auditoria Interna: (i) realizar auditoria de processos para identificar riscos, vulnerabilidades e oportunidades de melhorias ao longo de um processo de negócio, com avaliação do desenho dos controles e/ou execução de testes para assegurar a execução dos controles; (ii) verificar se os processos de negócio seguem as políticas e procedimentos internos, bem como as regulamentações e leis específicas; (iii) executar testes abrangentes e emitir parecer sobre o nível de conformidade da atividade; e (iv) identificar novos riscos, vulnerabilidades e oportunidades de melhoria avaliando e testando as melhorias nos controles implementados.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

- Auditoria Interna Independente: auditor independente registrado na CVM, distinto daquele contratado para serviços de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, responsável por fornecer ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos uma avaliação independente e objetiva sobre a qualidade e eficácia dos processos de gerenciamento de riscos e do ambiente de controles internos da Companhia, propondo recomendações de melhorias.
- Áreas de Negócios: responsável por aplicar os planos de ação para tratamento dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O processo de controle interno relativo à elaboração das Demonstrações Financeiras e às práticas contábeis da Companhia está descrito no item 5.3.a deste formulário de referência.

Com o mapeamento dos controles chaves por processo, são executados testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade operacional dos controles chaves, que são realizados pela área de Auditoria Interna e pela Auditoria Interna Independente (auditor independente registrado na CVM, distinto daquele contratado para serviços de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia).

Para todas as deficiências identificadas em uma avaliação de controles internos, as áreas de negócios responsáveis definem planos de ação para remediá-las.

Anualmente, a Administração recebe carta de recomendação dos Auditores Independentes, conforme requerido pelo art. 25, inciso II, da Instrução CVM n.º 308/99, propõe plano de ação e atua durante o ano para correção dos pontos identificados.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório emitido pelo Auditor Independente relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 apontou as seguintes deficiências significativas:

- O Auditor Independente identificou que usuários continuavam com acesso a sistemas da Companhia, apesar de não fazerem mais parte de seu quadro de funcionários. Ao analisar as contas relacionadas a esses usuários, o Auditor Independente constatou que esses usuários não acessaram transações após os seus desligamentos da Companhia, tampouco atuaram de forma a comprometer informações dos sistemas nesse período. A Administração informou que a deficiência foi remediada pela Companhia por meio de aquisição de ferramenta que assegura que alterações na folha de pagamento (desligamentos, transferências, licenças) sejam refletidas e processadas adequadamente em seus sistemas.
- O Auditor Independente identificou que a revisão dos acessos de usuários ainda não havia sido finalizada quando da emissão do relatório circunstanciado. Durante as análises, o Auditor Independente constatou que um usuário tinha permissões em desconformidade com a sua função. A Administração informou que os ajustes no sistema SAP já foram implementados e

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

auditados pela COFRA entre março e abril de 2019 e que irá implementar processo de monitoramento para verificar se a ferramenta interna está capturando e processando adequadamente as alterações realizadas.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração tomou ciência e concorda com o relatório circunstanciado do Auditor Independente sobre as deficiências nos controles internos identificadas durante o processo de auditoria da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, destacando que os pontos reportados já foram remediados e que continuará adotando medidas para o constante aprimoramento dos controles internos e sistemas informatizados da Companhia. Os Diretores da Companhia entendem que as deficiências reportadas no relatório circunstanciado do Auditor Independente não tiveram impacto na precisão dos dados e na confiabilidade da elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia.

5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia tem a honestidade como cultura, atua em conformidade com todas as leis relacionadas aos seus negócios, e mantém um compromisso ético na realização de cada uma das suas atividades. A Companhia estruturou e formalizou todas as suas boas práticas em políticas e procedimentos de integridade, em consonância com o propósito e os valores da Companhia. Essas políticas e procedimentos de integridade reúnem um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção.

Com esse intuito, as políticas e procedimentos consolidam e reforçam as regras e diretrizes gerais como o Código de Ética, políticas e ações conduzidas por diversas áreas funcionais da estrutura organizacional da empresa, em consonância com as suas respectivas atribuições, para pautar a conduta das lideranças, funcionários, parceiros e terceiros, evidenciando o compromisso da Companhia com a disseminação da cultura de honestidade e boas práticas de gestão e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético.

Os principais objetivos das políticas e procedimentos de integridade são: (i) promover a cultura de ética e conformidade; (ii) consolidar todas as iniciativas de conformidade, em especial as anticorrupção; (iii) implantar as melhores práticas de acordo com os mais altos padrões éticos; (iv) assegurar que as políticas e os procedimentos de cada área estejam devidamente formalizados e sejam observados pelos funcionários; (v) estabelecer a cultura de gestão de riscos a fim de mitigá-los por meio da prevenção; (vi) buscar a melhoria contínua com base na análise, avaliação e desenvolvimento regular do programa e do ambiente normativo aplicável; e (vii) promover a transparência.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são: (i) definição de diretrizes e regras claras para orientar todos os funcionários, a saber: Código de Ética, devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de outubro de 2019, e se aplica a todos administradores, empregados e terceiros da Companhia e Política de Prevenção e Combate à Fraude e Corrupção; (ii) treinamentos periódicos a todos os funcionários sobre o conteúdo do Código de Ética, realizados anualmente; (iii) detecção e interrupção de irregularidades por meio da institucionalização de canal de denúncias; (iv) monitoramento contínuo dos riscos aos quais a Companhia está exposta, incluindo o risco de conformidade, sendo que a reavaliação dos riscos ocorre anualmente; (v) adoção e acompanhamento de indicadores de monitoramento de riscos; (vi) revisão periódica de suas políticas e procedimentos internos; (vii)

5.4 - Programa de Integridade

práticas de *know your employee* e *know your supplier*; e (viii) implementação de Comitê Interno de Ética, responsável pela avaliação e resposta de questões de ética e integridade da Companhia.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A área de Compliance é responsável por garantir o cumprimento de obrigações relevantes por meio de um programa de compliance, conscientizando as áreas envolvidas e verificando a aderência da Companhia às obrigações legais, regulatórias, contratuais, de governança e internas relevantes. Suas atividades contemplam: (i) revisão de políticas e procedimentos internos; (ii) apuração de relatos recebidos no canal de denúncias e condução de investigações internas; (iii) reporte ao Comitê Interno de Ética do resultado das investigações internas; (iv) definição de procedimentos de contratação e monitoramento de terceiros; (v) controles de brindes, doações e patrocínios; (vi) realização de treinamentos sobre assuntos de integridade; e (vii) monitoramento contínuo das ações de integridade.

Ainda, a Companhia possui um Comitê Interno de Ética composto por cinco membros, sendo um dos membros o responsável pela área de Compliance, e os demais membros indicados pelo Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Dentre as responsabilidades do Comitê Interno de Ética estão: (i) incentivar e monitorar a criação de programas de ética, conduta e anticorrupção, contemplando ações de disseminação, capacitação e treinamento referente aos códigos, políticas, procedimentos, leis e regulamentos aplicáveis; (ii) recomendar a aplicação das medidas disciplinares cabíveis referentes aos desvios de conduta mais graves; e (iii) comunicar periodicamente ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos informações sobre as suas atividades.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia adota um Código de Ética que foi devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de outubro de 2019. O Código de Ética define o propósito, visão e valores da Companhia, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de seus funcionários, o papel e as responsabilidades da liderança, diretrizes de relacionamento com fornecedores e clientes.

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

As disposições do Código de Ética se aplicam, irrestritamente, a todos os funcionários e administradores da Companhia. Os preceitos estabelecidos devem ser observados em todas as relações profissionais mantidas com clientes, fornecedores, parceiros, agentes governamentais e com a sociedade. Além disso, o Código de Ética também se aplica a fornecedores de mercadorias e

5.4 - Programa de Integridade

serviços e estabelece os padrões de conduta a serem respeitados.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

São realizados treinamentos periódicos a todos os funcionários e administradores a respeito do Código de Ética e normas relacionadas ao tema, ao menos anualmente. Os treinamentos são ministrados pela área de Compliance da Companhia.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Ética prevê a adoção das seguintes medidas disciplinares em caso de violações: (i) advertência oral; (ii) advertência por escrito; (iii) suspensão; (iv) demissão; (v) término antecipado da relação com o terceiro infrator; e (vi) medidas legais relacionadas a ressarcimento dos danos.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética foi devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de outubro de 2019 e está disponível no site da Companhia e também na intranet.

- (b) **se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A Companhia conta com canal de comunicação para o envio de eventuais denúncias, que almeja assegurar que os funcionários e terceiros sejam ouvidos de forma sigilosa e tenham o seu anonimato assegurado se assim desejarem. Tal canal reforça a cultura de transparência e de proteção do denunciante de boa-fé.

O acesso aos canais de comunicação se dá pelo endereço de e-mail: canalaberto@cea.com.br.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncias é interno. A triagem inicial das denúncias é realizada pela área de Compliance, a qual realiza apuração de relatos recebidos e condução de investigações internas.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O Código de Ética determina que a Companhia não tolerará qualquer forma de retaliação contra indivíduos que realizaram denúncias de boa-fé e compromete-se a proteger sua identidade, caso assim o denunciante prefira. O canal de denúncias não solicita os dados pessoais do denunciante, e pode ocultar as informações do relato recebido para quem irá realizar a apuração, de modo que se mantenha o anonimato.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

5.4 - Programa de Integridade

O órgão responsável pela apuração de denúncias é a Área de Compliance, que poderá contratar terceiros para auxiliá-la com tal função caso seja necessário.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia não adota procedimentos específicos para identificação de vulnerabilidades em processos de fusão, aquisição e reestruturação societária, visto que não se tratam de acontecimentos comuns em seu dia-a-dia.

Sem prejuízo, na hipótese de ocorrência dos casos citados, a Companhia efetuará a contratação de serviços especializados (consultorias, auditorias e avaliações jurídicas, conforme aplicável) para a condução de processos de "Due Diligence" de todos os aspectos necessários para a avaliação dos riscos envolvidos nas operações.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.5 - Alterações significativas

Item não aplicável, tendo em vista que não houve alterações significativas em relação ao último exercício social.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	12/01/1981
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

A C&A foi fundada em 1841 pelos irmãos holandeses Clemens e August. Suas iniciais deram origem ao nome da marca. A C&A foi pioneira na confecção de roupas prontas para usar e, hoje, está entre as maiores cadeias de varejo do mundo. A C&A tem presença em 21 países da Europa, América Latina e Ásia, com aproximadamente 1.800 lojas.

No Brasil, a marca C&A está presente no mercado brasileiro desde 1976, tendo inaugurado sua primeira loja no Shopping Ibirapuera, em São Paulo, e sendo precursora do conceito "fast fashion". Nesse momento inicial, as operações da marca C&A ocorriam por meio de outras sociedades, as quais, posteriormente, passaram por transformações societárias, resultando na constituição da Companhia em 1981.

Em 1989, Sebastião Aparecido Fonseca, mais conhecido como "Sebastian" ou "Sebastian Soul", foi nomeado como o primeiro embaixador da marca C&A no Brasil. Sua atuação foi marcante no meio publicitário com o uso do slogan "abuse e use", tendo sido por mais de vinte anos garoto-propaganda da rede de lojas de vestuário C&A.

Em 2001, para marcar o 25º aniversário da marca no Brasil, a C&A fechou uma parceria publicitária com a top model brasileira Gisele Bündchen, um dos maiores ícones do segmento fashion global. A parceria rendeu bons frutos até 2005, quando a Companhia alcançou a marca de 100 lojas no Brasil.

Em 2009, foi celebrada a parceria com o Banco Bradesco S.A. para cuidar do *back-office* de nossas operações com produtos e serviços financeiros.

Em 2014, a C&A foi reconhecida como a empresa mais admirada do Brasil em premiação organizada pela revista Carta Capital, na categoria Varejo Têxtil. Outra demonstração da força da sua marca é o fato de sempre constar entre as marcas mais premiadas no universo publicitário, conquistando com frequência a liderança de diversas pesquisas Top of Mind. Além disso, em 2014, foi iniciada a operação da plataforma de vendas online da C&A.

Em 2016, foi implementado o sistema de "*Click-and-Collect*", no qual os clientes poderiam fazer suas compras na plataforma de e-commerce online e retirar o produto nas lojas físicas.

Em dezembro de 2017, a Companhia e a COFRA Latin America Ltda, sócias da Avanti Propaganda Ltda e da Mondial Impex Ltda, deliberaram pela incorporação da Avanti e da Mondial pela Companhia.

Ainda, em 28 de agosto de 2019, a Companhia realizou a transformação de seu tipo societário, deixando de ser constituída na forma de sociedade limitada para se tornar uma sociedade por ações.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia tem quase 300 lojas, divididas em 125 cidades e localizadas tanto em shopping centers, o foco da Companhia, quanto em rua, tendo presença geográfica em todos os estados brasileiros, além de uma robusta plataforma online, que atende todo o país e emprega mais de 15 mil profissionais.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 6 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

VISÃO GERAL

Somos a segunda marca de loja de roupas mais reconhecida (Top of Mind) no Brasil, de acordo com o Kantar Insights¹ e terceira em termos de receita líquida dentre empresas varejistas de vestuário brasileiras e listadas na B3². Focamos em projetar, distribuir e vender moda e vestuários com bom custo benefício, incluindo roupas, acessórios, sapatos, roupas de banho, itens de beleza e perfumes, para homens, mulheres e crianças através da nossa rede nacional de lojas físicas e a plataforma online de comércio eletrônico. Também oferecemos produtos eletrônicos e relacionados, como smartphones, kindles, tablets, relógios e acessórios, incluindo fones de ouvido e carregadores, chamados de produtos *fashiontronics*, que possuem uma alta margem de contribuição por metro quadrado em comparação aos produtos de moda.

O setor varejista de moda no Brasil é altamente fragmentado, sendo que os cinco maiores varejistas contabilizam 18,5% de todas as vendas formais e que, de acordo com a Euromonitor³, geraram R\$19 bilhões desde 2018. Por meio de nosso portfólio nacional e de nossa plataforma de comércio eletrônico, nossa receita líquida totalizou R\$2,3 bilhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e R\$5,2 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Nosso público-alvo é composto, principalmente, por mulheres jovens (entre 18 e 35) buscando um estilo elegante e na moda. As mulheres são as nossas principais clientes, representando uma parte considerável de nossas vendas, sendo que os produtos por elas adquiridos muitas vezes não são direcionados só para elas mesmas, mas também para outros consumidores, incluindo homens e crianças, para os quais também vendemos produtos. Acreditamos que as mulheres são responsáveis pela maior parte das compras de vestuário no Brasil (para si mesmas, seus parentes ou como presente para outros). Nós projetamos nossas coleções próprias para fornecer a moda e os produtos mais recentes à preços com bom custo benefício ao cliente final, no que diz respeito à relação envolvendo preço, qualidade e tendências. Nosso modelo de moda rápida (*fast fashion*) busca prontamente identificar e responder às tendências-chave, regularmente mudando nossa variedade de produtos.

Por operar há mais de 40 anos no Brasil, temos uma rede de lojas físicas que cobre 26 estados e o Distrito Federal. Em 30 de junho de 2019, nossas operações incluíam 282 lojas físicas, com uma área de vendas total aproximada de 532.000 metros quadrados. Todas as nossas lojas físicas estão localizadas em áreas com alto tráfego de pedestres e em áreas focadas em nosso público-alvo, sendo que 236 lojas físicas estão em shopping centers consolidados, com o resto localizado em ruas estratégicas. Geralmente, nossas lojas físicas são "âncoras" que atraem um grande fluxo de clientes aos shopping centers, um formato que introduzimos ao Brasil nos anos 1970. Nossas lojas

¹Fonte: Kantar Insights, pesquisa de mercado, Tracking de Marca 2018 e 2019 (a Kantar Insights era anteriormente denominada MWB - Millward Brown. A MWB, fonte da métrica Top of Mind, mudou seu nome para Kantar Insights após fusão com o grupo WPP).

²Considera empresas do setor de vestuário e dados publicados em balanço para o ano com fim em 31 de dezembro de 2018, considerando Renner como a receita líquida total das Lojas Renner e Lojas Riachuelo como a receita líquida total da Guararapes.

³ Fonte: Euromonitor International Limited, pesquisa de Varejo, edição de 2019, vendas no varejo, sem imposto de valor adicionado, moeda local.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

físicas focam em fornecer uma experiência confortável ao cliente, otimizando a disposição da loja e oferecendo uma grande variedade de produtos e serviços para toda a família.

Atualmente operamos sob um único design e estrutura de loja física, embora nós sejamos flexíveis quanto ao tamanho das lojas, que são classificadas de acordo com as suas áreas de vendas totais como completas ou compactas. Em 30 de junho de 2019, nossas 220 lojas físicas completas possuíam uma média de aproximadamente 2.120 metros quadrados, enquanto as 62 lojas físicas compactas possuíam uma média de aproximadamente 1.040 metros quadrados, resultando em uma média total de aproximadamente 1.900 metros quadrados.

Nós estamos constantemente evoluindo e aprofundando o desenvolvimento de nossas operações para atender as necessidades de nossos clientes e as tendências de mercado, lançando novas soluções digitais que alavancam nossa grande rede de lojas físicas, permitindo oferecer uma experiência integrada de compras. Nesse contexto lançamos uma plataforma online de comércio eletrônico que foi desenvolvida como um dos nossos primeiros passos para fornecer uma experiência omni-canal completa para nossos clientes. Nossa loja online foi inaugurada no final de 2014, alcançando números de vendas que ultrapassam 1,1 e 1,8 milhões de itens, incluindo produtos de vestuário de varejo e *fashiontronics*, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, respectivamente. Ao entender que nossos clientes procuram uma experiência mais fácil, rápida e completa de compras, implementamos soluções digitais que contemplam suas necessidades ao incrementar a conveniência e flexibilidade. Desenvolvemos soluções que integram ainda mais nossas lojas físicas e nossos canais digitais, permitindo (i) enviar produtos comprados através de nossa plataforma de comércio eletrônico a um endereço de entrega específico (*ship-from-store*) e (ii) que nossos clientes façam compras online e retirem o produto em sua loja física de preferência (*click-and-collect*). Também procuramos aumentar o nível de lealdade dos clientes através de nosso programa de gestão de relacionamento com o cliente (CRM), interagindo com clientes e aprendendo com suas experiências, e por meio do aplicativo C&A, que estimula o engajamento e as vendas ao apresentar nossas vantagens e prêmios.

As operações em nossas lojas físicas são apoiadas por três centros de distribuição - dois em São Paulo e um no Rio de Janeiro - com uma área total de mais de 105.000 metros quadrados. Nossa plataforma de comércio eletrônico também conta com uma operação logística dedicada em um dos centros de distribuição em São Paulo. Nossos centros de distribuição fornecem aos nossos clientes uma solução integrada que controla diversos canais de vendas e inventários enquanto melhora a experiência de compra através de uma entrega com menos tempo e menor custo de logística.

Também temos um sistema de crédito ao consumidor que oferece (i) cartões de crédito (*co-branded* e marca própria), permitindo o financiamento de nossos produtos de vestuário ou *fashiontronics* em até 8 ou 15 parcelas, respectivamente; (ii) produtos de seguro; e (iii) empréstimos pessoais pelo cartão de crédito. Nossos serviços financeiros são realizados através de uma parceria com o Banco Bradescard S.A., um dos maiores bancos do Brasil, sob um acordo de divisão de lucros iguais para ambas as partes. A média anual de dívidas comerciais líquidas no portfólio de nossa parceria com o Banco Bradescard S.A. foi de R\$3,5 bilhões e R\$3,9 bilhões nos

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

Principais Informações Operacionais e Financeiras

Nós nos beneficiamos do conhecimento e experiência de nossos acionistas controladores e administração. Nossos acionistas controladores estão na vanguarda do mundo da moda há quase dois séculos, desenvolvendo a marca C&A de maneira orgânica em diversos países ao redor do mundo. Além disso, somos geridos por uma equipe experiente, apoiada pelas melhores ferramentas de administração existentes, que contribuem para nossos indicadores financeiros e operacionais, sendo que:

- Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, nossa receita líquida consolidada totalizou R\$2.310,7 milhões (das quais 75,2% referiram-se a vendas de vestuário e 19,7% de *fashiontronics*), e R\$2.244,6 milhões, respectivamente, representando um crescimento de 2,9% na comparação semestral. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, nossa receita líquida consolidada totalizou R\$5.166,4 milhões, R\$5.035,6 milhões e R\$4.780,7 milhões, respectivamente, um crescimento de 2,6% e 5,3%, respectivamente, na comparação anual;
- Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, nosso lucro bruto totalizou R\$1.121,2 milhões (dos quais 80,9% referiram-se à de vendas de vestuário e 8,7% de *fashiontronics*) e R\$1.095,8 milhões, respectivamente, representando um crescimento de 2,3%, na comparação semestral. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, nosso lucro bruto totalizou R\$2.549,1 milhões, R\$2.421,5 milhões e R\$2.004,8 milhões, respectivamente, um crescimento de 5,3% e 20,8%, respectivamente, na comparação anual;
- Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, obtivemos lucro líquido de R\$777,2 milhões e prejuízo de R\$30,5 milhões, respectivamente. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, tivemos lucro líquido de R\$173,6 milhões, de R\$96,9 milhões e prejuízo de R\$141,3 milhões, respectivamente, um aumento de 79,2% quando comparado aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.
- Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, nosso EBITDA Ajustado totalizou R\$171,5 milhões e R\$167,2 milhões, respectivamente, representando um crescimento de 2,6% na comparação semestral. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, nosso EBITDA Ajustado totalizou R\$635,0 milhões, R\$556,2 milhões e R\$207,6 milhões, respectivamente, apresentando um crescimento de 14,2% e 167,9%, respectivamente, na comparação anual.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, nossa receita líquida consolidada totalizou R\$5.166,4 milhões (dos quais 77,4% referiram-se à vendas de vestuário e 18,0% de *fashiontronics*), R\$5.035,6 milhões (dos quais 79,2% referiram-se à vendas de vestuário e 16,6% de *fashiontronics*) e R\$4.780,7 milhões (dos quais 78,8% referiram-se à vendas de vestuário e 18,1% de *fashiontronics*), respectivamente.
- Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, nosso lucro bruto consolidado totalizou R\$2.549,1 milhões (dos quais 81,9% referiram-se à vendas de vestuário e 8,7% de *fashiontronics*), R\$2.421,5 milhões (dos quais 83,4% referiram-se à vendas de vestuário e 8,1% de *fashiontronics*) e R\$2.004,8 milhões (dos quais 82,4% referiram-se à vendas de vestuário e 10,5% de *fashiontronics*), respectivamente.

A tabela a seguir apresenta os principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados:

Dados Financeiros

	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2018	2017	2016
<i>(em R\$ milhões, exceto percentuais)</i>					
Receita líquida	2.310,7	2.244,6	5.166,4	5.035,6	4.780,7
Lucro Bruto	1.121,2	1.095,8	2.549,1	2.421,5	2.004,8
Margem Bruta⁽¹⁾	48,5%	48,8%	49,3%	48,1%	41,9%
Margem líquida⁽²⁾	33,6%	-1,4%	3,4%	1,9%	-3,0%
Lucro líquido (prejuízo)	777,2	(30,5)	173,6	96,9	(141,3)
EBITDA⁽³⁾	943,6	149,2	561,4	494,7	195,2
EBITDA Ajustado⁽⁴⁾	171,5	167,2	635,0	556,2	207,6
Margem Ajustado⁽⁵⁾ EBITDA	7,4%	7,4%	12,3%	11,0%	4,3%

	Em 30 junho de		Em 31 de dezembro de	
	2019	2018	2017	2016
<i>(em R\$ milhões)</i>				
Dívida Bruta⁽⁶⁾	2.449,5	909,3	852,0	1.326,3
Caixa e equivalentes de caixa	95,3	446,0	431,8	489,7
Dívida Líquida⁽⁷⁾	2.354,2	463,3	420,2	836,6

⁽¹⁾ A margem bruta é calculada ao dividir o lucro bruto pela receita líquida, indicada em porcentagem.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

⁽²⁾ A Margem Líquida é calculada ao dividir o Lucro líquido (prejuízo) do período pela receita líquida, indicada em porcentagem.

⁽³⁾ Calculamos o EBITDA, em consonância com a Instrução CVM nº 527, ajustando ao lucro líquido (prejuízo) o resultado financeiro líquido, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro e os custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa para os períodos/exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido (prejuízo), como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações contábeis de 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 30 de junho de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis. Desta forma, o EBITDA do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 contempla o impacto da adoção do IFRS 16 /CPC 06(R2) no montante de R\$147,0 milhões, referente a despesa de depreciação do direito de uso (arrendamento mercantil) e de R\$37,3 milhões referente aos juros pela atualização do passivo de arrendamento em linha com a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2).

⁽⁴⁾ O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA ajustado por despesas relacionadas ao acionista controlador, despesas com royalties pagas ao acionista controlador, ganhos auferidos na operação de desconto de duplicatas de fornecedores, despesa (receita) com baixa de ativos, e outras despesas operacionais, líquidas, recuperação de créditos fiscais (crédito extemporâneo de PIS/COFINS) e pagamentos realizados relativos ao arrendamento mercantil uma vez que as despesas com arrendamento mercantil (aluguéis) passaram a não mais impactar o EBITDA devido a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16). O EBITDA Ajustado não é medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para detalhes da conciliação do lucro líquido com o EBITDA Ajustado, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

⁽⁵⁾ A Margem do EBITDA Ajustado é calculado ao dividir o EBITDA Ajustado pela receita líquida, indicada em porcentagem. Para mais informações, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

⁽⁶⁾ Calculamos a Dívida Bruta como a soma de (i) dos empréstimos a pagar a partes relacionadas (circulante e não circulante) e (ii) arrendamento mercantil (circulante e não circulante). Para mais informações, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

⁽⁷⁾ Calculamos a dívida líquida como a dívida bruta menos caixa e equivalentes de caixa. Para mais informações, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

Dados Operacionais

	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de	
	2019	2018	2017	2016
Informações Operacionais				
Número de Lojas - Total	282	279	276	279
Número de lojas ao final do período - shopping centers	236	232	230	232
Número de lojas ao final do período - rua	46	47	46	47
Área total de vendas (mil metros quadrados) - final do período	532,5	525,8	518,5	524,4
Vendas Mesmas Lojas ⁽¹⁾	2,8%	2,5%	4,9%	-

⁽¹⁾ Definimos Vendas mesmas lojas como crescimento de vendas em lojas que estão abertas há mais de 12 meses.

Nossas Vantagens Competitivas

Acreditamos que as seguintes vantagens competitivas nos diferenciam dos concorrentes e contribuem para nosso sucesso:

Marca reconhecida e confiável

Nossa marca global está na vanguarda do varejo de vestuário mundial há mais de dois séculos. Nossa primeira loja física no Brasil foi inaugurada em 1976 no Shopping Ibirapuera, São Paulo, e desde então desenvolvemos nossa marca para alcançar seu maior reconhecimento possível, sendo que hoje é identificada por quase a totalidade de nossos clientes no Brasil. Desde 2018 somos a segunda marca de varejo de moda mais lembrada pelos brasileiros ("Top of Mind") de acordo com o Kantar Insights. Continuamos fortalecendo nossa marca usando uma combinação de constantemente entregar produtos estilosos e de qualidade aos consumidores através das temporadas, fornecendo um ótimo custo-benefício e utilizando práticas sustentáveis que seguem nossa abordagem global.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Também lançamos iniciativas para aprimorar o desempenho da marca C&A e aumentar a relevância da nossa base de público-alvo, incluindo (i) nossa iniciativa de modelo *push/pull* de fornecimento que consiste em repor peças de forma individualizada por modelos, tamanhos e cores, em nossas lojas físicas de acordo com a demanda, fornecendo mais eficiência para atender as demandas pelos nossos produtos de moda; (ii) iniciativas para redução de atrito dentro das lojas e para uma melhor experiência na loja para otimizar a jornada do cliente; (iii) aumento da facilidade para localização de produtos com uma plataforma omni-canal que vai além do modelo físico e online, oferecendo uma experiência de compra integrada e consistente, em qualquer lugar e a qualquer hora, assim como a implementação da tecnologia RFID – identificação por radiofrequência (que possibilita a identificação e localização de cada peça, inclusive dentro das lojas e nos Centros de Distribuição); e (iv) o programa C&A&VC, para personalizar e aumentar a fidelidade dos clientes.

Também colaboramos com celebridades e os maiores estilistas e modelos do mundo para anunciar coleções limitadas.

Como reconhecimento da força da nossa marca, nos últimos dois anos fomos premiados diversas vezes por diversas instituições brasileiras, por uma série de aspectos, incluindo padrões de sustentabilidade, serviço de canal de reclamações, Top of Mind, responsabilidade ética, dentre outros.

A lista completa dos prêmios recebidos pela C&A engloba por duas vezes o prêmio Eco AMCHAM, o prêmio Época Negócios Reclame Aqui 2018 com C&A (online) recebendo o 2º lugar na categoria “E-commerce - moda e confecção”, Top of Women 2018, Ranking IBEVAR, Fashion Revolution Brasil, Fundação Getúlio Vargas – FGVCes, Ethical Corporation Responsible Business Awards 2017, Stop Slavery Award, Top of Mind Marcas Cariocas, e prêmio Estadão Marcas Mais.

O poder de nossa marca é um exemplo da lealdade de nossos clientes e sua relação a longo prazo conosco, contribuindo ainda mais para nosso crescimento e resiliência.

Grande rede de lojas físicas integradas a uma plataforma omni-canal robusta suportada por ecossistema digital

Em 30 de junho de 2019, tínhamos 282 lojas físicas em todos os 26 estados Brasileiros e o Distrito Federal. Desde que a C&A chegou ao Brasil em 1976, asseguramos locais privilegiados para 155 lojas na região Sudeste, onde a maior renda per capita se concentra, assim como 66 lojas físicas no Nordeste, onde o crescimento econômico acumulado foi maior que o da região Sudeste entre 2013 e 2016, de acordo com o IBGE. Nossa rede de lojas físicas está instalada em locais com um alto tráfego de pedestres e frequentados pelo nosso público alvo. Isso é corroborado pela nossa presença em diversos dos maiores shopping centers do país, de acordo com dados do ABRASCE. Nossa presença nacional possibilitou aprender sobre as particularidades de cada região, abordando as tendências de moda específicas de cada uma.

Nós alavancamos nossa grande rede de lojas físicas para oferecer soluções digitais e fornecer uma experiência de compra integrada e omni-canal aos clientes. Nossos clientes buscam uma experiência de compra mais completa, eficiente e fácil, levando a diversas iniciativas omni-canal nos últimos três anos:

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- **Click-and-collect:** lançado em 2016, essa solução permite que clientes façam suas compras online e retirem os produtos na loja física;
- **Aplicativo C&A:** lançado em 2017, nosso aplicativo permite aumentar o engajamento com nossos clientes através da elucidação de nosso programa de fidelidade (C&A&VC), com benefícios e prêmios para nossos clientes;
- **Ship-from-store:** lançado em 2019, essa solução efetivamente transforma lojas físicas em locais privilegiados em centros de distribuição que diretamente enviam produtos comprados através de nossa plataforma online de comércio eletrônico para entrega, melhorando a experiência do cliente por diminuir os custos e a necessidade de logística;
- **C&A&VC:** lançado em 2018, nosso novo programa CRM procura aumentar a lealdade dos clientes através da interatividade e aprendendo com sua experiência, por meio de dados valiosos de nosso banco de dados referente a nossos mais de 5 milhões clientes, após pouco mais de 1 ano em operação, enquanto oferecendo benefícios e prêmios. Para nós, o programa também ajuda a criar uma base de dados para análise de padrões de consumidores; e
- **Infinite aisle:** Lançado em 2019, esse projeto piloto permite que clientes explorem uma grande variedade de produtos de nossa coleção de qualquer lugar e a qualquer momento (ex. Online ou em lojas físicas), enviando o produto diretamente se o mesmo não estiver disponível para entrega imediata na loja.

A Companhia se beneficia também de uma forte presença na mídia digital, com mais de 10,7 milhões de likes em sua página na rede social Facebook, em agosto de 2019. Essa presença social permite a criação de um forte link entre marca e consumidor e, sendo um canal de interações diárias entre estes, enriquece ainda mais a plataforma omni-canal.

Acreditamos que esses avanços nos posicionam na vanguarda do mercado de vestuário digital. As vendas realizadas através de nossa plataforma de comércio eletrônico representaram aproximadamente 2,4% e 1,9% da nossa receita líquida no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, respectivamente, fazendo da nossa plataforma de comércio eletrônico a maior loja de nosso portfólio. Nós acreditamos que a constante evolução de uma plataforma omni-canal será chave para fornecer soluções que fazem o melhor uso de nossas lojas físicas como um meio conveniente para nossos clientes e para criar uma jornada do consumidor englobando todos os canais.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Jornada integrada do consumidor através das plataformas online e offline



Alta qualidade de atendimento ao cliente

A C&A está entre os maiores varejistas de moda da indústria de vestuário brasileira em termos de Net Promoter Score (NPS), uma metodologia de pesquisa amplamente conhecida usada para medir a satisfação geral do cliente com os produtos e serviços de certa empresa, assim como sua lealdade à marca. Nossa pontuação de 20 (de possíveis 100) em 2018 nos posiciona como o segundo maior NPS da indústria de varejo de moda do Brasil, e 2 pontos acima do terceiro colocado. No setor, as altas pontuações NPS estão relacionadas a uma alta taxa de retorno dos clientes e indicações positivas. Nos últimos dois anos, nosso serviço ao cliente foi otimizado pelas seguintes iniciativas: (I) Customer Value Proposition (CVP), uma iniciativa projetada para revisitar nosso entendimento sobre os clientes, suas necessidades e como podemos atendê-las, levando a uma reformulação de nossas lojas físicas para fornecer uma melhor experiência de compra (renovando sua configuração ao distribuir melhor as prateleiras e a exibição de novos produtos, nova iluminação, melhor sinalização, trazendo iniciativas inovadoras como botões de ajuda e cabides “sim, não, talvez” em provadores) e, conseqüentemente, atrair um maior tráfego de pedestres; e (ii) a iniciativa conhecida como “Experiência para ELA”, lançada em 2016, que procura melhorar os serviços em lojas ao implementar funcionários visíveis e treinados para reduzir o tempo das filas de compras e agir como um assistente de compras pessoal nos provadores. Nós procuramos uma melhor coleção de produtos para essa experiência através da iniciativa push/pull (gerenciamento otimizado de nossa cadeia de suprimentos, com conseqüente ganho de eficiência nas remarcações de preço e na eventual perda de venda por falta de peças nas lojas).

De acordo com um estudo da Consumer Insights realizado em 2018, somos reconhecidos pelos nossos pilares centrais de escolha de vestuário, especialmente pelos produtos, organização e serviço.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Proposta robusta de custo-benefício - produtos e práticas sustentáveis com alto controle de qualidade

Oferecemos uma seleção abrangente de varejo de moda a preços atraentes, tudo sob os maiores padrões de qualidade e um modelo de fast fashion que nos permite rapidamente identificar as novas tendências, justificando visitas frequentes de clientes em nossas lojas físicas e online. Como uma estratégia de manter nossos clientes perto da C&A em todos os momentos do ano, nós atualizamos e trocamos as nossas coleções constantemente. Em 2018 conseguimos obter mais de 950 mil visitantes por dia em nossas lojas, totalizando 350 milhões de visitantes em um ano.

Sustentabilidade está em nosso DNA e acreditamos que os clientes reconhecem nossas boas práticas. Acreditamos que todos podem se sentir e vestir bem, ao mesmo tempo em que sustentamos uma boa qualidade de vida aos que fazem nossas roupas. Queremos que nossos clientes confiem em nossa capacidade de fazer o certo para que comprem nossos produtos sem enfrentarem dilemas de sustentabilidade. Para isso, estamos tornando a sustentabilidade uma parte integral de nosso processo de elaboração e fornecimento de vestimentas. Focamos em materiais sustentáveis - especialmente o algodão, uma de nossas maiores fontes de obra-prima - e asseguramos que nossas roupas são feitas respeitando as pessoas, os animais e o meio ambiente. Como reconhecimento de nossas práticas sustentáveis, ganhamos o Prêmio de Responsabilidade Corporativa 2017 da Ethical Corporation e o Stop Slavery Awards de 2017.

Nosso comprometimento com 100% de fornecimento de algodão mais sustentável até 2020 já resultou em uma queda significativa no uso de água e emissões de carbono em nossa cadeia de fornecimento, embora ainda estejamos comprometidos a tomar mais medidas para tornar a moda sustentável o modelo comum de negócios. Enquanto caminhamos em direção à moda circular, pretendemos promover convergências através da indústria de vestuário, fazendo parcerias com certas organizações e implementando as iniciativas relevantes para tomar os passos necessários para uma mudança real e duradoura.

Histórico consolidado de operações e escala sustentável no mercado Brasileiro

Acreditamos que nossas operações são bem estabelecidas, sendo que uma parte importante de nosso futuro depende de nossa habilidade em constantemente identificar as tendências da moda e entregar o melhor produto com o melhor custo-benefício. Nosso histórico de desempenho na cadeia de valor começa com o planejamento de nosso vestuário e produtos de varejo para nossos canais de venda. Nossa equipe interna de designers estabeleceu processos para inspirar, projetar, amostrar e planejar os parâmetros comerciais de nossas coleções (como precificação, variedade de produtos, inventário). Assim, podemos rapidamente traduzir as tendências do mercado em produtos casuais e elegantes a preços acessíveis aos nossos clientes.

Além disso, nossos produtos vêm de um modelo balanceado, no qual aproximadamente 72% dos nossos produtos de vestuário e calçados são provenientes de fornecedores nacionais, empregando produtos de maior qualidade e sustentabilidade.

Nossa posição de liderança é demonstrada pelo nosso histórico operacional e financeiro que permite o desenvolvimento de relações sólidas e estratégicas com nossos fornecedores,

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

possibilitando oferecer aos consumidores uma grande variedade de produtos a preços competitivos. Acreditamos que nossa posição de líder, nossa escalabilidade, volume de negócios e relacionamento com fornecedores no Brasil representam vantagens competitivas e contribuem para o crescimento e rentabilidade de nosso negócio. Também aproveitamos as operações globais de nosso acionista majoritário, permitindo um fornecimento internacional através de uma entidade centralizada, chamada C&A Sourcing, em contato com fornecedores em países-chave da Ásia para anteder nossas necessidades.

A nossa rede de lojas é apoiada por três centros de distribuição, dois localizados em São Paulo e um localizado no Rio de Janeiro. Em um deles, possuímos uma operação dedicada à nossa plataforma de comércio eletrônico. Dessa forma otimizamos os nossos processos logísticos trazendo eficiência de custos e estoques, bem como oferecemos aos nossos clientes uma solução integrada que atende os diferentes canais de venda com agilidade e que fornece uma experiência de compra diferenciada.

Administração experiente e talentos engajados e diversificados

Nossa administração possui profissionais com um grande conhecimento do setor varejista brasileiro e uma visão corporativa objetiva, com uma média de 28 anos de experiência. Nossa alta administração é composta por diversas origens e experiências de diferentes indústrias e negócios. Nossa administração construiu uma cultura de excelência operacional e fornece uma experiência de ponta aos consumidores. A experiência e comprometimento de nossa administração são elementos cruciais para o crescimento e sucesso de nossos negócios nos últimos anos, apesar das condições macroeconômicas adversas do Brasil.

Atualmente, temos mais de 15.000 talentos comprometidos a oferecer o melhor serviço e produto possível aos nossos clientes. Nos últimos anos, implementamos programas de capacitação para nossos talentos. Exemplos incluem a promoção da diversidade, com um comitê focado em temas como gênero, orientação sexual e questões raciais. Nossa Universidade C&A cria uma cultura de aprendizado com foco em criar futuros líderes, melhorar serviços, produtos, moda e outras capacidades técnicas através de mais de 200 cursos online e presenciais, com alto engajamento dos nossos funcionários. A Companhia possui programas de trainee focados em desenvolvimento de talentos para áreas comerciais e de lojas, programas de estágio para o escritório matriz além de uso de plataformas digitais para engajar e atrair talentos externos que se enquadrem no nosso modelo de competência.

Temos um histórico de valorizar nossos talentos internos, sendo que 33% dos gerentes das principais áreas de negócios foram promovidos internamente através de programas como trainee e estágios, grandes portas de entrada para nossos futuros líderes. Isso é suportado pelos programas de desenvolvimento internos da Companhia, que envolvem feedbacks e planos de desenvolvimentos individuais, alinhamento de objetivos, coaching e programas anuais de gestão do desempenho, onde 100% dos funcionários participam.

Através do estudo "Great Place to Work", nossa taxa de resposta atingiu 82%, com um índice de 80%. Na categoria "Employment Engagement", a taxa de resposta foi de 96%, com 82% sendo favorável à Companhia, demonstrando que a maioria dos funcionários valorizam nossas iniciativas e reconhecem a C&A como uma boa empresa para se trabalhar.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Nossa Estratégia

Nosso objetivo a longo prazo é fortalecer nossa posição de liderança e modelo de negócios. Esperamos alcançar essa meta ao implementar nosso programa de renovação de disposição da loja e acelerar a inauguração de lojas físicas, aproveitando o bom momento macroeconômico brasileiro, lentamente recuperando da recessão.

Também planejamos melhorar nosso DNA digital implementando identificação por radiofrequência - tecnologia RFID que aumenta o escopo de nossa iniciativa de envio direto da loja e a experiência do cliente e fortalece nossas estratégias omni-canal, incluindo o *Click-and-collect*, implementado para desenvolver as soluções digitais através de CRM e análises avançadas. Durante a tomada de decisão acerca do desenvolvimento de nossas atividades e estratégias, levamos em consideração o seguinte:

Acelerar a inauguração de lojas físicas

Buscamos oportunidade de abrir novas lojas físicas no Brasil, tanto em ruas com alto tráfego de pedestres quanto em shopping centers. Identificamos oportunidades de crescimento em todas as regiões do Brasil e de fortalecimento de competitividade, especialmente em shopping centers consolidados e recém-abertos que ainda não possuem uma loja física C&A. Avaliamos oportunidades de abrir lojas físicas em shopping centers que ainda não atuamos, dentre os quais já identificamos mais de 159 possíveis localizações.

Nós acreditamos que nossa longa história com operadores de shopping centers, junto com nossa vasta experiência em abrir lojas físicas e nossa abrangência nacional, pode contribuir para negócios em novos centros comerciais em localizações estratégicas de maneira eficiente.

Desenvolver ainda mais o ecossistema digital e a plataforma omni-canal

Nos beneficiamos do conhecimento do nosso acionista controlador, compartilhando experiências e testando projetos ao redor do mundo para aplicar as melhores soluções a nível regional.

Queremos constantemente implementar iniciativas que melhorem a experiência dos consumidores, a variedade de produtos e a conversão de vendas. Isso inclui estruturar elementos sociais, melhorar nossa plataforma de comércio eletrônico, desenvolver novas tecnologias e utilizar análises avançadas. Por exemplo, para tomarmos decisões precisas baseadas em dados referentes à exposição do produto e a reposição do estoque, planejamos implementar a identificação por radiofrequência - tecnologia RFID - em todas as nossas lojas físicas, melhorando o posicionamento de nossos produtos em lojas para combinar as vendas mais prováveis e fortalecendo nossas iniciativas *cross-selling*.

Otimizar a configuração das lojas físicas para fornecer uma experiência confortável ao cliente e garantir seu retorno

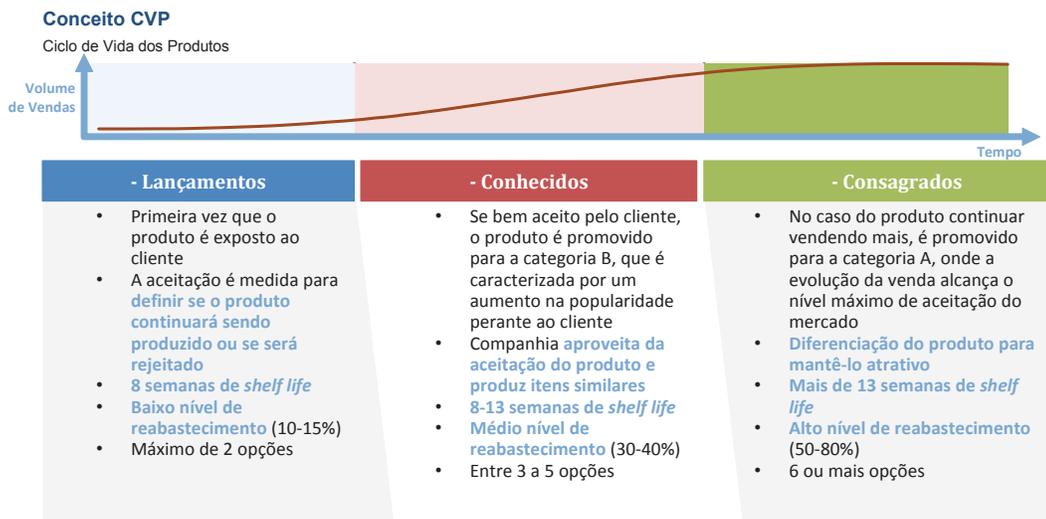
Nossas lojas físicas focam em fornecer uma experiência confortável ao cliente, otimizando a disposição da loja e oferecendo uma grande variedade de produtos e serviços para toda a família.

Nós recentemente renovamos nosso portfólio das lojas físicas, fechando 30 das lojas menos rentáveis entre março de 2015 e fevereiro de 2017, e reformulando a estrutura de 154 lojas físicas

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

desde novembro de 2016 até agosto de 2019 para adequação ao nosso programa de reformulação. Nossas lojas modernizadas já apresentam um melhor desempenho e podemos nos beneficiar ainda mais à medida em que o programa de reformulação avança para todas as nossas lojas físicas.

Em 2018, a Companhia realizou a abertura de novas lojas e a reforma de 60 lojas para o modelo CVP, melhorando a experiência do consumidor e otimizando a área de vendas. Em 2019, a Companhia pretende continuar com os seus planos de expansão e reformas. Continuaremos implementando o programa de reformulação ao longo dos próximos anos.

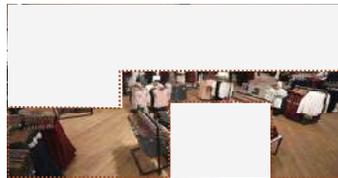


Otimização da Coleção Apresentada nos Quartinhos Brasil

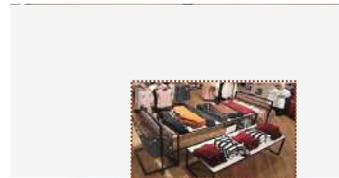
Produtos **localizados nos pontos focais** ou destacados nas paredes



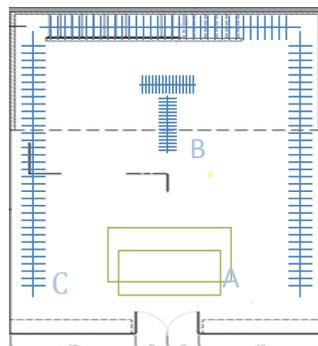
Produtos expostos nas bases das prateleiras, agrupando em grupos de produtos similares



Com a performance de venda comprovada, o produto é colocado em mesas para fácil alcance



Posicionamento dos Produtos



7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Melhorar as ofertas de produtos financeiros aos clientes

Nós acreditamos que uma maior disponibilidade de crédito continua sendo um elemento-chave para os varejistas do Brasil devido a uma maior frequência de compras e um maior número de cartões fidelidade nas mãos de clientes. Queremos melhorar nossa oferta atual de produtos em nossa parceria com o Banco Bradescard S.A., permitindo uma maneira mais acessível e flexível de comprar nossos produtos de alta qualidade com termos de pagamento com ou sem juros. Vemos essa iniciativa como uma forma de reter clientes, aumentar o tíquete médio e a frequência de venda de produtos de varejo.

Desenvolver ainda mais as operações de logística e fornecimento

Em 2018, decidimos integrar as atividades de nossos centros de distribuição, internalizando a operação e o inventário do comércio eletrônico no centro de distribuição de São Paulo, que é encarregado por fornecer para todo o país. Após essa iniciativa, a C&A começou a oferecer entregas no mesmo dia para clientes localizados na cidade de São Paulo, assim como entrega no dia seguinte para clientes de outras cidades definidas. Consideramos abrir um centro de distribuição adicional para apoiar nosso plano de crescimento, permitindo uma administração mais eficiente de nossas lojas físicas.

Também planejamos reforçar nossa logística de acordo com as nossas necessidades, continuamente incrementando nossa premissa aos clientes. Por isso estamos implementando uma integração digital com nossos fornecedores, fornecendo mais agilidade e flexibilidade aos pedidos e fazendo com que as novas tendências estejam rapidamente disponíveis aos consumidores.

Monitorar e analisar as potenciais oportunidades de adquirir operações semelhantes

Nós constantemente monitoramos o setor varejista de moda do Brasil e analisamos oportunidades estratégicas de adquirir negócios que complementam o nosso e geram valor aos acionistas. Podemos buscar aquisições de negócios com potencial de crescimento, boas métricas operacionais, sinergia com nossas operações atuais e capacidade de contribuir com nosso plano de expansão. Acreditamos que nossa posição de liderança e nível de escalabilidade nos proporciona o privilégio de aproveitar oportunidades de adquirir tanto marcas quanto negócios.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia desenvolve suas atividades e baseia sua tomada de decisão de negócio considerando um único segmento operacional, referente a comercialização de vestuário.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

(em milhares, exceto %)	Período de seis meses findo em 30 de junho de				Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2019		2018		2018		2017		2016	
	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Receita líquida	2.310.691	100%	2.244.647	100%	5.166.360	100%	5.035.610	100%	4.780.694	100%

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

(em milhares, exceto %)	Período de seis meses findo em 30 de junho de				Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2019		2018		2018		2017		2016	
	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Lucro líquido (prejuízo)	777.204	100%	(30.513)	100%	173.636	100%	96.880	100%	(141.272)	100%

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(a) Características do processo de produção

Dedicamos nossos esforços para administrar todo o processo de produção das peças oferecidas em suas lojas, o qual começa desde a concepção dos produtos, a partir de estudos e análises da tendência do mercado *fashion*, passando pelo planejamento financeiro, por validações de design e, ainda, pela busca de fornecedores para a efetiva fabricação dos produtos, os quais recebem um *briefing* de nossos colaboradores internos com os detalhes da produção.

Portanto, não fabricamos diretamente os produtos que são comercializados, pois faz parte de nossa estratégia comprar com fornecedores selecionados os produtos fabricados para cada uma de suas coleções de acordo com especialidade e capacidade de cada um deles. Dessa forma, nos mantemos capazes de ter controle completo das funções criativas, otimizando o custo e flexibilizando a produção de acordo com as condições de mercado.

Em 2018, recebemos aproximadamente 72% de nossos produtos de vestuário e calçados de fornecedores domésticos e, dentre estes fornecedores, cerca de 34% são responsáveis por mais de 90% de nossos produtos encomendados. Além disso, possuímos fornecimento de produtos importados, ou seja, contratamos com fornecedores fora do Brasil em locais estratégicos como, por exemplo, a Ásia, sendo que estes fornecedores são intermediados em nossas relações por meio da C&A Sourcing, uma companhia do Grupo COFRA que centraliza esse tipo de operação.

Apesar de não fabricarmos nossas peças, no âmbito da produção têxtil, a estrutura da cadeia produtiva se inicia com a matéria-prima, como as fibras têxteis, que é transformada em fios nas fábricas de fiação, de onde seguem para as tecelagens, as quais fabricam os tecidos planos, ou para as malharias, as quais fabricam os tecidos de malha. Na sequência, passam pelo acabamento químico/mecânico (estamparias, tinturarias, lavanderias, etc.) para finalmente serem cortados e "montados" nas confecções.

Em que pese possuímos apenas um segmento operacional, vale apontar também como se dá o fornecimento de nossos produtos financeiros. Dentre tais produtos, há o Cartão C&A, empréstimos pessoais e outros, para os quais foi realizado um acordo de parceria exclusiva com o Banco Bradesco S.A. Tal parceria viabiliza o financiamento de aproximadamente 22% das vendas, inclusive pagamentos parcelados, mas, em razão da natureza financeira do produto, não há características do processo de produção a serem descritas.

(b) Características do processo de distribuição

O nosso processo de distribuição é realizado por meio de três centros de distribuição, sendo dois localizados em São Paulo e um no Rio de Janeiro, os quais, em conjunto, possuem uma área total maior que 105.000 metros quadrados. Em relação ao negócio de varejo, os centros são de extrema importância, visto que é por meio deles que é realizada a logística de entrega de produtos às nossas lojas físicas, bem como a entrega de produtos comprados pela plataforma e-commerce, sendo que um de nossos centros de distribuição de São Paulo conta com uma operação logística essencial e dedicada para tal atividade.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Nossa plataforma foi desenvolvida visando uma experiência omni-canal para nossos clientes, de modo que, com o intuito de flexibilizar nossas operações, implementamos novas soluções que permitem utilizar nossas lojas físicas como centros de distribuição para compras feitas online, além de permitir que os clientes optem por buscar os produtos comprados diretamente na loja.

Trata-se do sistema de *click-and-collect*, lançado em 2016, que permite que clientes façam suas compras online e retirem os produtos na loja física e da solução *ship-from-store*, lançado em 2019, que efetivamente transforma lojas físicas em locais privilegiados em centros de distribuição que enviam produtos comprados por meio de nossa plataforma online de comércio eletrônico diretamente para entrega aos clientes, melhorando a experiência do cliente por diminuir os custos e a necessidade de logística.

Além disso, nossos fornecedores internacionais enviam a carga encomendada por via marítima destinada principalmente ao Porto de Santos. Sendo assim, uma vez que o produto chega ao porto, ele é direcionado aos centros de distribuição, conforme o caso.

Em que pese possuímos apenas um segmento operacional, vale também apontar que nossos serviços financeiros são prestados por meio das lojas físicas, onde os clientes podem adquirir o Cartão C&A, contrair empréstimos pessoais ou produtos de seguros, bem como realizar o pagamento das faturas, e acessar atendimento ao cliente. No entanto, como o Banco Bradescard S.A. é responsável pelas operações *back-office*, eventualmente, clientes poderão depender dele para casos que fujam do escopo da C&A.

(c) Características dos mercados de atuação

(i) Participação em cada um dos mercados

O mercado varejista de vestuário do Brasil

De acordo com a Euromonitor¹, a indústria de vestuário e calçados alcançou mais de R\$139 bilhões em 2018 no Brasil. As vendas de vestuário no varejo do Brasil cresceram de R\$90 bilhões em 2013 para R\$96 bilhões em 2018 apesar das dificuldades macroeconômicas do Brasil nos últimos anos. De acordo com a Euromonitor², 5,6% dos gastos totais dos brasileiros são com roupas e calçados, o que equivale a um total de US\$989 por residência por ano em 2018. Ainda, de acordo com a Euromonitor³, as vendas de vestuário no varejo aumentaram 13,2% e 0,4% em 2017 e 2018, respectivamente, apesar das condições macroeconômicas adversas, do aumento da taxa de desemprego (de 6,2% em 2013 para 13,7% em 2017) e do crescimento tímido do PIB, de 1,0% e 1,1% nos mesmos períodos supracitados, demonstrando o fraco crescimento econômico Brasileiro, de acordo com o IBGE.

¹ Fonte: Euromonitor International Limited, pesquisa de Vestuário e Calçados, edição de 2019, vendas no varejo, com imposto de valor adicionado, moeda local, em termos correntes

² Fonte: Euromonitor International Limited, dados de Renda e Dispendio, edição de 2019, taxas de câmbio anuais

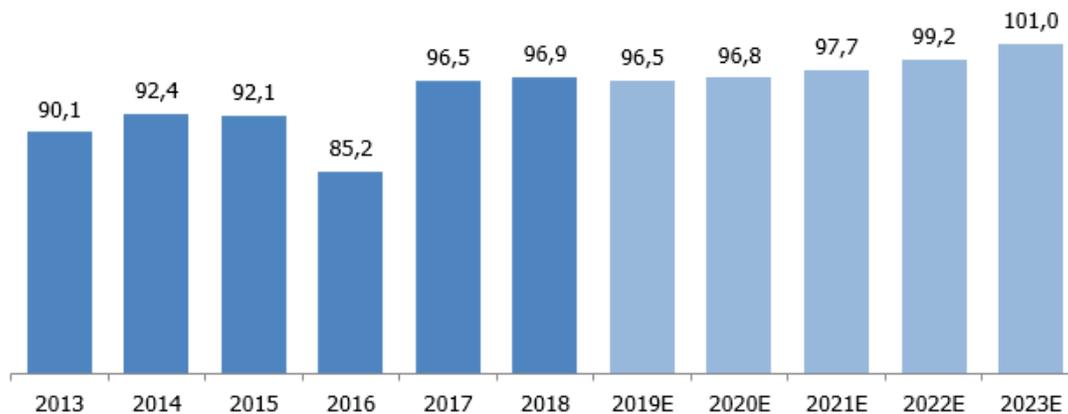
³ Fonte: Euromonitor International Limited, pesquisa de Vestuário e Calçados, edição de 2019, vendas no varejo, com imposto de valor adicionado, moeda local, em termos correntes.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O crescimento do consumo de varejo está relacionado ao desemprego, à disponibilidade de crédito e às taxas de juros. Durante a recessão brasileira dos últimos anos, o setor varejista de vestuário continuou crescendo em termos de vendas, com apenas um ano (2016) demonstrando perdas, porém recuperado nos anos seguintes. Em 2018, a economia brasileira começou a mostrar sinais de recuperação gradativa na maior parte dos principais indicadores, como nível de desemprego (12,0% em junho de 2019) comparado com 13,7% em março de 2017, taxas de juros e um aumento generalizado da renda familiar. Nós também acreditamos que a atual condição macroeconômica e política, incluindo a implementação de reformas econômicas, como a da previdência social, que estão sob negociação no Congresso, indicam a possibilidade de mais mudanças que podem (i) diminuir o nível de desemprego, (ii) aumentar a disponibilidade de crédito para pessoas físicas, (iii) estabilizar a inflação em uma taxa mais baixa e (iv) melhorar a situação dos impostos sobre pessoas físicas e jurídicas no Brasil.

As estimativas da Euromonitor⁴ apontam um horizonte positivo para a categoria de vestuário no Brasil nos próximos anos, com um crescimento anual ponderado de 1,1% de 2019 até 2023, a preços de 2018. Como uma marca consolidada na indústria varejista brasileira, acreditamos que estamos bem posicionados para aumentar nossa participação no mercado enquanto aproveitamos do crescimento em geral.

Vendas Históricas (em termos correntes) e Previstas (em termos constantes) do Varejo de Vestuário do Brasil (em R\$ bilhões)



Fonte: Euromonitor International Limited, pesquisa de Vestuário e Calçados, edição 2019, vendas no varejo, com imposto de valor adicionado, moeda local.

O cenário competitivo do mercado varejista de vestuário do Brasil

De acordo com o IBGE, o Brasil registrava 1,5 milhões de empresas varejistas em 2017, evidenciando a fragmentação do varejo de vestuário devido às poucas barreiras impostas para a entrada de novos concorrentes.

⁴ Fonte: Euromonitor International Limited, pesquisa de Vestuário e Calçados, edição de 2019, vendas no varejo, com imposto de valor adicionado, moeda local, em termos constantes.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Além disso, existe espaço para a consolidação do setor, dado que os maiores participantes do varejo de vestuário que operam através de suas próprias lojas e/ou franquias possuem apenas uma pequena parcela de participação do mercado. Considerando os aspectos de participação de mercado, oferta de produtos, formato de loja e público alvo, nossos principais concorrentes são a Renner e Riachuelo. Também enfrentamos a concorrência de outras redes de lojas de departamento e hipermercados, que geralmente vendem produtos de vestuário.

Embora os principais varejistas foquem em um mercado final semelhante ao nosso, as ofertas de produtos, formato de loja, estratégias online e principais iniciativas variam de empresa para empresa. A Hering, por exemplo, uma das principais varejistas de vestuário em termos de participação de mercado, aborda seus clientes através de um formato diferente usando um portfólio de lojas próprias e franqueadas, dispersas em diferentes formatos e com foco em diferentes públicos-alvo, enquanto nós usamos um portfólio de lojas próprias, dividindo as lojas em apenas duas categorias baseadas em termos de tamanho de loja, sendo que todas as lojas ofertam o mesmo produto e possuem o mesmo foco

Certos varejistas de vestuário também apostam em lojas menores, procurando uma maior rentabilidade por metro quadrado, enquanto outros, como nós, procuramos melhorar a experiência do consumidor ao oferecer uma grande variedade de produtos e serviços para toda a família, com lojas maiores geralmente "ancoradas" em shopping centers que atraem um fluxo de clientes, um formato introduzido ao Brasil em 1970. A tabela abaixo mostra a receita líquida total de varejistas de vestuário selecionados e a receita líquida total por loja em 2018.

Empresa	Receita Líquida em 2018 (R\$MM) ⁽³⁾	Receita Líquida por Loja em 2018(RSMM/Loja)
C&A	5.166	18,6
Renner ¹	6.801	19,2
Riachuelo	5.093	16,3
Marisa	2.163	5,8
Hering ²	1.540	2,0

Fonte: Empresas

⁽¹⁾ Consideramos apenas as operações das Lojas Renner, excluindo a Camicado e a Youcom, ambas do grupo Renner, por serem categorias não comparáveis de varejo.

⁽²⁾ Consideramos apenas as lojas da Hering.

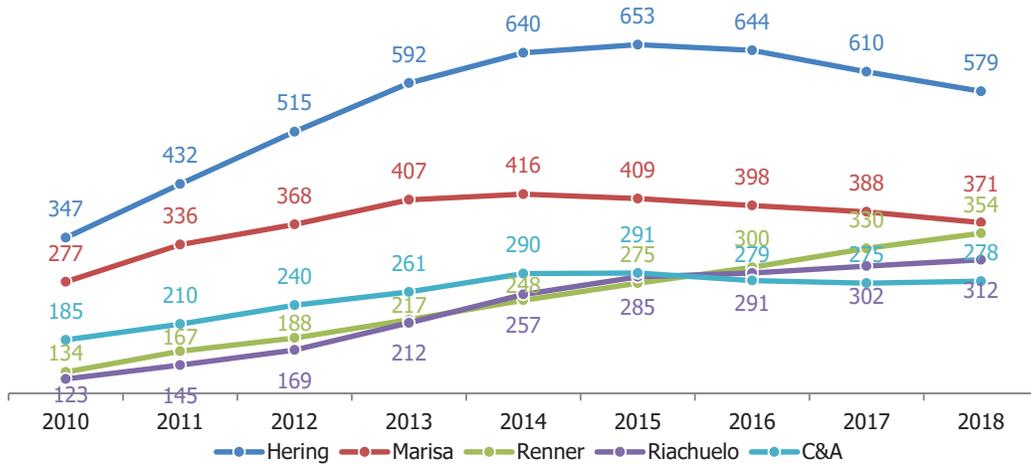
⁽³⁾ As informações de Receita Líquida de Renner, Riachuelo, Marisa e Hering são referentes apenas à venda de mercadorias.

Nos últimos anos, além da crise econômica que afetou o Brasil, alguns participantes do mercado ganharam participação ao manter uma alta taxa de inaugurações de lojas para atingir mais clientes, como foi o caso da Riachuelo e da Renner. Nós, no entanto, focamos em melhorar a rentabilidade por loja e, assim, nosso crescimento em número de lojas não foi alto como o de nossos concorrentes, pois

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

fechamos lojas não rentáveis para aprimorar a qualidade e rentabilidade de nosso portfólio, assim como racionar os custos e os níveis de capital de giro.

Número de Lojas de Varejistas de Vestuário ao Final de Cada Ano



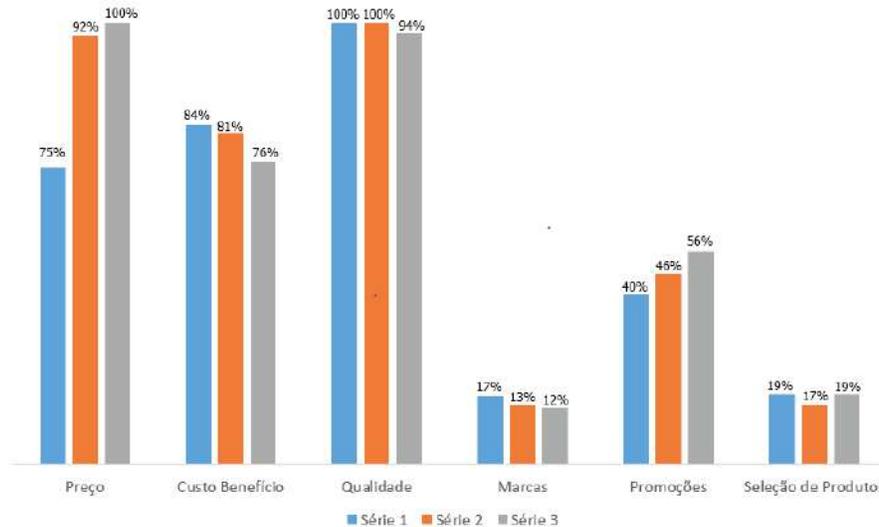
1. Excluímos a Camicado e a Youcom da Renner por serem categorias não comparáveis de varejo.
2. Consideramos apenas as lojas próprias da Hering.

Impacto do preço no comportamento dos consumidores

Produtos de alta qualidade aliados ao preço certo são um grande fator para o sucesso no mercado de varejo de vestuário. A precificação é um componente muito importante de nossa estratégia, sendo que quanto menor a renda de um consumidor, maior a probabilidade que ele seja atraído por preços ou promoções.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Pergunta de Pesquisa: "Qual é o fator mais importante na decisão de onde comprar roupas/calçados?" - Distribuição por Renda



Fonte: Locomotiva Pesquisa & Estratégia – Relatório Consumer Insights - 2018

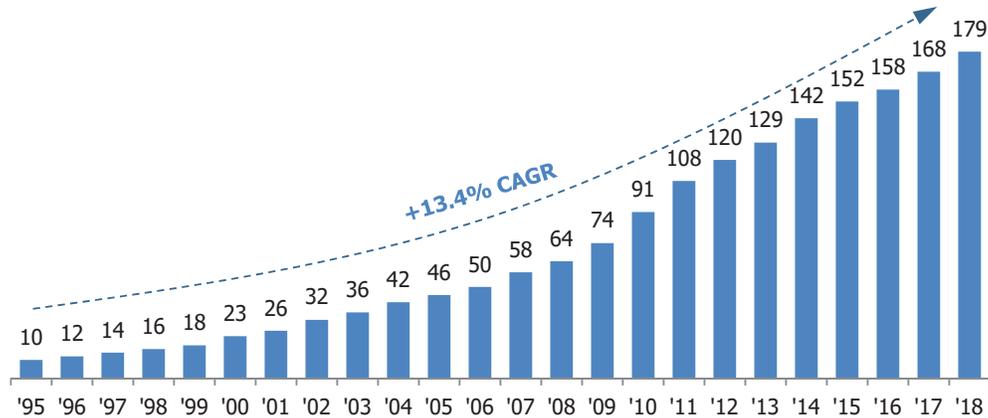
Outra avaliação importante por parte das empresas de varejo são os NPS (Net Promoter Score), uma famosa metodologia de pesquisa usada para captar a satisfação geral dos consumidores através de perguntas como "quanto você recomendaria esta empresa aos seus amigos?". De acordo com a Consumer Insights 2018, a C&A possui um dos melhores NPS da indústria de varejo de vestuário do Brasil, com 45% dos entrevistados caindo na categoria Promoters (significando que eles indicariam a C&A aos seus amigos) da empresa e outros 25% na categoria Detractors (significando que não recomendariam a empresa), com os outros 30% sendo neutros. A indústria considera que as altas pontuações NPS estão relacionadas a uma alta taxa de retorno dos clientes e indicações positivas.

O sucesso de lojas varejistas, incluindo as de vestuário, dependem de sua localização

Dentro das principais cidades e capitais do Brasil, os shopping centers possuem a maior concentração de lojas, dando aos consumidores diversas opções para acharem seus produtos desejados, incluindo produtos de moda. De acordo com a Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE), há um valor estimado de 100.000 lojas dentro de shopping centers em todo o país, onde a maioria foca em produtos de vestuário, calçado, joias ou outros segmentos relacionados. De acordo com a ABRASCE, os shopping centers expandiram consideravelmente nas últimas décadas, de 281 em 2000 para 563 em 2018 (representando um CAGR de 3,9% no período). As vendas líquidas totais de lojas dentro de shopping centers em 2018 foi R\$178,7 bilhões, com uma média de 490 milhões de visitantes por mês. Embora a maioria de nossas lojas esteja localizada dentro dos shopping centers, também temos lojas de rua estratégicas com alto tráfego de pedestres espalhadas pelo Brasil. O gráfico abaixo demonstra o crescimento das vendas anuais em shopping centers Brasileiros durante os períodos indicados:

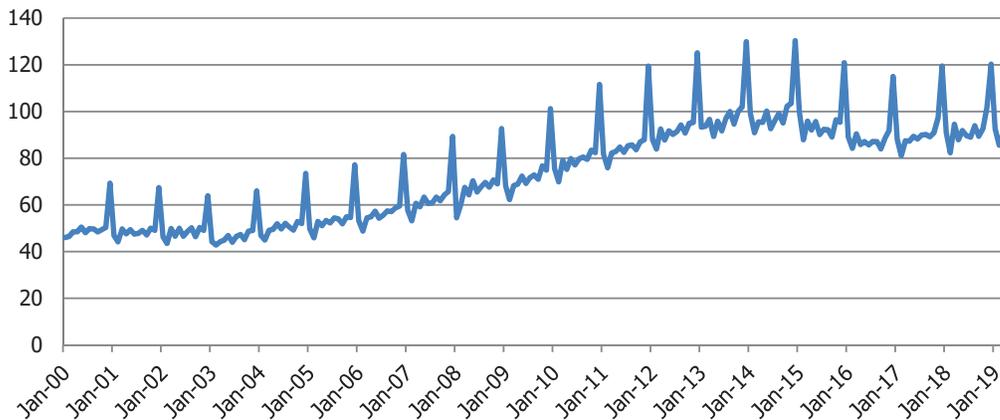
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Vendas Anuais em Shopping Centers (R\$ bilhões)



Fonte: IPEA, Abrasce

Volume de Vendas de Vestuário e Calçados em Preço (100 com base em 2011)



Fonte: IBGE

A Transformação Digital da Indústria Varejista

Entre 2014 e 2017, o Brasil passava por uma recessão e as lojas físicas tinham seus números de vendas estagnados, enquanto plataformas de comércio eletrônico tinham um crescimento elevado e grande penetração. De acordo com a Webshoppers, entre 2016 e 2017 o comércio eletrônico do Brasil aumentou o valor vendido em aproximadamente 8%, chegando a R\$47 bilhões em vendas. Em 2017, mais de 55 milhões de consumidores realizaram ao menos uma compra online, representando 25% de toda a população brasileira e um aumento de 15% em relação a 2016.

B2W, o maior *player* puramente de comércio eletrônico do Brasil, que não possui lojas físicas em seu portfólio, vendeu mais de R\$8 bilhões em 2017. Seguindo o modelo B2W, a Via Varejo e a Magazine

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Luiza, que possuem canais de venda mistos, venderam mais de R\$4 bilhões em suas respectivas plataformas de comércio eletrônico. As vendas através da plataforma da Magazine Luiza representaram 30,4% do total de vendas líquidas, uma parcela substancial de suas operações. Todos estes três participantes do comércio eletrônico também focam em eletrodomésticos ou possuem terceiros que fornecem esses produtos em suas plataformas.

Seguindo essa tendência, as maiores redes varejistas de vestuário do Brasil também criaram iniciativas digitais nos últimos anos. Nós na C&A, por exemplo, desenvolvemos o *Click-and-Collect*, um aplicativo criado para integrar os canais de vendas online e físico através da escolha do produto através do aplicativo ou website e retirada na loja física a escolha do cliente. A retirada do produto pode se dar no mesmo dia se o pedido for aprovado até as 15h00.

Penetração relativamente baixa do comércio eletrônico no Brasil

Apesar do crescimento do comércio eletrônico brasileiro nos últimos anos, sua penetração ainda é relativamente baixa comparada com outros países. De acordo com o eMarketer, até 2017 o comércio eletrônico do Brasil era responsável por apenas 2,7% de todas as vendas de varejo, apenas uma porção da porcentagem em comparação a outros países desenvolvidos como os EUA e o Reino Unido, que apresentaram uma participação de mercado de 9,0% e 19,1% até 2017, respectivamente. A China é a líder em penetração de comércio eletrônico, com 23,1% das vendas sendo realizadas através de canais de vendas online até 2017. Devido a essa baixa penetração no Brasil, acreditamos que existe uma oportunidade para o comércio eletrônico Brasileiro crescer a uma taxa mais elevada que o mercado varejista no geral.

Apesar da baixa penetração do comércio eletrônico, existe um trajeto para o crescimento onde a indústria varejista e seus principais participantes no segmento de vestuário estão se encaminhando para as estratégias omni-canal e de comércio eletrônico em canais de comunicação tanto online quanto offline, fortalecendo a relação com os clientes. A estratégia omni-canal, por exemplo, permite que o usuário use um aplicativo para achar determinado produto em uma loja específica, reservar o produto para provar na loja, comprá-lo e recebê-lo em casa. O objetivo das estratégias omni-canal é melhorar a experiência do usuário e o reconhecimento da marca, impulsionando as vendas gerais da rede, tanto offline quanto online.

A recente evolução da penetração do omni-canal e do comércio eletrônico no Brasil é sustentada por um crescimento no acesso a serviços e dispositivos móveis. Em 2019, o acesso a smartphones atingiu seu pico de 60%, tornando o Brasil o líder em acesso a smartphones no mercado emergente, empatado com a África do Sul em 9º lugar na colocação mundial. De acordo com a Pew Research, o Brasil também está acima da média global de penetração de smartphones, com 45% em 2018. As estratégias omni-canal são fundamentais para atrair e reter clientes, sendo que aproximadamente 76% deles fazem algum tipo de pesquisa online antes de realizarem suas compras.

Os consumidores Brasileiros também estão acostumados a frequentemente comprarem online. De acordo com a PwC, a porcentagem de Brasileiros que compram online recorrentemente alcançou 65% em 2018, um aumento de 7% comparado com os 58% de 4 anos atrás. Essa tendência está se tornando mais predominante ao redor do mundo nos últimos anos conforme a frequência de compras online aumenta a cada ano.

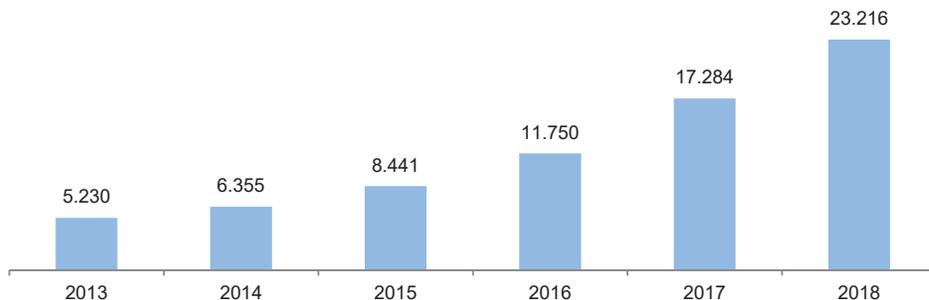
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Visão geral do mercado para os produtos Fashiontronics da Companhia

O Fashiontronics foi criado para vender dispositivos eletrônicos tanto online quanto offline. Este ramo oferece smartphones, kindles, tablets, relógios e acessórios eletrônicos no geral, como fones de ouvido, carregadores e outros. Nossas parcerias permitem oferecer produtos a preços competitivos. Nossos produtos de Fashiontronics atualmente são responsáveis por 18% de nossas vendas líquidas, tornando-se uma porção relevante dentro de nossa gama de produtos.

De acordo com a Euromonitor⁵, o M-commerce no Brasil atingiu R\$23,2 bilhões em termos correntes em 2018, um aumento dos R\$3,9 bilhões registrados em 2013, representando um CAGR de aproximadamente 38%. Acreditamos que o Fashiontronics é extremamente relevante no Brasil, pois o número de smartphones está em uma crescente muito acelerada. Atualmente existem mais de 230 milhões de smartphones no Brasil, equivalente a mais de um dispositivo por pessoa. Ao considerar o número de notebooks, computadores e tablets no Brasil, essa quantidade chega a 420 milhões de dispositivos ativos, equivalente a mais de 2 dispositivos por pessoa de acordo com a FGV. Mesmo se a dimensão do mercado não aumentar mais devido à saturação, a vida útil relativamente baixa desses dispositivos significa que são trocados em até 3 anos, dependendo de sua qualidade. De acordo com a Google, mais de 60% da população brasileira já tem acesso a smartphones, um aumento significativo dos 14% registrados em 2012. A mesma pesquisa aponta que 59% dos Brasileiros usam um smartphone como principal meio de acesso à Internet, e mais de 64% usam seus smartphones diariamente.

Tamanho de Mercado do M-Commerce (valores nominais, em R\$ milhões e termos correntes)



Fonte: Euromonitor International Limited, pesquisa de Finanças do Consumidor, edição de 2019, valor transacionado, moeda local, em termos correntes.

Visão Geral do Mercado de Crédito Pessoal do Brasil

Disponibilidade dos produtos financeiros e de crédito mudarem o modelo de consumo

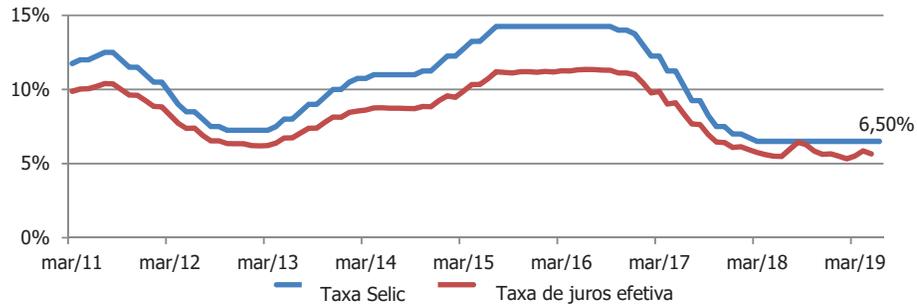
Após uma recessão intensa resultante de um declínio dos preços dos bens e uma limitação ao implementar reformas fiscais em todos os níveis de governo, o Brasil atravessa uma fase de atividade econômica dormente. No entanto, a recente queda da taxa SELIC representa a emergência do país da recessão, passando de taxas de juros de 14,25% para uma taxa mínima histórica de 6,50%, dando mais

⁵ Fonte: Euromonitor International Limited, pesquisa de Finanças do Consumidor, edição de 2019, vendas no varejo, moeda local, em termos correntes.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

confiança aos Brasileiros para obter acesso ao crédito e, conseqüentemente, impactando positivamente a confiança dos consumidores no modo geral.

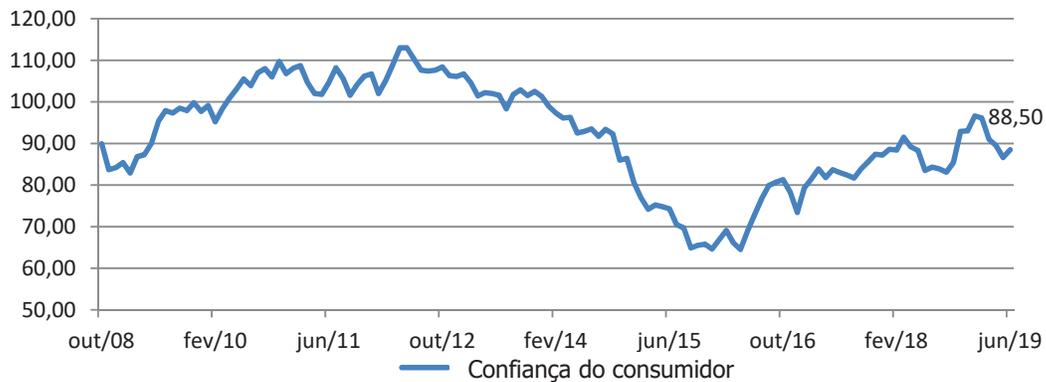
SELIC e Taxa de Juros Efetiva do Brasil (% por ano)



Fonte: BCB

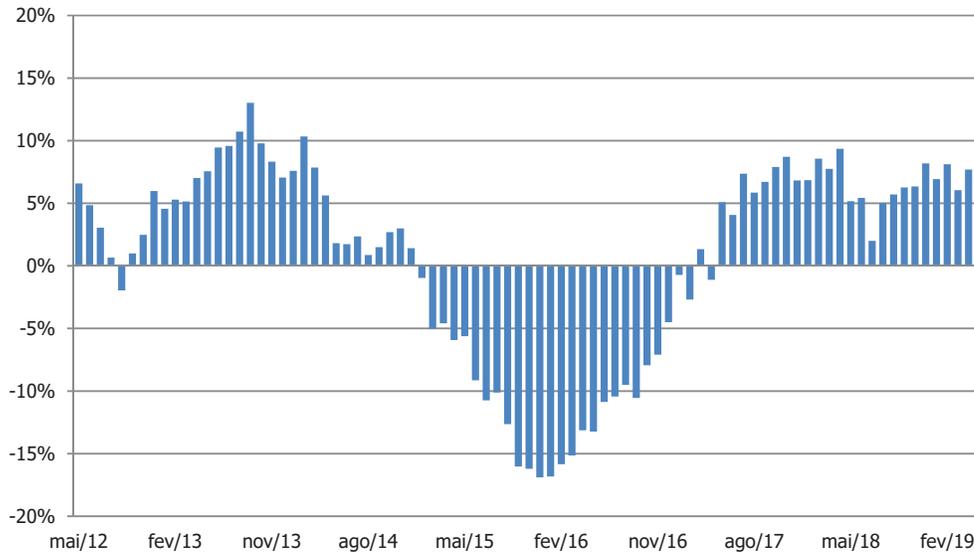
Novos Créditos para Pessoas Físicas no Brasil (% média num período de 3 meses)

Confiança dos Consumidores (sazonalmente ajustado)



Fonte: FGV

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Fonte: BCB

Como resultado, acreditamos que as ofertas de cartões de crédito são uma peça-chave para o sucesso das iniciativas de financiamento dos varejistas de vestuário, pois a maioria dos participantes do segmento também oferecem cartões de crédito co-branded para fidelizar o consumidor e fornecer benefícios para recompensar o uso do cartão.

(ii) Condições de competição nos mercados

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

Benefícios fiscais ou Subsídios

Tratamento Diferenciado Estadual

A filial da C&A Modas S.A. CNPJ 45.242.914/0382-50 localizada em Blumenau usufruí de tratamento tributário diferenciado concedido pelo Estado de Santa Catarina. O tratamento diferenciado não possui prazo de vigência e consistente em:

- a) Diferimento do ICMS na importação de mercadoria destinada à comercialização;
- b) Diferimento parcial na operação interna subsequente à importação;
- c) Crédito presumido na operação subsequente à importação de mercadorias para a comercialização e
- d) A dispensa de garantia do ICMS diferido na importação, mediante pagamento antecipado do ICMS devido na saída subsequente.

Zona Franca de Manaus

Isenção do ICMS

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Todos os produtos industrializados no estabelecimento de Manaus da C&A Modas, possuem isenção de ICMS na saída da indústria para comercialização ou industrialização nos Municípios de Manaus, Rio Preto e Presidente Figueiredo.

Crédito do ICMS

A exportação de mercadorias de origem nacional para consumo ou industrialização na Zona Franca de Manaus, ou reexportação para o estrangeiro, será para todos os efeitos fiscais, constantes da legislação em vigor, equivalente a uma exportação brasileira para o estrangeiro. Diante da equiparação, haverá isenção de ICMS sobre as exportações e suas equiparações.

(d) Eventual sazonalidade

O varejo apresenta forte sazonalidade, com trimestres bem distintos. No segundo trimestre temos o Dia das Mães e no quarto trimestre a *Black Friday* e o Natal, datas relevantes para o varejo do vestuário.

(e) Principais insumos e matérias primas, informando: (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços

A Companhia não possui nenhum insumo ou matéria prima, pois não fabrica suas mercadorias e sim adquire mercadorias prontas de seus fornecedores. Atualmente trabalhamos com diversos fornecedores ativos de mercadorias, entre Brasil e exterior. Não temos contrato de exclusividade com nenhum de nossos fornecedores, bem como não apresentamos dependência de nenhum fornecedor.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Considerando a base pulverizada de clientes da Companhia, nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Considerando a base pulverizada de clientes da Companhia, nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no período de seis meses findo em 30 e junho de 2019 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Em que pese não depender de autorizações governamentais para operar, a Companhia possui licenças relevantes que entende como necessárias para operar. As atividades desenvolvidas pela Companhia estão sujeitas a obtenção de licenças e a Companhia envida todos os melhores esforços para obter, manter e renovar todas as licenças necessárias dentro do prazo aplicável.

A operação normal dos estabelecimentos da Companhia está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de licença municipal de funcionamento e licença do corpo de bombeiros, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. Em relação a todos os locais que ocupa para o exercício de sua atividade, a Companhia deve obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem estes regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de multas, cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização), não pagamento do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Ainda, as leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações passíveis de identificar uma pessoa natural) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de dados pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) na década de 90 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet.

Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), as práticas relacionadas ao uso de dados pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas. A LGPD, que entrará em vigor em 16 de agosto de 2020, trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia incluindo as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais, como é o caso da Companhia, que coleta uma série de dados pessoais tais como dados referentes aos empregados tanto da Companhia, quanto de sua subsidiária e dados de clientes, seja por meio de lojas físicas e ou de cadastros na loja online, para poder exercer suas atividades.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas pela Companhia. Sobre o tema, a Lei nº 13.853/19, que converteu a Medida Provisória nº 869/18 em lei, criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (cuja composição ainda se encontra sob discussão), que será a entidade responsável por regulamentar e fiscalizar a aplicação da LGPD e demais questões relacionadas a proteção de dados.

Com a entrada em vigor da LGPD, a Companhia terá de adaptar suas operações e seu modelo de negócios aos limites estabelecidos em referida lei e, assim, será necessário que a Companhia revise suas políticas, processos internos e práticas comerciais para adaptação à nova lei.

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia possui compromissos com a sustentabilidade, buscando reduzir os impactos ambientais nas operações e na rede de fornecimento, atuando em três pilares (i) produtos sustentáveis; (ii) rede de fornecimento sustentável; e (iii) vidas sustentáveis, com o objetivo de produzir moda com impacto positivo.

Para cumprimento à política nacional de resíduos sólidos estabelecida pela Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010, a Companhia implementou em 2013 seu Plano Coletivo de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PCGRS), com o objetivo de manter e aperfeiçoar a gestão de resíduos sólidos (com a implantação de programas de coleta e reciclagem de resíduos eletrônicos e de uniformes, além de programas de retorno de cabides, pinos e alarmes, por exemplo).

A Companhia elabora relatórios anuais de sustentabilidade desde 2009 e foi a primeira no setor varejista de moda a publicá-los de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI). A Companhia também foi a primeira varejista brasileira a trabalhar com a *Better Cotton Initiative* (BCI), passando a adquirir 25,6% desse algodão em pouco mais de um ano, permitindo que os clientes brasileiros se beneficiassem do *Better Cotton* cultivado em seu próprio país. Em 2018, 71% do algodão vendido pela Companhia era algodão orgânico certificado (pela *Organic Content Standard* - OCS ou pela *Global Organic Textile Standard* – GOTS) ou adquirido pela *Better Cotton*.

Apesar de não estar dentre o rol dos produtos imediatamente sujeitos ao sistema de logística reversa, a Companhia realizou programa piloto de recebimento de roupas, cuja maioria foi doada para organização local para reutilização, em prol de uma economia circular. Em 2018, o número de lojas que participaram do programa mais que dobrou, de 31 para 80, e a meta é expandir para 130 lojas durante o ano de 2019. Com relação à venda de aparelhos celulares e baterias, no âmbito da sua responsabilidade compartilhada dentro da cadeia de produção até o consumidor, a Companhia recolheu 49.472 baterias e 3.960 aparelhos celulares em suas lojas no ano de 2018. Além disso, a Companhia destinou a quantidade de 60.000 unidades de lâmpadas fluorescentes para empresas terceiras e especializadas na gestão e descontaminação de resíduos sólidos.

Em 2016, a Companhia criou uma equipe de desenvolvimento de fornecedores, cujo objetivo é, através de nossos fornecedores, assessorar as unidades de produção no cumprimento dos planos

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

de ações corretivas gerados nas auditorias da área de *Sustainable Supply Chain* (SSC). Os Desenvolvedores de Fornecedores atuam como agentes facilitadores para a melhora contínua da rede de fornecimento da Companhia. Este suporte inclui ainda treinamentos da nossa rede de fornecimento com base no Código de Ética da Companhia, legislações e nas melhores práticas de trabalho.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

As marcas, patentes e desenhos industriais utilizadas pela Companhia estão registrados ou depositados junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial ("INPI"), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Atualmente, as marcas, patentes e desenhos industriais registrados ou depositados junta ao INPI estão em nome próprio e em nome da C&A AG, COFRA Holding AG e COFRA Amsterdam C.V, sendo que todas fazem parte do mesmo grupo econômico da Companhia. Uma grande parcela das marcas relevantes para os negócios da Companhia no Brasil, que estão registradas ou em processo de registro perante o INPI, é de titularidade da C&A AG, com a qual a Companhia firmou um Contrato de Licenciamento e Uso destas marcas em 01 de janeiro de 2008, o qual foi aditado pela última vez em 01 de janeiro de 2018. Este Contrato de Licença e Uso de Marcas tem natureza onerosa e está ativo e em vigor até 31 de dezembro de 2019, concedendo à Companhia, em sua figura de licenciada, o direito de uso e exploração de diversas marcas no território brasileiro. Em 03 de outubro de 2019 a Companhia celebrou um novo Contrato de Licença e Uso de Marcas, de natureza gratuita, o qual entrará em vigor em 01 de janeiro de 2020.

Atualmente, a Companhia indica que possui direito de uso e/ou titularidade de 433 marcas registradas ou em processo de registro no Brasil junto ao INPI, em nome próprio, em nome da C&A AG e/ou de terceiros, das quais as 289 marcas envolvidas na licença de uso entre C&A AG e a Companhia são relevantes para suas atividades.

A Companhia também é titular de diversos nomes de domínios associados a tais marcas, bem como a uma patente.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. **(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia**

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

7.8 - Políticas Socioambientais

(a) Divulgação de informações socioambientais

A Companhia elabora relatórios anuais de sustentabilidade desde 2009 para divulgação de suas políticas e práticas socioambientais. Em 2015, as quatro regiões onde a C&A AG atua se uniram em torno de uma estratégia global de sustentabilidade, e a partir de 2016 o relatório passou a ser global. Nele foram reportadas as informações de desempenho dessas quatro regiões.

(b) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

A Companhia publica seus relatórios de sustentabilidade anuais de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI).

Globalmente, a Companhia é signatária do Pacto Global das Nações Unidas (UNGC), um conjunto de princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção para empresas. Também apoia os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, que fornecem uma estrutura para o avanço da agenda de sustentabilidade. Em 2016, a Companhia desenvolveu ainda mais a sua abordagem para integrar os ODS em suas operações, inovações e parcerias e, durante 2017 e 2018, progrediu continuamente no sentido de integrá-los em seu planejamento e operações de negócios.

Em 2015, as quatro regiões onde a C&A AG atua – Europa, Brasil, México e China, se uniram em torno de uma estratégia global de sustentabilidade, organizada em três pilares: Produtos Sustentáveis; Rede de Fornecimento Sustentável e Vidas Sustentáveis, com metas que vão até 2020. A partir de 2016 o relatório passa a ser global, e nele serão reportadas as informações de desempenho dessas quatro regiões.

O trabalho desenvolvido pela Companhia para criar moda com um impacto positivo contribui de várias maneiras para os ODS. Os seis objetivos a seguir são particularmente relevantes para nossos negócios, nossos impactos e a contribuição que podemos dar:

- (i) Igualdade de Gênero: baseia-se na ideia de que a igualdade de gênero é uma questão que transcende os direitos humanos, e alcança a base de uma esfera necessária para um mundo pacífico, próspero e, conseqüentemente, sustentável. Em 2018, a Companhia assinou o *Women's Empowerment Principles* das Nações Unidas e, baseada neste documento, se engaja em ações em prol do empoderamento feminino que alcancem toda sua cadeia produtiva, desde os fornecedores de matéria-prima, até a produção e venda dos produtos.
- (ii) Água potável e saneamento: considerando que a escassez de água afeta mais 40% da população mundial, a Companhia busca formas de amenizar os impactos de seus negócios no ciclo da água. Assim, tem como meta para 2020 zerar os descartes de produtos químicos perigosos, reduzir em 30% o uso de água na produção de suas matérias-primas (em relação a 2016, com prazo até 2025), reduzir em 10% o uso de água em suas lojas (em relação a 2012, com prazo até 2025) dentre outras.
- (iii) Trabalho digno e crescimento econômico: baseia-se na ideia de fazer negócios com fornecedores que proporcionem condições dignas de trabalho para seus funcionários, não só

7.8 - Políticas Socioambientais

financeiramente, mas gerando oportunidades de crescimento igualitárias entre homens e mulheres, estimulando a economia e protegendo o meio ambiente. Dessa forma, a Companhia elabora projetos de longo prazo com seus fornecedores para que eles se desenvolvam nesses quesitos.

- (iv) Produção e consumo conscientes: baseia-se na ideia de utilizar o mínimo de recursos, mas os aproveitando ao máximo, ou seja, produzir mais, utilizando menos. Dessa forma, a Companhia idealiza as tendências de suas roupas de maneira circular e conectadas, de modo que materiais não aproveitados anteriormente, possam ser futuramente utilizados em um novo ciclo de produtos.
- (v) Ação Climática: baseia-se na ideia de tomar medidas que combatam as mudanças climáticas e amenizem seus impactos. Dessa forma, a Companhia busca formas de amenizar os impactos de seus negócios no ciclo do carbono, tendo como meta reduzir em 2020 20% da pegada de carbono em suas lojas, centros de distribuição e escritórios.
- (vi) Parcerias para as metas: baseia-se na ideia de que para que haja um desenvolvimento sustentável é necessário um alinhamento de forças entre os governos, setor privado e sociedade civil. Dessa forma, a Companhia estabelece uma série de parcerias que convirjam para o mesmo interesse em sustentabilidade como, por exemplo, *Greenpeace*, *Four Paws*, *Sustainable Apparel Coalition (SAC)*, dentre outros.

No Brasil, esse escopo é implementado por meio da Plataforma Global de Sustentabilidade, a qual se estrutura em torno de três grandes pilares: Produtos Sustentáveis (subdividido em Materiais sustentáveis e Economia Circular), Rede de Fornecimento Sustentável (subdividido em Meio Ambiente Limpo e Condições de Trabalho Justas e Seguras) e Vidas Sustentáveis (subdividido em Engajamento Associados e Engajamento de Clientes), e tem como principal objetivo contribuir para uma moda com impacto positivo.

(c) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

O Relatório de Sustentabilidade é voluntariamente submetido a auditores externos independentes para confirmarem as informações neles contidas de natureza não financeira ou contábil. A asseguarção do Relatório de Sustentabilidade de 2013-2014 foi realizada pela PricewaterhouseCoopers GmbH Wirtschaftsprüfungsgesellschaft ("PwC") para validação de um escopo limitado de informações sobre dados de energia e água que foram utilizados para cálculo das emissões e consumo.

(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

Os relatórios anuais de sustentabilidade, e outras informações conexas, podem ser acessados em: <https://sustentabilidade.cea.com.br/pt-br/Paginas/relatoriosustentabilidade.aspx>

7.9 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 7 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

8.1 - Negócios Extraordinários

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realizou negócios extraordinários nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Não aplicável, uma vez que não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Não aplicável, tendo em vista que nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 8 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
LOJA SHOPPING PIRACICABA	Brasil	SP	Piracicaba	Alugada
LOJA SHOPPING JARDIM SUL	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING CIDADE NORTE	Brasil	SP	São José do Rio Preto	Alugada
LOJA MARILIA	Brasil	SP	Marília	Alugada
LOJA CENTRAL PLAZA SHOPPING	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING ITAPEERICA	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
LOJA PRUDENSSHOPPING	Brasil	SP	Presidente Prudente	Alugada
LOJA BAURU SHOPPING	Brasil	SP	Bauru	Alugada
LOJA MOGI SHOPPING	Brasil	SP	Mogi das Cruzes	Alugada
LOJA RAPOSO SHOPPING	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA CENTER SHOPPING	Brasil	SP	Limeira	Alugada
LOJA SHOPPING RIO CLARO	Brasil	SP	Rio Claro	Alugada
LOJA POLO SHOPPING	Brasil	SP	Indaiatuba	Alugada
LOJA SHOPPING IGUATEMI SÃO CARLOS	Brasil	SP	São Carlos	Alugada
LOJA FRANCA SHOPPING	Brasil	SP	Franca	Alugada
LOJA ARAÇATUBA SHOPPING	Brasil	SP	Araçatuba	Alugada
LOJA SHOPPING TAUBATÉ	Brasil	SP	Taubaté	Alugada
LOJA SHOPPING VILLA LOBOS	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA CAMPINAS SHOPPING CENTER	Brasil	SP	Campinas	Alugada
LOJA SHOPPING GRANJA VIANNA	Brasil	SP	Cotia	Alugada
LOJA JACARÉ SHOPPING	Brasil	SP	Jacareí	Alugada
LOJA BURITI SHOPPING GUARÁ	Brasil	SP	Guaratinguetá	Alugada
LOJA SHOPPING JARAGUÁ	Brasil	SP	Araraquara	Alugada
LOJA SHOPPING D	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING CIANÉ	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
LOJA SHOPPING MAIA GUARULHOS	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
LOJA SHOPPING IGUATEMI ALPHAVILLE	Brasil	SP	Barueri	Alugada
LOJA SHOPPING IGUATEMI RIBEIRÃO PRETO	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
LOJA SHOPPING METRÓPOLE ANANINDEUA	Brasil	PA	Ananindeua	Alugada
LOJA SHOPPING TERESINA	Brasil	PI	Teresina	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
LOJA SHOPPING SÃO BERNARDO PLAZA	Brasil	SP	São Bernardo do Campo	Alugada
LOJA TIVOLI SHOPPING	Brasil	SP	Santa Bárbara d Oeste	Alugada
LOJA SHOPPING CAMPIM DOURADO	Brasil	TO	Palmas	Alugada
LOJA CENTRO - ARACAJU	Brasil	SE	Aracaju	Alugada
LOJA SHOPPING JARDINS ARACAJU	Brasil	SE	Aracaju	Alugada
LOJA SHOPPING RIO MAR ARACAJU	Brasil	SE	Aracaju	Alugada
LOJA SHOPPING PRÊMIO	Brasil	SE	Nossa Senhora do Socorro	Alugada
LOJA SHOPPING INTERLAGOS	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING CENTER NORTE	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING ARICANDUVA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING MORUMBI	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING METRÔ TATUAPÉ	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING IBIRAPUERA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING ITAQUERA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA INTERNACIONAL SHOPPING	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
LOJA SHOPPING CAMPO LIMPO	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING PARQUE DOM PEDRO	Brasil	SP	Campinas	Alugada
LOJA PRAIA DO GONZAGA	Brasil	SP	Santos	Alugada
LOJA CENTRO - SÃO BERNARDO DO CAMPO	Brasil	SP	São Bernardo do Campo	Alugada
LOJA SHOPPING TABOÃO DA SERRA	Brasil	SP	Taboão da Serra	Alugada
LOJA MAXI SHOPPING JUNDIAÍ	Brasil	SP	Jundiaí	Alugada
LOJA SHOPPING TAMBORÉ	Brasil	SP	Barueri	Alugada
LOJA SHOPPING ABC PLAZA	Brasil	SP	Santo André	Alugada
LOJA SHOPPING UNIÃO	Brasil	SP	Osasco	Alugada
LOJA CENTRO - CAMPINAS	Brasil	SP	Campinas	Alugada
LOJA SHOPPING PENHA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING PLAZA SUL	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING IGUATEMI	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING ELDORADO	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA CENTRO - GUARULHOS	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
LOJA SHOPPING SP MARKET	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING TIETÊ PLAZA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA CENTRO - OSASCO	Brasil	SP	Osasco	Alugada
LOJA SHOPPING WEST PLAZA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA BOURBON SHOPPING POMPEIA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING IGUAATEMI CAMPINAS	Brasil	SP	Campinas	Alugada
LOJA CENTRO - SÃO PAULO	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING RIBEIRÃO PRETO	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
LOJA CENTRO - SANTO ANDRÉ	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING PRAÇA DA MOÇA	Brasil	SP	Diadema	Alugada
LOJA ESPLANADA SHOPPING	Brasil	SP	Votorantim	Alugada
LOJA JUNDIAÍ SHOPPING	Brasil	SP	Jundiaí	Alugada
LOJA LITORAL SHOPPING	Brasil	SP	Praia Grande	Alugada
LOJA BONSUCESSO SHOPPING	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
LOJA SÃO CAETANO DO SUL	Brasil	SP	São Caetano do Sul	Alugada
LOJA RUA AUGUSTA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SANTANA PARQUE SHOPPING	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING PARQUE DAS BANDEIRAS	Brasil	SP	Campinas	Alugada
LOJA BRISAMAR SHOPPING	Brasil	SP	São Vicente	Alugada
LOJA CENTERVALE SHOPPING	Brasil	SP	São José dos Campos	Alugada
LOJA SHOOPING VIA VERDE	Brasil	AC	Rio Branco	Alugada
LOJA CENTRO - MACEIÓ	Brasil	AL	Maceió	Alugada
LOJA SHOPPING IGUAATEMI MACEIÓ	Brasil	AL	Maceió	Alugada
LOJA SHOPPING PATIO MACEIÓ	Brasil	AL	Maceió	Alugada
LOJA SHOPPING MACEIÓ	Brasil	AL	Maceió	Alugada
LOJA CENTRO - MANAUS	Brasil	AM	Manaus	Alugada
LOJA AMAZONAS SHOPPING	Brasil	AM	Manaus	Alugada
LOJA SUMAÚMA PARK SHOPPING	Brasil	AM	Manaus	Alugada
LOJA SHOPPING MANAUARA	Brasil	AM	Manaus	Alugada
LOJA SHOPPING VIA NORTE MANAUS	Brasil	AM	Manaus	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
LOJA MACAPÁ SHOOPING CENTER	Brasil	AP	Macapá	Alugada
LOJA SHOPPING AMAPÁ GARDEN	Brasil	AP	Macapá	Alugada
LOJA SHOPPING IGUATEMI BAHIA	Brasil	BA	Salvador	Alugada
LOJA SHOPPING PIEDADE BARRIS	Brasil	BA	Salvador	Alugada
LOJA SALVADOR SHOPPING	Brasil	BA	Salvador	Alugada
LOJA SALVADOR NORTE SHOPPING	Brasil	BA	Salvador	Alugada
LOJA SHOPPING IGUATEMI FEIRA DE SANTANA	Brasil	BA	Feira de Santana	Alugada
LOJA SHOPPING BARRA SALVADOR	Brasil	BA	Salvador	Alugada
LOJA CENTRO - FEIRA DE SANTANA	Brasil	BA	Feira de Santana	Alugada
LOJA SHOPPING BELA VISTA	Brasil	BA	Salvador	Alugada
LOJA JEQUITIBÁ PLAZA	Brasil	BA	Itabuna	Alugada
LOJA SHOPPING PARELELA	Brasil	BA	Salvador	Alugada
LOJA VITÓRIA DA CONQUISTA	Brasil	BA	Vitória da Conquista	Alugada
LOJA SHOPPING BOULEVARD CAMAÇARI	Brasil	BA	Camaçari	Alugada
LOJA SHOPPING IGUATEMI FORTALEZA	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
LOJA CENTRO - FORTALEZA	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
LOJA SHOPPING PARANGABA	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
LOJA NORTH SHOPPING	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
LOJA SHOPPING CARIRI	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
LOJA NORTH SHOPPING JÓQUEI	Brasil	CE	Juazeiro do Norte	Alugada
LOJA SHOPPING FORTALEZA	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
LOJA SHOPPING BENFICA	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
LOJA NORTH SHOPPING MARACANAÚ	Brasil	CE	Maracanaú	Alugada
LOJA SHOPPING VIA SUL	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
LOJA SHOPPING ALDEOTA	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
LOJA SHOPPING CONJUNTO NACIONAL	Brasil	DF	Brasília	Alugada
LOJA PARK SHOPPING	Brasil	DF	Brasília	Alugada
LOJA SHOPPING TAGUATINGA	Brasil	DF	Brasília	Alugada
LOJA PÁTIO BRASIL SHOPPING	Brasil	DF	Brasília	Alugada
LOJA SHOPPING JK CEILÂNDIA	Brasil	DF	Brasília	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
LOJA BRASÍLIA BOULEVARD	Brasil	DF	Brasília	Alugada
LOJA ALAMEDA SHOPPING	Brasil	DF	Brasília	Alugada
LOJA SHOPPING VITÓRIA	Brasil	ES	Vitória	Alugada
LOJA SHOPPING VILA VELHA	Brasil	ES	Vila Velha	Alugada
LOJA SHOPPING MESTRE ÁLVARO	Brasil	ES	Serra	Alugada
LOJA SHOPPING PRAIA DA COSTA	Brasil	ES	Vila Velha	Alugada
LOJA SHOPPING MOXUARA	Brasil	ES	Cariacica	Alugada
LOJA SHOPPING MONT SERRAT	Brasil	ES	Serra	Alugada
LOJA BOULEVARD SHOPPING VILA VELHA	Brasil	ES	Vila Velha	Alugada
LOJA FLAMBOYANT SHOPPING	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
LOJA SHOPPING BURITI	Brasil	GO	Aparecida de Goiânia	Alugada
LOJA GOIANIA SHOPPING	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
LOJA SHOPPING SUL	Brasil	GO	Valparaíso de Goiás	Alugada
LOJA SHOPPING PASSEIO DAS ÁGUAS	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
LOJA ANASHOPPING	Brasil	GO	Anápolis	Alugada
LOJA SHOPPING BURUTI RIO VERDE	Brasil	GO	Rio Verde	Alugada
LOJA SHOPPING RIO ANIL	Brasil	MA	São Luís	Alugada
LOJA SHOPPING DA ILHA	Brasil	MA	São Luís	Alugada
LOJA CENTRO - SÃO LUIS	Brasil	MA	São Luís	Alugada
LOJA CENTRO - SÃO LUIZ	Brasil	MA	São Luís	Alugada
LOJA SHOPPING IMPERIAL	Brasil	MA	Imperatriz	Alugada
LOJA SHOPPING PÁTIO NORTE	Brasil	MA	São José de Ribamar	Alugada
LOJA SÃO LUIS SHOPPING	Brasil	MA	São Luís	Alugada
LOJA SHOPPING MINAS	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
LOJA CENTRO - BH	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
LOJA CENTRO - BH	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
LOJA BH SHOPPING	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
LOJA ITAÚ POWER SHOPPING	Brasil	MG	Contagem	Alugada
LOJA CENTRO - JUIZ DE FORA	Brasil	MG	Juiz de Fora	Alugada
LOJA SHOPPING ESTAÇÃO BH	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
LOJA SHOPPING VIA BARREIRO	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
LOJA CENTER SHOPPING	Brasil	MG	Uberlândia	Alugada
LOJA BOULEVARD SHOPPING	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
LOJA SHOPPING DEL REY	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
LOJA UBERLÂNDIA CENTRO	Brasil	MG	Uberlândia	Alugada
LOJA SHOPPING CONTAGEM	Brasil	MG	Contagem	Alugada
LOJA PARTAGE SHOPPING BETIM	Brasil	MG	Betim	Alugada
LOJA SHOPPING SETE LAGOAS	Brasil	MG	Sete Lagoas	Alugada
LOJA SHOPPING VALE DO AÇO	Brasil	MG	Ipatinga	Alugada
LOJA SHOPPING INDEPENDÊNCIA	Brasil	MG	Juiz de Fora	Alugada
LOJA UBERABA SHOPPING	Brasil	MG	Uberaba	Alugada
LOJA MONTES CLAROS	Brasil	MG	Montes Claros	Alugada
LOJA SHOPPING MINASUL	Brasil	MG	Poços de Caldas	Alugada
LOJA UBERLÂNDIA SHOPPING	Brasil	MG	Uberlândia	Alugada
LOJA SHOPPING CAMPO GRANDE	Brasil	MS	Campo Grande	Alugada
LOJA CAMPO GRANDE	Brasil	MS	Campo Grande	Alugada
LOJA PANTANAL SHOPPING	Brasil	MT	Cuiabá	Alugada
LOJA SHOPPING ESTAÇÃO CUIABÁ	Brasil	MT	Cuiabá	Alugada
LOJA SHOPPING PÁTIO BELÉM	Brasil	PA	Belém	Alugada
LOJA SHOPPING CASTANHEIRA	Brasil	PA	Belém	Alugada
LOJA CENTRO - BELÉM	Brasil	PA	Belém	Alugada
LOJA SHOPPING BOULEVARD	Brasil	PA	Belém	Alugada
LOJA PARQUE SHOPPING BELÉM	Brasil	PA	Belém	Alugada
LOJA SHOPPING MARABÁ	Brasil	PA	Marabá	Alugada
LOJA SHOPPING GRÃO PARÁ	Brasil	PA	Belém	Alugada
LOJA TAPAJÓS SHOPPING	Brasil	PA	Santarém	Alugada
LOJA MANAÍRA SHOPPING	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada
LOJA CENTRO - CAMPINA GRANDE	Brasil	PB	Campina Grande	Alugada
LOJA CENTRO - JOÃO PESSOA	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada
LOJA SHOPPING MANGABEIRA	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
LOJA SHOPPING BOULEVARD	Brasil	PB	Campina Grande	Alugada
LOJA SHOPPING RECIFE	Brasil	PE	Recife	Alugada
LOJA SHOPPING GUARARAPES	Brasil	PE	Jaboatão dos Guararapes	Alugada
LOJA SHOPPING TACARUNA	Brasil	PE	Recife	Alugada
LOJA CENTRO - RECIFE	Brasil	PE	Recife	Alugada
LOJA PLAZA SHOPPING CASA FORTE	Brasil	PE	Recife	Alugada
LOJA RIVER SHOPPING	Brasil	PE	Petrolina	Alugada
LOJA SHOPPING COSTA DOURADA	Brasil	PE	Cabo de Santo Agostinho	Alugada
LOJA SHOPPING RIO MAR	Brasil	PE	Recife	Alugada
LOJA SHOPPING NORTH WAY PAULISTA	Brasil	PE	Paulista	Alugada
LOJA CARUARU SHOPPING	Brasil	PE	Caruaru	Alugada
LOJA SHOPPING DIFUSORA	Brasil	PE	Caruaru	Alugada
LOJA CENTRO - RECIFE	Brasil	PE	Recife	Alugada
LOJA SHOPPING BOA VISTA	Brasil	PE	Recife	Alugada
LOJA SHOPPING PATTEO OLINDA	Brasil	PE	Olinda	Alugada
LOJA CAMARÁ SHOPPING	Brasil	PE	Camaragibe	Alugada
LOJA CENTRO - TERESINA	Brasil	PI	Teresina	Alugada
LOJA SHOPPING RIO POTY	Brasil	PI	Teresina	Alugada
LOJA CENTRO - CURITIBA	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
LOJA SHOPPING PALLADIUM	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
LOJA SHOPPING PARK BARIGUI	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
LOJA SHOPPING CURITIBA	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
LOJA SHOPPING MÜLLER	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
LOJA SHOPPING CATUAÍ	Brasil	PR	Londrina	Alugada
LOJA MARINGÁ PARK SHOPPING	Brasil	PR	Maringá	Alugada
LOJA NORTE SHOPPING LONDRINA	Brasil	PR	Londrina	Alugada
LOJA SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	Brasil	PR	São José dos Pinhais	Alugada
LOJA JOCKEY PLAZA SHOPPING	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
LOJA BARRA SHOPPING	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA NORTE SHOPPING	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
LOJA PLAZA SHOPPING	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
LOJA CENTRO - NOVA IGUAÇU	Brasil	RJ	Nova Iguaçu	Alugada
LOJA CENTRO - TIJUCA	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA CENTRO - DUQUE DE CAXIAS	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Alugada
LOJA BANGU SHOPPING	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA CENTRO - COPACABANA	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA CENTRO - MADUREIRA	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA CENTRO - RIO DE JANEIRO	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA SHOPPING PASSEIO CAMPO GRANDE	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA CAMPO GRANDE	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA CARIOCA SHOPPING	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA SHOPPING PLAZA MACAÉ	Brasil	RJ	Macaé	Alugada
LOJA NILÓPOLIS CENTRO	Brasil	RJ	Nilópolis	Alugada
LOJA SHOPPING NOVA AMÉRICA	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA SHOPPING MEIER	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA SHOPPING - BONSUCESSO	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA SHOPPING CAMPO GRANDE	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA CENTRO - ALCANTARA	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA SIDER SHOPPING	Brasil	RJ	São Gonçalo	Alugada
LOJA TIJUCA SHOPPING	Brasil	RJ	Volta Redonda	Alugada
LOJA SHOPPING GRANDE RIO	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA NOVA IGUAÇU	Brasil	RJ	São João de Meriti	Alugada
LOJA CENTRO - BOTAFOGO	Brasil	RJ	Nova Iguaçu	Alugada
LOJA SHOPPING BOULEVARD	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA WEST SHOPPING RIO	Brasil	RJ	Campos dos Goytacazes	Alugada
LOJA SHOPPING BAY MARKET CENTER	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA SHOPPING NOVA IGUAÇU	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
LOJA CAXIAS SHOPPING	Brasil	RJ	Nova Iguaçu	Alugada
LOJA ILHA DO GOVERNADOR PLAZA SHOPPING	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Alugada
LOJA AMÉRICAS SHOPPING	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
LOJA SHOPPING RECREIO	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA SÃO GONÇALO SHOPPING	Brasil	RJ	São Gonçalo	Alugada
LOJA SHOPPING SULACAP	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA CENTRO - ITABORAÍ	Brasil	RJ	Itaboraí	Alugada
LOJA BOULEVARD SHOPPING SÃO GONÇALO	Brasil	RJ	São Gonçalo	Alugada
LOJA IPANEMA	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA PATIO MIX ITAGUAÍ	Brasil	RJ	Itaguaí	Alugada
LOJA LEBLON	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
LOJA SHOPPING MIDWAY MALL	Brasil	RN	Natal	Alugada
LOJA NORTE SHOPPING	Brasil	RN	Natal	Alugada
LOJA CENTRO - NATAL	Brasil	RN	Natal	Alugada
LOJA NATAL SHOPPING	Brasil	RN	Natal	Alugada
LOJA SHOPPING PORTO VELHO	Brasil	RO	Porto Velho	Alugada
LOJA PÁTIO RORAIMA SHOPPING	Brasil	RR	Boa Vista	Alugada
LOJA CENTRO - PORTO ALEGRE	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
LOJA SHOPPING IGUAATEMI PORTO ALEGRE	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
LOJA SHOPPING PRAIA DE BELAS	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
LOJA NOVO SHOPPING	Brasil	RS	Novo Hamburgo	Alugada
LOJA CENTRO - PELOTAS	Brasil	RS	Pelotas	Alugada
LOJA BOURBON SHOPPING WALLIG	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
LOJA CANOAS SHOPPING	Brasil	RS	Canoas	Alugada
LOJA SHOPPING IGUAATEMI	Brasil	RS	Caxias do Sul	Alugada
LOJA BALNEÁRIO CAMBORIÚ SHOPPING	Brasil	SC	Balneário Camboriú	Alugada
LOJA CONTINENTE PARK SHOPPING	Brasil	SC	São José	Alugada
LOJA FLORIPA SHOPPING	Brasil	SC	Florianópolis	Alugada
LOJA JOINVILLE GARDEN SHOPPING	Brasil	SC	Joinville	Alugada
LOJA SHOPPING ITAGUAÇU	Brasil	SC	São José	Alugada
LOJA CANTAREIRA NORTE SHOPPING	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING MÓOCA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA NOVO SHOPPING RIBEIRÃO PRETO	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
LOJA RIO PRETO SHOPPING	Brasil	SP	São José do Rio Preto	Alugada
LOJA MAUÁ PLAZA SHOPPING	Brasil	SP	Mauá	Alugada
LOJA PARQUE SHOPPING BARUERI	Brasil	SP	Barueri	Alugada
LOJA SHOPPING HORTOLÂNDIA	Brasil	SP	Hortolândia	Alugada
LOJA SHOPPING SUZANO	Brasil	SP	Suzano	Alugada
LOJA SHOPPING METRÓPOLE	Brasil	SP	São Bernardo do Campo	Alugada
LOJA SHOPPING BOAVISTA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
LOJA SHOPPING ABC	Brasil	SP	Santo André	Alugada
LOJA VALE SUL SHOPPING	Brasil	SP	São José dos Campos	Alugada
LOJA BURITI SHOPPING MOGI GUAÇU	Brasil	SP	Mogi Guaçu	Alugada
LOJA PLAZA SHOPPING ITU	Brasil	SP	Itu	Alugada
CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO RAPOSO TAVARES- SP	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO RIO DE JANEIRO	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO TAMBORÉ - SP	Brasil	SP	Barueri	Alugada
ESCRITÓRIO CENTRAL	Brasil	SP	Barueri	Alugada
LOJA SHOPPING PÁTIO ARAPIRACA GARDEN	Brasil	AL	Arapiraca	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	<p>Marcas da Companhia, da C&A AG e de terceiros, depositadas ou registradas junto ao INPI.</p>	<p>10 anos a partir da concessão</p>	<p>Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros já concedidos podem ser contestados por meio de processos de nulidade ou por requerimentos de caducidade. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular ou licenciada, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar violação de direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma decisão que impeça a Companhia de utilizar alguma marca.</p> <p>Válido ressaltar que a Companhia figura como licenciada em um Contrato de Licenciamento de Marca com a C&A AG, pelo qual é concedido para a Companhia o direito de uso e exploração comercial de diversas marcas relevantes, que estão registradas ou em processo de registro perante o INPI. Este contrato permanece válido e foi registrado no INPI, como forma de assegurar e vincular os direitos da Companhia.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia, a C&A AG e terceiros acreditam que não perderão os direitos sobre suas atuais marcas. No entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.</p>
Nome de domínio na internet	<p>Domínios em nome da Companhia</p>	<p>Vigentes</p>	<p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionado à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui participação em sociedades que sejam por ela compreendidas como relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 9.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os valores constantes deste item 10.1 foram extraídos das informações contábeis consolidadas intermediárias consolidadas da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes aos períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e 2018 e das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Conseqüentemente, as informações financeiras de 30 de junho de 2018 e de 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, algumas informações financeiras não são comparáveis com aquelas de 30 de junho de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma. Para mais informações sobre o IFRS 16/CPC 06(R2), ver item 10.4 deste Formulário de Referência.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 30 de junho de 2019, o índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) era de 2,0x. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$ 95,3 milhões e a dívida líquida (representada pelo total da soma dos empréstimos a pagar a partes relacionadas e arrendamento mercantil - circulante e não circulante - deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa) totalizava R\$ 2.354,2 milhões, com um índice de alavancagem financeira, que compreende a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido, de 1,2x.

Em 31 de dezembro de 2018, o índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) era de 2,1x. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$ 446,0 milhões e a dívida líquida (representada pelo total da soma dos empréstimos a pagar a partes relacionadas e arrendamento mercantil - circulante e não circulante - deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa) totalizava R\$ 463,3 milhões, com um índice de alavancagem financeira, que compreende a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido, de 0,4x.

Em 31 de dezembro de 2017, o índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) era de 2,4x. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$ 431,8 milhões e a dívida líquida (representada pelo total da soma dos empréstimos a pagar a partes relacionadas e arrendamento

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

mercantil - circulante e não circulante - deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa) totalizava R\$ 420,2 milhões, com um índice de alavancagem financeira, que compreende a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido, de 0,4x.

Em 31 de dezembro de 2016, o índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) era de 3,4x. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$ 489,7 milhões e a dívida líquida (representada pelo total da soma dos empréstimos a pagar a partes relacionadas e arrendamento mercantil - circulante e não circulante - deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa) totalizava R\$ 836,6 milhões, com um índice de alavancagem financeira, que compreende a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido, de 1,0x.

(b) Estrutura de Capital

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 30 de junho de 2019	Em 31 de dezembro de		
		2018	2017	2016
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	3.685,3	2.363,3	2.387,8	2.804,9
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.886,8	1.115,0	1.006,5	826,3
Capital total (terceiros + próprio)	5.572,1	3.478,3	3.394,3	3.631,2
Parcela de capital de terceiros	66,1%	67,9%	70,3%	77,2%
Parcela de capital próprio	33,9%	32,1%	29,7%	22,8%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos a serem pagos nos próximos anos. Os índices de liquidez geral (ativo total dividido pela soma do passivo circulante e não circulante) e corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante) da Companhia em 30 de junho de 2019 eram de 1,5x e 1,6x, respectivamente. Em 30 de junho de 2019, a Dívida Líquida (representada pelo total da soma dos empréstimos a pagar a partes relacionadas e arrendamento mercantil - circulante e não circulante - deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa) da Companhia era de R\$ 2.354,2 milhões. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras permite o eventual acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) captação de empréstimos com partes relacionadas. Esses empréstimos com partes relacionadas são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios e (ii) desembolso de capital.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil adequado da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Administração não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportados com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e suas características.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

O saldo referente a empréstimos com partes relacionadas em 30 de junho de 2019 era de R\$786,9 milhões a uma taxa de juros média de 10,2% a.a., em 31 de dezembro de 2018 o saldo de empréstimos a pagar a partes relacionadas era de R\$907,5 milhões e R\$849,9 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia possuía 5 contratos de empréstimos a pagar a partes relacionadas em moeda local acrescidos de juros pré-fixados.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Seguem abaixo as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Companhia, em vigor em 30 de junho de 2019:

- 1) Loan Agreement assinado com C&A Mode AG em 26 de junho de 2018 no valor de R\$75,9 milhões e vencimento 26 de junho de 2023. A remuneração é de 10,50% a.a. Em 30 de junho de 2019, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$76,3 milhões.
- 2) Loan Agreement assinado com C&A Mode AG em 16 de abril de 2018 no valor de R\$105,0 milhões e vencimento em 18 de abril de 2023. A remuneração é de 9,75% a.a. Em 30 de junho de 2019, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$67,3 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- 3) Loan Agreement assinado com C&A Mode AG em 15 de abril de 2019 no valor de R\$120,0 milhões e vencimento em 14 de dezembro de 2023. A remuneração é de 10,50% a.a. Em 30 de junho de 2019, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$120,5 milhões.
- 4) Loan Agreement assinado com C&A Mode AG em 22 de junho de 2018 no valor de R\$132,5 milhões e vencimento em 26 de junho de 2023. A remuneração é de 10,50% a.a. Em 30 de junho de 2019, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$133,1 milhões.
- 5) Loan Agreement assinado com C&A Mode AG em 11 de março de 2019 no valor de R\$388,0 milhões e vencimento em 28 de junho de 2023. A remuneração é de 10,00% a.a. Em 30 de junho de 2019, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$389,7 milhões.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro. Contudo, em 30 de junho de 2019 a Companhia não possui transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações com instituições financeiras são adequadas para suprir eventuais necessidades de financiamento para expansão do negócio da Companhia. Novas relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 30 de junho de 2019 possuem condição específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriram com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros.

A Companhia cumpre também todas as demais obrigações previstas nos respectivos contratos de financiamentos. Essas obrigações referem-se a determinadas restrições – alienação de ativos, alienação de controle societário – dentre outras cláusulas usuais de mercado.

Adicionalmente, não há restrições impostas à Companhia em seus contratos de empréstimo e financiamento, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas (*covenants* financeiros) nos contratos celebrados até 30 de junho de 2019.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento que não tenha sido realizado integralmente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Os números e análises a seguir apresentados derivam das informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018 e das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019 COMPARADO AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (em R\$ milhões, exceto percentual)	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2019	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2018		AV	AH
		AV	AV		
RECEITA LÍQUIDA	2.310,7	100,0%	2.244,6	100,0%	2,9%
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(1.189,5)	-51,5%	(1.148,9)	-51,2%	3,5%
LUCRO BRUTO	1.121,2	48,5%	1.095,8	48,8%	2,3%
(DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	(264,5)	-11,4%	(243,3)	-10,8%	8,7%
Vendas	(813,2)	-35,2%	(807,4)	-36,0%	0,7%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	639,4	27,7%	(2,1)	-0,1%	-30547,6%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	682,9	29,6%	43,1	1,9%	1484,5%
Resultado com derivativos	(26,1)	-1,1%	42,1	1,9%	-162,0%
Despesas financeiras	(106,5)	-4,6%	(174,4)	-7,8%	-38,9%
Receitas financeiras	628,2	27,2%	53,3	2,4%	1078,6%
Resultado financeiro	495,6	21,4%	(79,0)	-3,5%	-727,3%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	1.178,6	51,0%	(35,9)	-1,6%	-3383,0%
Impostos sobre o lucro	(401,4)	-17,4%	5,4	0,2%	-7533,3%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	777,2	33,6%	(30,5)	-1,4%	-2648,2%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita líquida

A receita líquida no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$2.310,7 milhões comparativamente a R\$2.244,6 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, representando um aumento de R\$66,1 milhões ou 2,9%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento de 5,5% nas vendas em *fashiontronics*.

Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$1.189,5 milhões comparativamente a R\$1.148,9 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, representando um aumento de R\$40,6 milhões ou 3,5%. O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados representava 51,5% e 51,2% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento de custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados em relação à receita líquida está associado a maior participação de *fashiontronics* e ao impacto da desvalorização do real e, consequente, aumento no custo dos produtos importados.

Lucro bruto

O lucro bruto no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$1.121,2 milhões comparativamente a R\$1.095,8 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, representando um aumento de R\$25,4 milhões ou 2,3%. O lucro bruto representava 48,5% e 48,8% da receita líquida (margem bruta) nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução na margem bruta é atribuída, substancialmente, à maior participação de *fashiontronics*, ao impacto da desvalorização do real e, consequente, aumento no custo dos produtos importados e ao fim do benefício tributário da Lei do Bem.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foram de R\$264,5 milhões comparativamente a R\$243,3 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, representando um aumento de R\$21,2 milhões ou 8,7%. As despesas gerais e administrativas representavam 11,4% e 10,8% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento, na participação das despesas gerais e administrativas em relação à receita líquida, é atribuído, substancialmente, às maiores despesas com material/serviços de terceiros e depreciação e amortização refletindo os investimentos em tecnologia da informação e em nossa ambição digital.

Despesas com vendas

As despesas com vendas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foram de R\$813,2 milhões comparativamente a R\$807,4 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, representando um aumento de R\$5,8 milhões ou 0,7%. As despesas com vendas representavam 35,2% e 36,0% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução, na participação das despesas com vendas em comparação à receita líquida, é atribuída, substancialmente, ao menor gasto com publicidade e vitrines.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas operacionais líquidas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foram de R\$639,4 milhões comparativamente a uma despesa de R\$2,1 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, representando uma variação de R\$641,5 milhões. Esta variação é atribuída, substancialmente, ao reconhecimento dos créditos tributários decorrentes do trânsito em julgado favorável na causa que confirmou o direito da Companhia à exclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS no montante de R\$638,9 milhões (R\$658,7 milhões deduzidos de gastos advocatícios, de consultoria e auditoria, para maiores informações vide notas explicativas 10 e 23.4 às informações contábeis intermediárias relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019).

Lucro antes do resultado financeiro

O lucro antes do resultado financeiro no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$682,9 milhões comparativamente a R\$43,1 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, representando um aumento de R\$639,8 milhões. O lucro antes do resultado financeiro representava 29,6% e 1,9% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento, na participação do lucro antes do resultado financeiro em relação à receita líquida, é atribuído, substancialmente, ao reconhecimento dos créditos tributários extemporâneos decorrentes do trânsito em julgado favorável na causa que confirmou o direito da Companhia à exclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS e a ligeira melhora na performance comercial.

Resultado com derivativos

O resultado com derivativos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 ocasionou uma despesa de R\$26,1 milhões comparativamente a uma receita de R\$42,1 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, representando uma variação de R\$68,2 milhões. Esta variação está associada à alteração das premissas utilizadas para o cálculo do valor justo dos mecanismos de proteção sobre os empréstimos com partes relacionadas, não designados para *hedge accounting*, anteriormente denominados em moeda estrangeira que passaram a ser contratados em moeda local a partir do segundo trimestre de 2018, conforme vencimento dos contratos anteriormente captados e necessidades de capital de giro da Companhia.

Despesas financeiras

As despesas financeiras no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foram de R\$106,5 milhões comparativamente a R\$174,4 milhões no período seis meses findo em 30 de junho de 2018, representando uma redução de R\$67,9 milhões ou 38,9%. Esta redução está associada ao impacto das variações da taxa de câmbio sobre os empréstimos com partes relacionadas anteriormente denominados em moeda estrangeira que passaram a ser contratados em moeda local a partir do segundo trimestre de 2018, conforme vencimento dos contratos anteriormente captados e necessidades de capital de giro da Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receitas financeiras

As receitas financeiras no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foram de R\$628,2 milhões comparativamente a R\$53,3 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, representando um aumento de R\$574,9 milhões. Este aumento refere-se à correção monetária de R\$594,6 milhões sobre o crédito tributário de PIS e COFINS reconhecido na linha de "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" em março de 2019.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 ocasionou uma receita de R\$495,6 milhões comparativamente a uma despesa de R\$79,0 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, representando uma variação de R\$574,6 milhões. Esta melhora é atribuída aos fatores acima mencionados.

Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro

O lucro antes dos impostos sobre o lucro no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$1.178,6 milhões comparativamente a um prejuízo de R\$35,9 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, representando uma variação de R\$1.214,5 milhões. Esta variação é atribuída, substancialmente, ao reconhecimento dos créditos tributários decorrentes do trânsito em julgado favorável na causa que confirmou o direito da Companhia à exclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, conforme comentando acima quando da explicação das variações relativas às rubricas "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" e "receitas financeiras" e ao crescimento do lucro bruto associado a uma ligeira melhora na performance comercial.

Impostos sobre o lucro

As despesas com impostos sobre o lucro no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foram de R\$401,4 milhões comparativamente a um crédito de R\$5,4 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, representando uma variação de R\$406,8 milhões. Esta variação é atribuída, substancialmente, ao reconhecimento de imposto diferido no montante de R\$426,1 milhões, referente ao diferimento da tributação do crédito tributário relativo ao ganho na ação que reconheceu o direito da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

Lucro líquido (prejuízo) do período

O lucro líquido do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$777,2 milhões comparativamente a um prejuízo de R\$30,5 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, representando uma variação de R\$807,7 milhões. Esta variação é atribuída, substancialmente, aos fatores acima mencionados.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (em R\$ milhões, exceto percentual)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	AV	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	AV	AH
RECEITA LÍQUIDA	5.166,4	100,0%	5.035,6	100,0%	2,6%
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(2.617,2)	-50,7%	(2.614,1)	-51,9%	0,1%
LUCRO BRUTO	2.549,1	49,3%	2.421,5	48,1%	5,3%
(DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	(482,2)	-9,3%	(509,8)	-10,1%	-5,4%
Vendas	(1.699,9)	-32,9%	(1.596,8)	-31,7%	6,5%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(10,8)	-0,2%	(18,2)	-0,4%	-40,7%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	356,2	6,9%	296,7	5,9%	20,1%
Resultado com derivativos	17,2	0,3%	(30,2)	-0,6%	-157,0%
Despesas financeiras	(316,9)	-6,1%	(293,2)	-5,8%	8,1%
Receitas financeiras	169,0	3,3%	168,3	3,3%	0,4%
Resultado financeiro	(130,7)	-2,5%	(155,2)	-3,1%	-15,8%
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	225,6	4,4%	141,5	2,8%	59,4%
Impostos sobre o lucro	(51,9)	-1,0%	(44,7)	-0,9%	16,1%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	173,6	3,4%	96,9	1,9%	79,2%

Receita líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$5.166,4 milhões comparativamente a R\$5.035,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$130,8 milhões ou 2,6%. Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 a incerteza política e a volatilidade do ambiente macroeconômico brasileiro impactaram negativamente a confiança do consumidor, o que se refletiu em um primeiro semestre desafiador. Já durante o segundo semestre a Companhia apresentou um melhor ritmo de vendas de mercadorias impulsionada pelo crescimento em mesmas lojas e e-commerce e pela redução na carga tributária em decorrência do reconhecimento dos créditos da Lei do Bem e da exclusão do ICMS na base do cálculo do PIS e COFINS, a partir de junho e julho de 2017, respectivamente. Contribuiu, também, para este resultado o crescimento das receitas da parceria de serviços financeiros que passaram de R\$168,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$214,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$2.617,2 milhões comparativamente a R\$2.614,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$3,1 milhões ou 0,1%. O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados representava 50,7% e 51,9% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. A variação do custo depende do mix de produtos vendidos e do impacto da variação cambial sobre a parcela não protegida dos produtos importados (principalmente frete e impostos sobre o desembaraço aduaneiro).

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$2.549,1 milhões comparativamente a R\$2.421,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$127,6 milhões ou 5,3%. O lucro bruto representava 49,3% e 48,1% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento é atribuído, principalmente, à evolução da margem bruta em função do reconhecimento dos créditos da Lei do Bem e da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e Cofins a partir de junho e julho de 2017, respectivamente.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$482,2 milhões comparativamente a R\$509,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R\$27,6 milhões ou 5,4%. As despesas gerais e administrativas representavam 9,3% e 10,1% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Esta redução é atribuída, substancialmente, à redução de outras (despesas) receitas como resultado da reversão de provisão para contingência de PIS e Cofins no montante de R\$38,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2018.

Despesas com vendas

As despesas com vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$1.699,9 milhões comparativamente a R\$1.596,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$103,1 milhões ou 6,5%. As despesas com vendas representavam 32,9% e 31,7% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento está associado (i) aos projetos em andamento que, visando à melhoria do atendimento às nossas clientes, geraram uma maior despesa com material e serviços de terceiros assim como com publicidade e vitrines (que passaram de R\$239,3 milhões para R\$295,2 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2018, respectivamente); e (ii) à maior despesa com ocupação decorrente do *phase-out* de descontos obtidos nas renegociações de aluguel e aumento das tarifas de energia elétrica (que passou de R\$494,6 milhões para R\$522,8 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2018, respectivamente).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras despesas operacionais, líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$10,8 milhões comparativamente a despesa de R\$18,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R\$7,4 milhões ou 40,7%. Esta redução é atribuída, substancialmente, ao resultado na baixa de ativos, que passou de R\$21,0 milhões para R\$13,9 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2018, respectivamente.

Lucro antes do resultado financeiro

O lucro antes do resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$356,2 milhões comparativamente a R\$296,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$59,5 milhões ou 20,1%. O lucro antes do resultado financeiro representava 6,9% e 5,9% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente, em razão dos fatores descritos acima.

Resultado com derivativos

O resultado com derivativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 ocasionou uma receita de R\$17,2 milhões comparativamente a uma despesa de R\$30,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma variação de R\$47,4 milhões. Esta variação está associada à alteração das premissas utilizadas para o cálculo do valor justo dos mecanismos de proteção sobre os empréstimos com partes relacionadas, não designados para *hedge accounting*, anteriormente denominados em moeda estrangeira que passaram a ser contratados em moeda local a partir do segundo trimestre de 2018, conforme vencimento dos contratos anteriormente captados e necessidades de capital de giro da Companhia.

Despesas financeiras

As despesas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 316,9 milhões comparativamente a R\$ 293,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$ 23,7 milhões ou 8,1%. Este aumento está associado ao impacto das variações da taxa de câmbio sobre os empréstimos com partes relacionadas.

Receitas financeiras

As receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 169,0 milhões comparativamente a R\$ 168,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$ 0,7 milhões ou 0,4%.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi uma despesa de R\$ 130,7 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ 155,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R\$ 24,5 milhões ou 15,8%. Esta redução é atribuída, principalmente, aos fatores acima mencionados.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro antes dos impostos sobre o lucro

O lucro antes dos impostos sobre o lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$225,6 milhões comparativamente a R\$141,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$84,1 milhões ou 59,4%. O lucro antes dos impostos sobre o lucro representava 4,4% e 2,8% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento, na participação do lucro antes dos impostos sobre o lucro em relação à receita líquida, é atribuído, substancialmente, a um melhor ritmo de vendas de mercadorias impulsionada pelo crescimento em mesmas lojas e e-commerce no segundo semestre e a consequente melhora na melhora da margem bruta devido, principalmente, à redução na carga tributária em decorrência do reconhecimento dos créditos da Lei do Bem e da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e Cofins, a partir de junho e julho de 2017, respectivamente.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$173,6 milhões comparativamente a R\$96,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$76,7 milhões ou 79,2%. O lucro líquido do exercício representava 3,4% e 1,9% da receita líquida (margem líquida) nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. A melhora da margem líquida é atribuída aos fatores acima mencionados em combinação com a menor alíquota efetiva de imposto de renda no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 em comparação com o exercício social de 2017, quando houve maior impacto (adição) relativo aos ajustes de *transfer pricing*.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (em R\$ milhões, exceto percentual)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016		
		AV		AV	AH
RECEITA LÍQUIDA	5.035,6	100,0%	4.780,7	100,0%	5,3%
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(2.614,1)	-51,9%	(2.775,9)	-58,1%	-5,8%
LUCRO BRUTO	2.421,5	48,1%	2.004,8	41,9%	20,8%
(DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	(509,8)	-10,1%	(481,7)	-10,1%	5,8%
Vendas	(1.596,8)	-31,7%	(1.536,2)	-32,1%	3,9%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(18,2)	-0,4%	5,4	0,1%	-437,0%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	296,7	5,9%	(7,6)	-0,2%	-
Resultado com derivativos	(30,2)	-0,6%	(304,3)	-6,4%	4003,9%
Despesas financeiras	(293,2)	-5,8%	(407,5)	-8,5%	-28,0%
Receitas financeiras	168,3	3,3%	514,4	10,8%	-67,3%
Resultado financeiro	(155,2)	-3,1%	(197,4)	-4,1%	-21,4%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	141,5	2,8%	(204,9)	-4,3%	-
Impostos sobre o lucro	(44,7)	-0,9%	63,6	1,3%	-169,1%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	96,9	1,9%	(141,3)	-3,0%	-168,6%

Receita líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$5.035,6 milhões comparativamente a R\$4.780,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R\$254,9 milhões ou 5,3%. Este aumento é atribuído, principalmente, à manutenção de consistência no ritmo de vendas de mercadorias ao longo dos trimestres que foi impulsionada pelo crescimento em mesmas lojas e pela redução na carga tributária em decorrência da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e Cofins e do reconhecimento dos créditos da Lei do Bem que impactaram, parcialmente, o resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Contribuiu, também, para este aumento, o crescimento das receitas da parceria de serviços financeiros que passou de R\$91,8 milhões para R\$168,2 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017, respectivamente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$2.614,1 milhões comparativamente a R\$2.775,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de R\$161,8 milhões ou 5,8%. O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados representava 51,9% e 58,1% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. A variação do custo depende do mix de produtos vendidos e do impacto da variação cambial sobre a parcela não protegida de produtos importados (principalmente frete e impostos sobre o desembaraço aduaneiro).

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$2.421,5 milhões comparativamente a R\$2.004,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R\$416,7 milhões ou 20,8%. O lucro bruto representava 48,1% e 41,9% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. Este aumento, é decorrente, principalmente, da melhor aceitação das coleções de vestuário que, associada à recuperação econômica, permitiu a recuperação das vendas de mercadorias e das margens que haviam sido negativamente afetadas durante o período de recessão, bem como pela redução na carga tributária em decorrência da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS e do reconhecimento dos créditos da Lei do Bem que impactaram, parcialmente, o resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$509,8 milhões comparativamente a R\$481,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R\$28,1 milhões ou 5,8%. Este aumento é atribuído, substancialmente, à maior despesa com pessoal (que passou de R\$217,5 milhões para R\$240,7 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017, respectivamente) refletindo principalmente o maior pagamento de remuneração variável. As despesas gerais e administrativas representavam 10,1% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Despesas com vendas

As despesas com vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$1.596,8 milhões comparativamente a R\$1.536,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R\$60,6 milhões ou 3,9%. Este aumento é atribuído, substancialmente, à maior despesa de ocupação de R\$494,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 ante R\$445,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, quando houve o reconhecimento dos créditos retroativos de PIS e COFINS sobre despesa com condomínio. As despesas com vendas representavam 31,7% e 32,1% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras despesas operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$18,2 milhões comparativamente a receita de R\$5,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma variação de R\$23,6 milhões. Esta variação é atribuída, principalmente, ao incremento na despesa relativa à baixa de ativos que passou de R\$1,7 milhão para R\$21,0 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017, respectivamente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a administração iniciou programa aumento da rentabilidade do portfólio de lojas e planejando o fechamento de parte do portfólio e desta forma constituiu provisões para o fechamento de lojas. Com o melhor desempenho das lojas houve reversão de parte destas provisões, o que impactou positivamente o resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro

O lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$296,7 milhões comparativamente ao prejuízo de R\$7,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma variação de R\$304,3 milhões. Este aumento é atribuído, principalmente, aos fatores descritos acima.

Resultado com derivativos

O resultado com derivativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi uma despesa de R\$30,2 milhões comparativamente a uma despesa de R\$304,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de R\$274,1 milhões. Esta redução está associada, principalmente, ao menor impacto das variações da taxa de câmbio os mecanismos de proteção sobre os empréstimos com partes relacionadas.

Despesas financeiras

As despesas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$293,2 milhões comparativamente a R\$407,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de R\$114,3 milhões. Esta redução está associada, principalmente, ao impacto das variações da taxa de câmbio sobre os empréstimos com partes relacionadas denominados em moeda estrangeira, à redução no saldo de tais empréstimos, assim como ao menor pagamento de juros sobre empréstimos para capital de giro – partes relacionadas.

Receitas financeiras

As receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$168,3 milhões comparativamente a R\$514,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de R\$346,1 milhões. Esta redução é decorrente do menor resultado de variação cambial que passou de R\$448,1 milhões para R\$115,8 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017, respectivamente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado Financeiro

O resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi uma despesa de R\$ 155,2 milhões comparativamente a despesa de R\$ 197,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de R\$ 42,2 milhões. Esta redução é atribuída, principalmente, aos fatores acima mencionados.

Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro

O lucro antes dos impostos sobre o lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$141,5 milhões comparativamente ao prejuízo de R\$204,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma variação de R\$346,4 milhões. Esta variação é atribuída, substancialmente, à geração de lucro antes do resultado financeiro e a melhora no resultado financeiro.

Lucro líquido (prejuízo) do exercício

O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$96,9 milhões comparativamente a um prejuízo de R\$141,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma variação de R\$238,2 milhões. Representando uma margem líquida positiva de 1,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 ante a uma margem líquida negativa de 3,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Esta variação é atribuída, substancialmente, aos fatores acima mencionados.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**BALANÇOS PATRIMONIAIS****COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

ATIVO	(em R\$ milhões, exceto percentual)	Em 30 de junho de 2019	AV	Em 31 de dezembro de 2018	AV	AH
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa		95,3	1,7%	446,0	12,8%	-78,6%
Contas a receber		935,8	16,8%	1.142,8	32,9%	-18,1%
Derivativos		-	-	55,1	1,6%	-100,0%
Partes relacionadas		0,1	0,0%	0,3	0,0%	-66,7%
Estoques		605,7	10,9%	490,6	14,1%	23,5%
Tributos a recuperar		229,8	4,1%	17,1	0,5%	1243,9%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		21,6	0,4%	25,7	0,7%	-16,0%
Outros ativos		30,8	0,6%	17,9	0,5%	72,1%
Total do ativo circulante		1.919,2	34,4%	2.195,6	63,1%	-12,6%
NÃO CIRCULANTE						
Tributos a recuperar		1.064,6	19,1%	7,6	0,2%	13907,9%
Tributos diferidos		-	-	370,6	10,7%	-100,0%
Depósitos judiciais		72,4	1,3%	67,7	1,9%	6,9%
Outros ativos		2,5	0,0%	2,9	0,1%	-13,8%
Imobilizado		665,9	12,0%	636,9	18,3%	4,6%
Direito de uso – arrendamento mercantil		1.640,1	29,4%	-	-	-
Intangível		207,5	3,7%	196,9	5,7%	5,4%
Total do ativo não circulante		3.653,0	65,6%	1.282,8	36,9%	184,8%
TOTAL DO ATIVO		5.572,1	100,0%	3.478,3	100,0%	60,2%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PASSIVO (em R\$ milhões, exceto percentual)	Em 30 de junho de 2019	AV	Em 31 de dezembro de 2018	AV	AH
CIRCULANTE					
Arrendamento mercantil	319,1	5,7%	0,2	0,0%	159450,0%
Fornecedores	627,4	11,3%	678,8	19,5%	-7,6%
Derivativos	2,5	0,0%	0,4	0,0%	525,0%
Obrigações trabalhistas	115,2	2,1%	130,9	3,8%	-12,0%
Partes relacionadas	52,3	0,9%	711,6	20,5%	-92,7%
Tributos a recolher	86,9	1,6%	160,9	4,6%	-46,0%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	5,7	0,1%	26,6	0,8%	-78,6%
Outros passivos	28,8	0,5%	40,6	1,2%	-29,1%
Total do passivo circulante	1.238,1	22,2%	1.750,1	50,3%	-29,3%
NÃO CIRCULANTE					
Arrendamento mercantil	1.343,5	24,1%	1,6	0,0%	83868,8%
Partes relacionadas	782,5	14,0%	313,5	9,0%	149,6%
Obrigações trabalhistas	3,2	0,1%	4,1	0,1%	-22,0%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	266,6	4,8%	262,6	7,5%	1,5%
Tributos a recolher	0,1	0,0%	-	-	-
Tributos diferidos	22,0	0,4%	-	-	-
Outros passivos	29,4	0,5%	31,5	0,9%	-6,7%
Total do passivo não circulante	2.447,2	43,9%	613,2	17,6%	299,1%
Total do patrimônio líquido	1.886,8	33,9%	1.115,0	32,1%	69,2%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.572,1	100,0%	3.478,3	100,0%	60,2%

Ativo circulante

Em 30 de junho de 2019, o ativo circulante era de R\$1.919,2 milhões, em comparação com R\$2.195,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

representava 34,4% em 30 de junho de 2019 e 63,1% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução, de R\$276,4 milhões ou 12,6%, decorreu, principalmente, (i) pela redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa (que passou de R\$446,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$95,3 milhões em 30 de junho de 2019), substancialmente, devido ao caixa aplicado nas atividades de financiamento no montante de R\$326,7 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019; (ii) pela redução no saldo de contas a receber (que passou de R\$1.142,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$935,8 milhões em 30 de junho de 2019) devido ao menor volume de vendas no segundo trimestre de 2019 quando comparado ao quarto trimestre de 2018, período que compreende o Natal quando tipicamente as vendas são mais altas; estas reduções forma parcialmente compensadas (iii) pelo aumento no saldo de estoques (que passou de R\$490,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$605,7 milhões em 30 de junho de 2019) devido ao menor volume de vendas no segundo trimestre de 2019 quando comparado ao quarto trimestre de 2018; e (iv) pelo aumento no saldo de tributos a recuperar (que passou de R\$17,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$229,8 milhões em 30 de junho de 2019) pelo reconhecimento de créditos tributários decorrentes do trânsito em julgado favorável na causa que confirmou o direito da Companhia à exclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS.

Ativo não circulante

Em 30 de junho de 2019, o ativo não circulante era de R\$3.653,0 milhões, em comparação com R\$1.282,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 65,6% em 30 de junho de 2019 e 36,9% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$2.370,2 milhões ou 184,4%, decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- (i) do trânsito em julgado favorável na causa que confirmou o direito da Companhia à exclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS com impacto em tributos a recuperar (cujo saldo era R\$7,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 e passou para R\$1.064,6 milhões em 30 de junho de 2019);
- (ii) da adoção a partir de 1º de janeiro de 2019 do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16) com impacto em direito de uso – arrendamento mercantil (cujo saldo era nulo em 31 de dezembro de 2018 e passou para R\$1.640,1 milhões em 30 de junho de 2019).

Passivo circulante

Em 30 de junho de 2019, o passivo circulante era de R\$1.238,1 milhões, em comparação com R\$1.750,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 22,2% em 30 de junho de 2019 e 50,3% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução, de R\$512,0 milhões ou 29,3%, decorreu, principalmente, da liquidação de empréstimos a pagar a partes relacionadas que passou de R\$711,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$52,3 milhões em 30 de junho de 2019. A redução no passivo circulante foi, parcialmente, compensada pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2019, do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16) com impacto em arrendamento mercantil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo não circulante

Em 30 de junho de 2019, o passivo não circulante era de R\$2.447,2 milhões, em comparação com R\$613,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 43,9% em 30 de junho de 2019 e 17,6% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$1.834,0 milhões ou 299,1%, decorreu, principalmente, dos fatores relacionados abaixo:

- (i) contratação de novos empréstimos de longo prazo junto a partes relacionadas. O saldo a pagar a partes relacionadas passou de R\$313,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$782,5 milhões em 30 de junho de 2019;
- (ii) adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16) com impacto em arrendamento mercantil, cujo saldo passou de R\$1,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.343,5 milhões em 30 de junho de 2019.

Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2019, o patrimônio líquido era de R\$1.886,8 milhões, em comparação com R\$1.115,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$771,8 milhões ou 69,2%, deve-se, principalmente, ao lucro líquido do período de seis meses findos em 30 de junho de 2019 que totalizou R\$777,2 milhões que foram alavancados pelo reconhecimento dos créditos tributários extemporâneos decorrentes do trânsito em julgado favorável na causa que confirmou o direito da Companhia à exclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS e Cofins.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

ATIVO (em R\$ milhões, exceto percentual)	Em 31 de dezembro de 2018	AV	Em 31 de dezembro de 2017	AV	AH
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	446,0	12,8%	431,8	12,7%	3,3%
Contas a receber	1.142,8	32,9%	1.070,7	31,5%	6,7%
Derivativos	55,1	1,6%	53,8	1,6%	2,4%
Partes relacionadas	0,3	0,0%	1,0	0,0%	-70,0%
Estoques	490,6	14,1%	479,4	14,1%	2,3%
Tributos a recuperar	17,1	0,5%	36,4	1,1%	-53,0%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	25,7	0,7%	36,5	1,1%	-29,6%
Outros ativos	17,9	0,5%	16,0	0,5%	11,9%
Total do ativo circulante	2.195,6	63,1%	2.125,6	62,6%	3,3%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

NÃO CIRCULANTE						
Tributos a recuperar		7,6	0,2%	2,4	0,1%	216,7%
Tributos diferidos		370,6	10,7%	398,8	11,7%	-7,1%
Depósitos judiciais		67,7	1,9%	52,3	1,5%	29,4%
Outros ativos		2,9	0,1%	3,6	0,1%	-19,4%
Imobilizado		636,9	18,3%	612,6	18,0%	4,0%
Intangível		196,9	5,7%	199,1	5,9%	-1,1%
Total do ativo não circulante		1.282,8	36,9%	1.268,7	37,4%	1,1%
TOTAL DO ATIVO		3.478,3	100,0%	3.394,3	100,0%	2,5%

PASSIVO	(em R\$ milhões, exceto percentual)	Em 31 de dezembro de 2018	AV	Em 31 de dezembro de 2017	AV	AH
CIRCULANTE						
Arrendamento mercantil		0,2	0,0%	0,3	0,0%	-33,3%
Fornecedores		678,8	19,5%	686,2	20,2%	-1,1%
Derivativos		0,4	0,0%	0,1	0,0%	300,0%
Obrigações trabalhistas		130,9	3,8%	136,9	4,0%	-4,4%
Partes relacionadas		711,6	20,5%	980,1	28,9%	-27,4%
Tributos a recolher		160,9	4,6%	181,2	5,3%	-11,2%
Imposto de renda e contribuição social a recolher		26,6	0,8%	3,0	0,1%	786,7%
Outros passivos		40,6	1,2%	35,2	1,0%	15,3%
Total do passivo circulante		1.750,1	50,3%	2.022,9	59,6%	-13,5%
NÃO CIRCULANTE						
Arrendamento mercantil		1,6	0,0%	1,8	0,1%	-11,1%
Partes relacionadas		313,5	9,0%	-	-	-
Obrigações trabalhistas		4,1	0,1%	4,0	0,1%	2,5%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		262,6	7,5%	321,0	9,5%	-18,2%
Outros passivos		31,5	0,9%	38,1	1,1%	-17,3%
Total do passivo não circulante		613,2	17,6%	364,9	10,8%	68,0%
Total do patrimônio líquido		1.115,0	32,1%	1.006,5	29,7%	10,8%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.478,3	100,0%	3.394,3	100,0%	2,5%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante era de R\$2.195,6 milhões, em comparação com R\$2.125,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 63,1% em 31 de dezembro de 2018 e 62,6% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento, de R\$70,0 milhões ou 3,3%, decorreu, principalmente, da maior participação de vendas de celulares, cuja maioria segue a modalidade de parcelamento, o que elevou o saldo de contas a receber de R\$1.070,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.142,8 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante era de R\$1.282,8 milhões, em comparação com R\$1.268,7 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 36,9% em 31 de dezembro de 2018 e 37,4% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento, de R\$14,1 milhões ou 1,1%, decorreu, principalmente, dos maiores investimentos em aberturas de novas lojas, remodelações e infraestrutura de tecnologia da informação com impacto no saldo do ativo imobilizado, que passou de R\$612,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$636,9 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante era de R\$1.750,1 milhões, em comparação com R\$2.022,9 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 50,3% em 31 de dezembro de 2018 e 59,6% em 31 de dezembro de 2017. Esta redução de R\$272,8 milhões ou 13,5%, decorreu, principalmente, da liquidação de empréstimos de curto prazo a pagar a partes relacionadas, culminando com a redução no saldo a pagar a partes relacionadas de R\$980,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$711,6 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo não circulante era de R\$613,2 milhões, em comparação com R\$364,9 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 17,6% em 31 de dezembro de 2018 e 10,8% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento, de R\$248,3 milhões ou 68,0%, decorreu, principalmente, da captação de novos empréstimos de longo prazo junto a partes relacionadas, culminando com o aumento de R\$313,5 milhões no saldo a pagar a partes relacionadas em 31 de dezembro de 2018, quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2017.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido era de R\$1.115,0 milhões, em comparação com R\$1.006,5 milhões em 31 de dezembro de 2017. Este aumento, de R\$108,5 milhões ou 10,8%, deu-se, principalmente, pelo lucro líquido de R\$173,6 milhões compensado pela destinação de juros sobre capital próprio de R\$68,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

ATIVO (em R\$ milhões, exceto percentual)	Em 31 de dezembro de 2017	AV	Em 31 de dezembro de 2016	AV	AH
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	431,8	12,7%	489,7	13,5%	-11,8%
Contas a receber	1.070,7	31,5%	1.013,0	27,9%	5,7%
Derivativos	53,8	1,6%	35,5	1,0%	51,5%
Partes relacionadas	1,0	0,0%	0,8	0,0%	25,0%
Estoques	479,4	14,1%	536,6	14,8%	-10,7%
Tributos a recuperar	36,4	1,1%	44,4	1,2%	-18,0%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	36,5	1,1%	11,4	0,3%	220,2%
Outros ativos	16,0	0,5%	13,4	0,4%	19,4%
Total do ativo circulante	2.125,6	62,6%	2.144,6	59,1%	-0,9%
NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recuperar	2,4	0,1%	1,7	0,0%	41,2%
Tributos diferidos	398,8	11,7%	440,1	12,1%	-9,4%
Depósitos judiciais	52,3	1,5%	50,5	1,4%	3,6%
Outros ativos	3,6	0,1%	4,5	0,1%	-20,0%
Derivativos	-	-	49,5	1,4%	-100,0%
Imobilizado	612,6	18,0%	780,3	21,5%	-21,5%
Intangível	199,1	5,9%	160,0	4,4%	24,4%
Total do ativo não circulante	1.268,7	37,4%	1.486,5	40,9%	-14,7%
TOTAL DO ATIVO	3.394,3	100,0%	3.631,2	100,0%	-6,5%

PASSIVO (em R\$ milhões, exceto percentual)	Em 31 de dezembro de 2017	AV	Em 31 de dezembro de 2016	AV	AH
CIRCULANTE					
Arrendamento mercantil	0,3	0,0%	0,3	0,0%	0,0%
Fornecedores	686,2	20,2%	609,0	16,8%	12,7%
Derivativos	0,1	0,0%	128,3	3,5%	-99,9%
Obrigações trabalhistas	136,9	4,0%	104,4	2,9%	31,1%
Partes relacionadas	980,1	28,9%	694,9	19,1%	41,0%
Tributos a recolher	181,2	5,3%	173,2	4,8%	4,6%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	3,0	0,1%	0,3	0,0%	900,0%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outros passivos	35,2	1,0%	36,0	1,0%	-2,2%
Total do passivo circulante	2.022,9	59,6%	1.746,4	48,1%	15,8%
NÃO CIRCULANTE					
Arrendamento mercantil	1,8	0,1%	2,1	0,1%	-14,3%
Partes relacionadas	-	-	690,6	19,0%	-100,0%
Obrigações trabalhistas	4,0	0,1%	5,2	0,1%	-23,1%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	321,0	9,5%	319,6	8,8%	0,4%
Outros passivos	38,1	1,1%	40,9	1,1%	-6,8%
Total do passivo não circulante	364,9	10,8%	1.058,5	29,2%	-65,5%
Total do patrimônio líquido	1.006,5	29,7%	826,3	22,8%	21,8%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.394,3	100,0%	3.631,2	100,0%	-6,5%

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo circulante era de R\$2.125,6 milhões, em comparação com R\$2.144,6 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 62,6% em 31 de dezembro de 2017 e 59,1% em 31 de dezembro de 2016. Esta redução, de R\$19,0 milhões ou 0,9%, decorreu, principalmente, da gestão de capital de giro reduzindo o saldo de estoques de R\$536,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$479,4 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo não circulante era de R\$1.268,7 milhões, em comparação com R\$1.486,5 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 37,4% em 31 de dezembro de 2017 e 40,9% em 31 de dezembro de 2016. Esta redução, de R\$217,8 milhões ou 14,7%, está associada, principalmente, ao encerramento da operação de lojas e ao menor nível de investimentos na abertura de novas lojas e remodelações, reduzindo o saldo do ativo imobilizado de R\$780,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$612,6 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo circulante era de R\$2.022,9 milhões, em comparação com R\$1.746,4 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 59,6% em 31 de dezembro de 2017 e 48,1% em 31 de dezembro de 2016. Este aumento, de R\$276,5 milhões ou 15,8%, decorreu, principalmente, da captação de novos empréstimos de curto prazo junto a partes relacionadas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo não circulante era de R\$364,9 milhões, em comparação com R\$1.058,5 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 10,8% em 31 de dezembro de 2017 e 29,2% em 31 de dezembro de 2016. Esta redução, de R\$693,6 milhões ou 65,5%, decorreu, principalmente, da liquidação do saldo a pagar a partes relacionadas no montante de R\$690,6 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido era de R\$1.006,5 milhões, em comparação com R\$826,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. Este aumento, de R\$180,2 milhões ou 21,8%, deu-se pela combinação de:

- (i) aumento de capital social no montante de R\$145,0 milhões;
- (ii) Lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$96,9 milhões.; e
- (iii) Destinação de parte do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 na forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$65,7 milhões.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019 COMPARADO AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

(em R\$ milhões, exceto percentual)	Período de seis meses findo em 30 de junho de		
	2019	2018	AH
Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades operacionais	139,3	(145,1)	-196,0%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(163,3)	(113,2)	44,3%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(326,7)	(8,7)	3655,2%

Atividades operacionais

O caixa líquido originado das atividades operacionais totalizou R\$139,3 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, comparado um caixa líquido aplicado nas atividades

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

operacionais de R\$145,1 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018. Essa variação de R\$284,4 milhões, é justificada sobretudo pelos seguintes itens:

- (i) redução de R\$183,6 milhões no caixa líquido aplicado a tributos a recuperar, que passou para um caixa líquido originado de R\$9,6 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, comparado a um caixa líquido aplicado de R\$174,0 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018;
- (ii) redução de R\$68,6 milhões no caixa líquido aplicado a partes relacionadas, principalmente em função do faseamento das importações com impacto nos pagamentos à C&A Sourcing, que passou para R\$10,9 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, comparado a R\$79,5 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018; e
- (iii) redução de R\$117,0 milhões no caixa líquido aplicado a fornecedores, que apresentou caixa líquido aplicado de R\$46,5 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 comparado ao caixa líquido aplicado de R\$163,5 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018.

Atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$163,3 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, comparado a R\$113,2 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018. Esse aumento de R\$50,1 milhões, ou 44,3%, é justificado, principalmente, pelo aumento na abertura de novas lojas e de remodelação de lojas para o modelo CVP.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$326,7 milhões para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 comparado a R\$8,7 milhões para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018. Esse aumento de R\$318,0 milhões, é justificado por uma menor captação de empréstimos, que totalizou R\$508,0 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 comparado a R\$835,4 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Exercício social encerrado em 31 de dezembro			
(em R\$ milhões, exceto percentual)	2018	2017	AH
Caixa líquido originado das atividades operacionais	358,5	595,5	-39,8%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(246,4)	(90,1)	173,5%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(97,9)	(563,3)	-82,6%

Atividades operacionais

O caixa líquido originado das atividades operacionais totalizou R\$358,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$595,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa redução, de R\$237,0 milhões ou 39,8%, é justificada sobretudo pelos seguintes itens:

- (i) aumento de R\$58,4 milhões no caixa líquido aplicado aos estoques para adequação dos mesmos ao ritmo de vendas, que passou para R\$64,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$5,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017;
- (ii) aumento de R\$68,4 milhões no caixa líquido relativo a fornecedores, em decorrência da manutenção dos prazos médios de pagamentos, que passou de caixa líquido originado de R\$65,7 milhões para caixa líquido aplicado de R\$2,7 milhões, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2018, respectivamente.
- (iii) aumento de R\$ 28,9 milhões no caixa líquido aplicado às contas a receber de clientes devido à maior participação da venda de celulares (cuja maioria segue a modalidade de parcelamento), que apresentou caixa líquido aplicado de R\$73,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao caixa líquido aplicado de R\$44,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; e
- (iv) aumento de R\$48,5 milhões no caixa líquido aplicado a depósitos judiciais devido à cassação de tutelas, que apresentou caixa líquido aplicado de R\$50,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado a caixa líquido de R\$1,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$246,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$90,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de 2017. O aumento de R\$156,3 milhões, ou 173,5%, é justificado principalmente pelo aumento do caixa líquido aplicado nas aquisições de imobilizado e intangível em decorrência da retomada da abertura de novas lojas, da aceleração do ritmo de remodelação de lojas e dos avanços em tecnologia e *e-commerce*.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$97,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$563,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Essa redução de R\$465,4 milhões ou 82,6%, é justificada, principalmente, pela redução no caixa líquido aplicado ao pagamento do principal de empréstimos, que representou R\$861,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado a R\$1.401,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Exercício social encerrado em 31 de dezembro			
(em R\$ milhões, exceto percentual)	2017	2016	AH
Caixa líquido originado das atividades operacionais	595,5	351,4	69,5%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(90,1)	(118,6)	-24,0%
Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades de financiamento	(563,3)	42,9	-1413,1%

Atividades operacionais

O caixa líquido originado das atividades operacionais totalizou R\$595,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$351,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento de R\$244,1 milhões, ou 69,5%, é justificado sobretudo pelos seguintes fatores:

- (i) variação no lucro líquido (prejuízo) do exercício, que passou de um prejuízo de R\$141,3 milhões para um lucro de R\$ 96,9 milhões nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017, respectivamente;
- (ii) aumento de R\$32,7 milhões no caixa líquido originado de fornecedores, em decorrência da negociação dos prazos médios de pagamentos, que passou de R\$33,0 milhões para R\$65,7 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017, respectivamente.
- (iii) diminuição de R\$ 71,0 milhões no caixa líquido aplicado nas contas a receber de clientes (devido à maior participação de recebimentos à vista), que foi de R\$44,5 milhões no

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado a R\$115,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$90,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a R\$118,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Essa redução de R\$28,5 milhões, ou 24,0%, é justificada pela redução no caixa líquido aplicado na aquisição de imobilizado e intangível em razão da não abertura de novas lojas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$563,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, comparado ao caixa líquido originado das atividades de financiamento de R\$42,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação de R\$606,2 milhões é justificada sobretudo pelo aumento de R\$1.079,2 milhões no caixa líquido aplicado ao pagamento do principal dos empréstimos no montante de R\$1.401,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado a R\$322,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, conseqüentemente de suas operações, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foi composta substancialmente por revenda de produtos de vestuário e de aparelhos celulares e pela oferta de produtos e serviços financeiros através da parceria com o Banco Bradescard S.A. E, em menor proporção, por receita decorrente de prestação de serviços, como por exemplo (i) receitas com serviços de tecnologia da informação, (ii) receitas com fretes, (iii) receitas de comissionamento na comercialização de planos de telefonia e recarga, e (iv) receita de *marketplace* que são receitas de comissionamento em plataforma digital cedida onde parceiros comerciais oferecem seus produtos e serviços.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

A Companhia está inserida no segmento de varejo de moda e nossas operações consistem principalmente na venda de produtos de vestuário e de telefones celulares. Assim, nossos resultados operacionais dependem de condições macroeconômicas e são influenciados pelos seguintes fatores:

(i) *Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra dos consumidores*: Nossa indústria de varejo é sensível a variações no poder de compra dos consumidores. Indicadores como o PIB, que nos anos de 2016, 2017 e 2018 apresentou variação de -3,3%, 1,1% e 1,1%, respectivamente e a taxa média anual de desemprego, que nos anos de 2016, 2017 e 2018 apresentou-se em 11,5%, 12,8% e 12,3%, refletem uma perspectiva econômica desafiadora no país e que pode gerar possíveis oscilações de demanda no país.

(ii) *Inflação*: Podemos perceber o seu impacto principalmente em nossas despesas, como salários, contratos de aluguéis e matérias de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM. A inflação (IPCA) apresentou variação de 6,3%, 2,9% e 3,7%, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, respectivamente.

(iii) *Taxa de câmbio*: A taxa de câmbio afeta diretamente os nossos resultados operacionais principalmente através do seu impacto no custo da mercadoria vendida, uma vez que parte significativa dos nossos produtos são importados. Oscilações na cotação do dólar podem fazer com que nossos custos aumentem. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, o dólar apresentou variação ao ano de -16,5%, 1,5% e 17,1%, respectivamente.

(iv) *Comportamento de compra do consumidor*: Estamos constantemente avaliando quais são as demandas dos nossos clientes e quais tendências podem refletir em possíveis mudanças de comportamento de compra. Realizamos pesquisas de tendências, inovações e satisfação com nossos consumidores e não consumidores também para entender onde podemos melhorar nossos processos comerciais. A implementação dos projetos *Customer Value Propostion* (CVP) e *Experiência para ELA* bem como o desenvolvimento do conceito omni-canal são exemplos de

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

mudanças que realizamos para acompanhar e garantir a melhor experiência de compras para as nossas clientes.

(v) *Sazonalidade*: O varejo apresenta forte sazonalidade, com trimestres bem distintos. No segundo trimestre temos o Dia das Mães e no quarto trimestre o *Black Friday* e o Natal, datas relevantes para o varejo do vestuário.

(vi) *Clima*: O varejo de moda é suscetível às condições climáticas, especialmente durante os meses de inverno. Por exemplo, durante esta estação períodos prolongados de temperaturas mais altas podem deixar uma parte de nosso estoque incompatível com tais condições inesperadas. Desta forma, períodos de clima alterado podem levar a Companhia a comercializar o excesso de estoques com descontos de preços, reduzindo assim nossas margens.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia busca desenvolver os seus produtos seguindo as tendências de moda que estão constantemente mudando. Dessa forma a Companhia, bem como o segmento de moda, tem nos seus produtos, ciclos de vida extremamente curtos, com alterações que dificultam a comparação de preços de um período para outro. Dessa forma, não se pode atribuir à inflação um impacto relevante no crescimento da receita de vendas de mercadoria. Da mesma forma, comparar ou atribuir crescimento de receita por conta de alterações de volume de produtos vendidos pode levar a conclusões inadequadas, uma vez que não necessariamente se está ofertando os mesmos produtos de um período para outro.

Possuímos um *mix* balanceado entre produtos nacionais e importados. E a política de preços da Companhia é mais fortemente associada ao poder de compra dos consumidores e aos preços praticados pela nossa concorrência. Sendo assim, variações na taxa de câmbio não necessariamente refletem em ajustes de preços ou variações na receita.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia, bem como o segmento de moda, tem nos seus produtos, ciclos de vida extremamente curtos, com alterações que dificultam tanto a comparação de preços como a comparação de custos de mercadorias vendidas de um período para outro. Ainda que a taxa de inflação possa sensibilizar os nossos custos, a nossa gestão e o nosso trabalho com a cadeia de fornecimento buscam mitigar estes impactos.

Contudo, entendemos que variações na taxa de inflação têm impacto significativo em nossas despesas. Ainda que melhorias na gestão da Companhia e maior eficiência nos processos internos mitiguem parte dos efeitos inflacionários, nossas despesas são diretamente impactadas pela inflação, principalmente salários, contratos de aluguel, despesas com frete e energia elétrica, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

De forma similar, as variações das taxas de câmbio impactam diretamente os custos de mercadoria. O aumento na taxa de câmbio aumenta o custo o qual pode não ser repassado integralmente para o preço, o que poderá afetar a margem bruta com a venda mercadorias. Contudo, nossos produtos são, em sua maioria, de origem nacional e para mitigar possíveis impactos na margem de produtos importados decorrentes de alterações nas taxas de câmbio, a Companhia possui operação de hedge, através de contratos de compra de dólar futuro (NDF – Non Deliverable Forward).

(valores expressos em R\$ mil, exceto quando expressamente informada outra moeda – USD mil)					Cenários Negativos		
Derivativo	Posição	Risco	Valor de referência (nacional) – USD	Impostos não recuperáveis USD	Cenário Provável	Possível +25%	Remoto + 50%
NDF	Comprado	Alta dólar	30.984	36%	USD 1 = R\$ 3,80	USD 1 = R\$ 4,75	USD 1 = R\$ 5,70
				11.154	(42.386)	(52.983)	(63.579)

O aumento da taxa básica de juros não afeta de forma relevante o nosso resultado, pois nossos principais empréstimos são com taxa pré-fixada.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, tampouco no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 6.5 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, tampouco no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou as novas interpretações contábeis do CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil em substituição às orientações existentes no CPC 06 (R1)/IAS 17 e a interpretação ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro.

Ademais, a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia adotou as novas interpretações contábeis do CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes e do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

A Companhia avaliou os efeitos da aplicação da norma e não identificou alterações ou impactos no reconhecimento de suas receitas, no que diz respeito às possíveis variações nos valores contabilizados e às variações nas atividades de controles executados, dado que a receita sempre foi reconhecida no modelo "*cash and carry*", ou seja, a mercadoria passa ao controle do cliente no momento do recebimento da contraprestação e, no caso de mercadorias vendidas a prazo, na extensão em que as obrigações de desempenho sejam cumpridas pela Companhia.

O direito de devolução pelo cliente também não causa efeito relevante uma vez que, na maior parte dos casos, as devoluções ocorrem seguidas de uma nova compra. A exceção é a operação de e-commerce, mas que pelo seu tamanho ainda não demanda uma provisão.

Foi avaliado o comportamento da utilização de vale-troca e cartões presentes para possível reconhecimento de quebra no momento da emissão. Esses instrumentos têm prazo de validade de um mês e um ano respectivamente. A Administração avaliou o volume não utilizado e considerou não ser relevante a ponto de demandar um ajuste nas receitas.

CPC48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros

O CPC 48 - Instrumentos financeiros, equivalente à norma internacional IFRS 9, substitui o CPC 38 (equivalente à norma internacional IAS 39) para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, reunindo todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração; redução ao valor recuperável; e contabilidade de hedge.

A contabilidade de hedge foi aplicada de forma prospectiva. A classificação dos ativos financeiros foi aplicada retrospectivamente, com a data de adoção inicial de 1º de janeiro de 2018 e ajustando a informação para fins comparativos para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016, todavia sem impactos financeiros. A aplicação da redução ao valor recuperável com base nas perdas esperadas não teve efeito nas demonstrações contábeis da Companhia, tendo em vista que o risco de perda nos ativos financeiros é extremamente baixo e, portanto, irrelevante.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Classificação e mensuração

A tabela a seguir explica as categorias de mensuração originais no CPC 38 (equivalente ao IAS 39) e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018. Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018 não se alteraram com a adoção do CPC 48.

Ativos financeiros	Classificação original CPC 38 / IAS 39	Nova classificação CPC48 / IFRS9
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Derivativos	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de resultado
Derivativos (<i>hedge accounting</i>)	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Passivos financeiros		
Arrendamento mercantil	Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Derivativos	Valor justo	Valor justo
Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado

Os ativos e passivos financeiros classificados originalmente como empréstimos e recebíveis, e empréstimos e financiamentos, respectivamente, são mantidos para captar fluxo de caixa contratuais e gerar fluxos de caixas que representam exclusivamente, pagamentos de principal e juros. Por esse motivo foram classificados como custo amortizado na aplicação do CPC 48.

Contabilidade de hedge

A Companhia avaliou e adotou o novo modelo de contabilidade de hedge de acordo com o CPC 48 e determinou que todas as relações de hedge existentes designadas como relações de hedge eficazes, continuarão a ser qualificadas para fins de contabilização de hedge de acordo com o CPC48. A aplicação dos requisitos de hedge da IFRS9/CPC48 não apresentou impacto nas demonstrações contábeis da Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018.

As normas e interpretações emitidas e adotadas após data base dessas demonstrações contábeis são abaixo apresentadas.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

O CPC06 (R2) / IFRS16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas informações contábeis de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios pela utilização do ativo. De acordo com o CPC 06 (R2) /IFRS 16, a Companhia reconhece no balanço patrimonial os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos contratos de arrendamentos.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas, líquido dos efeitos de PIS e COFINS. Aos montantes de ativo por direito de uso também são adicionados pagamentos antecipados de arrendamentos, provisões para restauração de lojas, e são deduzidos incentivos recebidos de arrendadores. Os valores de pagamentos especificamente variáveis são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início do contrato, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa de juros nominal equivalente ao que o arrendatário teria ao contratar um empréstimo por prazo semelhante e com garantia semelhante.

Efeitos de transição

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na Lei nº 8.245 (Lei do Inquilinato), que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referente ao sucesso da Companhia na renovação de seus contratos. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R2) / IFRS16, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, acrescidos dos pagamentos antecipados. Na adoção inicial foram também reclassificados os ativos de provisão para desmantelamento de lojas e os incentivos recebidos dos arrendadores para a composição do direito de uso

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor, bem como com prazos de arrendamento inferiores a 12 meses. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Adicionalmente, a Companhia não considerou custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada foi de 3,0% a 4,6% ao ano, dependendo dos prazos dos contratos.

A aplicação dos critérios acima mencionados resultou no reconhecimento, em 1º de janeiro de 2019, de um ativo por direito de uso e um passivo de arrendamento no montante de R\$1.737.694 mil, que complementados pelas reclassificações de saldos já registrados no balanço na data de adoção, resultaram em um ativo por direito de uso e passivo de arrendamento final de R\$1.742.394 mil e R\$1.737.694 mil, respectivamente, representado por imóveis alugados para utilização como lojas, centro de distribuição e data center.

ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

O CPC 32 especifica requisitos para tributos correntes e tributos diferidos ativos e passivos. A Companhia deve aplicar os requisitos do CPC 32 com base na legislação tributária aplicável. Contudo, pode não estar claro como a legislação tributária se aplica a determinada transação. A aceitação de determinado tratamento tributário, de acordo com a legislação fiscal, pode não ser conhecida até que a respectiva autoridade fiscal ou tribunal tome uma decisão no futuro.

Consequentemente, a contestação ou o exame de determinado tratamento fiscal pela autoridade fiscal pode afetar a contabilização do tributo corrente ou diferido ativo ou passivo da entidade.

Na avaliação da Companhia não houve impacto significativo em decorrência desta interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os Diretores da Companhia informam que os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referente ao período findo em 30 de junho de 2019 não possuem ressalvas ou ênfases. Entretanto, o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 possui um parágrafo de ênfase mencionando a reapresentação das demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, conforme abaixo:

“Em 31 de maio de 2019, 9 de abril de 2018 e 2 de maio de 2017, emitimos nossos relatórios de auditoria, sem modificações, sobre as demonstrações contábeis da Empresa

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e de 2016, respectivamente, que estão sendo rerepresentadas. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, essas demonstrações contábeis foram alteradas e estão sendo rerepresentadas pela Empresa para incluir as demonstrações do valor adicionado, aprimorar certas divulgações em notas explicativas e rerepresentar saldos contábeis devido à adoção de política contábil que a Administração entende melhor refletir as operações da Empresa. Consequentemente, nosso relatório de auditoria considera essas alterações e substitui os relatórios anteriormente emitidos. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto."

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- a) determinação de vida útil do ativo imobilizado e intangível;
- b) análise de recuperação dos valores do ativo imobilizado e intangível;
- c) provisões para perdas esperadas de créditos;
- d) provisão para perdas nos estoques;
- e) imposto de renda e a contribuição social diferidos;
- f) taxas e os prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de ativos e passivos;
- g) provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- h) passivos atuariais;
- i) determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos;
- j) provisão para restauração de lojas à sua condição original; e
- k) participação nos lucros.

Os Diretores da Companhia esclarecem que as políticas contábeis consideradas críticas foram selecionadas com base na relevância que poderiam causar nas demonstrações financeiras da Companhia e encontram-se descritas abaixo.

Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas, portanto, para melhor adequar a realidade da Companhia ao disposto acima, a Companhia revisa as suas premissas continuamente e os possíveis efeitos decorrentes destas revisões são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, foram sumarizadas as principais políticas contábeis críticas envolvendo esses julgamentos da administração, incluindo as premissas e as variáveis nas quais se baseiam essas políticas:

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa ao final de cada exercício o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Cada loja é definida como uma unidade geradora de caixa. A Companhia considera como indicativo de perda de valor recuperável lojas que apresentam ao final do exercício *store contribution* menor que 5% sobre a receita líquida.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam *ágio*, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação e amortização), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Empresa e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Nos casos em que a provisão possui um depósito judicial correspondente e a Empresa tem a intenção de liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente, os valores são compensados.

Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como finalidade instituir planos de previdência ao grupo de funcionários de suas patrocinadoras. Em essência, os planos previdenciários patrocinados pela Companhia são estruturados na modalidade de contribuição definida (vide Nota Explicativa nº 27 às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2018). Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Provisão para restauração das lojas

Ao firmar contratos de aluguel com terceiros, a Companhia assume a obrigação de restaurar o imóvel, ao final do contrato, nas mesmas condições em que o espaço foi disponibilizado. Nessas situações uma provisão para restauração das lojas é constituída em contrapartida ao ativo imobilizado com base em estimativa histórica de gastos com restaurações. O ativo imobilizado é amortizado no mesmo prazo do contrato de aluguel, incluindo as opções de renovação que a Empresa pode e pretende exercer. A Administração revisa as estimativas de gastos ao final de cada exercício.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo, derivativos, a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Empresa.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis de forma recorrente, a Empresa determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários são calculados e somente registrados se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Arrendamento mercantil (a partir de 1º de janeiro de 2019)

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas, líquido dos efeitos de PIS e Cofins. Aos montantes de ativo por direito de uso também são adicionados pagamentos antecipados de arrendamentos, provisões para restauração de lojas, e são deduzidos incentivos recebidos de arrendadores. Os valores de pagamentos especificamente variáveis são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início do contrato, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa de juros real (sem inflação) equivalente ao que o arrendatário teria ao contratar um empréstimo por prazo semelhante e com garantia semelhante.

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na Lei nº 8.245 (Lei do Inquilinato), que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

passadas referente ao sucesso da Companhia na renovação de seus contratos. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

Provisão para perda dos estoques

A provisão para perda dos estoques é estimada com base nas perdas históricas da Empresa, computadas por meio de inventários físicos realizados ao menos anualmente. Também são constituídas provisões para mercadorias consideradas de baixa movimentação, baseadas na idade do estoque.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais (leasing), ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

(iv) Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas informações financeiras intermediárias relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

(b) Natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Em 2018 a Companhia retomou os investimentos em expansão através de aberturas de novas lojas. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram investidos R\$ 24,1 milhões na abertura de novas lojas, o que representa 10,1% do total de investimentos no período. A Companhia ainda investiu R\$ 132,1 milhões, ou 55,1% do total, na reforma de lojas para o novo conceito e na manutenção de lojas. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram inauguradas 4 lojas e realizadas reformas para o novo conceito em 60 lojas.

Em 2019, a Companhia pretende continuar com os seus planos de expansão e reformas. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 a Companhia investiu R\$25,6 milhões na abertura de lojas novas, o que representa 16,2% do total de investimentos no período. A Companhia ainda investiu R\$ 73,3 milhões, ou 46,3% do total, na reforma de lojas para o novo conceito e na manutenção de lojas. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foram inauguradas 4 lojas e realizadas reformas para o novo conceito em 38 lojas.

A Companhia também pretende seguir avançando com a nossa ambição digital. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 a Companhia investiu R\$ 4,6 milhões nas iniciativas associadas à estratégia *omnichannel*, o que representa 2,9% do total de investimentos no período. Também foram investidos R\$ 5,6 milhões no projeto de implantação da tecnologia de RFID (Radio Frequency Identification) e R\$ 5,3 milhões na aquisição de sorter e na automação de processos para implementação abastecimento por item (sku), que juntos representam 6,6% do total de investimentos no período.

Além disso, a Companhia pretende continuar realizando investimentos em tecnologia, incluindo novos equipamentos, softwares e infraestrutura e em sua estrutura atual, por meio de manutenções preventivas e modernizações das suas instalações e equipamentos.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Nos três últimos exercícios sociais e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) captação de empréstimos com partes relacionadas.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de investimentos, sempre preservando o perfil adequado da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o eventual acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

10.8 - Plano de Negócios

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

A Companhia não possui informações a prestar sobre despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

(a) Objeto da projeção

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

(b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

(c) Premissas da projeção

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

(d) Objeto e valores da projeção

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

(a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

(b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

(c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

A estrutura administrativa da Companhia é constituída por (i) Conselho de Administração, (ii) Diretoria, e (iii) Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos; podendo, ainda, instalar Conselho Fiscal. Abaixo, apresentamos suas atribuições:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 9 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral ("Conselheiros"), com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei ou pelo Estatuto Social. O estatuto social estabelece as seguintes atribuições ao Conselho de Administração:

- (a) definir as políticas e fixar as estratégias orçamentárias para a condução dos negócios, bem como liderar a implementação da estratégia de crescimento e orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) aprovar o orçamento anual, o plano de negócios, bem como quaisquer planos de estratégia, de investimento, anuais e/ou plurianuais, e projetos de expansão da Companhia e o organograma de cargos e salários para a Diretoria e para os cargos gerenciais;
- (c) aprovar orçamento da área de auditoria interna, e dos demais comitês de assessoramento, se e quando instaurados;
- (d) eleger e destituir os Diretores da Companhia;
- (e) definir o número de cargos a serem preenchidos na Diretoria da Companhia, eleger seus Diretores, bem como atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados no Estatuto Social;
- (f) avaliar o desempenho do Diretor Presidente e apreciar as avaliações de desempenho dos demais membros da Diretoria;
- (g) criar e alterar as competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos órgãos de administração da Companhia, incluindo seus comitês de assessoramento;
- (h) distribuir a remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os Diretores e Conselheiros;
- (i) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;
- (j) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (k) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
- (l) escolher e destituir os auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;
- (m) apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- (n) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral;
- (o) aprovar a proposta da administração de distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais;
- (p) autorizar a emissão de ações e bônus de subscrição da Companhia, nos limites autorizados no Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, e deliberar, dentro dos limites do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em valor do capital social ou em número de ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos estabelecidos em lei;
- (q) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
- (r) outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral;
- (s) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, bem como sobre a emissão de *commercial papers*, notas promissórias, *bonds*, *notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;
- (t) aprovar a criação de ônus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros por obrigações da própria Companhia e de suas controladas e coligadas, ressalvado o disposto no Estatuto Social, e os contratos de financiamentos celebrados com o propósito de aquisição de bens móveis referentes a equipamentos operacionais, nos quais a garantia recaia sobre os respectivos bens adquiridos;
- (u) deliberar sobre a alienação, venda, locação, doação ou oneração, direta ou indiretamente, a qualquer título e por qualquer valor, de participações societárias detidas pela Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (v) aprovar qualquer aquisição ou alienação de bens ou direitos do ativo permanente, não prevista no orçamento anual, envolvendo um valor de mercado superior a 10% (dez por cento) do ativo não circulante da Companhia;
- (w) aprovar toda e qualquer operação ou conjunto de operações celebrados com partes relacionadas da Companhia cujo valor seja igual ou superior a 1% (um por cento) da receita líquida da Companhia apurado no fim do exercício social imediatamente anterior;
- (x) apresentar à Assembleia Geral proposta de distribuição de participação nos lucros anuais aos empregados e aos administradores;
- (y) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- (z) aprovar os regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando ao: (a) Código de Ética; (b) Política de Remuneração; (c) Política de Indicação e Preenchimento de Cargos de Conselho de Administração, comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (c) Política de Gerenciamento de Riscos; (d) Política de Transações com Partes Relacionadas; (e) Política de Negociação de Valores Mobiliários; e (f) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante; e
- (aa) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado.

Cabe também ao Conselho de Administração criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia, sendo de sua competência a aprovação do regimento interno dos comitês ou grupos de trabalho eventualmente criados, bem como a eleição dos membros.

Ainda, de acordo com o regimento interno do Conselho de Administração, compete-lhe o seguinte:

- (a) estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios sociais da Companhia;
- (b) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras da Companhia e examinar os balancetes mensais;
- (c) deliberar, dentro dos limites do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em valor do capital social ou em número de ações, bem como (i) a oportunidade da emissão; (ii) a época e as condições de vencimento, amortização e resgate; (iii) a época e as condições do pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso, se houver; e (iv) o modo de subscrição ou colocação, e o tipo das debêntures;
- (d) aprovar aumentos de capital dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (e) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, no qual se manifestará, ao menos: (i) sobre a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; e
- (f) nomear os auditores independentes da Companhia.

Diretoria

A Diretoria será composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 9 (nove) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração ("Diretores"), sendo designados (i) um Diretor Presidente, e (ii) um Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores, sendo os demais diretores sem designação específica, sendo permitida a acumulação de mais de uma função.

Compete à Diretoria, nos termos do Estatuto Social da Companhia:

- (a) zelar pela observância da lei, do Estatuto Social e pelo cumprimento das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- (b) abrir, transferir e extinguir filiais, em qualquer localidade do País ou do exterior;
- (c) criar e extinguir subsidiárias, em qualquer localidade do País ou do exterior;
- (d) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o relatório da administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;
- (e) submeter ao Conselho de Administração orçamento anual;
- (f) apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e suas controladas; e
- (g) autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de suas controladas e/ou subsidiárias integrais, cujo valor seja de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para os quais não será necessária a autorização, sendo expressamente vedada a outorga de garantias a obrigações de terceiros e prestação de aval ou fiança em benefício de terceiros.

As atribuições específicas dos diretores podem ser consultadas no item "b" abaixo.

Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos

As informações sobre o Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos podem ser consultadas no item "a.ii" abaixo.

Conselho Fiscal

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição ("Conselheiros Fiscais"). O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. O Conselho Fiscal não possui regimento interno e, uma vez instalado, terá a competência disposta na legislação aplicável.

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos possuem regimentos internos próprios, devidamente aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de outubro de 2019.

Os regimentos citados acima podem ser consultados no site da Companhia: www.ri.cea.com.br.

A Diretoria e o Conselho Fiscal, por sua vez, não possuem regimento interno.

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia possui um Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos estatutário, instituído em reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de outubro de 2019, que é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, eleitos pela maioria simples do Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) membro será conselheiro independente e que ao menos 1 (um) membro tenha reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, sendo que o mesmo membro do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos pode acumular ambas as características.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, compete ao Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos, dentre outras matérias:

- (a) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (d) avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia;
- (e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas; e

- (f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Ainda, de acordo com o regimento interno do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos, compete-lhe o seguinte:

- (a) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a "Política de Gerenciamento de Riscos da C&A Modas S.A.", e
- (e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher, avaliar e destituir esses auditores. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para a confiabilidade desses dados.

Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, compete ao Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos, nos termos de seu regimento interno, supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes, bem como opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A Diretoria será composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 9 (nove) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração ("Diretores"), sendo designados (i) um Diretor Presidente, e (ii) um Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores, sendo os demais diretores sem designação específica, sendo permitida a acumulação de mais de uma função.

A Diretoria não possui regimento interno próprio.

Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele atribuídos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, bem como: (a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (b) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria; (c) propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição; (d) coordenar a política de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de marketing da Companhia; (e) anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; e (f) administrar os assuntos de caráter societário em geral.

Compete ao Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração: (a) auxiliar o Diretor Presidente na coordenação da ação dos Diretores e direção da execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia; (b) substituir o Diretor Presidente em caso de ausência ou afastamento temporário deste, hipótese em que lhe incumbirá as funções, atribuições e poderes àquele cometidos pelo Conselho de Administração, bem como as atribuições indicadas no Estatuto Social; (c) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia; (d) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; (e) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária; (f) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; (g) prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e (h) manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM.

Os diretores sem designação específica não possuem atribuições específicas.

Ocorrendo vacância na Diretoria, compete à Diretoria como colegiado indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, que deve ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após tal vacância, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Todos os atos e documentos que importem responsabilidade ou obrigação da Companhia, tais como contratos, escrituras de qualquer natureza, cheques, promissórias, letras de câmbio, ordens de pagamento e outras movimentações financeiras, empréstimos, financiamentos e títulos de dívida

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

em geral, serão obrigatoriamente assinados por (a) dois diretores em conjunto; (b) um diretor em conjunto com um procurador; ou (c) por dois procuradores, em conjunto, desde que investidos de poderes especiais por meio de instrumento próprio de procuração.

Adicionalmente, a Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador, nas seguintes hipóteses: (a) quando se tratar de contratos em geral, no valor total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e de contratos de trabalho, inclusive contrato de trabalho de jovem aprendiz; e (b) quando se tratar de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas, sociedades de economia mista, Secretaria da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, Juntas Comerciais, todas as repartições judiciais, em qualquer instância, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores e outros de idêntica natureza.

A representação da Companhia em juízo, ativa ou passivamente e perante repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, compete a qualquer diretor da Companhia, bem como a procuradores nomeados pela Companhia.

As procurações outorgadas em nome da Companhia o serão sempre pelos diretores, observado o Estatuto Social, e deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado a até 1 (um) ano.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

O Conselho Fiscal da Companhia é de caráter não permanente e, até a data deste Formulário de Referência, ainda não havia sido instalado. O Conselho Fiscal não possui regimento interno.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Conselho de Administração e Diretoria

Com o objetivo de aprimorar continuamente a efetividade dos órgãos de administração da Companhia, auxiliando os próprios Conselheiros a analisarem suas contribuições bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho de Administração realizará, no mínimo a cada 1 (um) ano, a avaliação formal do desempenho do próprio conselho, como órgão colegiado, e de seus comitês de assessoramento. Adicionalmente, os Diretores também serão avaliados, individualmente, pelo Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Estará elegível para participar do processo de avaliação como avaliador ou avaliado, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria que estiverem na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação.

A condução do processo de avaliação do Conselho de Administração e da Diretoria é de responsabilidade do Presidente do Conselho. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho, dos Conselheiros e dos Diretores serão divulgados a todos os membros do Conselho, sendo certo que os resultados das avaliações: (i) individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão e ao Presidente do Conselho; (ii) do Presidente do Conselho e dos Diretores serão também disponibilizados a todos os Conselheiros; e (iii) de cada Conselheiro e do Presidente do Conselho serão discutidos em sessões de feedback individuais.

Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos

Com o objetivo de aumentar continuamente a sua efetividade, o Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos deverá realizar, no mínimo, a cada 1 (um) ano, a sua autoavaliação e a avaliação do seu processo de funcionamento e a individual de seus membros.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o membro do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação.

O processo de avaliação é de responsabilidade do Coordenador do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos. Os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados a todos os membros do Comitê e do Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, Coordenador do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos e ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Em relação à metodologia adotada, o processo de avaliação consiste na avaliação do Conselho de Administração e dos comitês de assessoramento enquanto órgãos colegiados.

O processo de avaliação é estruturado levando em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração e dos comitês de assessoramento, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho serão divulgados a todos os membros do Conselho e ao Diretor Presidente. Os resultados são utilizados pela Companhia para identificar os pontos fortes e os pontos que devem ser melhorados por cada um dos membros do Conselho de Administração e dos comitês de assessoramento, o que possibilita o aprimoramento do funcionamento destes órgãos.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Poderá ser contratada empresa de consultoria para assessorar com o processo de avaliação. Até a data deste Formulário de Referência, tais serviços de assessoria externa não haviam sido contratados.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(a) Prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação, do qual constará local, data e hora da assembleia e a respectiva ordem do dia. Caso a assembleia geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de oito dias, conforme o estatuto social da Companhia aprovado na Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 2 de outubro de 2019 e o Artigo 124, §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

(b) Competências

Compete exclusivamente aos acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral, além das matérias previstas na Lei das Sociedades por Ações, deliberar sobre as seguintes matérias:

- (a) reformar o Estatuto Social;
- (b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, bem como definir o número de cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração da Companhia;
- (c) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- (d) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, sobre a eleição e destituição de liquidantes, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;
- (e) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;
- (f) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (g) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (h) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- (i) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- (j) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, que excedam o dividendo obrigatório estabelecido no Estatuto Social de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais;
- (k) deliberar sobre aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva a recompra, resgate ou amortização de ações, em conformidade com as disposições do Estatuto Social;
- (l) observadas as competências do Conselho de Administração dispostas no Estatuto Social, deliberar sobre qualquer emissão de ações ou títulos conversíveis em ações; e
- (m) dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado.

Além das atribuições acima, a Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive o de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária.

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço Eletrônico: www.ri.cea.com.br

Endereço Físico: Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville, cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06455-000.

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a "Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse" da Companhia ("Política"), que foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de outubro de 2019, os potenciais conflitos de interesse são aqueles nos quais os objetivos pessoais dos tomadores de decisão, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos objetivos da Companhia em matérias específicas.

Tendo em vista o potencial conflito de interesses nestas situações, a Companhia busca assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus acionistas, administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionadas, sejam tomadas com total lisura, respeitando o interesse da Companhia.

Nas situações em que as transações com partes relacionadas necessitem de aprovação nos termos da referida Política, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações.

Caso alguma pessoa em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

fazê-lo. A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e a da Política, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração.

Adicionalmente, vale destacar que, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os conflitos de interesse são identificados e administrados pelos administradores, cumprindo-lhes cientificar aos demais administradores presentes à Reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria o seu impedimento e fazendo consignar em ata a natureza e a extensão do seu interesse. Não se admite o voto de acionista que tenha interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, conforme vedação estabelecida na legislação brasileira.

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Os acionistas poderão fazer-se representar nas assembleias gerais por procuradores constituídos há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar, preferencialmente com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, para melhor organização da Companhia: (i) um documento de identidade, caso o acionista seja pessoa física; (ii) os atos societários pertinentes que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja pessoa jurídica; (iii) comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à Assembleia Geral; e, se for o caso, (iv) procuração, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

A qualidade de acionista deve ser comprovada mediante exibição de documentos hábeis previstos na lei. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

A Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico desde que na data da Assembleia sejam apresentados os documentos originais. Não há prazo prévio para depósito do instrumento de mandato.

(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

À luz da Instrução CVM nº 561, de 7 de abril de 2015, conforme alterada, a Companhia adotará a possibilidade do seu acionista exercer o direito de voto à distância a partir da concessão de seu registro, pela CVM, como companhia aberta na categoria "A".

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Segundo o Art. 21-B da Instrução CVM 481, o boletim de voto à distância será recebido até 7 (sete) dias antes da assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notariação ou consularização.

(h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto a distância ou de participação a distância próprio, porém utilizará as prerrogativas da Instrução CVM 561 para viabilizar o processo de voto a distância.

(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Conforme previsto no art. 21-L da Instrução CVM nº 481/09 ("ICVM 481"), acionistas que representem os percentuais mínimos estabelecidos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II da ICVM 481 poderão solicitar, respectivamente, a inclusão no boletim de voto a distância de (i) candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal da Companhia, sempre que convocada assembleia geral para sua eleição sujeita ao procedimento de voto a distância, conforme §1º do art. 21-A, ou (ii) propostas de deliberação para as assembleias gerais ordinárias da Companhia.

As solicitações de inclusão descritas acima deverão ser recebidas pelo Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia (i) na hipótese de assembleia geral ordinária, entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 25 dias antes da data prevista para sua realização, conforme divulgada no Calendário de Eventos Corporativos da Companhia; ou (ii) na hipótese de assembleia geral extraordinária convocada para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal, entre o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação da referida assembleia geral e até 45 dias antes da data de realização da assembleia, hipótese em que a administração da Companhia comunicará ao mercado a data de realização da respectiva assembleia geral, ainda que em caráter provisório, bem como o prazo para a inclusão de candidatos no boletim de voto a distância.

Toda e qualquer solicitação de inclusão de propostas ou candidatos no boletim de voto a distância, conforme descritas acima, deverão observar os requisitos legais aplicáveis, bem como o disposto nos artigos 21-L e 21-M da ICVM 481 e deverão ser enviadas aos seguintes endereços, físicos e eletrônicos: Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville, cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06455-000, e ri@cea.com.br, aos cuidados da Gerência de Relações com Investidores.

(j) Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

assembleias

A Companhia não mantém fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância para as Assembleias Gerais da Companhia.

A Companhia mantém uma área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas dos seus acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às assembleias. O contato pode ser feito pelo e-mail ri@cea.com.br.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano, ao final de cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, ressalvados os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento, fax ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

Independentemente das formalidades previstas no Estatuto Social, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros e, em segunda convocação, por qualquer número.

No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o respectivo membro do Conselho de Administração poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito por meio de delegação feita em favor de outro conselheiro, por meio de voto escrito antecipado, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado.

Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado, para completar o respectivo mandato, pelos demais membros do Conselho de Administração. Para os fins deste parágrafo, ocorre vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado ou invalidez.

As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida gravação das mesmas. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

No último exercício social, a Companhia era constituída sob a forma de sociedade limitada, de modo que não há informações a apresentar sobre o número de reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas em tal exercício.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Na data deste Formulário de Referência, nenhum dos acionistas da Companhia são signatários de Acordo de Acionistas, portanto, não há qualquer restrição ou vinculação de direito de voto dos membros do Conselho de Administração.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Os membros do Conselho de Administração devem respeitar as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.

Adicionalmente, de acordo com a "Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesses" da Companhia ("Política"), nas situações em que as transações com partes relacionadas necessitem de aprovação nos termos de referida Política, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações.

Caso alguma pessoa em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e à Política, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração.

Para maiores detalhes, vide item 16.3 deste Formulário de Referência.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma "Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária" ("Política"), que foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração ser realizada em 2 de outubro de 2019. A Política está disponível para consulta no website da Companhia: www.ri.cea.com.br.

ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 9 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) deles, o que for maior, deverão ser "Conselheiros Independentes", conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Conselheiros Independentes ser deliberada na assembleia geral de acionistas que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º e artigo 239 da Lei das Sociedades por Ações.

A indicação de membros do Conselho de Administração da Companhia deverá obedecer aos seguintes critérios, além dos requisitos legais, regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia:

- (a) alinhamento e comprometimento com os valores e à cultura da Companhia, seu Código de Ética e suas políticas internas;
- (b) reputação ilibada;
- (c) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração ou experiência profissional mínima, tendo exercido funções similares àquelas a serem desempenhadas em seu mandato de Conselheiro ou tendo reunido capacidades e experiências que sejam do interesse da Companhia no momento de sua indicação;
- (d) estar isento de conflito de interesse com a Companhia; e
- (e) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do conselho e da leitura prévia da documentação.

A indicação dos membros para composição do Conselho de Administração poderá ser feita pela administração ou por qualquer acionista da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O acionista que desejar indicar candidatos para o Conselho de Administração poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação dos candidatos em até 30 (trinta) dias antes da realização da assembleia geral de acionistas que elegerá o novo Conselho de Administração da Companhia.

Além disso, deverão ser seguidas as disposições presentes nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002 ("Instrução CVM 367"). Assim, tendo sido correspondido aos preceitos legais e da Política, será verificado pela Diretoria da Companhia e, caso cumpridos, o nome do candidato será posto em votação em assembleia geral de acionistas da Companhia. A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia será realizada conforme previsto no Estatuto Social e na legislação aplicável.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no estatuto social, nas disposições na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Sanções e do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento		Orgão administração	Data da eleição		Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
	Profissão			Cargo eletivo ocupado	Data de posse		
Outros cargos e funções exercidas no emissor							
Francislei Cassio Donatti	30/06/1966		Pertence apenas à Diretoria	28/08/2019	2 anos	0	
137.942.248-50	Economista		19 - Outros Diretores	28/08/2019	Sim	0.00%	
O Sr. Donatti é Diretor sem designação específica da Companhia							
Fernando Garcia Bossi	29/08/1976		Pertence apenas à Diretoria	28/08/2019	2 anos	0	
214.387.588-63	Engenheiro		19 - Outros Diretores	28/08/2019	Sim	0.00%	
O Sr. Bossi é Diretor sem designação específica da Companhia							
Milton Lucato Filho	27/02/1963		Pertence apenas à Diretoria	28/08/2019	2 anos	0	
042.878.958-78	Administrador de empresas		12 - Diretor de Relações com Investidores	28/08/2019	Sim	0.00%	
O Sr. Lucato é Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores							
Márcia Cristina Lucena do Nascimento	01/08/1963		Pertence apenas à Diretoria	28/08/2019	2 anos	0	
046.218.178-25	Assistente social		19 - Outros Diretores	28/08/2019	Sim	0.00%	
A Sr. Costa é Diretora sem designação específica da Companhia							
Petrus Johannes Zegger	03/07/1961		Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/08/2019	2 anos	0	
000.000.000-00	Administrador de empresas		22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/08/2019	Sim	100.00%	
Passaporte: NVCCDD7391							
O Sr. Petrus é membro do Conselho de Administração da Companhia e membro do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos							
Luiz Antônio de Moraes Carvalho	19/04/1946		Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/10/2019	2 anos	0	
276.931.558-72	Engenheiro		20 - Presidente do Conselho de Administração	03/10/2019	Sim	100.00%	

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento		Orgão administração	Data da eleição		Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos	
	Profissão			Cargo eletivo ocupado	Data de posse		Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor								
German Pasquale Quiroga Vilardo	25/10/1967		Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/10/2019	2 anos	0		
009.943.227-71	Engenheiro		27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	03/10/2019	Sim	100.00%		
<hr/>								
Thilo Mannheimardt	27/08/1954		Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/10/2019	2 anos	0		
050.114.298-30	Engenheiro		27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	03/10/2019	Sim	100.00%		
O Sr. Thilo é coordenador do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e membro independente do Conselho de Administração								
Paulo Correa Junior	06/01/1965		Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	28/08/2019	2 anos	0		
926.420.477-68	Engenheiro		33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	28/08/2019	Sim	100.00%		
O Sr. Paulo Correa é Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração da Companhia.								
Experiência profissional / Critérios de Independência								
Francislei Cassio Donatti - 137.942.248-50								
O Sr. Donatti é economista formado pela Universidade Anchieta. O Sr. Donatti trabalha na Companhia há 25 anos, sendo que começou quando ainda era estagiário. Se tornou chefe de compras em 2006 e diretor comercial em 2015, tendo antes passado pela Vulcabrás e pela Editora Abril.								
O Sr. Francislei Cassio Donatti não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.								
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.								
Fernando Garcia Brossi - 214.387.588-63								
O Sr. Fernando é formado em engenharia elétrica pelo Instituto Mauá de Tecnologia. Trabalhou por cinco anos (2000-2006) no Banco Citibank, onde desempenhou a função de coordenador de risco de crédito. Posteriormente, foi superintendente de cartões do Banco Ibi, entre 2006 e 2009. Em 2009, se tornou gerente sênior da Companhia, em 2012 se tornou diretor de supply chain e, desde 2018, é Diretor responsável pelo Varejo/comercial da Companhia.								
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.								
Milton Lucato Filho - 042.878.958-78								

O Sr. Milton é administrador de empresas formado pelo IMES e contador formado pela Universidade Tiberiáçã. Já trabalhou como auditor na PWC, entre 1987 e 1994; como controlador de negócios da Fibra DuPont entre 1994 e 1997; como CFO da Outdoor Sports entre 1998 e 1999; como CFO da Philips Consumer Lifestyle entre 1999 e 2002; como diretor administrativo e financeiro da Gradiente entre 2002 e 2006; e, finalmente, como Diretor Financeiro da Companhia desde 2006.

O Sr. Milton Lucato Filho é membro do Comitê de Investimento do Instituto C&A e é responsável pelos investimentos do Instituto.
Declarar que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Márcia Cristina Lucena do Nascimento - 046.218.178-25

A Sra. Márcia é assistente social, com MBA em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Sua ampla experiência conta com passagens pelo Banco Itaú, onde foi coordenadora de RH entre 1983 e 1986; pela Bayer, onde foi gestora de desenvolvimento de RH entre 1986 e 1993; pela Antas Consultoria, onde foi consultora de RH entre 1994 e 1999; pelo McDonalds, onde foi diretora de RH entre 1999 e 2006; pela Alparagas, onde foi diretora de RH entre 2006 e 2012; e, por fim, pela Companhia, onde trabalha como Diretora de RH e Sustentabilidade desde 2012.

A Sra. Márcia Costa é responsável pelos investimentos do Instituto C&A e membro do Comitê de Investimentos do Instituto.
Declarar que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Petrus Johannes Zegger - 000.000.000-00

Passaporte: NVCCDD7391

O

O Sr. Petrus completou, em 1979, sua educação em nível superior ("WVO - Voorbereidend Wetenschappelijk Onderwijs") no St. Jacobus College, em Enschede, na Holanda. Em 1985, completou seu MBA na Rijks Universiteit, em Groningen na Holanda, e seu Pós-Doutorado, em 1991, na Vrije Universiteit, em Amsterdam. No período de janeiro de 2011 a fevereiro de 2014, atuou como Vice-Presidente de Tesouraria & Seguros da Unilever em Schaffhausen, na Suíça, e, em seguida, de abril de 2014 a fevereiro de 2017, passou a integrar o corpo de colaboradores da COFRA Holding, em Zug na Suíça, com o cargo de Head de Pensões & Seguros. Desde março de 2017, ele atua como Head da área financeira da COFRA Holding. Além disso, ao longo de sua carreira, já atuou como membro do Comitê de Supervisão de diversos fundos de pensão como, o APG Group e Unilever pension Fund Progress.

O Sr. Petrus Johannes Zegger declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

O Sr. Zegger não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor e é associado ao Instituto Brasileiro dos Executivos de Finanças – IBEF Rio de Janeiro desde 01/07/2017.

Declarar que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Antônio de Moraes Carvalho - 276.931.558-72

O Sr. Luiz Antonio de Moraes Carvalho é formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP em 1969. Possui sólida experiência profissional de mais de 45 anos dos quais 30 no Grupo COFRA, atuando na Administração Geral de Operações de Varejo, de Crédito ao Consumidor e Real Estate. Tem excelentes conhecimentos de Planejamento, Finanças, Tecnologia, Recursos Humanos, Comportamento do Consumidor e Marketing.

Nos últimos 5 anos como Executivo exerceu a posição de Executive Chairman da Divisão Latino-americana do Grupo COFRA, onde ele foi responsável por suas operações no Brasil, Argentina e México. Sua carreira no Grupo se iniciou em 1978 como Controller, assumindo uma posição de membro do Executive Board dois anos mais tarde. A partir de 01 de setembro de 2006, Luiz Antonio passou a desempenhar funções não-executivas, como Membro de Conselhos e Comitês, atuando em distintos órgãos de governança corporativa na América Latina, Europa e China. Atualmente, é membro independente do Conselho de Administração da Kroton Educacional S.A.

O Sr. Luiz Antonio de Moraes Carvalho declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

Declarar que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Germán Pasquale Quiroga Vilardo - 009.943.227-71

É formado em engenharia eletrônica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e mestrado em sistemas digitais pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. No passado, foi fundador e CEO da TV1.com, fundador, CIO e CMO da Americanas.com, CIO e CMO da Cyrela Brasil Realty e fundador, CEO e membro do Conselho de Administração do Pontofrio.com, e-plataforma, e-hub, Nova Pontocom e Cnova, tendo nesta última, liderado o IPO da empresa na NASDAQ. Atualmente é vice-presidente do Conselho de Administração da Totvs, vice-presidente do Conselho de Administração da Camara-E.net e ocupa posição de membro do Conselho de Administração da Sequoia, da Abrarec, e da Fecomércio.

Nenhuma das sociedades acima referida integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha, na Companhia, participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento).

O Sr. Germán Pasquale Quiroga Vilardo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declarar que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

Thilo Mannhardt - 050.114.298-30

O Sr. Thilo Mannhardt se formou, no começo da década de 1980, em engenharia aeronáutica, e completou seu Phd em engenharia de sistemas. Atuou como Diretor Presidente da Ultrapar Participações S.A. (sociedade de participação com atuação em varejo e distribuição especializada, especialidades químicas e armazenagem para grânéis líquidos) de 2013 até outubro de 2017, bem como Membro do Conselho de Administração de 2011 a 2012. Ainda, no mesmo grupo econômico, atuou, de 2013 a 2017, como Presidente do Conselho de Administração da Cia. Ultragaz S.A. (setor de distribuição de GLP), da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (neste caso de 2014 a 2017, no setor de distribuição e varejo farmacêutico), do Terminal Químico de Aratu S.A. (armazenagem para grânéis líquidos), e da Melamina Ultra S.A. (indústria química), bem como Diretor Presidente da Ultracargo Operações Logísticas e Participações Ltda., e Diretor Superintendente da Imaven Imóveis Ltda.

Desde junho de 2018, é executivo sênior na Victoria Capital Partners LP (gestora de investimentos independente com foco em Private Equity na América do Sul). Além disso, foi sócio sênior e diretor da McKinsey & Comp., Inc, de 1985 a 2012 (companhia no setor de consultoria empresarial); e, atualmente, faz parte do Conselho Consultivo na Fundação OSESP (Instituição sem fins lucrativos para a manutenção e desenvolvimento da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo) e do Conselho Deliberativo do MASP (Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand).

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Paulo Correa Junior - 926.420.477-68

O Sr. Paulo é engenheiro de produção, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com MBA em administração de empresas em Duke. Foi consultor sênior da McKinsey entre 2001 e 2003; diretor da Xerox entre 2003 e 2004 e trabalha na Companhia desde 2004, onde já foi diretor e vice-presidente, ocupou o cargo de Diretor Comercial entre 2008 e 2014 e assumiu o cargo de Diretor Presidente em 2015.

O Sr. Paulo é membro do Comitê de Investimentos do Instituto C&A.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Francislei Cassio Donatti - 137.942.248-50	N/A
Fernando Garcia Brossi - 214.387.588-63	N/A
Milton Lucato Filho - 042.878.958-78	N/A
Márcia Cristina Lucena do Nascimento - 046.218.178-25	N/A
Petrus Johannes Zegger - 000.000.000-00	N/A
Luiz Antônio de Moraes Carvalho - 276.931.558-72	N/A
Germán Pasquale Quiroga Vilardo - 009.943.227-71	N/A
Thilo Mannhardt - 050.114.298-30	N/A
Paulo Correa Junior - 926.420.477-68	N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Petrus Johannes Zegger	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	03/07/1961	03/10/2019	1 ano
000.000.000-00	Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos	Administrador de empresas		03/10/2019	0	100.00%
O Sr. Petrus é membro do Conselho de Administração da Companhia e membro do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos.						
Tereza Cristina Grossi Togni	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	25/01/1949	03/10/2019	1 ano
163.170.686-15	Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos	Administradora de Empresas e Bacharel em Ciências Contábeis		03/10/2019	0	100.00%
O Sr. Thilo é coordenador do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e membro independente do Conselho de Administração.						
Thilo Mannhardt	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Presidente do Comitê	27/08/1954	03/10/2019	1 ano
050.114.298-30	Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos	Engenheiro		03/10/2019	0	100.00%

Experiência profissional / Critérios de Independência

Petrus Johannes Zegger - 000.000.000-00

Petrus Johannes Zegger – Passaporte: NVCDD7391

O Sr. Petrus completou, em 1979, sua educação em nível superior (“WVO - Voorbereidend Wetenschappelijk Onderwijs”) no St. Jacobus College, em Enschede, na Holanda. Em 1985, completou seu MBA na Rijks Universiteit, em Groningen na Holanda, e seu Pós-Doutorado, em 1991, na Vrije Universiteit, em Amsterdam. No período de janeiro de 2011 a fevereiro de 2014, atuou como Vice-Presidente de Tesouraria & Seguros da Unilever em Schaffhausen, na Suíça, e, em seguida, de abril de 2014 a fevereiro de 2017, passou a integrar o corpo de colaboradores da COFRA Holding, em Zug na Suíça, com o cargo de Head de Pensões & Seguros. Desde março de 2017, ele atua como Head da área financeira da COFRA Holding. Além disso, já atuou como membro do Comitê de Supervisão de diversos fundos de pensão como, o APG Group e Unilever pension Fund Progress.

O Sr. Petrus Johannes Zegger declarou à Companhia que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável.

O Sr. Zegger não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor e é associado ao Instituto Brasileiro dos Executivos de Finanças – IBEF Rio de Janeiro desde 01/07/2017.

Declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Tereza Cristina Grossi Togni - 163.170.686-15

A Sra. Tereza Grossi é bacharel em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Minas Gerais em 1977 e possui especializações tanto na Suíça, quanto nos Estados Unidos. É Presidente do Conselho Fiscal da Itauisa - Investimentos Itau S.A. desde maio de 2011, e atuou como Coordenadora do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos da Itautec S.A. - Grupo Itautec de setembro de 2010 a fevereiro de 2015 e do Comitê de Divulgação de maio de 2011 a janeiro de 2015. Ainda, é Membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos da Duratex S.A. (companhia no setor de construção civil, material de construção e decoração) desde abril de 2012, tendo sido Presidente de abril de 2012 a maio de 2019, e Especialista desde junho de 2012. Ademais, atua na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão como Membro do Conselho Fiscal desde maio de 2019, Membro do Comitê de Auditoria de maio de 2009 a abril de 2019, tendo sido Coordenadora de maio de 2012 a abril de 2013. É Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Terra Santa Agro S.A desde maio/2018, e Membro do Comitê de Auditoria e de Partes Relacionadas da CVC Corp - desde março/2017. Na Companhia, a Sra. Tereza Grossi atua como membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos. Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Thilo Mannhardt - 050.114.298-30

O Sr. Thilo Mannhardt se formou, no começo da década de 1980, em engenharia aeronáutica, e completou seu Phd em engenharia de sistemas. Atuou como Diretor Presidente da Ultrapar Participações S.A. (sociedade de participação com atuação em varejo e distribuição especializada, especialidades químicas e armazenagem para grãos líquidos) de 2013 até outubro de 2017, bem como Membro do Conselho de Administração de 2011 a 2012. Ainda, no mesmo grupo econômico, atuou, de 2013 a 2017, como Presidente do Conselho de Administração da Cia. Ultragaz S.A. (setor de distribuição de GLP), da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (neste caso de 2014 a 2017, no setor de distribuição e varejo farmacêutico), do Terminal Químico de Aratu S.A. (armazenagem para grãos líquidos), e da Melamina Ultra S.A. (Indústria química), bem como Diretor Presidente da Ultracargo Operações Logísticas e Participações Ltda., e Diretor Superintendente da Imaven Imóveis Ltda. Desde junho de 2018, é executivo sênior na Victoria Capital Partners LP (gestora de investimentos independente com foco em Private Equity na América do Sul). Além disso, foi sócio sênior e diretor da McKinsey & Comp., Inc, de 1985 a 2012 (companhia no setor de consultoria empresarial), e, atualmente, faz parte do Conselho Consultivo na Fundação OSEP (Instituição sem fins lucrativos para a manutenção e desenvolvimento da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo) e do Conselho Deliberativo do MASP (Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand). Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Petrus Johannes Zegger - 000.000.000-00
N/A	N/A
N/A	Tereza Cristina Grossi Togni - 163.170.686-15
N/A	N/A
N/A	Thilo Mannhardt - 050.114.298-30
N/A	N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há na data deste Formulário de Referência relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre administradores da Companhia e/ou entre administradores da Companhia e administradores de controladas, diretas ou indiretas da Companhia.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
-------------------------------	----------	--	----------------------------

Exercício Social 31/12/2018Administrador do Emissor

Petrus Johanners Zegger

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

COFRA Holding AG

Chefe de Finanças, Controle e Contabilidade do Grupo

Observação

Passaporte do Sr. Petrus: NVCDD7391

O

Prestação de serviço

Controlador Indireto

05.565.819/0001-10

Exercício Social 31/12/2017Administrador do Emissor

Petrus Johanners Zegger

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

COFRA Holding AG

Chefe de Finanças, Controle e Contabilidade do Grupo

Observação

Passaporte do Sr. Petrus: NVCDD7391

O

Prestação de serviço

Controlador Indireto

05.565.819/0001-10

Exercício Social 31/12/2016Administrador do Emissor

Petrus Johanners Zegger

Membro do Conselho de Administração

Prestação de serviço

Controlador Indireto

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
COFRA Holding AG	05.565.819/0001-10		
Chefe de Finanças, Controle e Contabilidade do Grupo			
<u>Observação</u>			
Passaporte do Sr. Petrus: NVCDD7391			
O			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

A Companhia oferecia seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores, cujo limite máximo de garantia é de R\$ 22.666.485,00 (vinte e dois milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais). O valor do prêmio líquido desta apólice foi de R\$ 32.277,07 (trinta e dois mil duzentos e setenta e sete reais e sete centavos) e a apólice venceu em 30 de junho de 2019. A Companhia possui nova apólice de seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores em processo de emissão, sob as mesmas condições descritas acima.

12.12 - Outras informações relevantes**I. Assembleias Gerais da Companhia**

Considerando a transformação da Companhia em sociedade por ações, realizada em 28 de agosto de 2019, apresentamos abaixo, com relação às Reuniões de Sócios da Companhia realizadas nos últimos três anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Matéria	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Reunião de Sócios	07/03/2016	Alteração do Contrato Social em razão do aumento do capital social da Companhia	100%	NÃO
Reunião de Sócios	29/04/2016	Aprovação das contas da administração refletidas no balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia	100%	NÃO
Reunião de Sócios	27/06/2016	Alteração do Contrato Social em razão do aumento do capital social da Companhia	100%	NÃO
Reunião de Sócios	30/08/2016	Alteração de Contrato Social em razão da alteração do objeto social da Companhia	100%	NÃO
Reunião de Sócios	24/11/2016	Indicação de Sophie Phelps para o cargo de membro do Conselho Consultivo	100%	NÃO
Reunião de Sócios	27/03/2017	Alteração de Contrato Social para formalizar a eleição dos administradores da Companhia	100%	NÃO
Reunião de Sócios	28/04/2017	Aprovação das contas da administração refletidas no balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia	100%	NÃO
Reunião de Sócios	17/07/2017	Alteração do Contrato Social em razão do aumento do capital social da Companhia	100%	NÃO
Reunião de Sócios	12/11/2017	Alteração do Contrato Social em razão do aumento do capital social da Companhia	100%	NÃO
Reunião de Sócios	31/12/2017	Alteração de Contrato Social em razão do aumento do capital social, por conta da incorporação da Avanti Propaganda Ltda e da Mondial Impex Ltda	100%	NÃO
Reunião de Sócios	31/12/2017	Pagamento de juros sobre capital próprio	100%	NÃO
Reunião de	27/04/2018	Aprovação das contas da administração	100%	NÃO

12.12 - Outras informações relevantes

Sócios		refletidas no balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia		
Reunião de Sócios	10/05/2018	Alteração de Contrato Social para formalizar a eleição dos administradores da Companhia	100%	NÃO
Reunião de Sócios	31/12/2018	Pagamento de juros sobre capital próprio	100%	NÃO
Reunião de Sócios	30/04/2019	Aprovação das contas da administração refletidas no balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia	100%	NÃO
Alteração Contratual e Ata de Assembleia de Transformações em Sociedade por Ações	28/08/2019	Transformação do tipo societário da Companhia de sociedade limitada para sociedade por ações, alteração da denominação social, conversão das quotas em ações ordinárias, criação do Conselho de Administração, eleição dos membros do Conselho de Administração, fixação da remuneração global anual dos membros da administração	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	02/10/2019	Aprovação da realização da Oferta, do pedido de registro de companhia aberta categoria "A" e da listagem perante a B3, do grupamento das ações e aprovação do plano de entrega de ações baseado em performance	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	02/10/2019	Aprovação da reemissão das demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 e das demonstrações financeiras referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	03/10/2019	Aprovação da eleição dos conselheiros de administração independentes	100%	NÃO

II. Informações relevantes sobre os membros da administração da Companhia

Em atendimento ao item 4.5 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, para informações relevantes acerca dos membros da administração da Companhia, incluindo eventuais cargos por eles ocupados no conselho de administração, conselho fiscal, comitês e órgãos

12.12 - Outras informações relevantes

executivos de outras sociedades e entidades, vide itens 12.5 a 12.8 deste Formulário de Referência.

MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA SEGUNDO O IBGC

O “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente, estabelecendo recomendações para a criação de melhores sistemas de governança corporativa nas organizações, visando a otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para o seu bom desempenho e longevidade.

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, tendo aderido práticas recomendadas pelo IBGC, como por exemplo vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes; conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e outros, além de experiência em participação em outros conselhos de administração; manutenção de um canal de denúncias para a apresentação de denúncias ou resolução de dilemas de ordem ética; e previsão estatutária para instalação de um conselho fiscal.

SEGMENTO DE LISTAGEM DO NOVO MERCADO

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a emitir apenas ações ordinárias; manter, no mínimo, 25% de ações do capital da Companhia em circulação; constituir um Comitê de Auditoria; aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a B3, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

Além das informações descritas acima, não há outras informações relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais subitens deste item 12.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma política de remuneração dos executivos, que foi devidamente aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 2 de outubro de 2019 ("Política").

A Política está disponível para consulta no seguinte link da rede mundial de computadores da Companhia: www.ri.cea.com.br.

A Política possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e que permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Executivos.

Além disso, o valor global máximo a ser pago aos membros do Conselho de Administração e à Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, será determinado pela assembleia geral de acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselheiros de Administração

Os Conselheiros da Companhia terão remuneração mensal, baseada na dedicação de tempo e responsabilidade das suas atribuições.

A remuneração dos Conselheiros da Companhia será revisada ao menos a cada dois anos, levando em consideração quaisquer mudanças nas atividades prestadas ou nos níveis de remuneração utilizados pelo mercado.

A Companhia poderá reembolsar despesas gastas pelos Conselheiros, com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas apenas relacionadas ao comparecimento nas reuniões do Conselho de Administração, e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro.

Como critério para o reajuste anual da remuneração dos demais órgãos da Administração, o Conselho considera: (i) meritocracia, (ii) análise da movimentação salarial apresentada pelas pesquisas de mercado realizadas anualmente por consultoria independente e especializada com empresas com filosofia de remuneração consistentes e similares, assim como concorrentes em recursos humanos.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Diretoria Executivos

Os diretores executivos da Companhia receberão um salário fixo mensal, definido de acordo com a negociação individual com cada um dos diretores executivos, orientada dentre outros fatores, por pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas independentes, principalmente envolvendo empresas de setor similar, observadas as disposições da Política.

Os diretores executivos da Companhia receberão valores a título de Participação nos Lucros e Resultados ("PLR") da Companhia, nos limites estabelecidos anualmente no plano de PLR, observada a elegibilidade de tais diretores, e, desde que sejam atingidas as metas estabelecidas no plano de PLR. Os diretores executivos da Companhia poderão ter direito ao plano de opção baseado em ações, observados os regramentos definidos no plano mencionado na Política.

Os diretores executivos da Companhia poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: (i) plano de saúde; (ii) plano odontológico; (iii) refeição; (iv) veículo; (v) check up; e (vi) pós-emprego.

O pós-emprego corresponde à previdência privada concedida pela Companhia a seus diretores executivos como complementação do método tradicional de contribuição para o INSS. Trata-se de adicional à remuneração, que serve como forma de reter os diretores e mitigar a competição do mercado.

Adicionalmente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi realizado pagamento em razão de cessação de cargo. Tal pagamento refere-se ao pagamento de obrigações legais e movimentações na estrutura da Companhia.

Membros dos Comitês

Os membros dos comitês da Companhia poderão ser elegíveis a uma remuneração fixa mensal.

Conselheiros Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia, se instalado, serão remunerados em conformidade com a legislação em vigor, portanto, dentro do valor global máximo aprovado em assembleia geral de acionistas.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

As tabelas abaixo apresentam a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de:

2018

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Pós emprego	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	58%	36%	6%	N/A	100%
Diretoria Não-Estatutária	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

2017

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Pós emprego	Cessaçao de cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	48%	31%	5%	16%	N/A	100%
Diretoria Não-Estatutária	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Pós emprego	Cessação de cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

2016

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Pós emprego	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	61%	32%	7%	N/A	100%
Diretoria Não-Estatutária	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A Assembleia Geral de Acionistas fixa a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado.

A remuneração do Conselho de Administração da Companhia será revisada ao menos a cada dois

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

anos, levando em consideração quaisquer mudanças nas atividades prestadas ou nos níveis de remuneração utilizados pelo mercado.

Como critérios para o reajuste anual da remuneração fixa dos demais órgãos da Administração, o Conselho considera: (i) meritocracia, (ii) análise da movimentação salarial apresentada pelas pesquisas de mercado realizadas anualmente por consultoria independente e especializada com empresas com filosofia de remuneração consistentes e similares, assim como concorrentes em recursos humanos.

A remuneração variável, por ser atrelada à participação nos resultados da Companhia e/ou baseada no plano de entrega de ações baseado em performance, não possui um cálculo específico, mas tendem a alinhar de maneira mais próxima a atuação dos administradores e os interesses da Companhia.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, de modo a maximizar a criação de valor ao nosso negócio, por meio de resultados consistentes e sustentáveis, tanto de médio quanto de longo prazo.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, não havia membros não remunerados.

No entanto, a partir da realização da oferta pública inicial de ações da Companhia, os membros do Conselho de Administração que exerçam outras funções na Companhia serão somente remunerados pelo exercício das outras funções, e não pelo cargo que ocupam no Conselho de Administração.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a parcela fixa da remuneração são consideradas pesquisas salariais do mercado, atreladas ao nível da responsabilidade da função exercida. Adicionalmente, é considerada a qualificação profissional para o exercício da função.

Os indicadores levados em consideração na determinação da remuneração variável fazem parte de um sistema de gestão de metas individuais e das intenções estratégicas da Companhia, que consideram os resultados corporativos e os resultados individuais.

As definições do planejamento estratégico da Companhia são consideradas na remuneração variável da Diretoria estatutária e não estatutária, englobando os resultados financeiros das respectivas áreas sob a responsabilidade dos administradores e os resultados financeiros consolidados da Companhia, como faturamento e lucratividade, bem como indicadores operacionais.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável dos diretores executivos da Companhia está vinculada às metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Tais metas e indicadores devem considerar os resultados históricos e o planejamento estratégico da Companhia.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A prática de remuneração da Companhia está estruturada para estimular os administradores a se manterem alinhados aos objetivos da organização e a buscar a realização das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. A porção fixa da remuneração busca reconhecer o valor dos cargos e contribuir para a retenção dos administradores, o que proporciona maior estabilidade e qualidade das atividades à Companhia. A porção variável proporciona compensação financeira aos Diretores conforme as metas são atingidas, visando alinhar os objetivos da empresa e dos Diretores na busca por maior eficiência e rentabilidade.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Na data deste Formulário, não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Uma vez determinada a remuneração global pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração é responsável por deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, bem como por aprovar a remuneração do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos da Companhia.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

O Conselho de Administração realiza pesquisas de mercado periódicas, com vistas a identificar os parâmetros de remuneração no segmento de atuação da Companhia e, caso necessário, contratam empresas de consultoria especializadas no tema em questão.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avaliará a adequação da Política no mínimo anualmente, de forma a verificar a aderência dela com as responsabilidades de cada administrador, com o negócio desenvolvido pela Companhia e com sua situação econômico-financeira no exercício social em questão.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 30/06/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00		10,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	500.000,00	6.596.023,83		7.096.023,83
Benefícios direto e indireto	0,00	1.104.884,57		1.104.884,57
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	3.026.279,98		3.026.279,98
Descrição de outras remunerações fixas		O montante descrito na linha "Outros" refere-se ao pagamento de encargos e a gratificação paga em 2019.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	13.500.000,00		13.500.000,00
Participação de resultados	0,00	7.868.930,88		7.868.930,88
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	823.779,00		823.779,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	20.500.000,00		20.500.000,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	500.000,00	53.419.898,26		53.919.898,26

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		4,67		4,67
Nº de membros remunerados		4,67		4,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		5.826.363,88		5.826.363,88
Benefícios direto e indireto		841.015,05		841.015,05

Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		2.689.598,29		2.689.598,29
Descrição de outras remunerações fixas		O montante descrito na linha "Outros" refere-se ao pagamento de encargos e gratificação paga em 2018.		
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		5.863.366,23		5.863.366,23
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		882.476,19		882.476,19
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação		Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração		16.102.819,64		16.102.819,64

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		4,17		4,17
Nº de membros remunerados		4,17		4,17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		4.813.362,84		4.813.362,84
Benefícios direto e indireto		657.555,81		657.555,81
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		2.153.452,42		2.153.452,42
Descrição de outras remunerações fixas		O montante descrito na linha "Outros" refere-se ao pagamento de encargos e gratificação paga em 2017.		
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		4.912.676,10		4.912.676,10

Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		728.791,33		728.791,33
Cessação do cargo		2.503.776,30		2.503.776,30
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação		Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração		15.769.614,80		15.769.614,80

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		5,00		5,00
Nº de membros remunerados		5,00		5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		5.246.282,18		5.246.282,18
Benefícios direto e indireto		703.815,73		703.815,73
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		2.189.328,34		2.189.328,34
Descrição de outras remunerações fixas		O montante descrito na linha "Outros" refere-se ao pagamento de encargos e a gratificação paga em 2016.		
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		4.324.018,54		4.324.018,54
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		868.582,43		868.582,43
Cessação do cargo		0,00		0,00

Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação		Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração		13.332.027,22		13.332.027,22

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2019)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	5	N/A	10
Nº de membros remunerados	0	5	N/A	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$13.500.000,00	N/A	R\$13.500.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R\$0,00	R\$13.500.000,00	N/A	R\$13.500.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$ 7.868.930,88	N/A	R\$ 7.868.930,88
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R\$0,00	R\$ 2.950.849,08	N/A	R\$ 2.950.849,08

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	N/A	4,67	N/A	4,67
Nº de membros remunerados	N/A	4,67	N/A	4,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Participação nos resultados				

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 7.400.638,56	N/A	R\$ 7.400.638,56
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$ 2.775.239,46	N/A	R\$ 2.775.239,46
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$ 5.863.366,23	N/A	R\$ 5.863.366,23

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	N/A	4,17	N/A	4,17
Nº de membros remunerados	N/A	4,17	N/A	4,17
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 6.938.320	N/A	R\$ 6.938.320
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$ 2.601.870	N/A	R\$ 2.601.870
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$ 4.912.676,10	N/A	R\$ 4.912.676,10

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	N/A	5	N/A	5
Nº de membros remunerados	N/A	5	N/A	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$0,00	N/A	R\$0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 6.448.000,00	N/A	R\$ 6.448.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$ 2.418.000,00	N/A	R\$ 2.418.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$ 4.324.018,54	N/A	R\$ 4.324.018,54

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(a) Termos e condições gerais

O plano de opções de ações da Companhia foi aprovado em reunião da Assembleia Geral realizada em 2 de outubro de 2019 ("Plano").

Foi delegado ao Conselho de Administração a autoridade para gerir o Plano. Nosso Conselho de Administração tem poderes para tomar todas as ações necessárias e apropriadas para a administração do Plano, incluindo: (a) aprovar e colocar em prática regras para a concessão de opções, e resolver quaisquer questões relativas à interpretação do plano (inclusive o prazo de carência ou exercício); (b) designar indivíduos que poderão participar do plano, bem como definir os termos e condições de opções e as suas modificações; (c) determinar a quantidade de opções a serem outorgadas; e (d) emitir novas ações dentro dos limites do capital autorizado ou autorizar a entrega de ações de tesouraria para satisfazer o exercício das opções.

Os termos e condições específicos do plano de compensação com base em ações são delineados em contratos individuais a serem celebrados pela Companhia e pelos beneficiários do plano.

(b) Principais objetivos do Plano

Nosso objetivo com esse Plano é criar um alinhamento entre os interesses de certos indivíduos chave e os interesses dos acionistas. Indivíduos trabalhando com a Companhia ou com uma empresa do grupo da companhia, tais quais conselheiros, diretores, empregados ou profissionais de qualquer natureza são elegíveis para o Plano. Foi delegada autoridade ao Conselho de Administração para determinar a quem deverão ser outorgadas as opções.

(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

Nosso Plano tem por objetivo compensar os esforços dos seus beneficiários para o sucesso do IPO e os contínuos esforços para a performance da Companhia.

Os modelos para o Plano são formas de motivar seus beneficiários a (i) contribuir para a boa performance e apreciação de nossas ações, já que eles se beneficiam de parte desta apreciação, e (ii) para o alcance das metas da Companhia. Adicionalmente, ao tornar integrantes chave da Companhia também em seus acionistas, incentiva-se a tomada responsável riscos, criando incentivos positivos para que não sejam tomados riscos excessivos e indesejados.

A instituição alcança os objetivos do Plano, engajando os beneficiários em estratégias de longo prazo, projetos e resultados.

(d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano está de acordo com os princípios e políticas da Companhia, considerando-se que (i) liga os beneficiários aos projetos de longo-prazo da Companhia, estratégias e resultados, (ii) funciona como instrumento motivacional para o desenvolvimento e comprometimento individuais, e (iii) permite a retenção de pessoas chave, tendo em vista que o recebimento das ações se consuma no longo prazo.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Planos de compensação com base em ações são altamente eficientes em alcançar o alinhamento dos interesses da Companhia e dos seus beneficiários já que, ao permitir que os beneficiários se tornem acionistas, eles encorajam que tais beneficiários atuem da perspectiva de "proprietários" do negócio, assim alinhando seus interesses com aqueles de seus acionistas.

Adicionalmente, eles encorajam a retenção pela Companhia de pessoas com importância estratégica, considerando que, de forma geral deixar a Companhia voluntariamente implicará na perda de todos os direitos não-exercíveis no âmbito do Plano.

(f) Número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações que podem ser atribuídas como resultado do exercício de opções no âmbito do Plano existente não pode exceder 3% (três por cento) do capital social total emitido e em aberto da Companhia imediatamente após a oferta pública inicial da Companhia.

(g) Número máximo de opções a serem outorgadas

O plano não estabelece um número máximo de opções a serem outorgadas para um indivíduo, no entanto, o número máximo de opções a serem entregues no âmbito do Plano equivale a 3% (três por cento) do capital social total emitido. Cada opção dará direito ao participante de adquirir 1 (uma) ação de emissão da Companhia.

(h) Condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração irá determinar o período de carência no âmbito de cada programa e isso será detalhado no contrato com o beneficiário.

Os beneficiários poderão tornar exigíveis e exercer suas opções sob determinados termos e condições a serem estabelecidos em cada um dos contratos de opção com os respectivos beneficiários, caso a caso. A Companhia ainda não realizou quaisquer outorgas de opção a quaisquer beneficiários até a data deste Formulário de Referência.

Os contratos de opção deverão estabelecer também o prazo de carência (*vesting*) para exercício das opções. Pretende-se que a primeira outorga no âmbito do plano, a ser outorgada antes do IPO, tenha um prazo de carência (*vesting*) para exercício das opções, o qual será de 33,34% no primeiro ano e 33,33% para o segundo e terceiro ano de aniversário da data de outorga.

(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço total por beneficiário a ser pago para o exercício de todas as opções é de R\$1,00 (um real).

(j) Critérios para fixação do prazo de exercício

As opções serão exercíveis dentro de um período a ser determinado caso a caso, contado da data de

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

execução do contrato de opção por meio do qual sejam oferecidas as opções ao beneficiário. O período de carência (*vesting*) será especificado nos contratos de opções de cada um dos beneficiários. A Companhia ainda não realizou quaisquer outorgas de opção a quaisquer beneficiários até a data deste Formulário de Referência.

(k) Forma de liquidação

O exercício das opções se dará automaticamente ao fim do prazo de carência (*vesting*), ocasião em que a Companhia pode escolher entregar ao beneficiário as ações a que faz jus quando do exercício de suas opções através da emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado da Companhia, ou entregar ações de tesouraria, ou ainda uma combinação de ambos, conforme decisão do Conselho de Administração.

(l) Restrições à transferência das ações

Exceto por quaisquer restrições definidas nos contratos de opção a serem celebrados pela Companhia, tais como contratos de lock-up, o Plano não estabelece quaisquer restrições à transferência das ações. As opções, no entanto, são outorgadas aos beneficiários a título personalíssimo, e não podem ser penhoradas, transferidas ou cedidas a terceiros, sem prévio e expresso consentimento do Conselho de Administração.

(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano pode ser rescindido pelo Conselho de Administração a qualquer tempo. O direito de efetivamente receber as opções outorgadas segundo o Plano poderá também ser automaticamente terminado, sem qualquer direito de indenização, e todos os seus efeitos devem cessar caso a Companhia seja dissolvida, liquidada, entre em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, conforme a lei brasileira.

Adicionalmente, quaisquer alterações materiais às leis aplicáveis às sociedades por ações, companhias abertas, relações trabalhistas ou tributos podem levar à revisão do plano, a fim de assegurar o cumprimento da lei.

(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus diretores previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de término do vínculo entre a Companhia e o beneficiário do Plano, os seus direitos decorrentes do Plano serão extintos ou modificados, segundo os termos de seu contrato de opção e determinações do Conselho de Administração.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Os gráficos abaixo apresentam informações sobre remuneração baseada em ações para nossos conselheiros e diretores estatutários projetadas para o exercício social corrente.

Não apresentamos informações referentes aos três últimos exercícios sociais referentes ao plano de remuneração com base em ações, uma vez que a aprovação do plano de remuneração com base em ações ocorreu em 2 de outubro de 2019.

Remuneração baseada em ações para o exercício social corrente (2019)

	Conselho de Administração	Diretoria
Número total de membros	N/A	5
Número de membros remunerados	N/A	5
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações:		
I. Data de outorga	N/A	18/10/2019
II. Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.148.148
III. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1 a 3 anos
IV. Prazo máximo para exercício das opções	N/A	3 anos
V. Prazo de restrição à transferência das opções	N/A	3 anos após o exercício
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	17,85
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:		
(a) em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
(b) perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,4%

13.6 - Opções em Aberto

A Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, de modo que não possuía opções abertas em tal período, sendo que seu plano de opção baseado em ações foi aprovado em 2 de outubro de 2019.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

A Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, sendo que seu plano de opção baseado em ações foi aprovado em 2 de outubro de 2019.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

(a) Modelo de precificação

A metodologia utilizada pela Companhia para precificação das opções outorgadas é o modelo Black & Scholes. O Black & Scholes é um método de precificação matemática utilizado para determinar o valor justo de uma opção de compra e venda, baseada nas seguintes variáveis: volatilidade, preço da ação subjacente, data de vencimento, preço de exercício, rendimento de dividendos e taxa de juros livre de riscos.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Os seguintes fatores foram utilizados para obter o valor justo das opções outorgadas:

- Preço atual das ações: como as opções terão sido outorgadas antes da finalização da oferta pública inicial de ações da Companhia, foi utilizado o ponto médio da faixa indicativa para cálculo do valor. Após a finalização da oferta pública inicial de ações, será considerado o preço de fechamento da ação "CEAB3" na determinada data de cálculo da precificação do ativo.
- Preço de exercício: as opções emitidas são opções sem preço. O exercício da opção depende das condições de desempenho do mercado - desenvolvimento do preço futuro das ações (não refletido na avaliação).
- Volatilidade esperada: considerando que a Companhia não tem histórico de negociação de suas ações, a volatilidade presumida utilizada para precificar as opções é baseada na volatilidade de mercado histórica das quatro empresas listadas mais semelhantes à Companhia (Lojas Renner S.A., Marisa Lojas S.A., Cia Hering S.A., Guararapes Confecções S.A.). A volatilidade foi calculada como uma média simples de volatilidade anual durante 260 dias úteis no período entre 1 de outubro de 2018 e 30 de setembro de 2019.
- Rendimento de dividendo esperado: o cálculo é baseado no plano de negócios atual, política de dividendos e preço médio da faixa indicativa do preço de ação no âmbito da oferta pública inicial de ações.
- Taxa de juros livre de riscos: é derivado da curva de juros do Tesouro do Brasil com o horizonte temporal correspondente ao prazo da opção.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Prazo da Opção	1 ano da data de outorga	2 anos da data de outorga	3 anos da data de outorga
Preço atual (esperado) por ação	R\$18,25	R\$18,25	R\$18,25
Preço de exercício	~ R\$0,00	~ R\$0,00	~ R\$0,00
Volatilidade esperada	37,8%	37,8%	37,8%
Rendimento esperado do dividendo	1,1%	1,1%	1,1%
Taxa de juros livre de risco	4,56%	4,86%	5,40%
Valor justo da opção	R\$18,05	R\$17,85	R\$17,65

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O programa de outorga de opções não permite o exercício antecipado da opção.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

A Companhia não tem informações sobre seu histórico de negociação de ações. Assim, a volatilidade presumida utilizada para precificar as opções é baseada na volatilidade de mercado histórica das quatro empresas listadas mais semelhantes à Companhia (Lojas Renner S.A., Marisa Lojas S.A., Cia Hering S.A., Guararapes Confecções S.A.). A volatilidade foi calculada como uma média simples de volatilidade anual durante 260 dias úteis no período entre 1 de outubro de 2018 e 30 de setembro de 2019.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Nenhuma outra característica da opção foi levada em consideração na determinação do valor justo.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

Nenhum membro da Administração da Companhia detém participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0	5
Nº de membros remunerados	0	5
Nome do plano	Não aplicável	CYAMPREV e CYAMPREV II
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	Não aplicável	2
Condições para se aposentar antecipadamente	Não aplicável	Ser participante ativo ou autopatrocinado e ter no mínimo 50 (cinquenta) anos de idade e menos de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade completos.
Valor atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não aplicável	R\$12.853.098,88
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não aplicável	R\$882.476,19
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Não aplicável	O resgate poderá ser realizado pelo participante que vier a se desligar da patrocinadora e tiver contribuído para o plano, desde que não receba benefício pelo plano, mediante manifestação por meio do termo de opção; ou pelo participante ativo que não for elegível a contribuir para o plano e que na data do término do vínculo contar, no mínimo, com 3 (três) anos de vinculação ao plano, desde que não tenha direito a receber benefício de aposentadoria ou benefício por invalidez.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração			Conselho Fiscal			
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	4,67	4,17	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	4,67	4,17	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	5.115.624,38	4.741.732,20	4.030.794,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	2.669.319,58	2.569.293,16	2.105.113,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	3.448.141,25	3.781.682,21	2.666.405,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2018	Para a apuração do valor da menor remuneração foi excluído um membro que ocupou a posição por um período inferior a 12 meses
31/12/2017	Para a apuração do valor da menor remuneração foi excluído um membro que ocupou a posição por um período inferior a 12 meses
31/12/2016	N.A.

Conselho de Administração	
31/12/2018	N.A.
31/12/2017	N.A.
31/12/2016	N.A.

Conselho Fiscal	
31/12/2018	N.A.
31/12/2017	N.A.
31/12/2016	N.A.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Exceto pelos benefícios descritos no quadro 13.1, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Não aplicável, tendo em vista que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 a Companhia não possuía administradores ou membros do conselho fiscal que fossem partes relacionadas aos controladores.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Não aplicável, tendo em vista que os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Não aplicável, tendo em vista que os administradores da Companhia não recebem remuneração de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 13 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade	Exercício social corrente (2019)																				Total							
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN		RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Centros de distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	194	-	-	-	-	-	-	391	-	585
Lojas	25	331	309	61	724	550	413	247	253	335	891	50	64	563	337	860	193	399	2.139	219	46	31	367	158	179	3.529	25	13.298
Escritório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.328	-	1.328
Total																												15.211

Atividade	31/12/2018																				Total							
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN		RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Centros de distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	197	-	-	-	-	-	-	397	-	594
Lojas	26	305	325	46	665	510	435	235	243	332	887	48	61	520	254	845	174	352	2.089	214	40	29	354	132	160	3.561	24	12.866
Escritório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.355	-	1.355
Total																												14.815

Atividade	31/12/2017																				Total							
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN		RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Centros de distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	190	-	-	-	-	-	-	277	-	467
Lojas	30	320	323	52	713	543	433	239	256	350	904	54	36	571	227	753	175	327	2.241	223	46	25	356	135	191	3.490	22	13.035
Escritório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.210	-	1.210
Total																												14.712

Atividade	31/12/2016																				Total							
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN		RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Centros de distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	203	-	-	-	-	-	-	275	-	478
Lojas	32	349	348	70	719	614	452	253	281	381	1006	70	34	592	243	794	201	389	2.317	237	48	34	384	161	192	3.508	28	13.737
Escritório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.131	-	1.131
Total																												15.346

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade	Exercício social corrente (2019)																										Total	
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP		TO
Limpeza	2	17	14	4	46	27	19	14	15	19	52	4	6	25	16	46	9	24	131	11	2	2	23	10	11	274	2	825
Logística	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45	-	-	-	-	18	-	439	-	502
Tecnologia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60	-	60
Vigilância	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	-	-	-	-	-	-	73	-	108
Refeitório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	46	-	58
Total																										1.543		

Atividade	31/12/2018																										Total	
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP		TO
Limpeza	2	17	14	4	43	27	19	14	14	19	50	4	6	22	16	43	9	21	135	11	2	2	21	10	11	279	2	817
Logística	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59	-	-	-	-	18	-	565	-	642
Tecnologia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	76	-	76
Vigilância	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	-	-	-	-	-	-	83	-	118
Refeitório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-	-	-	-	-	44	-	55
Total																										1.698		

Atividade	31/12/2017																										Total	
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP		TO
Limpeza	3	17	18	4	45	36	26	20	20	26	68	6	3	30	14	44	11	25	157	13	3	3	29	15	13	305	3	957
Logística	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52	-	-	-	-	-	-	335	-	387
Tecnologia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67	-	67
Vigilância	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33	-	-	-	-	-	-	80	-	113
Refeitório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-	-	-	-	-	47	-	58
Total																										1.582		

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Atividade	31/12/2016																								Total			
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC		SE	SP	TO
Limpeza	3	18	19	5	47	40	26	20	20	29	74	6	3	32	15	46	11	26	170	15	3	3	31	15	14	325	3	1019
Logística	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44	-	-	-	-	-	-	267	-	311
Tecnologia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42	-	42
Vigilância	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33	-	-	-	-	-	-	68	-	101
Refeitório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-	-	-	-	-	44	-	57
Total																								1.530				

(c) índice de rotatividade

30/06/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
40,47%	66,44%	50,96%	50,44%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de Recursos Humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

A estratégia de recursos humanos da Companhia visa “ter as melhores pessoas, nos lugares certos”, tendo como base um modelo de competências, por meio do qual, anualmente, avalia todos os times, buscando o desenvolvimento destas habilidades e o constante desafio ao desempenho e, conseqüente, a alta performance da Companhia.

Sendo assim, a Companhia criou uma estratégia de remuneração capaz de atrair, desenvolver e reter os profissionais com uma política que garante um salário base competitivo e um incentivo de curto prazo, atrelado a resultados. Todo este sistema visa promover o alinhamento de todos os empregados ao crescimento e geração de valor da Companhia.

Anualmente, a Companhia atualiza suas tabelas através de pesquisas com base nos mercados nos quais atua e, desta forma, mantém uma política justa e que preza pela equidade interna. Para as posições operacionais, a Companhia segue o piso salarial do sindicato nas regiões. Com isto, a Companhia atende a todos os parâmetros trabalhistas, previdenciários e sindicais nas localidades onde atua.

Em complemento, para os incentivos de curto prazo, o modelo de Participação de Lucros e Resultados (PLR) homologado pelo Sindicato com o objetivo de premiar o alcance e superação das metas pré-estabelecidas pela Companhia, alinhada ao desempenho, sustentabilidade e à estratégia de crescimento do nosso negócio em cada exercício social. Com características mais coletivas, o atingimento da meta econômica é condição essencial para a ocorrência do pagamento. Todos os funcionários são elegíveis ao programa de acordo com os limites estabelecidos anualmente no plano de PLR.

(b) política de benefícios

Além de uma Política de Remuneração equilibrada, a Companhia oferece benefícios específicos para atender a seus empregados em todas as localidades onde está presente. A política está alinhada às práticas de mercado para cada grupo de função e cargo.

- Plano de Saúde e Odontológico: a Companhia tem um plano de saúde no sistema de autogestão que oferece serviços de saúde em todo o território nacional. Além disso, a Companhia mantém entidades prestadoras de serviços médicos credenciadas, que atendem suas lojas nas diferentes cidades aonde opera.
- Refeição: a Companhia possui restaurantes e ou refeitórios em todas as suas unidades e subsidia 80% do valor de cada refeição.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

- Desconto para compra em lojas: a Companhia oferece desconto de 20% em suas compras na rede de lojas e no e-commerce para seus empregados, com uma carência de 3 meses após a admissão para os colaboradores sem nível gerencial e imediato para o pessoal em nível gerencial.
- Previdência privada: a previdência privada da Companhia é destinada para todos os seus empregados, o que reforça o compromisso da Companhia com o futuro. Cada participante poderá optar por um percentual de contribuição, respeitando os limites do regulamento e, como contrapartida, a Companhia poderá aportar até 100% do valor por ele depositado.
- Convênios: por meio de uma plataforma acessível a todos os seus empregados, a Companhia oferece descontos em farmácia, universidades, academias, cursos de idiomas, restaurantes e outros serviços.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

A Companhia não possuía plano de outorga de opções de ações destinado a seus colaboradores nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

A Companhia prima por uma gestão baseada em valores e em seus princípios éticos, de maneira a contribuir para uma sociedade justa e ter uma atuação responsável com todos os seus *stakeholders*.

Na Gestão Sindical, a Companhia estabelece um modelo estruturado e perene, centralizando a interlocução junto às entidades externas em nossa área de Relações Sindicais. Com isto, preserva sua reputação e imagem. A Companhia compartilha com os seus gestores esta estratégia e, assim, consegue construir uma abordagem preventiva contra eventuais riscos sindicais, fomentando um ambiente interno de trabalho positivo e contribuindo para o crescimento da empresa.

A Companhia entende que a área de Relações Sindicais deve sempre atuar respeitando a Legislação Trabalhista, as Convenções Coletivas de Trabalho e os Acordos Coletivos de Trabalho vigentes, dos quais é signatária. A Companhia mantém um relacionamento harmonioso entre as entidades sindicais por meio do diálogo permanente, claro e transparente, valorizando o relacionamento sindical, elevando o grau de confiança entre as partes e promovendo a efetiva discussão de interesses da categoria econômica e profissional; bem como da liberdade de filiação sindical de seus empregados.

A Companhia negocia com os sindicatos patronais e com os sindicatos laborais pautados pelo "código sindical" ativo no Ministério do Trabalho da categoria profissional econômica da Companhia, que representam todas as lojas, os centros de distribuição e o escritório central no território nacional.

Assim sendo, a Companhia mantém um bom relacionamento com os empregados e com os respectivos sindicatos de suas categorias, informando que, nos últimos três exercícios sociais, não ocorreram greves ou paralisações nos últimos três exercícios sociais.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 14 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista		Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Nome do Representante Legal ou Mandatário			Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %		Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
COFRA LATIN AMERICA LTDA						
05.236.528/0001-88	Brasileira	Não	Não	Não	31/12/2017	
Não	17.122	0,060%	0	0,000%	17.122	0,060%
INCAS S.A.						
06.049.146/0001-08	Luxemburgo	Não	Sim	Sim	31/12/2017	
Sim	Milton Lucato Filho	49,970%	0	Física	042.878.958-78	49,970%
	129.456.439	49,970%	0	0,000%	129.456.439	49,970%
COFRA INVESTMENTS S.A.R.L.						
06.049.145/0001-63	Luxemburgo	Não	Sim	Sim	31/12/2017	
Sim	Milton Lucato Filho	49,970%	0	Física	042.878.958-78	49,970%
	129.456.439	49,970%	0	0,000%	129.456.439	49,970%
OUTROS						
	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL						
	258.930.000	100,000%	0	0,000%	258.930.000	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	CPF/CNPJ	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa			
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)		Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
06.049.145/0001-63						
COFRA INVESTMENTS S.A.R.L.						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0	0,000
C&A AG						
	Suíça	Não	Não	31/12/2017		
2.000.000	100,000	0	0,000	2.000.000		100,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0	0,000
TOTAL						
2.000.000	100,000	0	0,000	2.000.000		100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
INCAS S.A.						
06.049.146/0001-08						
Composição capital social						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000
C&A AG						
	Suíça	Não	Não	31/12/2017		
6.000.000	100,000	0	0,000	6.000.000	100,000	
Classe ação						
TOTAL	0	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %	0,000		
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000
TOTAL						
6.000.000	100,000	0	0,000	6.000.000	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa			
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
C&A AG						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
COFRA Holding AG						
05.565.819/0001-10	Suíça	Não	Não	31/12/2017		
Sim		---	Jurídica			
400.000	100,000	0	0,000	400.000	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
400.000	100,000	0	0,000	400.000	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa			
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
C&A AG						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
COFRA Holding AG						
05.565.819/0001-10	Suíça	Não	Não	31/12/2017		
Sim		--	Jurídica			
400.000	100,000	0	0,000	400.000	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
400.000	100,000	0	0,000	400.000	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	CPF/CNPJ	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)		Total ações %
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)		Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
COFRA Holding AG						
CPF/CNPJ acionista						
05.565.819/0001-10						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0	0,000
Familia Brenninkmeijer						
	Suíça	Não	Não	31/12/2017		
		---	Jurídica			
7.475.060	100,000	200.000.000	100,000	207.475.060		100,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0	0,000
TOTAL						
7.475.060	100,000	200.000.000	100,000	207.475.060		100,000

15.3 - Distribuição de Capital

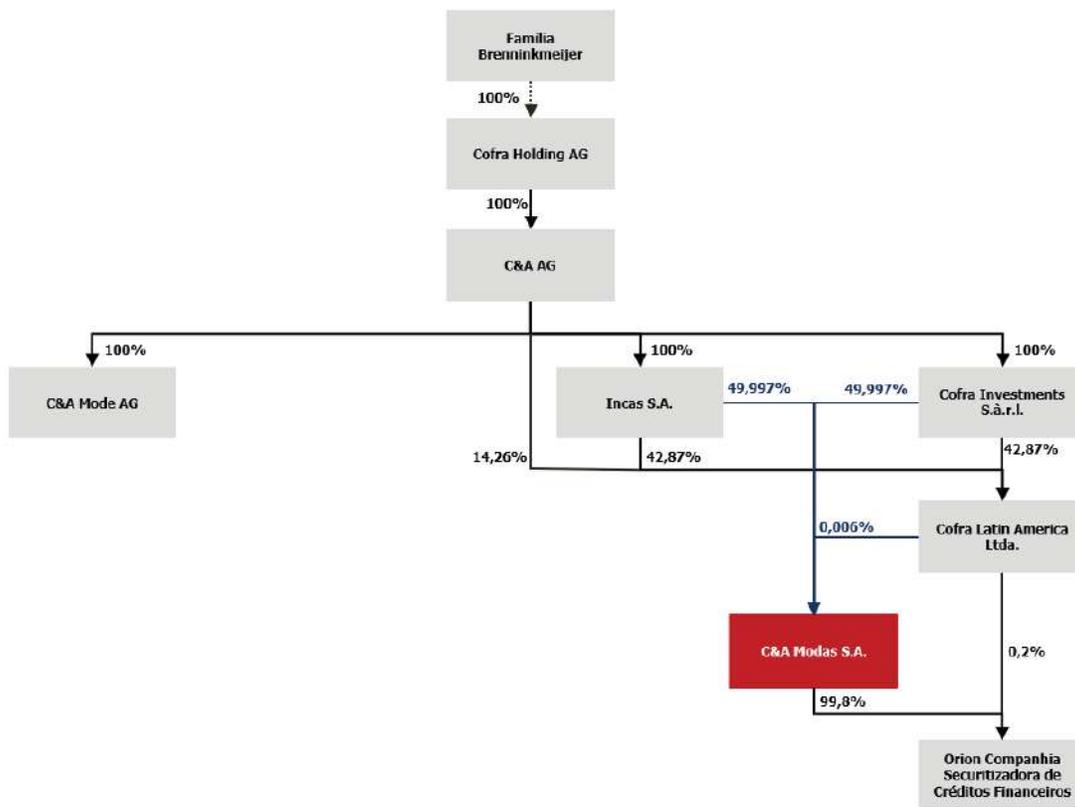
Data da última assembleia / Data da última alteração	31/12/2017
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	3
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

A Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede ou do qual o controlador seja parte.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Não foram realizadas alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais e no exercício corrente.

15.7 - Principais Operações Societárias

(a) evento	Incorporação da Avanti Propaganda Ltda. e da Mondial Impex Ltda.
(b) principais condições do negócio	<p>A C&A Modas Ltda (“Companhia”) e a COFRA Latin America Ltda, sócias da Avanti Propaganda Ltda (“Avanti”) e da Mondial Impex Ltda (“Mondial”), deliberaram em 31 de dezembro de 2017 pela incorporação da Avanti e da Mondial pela Companhia.</p> <p>A Avanti foi devidamente avaliada pela Somar+Consultoria Contábil e Tributária Eireli-ME e seu acervo líquido vertido pela Companhia foi de R\$576.674,30, com base em seu valor contábil em 30 de novembro de 2017. A Mondial também foi devidamente avaliada pela Somar+Consultoria Contábil e Tributária Eireli-ME e seu acervo líquido vertido pela Companhia foi de R\$679.479,60, com base em seu valor contábil em 30 de novembro de 2017.</p>
(c) sociedades envolvidas	C&A Modas Ltda; COFRA Latin America Ltda. Avanti Propaganda Ltda e Mondial Impex Ltda
(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Com a incorporação da Avanti e da Mondial pela Companhia, tais sociedades foram extintas.
(e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em Reunião de Sócios.
(f) quadro societário antes e depois da operação	<p>Antes da incorporação</p> <pre> graph TD CMA[C&A Modas Ltda] -- 99,86% --> AP[Avanti Propaganda Ltda] CMA -- 0,12% --> MI[Mondial Impex Ltda] CMA -- 99,8% --> OC[Orion Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros] CLA[Cofra Latin America Ltda] -- 0,12% --> AP CLA -- 99% --> MI CLA -- 0,2% --> OC </pre> <p>Depois da incorporação</p> <pre> graph TD CMA[C&A Modas Ltda] -- 99,8% --> OC[Orion Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros] CLA[Cofra Latin America Ltda] -- 0,2% --> OC </pre>

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Em complementação às informações prestadas nas seções 15.1/2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que a COFRA Holding AG ("COFRA") é detida integralmente por membros da Família Brenninkmeijer ("Família"). Apesar disso, nenhum dos membros da Família detém mais de 5% das ações da COFRA, em razão da dispersão das ações entre os mesmos.

Dessa forma, considerando a dispersão das ações da COFRA e a ausência de acordo de acionistas ou de voto, bem como qualquer outro tipo de pacto e/ou contrato que tenha por objeto o exercício de poder de controle pelos acionistas, a COFRA não tem acionista ou grupo de acionistas controlador.

Em que pese a COFRA estar sujeita ao regime jurídico da Suíça, para fins de elaboração das seções 15.1/2 deste Formulário de Referência, levamos em conta a seguinte definição de acionista controlador: a pessoa natural ou jurídica ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, que (i) seja titular de direitos de acionista que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e (ii) use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404/76.

Nesse sentido, é possível afirmar que (i) nenhum dos membros da família detém mais de 5% das ações da COFRA; (ii) não há acordo de acionistas ou de voto bem como qualquer outro tipo de pacto e/ou contrato que tenha por objeto o exercício de poder de controle pelos acionistas que os vincule; e que, portanto, (ii) a COFRA não possui acionista controlador. Por fim, vale apontar que as decisões estratégicas e as orientações de voto dos acionistas controladores diretos da Companhia não partem da COFRA em si, mas sim do Conselho de Administração da C&A AG.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A “Política Para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da C&A Modas S.A.” (“Política”) que foi devidamente aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 2 de outubro de 2019, visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência. A Política está em linha com as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa.

A Política define de forma objetiva conceitos sobre partes relacionadas e transações com partes relacionadas, além de estabelecer exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações.

Os acionistas da Companhia, os administradores e suplentes da Companhia e de suas controladas, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros(as), filhos(as), filhos(as) de seus cônjuges ou de companheiros(as), e seus dependentes ou os de respectivos cônjuges deverão informar o Departamento Jurídico da Companhia sobre quaisquer transações entre elas e a Companhia de que tenham ciência.

Se a transação informada for identificada como de fato uma Transação com Parte Relacionada, segundo o julgamento realizado pelo Departamento Jurídico da Companhia, a referida transação será submetida aos procedimentos descritos na Política, e caberá a ele informar à Diretoria ou o Conselho de Administração da Companhia, sobre a referida transação.

A Diretoria da Companhia deverá classificar as Transações com Partes Relacionadas em razão: (i) do montante envolvido; e (ii) de ser ou não operação no curso normal dos negócios, para determinar as instâncias competentes para sua análise e aprovação, na forma da referida Política.

Toda e qualquer operação ou conjunto de operações cujo valor seja igual ou superior a 1% (um por cento) da receita líquida da Companhia apurado no fim do exercício social imediatamente anterior (“Montante Relevante”) envolvendo a Companhia e qualquer Parte Relacionada, deverá ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Política.

A Diretoria e o Conselho de Administração da Companhia, a depender do montante envolvido da Transação, somente poderão aprovar a Transação com Parte Relacionada caso conclua ser equitativa e realizada no melhor interesse da Companhia sendo facultado, a seu exclusivo critério e em observância à Política, condicionar a aprovação da Transação com Parte Relacionada às alterações que julgar necessárias.

Ainda segundo a Política, são vedadas as seguintes Transações com Partes Relacionadas:

- (a) realizadas em condições que não sejam as Condições de Mercado; e
- (b) a concessão direta de empréstimos ou operações de mútuo ou prestação de garantia (aval/fiança):

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

- aos administradores e membros dos conselhos fiscal ou administrativo ou comitês, estatutários ou não, e seus respectivos suplentes, bem como aos respectivos cônjuges, companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as);
- aos parentes, até o 2º (segundo) grau, das pessoas mencionadas acima; e
- aos acionistas, pessoas naturais ou jurídica, ou pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 5% (cinco por cento), quaisquer administradores da Companhia e seus respectivos suplentes, bem como seus cônjuges companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as) e respectivos parentes até o 2º (segundo) grau.

É vedada, também, a participação de administradores e funcionários em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da Companhia ou que resultem da utilização de informações confidenciais em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na Companhia.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
C&A Mode AG	26/06/2018	75.950.000,00	76.304.000,00	75.950.000,00	15/12/2023	SIM	10,500000
Relação com o emissor							
Objeto contrato Sociedade sob controle comum.							
Garantia e seguros Empréstimo.							
Rescisão ou extinção Não aplicável.							
Rescisão ou extinção Descumprimento de cláusula do contrato.							
Natureza e razão para a operação							
A natureza é dívida entre empresas do mesmo grupo, o qual é realizado de maneira a harmonizar as atividades de cada sociedade.							
Posição contratual do emissor							
Devedor							
Especificar							
C&A Mode AG	16/04/2018	105.000.000,00	67.305.000,00	66.000.000,00	18/04/2023	SIM	9,750000
Relação com o emissor							
Objeto contrato Coligada.							
Garantia e seguros Empréstimo.							
Rescisão ou extinção Não aplicável.							
Rescisão ou extinção Descumprimento de cláusula do contrato.							
Natureza e razão para a operação							
A natureza é dívida entre empresas do mesmo grupo, o qual é realizado de maneira a harmonizar as atividades de cada sociedade.							
Posição contratual do emissor							
Devedor							
Especificar							
C&A Mode AG	15/04/2019	120.000.000,00	120.456.000,00	120.000.000,00	14/12/2023	SIM	10,500000
Relação com o emissor							
Objeto contrato Coligada.							
Garantia e seguros Empréstimo.							
Rescisão ou extinção Não aplicável.							
Rescisão ou extinção Descumprimento de cláusula do contrato.							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
A natureza é de dívida entre empresas do mesmo grupo, o qual é realizado de maneira a harmonizar as atividades de cada sociedade.							
Posição contratual do emissor							
Devedor							
Especificar							
C&A Mode AG	22/06/2018	132.500.000,00	133.118.000,00	132.500.000,00	15/12/2023	SIM	10,500000
Relação com o emissor							
Coligada.							
Objeto contrato							
Empréstimo.							
Garantia e seguros							
Não aplicável.							
Rescisão ou extinção							
Descumprimento de cláusula do contrato.							
Natureza e razão para a operação							
A natureza é de dívida entre empresas do mesmo grupo, o qual é realizado de maneira a harmonizar as atividades de cada sociedade.							
Posição contratual do emissor							
Devedor							
Especificar							
C&A Mode AG	11/03/2019	388.000.000,00	389.724.000,00	388.000.000,00	14/12/2023	SIM	10,000000
Relação com o emissor							
Coligada.							
Objeto contrato							
Empréstimo.							
Garantia e seguros							
Não aplicável.							
Rescisão ou extinção							
Descumprimento de cláusula do contrato							
Natureza e razão para a operação							
A natureza é de dívida entre empresas do mesmo grupo, o qual é realizado de maneira a harmonizar as atividades de cada sociedade.							
Posição contratual do emissor							
Devedor							
Especificar							
COFRA Holding AG	01/01/2008	0,00	R\$11.077.000,00	0	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controladora							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Objeto contrato	Contrato de concessão de licença para uso de marcas mediante o pagamento de royalties, que corresponde a 1% da receita de vendas dos produtos da licenciada.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	(i) descumprimento de cláusula do contrato, (ii) se a Companhia deixar de fazer parte do Grupo COFRA, ou, (iii) mediante envio de notificação à outra parte com 6 meses de antecedência.						
Natureza e razão para a operação	A COFRA Holding AG, na qualidade de detentora das marcas C&A, licenciou a Companhia para que faça o uso das marcas para o desenvolvimento de seus negócios.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Licenciada						
C&A Sourcing	28/02/2012	0,00	R\$35.656.000,00	0	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Associada sem influência significativa						
Objeto contrato	Contratação de prestação de assistência na busca de fornecedores em mercados estrangeiros para compra de mercadorias têxteis e outros produtos correlatos. O valor envolvido inclui o valor da fatura emitida pelos fornecedores para a Companhia, antes de quaisquer descontos, acrescido de um uplift inicialmente equivalente a 3,25%, sendo 0,25% desse uplift destinado à cobertura de custos de seguro da mercadoria despendidos pela Companhia.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	(i) descumprimento de cláusula do contrato, (ii) caso fortuito ou de força maior, (iii) se qualquer das partes entrar em procedimento falimentar, ou, (iv) mediante envio de notificação à outra parte com 90 dias de antecedência.						
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviço a fim de possibilitar o fornecimento de produtos vindos do exterior, ampliando a cadeia de fornecimento da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						
Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada	18/05/2014	0,00	R\$1.043.000,00	0	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Associada sob influência direta						
Objeto contrato	A Companhia participa, juntamente com outras empresas ligadas, como patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, que tem como objetivo instituir planos privados de concessão de benefícios de renda suplementar. No primeiro semestre de 2019, a Companhia contribuiu com R\$4.398.000,00 à Cyamprev. O total de empregados participantes dos planos em 30 de junho de 2019 é de 16.591 participantes.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados	Taxa de juros
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação	Contratação de serviço de previdência privada para os funcionários da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Patrocinadora						
Porticus Latin America Consultoria Ltda.	21/11/2017	115.658,00	R\$11.000,00	0	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Associada sem influência significativa						
Objeto contrato	Contrato de rateio de custos e despesas referentes à utilização pela Porticus de departamentos da Companhia. A Porticus paga mensalmente à Companhia os valores por ela devidos relativos ao uso de departamentos específicos da Companhia, com base nas horas e/ou atividades prestadas pelos departamentos utilizados em conjunto. A estimativa é elaborada pela Companhia e aprovada pela Porticus mensalmente, a qual paga os valores devidos mês a mês por meio de depósito na conta corrente da C&A. Ainda, vale informar que no momento de celebração, as partes do contrato elaboraram uma estimativa de todos os serviços prestados e concluíram que um valor anual estimado para o presente contrato seria de R\$115.658,00, na forma do anexo a tal instrumento. Esse valor foi incluído acima como montante envolvido na transação.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	O Contrato pode ser resilido mediante notificação com 30 dias de antecedência e será automaticamente rescindido caso a Porticus deixe de pertencer ao mesmo grupo econômico da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compartilhamento de custos em razão da utilização pela Porticus de departamentos da Companhia, os quais estão devidamente especificados no contrato em questão						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						
Famanco Administradora de Bens Ltda.	01/03/2017	102.573,00	R\$10.000,00	0	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Associada sem influência significativa						
Objeto contrato	Contrato de rateio de custos e despesas referentes à utilização pela Famanco de departamentos da Companhia. A Famanco paga mensalmente à Companhia os valores por ela devidos relativos ao uso de departamentos específicos da Companhia, com base nas horas e/ou atividades prestadas pelos departamentos utilizados em conjunto. A estimativa é elaborada pela Companhia e aprovada pela Famanco mensalmente, a qual paga os valores devidos mês a mês por meio de depósito na conta corrente da C&A. Ainda, vale informar que no momento de celebração, as partes do contrato elaboraram uma estimativa de todos os serviços prestados e concluíram que um valor anual estimado para o presente contrato seria de R\$102.573,00 na forma do anexo a tal instrumento. Esse valor foi incluído acima como montante envolvido na transação.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados	Taxa de juros
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	O Contrato pode ser resiliado mediante notificação com 30 dias de antecedência e será automaticamente rescindido caso a Famanco deixe de pertencer ao mesmo grupo econômico da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compartilhamento de custos em razão da utilização pela Famanco de departamentos da Companhia, os quais estão devidamente especificados no contrato em questão						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						
Porticus Latin América Consultoria Ltda.	21/11/2017	115.658,00	R\$11.000,00	0	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Associada sem influência significativa						
Objeto contrato	Contrato de rateio de custos e despesas referentes à utilização pela Porticus de departamentos da Companhia. A Porticus paga mensalmente à Companhia os valores por ela devidos relativos ao uso de departamentos específicos da Companhia, com base nas horas e/ou atividades prestadas pelos departamentos utilizados em conjunto. A estimativa é elaborada pela Companhia e aprovada pela Porticus mensalmente, a qual paga os valores devidos mês a mês por meio de depósito na conta corrente da C&A. Ainda, vale informar que no momento de celebração, as partes do contrato elaboraram uma estimativa de todos os serviços prestados e concluíram que um valor anual estimado para o presente contrato seria de R\$115.658,00 na forma do anexo a tal instrumento. Tal valor foi incluído acima como montante envolvido na transação.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	O Contrato pode ser resiliado mediante notificação com 30 dias de antecedência e será automaticamente rescindido caso a Porticus deixe de pertencer ao mesmo grupo econômico da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compartilhamento de custos em razão da utilização pela Porticus de departamentos da Companhia, os quais estão devidamente especificados no contrato em questão						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						
Instituto C&A	01/03/2017	127.286,00	R\$33.000,00	0	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Associada sem influência significativa						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Objeto contrato	Contrato de rateio de custos e despesas referentes à utilização pelo Instituto de departamentos da Companhia. O Instituto paga mensalmente à Companhia os valores por ela devidos relativos ao uso de departamentos específicos da Companhia, com base nas horas e/ou atividades prestadas pelos departamentos utilizados em conjunto. A estimativa é elaborada pela Companhia e aprovada pelo Instituto mensalmente, a qual paga os valores devidos mês a mês por meio de depósito na conta corrente da C&A. Ainda, vale informar que no momento de celebração, as partes do contrato elaboraram uma estimativa de todos os serviços prestados e concluíram que um valor anual estimado para o presente contrato seria de R\$127.286,00 na forma do anexo a tal instrumento. Tal valor foi incluído acima como montante envolvido na transação.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	O Contrato pode ser resiliado mediante notificação com 30 dias de antecedência e será automaticamente rescindido caso o Instituto deixe de pertencer ao mesmo grupo econômico da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compartilhamento de custos em razão da utilização pelo Instituto de departamentos da Companhia, os quais estão devidamente especificados no contrato em questão						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						
COFRA Latin America Ltda.	01/03/2017	800,00	R\$10.000,00	0	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Associada sem influência significativa						
Objeto contrato	Contrato de rateio de custos e despesas referentes à utilização pela COFRA de departamentos da Companhia. A COFRA paga mensalmente à Companhia os valores por ela devidos relativos ao uso de departamentos específicos da Companhia, com base nas horas e/ou atividades prestadas pelos departamentos utilizados em conjunto. A estimativa é elaborada pela Companhia e aprovada pela COFRA mensalmente, a qual paga os valores devidos mês a mês por meio de depósito na conta corrente da C&A. Ainda, vale informar que no momento de celebração, as partes do contrato elaboraram uma estimativa de todos os serviços prestados e concluíram que um valor anual estimado para o presente contrato seria de R\$800,00, na forma do anexo a tal instrumento. Tal valor foi incluído acima como montante envolvido na transação.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	O Contrato pode ser resiliado mediante notificação com 30 dias de antecedência e será automaticamente rescindido caso a COFRA deixe de pertencer ao mesmo grupo econômico da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de compartilhamento de custos em razão da utilização pela COFRA de departamentos da Companhia, os quais estão devidamente especificados no contrato em questão						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante						

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A "Política Para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da C&A Modas S.A.", ("Política") que foi devidamente aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 2 de outubro de 2019, visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.

Os acionistas da Companhia, os administradores e suplentes da Companhia e de suas controladas, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros(as), filhos(as), filhos(as) de seus cônjuges ou de companheiros(as), e seus dependentes ou os de respectivos cônjuges deverão informar o Departamento Jurídico da Companhia sobre quaisquer transações entre elas e a Companhia de que tenham ciência.

Se a transação informada for identificada como de fato uma Transação com Parte Relacionada, segundo o julgamento realizado pelo Departamento Jurídico da Companhia, a referida transação será submetida aos procedimentos descritos na Política, e caberá a ele informar à Diretoria ou o Conselho de Administração da Companhia, conforme o caso, sobre a referida transação.

A Diretoria da Companhia deverá classificar as Transações com Partes Relacionadas em razão: (i) do montante envolvido; e (ii) de ser ou não operação no curso normal dos negócios, para determinar as instâncias competentes para sua análise e aprovação, na forma da referida Política.

Toda e qualquer operação ou conjunto de operações cujo valor seja igual ou superior a 1% (um por cento) da receita líquida da Companhia apurado no fim do exercício social imediatamente anterior ("Montante Relevante") envolvendo a Companhia e qualquer Parte Relacionada, deverá ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Política.

A Diretoria e o Conselho de Administração da Companhia, conforme o caso, somente poderão aprovar a Transação com Parte Relacionada caso conclua ser equitativa e realizada no melhor interesse da Companhia sendo facultado, a seu exclusivo critério e em observância à Política, condicionar a aprovação da Transação com Parte Relacionada às alterações que julgar necessárias.

Ainda segundo a Política, são vedadas as seguintes Transações com Partes Relacionadas:

- (a) realizadas em condições que não sejam as Condições de Mercado; e
- (b) a concessão direta de empréstimos ou operações de mútuo ou prestação de garantia (aval/fiança):
 - aos administradores e membros dos conselhos fiscal ou administrativo ou comitês, estatutários ou não, e seus respectivos suplentes, bem como aos respectivos cônjuges, companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as);
 - aos parentes, até o 2º (segundo) grau, das pessoas mencionadas acima; e

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

- aos acionistas, pessoas naturais ou jurídica, ou pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 5% (cinco por cento), quaisquer administradores da Companhia e seus respectivos suplentes, bem como seus cônjuges companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as) e respectivos parentes até o 2º (segundo) grau.

É vedada, também, a participação de administradores e funcionários em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da Companhia ou que resultem da utilização de informações confidenciais em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na Companhia.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe, também, conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Por meio do Conselho de Administração e da Diretoria, a Companhia atua de forma a garantir que toda e qualquer transação com parte relacionada realizada pela Companhia seja formalizada contratualmente, observando os seguintes critérios: (i) a transação deve estar em condições de mercado ao tempo de sua aprovação; (ii) devem ser incluídos contratualmente os termos da transação e a finalidade do negócio; e (iii) as condições da Política deverão ser integralmente observadas.

Observando tais preceitos, os Loan Agreements assinados com C&A Mode AG descritos no item 16.2 foram todos celebrados com taxas remuneratórias em condições competitivas com o mercado de crédito, de modo que, o contrato celebrado em 26 de junho de 2018 possui remuneração de 10,50% a.a.; o contrato celebrado em 16 de abril de 2018 possui remuneração de 9,75% a.a.; o contrato celebrado em 15 de abril de 2019 possui remuneração de 10,50% a.a.; contrato celebrado em 22 de junho de 2018 possui remuneração de 10,50% a.a.; e o contrato celebrado em 11 de março de 2019 possui remuneração de 10,00% a.a.

Dessa forma, com o objetivo de demonstrar os juros praticados no mercado de crédito e de demonstrar correspondência às condições de mercado, abaixo está a tabela com algumas das principais instituições financeiras atuantes no Brasil e suas respectivas taxas de juros cobradas nos períodos de celebração dos respectivos contratos para pessoas jurídicas, considerando a modalidade de capital de giro com prazo superior a 365 dias, ou seja, a que mais se aproxima aos empréstimos obtidos junto à C&A Mode AG.

As informações estão disponíveis no site do Banco Central do Brasil:

1. Período iniciado em **26 de junho de 2018**, conforme contrato celebrado em tal com taxa de 10,5% a.a.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

Segmento: Modalidade:
 Tipo de encargo: Período inicial:

Classificadas por ordem crescente de taxa
 Período: 26/06/2018 a 02/07/2018
 Modalidade: Pessoa jurídica - Capital de giro com prazo superior a 365 dias
 Tipo de encargo: Pré-fixado

Posição	Instituição	Taxas de juros	
		% a.m.	% a.a.
1	BCO VOTORANTIM S.A.	0,90	11,33
2	BANCOOB	1,05	13,30
3	BCO RODOPENS S.A.	1,06	13,43
4	BCO CATERPILLAR S.A.	1,08	13,70
5	BCO MODAL S.A.	1,10	14,07
6	BCO ABC BRASIL S.A.	1,16	14,89
7	BCO DO BRASIL S.A.	1,17	14,95
8	BCO FIBRA S.A.	1,19	15,29
9	SANTANA S.A. - CFI	1,20	15,42
10	BCO SAFRA S.A.	1,24	15,94
11	BCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.	1,27	16,37
12	BCO SOPISA S.A.	1,31	16,88
13	BCO PINE S.A.	1,42	18,49
14	BCO DAVCOVAL S.A.	1,44	18,78
15	BCO DES. DE MG S.A.	1,52	19,86
16	BCO VOLVO BRASIL S.A.	1,63	21,38
17	ITAU UNIBANCO S.A.	1,63	21,43
18	BCO BRADESCO S.A.	1,65	21,73
19	BANCO FIDIS	1,66	21,81
20	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	1,87	24,89
21	Caixa Econômica Federal	1,87	24,92
22	BCO TRICURY S.A.	1,94	25,94
23	CARIJANA SCFI	1,98	26,55
24	BCO TRIANGULO S.A.	1,99	26,64
25	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	1,99	26,66
26	BANCO TOPÁZIO S.A.	2,04	27,50

2. Período iniciado em **16 de abril de 2018**, conforme contrato celebrado em tal com taxa de 9,75% a.a.

Segmento: Modalidade:
 Tipo de encargo: Período inicial:

Classificadas por ordem crescente de taxa
 Período: 16/04/2018 a 20/04/2018
 Modalidade: Pessoa jurídica - Capital de giro com prazo superior a 365 dias
 Tipo de encargo: Pré-fixado

Posição	Instituição	Taxas de juros	
		% a.m.	% a.a.
1	BCO DO BRASIL S.A.	0,80	10,03
2	DEUTSCHE BANK S.A.-BCO ALEMÃO	0,92	11,57
3	BCO SAFRA S.A.	1,08	13,80
4	BCO CATERPILLAR S.A.	1,09	13,88
5	BCO SOPISA S.A.	1,17	14,92
6	BCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.	1,22	15,68
7	BCO VOLKSWAGEN S.A.	1,31	16,89
8	BCO FINE S.A.	1,31	16,93
9	BCO DAVCOVAL S.A.	1,44	18,72
10	BCO BMG S.A.	1,54	20,08
11	BCO DES. DE MG S.A.	1,58	20,68
12	BCO TRICURY S.A.	1,64	21,58
13	ITAU UNIBANCO S.A.	1,66	21,78
14	BCO BRADESCO S.A.	1,69	22,22
15	BCO LUSO BRASILEIRO S.A.	1,86	24,79
16	BCO VOLVO BRASIL S.A.	1,88	25,01
17	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	1,93	25,81
18	BCO DO ESTADO DO RS S.A.	1,93	25,81
19	BCO BANISTES S.A.	1,93	25,84
20	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	1,99	26,73
21	CARIJANA SCFI	2,01	26,98
22	BANCO TOPÁZIO S.A.	2,15	29,08
23	Caixa Econômica Federal	2,17	29,45
24	GAZINCREO S.A. SCFI	2,21	29,92
25	BCO TRIANGULO S.A.	2,23	30,32

3. Período iniciado em **15 de abril de 2019**, conforme contrato celebrado em tal com taxa de 10,5% a.a.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

Segmento: Modalidade:
 Tipo de encargo: Período inicial:

Classificadas por ordem crescente de taxa
 Período: 15/04/2019 a 22/04/2019
 Modalidade: Pessoa jurídica - Capital de giro com prazo superior a 365 dias
 Tipo de encargo: Pré-fixado

Posição	Instituição	Taxas de juros	
		% a.m.	% a.a.
1	BCO CATERPILLAR S.A.	0,81	10,19
2	BANCOOB	0,82	10,31
3	BCO RIBEIRAO PRETO S.A.	0,83	10,37
4	BCO VOLKSWAGEN S.A.	0,88	11,02
5	BCO SOCIETE GENERALE BRASIL	1,07	13,63
6	BCO DO BRASIL S.A.	1,07	13,63
7	BCO SAFRA S.A.	1,13	14,46
8	BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	1,13	14,49
9	BCO ABC BRASIL S.A.	1,14	14,54
10	BCO MAXIMVEET S.A.	1,15	14,85
11	BCO FIBRA S.A.	1,25	16,01
12	BCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.	1,28	16,49
13	BCO PINE S.A.	1,34	17,38
14	BCO SCRIBA S.A.	1,40	18,14
15	BCO DAYCOVAL S.A.	1,50	19,52
16	BCO TRICURY S.A.	1,52	19,86
17	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	1,65	21,63
18	BCO BRADESCO S.A.	1,65	21,94
19	BCO DO ESTADO DO RS S.A.	1,71	22,52
20	ITAU UNIBANCO S.A.	1,72	22,72
21	FACTA S.A. CFI	1,75	23,12
22	BCO DES. DE MG S.A.	1,82	23,86
23	CADIA ECONOMICA FEDERAL	1,90	25,34
24	BCO VOLVO BRASIL S.A.	1,92	25,59
25	BCO CE S.A.	2,00	26,82

4. Período iniciado em **22 de junho de 2018**, conforme contrato celebrado em tal com taxa de 10,5% a.a.

Segmento: Modalidade:
 Tipo de encargo: Período inicial:

Classificadas por ordem crescente de taxa
 Período: 22/06/2018 a 29/06/2018
 Modalidade: Pessoa jurídica - Capital de giro com prazo superior a 365 dias
 Tipo de encargo: Pré-fixado

Posição	Instituição	Taxas de juros	
		% a.m.	% a.a.
1	BCO VOLKSWAGEN S.A.	0,88	11,06
2	BCO VOTORANTIM S.A.	0,98	12,48
3	BANCOOB	1,00	12,66
4	BCO RODOBENS S.A.	1,06	13,43
5	BCO FIBRA S.A.	1,08	13,70
6	BCO ABC BRASIL S.A.	1,12	14,32
7	BCO DO BRASIL S.A.	1,14	14,58
8	BCO SDFISA S.A.	1,24	15,93
9	BCO SAFRA S.A.	1,25	16,04
10	BCO CATERPILLAR S.A.	1,28	16,44
11	BCO VOLVO BRASIL S.A.	1,46	19,02
12	BCO PINE S.A.	1,49	19,35
13	BCO DES. DE MG S.A.	1,58	20,70
14	BCO DAYCOVAL S.A.	1,59	20,83
15	ITAU UNIBANCO S.A.	1,60	20,96
16	BCO TRICURY S.A.	1,64	21,54
17	BCO BRADESCO S.A.	1,65	21,67
18	BCO LUSO BRASILEIRO S.A.	1,76	23,31
19	CADIA ECONOMICA FEDERAL	1,88	25,07
20	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	1,96	26,47
21	BCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.	2,00	26,80
22	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	2,03	27,21
23	BANCO TOPAZIO S.A.	2,03	27,29
24	PORTOCRED S.A. - CFI	2,04	27,36
25	BCO DO ESTADO DO RS S.A.	2,16	29,26
26	BCO DO EST. DE SE S.A.	2,18	29,46

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

5. Período iniciado em **11 de março de 2019**, conforme contrato celebrado em tal com taxa de 10% a.a.

Segmento: Pessoa jurídica Modalidade: Capital de giro com prazo superior a 365 dias
 Tipo de encargo: Pré-fixado Período inicial: 11/03/2019

1 de 2

Classificadas por ordem crescente de taxa
 Período: 11/03/2019 a 15/03/2019
 Modalidade: Pessoa jurídica - Capital de giro com prazo superior a 365 dias
 Tipo de encargo: Pré-fixado

Posição	Instituição	Taxas de juros	
		% a.m.	% a.a.
1	BANCO DO BRASIL S.A.	0,88	11,07
2	BANCO CATERPILLAR S.A.	0,88	11,08
3	BANCO ABC BRASIL S.A.	0,97	12,23
4	BANCO SOCIETE GENERALE BRASIL	1,01	12,77
5	BANCO VOTORANTIM S.A.	1,02	12,85
6	BANCO FIBRA S.A.	1,07	13,60
7	BANCO SAFRA S.A.	1,18	15,07
8	BANCO DO BRASIL S.A.	1,28	16,53
9	BANCO DAYCOVAL S.A.	1,41	18,25
10	BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.	1,46	19,01
11	LECCA CFI S.A.	1,52	19,79
12	BANCO SOFISA S.A.	1,52	19,86
13	BANCO DO ESTADO DO RS S.A.	1,63	21,36
14	BANCO BS2 S.A.	1,66	21,50
15	ITAU UNIBANCO S.A.	1,67	22,03
16	BANCO DES. DE MG S.A.	1,71	22,56
17	BANCO BRADESCO S.A.	1,75	23,07
18	BANCO GUANABARA S.A.	1,79	23,56
19	BRB - BANCO DE BRASILIA S.A.	1,92	25,63
20	CADIA ECONOMICA FEDERAL	1,93	25,70
21	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	1,94	25,89
22	BANCO DO EST. DE SE S.A.	1,95	26,10
23	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	1,98	26,59
24	BANCO BANESTES S.A.	2,09	28,22
25	BANCO TRIANGULO S.A.	2,78	39,03
26	SOCINAL S.A. CFI	2,80	39,30

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 16 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital					
Capital Emitido					
02/10/2019	1.035.720.002,00	Não aplicável	258.930.000	0	258.930.000
Tipo de capital					
Capital Subscrito					
02/10/2019	1.035.720.002,00	Não aplicável	258.930.000	0	258.930.000
Tipo de capital					
Capital Integralizado					
02/10/2019	1.035.720.002,00	Não aplicável	258.930.000	0	258.930.000
Tipo de capital					
Capital Autorizado					
02/10/2019	0,00	Não aplicável	135.000.000	0	135.000.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
07/03/2016	Reunião de Sócios	07/03/2016	150.000.000,00	Subscrição particular	150.000.000	0	150.000.000	0,21716705	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Não aplicável, uma vez que o preço de emissão foi baseado no valor previsto no contrato social, quando a Companhia era uma sociedade limitada.										
Forma de integralização										
Subscrito e integralizado pelos sócios componentes do quadro acionário da Companhia através da capitalização dos valores.										
27/06/2016	Reunião de Sócios	27/06/2016	50.000.000,00	Subscrição particular	50.000.000	0	50.000.000	0,05947336	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Não aplicável, uma vez que o preço de emissão foi baseado no valor previsto no contrato social, quando a Companhia era uma sociedade limitada.										
Forma de integralização										
Subscrito e integralizado pelos sócios componentes do quadro acionário da Companhia através da capitalização dos valores.										
12/01/2017	Reunião de Sócios	12/01/2017	45.000.000,00	Subscrição particular	45.000.000	0	45.000.000	0,05052135	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Não aplicável, uma vez que o preço de emissão foi baseado no valor previsto no contrato social, quando a Companhia era uma sociedade limitada.										
Forma de integralização										
Subscrito e integralizado pelos sócios componentes do quadro acionário da Companhia através da capitalização dos valores.										
17/07/2017	Reunião de Sócios	17/07/2017	100.000.000,00	Subscrição particular	100.000.000	0	100.000.000	0,10687043	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Não aplicável, uma vez que o preço de emissão foi baseado no valor previsto no contrato social, quando a Companhia era uma sociedade limitada.										
Forma de integralização										
Subscrito e integralizado pelos sócios componentes do quadro acionário da Companhia através da capitalização dos valores.										
31/12/2017	Reunião de Sócios	31/12/2017	7.486,00	Subscrição particular	7.486	0	7.486	0,00007228	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
O preço da emissão foi determinado por meio de Laudo de Avaliação da Avanti Propaganda Ltda. ("Avanti") e da Mondial Impex Ltda. ("Mondial"), elaborado por empresa especializada.										
Forma de integralização										
Incorporação dos ativos e passivos da Avanti e Mondial pela Companhia.										

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
02/10/2019	1.035.720.002	0	1.035.720.002	258.930.000	0	258.930.000

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve redução do capital social da Companhia.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 16 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Aos acionistas da Companhia é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 13 do Estatuto Social.
Outras características relevantes	<p>A Companhia solicitou a admissão de suas ações à negociação no segmento do Novo Mercado da B3.</p> <p>De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3 caso seja precedida de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") realizada dentro do previsto na regulamentação editada pela CVM sobre OPAs para cancelamento de registro de companhia aberta. A realização da OPA pode ser dispensada por meio de aprovação em assembleia geral.</p> <p>A OPA deve possuir preço justo, baseado em laudo de avaliação, na forma estabelecida pela legislação societária. Além disso, os acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.</p>

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

A Companhia não possui regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

Com relação à regra estatutária que os obrigue a realizar oferta pública, o Estatuto Social da Companhia determina que a alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

O Estatuto Social não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas. Todavia, os acionistas terão seus direitos suspensos, na forma do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações e do parágrafo único do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação. Adicionalmente, nos termos do artigo 171, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações, o direito de preferência pode estar sujeito a prazo decadencial, estabelecido pelo Estatuto Social e não inferior a trinta dias.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. A oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros desde a data de sua constituição.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 18 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não tínhamos valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 19 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação **02/10/2019**

Órgão responsável pela aprovação Conselho de Administração

Cargo e/ou função O acionista controlador, os administradores, os conselheiros fiscais, os membros de quaisquer órgãos da Companhia com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou, ainda, os empregados e demais colaboradores da Companhia, do acionista controlador ou das sociedades controladas ou coligadas que, em decorrência de seu cargo, função ou posição na Companhia, no acionista controlador ou nas sociedades controladas ou coligadas, possam ter conhecimento ou acesso a qualquer informação privilegiada ("Pessoas Vinculadas").

Principais características e locais de consulta

A Política de Negociação tem como propósito estabelecer regras para assegurar a observância de práticas de boa conduta e padrões de negociação de valores mobiliários de emissão da companhia, bem como evitar o uso inadequado de informações privilegiadas, nos termos da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358").

A Política de Negociação está disponibilizada para consulta eletronicamente pelos sites: (i) da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Neste website, acessar, na página inicial, em acesso rápido, "Consulta – Companhias – Demonstrações, ITR, DFP, DF, Balanço, Fato Relevante" e digitar "C&A" no campo disponível; (ii) da Companhia (www.ri.cea.com.br); bem como fisicamente na sede social da Companhia, localizada na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville, cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06455-000.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	<p>Pendência de Divulgação de Fato Relevante É vedada a negociação de valores mobiliários por Pessoa Vinculada que possa ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia até que ela a divulgue ao mercado na forma de ato/fato relevante, conforme a Política. Também se aplica quando estiver em curso aquisição ou alienação de valores mobiliários pela Companhia, sociedades controladas, sociedades coligadas, sociedade sob controle comum; ou houver sido outorgada opção ou mandato para isso; e quando existir a intenção de promover incorporação, cisão total/parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.</p> <p>Após Divulgação de Ato/Fato Relevante Nesses casos, mesmo após a divulgação de ato/fato relevante, prevalecerá a proibição de negociação se ela puder interferir nas condições dos negócios com valores mobiliários, acarretando dano à Companhia/acionistas. Tal restrição deve ser informada pelo DRI.</p> <p>Período Anterior à Divulgação de ITR, DFP e Distribuição de Resultados Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários no período de 15 dias anterior à divulgação/publicação das informações trimestrais e demonstrações financeiras padronizadas. Tais restrições não se aplicam na hipótese de plano de investimento que atenda aos requisitos aplicáveis. Pessoas Vinculadas também não podem negociar valores mobiliários em período determinado pelo DRI, desde a decisão de aumentar o capital social, distribuir resultados, bonificações em ações ou seus derivativos ou aprovar desdobramento, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios.</p> <p>Deliberação Relativa à Aquisição ou à Alienação de Ações de Emissão da Companhia O Conselho não poderá aprovar programa de recompra enquanto não forem divulgadas ao público informações sobre a celebração de acordo ou contrato para a transferência do controle acionário; outorga de opção ou mandato para o fim de transferência de do controle; ou existência de intenção de promover incorporação, cisão total/parcial, fusão, transformação ou reorganização societária que envolva a Companhia. Caso após a aprovação de programa de recompra ocorra fato que se enquadre em qualquer das 3 hipóteses acima, a Companhia suspenderá imediatamente as operações com seus valores mobiliários até a divulgação do respectivo ato/fato relevante.</p> <p>Ex-Administradores Os ex-administradores que se afastarem da administração antes da divulgação pública de ato/fato relevante relativo a negócio/fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar valores mobiliários pelo prazo de 6 meses ou até que tal ato/fato relevante tenha sido divulgado, o que ocorrer por último, observado o disposto abaixo. Se a negociação com os valores mobiliários, mesmo após a divulgação do ato/fato relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios em prejuízo da Companhia/de seus acionistas, os ex-administradores não poderão negociar valores mobiliários pelo prazo mínimo de 6 meses após seu afastamento, devendo tal restrição adicional ser informada pelo DRI.</p> <p>Vedações Adicionais As vedações também se aplicam às negociações realizadas direta ou indiretamente por Pessoas Vinculadas caso estas negociações se deem por intermédio de pessoas ligadas; terceiros com quem tiverem celebrado contrato de administração de carteira ou de negócio fiduciário; ou qualquer pessoa que tenha tido conhecimento de informação privilegiada, por meio de Pessoa Vinculada, sabendo que ainda não foi divulgada ao mercado. Não são consideradas negociações indiretas e não estão sujeitas à vedação, as negociações realizadas por fundos e/ou clubes de investimento de que sejam cotistas as pessoas acima, desde que não sejam exclusivos; e as decisões de negociação do administrador do fundo e/ou clube de investimento não possam de qualquer forma ser influenciadas por seus cotistas.</p>
--	--

20.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 20 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Exceto pela "Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante" ("Política de Divulgação"), que foi devidamente aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 2 de outubro de 2019, a Companhia não adota qualquer outra norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

De acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações e as Instruções CVM 358 e 480, toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem com o arquivar junto à CVM quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, a Companhia deve cumprir com as normas e legislação relacionadas acima.

A Instrução CVM 358 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante, os quais originam a obrigatoriedade de divulgação de informações ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da Companhia que possam influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;
- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da Companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a Companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à Companhia em questão;
- obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM, bem como ao mercado em geral, por meio da publicação dos referidos atos ou fatos relevantes nos jornais geralmente utilizados pela referida companhia;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;
- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto alterem sua participação direta ou indireta, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social de companhia aberta, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e
- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

O texto completo da Política de Divulgação poderá ser encontrado na página de relação com investidores da Companhia (www.ri.cea.com.br), bem como fisicamente na sede social da Companhia, localizada na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville, cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06455-000.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante (“Política de Divulgação”), que foi devidamente aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 2 de outubro 2019, tem como propósito estabelecer elevados padrões de conduta e transparência, de observância obrigatória pelos: (a) acionistas controladores; (b) administradores; (c) conselheiros fiscais; (d) integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia; e, ainda, (e) empregados e executivos com acesso a informações relevantes, a fim de adequar a política interna da Companhia ao princípio da transparência e às boas práticas de conduta no uso, divulgação de informações relevantes e negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia.

A divulgação e comunicação à CVM e às entidades do mercado de ato ou fato relevante, pelos canais institucionais de comunicação da Companhia, assim como a adoção dos demais procedimentos previstos na Política de Divulgação, é obrigação do Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores, conforme definido na Política de Divulgação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado em portal de notícias com página na rede mundial de computadores, bem como disponibilizado: (i) na página do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net); e (ii) no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.cea.com.br) em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM.

A informação constante de ato ou fato relevante deverá ser apresentada de forma clara e precisa, em linguagem objetiva e acessível ao público investidor. Sempre que for utilizado algum conceito técnico que, a critério do Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores, seja considerado como de maior complexidade, uma explicação sobre o seu significado deverá constar da informação divulgada.

Na hipótese de veiculação de ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, deverá o Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores divulgar simultaneamente a respectiva informação ao mercado, na forma estabelecida na Política de Divulgação.

O acionista controlador, os diretores, os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, quando instalados, que tenham firmado termo constante da Política de Divulgação, bem como qualquer empregado da Companhia que venha a ter acesso a informações sobre ato ou fato relevante, conforme o item 4.3 da Política de Divulgação, serão responsáveis por comunicar ao Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores todo e qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento e que saibam não ter ainda chegado ao conhecimento do Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores, que promoverá sua divulgação.

A comunicação ao Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores deverá ser feita por meio de correio eletrônico, para o endereço ri@cea.com.br.

Caso as pessoas mencionadas acima constatem a omissão do Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

comunicação e divulgação, e desde que não tenha sido deliberada a manutenção do sigilo sobre o ato ou fato relevante – nos termos da Seção 5 da Política de Divulgação – tais pessoas deverão comunicar imediatamente o ato ou fato relevante à CVM, para se eximirem de responsabilidade imposta pela regulamentação aplicável em caso de sua não divulgação.

Sempre que a CVM ou as entidades do mercado exigirem do Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários, deverá o Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

As pessoas inquiridas na forma do parágrafo acima deverão responder à solicitação do Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores imediatamente. Caso não tenham condições de se encontrarem pessoalmente ou falarem por telefone com o Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores ainda no mesmo dia em que este tiver tido conhecimento da respectiva exigência da CVM ou das entidades do mercado, as pessoas em questão deverão enviar correio eletrônico com as informações pertinentes para o endereço ri@cea.com.br.

A divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, simultaneamente à CVM e às entidades de mercado, sempre que possível 1 (uma) hora antes do início ou após o encerramento dos negócios nas entidades do mercado.

Quando os valores mobiliários estiverem sendo negociados simultaneamente em entidades do mercado brasileiras e estrangeiras, a divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, sempre que possível 1 (uma) hora antes do início ou após o encerramento dos negócios em todos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Sr. Milton Lucato Filho, Diretor Vice-Presidente Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 21 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- **ATA DE APROVAÇÃO DA INCAS S.A.**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INCAS S.A.

Société anonyme

Registered office: 19-21, route d'Arlon, L-8009 Strassen
Grand Duchy of Luxembourg

R.C.S. Luxembourg: B 98141
(the **Company**)

**MINUTES OF THE MEETING OF THE BOARD OF DIRECTORS OF THE COMPANY
HELD AT THE REGISTERED OFFICE ON 25 OCTOBER 2019 AT 7:30 AM**

I. ATTENDANCE

- Raf Bogaerts, director, present;
- John Drury, director, participating by conference call; and
- Matthias Van der Looven, director, present.

II. INTRODUCTION

The board of directors (*conseil d'administration*) of the Company (the **Board**) notes the terms of (i) the Luxembourg law of 10 August 1915 on commercial companies (the **Law**) and (ii) the following provisions of article 8 of the articles of association of the Company (the **Articles**) which state that:

"The board of directors shall elect a chairman from among its members; in the absence of the chairman, another director may preside over the meeting.

The board can validly resolve and act only if the majority of its members are present or represented, a proxy between directors, which may be given by letter, telegram, telex or telefax, being permitted."

The Board further notes that all the directors are present and declare having been duly informed of the agenda of the meeting in advance. The members of the Board agree to waive their rights to the convening notices in accordance with the Law.

The Board concludes that the meeting (the **Meeting**) is duly constituted and can validly deliberate on all items on its agenda.

III. BACKGROUND

The Board notes that the Company owns an aggregate of 129,456,439 shares of common stock with no par value of C&A Modas S.A. (**C&A**), a Brazilian company (the **Shares**).

The Board notes that C&A contemplates to launch a public offering of its shares of common stock with no par value to be listed on the Brazilian Stock Exchange (B3) (the **IPO**).

The Board notes that in connection with the IPO, the Company intends to enter into a Brazilian law underwriting agreement, to be entered into, among others, the Company, Cofra Investments S.à R.L. (together with the Company, the **Selling Shareholders**) and Banco Morgan Stanley S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco BTG Pactual S.A., Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (the **Brazilian Underwriters**) (the **Underwriting Agreement**).

The Board notes that within the context of the IPO, the Company intends to sell an aggregate of 24,657,539 Shares (the **Firm Shares**) in accordance with the terms of the Underwriting Agreement.

In addition, for the purpose of covering over-allotments, if any, the Company has granted to Banco Morgan Stanley S.A. the option exercisable upon notice to the other Brazilian Underwriters, to place up to an aggregate amount of 6,164,384 additional Shares (the **Additional Shares**, and together with the Firm Shares, the **Securities**).

It is further intended that the Company enters into a placement facilitation agreement with C&A, Cofra Investments S.à r.l. and certain financial institutions listed therein (the **Agents**) for the placement of the Securities with potential investors outside of Brazil (the **Placement Facilitation Agreement**) in accordance with the terms of the Placement Facilitation Agreement.

In connection with the offer, sale and placement of the Securities, C&A has prepared and the Selling Shareholders have reviewed a preliminary prospectus in Portuguese, dated 4 October 2019, including a Formulário de Referência of even date attached thereto, and any and all amendments, supplements and exhibits thereto, distributed in connection with the offer and sale of the Securities in Brazil (the **Preliminary Brazilian Prospectus**), a final prospectus in Portuguese, dated on or about the pricing date, including the Formulário de Referência of even date attached thereto, and any and all amendments, supplements and exhibits thereto, to be distributed in connection with the offer and sale of the Securities in Brazil (the **Final Brazilian Prospectus** and, together with the Preliminary Brazilian Prospectus, the **Brazilian Prospectuses**), a preliminary offering memorandum in English, dated 4 October 2019, including any and all amendments, supplements and exhibits thereto, distributed in connection with the offer and placement of the Securities outside of Brazil (the **Preliminary International Offering Memorandum**) and a final offering memorandum in English, dated as of the date hereof, including any and all amendments, supplements and exhibits thereto, distributed in connection with the offer and placement of the Securities outside Brazil (the **Final International**

Offering Memorandum, and together with the Preliminary International Offering Memorandum, the **International Offering Memoranda**).

The Board further notes that the Company will execute and deliver, pursuant to the Placement Facilitation Agreement, to the Agents, on the date of the IPO, lock-up agreements in the form set out as exhibit of the Placement Facilitation Agreement (the **Lock-Up Agreements**), pursuant to which it will refrain, for a period of 180 days following the IPO from taking certain actions in relation to the Securities as further described in the Lock-Up Agreements.

For the purpose of the present resolutions, the documents defined above are collectively referred to as the **Transaction Documents**.

The Board notes that it is further contemplated that the Company approves and, to the extent necessary, ratifies the execution of any letters, accession letters or memoranda, security interests, instruments, deeds, agreements, notices and acknowledgements (including, without limitation, any notices or acknowledgments to perfect the security created or intended to be created or evidenced by any security) resolutions (including any shareholder resolutions or any other corporate approvals of any entity), share certificates, statements, applications, receipts, authorisations, instructions, releases, waivers, appointments of agents for service of process, certificates or powers of attorney, which could be required or useful from time to time, and any other, statements, confirmation letters, certificates (including any director's certificates, incumbency certificates and/or compliance certificate to be delivered in connection with the Transaction Documents), instruments or powers of attorney, which could be required or useful from time to time, and any other documents as may be necessary or useful in connection with or contemplated by the Transaction (as defined below), the Transaction Documents (as defined below) or these resolutions (the **Ancillary Documents**).

For the purpose of these resolutions, any and all transactions contemplated by, or in connection with, (i) the Transaction Documents, (ii) the IPO, (iii) the Ancillary Documents and (iv) the present resolutions are collectively referred to as the **Transaction**.

IV. AGENDA

The Board notes that the principal purposes of the meeting are:

1. Approval, authorisation and, to the extent necessary, ratification of the Transaction;
2. Approval, authorisation and, to extent necessary, ratification of the entry into, execution and delivery by the Company of the Transaction Documents and the Ancillary Documents, and the performance of the Company's obligations thereunder;
3. Appointment of process agent;
4. Delegation of powers; and
5. Certified copies of the minutes.

V. DOCUMENTS

Each member of the Board confirms to have received the Transaction Documents in its latest draft, execution or executed version (as the case may be).

VI. DECLARATIONS

Each member of the Board confirms that he has no direct or indirect conflict of interest in the matters referred to in these resolutions.

After having considered and discussed the Transaction, the Transaction Documents and the Ancillary Documents (to the extent available), and taking into account all relevant circumstances and considered the consequences for the affairs of the Company, each member of the Board, acting independently from any third party considerations, was of the opinion that the matters referred therein:

- (i) are in compliance with the Articles and the applicable legal provisions;
- (ii) would not result in any breach of any restriction imposed by law, the Articles or any agreement to which the Company is a party or by which the Company is bound; and
- (iii) would materially benefit the Company and would be for the purpose of carrying on its business.

VII. RESOLUTIONS

HAVING CAREFULLY REVIEWED AND CONSIDERED THE TRANSACTION, THE TRANSACTION DOCUMENTS AND THE (AVAILABLE) ANCILLARY DOCUMENTS, THE BOARD UNANIMOUSLY ADOPTS THE FOLLOWING RESOLUTIONS WHICH ARE DEEMED TO BE IN THE CORPORATE INTEREST (*INTÉRÊT SOCIAL*) OF THE COMPANY:

FIRST RESOLUTION

The Board resolves to approve, authorise and, to the extent necessary, ratify without limitation, the Transaction, and any acts to be carried out or required, necessary or incidental in connection therewith.

SECOND RESOLUTION

The Board resolves to approve and ratify the entry into, terms of the Transaction Documents and resolves to authorise, approve and to the extent necessary, ratify the performance by the Company of the Transaction Documents, and any acts to be carried out or required, necessary or incidental in connection therewith.

THIRD RESOLUTION

The Board resolves to approve and ratify the appointment of Cogency Global Inc. as process of agent of the Company under the Placement Facilitation Agreement.

FOURTH RESOLUTION

The Board resolves to appoint any Director of the Company, as authorised signatory, each acting and signing individually and severally (hereinafter referred to as the **Authorised Signatories** and, individually, an **Authorised Signatory**), with full power of substitution, in the name and on behalf of the Company, and undertake to ratify and indemnify any costs or expenses properly incurred by the Authorised Signatory and authorise, empower and entitle the Authorised Signatory, to:

- (i) represent the Company in negotiating, drafting and amending or otherwise completing where appropriate the Transaction Documents, any Ancillary Documents and all acts carried out, useful for, or required in connection with, or contemplated by, the Transaction, the Transaction Documents, the Ancillary Documents, as the Authorised Signatory in his discretion may deem appropriate;
- (ii) agree, from time to time, in the name and on behalf of the Company, to renew, and/or amend or supplement where appropriate (whether on the same or different terms, and however fundamentally) the latest drafts of the Transaction Documents and any of the Ancillary Documents as the Authorised Signatory in his discretion may deem appropriate;
- (iii) execute, sign, deliver and dispatch where appropriate the Transaction Documents, any Ancillary Documents and all acts carried out, useful for, or required in connection with, or contemplated by, the Transaction, the Transaction Documents, the Ancillary Documents, as the Authorised Signatory in his discretion may deem appropriate; and
- (iv) agree, from time to time, in the name and on behalf of the Company, to undertake all such acts and matters where appropriate, including, without limitation: (a) acting as representative of the Company at any general meeting, or signing any written resolution, of any company in which the Company is a shareholder in connection with the performance and execution of the Transaction Documents; (b) making any statutory or corporate filings with the relevant governmental authorities, courts or company registries; and (c) agreeing and arranging payment of any fees, as may be required, necessary or incidental in order to implement the Transaction, the Transaction Documents, the Ancillary Documents or these resolutions.

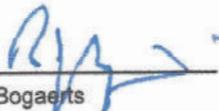
The Board further resolves to ratify, to the extent required, the execution of any and all document in connection with, or contemplated by, the Transaction, the Transaction Documents, the Ancillary Documents or the present resolutions, by the persons having executed the same as well as the performance of all acts carried out or required in connection with, or contemplated by, the Transaction, the Transaction Documents, the Ancillary Documents or the present resolutions.

FIFTH RESOLUTION

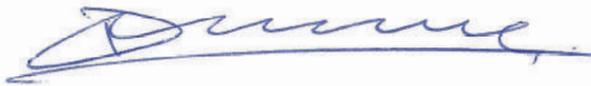
The Board resolves to authorise any Director of the Company to issue one or several certified copies of the present minutes in order to evidence the due authorisation and empowerment of the persons appointed as Authorised Signatories by virtue of the above resolutions.

No further item being on the Agenda, the Meeting is adjourned at 8 a.m.

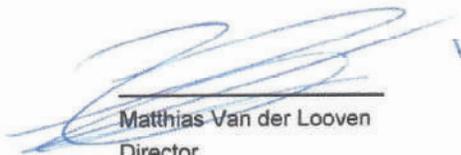
[Remainder of page is intentionally left blank – Signature page follows]



Raf Bogaerts
Director



John Drury
Director



Matthias Van der Looven
Director

Signature page of the minutes of the board of directors of Incas S.A.

INCAS S.A.

Sociedade Anônima

Endereço: 19-21, route d'Arlon, L-8009 Strassen

Luxemburgo

Luxemburgo: B 98141

(a **Companhia**)

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA REALIZADA NA SEDE DA COMPANHIA EM 25 DE OUTUBRO 2019 EM 7H30

I. PRESENÇA

- Raf Bogaerts, diretor, presente;
- John Drury, diretor, presente e participando por teleconferência; e
- Matthias Van der Looven, diretor, presente.

II INTRODUÇÃO

O conselho de administração (conselho de administração) da Companhia (o Conselho) toma nota dos termos (i) da lei luxemburguesa de 10 de agosto de 1915 sobre as empresas comerciais (a lei) e (ii) as seguintes disposições do artigo 8 do estatuto da Companhia (os Artigos) que afirmam que:

“O conselho de administração elegerá um presidente dentre seus membros; na ausência do presidente, outro diretor poderá presidir a reunião.

O conselho pode resolver e agir validamente somente se a maioria de seus membros estiver presente ou representada, sendo permitida uma procuração entre conselheiros, que pode ser dada por carta, telegrama, telex ou telefax. ”

O Conselho observa ainda que todos os conselheiros estão presentes e declaram ter sido devidamente informados da agenda da reunião com antecedência. Os membros do Conselho concordam em renunciar a seus direitos aos avisos de convocação de acordo com a Lei.

O Conselho conclui que a reunião (a Reunião) está devidamente constituída e pode deliberar validamente sobre todos os itens de sua agenda.

III INTRODUÇÃO

O Conselho observa que a Companhia possui um total de 129.456.43 ações ordinárias sem valor nominal da C&A Modas S.A. (C&A), uma empresa brasileira (as Ações).

O Conselho observa que a C&A contempla lançar uma oferta pública de suas ações ordinárias, sem valor nominal, a ser listada na Bolsa de Valores do Brasil (B3) (IPO).

O Conselho observa que, em relação ao IPO, a Companhia pretende celebrar um contrato de subscrição da lei brasileira, a ser celebrado, entre outros, a Companhia, COFRA Investments S.àRL (em conjunto com a Companhia, os Acionistas Vendedores) e Banco Morgan Stanley SA, Banco Bradesco BBI SA, Banco BTG Pactual SA, Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários SA, Banco Santander (Brasil) SA, XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários SA Subscritores) (o Contrato de Subscrição).

O Conselho observa que, no contexto do IPO, a Companhia pretende vender um total de 24.657.539 Ações (as Ações Firmes) de acordo com os termos do Contrato de Subscrição.

Além disso, com o objetivo de realizar a estabilização, a Companhia concedeu ao Banco Morgan Stanley SA a opção exercível mediante notificação aos outros subscritores brasileiros, para atribuir um valor agregado de 6.164.384 Ações adicionais (as Ações Adicionais e, juntamente com as Ações da Empresa, os Valores Mobiliários).

Pretende-se ainda que a Companhia assine um contrato de colocação (*placement facilitation agreement*) com a C&A, COFRA Investments S.à r.l. e certas instituições financeiras listadas (os Agentes) para a colocação dos Valores Mobiliários com potenciais investidores fora do Brasil (o Contrato de Colocação Internacional), de acordo com os termos do Contrato de Colocação.

Em relação à oferta, venda e colocação dos Valores Mobiliários, a C&A preparou e os Acionistas Vendedores revisaram um prospecto preliminar em português, datado de 4 de outubro de 2019, incluindo um Formulário de Referência da mesma data em anexo e todas e quaisquer emendas, complementa e exibe os mesmos, distribuídos em conexão com a oferta e venda de Valores Mobiliários no Brasil (Prospecto Preliminar Brasileiro), um prospecto final em português, datado na data ou aproximadamente à data da cotação, incluindo o Formulário de Referência da mesma data a ela anexada, e todas e quaisquer emendas, suplementos e exposições a serem distribuídas em relação à oferta e venda de Valores Mobiliários no Brasil (o Prospecto Final do Brasil e, juntamente com o Prospecto Preliminar do Brasil, o Prospecto Brasileiro), um memorando preliminar de oferta em Inglês, de 4 de outubro de 2019, incluindo todas e quaisquer emendas, suplementos e exposições a elas distribuídas em conexão com a oferta e colocação dos Valores Mobiliários fora do Brasil (o Memorando Preliminar de Oferta Internacional) e um memorando de oferta final em inglês, datado a partir da data deste documento, incluindo toda e qualquer alteração, complemento e exibição, distribuídos em conexão com o oferta e colocação dos Valores Mobiliários fora do Brasil (o Memorando Final da Oferta Internacional e em conjunto com o Memorando Preliminar da Oferta Internacional, os Memorandos da Oferta Internacional).

O Conselho observa ainda que a Companhia executará e entregará, de acordo com o Contrato de Colocação, aos Agentes, na data do IPO, contratos de lock-up no formulário estabelecido como anexo ao Contrato de Colocação Internacional (Contratos de Lock-Up), nos termos dos quais se absterá, por um período de 180 dias após a g o IPO de tomar certas ações em relação aos Valores Mobiliários, conforme descrito mais detalhadamente nos Contratos de Lock-Up.

Para os fins das presentes resoluções, os documentos definidos acima são coletivamente referidos como Documentos de Transação.

O Conselho observa que está ainda contemplado que a Companhia aprova e, na medida do necessário, ratifique a execução de quaisquer cartas, cartas de adesão ou memorandos, interesses de segurança, instrumentos, escrituras, acordos, avisos e reconhecimentos (incluindo, sem limitação, quaisquer avisos ou reconhecimentos para aperfeiçoar a segurança criada ou destinada a ser criada ou evidenciada por qualquer segurança) (incluindo resoluções de acionistas ou quaisquer outras aprovações corporativas de qualquer entidade), certificados de ações, declarações, aplicativos, recibos, autorizações, instruções, liberações, renúncias, nomeações de agentes para serviço de processo, certificados ou procurações, que podem ser necessárias ou úteis de tempos em tempos, e quaisquer outras declarações, cartas de confirmação, certificados (incluindo certificados de diretor, certificados de mandato e / ou certificado de conformidade) entregues em conexão com os Documentos de transação), instrumentos ou poderes de atestado *ey*, que pode ser necessário ou útil de tempos em tempos, e quaisquer outros documentos que possam ser necessários ou úteis em conexão com ou contemplados pela Transação (conforme definido abaixo), pelos Documentos de Transação (conforme definidos abaixo) ou por essas resoluções (a Documentos Auxiliares).

Para os fins dessas resoluções, toda e qualquer transação contemplada por, ou em conexão com, (i) os Documentos de Transação, (ii) o IPO, (iii) os Documentos Auxiliares e (iv) as presentes resoluções são coletivamente referidas como a transação.

IV AGENDA

O Conselho observa que os principais objetivos da reunião são:

1. Aprovação, autorização e, na medida do necessário, ratificação da Transação;
2. Aprovação, autorização e, na medida do necessário, ratificação da entrada, execução e entrega pela Companhia dos Documentos da Transação e dos Documentos Auxiliares, e o desempenho das obrigações da Companhia nos termos deste documento;
3. Nomeação do agente de processo;
4. Delegação de poderes; e
5. Cópias autenticadas da ata.

V. DOCUMENTOS

Cada membro do Conselho confirma ter recebido os Documentos de Transação em sua versão mais recente de rascunho, execução ou versão executada (conforme o caso).

VI DECLARAÇÕES

Cada membro do Conselho confirma que não possui conflito de interesses, direto ou indireto, nos assuntos referidos nessas resoluções.

Depois de ter considerado e discutido a Transação, os Documentos da Transação e os Documentos Auxiliares (na medida do disponível), levando em consideração todas as circunstâncias relevantes e considerando as consequências para os negócios da Companhia, cada membro do Conselho, agindo independentemente de quaisquer considerações de terceiros, entendeu que os assuntos nela mencionados:

- (i) estejam em conformidade com os Artigos e as disposições legais aplicáveis;
- (ii) não resultaria em nenhuma violação de qualquer restrição imposta por lei, aos Artigos ou a qualquer acordo ao qual a Companhia seja parte ou ao qual a Companhia esteja vinculada; e
- (iii) beneficiaria materialmente a Companhia e teria o objetivo de continuar seus negócios.

VII RESOLUÇÕES

TENDO REVISADO E CONSIDERADO COM ATENÇÃO A TRANSAÇÃO, OS DOCUMENTOS DE TRANSAÇÃO E OS DOCUMENTOS (DISPONÍVEIS) ANCILARES, O CONSELHO ADOTA UNANIMAMENTE AS SEGUINTE RESOLUÇÕES QUE SÃO CONSIDERADAS NO INTERESSE CORPORATIVO (SOCIAL INTÉRITO)

PRIMEIRA RESOLUÇÃO

O Conselho decide aprovar, autorizar e, na medida do necessário, ratificar sem limitação a Transação e quaisquer atos a serem executados ou exigidos, necessários ou incidentais relacionados a ela.

SEGUNDA RESOLUÇÃO

O Conselho decide aprovar e ratificar a celebração dos Documentos da Transação e decide autorizar, aprovar e, na medida do necessário, ratificar o desempenho pela Companhia dos

Documentos da Transação e quaisquer atos a serem executados ou exigidos, necessários ou incidental em conexão com o mesmo.

TERCEIRA RESOLUÇÃO

O Conselho decide aprovar e ratificar a nomeação da Cogency Global Inc. como agente de processos da Companhia nos termos do Contrato de Colocação Internacional.

QUARTA RESOLUÇÃO

O Conselho decide nomear qualquer Diretor da Companhia, como signatário autorizado, cada um atuando e assinando individual e individualmente (doravante referidos como Signatários Autorizados e, individualmente, um Signatário Autorizado), com pleno poder de substituição, em nome e em nome da Empresa e comprometer-se a ratificar e indenizar quaisquer custos ou despesas incorridos adequadamente pelo Signatário Autorizado e autorizar, habilitar e habilitar o Signatário Autorizado a:

- (i) representar a Companhia na negociação, elaboração e alteração ou conclusão, quando apropriado, do Documento de Transação concorda, de tempos em tempos, em nome e em nome da Empresa, em renovar e / ou alterar ou complementar, quando apropriado (nos mesmos termos ou em termos diferentes e, ainda que fundamentalmente), os últimos rascunhos dos Documentos de Transação e quaisquer dos Documentos Auxiliares como o Signatário Autorizado, a seu critério, julgar apropriado;
- (ii) executar, assinar, entregar e despachar, quando apropriado, os Documentos de Transação, quaisquer Documentos Auxiliares e todos os atos executados, úteis para, ou exigidos em conexão com, ou contemplados pela, Transação, Documentos de Transação, Documentos Auxiliares, conforme o Signatário Autorizado a seu critério pode considerar apropriado; e
- (iii) concordar, de tempos em tempos, em nome e em nome da Companhia, em adotar todos os atos e assuntos, quando apropriado, incluindo, sem limitação: (a) atuar como

- representante da Companhia em qualquer assembleia geral, ou assinar qualquer resolução por escrito, de qualquer empresa em que a Companhia seja acionista em conexão com a execução e execução dos Documentos de Transação; (b) fazer quaisquer registros estatutários ou corporativos junto às autoridades governamentais relevantes, tribunais ou registros de empresas; e (c) concordar e providenciar o pagamento de quaisquer taxas, conforme necessário, necessário ou incidental para implementar a Transação, os Documentos da Transação, os Documentos Auxiliares ou essas resoluções.
- (iv) O Conselho de Administração decide ainda ratificar, na medida do necessário, a execução de todo e qualquer documento relacionado ou contemplado pela Transação, pelos Documentos de Transação, pelos Documentos Auxiliares ou pelas presentes resoluções, pelas pessoas que executaram o mesmo bem como a execução de todos os atos praticados ou exigidos em conexão ou contemplados pela Transação, pelos Documentos da Transação, pelos Documentos Auxiliares ou pelas presentes resoluções.

QUINTA RESOLUÇÃO

O Conselho de Administração decide autorizar qualquer Diretor-Gerente da Companhia a emitir uma ou várias cópias autenticadas da presente ata, a fim de comprovar a devida autorização e empoderamento das pessoas nomeadas como Signatárias Autorizadas em virtude das resoluções acima.

Nenhum item adicional está na ordem do dia, a reunião é encerrada às 8:00.

-
- **ATA DE APROVAÇÃO DA COFRA INVESTMENTS SARL.**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Cofra Investments S.à R.L.

Société à responsabilité limitée

Registered office: 19-21, route d'Arlon, L-8009 Strassen
Grand Duchy of Luxembourg

R.C.S. Luxembourg: B 98221
(the **Company**)

**MINUTES OF THE MEETING OF THE BOARD OF MANAGERS OF THE COMPANY
HELD AT THE REGISTERED OFFICE ON 25 OCTOBER 2019 AT 8:00 AM**

I. ATTENDANCE

- Raf Bogaerts, manager (*gérant*), present;
- John Drury, manager (*gérant*), participating by conference call; and
- Dimitri Maréchal, manager (*gérant*), present.

II. INTRODUCTION

The board of managers (*conseil de gérance*) of the Company (the **Management Board**) notes the terms of (i) the Luxembourg law of 10 August 1915 on commercial companies (the **Law**) and (ii) the following provisions of article 10 of the articles of association of the Company (the **Articles**) which state that:

“If several managing directors are appointed, they shall form a Management Board, which shall pass its resolutions by simple majority”.

The Management Board further notes that all the managers are present and declare having been duly informed of the agenda of the meeting in advance. The members of the Management Board agree to waive their rights to the convening notices in accordance with the Law.

The Management Board concludes that the meeting (the **Meeting**) is duly constituted and can validly deliberate on all items on its agenda.

III. BACKGROUND

The Management Board notes that the Company owns an aggregate of 129,456,439 shares of common stock with no par value of C&A Modas S.A. (**C&A**), a Brazilian company (the **Shares**).

The Management Board notes that C&A contemplates to launch a public offering of its shares of common stock with no par value to be listed on the Brazilian Stock Exchange (B3) (the **IPO**).

The Management Board notes that in connection with the IPO, the Company intends to enter into a Brazilian law underwriting agreement, to be entered into, among others, the Company, Incas S.A. (together with the Company, the **Selling Shareholders**) and Banco Morgan Stanley S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco BTG Pactual S.A., Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (the **Brazilian Underwriters**) (the **Underwriting Agreement**).

The Management Board notes that within the context of the IPO, the Company intends to sell an aggregate of 25,233,656 Shares (the **Firm Shares**) in accordance with the terms of the Underwriting Agreement.

In addition, for the purpose of covering over-allotments, if any, the Company has granted to Banco Morgan Stanley S.A. the option exercisable upon notice to the other Brazilian Underwriters, to place up to an aggregate amount of 6,164,384 additional Shares (the **Additional Shares**, and together with the Firm Shares, the **Securities**).

It is further intended that the Company enters into a placement facilitation agreement with C&A, Incas S.A. and certain financial institutions listed therein (the **Agents**) for the placement of the Securities with potential investors outside of Brazil (the **Placement Facilitation Agreement**) in accordance with the terms of the Placement Facilitation Agreement.

In connection with the offer, sale and placement of the Securities, C&A has prepared and the Selling Shareholders have reviewed a preliminary prospectus in Portuguese, dated 4 October 2019, including a Formulário de Referência of even date attached thereto, and any and all amendments, supplements and exhibits thereto, distributed in connection with the offer and sale of the Securities in Brazil (the **Preliminary Brazilian Prospectus**), a final prospectus in Portuguese, dated on or about the pricing date, including the Formulário de Referência of even date attached thereto, and any and all amendments, supplements and exhibits thereto, to be distributed in connection with the offer and sale of the Securities in Brazil (the **Final Brazilian Prospectus** and, together with the Preliminary Brazilian Prospectus, the **Brazilian Prospectuses**), a preliminary offering memorandum in English, dated 4 October 2019, including any and all amendments, supplements and exhibits thereto, distributed in connection with the offer and placement of the Securities outside of Brazil (the **Preliminary International Offering Memorandum**) and a final offering memorandum in English, dated as of the date hereof, including any and all amendments, supplements and exhibits thereto, distributed in connection with the offer and placement of the Securities outside Brazil (the **Final International Offering Memorandum**, and together with the Preliminary International Offering Memorandum, the **International Offering Memoranda**).

The Management Board further notes that the Company will execute and deliver, pursuant to the Placement Facilitation Agreement, to the Agents, on the date of the IPO, lock-up agreements in the form set out as exhibit of the Placement Facilitation Agreement (the **Lock-Up Agreements**), pursuant to which it will refrain, for a period of 180 days following the IPO from taking certain actions in relation to the Securities as further described in the Lock-Up Agreements.

For the purpose of the present resolutions, the documents defined above are collectively referred to as the **Transaction Documents**.

The Management Board notes that it is further contemplated that the Company approves and, to the extent necessary, ratifies the execution of any letters, accession letters or memoranda, security interests, instruments, deeds, agreements, notices and acknowledgements (including, without limitation, any notices or acknowledgments to perfect the security created or intended to be created or evidenced by any security) resolutions (including any shareholder resolutions or any other corporate approvals of any entity), share certificates, statements, applications, receipts, authorisations, instructions, releases, waivers, appointments of agents for service of process, certificates or powers of attorney, which could be required or useful from time to time, and any other, statements, confirmation letters, certificates (including any manager's certificates, incumbency certificates and/or compliance certificate to be delivered in connection with the Transaction Documents), instruments or powers of attorney, which could be required or useful from time to time, and any other documents as may be necessary or useful in connection with or contemplated by the Transaction (as defined below), the Transaction Documents (as defined below) or these resolutions (the **Ancillary Documents**).

For the purpose of these resolutions, any and all transactions contemplated by, or in connection with, (i) the Transaction Documents, (ii) the IPO, (iii) the Ancillary Documents and (iv) the present resolutions are collectively referred to as the **Transaction**.

IV. AGENDA

The Management Board notes that the principal purposes of the meeting are:

1. Approval, authorisation and, to the extent necessary, ratification of the Transaction;
2. Approval, authorisation and, to extent necessary, ratification of the entry into, execution and delivery by the Company of the Transaction Documents and the Ancillary Documents, and the performance of the Company's obligations thereunder;
3. Appointment of process agent;
4. Delegation of powers; and
5. Certified copies of the minutes.

V. DOCUMENTS

Each member of the Management Board confirms to have received the Transaction Documents in its latest draft, execution or executed version (as the case may be).

VI. DECLARATIONS

Each member of the Management Board confirms that he has no direct or indirect conflict of interest in the matters referred to in these resolutions.

After having considered and discussed the Transaction, the Transaction Documents and the Ancillary Documents (to the extent available), and taking into account all relevant circumstances and considered the consequences for the affairs of the Company, each member of the Management Board, acting independently from any third party considerations, was of the opinion that the matters referred therein:

- (i) are in compliance with the Articles and the applicable legal provisions;
- (ii) would not result in any breach of any restriction imposed by law, the Articles or any agreement to which the Company is a party or by which the Company is bound; and
- (iii) would materially benefit the Company and would be for the purpose of carrying on its business.

VII. RESOLUTIONS

HAVING CAREFULLY REVIEWED AND CONSIDERED THE TRANSACTION, THE TRANSACTION DOCUMENTS AND THE (AVAILABLE) ANCILLARY DOCUMENTS, THE MANAGEMENT BOARD UNANIMOUSLY ADOPTS THE FOLLOWING RESOLUTIONS WHICH ARE DEEMED TO BE IN THE CORPORATE INTEREST (*INTÉRÊT SOCIAL*) OF THE COMPANY:

FIRST RESOLUTION

The Management Board resolves to approve, authorise and, to the extent necessary, ratify without limitation, the Transaction, and any acts to be carried out or required, necessary or incidental in connection therewith.

SECOND RESOLUTION

The Management Board resolves to approve and ratify the entry into, terms of the Transaction Documents and resolves to authorise, approve and to the extent necessary, ratify the performance by the Company of the Transaction Documents, and any acts to be carried out or required, necessary or incidental in connection therewith.

THIRD RESOLUTION

The Management Board resolves to approve and ratify the appointment of Cogency Global Inc. as process agent of the Company under the Placement Facilitation Agreement.

FOURTH RESOLUTION

The Management Board resolves to appoint any Manager of the Company, as authorised signatory, each acting and signing individually and severally (hereinafter referred to as the **Authorised Signatories** and, individually, an **Authorised Signatory**), with full power of substitution, in the name and on behalf of the Company, and undertake to ratify and indemnify any costs or expenses properly incurred by the Authorised Signatory and authorise, empower and entitle the Authorised Signatory, to:

- (i) represent the Company in negotiating, drafting and amending or otherwise completing where appropriate the Transaction Documents, any Ancillary Documents and all acts carried out, useful for, or required in connection with, or contemplated by, the Transaction, the Transaction Documents, the Ancillary Documents, as the Authorised Signatory in his discretion may deem appropriate;
- (ii) agree, from time to time, in the name and on behalf of the Company, to renew, and/or amend or supplement where appropriate (whether on the same or different terms, and however fundamentally) the latest drafts of the Transaction Documents and any of the Ancillary Documents as the Authorised Signatory in his discretion may deem appropriate;
- (iii) execute, sign, deliver and dispatch where appropriate the Transaction Documents, any Ancillary Documents and all acts carried out, useful for, or required in connection with, or contemplated by, the Transaction, the Transaction Documents, the Ancillary Documents, as the Authorised Signatory in his discretion may deem appropriate; and
- (iv) agree, from time to time, in the name and on behalf of the Company, to undertake all such acts and matters where appropriate, including, without limitation: (a) acting as representative of the Company at any general meeting, or signing any written resolution, of any company in which the Company is a shareholder in connection with the performance and execution of the Transaction Documents; (b) making any statutory or corporate filings with the relevant governmental authorities, courts or company registries; and (c) agreeing and arranging payment of any fees, as may be required, necessary or incidental in order to implement the Transaction, the Transaction Documents, the Ancillary Documents or these resolutions.

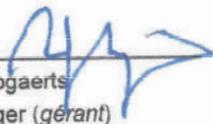
The Management Board further resolves to ratify, to the extent required, the execution of any and all document in connection with, or contemplated by, the Transaction, the Transaction Documents, the Ancillary Documents or the present resolutions, by the persons having executed the same as well as the performance of all acts carried out or required in connection with, or contemplated by, the Transaction, the Transaction Documents, the Ancillary Documents or the present resolutions.

FIFTH RESOLUTION

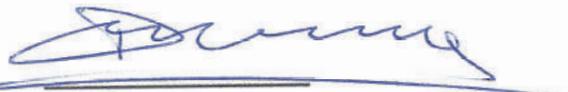
The Management Board resolves to authorise any Manager of the Company to issue one or several certified copies of the present minutes in order to evidence the due authorisation and empowerment of the persons appointed as Authorised Signatories by virtue of the above resolutions.

No further item being on the Agenda, the Meeting is adjourned at 8:30 a.m.

[Remainder of page is intentionally left blank – Signature page follows]



Raf Bogaerts
Manager (gérant)



John Drury
Manager (gérant)



Dimitri Maréchal
Manager (gérant)

Signature page of the minutes of the board of managers of Cofra Investments S. à R.L.

COFRA Investments S.à R.L.

Sociedade de responsabilidade limitada

Endereço: 19-21, route d'Arlon, L-8009 Strassen

Luxemburgo

Luxemburgo: B 98141

(a **Companhia**)

**REUNIÃO DA DIRETORIA DA COMPANHIA REALIZADA NA SEDE DA COMPANHIA
EM 25 DE OUTUBRO 2019 ÀS 8H00**

I. PRESENÇA

- Raf Bogaerts, diretor, presente;
- John Drury, diretor, presente; e
- Matthias Van der Looven, diretor, presente.

II INTRODUÇÃO

A diretoria da Companhia toma nota dos termos (i) da lei luxemburguesa de 10 de agosto de 1915 sobre as empresas comerciais (a lei) e (ii) as seguintes disposições do artigo 8 do estatuto da Companhia (os Artigos) que afirmam que:

“Se vários diretores executivos forem nomeados, eles elegerão um presidente dentre a Diretoria, que passará seus membros; na ausência do presidente, outro diretor poderá presidir a reunião.

A Diretoria pode validamente resolver e agir somente se estiverem presentes ou representadas as soluções por maioria simples de seus membros, sendo permitida uma procuração entre conselheiros, que pode ser dada por carta, telegrama, telex ou telefax.

A Diretoria observa ainda que todos os administradores estão presentes e declaram ter sido devidamente informados da ordem do dia da reunião. Os membros da Diretoria concordam em renunciar aos seus direitos aos avisos de convocação de acordo com a lei.

A Diretoria conclui que a reunião (a Reunião) está devidamente constituída e pode deliberar validamente sobre todos os itens de sua agenda.

III INTRODUÇÃO

A Diretoria observa que a Companhia possui um total de 129.456.439 ações ordinárias sem valor nominal da C&A Modas S.A. (C&A), uma empresa brasileira (as Ações).

A Diretoria observa que a C&A contempla lançar uma oferta pública de suas ações ordinárias, sem valor nominal, a ser listada na Bolsa de Valores do Brasil (B3) (IPO).

A Diretoria observa que, em relação ao IPO, a Companhia pretende celebrar um contrato de subscrição da lei brasileira, a ser celebrado, entre outros, a Companhia, Incas SA (em conjunto com a Companhia, os Acionistas Vendedores) e Banco Morgan Stanley SA, Banco Bradesco BBI SA, Banco BTG Pactual SA, Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários SA, Banco Santander (Brasil) SA, XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários SA Subscritores) (o Contrato de Subscrição).

A Diretoria observa que, no contexto do IPO, a Companhia pretende vender um total de 25.233.656 Ações (as Ações Firmes) de acordo com os termos do Contrato de Subscrição.

Além disso, com o objetivo de realizar a estabilização, se houver, a Companhia concedeu ao Banco Morgan Stanley SA a opção exercível mediante notificação aos outros subscritores brasileiros, para atribuir um valor agregado de 6.164.384 Ações adicionais (as Ações Adicionais e, juntamente com as Ações da Empresa, os Valores Mobiliários).

Pretende-se ainda que a Companhia assine um contrato de colocação (*placement facilitation agreement*) com a C&A, Incas SA e certas instituições financeiras listadas (os Agentes) para a

colocação dos Valores Mobiliários com potenciais investidores fora do Brasil (o Contrato de Colocação Internacional), de acordo com os termos do Contrato de Colocação.

Em relação à oferta, venda e colocação dos Valores Mobiliários, a C&A preparou e os Acionistas Vendedores revisaram um prospecto preliminar em português, datado de 4 de outubro de 2019, incluindo um Formulário de Referência da mesma data em anexo e todas e quaisquer emendas, complementa e exhibe os mesmos, distribuídos em conexão com a oferta e venda de Valores Mobiliários no Brasil (Prospecto Preliminar Brasileiro), um prospecto final em português, datado na data ou aproximadamente à data da cotação, incluindo o Formulário de Referência da mesma data a ela anexada, e todas e quaisquer emendas, suplementos e exposições a serem distribuídas em relação à oferta e venda de Valores Mobiliários no Brasil (o Prospecto Final do Brasil e, juntamente com o Prospecto Preliminar do Brasil, o Prospecto Brasileiro), um memorando preliminar de oferta em Inglês, de 4 de outubro de 2019, incluindo todas e quaisquer emendas, suplementos e exposições a elas distribuídas em conexão com a oferta e colocação dos Valores Mobiliários fora do Brasil (o Memorando Preliminar de Oferta Internacional) e um memorando de oferta final em inglês, datado a partir da data deste documento, incluindo toda e qualquer alteração, complemento e exibição, distribuídos em conexão com o oferta e colocação dos Valores Mobiliários fora do Brasil (o Memorando Final da Oferta Internacional e em conjunto com o Memorando Preliminar da Oferta Internacional, os Memorandos da Oferta Internacional).

A Diretoria observa ainda que a Companhia executará e entregará, de acordo com o Contrato de Colocação, aos Agentes, na data do IPO, contratos de lock-up no formulário estabelecido como anexo ao Contrato de Colocação Internacional (Contratos de Lock-Up), nos termos dos quais se absterá, por um período de 180 dias após a g o IPO de tomar certas ações em relação aos Valores Mobiliários, conforme descrito mais detalhadamente nos Contratos de Lock-Up.

Para os fins das presentes resoluções, os documentos definidos acima são coletivamente referidos como Documentos de Transação.

A Diretoria observa que está ainda contemplado que a Companhia aprova e, na medida do necessário, ratifique a execução de quaisquer cartas, cartas de adesão ou memorandos, interesses de segurança, instrumentos, escrituras, acordos, avisos e reconhecimentos (incluindo,

sem limitação, quaisquer avisos ou reconhecimentos para aperfeiçoar a segurança criada ou destinada a ser criada ou evidenciada por qualquer segurança) (incluindo resoluções de acionistas ou quaisquer outras aprovações corporativas de qualquer entidade), certificados de ações, declarações, aplicativos, recibos, autorizações, instruções, liberações, renúncias, nomeações de agentes para serviço de processo, certificados ou procurações, que podem ser necessárias ou úteis de tempos em tempos, e quaisquer outras declarações, cartas de confirmação, certificados (incluindo certificados de diretor, certificados de mandato e / ou certificado de conformidade) entregues em conexão com os Documentos de transação), instrumentos ou poderes de atestado ey, que pode ser necessário ou útil de tempos em tempos, e quaisquer outros documentos que possam ser necessários ou úteis em conexão com ou contemplados pela Transação (conforme definido abaixo), pelos Documentos de Transação (conforme definidos abaixo) ou por essas resoluções (a Documentos Auxiliares).

Para os fins dessas resoluções, toda e qualquer transação contemplada por, ou em conexão com, (i) os Documentos de Transação, (ii) o IPO, (iii) os Documentos Auxiliares e (iv) as presentes resoluções são coletivamente referidas como a transação.

IV AGENDA

A Diretoria observa que os principais objetivos da reunião são:

1. Aprovação, autorização e, na medida do necessário, ratificação da Transação;
2. Aprovação, autorização e, na medida do necessário, ratificação da entrada, execução e entrega pela Companhia dos Documentos da Transação e dos Documentos Auxiliares, e o desempenho das obrigações da Companhia nos termos deste documento;
3. Nomeação do agente de processo;
4. Delegação de poderes; e
5. Cópias autenticadas da ata.

V. DOCUMENTOS

Cada membro da Diretoria confirma ter recebido os Documentos de Transação em sua versão mais recente de rascunho, execução ou versão executada (conforme o caso).

VI DECLARAÇÕES

Cada membro da Diretoria confirma que não possui conflito de interesses, direto ou indireto, nos assuntos referidos nessas resoluções.

Depois de ter considerado e discutido a Transação, os Documentos da Transação e os Documentos Auxiliares (na medida do disponível), levando em consideração todas as circunstâncias relevantes e considerando as consequências para os negócios da Companhia, cada membro da Diretoria, agindo independentemente de quaisquer considerações de terceiros, entendeu que os assuntos nela mencionados:

- (i) estejam em conformidade com os Artigos e as disposições legais aplicáveis;
- (ii) não resultaria em nenhuma violação de qualquer restrição imposta por lei, aos Artigos ou a qualquer acordo ao qual a Companhia seja parte ou ao qual a Companhia esteja vinculada; e
- (iii) beneficiaria materialmente a Companhia e teria o objetivo de continuar seus negócios.

VII RESOLUÇÕES

TENDO REVISADO E CONSIDERADO COM ATENÇÃO A TRANSAÇÃO, OS DOCUMENTOS DE TRANSAÇÃO E OS DOCUMENTOS (DISPONÍVEIS) ANCILARES, A DIRETORIA ADOTA UNANIMAMENTE AS SEGUINTE RESOLUÇÕES QUE SÃO CONSIDERADAS NO INTERESSE CORPORATIVO (SOCIAL INTÉRITO)

PRIMEIRA RESOLUÇÃO

A Diretoria decide aprovar, autorizar e, na medida do necessário, ratificar sem limitação a Transação e quaisquer atos a serem executados ou exigidos, necessários ou incidentais relacionados a ela.

SEGUNDA RESOLUÇÃO

A Diretoria decide aprovar e ratificar a celebração dos Documentos da Transação e decide autorizar, aprovar e, na medida do necessário, ratificar o desempenho pela Companhia dos Documentos da Transação e quaisquer atos a serem executados ou exigidos, necessários ou incidental em conexão com o mesmo.

TERCEIRA RESOLUÇÃO

A Diretoria decide aprovar e ratificar a nomeação da Cogency Global Inc. como agente de processos da Companhia nos termos do Contrato de Colocação Internacional.

QUARTA RESOLUÇÃO

A Diretoria decide nomear qualquer Diretor da Companhia, como signatário autorizado, cada um atuando e assinando individual e individualmente (doravante referidos como Signatários Autorizados e, individualmente, um Signatário Autorizado), com pleno poder de substituição, em nome e em nome da Empresa e comprometer-se a ratificar e indenizar quaisquer custos ou despesas incorridos adequadamente pelo Signatário Autorizado e autorizar, habilitar e habilitar o Signatário Autorizado a:

- (i) representar a Companhia na negociação, elaboração e alteração ou conclusão, quando apropriado, do Documento de Transação concorda, de tempos em tempos, em nome e em nome da Empresa, em renovar e / ou alterar ou complementar, quando apropriado (nos mesmos termos ou em termos diferentes e, ainda que fundamentalmente), os últimos rascunhos dos Documentos de Transação e quaisquer dos Documentos Auxiliares como o Signatário Autorizado, a seu critério, julgar apropriado;
- (ii) executar, assinar, entregar e despachar, quando apropriado, os Documentos de Transação, quaisquer Documentos Auxiliares e todos os atos executados, úteis para, ou exigidos em conexão com, ou contemplados pela, Transação, Documentos de Transação, Documentos Auxiliares, conforme o Signatário Autorizado a seu critério pode considerar apropriado; e
- (iii) concordar, de tempos em tempos, em nome e em nome da Companhia, em adotar todos os atos e assuntos, quando apropriado, incluindo, sem limitação: (a) atuar como representante da Companhia em qualquer assembléia geral, ou assinar qualquer resolução por escrito, de qualquer empresa em que a Companhia seja acionista em conexão com a execução e execução dos Documentos de Transação; (b) fazer

- quaisquer registros estatutários ou corporativos junto às autoridades governamentais relevantes, tribunais ou registros de empresas; e (c) concordar e providenciar o pagamento de quaisquer taxas, conforme necessário, necessário ou incidental para implementar a Transação, os Documentos da Transação, os Documentos Auxiliares ou essas resoluções.
- (iv) A Diretoria decide ainda ratificar, na medida do necessário, a execução de todo e qualquer documento relacionado ou contemplado pela Transação, pelos Documentos de Transação, pelos Documentos Auxiliares ou pelas presentes resoluções, pelas pessoas que executaram o mesmo bem como a execução de todos os atos praticados ou exigidos em conexão ou contemplados pela Transação, pelos Documentos da Transação, pelos Documentos Auxiliares ou pelas presentes resoluções.

QUINTA RESOLUÇÃO

A Diretoria decide autorizar qualquer Diretor-Gerente da Companhia a emitir uma ou várias cópias autenticadas da presente ata, a fim de comprovar a devida autorização e empoderamento das pessoas nomeadas como Signatárias Autorizadas em virtude das resoluções acima.

Nenhum item adicional está na ordem do dia, a reunião é encerrada às 8h30.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

